ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 231

Brasília - DF, sexta-feira, 2 de dezembro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 3
Ministério da Cultura 5
Ministério da Defesa 7
Ministério da Educação 9
Ministério da Fazenda 15
Ministério da Integração Nacional 27
Ministério da Justiça 27
Ministério da Pesca e Aquicultura 34
Ministério da Previdência Social 35
Ministério da Saúde 35
Ministério das Cidades 40
Ministério das Comunicações 41
Ministério de Minas e Energia 42
Ministério do Desenvolvimento Agrário 53
Ministério do Esporte 53
Ministério do Meio Ambiente 53
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 54
Ministério do Trabalho e Emprego 62
Ministério dos Transportes 71
Conselho Nacional do Ministério Público 77
Ministério Público da União 79
Tribunal de Contas da União 90
Poder Judiciário 155
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 174

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.274 (1)

ORIGEM : ADI - 90862 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
REQTE.(S) : PROCURADORA GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS SOCIAIS DO USO DE PSICOATIVOS - ABESUP
ADV.(A/S) : MAURO MACHADO CHAIBEN E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para dar ao § 2º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 interpretação conforme à Constituição, para dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento episódico, ou então viciado, das suas faculdades psico-físicas. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Falou, pelo Ministério Público Federal, a Vice-Procuradora-Geral da República Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Plenário, 23.11.2011.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Legislativo

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
(Publicada no DOU de 1º de dezembro de 2011 - Seção 1)

Na página 9, nas assinaturas, **leia-se**: Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, Guido Mantega, Eva Maria Cella Dal Chiavon e Luís Inácio Lucena Adams.

Presidência da República

CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como gestor do Processo de Desestatização do IRB Brasil Resseguros S.A., designado pela Resolução CND nº 03 de 07 de abril de 2011, a realizar contratação direta, para a prestação do serviço de avaliação econômico-financeira e patrimonial, bem como para o serviço de assessoria jurídica ao BNDES, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, com base no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, no uso da prerrogativa estabelecida no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e com fulcro no art. 12, do Decreto 2.594, de 15 de maio de 1998, e considerando os termos do PARECER nº 0787-1.8/2011/RLL, da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
Resolve, ad referendum do colegiado:

Art. 1º Autorizar o BNDES, como gestor do Processo de Desestatização do IRB Brasil Resseguros S.A., designado pela Resolução CND nº 03 de 07 de abril de 2011, a realizar contratação direta para a prestação do serviço de avaliação econômico-financeira e patrimonial, bem como para o serviço de assessoria jurídica ao BNDES, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, com base no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 48, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**: I - homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 41/2011, realizado no dia 17.11.2011 (Processo Licitatório nº 2953/2011), referente a contratação de empresa para realizar serviços de reforma da administração do Porto de Belém, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e demais condições do Edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, por ter apresentado o melhor lance à empresa B. R. DA COSTA E ENGENHARIA LTDA - ME CNPJ nº 01.686.018/0001-51, no valor global de R$ 323.771,34 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos); III - encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente; IV- determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 127, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a operação aérea de Aeronave Remotamente Pilotada do Departamento de Polícia Federal.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XVII, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o que consta do processo nº 60800.170254/2011-61, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 29 de novembro de 2011, decide:

Art. 1º Autorizar, nos termos do Anexo, a operação aérea de Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) do Departamento de Polícia Federal (DPF).

Parágrafo único. O Anexo de que trata este artigo encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º O Anexo referido no art. 1º estabelece:

I - a definição de RPA;

II - as condições para emissão da autorização de operação que o DPF deve observar;

AVISO

CIRCULOU EM 1/12/2011 A EDIÇÃO EXTRA Nº 230-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - as condições para que o DPF conduza operações de RPA; e

IV - as condições relacionadas a pessoal para operações conduzidas pelo DPF.

Art. 3º As operações aéreas das aeronaves do DPF, ressalvadas as regras gerais de operações de aeronaves previstas no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 91 (RBHA 91), ou Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) que venha a substituí-lo, sujeitam-se, no que couber, às determinações específicas editadas pelo Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 2.362 , DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Aprova a Instrução Suplementar - IS nº 21-004 Revisão A.

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009 e publicada no D.O.U. nº 180 de 21 de setembro de 2009, com as alterações posteriores; tendo em vista o disposto no art. 14 da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, com a redação que lhe foi dada pelo art. 2º da Resolução nº 162, de 20 de julho de 2010, e o disposto no art 18-A da Resolução nº 30, incluído pela Resolução nº 162 em seu art. 3º, e tendo em vista o que consta no processo nº 60800.2016712011-63, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 21-004 Revisão A - IS 21-004A "Aprovação de grandes modificações em aeronaves com marcas brasileiras, ou que venham a ter marcas brasileiras", em substituição à Circular de Informação n° 21-004 Revisão D.

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www2.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www2.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.177, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011 (*)

Aprova a Instrução Suplementar nº 00-002, Revisão A.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art.18-A da Resolução no30, de 21 de maio de 2008, incluído pela Resolução no162, de 20 de julho de 2010, e considerando o que consta do processo no 60800.033795/2011-18, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 00-002, Revisão A (IS no 00-002A), intitulada "Fichas de Avaliação de Piloto - FAP".

Parágrafo Único. A Instrução de que trata este artigo, com as correções necessárias, encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

(*) Republicada por conter incorreções na IS n° 00-002A aprovada pela Portaria publicada no DOU de 10 de novembro de 2011, Seção 1, página 18.

PORTARIA Nº 2.363, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Aprova a Instrução Suplementar nº 61-001, Revisão A.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, incluído pela Resolução nº 162, de 20 de julho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 60800.238750/2011-20, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 61-001, Revisão A (IS nº 61-001A), intitulada "Procedimentos para declaração online de experiência de voo".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 2.354, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.148032/2011-62, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária TOP LINE TÁXI AÉREO LTDA com sede social em Teresina / PI, como empresa exploradora de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.010347/2011-00, resolve:

Art. 1º Proibir a importação, a produção, a comercialização e o uso de substâncias naturais ou artificiais, com atividade anabolizantes hormonais, para fins de crescimento e ganho de peso em bovinos de abate.

Art. 2º Facultar a importação, a produção, a comercialização e o uso de anabolizantes hormonais ou assemelhados, naturais ou sintéticos, com atividades estrogênica, androgênica e progestagênica, exclusivamente para fins terapêuticos, de sincronização do estro, de transferência de embriões, de melhoramento genético e de pesquisa experimental em medicina veterinária.

§ 1º O uso facultado a que se refere o caput deste artigo não se aplica aos compostos anabólicos não-esteroidais.

§ 2º A pesquisa científica, envolvendo anabolizantes hormonais de uso pecuário, depende de prévia autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

§ 3º A comercialização e a aplicação dos produtos veterinários mencionadas no art. 2º, somente serão permitidas mediante prescrição e orientação de médico veterinário em conformidade com a regulamentação específica vigente.

Art. 3º O Serviço de Inspeção Federal, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, efetuará exame dirigido à verificação de indícios da presença de anabolizantes hormonais implantados em bovinos, durante a inspeção ante-mortem, e nos casos de suspeição deverá colher amostras de urina e encaminhar para análise nos laboratórios oficiais ou credenciados no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. O lote de animais suspeitos deverá ser retido e apreendido até a conclusão da análise laboratorial, ficando as despesas a expensas do proprietário.

Art. 4º Rotineiramente deverão ser colhidas amostras em bovinos vivos e em abatidos, de acordo com o disposto no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - PNCRC.

Parágrafo único. Caso as amostras de rotina colhidas de bovinos vivos resultarem positivas para anabolizantes hormonais, serão adotados os procedimentos descritos no § 3º do art. 6º e no e no caput e parágrafo único, art. 7º, desta Instrução Normativa.

Art. 5º Comprovada a presença de anabolizantes hormonais, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Antes do Abate - O abate será sustado e os bovinos identificados de forma permanente com a marca oficial, conforme estabelecido no art. 14 desta Instrução Normativa, e permanecerão em local indicado pelo proprietário e não poderão ser movimentados para quaisquer fins, durante o período de 6 (seis) meses, contados a partir da notificação do resultado da análise laboratorial ao proprietário; e

II - Após o Abate - As carcaças e vísceras serão obrigatoriamente incineradas.

Art. 6º O rebanho de procedência do lote de animais em que se comprovou em matadouro o uso de substâncias anabolizantes hormonais, deverá ser investigado e submetido a exames complementares, com amostras colhidas para análise laboratorial, e o restante dos rebanhos ficará interditado até a conclusão das análises.

§ 1º Para efeito de avaliação de risco e de amostragem, os animais serão classificados por categoria, espécie, idade, sexo e finalidade.

§ 2º No caso das análises resultarem negativas para anabolizantes hormonais, o rebanho será liberado.

§ 3º Os animais do lote pertencente à categoria amostrada com presença comprovada de anabolizantes hormonais serão identificados de forma permanente com a marca oficial e não poderão ser movimentados pelo período de 6 (seis) meses, contados a partir da data de notificação do resultado da análise laboratorial ao proprietário.

Art. 7º Os bovinos do lote em que o laudo laboratorial caracterizar a presença de anabolizantes do Grupo Estilbeno (Hexestrol, Dienestrol e Dietilestilbestrol) serão abatidos compulsoriamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de notificação do resultado da análise laboratorial ao proprietário.

Parágrafo único. As carcaças dos animais abatidos não poderão ser destinadas ao consumo humano ou animal, e deverão ser incineradas.

Art. 8º A liberação do lote de animais, referida no § 2º do art. 6º, desta Instrução Normativa, somente será concretizada após a confirmação do resultado negativo para a presença de resíduos de anabolizantes hormonais.

Parágrafo único. As análises anteriormente referidas serão custeadas pelo proprietário dos animais.

Art. 9º O proprietário dos animais poderá requerer análise de contraprova, à suas expensas, dentro do período de 15 (quinze) dias, após a notificação do resultado laboratorial, facultada a indicação de técnico especializado para acompanhar os trabalhos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10 Os estabelecimentos de abate ficam impedidos de efetuar a matança de bovinos identificados com a marca oficial mencionada nesta Instrução Normativa, e se sujeitam à apuração de responsabilidades, exceto se os animais estiverem acompanhados de Certificado Oficial para abate, o qual será anexado à Guia de Trânsito Animal.

Art. 11 Os estabelecimentos de abate, por ocasião da recepção dos animais, exigirão dos proprietários ou fornecedores declaração consignando que não foram utilizadas, nos bovinos, nenhuma das drogas anabólicas hormonais proibidas por esta Instrução Normativa.

Art. 12 As análises de resíduos de anabolizantes hormonais, em amostras de animais abatidos ou acolhidas de bovinos vivos, serão realizadas pelos laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou seus credenciados.

Art. 13 A infringência ao disposto nesta Instrução Normativa sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, observado o devido processo legal

Art. 14 Os bovinos do lote em que foi comprovada a utilização das substâncias anabolizantes hormonais de que trata esta Instrução Normativa, serão marcados a ferro candente, no lado esquerdo da cara, com a marca oficial, que consiste na letra "A", mantida num círculo de 8 (oito) centímetros de diâmetro.

Art.15 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Fica revogada a Instrução Normativa nº 10, de 27 de abril de 2001.

MENDES RIBEIRO FILHO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 212, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 14, de 5 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.003175/2011-18, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa AGRI-CAMPUS CONSULTORIA LTDA., CNPJ 02.600.714/0001-66, localizada à Rua Dona Eugenia, nº 945, sala A, Bairro Dimas, Piracicaba - SP, como Centro Colaborador para a realização de Análises de Risco de Pragas - ARP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 96, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIII do art. 3º da Lei Nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994 e tendo em vista o disposto no art. 2º da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, de 14 de janeiro de 1975, a que o Brasil aderiu em 20 de fevereiro de 2005; no Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, Inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes (Tratado do Espaço); no Regulamento sobre Procedimentos de autorização para a operação de lançamento espacial no território brasileiro, de 21 de fevereiro de 2002; no art. 3º da RESOLUÇÃO Nº 69/CSP/AEB, de 12 de dezembro de 2006; e, na Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 62/101, de 17 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento sobre os procedimentos a serem adotados para a implantação e funcionamento do Registro dos objetos espaciais lançados no espaço exterior, de responsabilidade do Governo Brasileiro, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO

REGULAMENTO SOBRE A IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO REGISTRO DE OBJETOS ESPACIAIS LANÇADOS NO ESPAÇO EXTERIOR

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia Federal, de natureza civil, criada pela Lei 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, é o órgão encarregado da implantação e funcionamento do Registro Nacional dos objetos espaciais lançados no espaço exterior (doravante denominado Registro) pelo Governo brasileiro, toda vez que o Brasil se enquadre em uma das categorias de "estado lançador" previstas na Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, de 14 de janeiro de 1975 (doravante denominada Convenção de Registro).

Parágrafo único. Na AEB, a tarefa de manutenção e funcionamento do Registro caberá à Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) e à Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD), em conjunto com a Assessoria de Cooperação Internacional (ACI).

Art. 2º. O termo "objeto espacial" inclui, de acordo com o disposto no art. 1º. da Convenção de registro, as partes componentes do objeto espacial, bem como seu veículo propulsor e respectivas partes.

Art. 3º. Segundo o estipulado igualmente no Art. 1º. da mesma Convenção de Registro, a expressão "Estado lançador" tem as seguintes acepções:

I - o Estado que realiza o lançamento de um objeto espacial;

II - o Estado que promove o lançamento de um objeto espacial, e

III - o Estado de cujo território ou instalação e lançado um objeto espacial.

Art. 4º. De conformidade com o disposto no Art. 6º do Tratado do Espaço, o Estado tem a responsabilidade das atividades espaciais nacionais, sejam elas levadas a cabo por órgãos governamentais ou por entidades do setor privado. Neste último caso, as atividades deverão ser objeto de autorização e continuada supervisão por parte do Estado.

Art. 5º. Para fins deste Regulamento, entende-se por lançamento de objeto espacial o lançamento de objeto espacial em órbita em torno da Terra ou mais além dessa órbita.

CAPÍTULO II
DOS OBJETOS A SEREM REGISTRADOS

Art. 6º. Deverão, em consonância com o estabelecido nos dispositivos precedentes, ser registrados os seguintes objetos espaciais lançados no espaço exterior:

I - objetos espaciais desenvolvidos no Brasil por entidade brasileira governamental ou do setor privado, por entidade estrangeira devidamente autorizada para operar no setor ou mediante iniciativa bilateral, cujo lançamento se realize no território brasileiro ou de um outro país;

II - objetos espaciais desenvolvidos por entidade brasileira no exterior, com ou sem a participação de entidade estrangeira, que venham a ser lançados do território brasileiro ou de um outro país;

III- objetos espaciais desenvolvidos no exterior por entidade estrangeira, em decorrência de encomenda por entidade brasileira, cujo lançamento ocorra do território brasileiro ou de um outro país; e

IV- objetos espaciais desenvolvidos no exterior por entidade estrangeira, sem a participação de entidade brasileira e sem terem sido encomendados por entidade brasileira, cujo lançamento se dê a partir do território brasileiro.

Art. 7º. No caso de mais de um objeto espacial serem colocados em órbitas distintas por um único veículo lançador, cada um dos objetos espaciais deverá ter um registro próprio.

CAPÍTULO III
DOS DADOS A SEREM REGISTRADOS

Art. 8º. Os seguintes dados básicos para a identificação do objeto espacial deverão figurar no Registro:

I - designação adequada do objeto espacial e/ou número de registro;

II - data e local do lançamento;

III - parâmetros orbitais básicos que incluam:

a) período nodal,

b) inclinação,

c) apogeu e

d) perigeu

e) função

Parágrafo único - No caso de satélites geoestacionários, juntamente com os parâmetros apontados no caput deste artigo, deverão constar do Registro dados sobre as frequências para as radiocomunicações e as correspondentes posições orbitais.

Art. 9º. Tendo em vista considerações ligadas à preservação do meio ambiente, seja no espaço aéreo seja no espaço exterior, e a séria ameaça à segurança dos voos orbitais representada pela crescente presença do lixo espacial, deverão ser incluídas no Registro dos objetos espaciais as seguintes informações.

I - previsão de vida útil;

II - tipo de material utilizado em sua fabricação;

III - fonte de energia, e

IV - combustível utilizado.

Art. 10. Qualquer modificação de caráter operacional ou jurisdicional introduzida no objeto espacial em voo deve ser acrescentada, tão logo conhecida, ao Registro, em particular:

I - mudança na posição orbital;

II - mudança na função de objeto espacial;

III - mudança de proprietário do objeto espacial, e

IV - translado, por parte de um Estado, da supervisão e controle do objeto espacial para outro Estado;

Art. 11. Ao fim da vida útil do objeto espacial, os seguintes dados deverão ser igualmente anotados no Registro:

I - término de operação de objeto espacial;

II - se for o caso, data da reentrada na atmosfera, ou

III - eventual transferência do objeto espacial a órbita destinada a servir de depósito de satélites cuja vida útil tenha expirado.

Art. 12. No caso do Brasil participar de lançamento de objeto espacial em conjunto com outro ou outros Estados lançadores, deverão ser relacionados no Registro os acordos que tenham sido firmados entre os interessados, concernentes à jurisdição e controle do objeto espacial e a qualquer responsabilidade por eventuais danos a terceiros.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A Agência Espacial Brasileira acompanhará a evolução do exame das questões vinculados ao registro de objetos espaciais no Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior e em outros foros especializados, e se dispõe a acatar, no âmbito interno, orientações adicionais sobre a matéria, que venham a ser adotadas pela comunidade internacional e que contribuam para a fluidez e incremento do convívio e da cooperação entre os países.

Art. 14. A Agência Espacial Brasileira, no desempenho de suas atribuições, conforme estabelecido neste Regulamento, intercambiará informações e manterá os contatos pertinentes com outros órgãos da Administração Pública nacional interessados no assunto.

Art. 15. As empresas nacionais ou estrangeiras envolvidas com o lançamento de objetos espaciais nas situações contempladas no Art. 6º deverão fornecer à Agência Espacial Brasileira todas as informações cabíveis, nos termos deste Regulamento, e outras que lhes sejam solicitadas.

Art. 16. A Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento e a Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento, em conjunto com a Assessoria de Cooperação Internacional da Agência Espacial Brasileira, poderão expedir Instruções Complementares sobre procedimentos administrativos e operacionais relativos à manutenção do Registro.

Art. 17. A criação deste Registro pelo Governo brasileiro deverá ser encaminhada, por via diplomática, ao conhecimento do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, de acordo com o numeral 1 do Art. 2º da Convenção de Registro.

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.119/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 146ª Reunião ordinária, realizada em 20 de outubro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.004893/1997-93.
Requerente: Instituto Butantan.
Próton: 22347/2011
CQB: 039/98
Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 CEP: 05503-900 - São Paulo/SP.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio: 2732/11 publicado no DOU em 08/04/11
Decisão: DEFERIDO

RESUMO: A CTNBio, após apreciação do processo de solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM's da classe II de risco biológico em instalações da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Viviane Fongaro Botosso, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2. O projeto de pesquisa a ser executado é: "Bothrops protease A (BPA): uma nova ferramenta para planejamento de agentes terapêuticos em trombose e hemostasia", sob a responsabilidade da pesquisadora: Dra. Solange Maria de Toledo Serrano nas instalações do Laboratório Especial de Toxinologia Aplicada. A pesquisadora responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.120/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 146ª Reunião ordinária, realizada em 20 de outubro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº 01200.001042/1999-41
Requerente: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS).
CQB: 113/99
Próton: 23860/2011
Endereço: Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, R. Giuseppe Máximo Scolfaro 10000 - CP6192 - CEP: 13083-970 - Campinas -SP tel. 19-35121125 Fax 19-35121004.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança

Extrato Prévio: 2944/2011, publicado no DOU 187 em 28 de setembro de 2011.

Decisão: DEFERIDO

Resumo A CTNBio, após apreciação do processo do pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Extensão do CQB (Certificado de Qualidade em Biossegurança) da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Jorg Kobarg, Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz, solicita parecer para extensão de CQB para instalações físicas com nível de Biossegurança NB-1 para atividades de pesquisa em regime de contenção, transporte, detecção e identificação de OGM, descarte e armazenamento com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1. As áreas serem credenciadas são as do Laboratório de Biotecnologia ligadas ao Laboratório Nacional de Biociências em nível de biossegurança 1 (NB-1). O responsável técnico pelas instalações será Dr. Kleber G. Franchini e este declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. A CTNBio informa que de acordo com a Portaria no 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foi deferido o pedido de sigilo para as informações contidas nas páginas 691 a 694 e 710 a 713. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança da saúde humana, animal e ambiente.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 30 de novembro de 2011

9ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	64.939,28
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	65.796,94
0018/1990	Universidade de Brasília	38.347,82
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco	54.717,79
0026/1990	Fundação de Ciência e Tecnologia	121.288,82
0065/1990	Instituto de Tecnologia de Alimentos	20.099,43
0071/1990	Fundação Universitária do Amazona	3.923,10
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	40.489,51
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	217.739,92
0102/1990	Fundação Norte Riograndense de Pesquisa e Cultura	94.463,93
0109/1990	Universidade Federal de Viçosa	45,70
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	32.711,69
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	659.739,31
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	98.808,90
0219/1991	Fundação Antônio Prudente	34.256,00
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	93.875,57
0242/1991	Fundação Regional Integrada - Campus de Erechim	11.059,00
0247/1991	Fundação Universidade do Vale do Itajaí(Univ.do Vale do Itajaí)	64.250,25
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	159.986,76
0284/1991	Universidade do Estado de Santa Catarina	18.069,28
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	17.198,13
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	1.134.575,90
0404/1992	Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin	243.917,54
0515/1993	Universidade Estadual do Centro Oeste	13.770,00
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	501.634,54
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	17.798,31
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas	149.605,8
0659/1996	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	10.320,37
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	516.096,80
0693/1997	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron	90.396,21
0695/1997	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	8.552,54
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	314.647,14
0736/1998	Fund. de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de MG	83.000,00
0742/1998	Fundação Djalma Batista	1.859,08
0762/1999	Fundação Educacional Charles Darwin	1.176.632,84
0772/2000	Fundação Espírito Santense de Tecnologia	7.254,18
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	148.997,82
0824/2001	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	91.273,39
0831/2001	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Depto.Regional RN	41.130,00
0833/2001	Fundação de Apoio Institucional Muraki	136.116,61
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUCRS)	12.685,6
0935/2005	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico	3.779,45
0936/2005	Fundação de Apoio á Pesquisa e à Extensão	26.457,46
0951/2005	Fundação de Apoio à pesquisa do estado do RN	5.220,00
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	109.011,78
1025/2007	Intera Tecnologia	2.550,00
1063/2008	Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	104.465,00
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	102.088,53

Em 1º de dezembro de 2011

10ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	364.450,22
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	3.190.042,73
0005/1990	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	1.474.477,29
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	423.375,33
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	227.369,00
0010/1990	Fundação Bio-Rio	48.384,04
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	4.334,77
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	96.378,10
0015/1990	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	247.487,39
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	811.481,39
0017/1990	Universidade Federal do Pará	830.771,74
0018/1990	Universidade de Brasília	108.721,58
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	567.982,94
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	591.728,15
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	79.354,28
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	149.553,65
0044/1990	Fund. ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária	865.652,39
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	47.065,19
0064/1990	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	1.040.483,18
0065/1990	Instituto de Tecnologia de Alimentos	15.603,25
0066/1990	Fund. da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	164.079,26
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	1.688.680,24
0076/1990	Instituto Agronômico de Campinas	94.860,00
0080/1990	Universidade Federal do Ceará	7.070,12
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	375.038,20
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	293.962,47
0097/1990	Universidade Federal de Uberlândia	242.301,58
0102/1990	Fundação Norte Riograndense de Pesquisa e Cultura	1.235.889,06
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	340.662,66
0109/1990	Universidade Federal de Viçosa	12.325,00
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	613.076,53
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	67.528,12
0131/1990	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	373.420,48
0134/1990	Fundação Gorceix	13.597,31
0135/1990	Fundação Butantan	61.440,00
0144/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	37.406,17
0147/1990	Universidade Federal de Ouro Preto	52.769,53
0158/1990	Fund. de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia	14.373,52
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	811.840,54
0181/1991	Universidade Federal de Lavras	196.641,14
0187/1991	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	111.965,09
0219/1991	Fundação Antônio Prudente	8.081,29
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	654.639,09
0247/1991	Universidade do Vale do Itajaí	81.736,73
0279/1991	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas	23.067,78
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	749.381,28
0284/1991	Universidade do Estado de Santa Catarina	50.672,61
0337/1992	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	602.912,32
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	4.099,66
0359/1992	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	60.363,44
0360/1992	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	85.835,00
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	339.248,79
0404/1992	Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin	29.990,00
0465/1993	Fund. de Apoio a Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas	54.249,56
0469/1993	Inst. Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	732.505,16
0513/1993	Universidade Federal Rural do Semi-árido	4.790,00
0515/1993	Universidade Estadual do Centro-Oeste	158.589,50
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	1.235.411,51
0551/1993	Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer	181.442,19
0590/1994	Instituto de Química de São Carlos	80.369,89
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	62.604,07
0637/1995	Fundo de Defesa da Citricultura	370,00
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas	106.924,58
0659/1996	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	916,85
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	931.366,84
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	214.506,97
0693/1997	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron	529.364,62
0695/1997	Escola Politécnica	172.920,98
0697/1997	Instituto de Física	262.905,75
0698/1997	Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	110.615,78
0699/1997	Instituto de Eletrotécnica e Energia	11.342,87
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	22.334,00
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	407.648,36
0726/1998	Fund.de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR	274.317,67
0732/1998	Fund.de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias	0,00
0736/1998	Fund. de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de MG	25.000,00
0740/1998	Fund.Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	153.653,83
0742/1998	Fundação Djalma Batista	18.792,54
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	46.168,76
0762/1999	Fundação Educacional Charles Darwin	12.356,55
0774/2000	Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico	2.769,92
0776/2000	Fund. de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia	250,00
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	46.958,47
0791/2000	Instituto de Apoio a Fundação Universidade de Pernambuco	10.653,58
0792/2000	Fundação Ceciliano Abel de Almeida	2.473,30
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	1.007.642,02
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	13.658,97
0822/2001	Observatório Nacional	4.591,10
0824/2001	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	4.500,00
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	1.045.644,55
0846/2002	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	15.060,70
0850/2002	Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da UECE	64.908,84
0860/2002	RTV Ouro Preto	39.900,00
0873/2002	Fundação Uniselva	484,47
0874/2003	Instituto Internacional de Pesquisas Farmacêuticas	222,42
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	50.540,29
0930/2004	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia e Informação	307.945,71
0935/2005	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico	5.694,00
0936/2005	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	284.000,00
0949/2005	Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	53.090,31
0951/2005	Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte	213.972,00
0962/2005	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa	7.814,73
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	154.663,79
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	213.540,00
1008/2006	Universidade Federal do ABC	69.443,73
1031/2007	Associação Amigos do Museu Nacional	12,60
1060/2008	Hospital Infantil Pequeno Príncipe	379.404,00
1063/2008	Fund. de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	55.929,79
1071/2008	Universidade Federal do Pampa	1.255.472,58
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	4.881,88
1089/2009	Fundação Pio XII	981,70
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	248.117,01
1133/2011	Laboratório Nacional Agropecuário no Rio G do Sul	2.190.657,59
1137/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	135.255,59

ERNESTO COSTA DE PAULA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 805, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Altera o § 2º, do Art. 2º, da Portaria Nº 777, de 18 de novembro DE 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2011.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto n.º 6.835, de 30 de abril de 2009, e tendo em vista o disposto na Portaria n.º 102, de 31 de outubro de 2011, do Ministério da Cultura, resolve:

Art. 1º Alterar o § 2º, do Art. 2º, da Portaria Nº 777, de 18 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2011, Seção 1, pág. 52, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°

.....

§ 2º O preenchimento de informações e apresentação de documentos e projetos técnicos necessários à celebração dos termos de convênios deverá ocorrer até 9 de dezembro de 2011" (NR).

.....

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUGÊNIA MARIA PEREIRA VITORINO

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 135, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "CINEFOOT PARANÁ", processo nº: 01400.030001/2011-08, Pronac nº: 11-8889, proponente: Conexão Cultural Serviços Ltda, CNPJ nº: 01.619.645/0001-70, que passa a ser "CINEFOOT".

Art. 2º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "Ópera na Tela 2010", processo nº: 01400.020845/2010-51, Pronac nº: 10-10465, proponente: Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual Ltda, CNPJ nº: 10.383.039/0001-99, que passa a ser "Festival Ópera na Tela".

Art. 3º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "Cinema Aberto em Ilhabela", processo nº: 01400.018644/2011-75, Pronac nº: 11-4142, proponente: Bazza Produções Sustentáveis Ltda, CNPJ nº: 11.388.966/0001-64, que passa a ser "Cinema Aberto".

Art. 4º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "5º Festival do Paraná de Cinema Brasileiro Latino", processo nº: 01400.005423/2010-56, Pronac nº: 10-1888, proponente: Nandi Produções Artísticas Ltda, CNPJ nº: 35.883.602/0001-19, que passa a ser "1º Festival de Cinema do Iguaçu".

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

10 1888 - 1º Festival de Cinema do Iguaçu
Nandi Produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 35.883.602/0001-19
PR - Pinhais
Período de captação: 12/11/2011 a 31/12/2011

09 5179 - Tchê Tube Divulgação Produto Cultural Gaúcho (Multimidia)
Cesar Almir Cattani
CNPJ/CPF: 416.556.560-15
RS - São Jerônimo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011

09 6463 - REMEIROS DO SÃO FRANCISCO
Deniston Fernandes Diamantino
CNPJ/CPF: 402.208.936-91
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011

10 11307 - Mostra Internacional Audiovisual Planeta Sustentável
Ecofalante
CNPJ/CPF: 05.678.997/0001-57
SP - São Paulo
Período de captação: 01/11/2011 a 31/12/2011

07 6730 - Interiores ou 400 Anos de Solidão
Werner Salles Bagetti
CNPJ/CPF: 787.398.454-00
AL - Maceió
Período de captação: 10/11/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 136, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 10927 - Plano Anual do Instituto Pensamentos Filmados
INSTITUTO PENSAMENTOS FILMADOS
CNPJ/CPF: 13.602.761/0001-65
Processo: 01400.035674/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.284.165,06
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Realização das atividades culturais do Instituto Pensamentos Filmados, ao longo de um ano, através da arte cinematográfica e audiovisual, para promover diálogos sobre o comportamento humano e a saúde mental.

11 11454 - Curtinhas Divertidos
PADUA E SAAD ESTUDIO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 10.355.342/0001-88
Processo: 01400.036130/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 149.990,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de uma animação de 25 minutos, composta por pequenos curtas, encabeçados pelo personagem "Luan, o cometinha".

11 9379 - Rondon Pacheco Reconhecimento ainda que tardio - Desenvolvimento econômico de Minas Gerais nas décadas de 60 e 70
CELSO VENÂNCIO TEIXEIRA MACHADO
CNPJ/CPF: 123.830.586-53
Processo: 01400.033699/20-11
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 442.829,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 45 minutos, sobre a contribuição do político uberlandense, Rondon Pacheco, para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

11 4132 - Projeto - Documentário Boi e Cavalo Pantaneiro, a raça brasileira.
João Carlos Ferreira Bertoli
CNPJ/CPF: 120.819.018-03
Processo: 01400.018633/20-11
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 233.806,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 52 minutos, sobre as origens, formação e criação da raça de Bois e Cavalos Pantaneiros na região de Mato Grosso.

11 0408 - Cine Humberto Mauro - Programação 2011
Instituto Cultural Sérgio Magnani
CNPJ/CPF: 06.922.630/0001-08
Processo: 01400.000583/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 542.213,58
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Realização de mostras e outras atividades, além de promover a regularidade de funcionamento da consagrada sala de cinema nas instalações do Palácio das Artes, em Belo Horizonte/MG de dezembro de 2011 a dezembro de 2012.

11 11456 - BELINHA
Mutante Filmes Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 06.049.590/0001-23
Processo: 01400.036133/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 150.000,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta de animação de 12 minutos, sobre uma ovelha que nasce com uma deficiência física e usa um carrinho para andar.

11 11455 - Os Curros
Marcelo Fernandes Carvevali
CNPJ/CPF: 831.702.437-72
Processo: 01400.036131/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 58.102,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 23 minutos, que apresenta o registro de alguns habitantes do centro da cidade de São Paulo.

11 11490 - África Hoje
Dona Rosa Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.130.502/0001-13
Processo: 01400.036184/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 583.040,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Realização de um mostra exclusiva de documentários africanos, de 20/04 a 20/07/2012, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

11 8905 - Caravana Cine Mirim Itinerante
Associação Cultural Núcleo de Rua
CNPJ/CPF: 02.077.099/0001-55
Processo: 01400.030016/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 562.000,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Realização de exibições de filmes de temática infanto-juvenil, destinado às cidades da região de São José de Rio Preto, de 08/05 a 31/11/2012.

11 9655 - Documentário "Ouro Preto - Olhar Poético"
Blima Gomes Bracher
CNPJ/CPF: 030.905.446-01
Processo: 01400.034058/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 101.875,40
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 30 minutos, sobre os principais pontos artísticos, o casario, igrejas, museus e monumentos de Ouro Preto.

11 2413 - Goitacá
Tainan Franco
CNPJ/CPF: 291.979.388-82
Processo: 01400.006570/20-11
SP - Jundiaí
Valor do Apoio R$: 536.100,00
Prazo de Captação: 02/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um média metragem de 50 minutos, sobre uma tribo indígena desconhecida de "Pindorama", que em 1352 derrota os índios "Goitacás".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 698, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 8651 - Farsa da Boa Preguiça (Circulação)
Sarau Agência de Cultura Brasileira Ltda.
00.185.247/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 111.924,75

PORTARIA Nº 699, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 4794 - CRIARTE
Associação de Esporte e Cultura Viva Vida
CNPJ/CPF: 11.660.145/0001-35
SP - São Vicente
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 4334 - Primaverando
Eureka Imagens e Idéias Ltda.
CNPJ/CPF: 02.021.803/0001-58
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 0317 - 8 MULHERES
LETICIA REIS CORNÉLIO
CNPJ/CPF: 014.311.407-75
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
09 3352 - Atrás do Pano - A Comédia
Academia de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 02.764.752/0001-54
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
09 8675 - Chopin & Sand: Romance sem palavras
SINGULARTE PRODUÇÕES LTDA.ME
CNPJ/CPF: 10.375.761/0001-81
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 4958 - DESFILE TEMÁTICO 2011 - SEMANA FARROUPILHA
Fundação Cultural Gaúcha- MTG
CNPJ/CPF: 87.433.280/0001-00
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 10394 - ppp@wllmshkspr - 20 Anos dos Parlapatões
Agentemesmo Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 04.964.795/0001-09
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 6101 - SEIS AULAS DE DANÇA EM SEIS SEMANAS - EXCURSÃO
Monteiro & Sá Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 01.107.543/0001-75
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 10435 - Atreva-se!
Velloni Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 03.162.410/0001-27
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 0836 - ANA - O Tempo e o Vento
GAM - Produções Artísticas e Culturais
CNPJ/CPF: 11.380.116/0001-10
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 4578 - Trupe Sofia
ICA - Instituto de Incentivo à Criança e ao Adolescente de Mogi Mirim.
CNPJ/CPF: 02.030.097/0001-00
SP - Mogi Mirim
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 12782 - Circulação (SP e RJ) do Espetáculo DESCOISAS, PRÉ-COISAS E, NO MÁXIMO, COISAS.
Expressão Criação e Produção
CNPJ/CPF: 06.159.977/0001-32
PR - Curitiba
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 5677 - Sinfonia Ambiental
Amazon Books & Arts Ltda.
CNPJ/CPF: 04.361.294/0001-38
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 11554 - OH! MINAS GERAIS
DELPHOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 11.730.229/0001-06
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 10624 - Festival de Verão de Novos Talentos
Realise Consultoria e Assessoria de Projetos e Eventos
CNPJ/CPF: 07.378.647/0001-09
SC - São Lourenço do Oeste
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 3755 - Primeiro Encontro de Orquestra de Viola Caipira - Cascavel-PR
Realise Consultoria e Assessoria de Projetos e Eventos
CNPJ/CPF: 07.378.647/0001-09
SC - São Lourenço do Oeste
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 0903 - Turnê da Orquestra Filarmonia Santa Catarina - Temporada de Concertos 2010.
Associação Cultural Filarmonia Santa Catarina
CNPJ/CPF: 10.720.551/0001-83
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 4938 - Turnê da Orquestra Contemporânea de Olinda
Amorim, Oliveira e Aureliano Produções Culturais Ltda-ME
CNPJ/CPF: 08.878.752/0001-61
PE - Olinda
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 7346 - Música das Américas
Educare Produções
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 10610 - Oficinas Culturais e Artes Mawaca na Serra da Capivara
Ethos Produtora de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 60.251.360/0001-98
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 12501 - MOMENTO RIO BANDOLIM - I Encontro Internacional de Bandolins do Rio de Janeiro
GSERPA PRODUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.096.697/0001-25
RJ - Petrópolis
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 6210 - Memória Musical: Reis do Choro 2
Solar de Cultura Artística Arte Miúda S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 01.307.653/0001-80
MG - Diamantina
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
09 3476 - Série Concertos Clássicos - Camerata Dona Francisca
Voldis Eleazar Sprogis
CNPJ/CPF: 522.640.099-34
SC - Joinville
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 11795 - Luciano Dallastra - CD Instrumental
William Fischer da Silva Junior
CNPJ/CPF: 622.407.739-87
PR - Cascavel
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 4000 - Exposição Fotográfica Flâneur - Um Novo Olhar.
ADRIO DENNER SANTOS DE SOUSA
CNPJ/CPF: 857.131.712-72
PA - Santarém
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 6178 - Exposição Senna 50
YDREAMS BRASIL - SERVIÇOS e SOLUÇÕES INTERATIVAS LTDA.
CNPJ/CPF: 08.720.796/0001-69
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
08 0352 - Restauração e Revitalização da Casa de São Pedro
Instituto Carl Hoepcke
CNPJ/CPF: 07.170.758/0001-17
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 11055 - Xilogravura e Literatura de Cordel nas Escolas - Brasília/DF
Cultura e Criatividade
CNPJ/CPF: 08.797.140/0001-44
DF - Brasília
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
09 4816 - Bea Feitler e o design gráfico (1938 - 1983)
Cosac e Naify Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 01.451.416/0001-99
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 6763 - Daniel Carranza
Realize Desenvolvimento Humano e Organizacional Ltda S/S
CNPJ/CPF: 07.755.224/0001-52
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 11619 - Como Éramos ELISes - Livro
JMB Shows e Produções Ltda. EPP
CNPJ/CPF: 08.544.326/0001-91
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 3286 - Feira do Livro de Camaquã
Fita Tape Comunicação e Arte Ltda
CNPJ/CPF: 11.997.239/0001-02
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 4369 - CARIOCA, O ESPÍRITO BRASILEIRO
CARINGI Comunicação
CNPJ/CPF: 00.415.985/0001-16
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 3385 - CABO FRIO E BÚZIOS: O DESEJO INTERNACIONAL
CARINGI Comunicação
CNPJ/CPF: 00.415.985/0001-16
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
09 5685 - Pegada; duas histórias
Noemi Jaffe
CNPJ/CPF: 935.612.538-49
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 0141 - Resumo Histórico de Mato Grosso
Paulo Pitaluga Costa e Silva
CNPJ/CPF: 181.763.137-34
MT - Cuiabá
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 0848 - Decor Brasil; Jorge Elias
Ray Beatriz Alves Pereira Me Produções
CNPJ/CPF: 06.893.447/0001-13
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 10871 - ALMANAQUE PINDORAMA
rogerio suarez barbosa lima
CNPJ/CPF: 046.984.107-97
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 1020 - TAPEJARA JOIA RARA, SUA HISTORIA E PORQUêS
Volnei LOpes da Silva
CNPJ/CPF: 232.144.819-91
PR - Curitiba
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 0116 - 1ª Mostra da Dança Tradicional e da Gaita Gaúcha
VH Produções Culturais e Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.923.695/0001-22
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 0899 - Feira do Livro do município de Pinhal Grande - RS
João Batista da Silva Fraga
CNPJ/CPF: 718.618.900-87
RS - Cachoeirinha
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
09 2317 - Escola Popular de Arte e Cultura Plínio Marcos - Ano II
Instituto Arte no Dique
CNPJ/CPF: 07.269.609/0001-00
SP - Santos
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 12381 - CURITIBIM;" 1º Festival de BRINCANÇÕES
Celeste Fernandez
CNPJ/CPF: 276.737.168-44
PR - Curitiba
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 4459 - GREEN DAY FESTIVAL
Usina 2 Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.847.824/0001-40
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
11 4416 - Saldanha Rolim e os tambores de Cantaria
José Maria Saldanha Rolim
CNPJ/CPF: 125.394.063-00
MG - Diamantina
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 11271 - CD Maicow Pinto In Concert
Luciano Vasconcelos da Silva
CNPJ/CPF: 022.319.124-81
PB - João Pessoa
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 3727 - COMUNIDADE SAMBA DA VELA: REVELANDO NOVOS COMPOSITORES DE SAMBA
Associação Cultural Comunidade Santo Amaro
CNPJ/CPF: 06.309.865/0001-10
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 8598 - O MELHOR DO CANTO E ENCANTO NATIVO
FATO SINGULAR - PROMOCAO & ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 10.771.976/0001-11
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
10 2510 - Coleção Portinari
Editora Caras S/A
CNPJ/CPF: 56.324.114/0001-41
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
10 11873 - I Simpósio Regional de Economia da Cultura
Karina Teixeira Pinto Saba
CNPJ/CPF: 154.682.028-08
SP - Campinas
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 5326 - Escritores Brasileiros no CCBB SP
Amar Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 06.143.941/0001-60

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG - Viçosa
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 12122 - I Encontro Itinerante de Estudo das Mídias Escritas
MARIA INES TEIXEIRA PINTO SABA E CIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 02.842.874/0001-11
SP - Campinas
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 1520 - Projeto Tributo à Lusofonia
Caderno 2 Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 40.560.773/0001-47
BA - Salvador
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011
10 5174 - VIII BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO
EVENTOS PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 12.853.719/0001-54
PE - Recife
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 700, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 10 12501 - "FESTLIP 2011 - FESTIVAL DE TEATRO DA LÍNGUA PORTUGUESA - 4a. Edição", publicado na portaria de aprovação N° 0293/11 de 30/05/2011, publicada no D.O.U. em 31/05/2011, para "FESTLIP 2012 - FESTIVAL DE TEATRO DA LÍNGUA PORTUGUESA - 5a. Edição".

PRONAC: 10 11391 - "Tekhne - tecnologia e cultura", publicado na portaria de aprovação N° 0755/10 de 30/12/2010, publicada no D.O.U. em 31/12/2010, para "FOCO - tecnologia e cultura".

PRONAC: 08 6616 - "Artista Viajantes: Pablo De La Riestra", publicado na portaria de alteração de aprovação N° 1050/09 de 10/09/2009, publicada no D.O.U. em 11/09/2009, para "Caderno de Viagem - Pablo De La Riestra".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

PORTARIA Nº 701, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério, conforme anexo abaixo:

Art. 2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 05/10/10, publicada no Diário a Oficial União de 06/10/10, a saber: "O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo mínimo de dez anos".

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

06-9412	Festival Úmbria Jazz/Brasil	Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF	Realizar festival de música instrumental, em parceria com o Úmbria Jazz, em 03 capitais brasileiras, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Na programação estão Stefano Bollani Quintet, The Jazz at Lincoln Center Orchestra, Erico Rava e Grupo, Pat Metheny + Brad Mehldau, e convidados especiais.	Música	2.370.062,60	1.930.562,61	509.915,56
06-5063	Campinas das Artes	Direção Cultura Produções e Eventos Ltda.	Realizar um abrangente painel de manifestações artísticas na cidade de Campinas, estado de São Paulo, através da elaboração de um circuito de exposições de obras de arte e de eventos culturais que acontecerão simultaneamente em locais de importância arquitetônica, histórica e cultural da cidade.	Artes Visuais	307.670,00	307.670,00	125.000,00
04-5895	Macbeth itinerante	Quizomba Arte e Cena Ltda.	O objetivo do projeto é a itinerância de um espetáculo teatral adulto denominado Macbeth de Willian Shakespeare para o Distrito Federal, possibilitando ao público brasileiro assistir a montagem de Macbeth do maior autor clássico da dramaturgia inglesa. Este espetáculo torna-se mais relevante por Macbeth pertencer a fase de maior maturidade do autor, sendo uma das peças mais relevantes. O projeto busca ainda difundir o sucesso desse espetáculo de público e crítica para outras regiões do país.	Artes Cênicas	180.063,00	175.387,30	113.000,00
06-1193	Diário dos Campos: Memórias de Um Jornal Centenário	Alessandra Perrinchelli Bucholdz	O projeto tem como objetivo a edição de um livro para resgatar a história da imprensa em Ponta Grossa, através do jornal Diário dos Campos, que em 27 de abril de 2007 completa 100 anos. Serão 2.000 exemplares.	Humanidades	104.862,60	99.862,60	54.000,00
08-0845	Auto de Natal	Maria Regina Vogue Produções - ME	Montagem de um auto natalino que resgate a verdadeira história de natal, serão 12 apresentações em local aberto ao público. O espetáculo vai misturar pequenos textos e músicas natalinas.	Artes Cênicas	146.700,00	146.700,00	146.000,00
06-9443	Organização e Montagem do Museu de História Barão de Studart	Instituto do Ceará	Preservação, catalogação e digitação do acervo e conservação da memória coletiva do Instituto, com vistas a aprimorar e ampliar a comunicação mais direta com estudantes, pesquisadores e público em geral, possibilitando maior utilização do acervo disponível.	Patrimônio Cultural	449.085,48	411.585,48	411.585,48
07-5707	Daniel Senise	Tisara Arte Produções Ltda.	Mostra de pinturas, gravuras, desenhos, rascunhos, fotografias e fragmentos que compõem o universo pictórico do artista plástico Daniel Senise	Artes Visuais	500.013,79	458.549,68	458.000,00
05-7212	Manobras Radicais - São Paulo	Artviva Produção Cultural Ltda	Realizar a exposição Manobras Radicais, com curadoria de Paulo Herkenhoff e consultoria da Prof. Heloisa Buarque de Hollanda que tem como objetivo colocar em debate, através de uma exposição de arte, a potente ironia crítica, o humor ácido e independência criativa da arte proposta pelas mulheres do séc. XXI. A mostra pretende oferecer um panorama da instigante e inédito da arte brasileira destes últimos 10 anos, apresentando obras nos mais diversos suportes tais como: projeções de vídeo, objetos em painéis e vitrines, fotografias, esculturas, pinturas e instalações e ocupará integralmente o espaço do CCBB de São Paulo. Será editado um catálogo/livro com 1000 exemplares.	Artes Visuais	448.966,00	446.766,00	388.000,00
06-3105	São Leopoldo em dança - Festival de Dança de São Leopoldo 2006	Margit Kolling	Realização de um festival de dança no município de São Leopoldo ,que possa integrar e envolver manifestações artísticas da área da dança, com possibilidade de salutar troca de experiências, aprimoramento , enriquecimento e incentivo pela participação de oficinas e assistência a cursos ministrados.	Artes Cênicas	164.754,00	157.346,00	125.000,00
02-3184	O Que São Drogas?	Sociedade Esportiva e Recreativa Perdigão	TEMA: Reedição de livro infanto juvenil de mesmo título, de autoria de Patrícia Engel Secco, no qual o ratinho Felício Feliz e seus amigos têm uma franca e construtiva conversa sobre DROGAS com sua professora, Dona Helena. As crianças conhecem um jovem que está enfrentando problemas sérios por consumir drogas e, curiosos a respeito do assunto, tiram suas dúvidas com a professora.OBJETIVO: O titulo se justifica pela importância do tema em questão : a conscientização para o perigo das DROGAS.PECULIARIDADE: Este livro já foi editado e distribuído anteriormente nas cidades de Campinas e São Paulo, tendo sido o mesmo prefaciado pelo então Ministro da Saúde Sr. José Serra. Justifica-se também pelo incentivo ao hábito da leitura. TIRAGEM: 40.000 exemplares.	Humanidades	46.980,00	46.980,00	46.980,00
08-2347	Iluminado Dominguinhos - Instrumental	Zap Records Ltda.	Gravação ao vivo do show ILUMINADO DOMINGUINHOS, com participações especiais de músicos instrumentais, na cidade do Rio de Janeiro.	Música	358.820,00	346.731,00	346.731,00

RETIFICAÇÃO

No nome do projeto na Portaria de alteração de nome nº. 678, de 22/11/2011, publicada no DOU em 23/11/2011, Seção 1, referente ao Processo: 01400.027827/2011-81, - Pronac: 11 8084.

Onde se lê: Galeria da Luz

Leia-se: Galeria de Luz

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DECISÓRIO DO MINISTRO
Em 21 de novembro de 2011

Nº 24 -
Processo MD nº 60150.000314/2006-14.
Assunto: Cessão de uso para atividades de apoio e alienação de bens imóveis administrados pelas Forças Armadas.
Documento Vinculado: Parecer nº 635/2011/CONJUR/MD.

1. Submete-se à deliberação do MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA processo administrativo versando sobre a questão da competência para autorizar a cessão de uso para atividade de apoio e para alienar os bens imóveis sob administração das Forças Armadas, sendo emitido na ocasião o PARECER Nº 635/2011/CONJUR/MD.

DECISÃO

Aprovo o entendimento adotado no PARECER Nº 635/2011/CONJUR/MD, que, em complemento às orientações da Advocacia-Geral da União, conclui:

a - que compete ao Ministro de Estado da Defesa ou à autoridade delegada autorizar a cessão de uso para atividade de apoio dos bens imóveis sob administração dos Comandos Militares, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.636/98 e do art. 13 do Decreto nº 3.725/2001, ressalvada a impossibilidade de delegar a competência normativa prevista no inciso VI do art. 12 do citado decreto;

b - que as receitas e despesas públicas correspondentes às alienações e às compras de que tratam as Leis nºs 5.651/1970 e 5.658/1971 devem estar previstas no planejamento orçamentário dos Comandos Militares, em respeito ao princípio da universalidade do orçamento; e

c - que as Leis nºs 5.651/1970 e 5.658/1971 devem ser interpretadas em conjunto com a Lei Complementar nº 97/1999 e com a Lei nº 10.683/1993, de modo que as alienações dos bens imóveis administrados pelos Comandos Militares sejam previamente aprovadas pelo Ministério da Defesa.

Publique-se.

Remetam-se cópias do parecer e deste despacho decisório aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para ampla divulgação nas respectivas Forças.

CELSO AMORIM

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 630/GC3, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Aprova a reedição da Diretriz do Comando da Aeronáutica que estabelece a Concepção Operacional ATM Nacional.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67600.017104/2011-26, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da DCA 351-2 "Concepção Operacional ATM Nacional", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria no 299/GC3, de 5 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 5 de maio de 2008, Seção 1, página 22.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.683ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmºs. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e ausente o Exmº Sr. Juiz NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

20.192/2003, 22.772/2007, 24.986/2010, 25.001/2010, 25.326/2010 25.347/2010 e 25.498/2010 da Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha, 23.321/2008, 24.982/2010, 25.748/2011, 25.830/2011e 25.956/2011do Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, 24.848/2010, 25.045/2010 e 25.859/2011 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel, 24.051/2009, 24.906/2010 e 25.034/2010 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, 23.932/2009, 24.372/2009 e 25.870/2011 do Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos e 23.490/2008 24.149/2009, 24,862/2010 e 25.387/2010 do Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 23.961/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo as balsas "DONA ALDORA", não inscrita, e "MISS RONDÔNIA", ocorridos no rio Negro, Manaus, Amazonas, em 04 de setembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Navegação Ana Carolina Ltda. - EPP (Proprietária) e HILNAVE - Transportes e Navegação Ltda. (Responsável pela balsa).

Nº 25.694/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JANAÚ XI" com a balsa "LINAVE III" e uma canoa sem identificação, ocorridos no porto da empresa LINAVE, orla fluvial de Belém, Pará, em 17 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Carlos Antônio Monteiro Serra (Condutor/Responsável pela canoa).

Nº 26.178/2011 - Fato da navegação envolvendo a lancha "JANAINA PRINCESA DO MAR II" e seu condutor, ocorrido nas proximidades da ilha de Jurubaíba, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Fabrício Neves Mendes (Proprietário).

Nº 25.730/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "PETRECK I" e um de seus ocupantes, ocorridos nas proximidades da foz do rio Curuçá, ilha do Pará, Afuá, Pará, em 12 de julho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Francisco do Espírito Santo Rodrigues (Condutor).

Nº 26.013/2011 - Fato da navegação envolvendo o Rb "VEGA", o Rb "BRUCUTU" e o NM "ALFRED N", ocorrido no porto de Tubarão, Espírito Santo, em 05 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A. (Proprietário) e Januário Milagres Ferreira (Mestre).

Nº 25.590/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a canoa de alumínio "POLÍCIA MILITAR 3BPM", seu condutor e passageiros, ocorridos no rio Sono, município de Pedro Afonso, Tocantins, em 25 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Estado do Tocantins (Proprietário/Armador) e Reinaldo Ferreira Miranda (Condutor).

JULGAMENTO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Nº 24.162/2009 - Acidentes da navegação envolvendo a LM "CAPTAIN" com objeto submerso, ocorridos próximo à ilha de Toque-Toque, São Sebastião, São Paulo, em 22 de março de 2008. Embargos de Declaração Nº 08/2011, interposto em 27OUT2011. Embargante: Teresa Sampaio Reinoso (advogada), Advª Drª Teresa Sampaio Reinoso (OAB/RJ 35.292) (em causa própria) Embargada: Decisão do Tribunal de 21JUL2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: não conhecer do recurso, por falta dos requisitos de admissibilidade, por ter sido interposto ao arrepio do art. 113, da Lei nº 2.180/54, por ser intempestivo.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 23.002/2007 - Fato da navegação envolvendo o NM "MAERSK NARVIK", de bandeira liberiana, e um estivador, ocorrido no porto de Paranaguá, Paraná, em 23 de agosto de 2006.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A. (Operadora Portuária), Adv. Dr. José Maria Valinas Barreiro (OAB/PR 4206) e Wanderlei Correa (Operador de Portêiner), Adv. Dr. Fábio Luiz de Queiroz Telles (OAB/PR 29.068). Decisão unânime: julgar improcedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 129/142) para, exculpar TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A e Wanderlei Corrêa, determinando o arquivamento dos autos, por considerar o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, equiparado aqueles de origem indeterminada.

Nº 25.104/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "RIO CACHOEIRY" com as balsas "JANAUIRA" e "MADESA II" e um tripulante, ocorridos no rio Amazonas, Óbidos, Pará, em 17 de fevereiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: SAMALVERDE Produtos e Serviços Florestais Ltda. (Proprietária), Adv. Dr. João Bosco Oliveira de Almeida (OAB/PA 9.474). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência e negligência da representada SAMALVERDE Produtos e Serviços Florestais Ltda., condenando-a à pena de multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e ao pagamento das custas processuais.

Nº 24.867/2010 - Fato da navegação envolvendo a balsa "KARLA" e um veículo, ocorrido no rio Ceará-Mirim, durante a travessia de Genipabu para Barra do Rio, Rio Grande do Norte, em 01 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Renato Carlos da Silva (Mestre/Condutor), Adv. Dr. Igor Hentz (OAB/RN 8.705). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letras "c" e "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência de RENATO CARLOS DA SILVA, condenando-o à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, combinado com os artigos 124, inciso III e 127, § 1°, atenuada pelo art. 139, inciso IV, letra "d", da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, agente da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 23, inciso VIII (descumprir qualquer outra regra prevista, não especificada nos incisos anteriores - não cumprimento da NORMAM 02/DPC) e a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário da balsa "KARLA", Aluízio de Borba.

Nº 25.190/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "RONDÔNIA", quando atracado no cais da Companhia Docas do Pará, Belém, Pará, em 08 de junho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Empresa de Navegação A R Transporte Ltda. (Proprietária), Adv. Dr. Albaney Pereira Rocha (OAB/PA 11.288). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência, condenando a Empresa de Navegação A. R. Transportes Ltda. à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, combinado com o art. 124, § 1° e com o art. 127, § 2°, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

Às 15h35min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h40min.

Nº 24.799/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "JAGUARI", na época sem nome e não inscrita, ocorridos no rio Amambaí, Corumbá, Mato Grosso do Sul, em 28 de novembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Michel Nottbeck Bechtejew (Arrendatário) e Valdemar Borges da Cruz (Operador da balsa), Advªs Drª Thais Mayumi Kurita (OAB/SP 193.091), Drª Marina Nascimbem Bechtejew Richter (OAB/SP 234.753) e Drª Patricia Castro Neves dos Santos (OAB/RJ 149.233). Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência dos representados, MICHEL NOTTBECK BECHTEJEW, na qualidade de arrendatário da fazenda Jaguari, proprietária da balsa, e VALDEMAR BORGES DA CRUZ, na qualidade de operador desta balsa, acolhendo, em parte, os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e com fulcro nos artigos 121, 124, inciso VII, 127, 133, a agravante prevista no art. 135, inciso II, e as atenuantes previstas no art. 139, inciso IV, letras "a" e "d", aplicar a ambos à pena repreensão. Custas processuais ao primeiro Representado. Exculpar ambos os representados com relação ao acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio), acolhendo, em parte, os termos da defesa conjunta, por não ter ficado provado, acima de qualquer dúvida, o que lhes foi atribuído na Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, em relação ao naufrágio.

Nº 24.860/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NM "UP TOPAZIO", de bandeira panamenha, e o NM "BARBAROSSA", de bandeira gibraltarina, ocorrido na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Gordon Wilfred Macneill (Comandante), Adv. Dr. Antônio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, acolhendo a tese da defesa, exculpando o representado, Gordin Wilfred MacNeill, comandante do N/M "UP TOPÁZIO", e arquivando os presentes autos.

Nº 25.093/2010 - Acidente da navegação envolvendo a LM "LARISSA", não inscrita, com o fundo, ocorrido no rio Paraná do Urariá, Maués, Amazonas, em 27 de novembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Max Tatiere Maia Carneiro (Proprietário/Condutor), Adv. Dr. Odiney Nogueira Teixeira (OAB/AM A-271). Decisão unânime: julgar os acidentes da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (colisão com o fundo, encalhe e posterior naufrágio), da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência de Max Tatiere Maia Carneiro, vulgo "Tatí", mecânico e Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés, proprietário e condutor da L/M "LARISSA", não inscrita na Capitania, acolhendo, em parte, os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, 124, inciso I, 127, e 139, inciso IV, letra "d", aplicar à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), cumulativamente com a pena de repreensão. Custas processuais na forma da Lei. Oficiar a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA cometidas pelo proprietário da embarcação "LARISSA", Max Tatiere Mala Carneiro, que não guardam relação causal com os acidentes da navegação em pauta, para a aplicação das penas cabíveis: art. 16, inciso I (falta de inscrição da embarcação): art. 19, inciso I, c/c a Lei n° 8.374/91 (falta de seguro obrigatório) e o art. 20, inciso I (falta de luzes de navegação, em navegação noturna).

ARQUIVAMENTO

Nº 25.228/2010 - Fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e um tripulante, ocorrido no canal de Santa Cruz, ilha de Itamaracá, Pernambuco, em 30 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: retornar os autos à Douta Procuradoria para representar em face de Oseias da Costa Barros, uma vez que a falta de material de salvatagem foi determinante para a morte do tripulante Fabio Cruz Barros, conforme apontado na conclusão do Encarregado do Inquérito, ainda que não tenha sido para a sua queda na água.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL

Nº 25.899/2011 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "VICTORIO", ocorrido no porto de Tubarão, Vitória, Espírito Santo, em 12 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.940/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Parnaúba, nas proximidades de Bagre, Pará, em 26 de julho de 1999.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.691/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Acará, nas proximidades de Acará, Pará, em 14 de junho de 1998.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.767/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "BRISA MAR I" e um passageiro, ocorrido no trapiche da Albaline, Paranaguá, Paraná, em 26 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.832/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "TRÊS IRMÃOS" e uma passageira, ocorrido no rio Xingu, município de Senador José Porfírio, Pará, em 07 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem não apurada, e mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.869/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "BOM JESUS DE BREVES VI" e uma passageira, ocorrido no rio Pará, Bagre, Pará, em 09 de março de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos artigos 13, inciso II e 24 do RLESTA, cometidas pelo Comandante.

Nº 25.915/2011 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO L" com as balsas "JEANY SARON XXVII" e "JEANY SARON XXXIV" e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades de Almerim, Pará, em 07 de novembro de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.955/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "SANTARÉM" e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, Almerim, Pará, em 22 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.964/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "NAVAJO PRINCESS", de bandeira filipina, e um tripulante, ocorrido nas proximidades da enseada do Bananal, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da vítima, cuja punibilidade está extinta por óbito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.985/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Paru, nas proximidades de Prainha, Pará, em 09 de janeiro de 1997.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.990/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "SEPU" e seu condutor, ocorrido em Bombinhas, Santa Catarina, em 17 de fevereiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, o Advogado da União, Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, fez uso da mesma o Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel que requereu autorização para DELEGAR ATRIBUIÇÕES ao Sr. Capitão dos Portos da Amazônia Oriental, para que a autoridade ouça o depoimento pessoal dos representados no processo 25.380/2010 sendo deferido por unanimidade nos termos do art. 16, letra "b", da Lei nº 2.180/54, e nada mais havendo a tratar, às 16h50min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 29 de novembro de 2011.
Juiz LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.696, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a utilização de dados referentes ao Ideb de 2009 dos municípios que não tiverem o Ideb de 2011 divulgado.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 e no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º O Ministério da Educação e suas autarquias vinculadas utilizarão para todos os fins e efeitos os dados referentes ao Ideb de 2009 dos municípios que não tiverem o Ideb de 2011 divulgado nos termos da Portaria INEP nº 410, de 3 de novembro de 2011, até que sobrevenha a divulgação de dados mais atualizados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

RETIFICAÇÃO

No anexo à Portaria MEC nº 1.584, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2011, Seção 1, página 68,

Onde se lê:

Para:	Instituição cedente:
26258 UTFPR	15000 MEC Cargo: Professor de 3ª Grau Código SIAPE: 060001 Nª de vagas: 30 Códigos de Vaga: 0904890 a 0904920
26264 UFERSA	15000 MEC Cargo: Professor de 3ª Grau Código SIAPE: 060001 Nª de vagas: 15 Códigos de Vaga: 0858827; 0859140; 0859141; 0859142; 0859143; 0859144; 0859145; 0859146; 0859147; 0859148; 0859149; 0859150; 0859151; 0859152; 0861669; 0861670

Leia-se:

Para:	Instituição cedente:
26258 UTFPR	15000 MEC Cargo: Professor de 3ª Grau Código SIAPE: 060001 Nª de vagas: 30 Códigos de Vaga: 0904891 a 0904920
26264 UFERSA	15000 MEC Cargo: Professor de 3ª Grau Código SIAPE: 060001 Nª de vagas: 15 Códigos de Vaga: 0858827; 0775632; 0775633; 0775634; 0775635; 0775636; 0775637; 0775638; 0775639; 0775640; 0859150; 0859151; 0859152; 0861669; 0861670

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 239, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso II, art. 55 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Promover a alteração da Modalidade de Aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro 2011, e suas alterações e de acordo com a legislação vigente, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º A presente alteração se faz necessária para a execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR, PRODOCÊNCIA e Novos Talentos, via instrumentos legais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

ANEXO

26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Programa de Trabalho	ESF	ID USO	FONTE	GRUPO DE DESPESA	VALOR	Modalidade de Aplicação SIT. ANTERIOR	Modalidade de Aplicação SIT. ATUAL
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA							
12.361.1448.20CV.0001							
FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA							
	1	0	0112	3	3.627.941,89 3.000.000,00	30 50	90 90
12.128.1448.6333.0001							
APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA							
	1	0	0112	3	325.672,97	90	30

PORTARIA Nº 240, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso II, art. 55 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Promover a alteração da Modalidade de Aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro 2011, e suas alterações e de acordo com a legislação vigente, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º A presente alteração se faz necessária para ajustar a dotação inicialmente prevista ao pagamento de bolsas de estudo através de convênio, tendo em vista pagamento direto ao bolsista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

ANEXO

26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Programa de Trabalho	ESF	ID USO	FONTE	GRUPO DE DESPESA: 3	Modalidade de Aplicação SIT. ANTERIOR	Modalidade de Aplicação SIT. ATUAL
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA						
12.364.1375.0487.0001						
CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAÍS				4.281.678,14		
	1	0	0112	233.998,14	30	90
	1	0	0112	122.830,00	40	90
	1	0	0112	3.924.850,00	50	90

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.756, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

Homologar os resultados do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n°. 034, de 16/5/2011, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA
Área de Conhecimento: NEFROLOGIA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: 20 horas semanais
RENATA BEZERRA TAVARES
DEPARTAMENTO DE CLÍNICA CIRÚRGICA
Área de Conhecimento: ANESTESIOLOGIA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: 20 horas semanais
LUCIANA FREIRE DE OLIVEIRA
RODRIGO DOS REIS FERREIRA
FACULDADE DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA
Área de Conhecimento: PROJETOS E MÁQUINAS
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE GÁS E PETRÓLEO
Área de Conhecimento: PROCESSOS
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Área de Conhecimento: MATERIAIS METÁLICOS
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
LUCAS FREITAS BERTI
JOSÉ FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
JOSÉ CARLOS CALADO SALES JÚNIOR
JOÃO JOSÉ MELO DOS SANTOS
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE MANAUS
Área de Conhecimento: ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA
Área de Conhecimento: PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1
Carga Horária: Dedicação Exclusiva
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
DEPARTAMENTO DE FÍSICA
Área de Conhecimento: ENSINO DE FÍSICA
Classe/Padrão: Professor Adjunto, MS-C, nível 1
Carga Horária: Dedicação Exclusiva
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE DE HUMAITÁ
Área de Conhecimento: ENGENHARIA AMBIENTAL
Classe/Padrão: Professor Assistente MS-B, nível 1
Carga Horária: Dedicação Exclusiva
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Área de Conhecimento: ESTATÍSTICA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: Dedicação Exclusiva
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Estabelecer o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, especificamente para as áreas com candidatos aprovados, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 356, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

REITOR DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e estatutárias, tendo a apuração dos fatos contida no Processo de Sindicância n.º 23115.008666/2011-85, bem como em acatamento às recomendações do Ministério Público Federal do Maranhão, mediante Ofício n.º 1.011/2011-IGSS/PR/MA, decorrente do Inquérito Civil Público n.º 626/2011, Processo n.º 23115.015906/2011-06, resolve:

Desclassificar a candidata BÁRBARA CRISTINA PEREIRA DA SILVA, inscrita sob n.º 768601, do concurso público para o cargo de Assistente em Administração do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata o Edital PRH n.º 2/2011, em face de ter participado ativamente do processo de elaboração do referido concurso promovido pelo Núcleo de Eventos e Concursos da UFMA, resultando em evidente quebra de isonomia com os demais candidatos, uma vez que teve acesso a informações privilegiadas.

NATALINO SALGADO FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio n.º 248/2011/UFOP/CEAD, de 24 de outubro de 2011, da Diretoria do Centro de Educação Aberta e a Distância; a documentação constante do processo UFOP n.º 7.495/2010, resolve:

Nº 4.614 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de dezembro de 2011, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Organizações Públicas/Métodos e Organização Racional do Trabalho, de que trata o Edital PROAD nº 143, de 18.08.2010, publicado no DOU de 19.08.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, iniciada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental da Escola de Farmácia em 08 de novembro de 2011; a documentação constante do processo UFOP n.º 2.955/2011, resolve:

Nº 4.615 - Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD n.º 52, de 16.05.2011, publicado no DOU de 17.05.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Clínica Médica/Gastroenterologia, em que não houve candidato aprovado.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental da Escola de Minas, em 1º de novembro de 2011; a documentação constante do processo UFOP n.º 2.956/2011, resolve:

Nº 4.616 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD n.º 52, de 16.05.2011, publicado no DOU de 17.05.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Engenharia Elétrica/Sistemas Eletrônicos de Medida e de Controle/Controle de Processos Eletrônicos, Retroalimentação/Instrumentação Eletrônica, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Alan Kardek Rêgo Segundo e José Alberto Naves Cocota Júnior.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Filosofia, Artes e Ciências, em 03 de novembro de 2011; a documentação constante do processo UFOP n.º 2.957/2011, resolve:

Nº 4.617 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD n.º 52, de 16.05.2011, publicado no DOU de 17.05.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Direção Teatral/Iluminação, em que foi aprovado o candidato Berilo Luigi Deiró Nosella.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, em 1º de novembro de 2011; a documentação constante do processo UFOP n.º 2.958/2011, resolve:

Nº 4.618 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD n.º 52, de 16.05.2011, publicado no DOU de 17.05.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Engenharia de Produção, em que foi aprovado o candidato Jean Carlos Machado Alves.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, em 26 de outubro de 2011; a documentação constante do processo UFOP n.º 2.959/2011, resolve:

Nº 4.619 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD n.º 52, de 16.05.2011, publicado no DOU de 17.05.2011, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, da Carreira de Magistério, área Educação/Fundamentos da Educação/Política Educacional, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Marcelo Donizete da Silva e Maria Aparecida Augusto Satto Vilela.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio n.º 250/2011/UFOP/CEAD, de 24 de outubro de 2011, da Diretoria do Centro de Educação e a Distancia; a documentação constante do processo UFOP n.º 7.498/2010, resolve:

Nº 4.623 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Educação/Pedagogia, de que trata o Edital PROAD nº 140, de 18.08.2010, publicado no DOU de 19.08.2010, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio n.º 247/2011/UFOP/CEAD, de 24 de outubro de 2011, da Diretoria do Centro de Educação e a Distância; a documentação constante do processo UFOP n.º 7.496/2010, resolve:

Nº 4.624 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Geografia subárea Ensino da Geografia, de que trata o Edital PROAD nº 142, de 18.08.2010, publicado no DOU de 19.08.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio n.º 249/2011/UFOP/CEAD, de 24 de outubro de 2011, da Diretoria do Centro de Educação e a Distância; a documentação constante do processo UFOP n.º 7.494/2010, resolve:

Nº 4.625 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Administração Financeira/Gestão Orçamentária, de que trata o Edital PROAD nº 144, de 18.08.2010, publicado no DOU de 19.08.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no OFICIO UFOP/ICEB/DEBIO n.º 111/2011, de 24 de outubro de 2011, do Departamento de Biodiversidade, Ecologia e Meio Ambiente do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas; a documentação constante do processo UFOP n.º 7.397/2010, resolve:

Nº 4.626 - Prorrogar, por um ano, a partir de 10 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Educação - Ensino de Ciências, de que trata o Edital PROAD nº 139, de 13.08.2010, publicado no DOU de 16.08.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio n.º 117/DECEA/UFOP/2011, de 27 de outubro de 2011, do Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas; a documentação constante do processo UFOP n.º 7.833/2010, resolve:

Nº 4.627 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Matemática, de que trata o Edital PROAD nº 154, de 31.08.2010, publicado no DOU de 1º .09.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no MEMORANDO EM/DEARQ/089/2011, de 22 de setembro de 2011, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas; a documentação constante do processo UFOP n.º 8.896/2010, resolve:

Nº 4.628 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Planejamento e Projetos da Edificação, de que trata o Edital PROAD nº 161, de 1º .10.2010, publicado no DOU de 04.10.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio nº 150/2011/DEART, de 27 de outubro de 2011, do Departamento de Artes do Instituto de Filosofia, Artes e Ciências; a documentação constante do processo UFOP n.º 8.897/2010, resolve:

Nº 4.629 - Prorrogar, por um ano, a partir de 06 de janeiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Teatro/Cenografia, de que trata o Edital PROAD nº 162, de 1º .10.2010, publicado no DOU de 04.10.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 310ª reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; a solicitação constante no oficio DECSO/UFOP n.º 144/2011, de 13 de outubro de 2011, encaminhado pelo Departamento de Ciências Sociais, Comunicação Social - Jornalismo e Serviço Social do Instituto de Ciência Sociais Aplicadas; a documentação constante do processo UFOP n.º 8.516/2010, resolve:

Nº 4.630 - Prorrogar, por um ano, a partir de 16 de fevereiro de 2012, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Serviço Social, de que trata o Edital PROAD nº 156, de 20.09.2010, publicado no DOU de 21.09.2010, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

JOÃO LUIZ MARTINS
Presidente do Conselho

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÕES DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Nº 1.281 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 245ª reunião ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 3.246/2011, resolve: Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 62, de 30 de maio de 2011, publicado no DOU em 01 de junho de 2011, realizado para o cargo de Técnico de Laboratório/Controle e Automação, em que não houve candidato aprovado.

Nº 1.288 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 245ª reunião ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 3.247/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 62, de 30 de maio de 2011, publicado no DOU em 01 de junho de 2011, realizado para o cargo de Técnico de Laboratório/Eletrotécnica, em que foi aprovado, para o campus João Monlevade, o candidato Thiago Lobo Diana. Art. 2º O Concurso Público de que trata a presente Resolução terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no Diário Oficial da União, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 1.289 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 245ª reunião ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 3.249/2011, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 62, de 30 de maio de 2011, publicado no DOU em 01 de junho de 2011, realizado para o cargo de Técnico de Laboratório/Telecomunicações, em que não houve candidato aprovado.

JOÃO LUIZ MARTINS
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 44, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Portaria Interministerial nº 3.185, de 07 de outubro de 2004, modificada pela Portaria Interministerial nº 475, de 14 de abril de 2008 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico apresentadas na reunião extraordinária de 03 de novembro de 2011 e pelos fundamentos da Informação nº 033/2011-CGLNES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º . Fica recredenciada, pelo período de 02 (dois) anos a contar de 23 de outubro de 2011, a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão, CNPJ nº 07.060.718/0001-12, como Fundação de Apoio à Universidade Federal do Maranhão - UFMA, processo nº 23000.007789/2011-96.

Art. 2º . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 30 de novembro de 2011(*)

Nº 249 - INTERESSADOS: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) CUJOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA (BACHARELADO) OBTIVERAM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS (MENORES QUE 3) NO CPC REFERENTE AO ANO DE 2010

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no exercício de suas atribuições previstas no ordenamento legal vigente, acolhendo a íntegra da Nota Técnica nº XXX/2011-CGSUP/SERES/MEC, inclusive como motivação, com fulcro nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º , da Constituição Federal; art. 46, § 1º , da Lei 9.394/96; arts. 2º , parágrafo único, e 4º , da Lei nº 10.861/2004; arts .2º , 5º , 45 e 50, §1° da Lei n.º 9.784/99; e arts. 45 a 57, do Decreto n.º 5.773/2006, determina que:

1.Sejam aplicadas medidas cautelares preventivas, em face dos cursos de graduação em Fisioterapia (bacharelado), na modalidade presencial, das Instituições de Educação Superior (IES) referidas nos ANEXOS I e II, de:

a.redução de vagas de novos ingressos conforme os ANEXOS I e II;

b.sobrestamento dos processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso de graduação em Fisioterapia (bacharelado), das respectivas IES;

c.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da Lei n.º 9.394/96, em relação ao referido curso, das IES constantes do ANEXO I;

d.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto n.º 5786/2006, em relação ao referido curso, das IES que sejam Centros Universitários;

2. Seja instaurado processo específico de supervisão em face de cada uma das IES referidas nos ANEXOS I e II, cujo objeto será o curso de graduação em Fisioterapia (bacharelado) e no qual se oportunizará o saneamento de deficiências;

3. As medidas cautelares referidas no item 1 vigorem até a deliberação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) sobre o relatório final do respectivo processo de supervisão;

4. As IES referidas nos ANEXOS I e II protocolem pedido de renovação de reconhecimento de seu(s) curso(s) de graduação em Fisioterapia, nos termos do art. 35-C, da Portaria Normativa MEC Nº 40/2007;

5. Seja feita a atualização de vagas no cadastro e-MEC, conforme ANEXOS I e II, bem como a divulgação das medidas determinadas neste Despacho;

6. As IES referidas nos ANEXOS I e II sejam notificadas do Despacho, nos termos dos arts. 11, § 4º , e 47, do Decreto nº 5.773/2006;

7. As IES referidas nos ANEXOS I e II informem, em 30 (trinta) dias, a contar da ciência do Despacho, as providências adotadas como forma de cumprir as medidas cautelares administrativas referidas no item 1, por meio de manifestação formal, acompanhada de documentos comprobatórios;

8. Em caso de falta de comprovação ou descumprimento das medidas determinadas no Despacho, seja instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade prevista nos arts. 46, § 1º , da Lei nº 9.394/96, 10, § 2º da Lei nº 10.861/2004 e 52 do Decreto nº 5.773/2006.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO I

CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas (anuais)	Vagas a reduzir	vagas totais a oferecer a partir deste ato
1	1869	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ	UNIVERSITAS	MG	1,93	2	40	0	40
2	1422	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	UNINORTE	AM	1,90	2	412	82	330
3	3966	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA *	UNEC	MG	1,89	2	48	8	40
4	3875	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	MG	1,89	2	156	31	125
5	449	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - SANTA MARIA	ULBRA	RS	1,88	2	55	11	44
6	1450	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	UNICERP	MG	1,88	2	40	0	40
7	514	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	UBM	RJ	1,86	2	40	0	40
8	4522	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	SP	1,86	2	40	0	40
9	330	UNIVERSIDADE IGUAÇU - ITAPERUNA *	UNIG	RJ	1,82	2	47	7	40
10	669	UNIVERSIDADE NILTON LINS	UNINILTONLINS	AM	1,80	2	86	17	69
11	330	UNIVERSIDADE IGUAÇU - NOVA IGUAÇU *	UNIG	RJ	1,79	2	67	27	40
12	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - MACAÉ	UNESA	RJ	1,77	2	43	3	40
13	457	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	UNIBAN	SP	1,75	2	160	32	128
14	3840	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST *(Sub judice)*	FACVEST	SC	1,75	2	40	0	40
15	1129	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	UNORP	SP	1,71	2	66	13	53
16	516	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOACYR SREDER BASTOS *	UNIMSB	RJ	1,71	2	58	18	40
17	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - CABO FRIO	UNESA	RJ	1,67	2	75	23	52
18	522	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	UCL	RJ	1,55	2	40	0	40
19	198	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE	UNIVERCIDADE	RJ	1,54	2	98	29	69
20	663	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - CAMPOS DOS GOYTACAZES	UNIVERSO	RJ	1,48	2	40	0	40
21	663	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - RECIFE	UNIVERSO	PE	1,48	2	162	65	97
22	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - NITERÓI	UNESA	RJ	1,47	2	40	0	40
23	457	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO - OSASCO *	UNIBAN	SP	1,47	2	155	90	65
24	663	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - SÃO GONÇALO *	UNIVERSO	RJ	1,46	2	58	18	40
25	663	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - BELO HORIZONTE	UNIVERSO	MG	1,44	2	40	0	40
26	1224	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES	UNIJALES	SP	1,39	2	50	10	40
27	308	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - JUIZ DE FORA	UNIPAC	MG	1,08	2	42	2	40
28	308	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - BARBACENA	UNIPAC	MG	0,83	1	81	41	40

Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite

* IES que tiveram reincidência de CPC insatisfatório (2007 E 2010) e, portanto, redução adicional de vagas de 30%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

ESCOLAS, INSTITUTOS E FACULDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas (anuais)	Vagas a reduzir	vagas totais a oferecer a partir deste ato
1	5439	FACULDADES INTEG. DA UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL	FACIPLAC	DF	1,94	2	56	8	48
2	2571	FACULDADE REDENTOR	FACREDENTOR	RJ	1,93	2	58	9	49
3	1767	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	FACSA	MT	1,89	2	40	0	40
4	2075	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS *	IESA	AL	1,84	2	80	35	45
5	2158	FACULDADE SANTA MARIA	FSM	PB	1,84	2	120	24	96
6	2147	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	FAMETRO	AM	1,83	2	100	20	80
7	5520	FACULDADE CATHEDRAL	FACES	RR	1,82	2	42	2	40
8	14156	FACULDADE PRES. ANTÔNIO CARLOS DE TEÓFILO OTONI	FUNEES TEÓFILO OTONI	MG	1,81	2	40	0	40
9	4256	FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS	FIP-MOC	MG	1,80	2	57	11	46
10	1115	FACULDADE SANTA TEREZINHA	CEST	MA	1,79	2	150	30	120
11	2027	FACULDADE DE CAMPINA GRANDE *	FAC-CG	PB	1,79	2	73	32	41
12	1554	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	FIVR	SP	1,79	2	40	0	40
13	2132	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	FAB	AC	1,78	2	50	10	40
14	3285	FACULDADE SANTO ANTONIO	FSA	BA	1,76	2	76	15	61
15	1647	FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO CEARÁ *	FAECE	CE	1,75	2	76	33	43
16	1239	FACULDADE PADRÃO *	PADRAO	GO	1,75	2	100	44	56
17	2773	FACULDADE DE MACAPÁ	FAMA	AP	1,75	2	40	0	40
18	1659	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS	FAESO	SP	1,74	2	91	18	73
19	1227	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS - FASB	FASB	BA	1,72	2	40	0	40
20	3193	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	CESCAGE	PR	1,68	2	40	0	40
21	2005	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	FACISAS	MT	1,67	2	40	0	40
22	3205	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	FACISA	MG	1,64	2	40	0	40
23	2944	FACULDADE DO SUL	FACSUL	BA	1,63	2	90	27	63
24	1591	FACULDADE SEAMA	SEAMA	AP	1,61	2	83	25	58
25	2413	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO	FAESF	PI	1,60	2	40	0	40
26	4531	FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA	FADBA	BA	1,59	2	81	24	57
27	2023	FACULDADE DE GUANAMBI		BA	1,59	2	43	3	40
28	1125	FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITA	FIES	PR	1,58	2	40	0	40
29	1676	FACULDADE SÃO MIGUEL	FACULDADE SÃO MIGUEL	PE	1,56	2	40	0	40
30	2082	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA	FCM-PB	PB	1,55	2	58	17	41
31	2745	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA	ESAMAZ	PA	1,54	2	66	20	46
32	1718	FACULDADE NOBRE DE FEIRA DE SANTANA	FAN	BA	1,51	2	62	19	43
33	1263	FACULDADE BEZERRA DE ARAÚJO	FABA	RJ	1,49	2	40	0	40
34	2077	FACULDADE ANGLO-AMERICANO *	FAA	PR	1,45	2	40	0	40
35	2076	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	FARB	BA	1,44	2	40	0	40
36	1772	FACULDADE NORDESTE	FANOR	CE	1,43	2	59	19	40
37	2244	FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ	FACIMA	AL	1,43	2	100	40	60
38	4037	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTENSIVA	FATECI	CE	1,41	2	100	40	60
39	1066	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA OBJETIVO *	IEPO	TO	1,29	2	100	60	40
40	2469	INSTITUTO MACAPAENSE DE ENSINO SUPERIOR	IMMES	AP	1,24	2	46	6	40
41	2041	FACULDADE SUDAMÉRICA	SUDAMÉRICA	MG	1,18	2	40	0	40
42	775	FACULDADE ALVORADA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	FAEFD	DF	1,16	2	57	17	40
43	743	ESCOLA SUPERIOR DE ENSINO HELENA ANTIPOFF *	ESEHA	RJ	1,13	2	40	0	40
44	2651	FACULDADE TAMANDARÉ	FAT	GO	1,09	2	56	16	40
45	677	FACULDADE DE REABILITAÇÃO DA ASCE *	FRASCE	RJ	1,04	2	100	60	40
46	1606	FACULDADE VALE DO APORÉ	FAVA	MS	0,93	1	40	0	40

Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite

* IES que tiveram reincidência de CPC insatisfatório (2007 E 2010) e, portanto, redução adicional de vagas de 30%

Republicado por ter saído no DOU de 1º -12-2011, Seção 1, págs. 45 e 46, com incorreção no original.

Em 1º de dezembro de 2011

Nº - 251 - INTERESSADOS: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) CUJOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (BACHARELADO) OBTIVERAM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS (MENORES QUE 3) NO CPC REFERENTE AO ANO DE 2010

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no exercício de suas atribuições previstas no ordenamento legal vigente, acolhendo a íntegra da Nota Técnica nº 338/2011-CGSUP/SERES/MEC, inclusive como motivação, com fulcro nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º , da Constituição Federal; art. 46, § 1º , da Lei 9.394/96; arts. 2º , parágrafo único, e 4º , da Lei nº 10.861/2004; arts .2º , 5º , 45 e 50, §1° da Lei n.º 9.784/99; e arts. 45 a 57, do Decreto n.º 5.773/2006, determina que:

1.Sejam aplicadas medidas cautelares preventivas, em face dos cursos de graduação em Serviço social (bacharelado), na modalidade presencial, das Instituições de Educação Superior (IES) referidas nos ANEXOS I e II, de:

a.redução de vagas de novos ingressos conforme os ANEXOS I e II;

b.sobrestamento dos processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso de graduação em Serviço Social (bacharelado), das respectivas IES;

c.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da Lei n.º 9.394/96, em relação ao referido curso, das IES constantes do ANEXO I;

d.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto n.º 5786/2006, em relação ao referido curso, das IES que sejam Centros Universitários;

2.Seja instaurado processo específico de supervisão em face de cada uma das IES referidas nos ANEXOS I e II, cujo objeto será o curso de graduação em Serviço social (bacharelado) e no qual se oportunizará o saneamento de deficiências;

3.As medidas cautelares referidas no item 1 vigorem até a deliberação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) sobre o relatório final do respectivo processo de supervisão;

4.As IES referidas nos ANEXOS I e II protocolem pedido de renovação de reconhecimento de seu(s) curso(s) de graduação em Serviço social, nos termos do art. 35-C, da Portaria Normativa MEC Nº 40/2007;

5.Seja feita a atualização de vagas no cadastro e-MEC, conforme ANEXOS I e II, bem como a divulgação das medidas determinadas neste Despacho;

6.As IES referidas nos ANEXOS I e II sejam notificadas do Despacho, nos termos dos arts. 11, § 4º , e 47, do Decreto nº 5.773/2006;

7.As IES referidas nos ANEXOS I e II informem, em 30 (trinta) dias, a contar da ciência do Despacho, as providências adotadas como forma de cumprir as medidas cautelares administrativas referidas no item 1, por meio de manifestação formal, acompanhada de documentos comprobatórios;

8.Em caso de falta de comprovação ou descumprimento das medidas determinadas no Despacho, seja instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade prevista nos arts. 46, § 1º , da Lei nº 9.394/96, 10, § 2º da Lei nº 10.861/2004 e 52 do Decreto nº 5.773/2006.

ANEXO I

CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas (anuais)	Vagas a reduzir	Vagas totais anuais a oferecer a partir deste ato
1	451	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	CEULS	PA	1,93	2	40	0	40
2	338	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - BELO HORIZONTE	PUC MINAS	MG	1,81	2	121	24	97
3	11	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	PE	1,79	2	40	0	40
4	161	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO	UNIFAI	SP	1,62	2	40	0	40
5	227	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	SP	1,48	2	40	0	40
6	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO *	PUCSP	SP	1,48	2	83	43	40

Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite

* IES que teve reincidência de CPC insatisfatório (2007 E 2010) e, portanto, redução adicional de vagas de 30%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ESCOLAS, INSTITUTOS E FACULDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas (anuais)	Vagas a reduzir	Vagas totais anuais a oferecer a partir deste ato
1	1226	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ACRE	IESACRE	AC	1,94	2	62	9	53
2	346	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS APLICADAS - ISCA	ISCA	SP	1,93	2	40	0	40
3	1835	FACULDADE INTEGRADA DE ENSINO SUPERIOR DE COLINAS	FIESC	TO	1,89	2	40	0	40
4	14130	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE VÁRZEA DA PALMA	FEES Várzea da Palma	MG	1,89	2	40	0	40
5	1308	FACULDADE NOVO MILÊNIO *	FNM	ES	1,84	2	40	0	40
6	2146	FACULDADE DO ACRE	FAC	AC	1,83	2	100	20	80
7	3826	FACULDADE VASCO DA GAMA	FVG	BA	1,83	2	150	30	120
8	5592	FACULDADES INTEGRADAS DO NORTE DE MINAS - FUNORTE	FUNORTE	MG	1,60	2	40	0	40
9	362	FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL	FAPSS-SP.	SP	1,43	2	100	40	60
10	361	FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO CAETANO DO SUL	FAPSS-SCS	SP	0,99	2	89	58	31

Nº 252 - INTERESSADOS: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) CUJOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA (BACHARELADO) OBTIVERAM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS (MENORES QUE 3) NO CPC REFERENTE AO ANO DE 2010

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no exercício de suas atribuições previstas no ordenamento legal vigente, acolhendo a íntegra da Nota Técnica nº 339/2011-CGSUP/SERES/MEC, inclusive como motivação, com fulcro nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º , da Constituição Federal; art. 46, § 1º , da Lei 9.394/96; arts. 2º , parágrafo único, e 4º , da Lei nº 10.861/2004; arts .2º , 5º , 45 e 50, §1° da Lei n.º 9.784/99; e arts. 45 a 57, do Decreto n.º 5.773/2006, determina que:

1.Sejam aplicadas medidas cautelares preventivas, em face dos cursos de graduação em Fonoaudiologia (bacharelado), na modalidade presencial, das Instituições de Educação Superior (IES) referidas nos ANEXOS I e II, de:

a.redução de vagas de novos ingressos conforme os ANEXOS I e II;

b.sobrestamento dos processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso de graduação em Fonoaudiologia (bacharelado), das respectivas IES;

c.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da Lei n.º 9.394/96, em relação ao referido curso, das IES constantes do ANEXO I;

d.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto n.º 5786/2006, em relação ao referido curso, das IES que sejam Centros Universitários;

2.Seja instaurado processo específico de supervisão em face de cada uma das IES referidas nos ANEXOS I e II, cujo objeto será o curso de graduação em Fonoaudiologia (bacharelado) e no qual se oportunizará o saneamento de deficiências;

3.As medidas cautelares referidas no item 1 vigorem até a deliberação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) sobre o relatório final do respectivo processo de supervisão;

4.As IES referidas nos ANEXOS I e II protocolem pedido de renovação de reconhecimento de seu(s) curso(s) de graduação em Fonoaudiologia, nos termos do art. 35-C, da Portaria Normativa MEC Nº 40/2007;

5.Seja feita a atualização de vagas no cadastro e-MEC, conforme ANEXOS I e II, bem como a divulgação das medidas determinadas neste Despacho;

6.As IES referidas nos ANEXOS I e II sejam notificadas do Despacho, nos termos dos arts. 11, § 4º , e 47, do Decreto nº 5.773/2006;

7.As IES referidas nos ANEXOS I e II informem, em 30 (trinta) dias, a contar da ciência do Despacho, as providências adotadas como forma de cumprir as medidas cautelares administrativas referidas no item 1, por meio de manifestação formal, acompanhada de documentos comprobatórios;

8.Em caso de falta de comprovação ou descumprimento das medidas determinadas no Despacho, seja instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade prevista nos arts. 46, § 1º , da Lei nº 9.394/96, 10, § 2º da Lei nº 10.861/2004 e 52 do Decreto nº 5.773/2006.

ANEXO I

CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas (anuais)	Vagas a reduzir	Vagas totais anuais a oferecer a partir deste ato
1	1422	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	UNINORTE	AM	1,75	2	122	24	98
2	522	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	UCL	RJ	1,71	2	40	0	40
3	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	CEUNSP	SP	1,70	2	40	0	40
4	1557	UNIVERSIDADE FUMEC	FUMEC	MG	1,66	2	40	0	40
5	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	PA	1,31	2	40	0	40
Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite.									

ANEXO II

ESCOLAS, INSTITUTOS E FACULDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas (anuais)	Vagas a reduzir	Vagas totais anuais a oferecer a partir deste ato
1	1825	FACULDADE DE ESTUDOS SUPERIORES DE MINAS GERAIS	FEAD	MG	1,88	2	48	8	40
2	1677	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ	FAESPI	PI	1,87	2	45	5	40
3	1299	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	SP	1,78	2	42	2	40
4	1034	UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DA FUNESO	UNESF	PE	1,15	2	40	0	40
Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite.									

Nº 253 - INTERESSADOS: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) CUJOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO) OBTIVERAM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS (MENORES QUE 3) NO CPC REFERENTE AO ANO DE 2010

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no exercício de suas atribuições previstas no ordenamento legal vigente, acolhendo a íntegra da Nota Técnica nº340/2011-CGSUP/SERES/MEC, inclusive como motivação, com fulcro nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição Federal; art. 46, § 1º, da Lei 9.394/96; arts. 2º, parágrafo único, e 4º, da Lei nº 10.861/2004; arts .2º, 5º, 45 e 50, §1° da Lei n.º 9.784/99; e arts. 45 a 57, do Decreto n.º 5.773/2006, determina que:

1.Sejam aplicadas medidas cautelares preventivas, em face dos cursos de graduação em Educação Física (bacharelado), na modalidade presencial, das Instituições de Educação Superior (IES) referidas nos ANEXOS I e II, de:

a.redução de vagas de novos ingressos conforme os ANEXOS I e II;

b.sobrestamento dos processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso de graduação em Educação Física (bacharelado), das respectivas IES;

c.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da Lei n.º 9.394/96, em relação ao referido curso, das IES constantes do ANEXO I;

d.suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto n.º 5786/2006, em relação ao referido curso, das IES que sejam Centros Universitários;

2.Seja instaurado processo específico de supervisão em face de cada uma das IES referidas nos ANEXOS I e II, cujo objeto será o curso de graduação em Educação Física (bacharelado) e no qual se oportunizará o saneamento de deficiências;

3.As medidas cautelares referidas no item 1 vigorem até a deliberação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) sobre o relatório final do respectivo processo de supervisão;

4.As IES referidas nos ANEXOS I e II protocolem pedido de renovação de reconhecimento de seu(s) curso(s) de graduação em Educação Física, nos termos do art. 35-C, da Portaria Normativa MEC n° 40/2007;

5.Seja feita a atualização de vagas no cadastro e-MEC, conforme ANEXOS I e II, bem como a divulgação das medidas determinadas neste Despacho;

6.As IES referidas nos ANEXOS I e II sejam notificadas do Despacho, nos termos dos arts. 11, § 4º, e 47, do Decreto nº 5.773/2006;

7.As IES referidas nos ANEXOS I e II informem, em 30 (trinta) dias, a contar da ciência do Despacho, as providências adotadas como forma de cumprir as medidas cautelares administrativas referidas no item 1, por meio de manifestação formal, acompanhada de documentos comprobatórios;

8.Em caso de falta de comprovação ou descumprimento das medidas determinadas no Despacho, seja instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade prevista nos arts. 46, § 1º, da Lei nº 9.394/96, 10, § 2º da Lei nº 10.861/2004 e 52 do Decreto nº 5.773/2006.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO I

CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas anuais	Vagas a reduzir	Vagas totais anuais a oferecer a partir deste ato
	4010	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA - Porto Alegre	IPA	RS	1,94	2	190	29	161
	3371	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS *	UNIPAM	MG	1,88	2	40	0	40
	457	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO - Osasco	UNIBAN	SP	1,87	2	639	128	511
	663	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - RECIFE	UNIVERSO	PE	1,85	2	292	58	234

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - Macaé	UNESA	RJ	1,79	2	40	0	40
	1128	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	UI	MG	1,75	2	91	18	73
	953	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS	UNIMES	SP	1,70	2	125	38	87
	308	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - Barbacena	UNIPAC	MG	1,68	2	74	22	52
	80	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENV. DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - Rio do Sul	UNIDAVI	SC	1,66	2	45	5	40
	3840	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST *(sub judice)*	FACVEST	SC	1,65	2	40	0	40
	142	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO TRIÂNGULO - Uberlândia	UNITRI	MG	1,62	2	113	34	79
	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO - Salvador *	UNIJORGE	BA	1,58	2	128	65	63
	483	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - Guarulhos	UNIMESP	SP	1,56	2	98	29	69
	198	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE - Rio de Janeiro *	UNIVERCIDADE	RJ	1,54	2	343	175	168
	671	UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP - Campo Grande	UNIDERP	MS	1,45	2	66	26	40
	1557	UNIVERSIDADE FUMEC - Nova Lima	FUMEC	MG	1,37	2	40	0	40
	1559	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO - Colatina	UNESC	ES	1,27	2	103	52	51
	308	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - Juiz de Fora	UNIPAC	MG	0,85	1	64	24	40
Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite									
* IES que tiveram reincidência de CPC insatisfatório (2007 E 2010) e, portanto, redução adicional de vagas de 30%									

ANEXO II

ESCOLAS, INSTITUTOS E FACULDADES COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA COM INCIDÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Ordem	Código da IES	Nome da IES	Sigla da IES	UF	CPC Contínuo	CPC Faixa	Vagas consideradas anuais	Vagas a reduzir	Vagas totais anuais a oferecer a partir deste ato
1	2722	FACULDADE CATÓLICA DO CEARÁ	FCC	CE	1,92	2	100	15	85
2	2494	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FAPI	SP	1,90	2	40	0	40
3	1659	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS	FAESO	SP	1,87	2	61	12	49
4	131	FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE BARRA BONITA	FAEFI	SP	1,85	2	97	19	78
5	1486	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE VITÓRIA	FESV	ES	1,84	2	144	29	115
6	1202	FACULDADE SANTA RITA	FASAR	MG	1,77	2	40	0	40
7	1304	FACULDADES INTEGRADAS DE RIBEIRÃO PIRES	FIRP	SP	1,76	2	112	22	90
8	4826	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS		SP	1,71	2	120	24	96
9	1298	FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS - ESTÁCIO FAL	FAL	AL	1,66	2	197	59	138
10	1718	FACULDADE NOBRE DE FEIRA DE SANTANA *	FAN	BA	1,61	2	40	0	40
11	1092	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU	FIB	SP	1,60	2	120	36	84
12	1641	FACULDADE SOCIAL DA BAHIA *	FSBA	BA	1,51	2	100	51	49
13	2944	FACULDADE DO SUL	FACSUL	BA	1,46	2	44	4	40
14	1461	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS *	FTC SALVADOR	BA	1,33	2	82	42	40
15	824	FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DE GOIATUBA	FAFICH	GO	0,91	1	48	8	40
Obs. Para a garantia de continuidade dos cursos, com o corte das vagas anuais, se o número de vagas foi inferior a 40, houve ajuste para esse limite									
* IES que tiveram reincidência de CPC insatisfatório (2007 E 2010) e, portanto, redução adicional de vagas de 30%									

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 9.006, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Física Geral e Experimental e Teórica, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 01, de 07 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 06, de 10 de janeiro de 2011.

1º - Tomoi Koide
2º - Felipe Siqueira de Souza da Rosa

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 9.007, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público o nome do candidato aprovado homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos no Programa de Engenharia Química da COPPE, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 40, de 04 de abril de 2011, publicado no DOU nº 65, de 05 de abril de 2011.

- Fábio Souza Toniolo

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 9.008, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, na categoria Titular, conforme unidades e setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 07, de 25 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 18, de 26 de janeiro de 2011.

Escola de Música / Canto Coral
- Maria José Chevitarese de Souza Lima
Faculdade de Farmácia/ Tecnologia Farmacêutica
- Lucio Mendes Cabral
Instituto de Biologia/ Ecologia
- Reinaldo Luiz Bozelli

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 9.009, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público o nome do candidato aprovado, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Direito Processual Civil, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 36, de 17 de março de 2011, publicado no DOU nº 54, de 21 de março de 2011.

- Carlos Augusto Silva

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 9.010, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos no Programa da Engenharia de Sistemas e Computação da COPPE, na categoria Titular. O número do edital do concurso é 66, de 23 de maio de 2011, publicado no DOU nº 99, de 25 de maio de 2011.

1º - Celina Miraglia Herrera de Figueiredo
2º - Jano Moreira de Souza

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 9.011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, para Professor Adjunto conforme Unidades e Setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 57, de 06 de maio de 2011, publicado no DOU nº 90, de 12 de maio de 2011.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Sistemas Estruturais
1º - Maria Betânia de Oliveira
2º - Reila Vargas Velasco
3º - Vivian Karla Castelo Branco Louback Machado Balthar

Faculdade de Letras/Literatura Portuguesa
1º - Mônica Genelhu Fagundes
2º - Tatiana Pequeno da Silva
3º - Luciana dos Santos Salles
4º - Luiz Fernando de Moraes Barros
5º - Janaína de Souza Silva
Instituto de Biologia/Vegetais Superiores
- Marcelo Trovo Lopes de Oliveira
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Políticas Públicas
1º - Maria Aparecida Azevedo Abreu
2º - Wallace dos Santos de Moraes
3º - Karen Fernandez Costa
Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais/Metodologias Analíticas para a Prospecção da Biodiversidade
1º - Roberto Carlos Campos Martins
2º - Ricardo Moreira Borges

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA Nº 9276, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Profª. Angela Rocha dos Santos, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Seletivo para provimento de uma vaga de Professor Temporário para o Setor de Português Instrumental, do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, observado o disposto no Edital nº 98, de 19 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 180, seção 03, de 19 de setembro de 2011.

Aprovado(s) - Classificação Final
1º Colocado: Caroline Soares da Silva
2º Colocado: Olívia Maia de Mello Alves
3º Colocado: Marla Granados Belarmino

ANGELA ROCHA DOS SANTOS

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PORTARIA Nº 9.272, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 2857 de 16/07/2009, publicado no BUFRJ Nº 15 de 23/07/2009 resolve :

tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Temporário referente ao edital nº 82 de 20/07/2011, publicado no DOU nº 140, seção 3 de 22/07/2011, divulgando em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: Curso de Biblioteconomia e Gestão da Unidade da Informação
Setorização: Serviço de Referência/ Recursos informacionais/ Competência em informação
1 - Tatyana Marques de Macedo Cardoso

JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 2.398 - PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público, realizado pela FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS, regido pelo edital 069/2010 nas áreas abaixo relacionadas:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I) Área de MÉTODOS E FUNDAMENTOS APLICADOS À GESTÃO, cujo Edital de homologação do resultado nº 122 foi publicado no Diário Oficial na União em 10 de dezembro de 2010.

II) Àrea de FINANÇAS, cujo Edital de homologação do resultado nº 116 foi publicado no Diário Oficial na União em 02 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 2.399 - PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público, para o Campus Monte Carmelo, realizado pelo INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, regido pelo edital 072/2010 na área de MORFOLOGIA, SISTEMÁTICA E FISIOLOGIA VEGETAL, cujo Edital de homologação do resultado nº 124 foi publicado no Diário Oficial na União em 10 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 2.400 - PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público, realizado pela FACULDADE DE COMPUTAÇÃO, regido pelo edital 072/2010 nas áreas abaixo relacionadas:

I) Área de ENGENHARIA DE SOFTWARE, CAMPUS PATOS DE MINAS, cujo Edital de homologação do resultado nº 127 foi publicado no Diário Oficial na União em 14 de dezembro de 2010.

II) Área de ENGENHARIA DE SOFTWARE, CAMPUS MONTE CARMELO, cujo Edital de homologação do resultado nº 133 foi publicado no Diário Oficial na União em 23 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 2.401 - PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público, realizado pela FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL, regido pelo edital 073/2010 nas áreas abaixo relacionadas:

- Área de I) ADMINISTRAÇÃO e II) MATEMÁTICA, cujo Edital de homologação do resultado nº 129 foi publicado no Diário Oficial na União em 15 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 2.402 - PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público, realizado pela FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA, regido pelo edital 068/2010 na área de ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO RURAL, SOCIOLOGIA RURAL, COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO RURAL, cujo Edital de homologação do resultado nº 135 foi publicado no Diário Oficial na União em 23 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 2.418 - PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público, realizado pela FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA, regido pelo edital 072/2010, para o Campus Patos de Minas, nas áreas abaixo relacionadas:

I) Área de QUÍMICA E BIOQUÍMICA DE ALIMENTOS, cujo Edital de homologação do resultado nº 123 foi publicado no Diário Oficial na União em 10 de dezembro de 2010.

II) Área de BALANÇOS DE MASSA E ENERGIA EM PROCESSOS QUÍMICOS, cujo Edital de homologação do resultado nº 134 foi publicado no Diário Oficial na União em 22 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 544, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, §§ 3º e 4º do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra do Planejamento Orçamento e Gestão

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011)

ACRÉSCIMO
R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	100	100
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.975	4.975
26000 Ministério da Educação	90.728	90.728
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	5.040	5.040
30000 Ministério da Justiça	3.121	3.121
42000 Ministério da Cultura	3.213	3.213
51000 Ministério do Esporte	16.459	16.459
52000 Ministério da Defesa	22.260	22.260
53000 Ministério da Integração Nacional	32.776	32.776
54000 Ministério do Turismo	30.676	30.676
56000 Ministério das Cidades	76.532	76.532
58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura	6.907	6.907
TOTAL	292.787	292.787

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 793, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 269, de 31 de outubro de 2007, publicada no D.O.U. de 05 de novembro de 2007, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Determinar a desativação temporária da Procuradoria Seccional de Jaraguá do Sul, constituída pela Portaria nº 1.282, de 22 de dezembro de 2008, com a transferência de suas atividades e de seu acervo de qualquer natureza à Procuradoria Seccional de Joinvile, a partir de 02 de janeiro de 2012.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO

PORTARIA Nº 794, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 269, de 31 de outubro de 2007, publicada no D.O.U. de 05 de novembro de 2007, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Determinar o encerramento do funcionamento da Procuradoria Seccional de Angra dos Reis, constituída pela Portaria nº 1.282, de 22 de dezembro de 2008, com a transferência de suas atividades e de seu acervo de qualquer natureza à Procuradoria Seccional de Resende, a partir de 02 de janeiro de 2012.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO

PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO
PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA
DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR-CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento (a) dos tributos e contribuições objeto do PAES; (b) das parcelas deste; ou ainda (c) quando o recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA NA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, com endereço na Alameda Santos, nº 647, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01419-001, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MATHEUS CARNEIRO ASSUNÇÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES), por motivo de inadimplência de três parcelas consecutivas, ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº. 10.684/2003:

CPF/CNPJ	PROCESSO ADM.
57.184.475/0001-00	19839.008180/2010-23
60.738.358/0001-48	19839.009834/2010-36
58.330.358/0001-62	19839.007857/2010-14
60.870.011/0001-54	19839.008881/2011-43

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no art. 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório, tendo em vista ter sido: a) verificada a inadimplência do sujeito passivo por 2 (dois)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do art. 3º da referida Medida Provisória, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003; b) constatada a existência de débitos mantidos, pelo sujeito passivo, sob discussão administrativa ou judicial, ressalvadas as hipóteses do inciso II do § 3º do art. 1º; ou c) verificado o descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória nº. 303/2006.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº. 01, de 03 de janeiro de 2007, endereçado ao Procurador-Chefe da Dívida Ativa na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região, situada na Alameda Santos, nº 647, Cerqueira César, São Paulo/SP, mencionando expressamente o número do processo administrativo respectivo.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MATHEUS CARNEIRO ASSUNÇÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional previsto na Medida Provisória nº. 303/2006 (PAEX), com base no número do CPF/CNPJ e respectivos Processos Administrativos:

CNPJ/CPF	PROCESSO ADM.
44.749.380/0001-37	19839.000219/2011-45
62.218.078/0001-34	19839.010409/2010-90
64.028.475/0001-79	19839.000785/2011-57
04.018.179/0001-65	19839.000582/2011-61
60.630.381/0001-14	19839.000361/2011-92
01.494.778/0001-67	19839.000663/2011-61
60.417.979/0001-20	19839.000801/2011-10
65.892.879/0001-79	19839.000788/2011-91
54.604.780/0001-08	19839.000181/2011-19
62.036.835/0001-59	19839.009142/2010-98

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 4.032, de 30 de novembro de 2011, publicada no DOU de 1º.12.2011, seção 1, páginas 49-50, onde se lê:

e) Produtos Extrativos:

(...)

Umbu (fruto)	Todo o território nacional	1º/7 a 30/6

Leia-se:

e) Produtos Extrativos:

(...)

Umbu (fruto)	Todo o território nacional	1º/7 a 30/6

" (NR)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.042, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. BRUNO IGEL, C.P.F. nº 315.540.988-66, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.043, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EDUARDO CENTOLA, C.P.F. nº 151.840.668-88, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.044, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RODRIGO FIGUEIREDO DE MELLO, C.P.F. nº 101.653.827-83, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.045, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, C.P.F. nº 078.602.017-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.046, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a LOGOS CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA., C.N.P.J. nº 14.359.791, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.047, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a VISAO PREV SOCIEDADE DE PROVIDENCIA COMPLEMENTAR, C.N.P.J. nº 07.205.215, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.048, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RODRIGO ALVES DE MELO, C.P.F. nº 861.789.891-72, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.049, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. BOLIVAR TARRAGO MOURA NETO, C.P.F. nº 543.836.500-82, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.050, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. DANIEL CARLOS AMOROSINO, C.P.F. nº 114.755.708-05, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.052, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ALVARO LUIZ LISBOA BARATA SOARES, C.P.F. nº 818.687.587-53, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.053, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a ABMS PARTICIPAÇÕES LTDA., C.N.P.J. nº 13.698.701, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.054, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a RVI INVETIMENTOS PRESTADORA DE SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., C.N.P.J. nº 13.673.952, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 1º de dezembro de 2011

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 216 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
AOR INFORMATICA E MANUTENÇÃO LTDA ME	14.061.059/0001-02	Rua Artur Bernardes, 08 sala 05, Centro Campo Belo - MG CEP 37.270-000
CHARTI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	04.625.905/0001-08	Rua Guajajaras 977 Sala 606 Bairro: Lourdes Belo Horizonte - MG CEP 30.180-100
DIGITAL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	08.215.230/0003-41	Av. Otavio Campelo Ribeiro, 2801 Loja 311, 1 Piso-Eldorado Sete Lagoas - MG CEP 35.702-153
EDMARA BARBOSA FERREIRA MESQUITA - ME	05.672.507/0001-05	Rua Jurandir Ferraz de Campos, 628, Bairro: Nova Aparecida Campinas - SP CEP 13.068-027

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 217 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Consinco Tecnologia e Sistema Ltda	39.010.418/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4522011, nome: AcruxPDV, versão: 9.10.0.26, código MD-5: FA1188382E7AC56ECCB742A29D4C972E *AcruxPDV
Consinco Tecnologia e Sistema Ltda	39.010.418/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4532011, nome: AcruxPDV, versão: 9.10.0.25, código MD-5: C2BCA583C875E5F6C4B9B1E52BAB47A2 *AcruxPDV
Heitor Ramos da Paz	35.400.829/0001-66	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4512011, nome: Softworld PAF-ECF, versão: 2011, código MD-5: FDE9054796F1B4497955D1436840F9F0 *PAF-ECF
L & F Tecnologia e Sistemas e Comercio Ltda	04.834.837/0001-97	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4242011, nome: MOVIMENTO_PAF, versão: 6.1.9, código MD-5: 640fa422664ac8abc52265f677b046ec* MOVIMENTO_PAF
Ivan Quirino de Lima	03.590.277/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4212011, nome: SICEpdv.net, versão: 2.0.0.1, código MD-5: 561DB09E9DBD435EC2A38084367052C3 *SICEpdv
Zara Brasil Ltda	02.952.485/0004-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4412011, nome: ITXPOS, versão: 3.5.3.3, código MD-5: aa65c12c939369e3419051881771933e* TPDotnet.Pos.StartPos
Password Interativa Sistemas Ltda	58.108.408/0001-61	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4382011, nome: Vixen PDV, versão: 1.30, código MD-5: f4f4a2b9676a0a8b78b64b07864e4571 *VIXEN
EMC Sistemas Ltda	04.507.969/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4332011, nome: Frente de Caixa Comercial Gestão, versão: 4.8.0.0, código MD-5: E834B70E3271F212B94715D241A14FDD *Sistema
Pajeú Consultoria de Informática Ltda	41.037.029/0001-25	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3832011, nome: Vendas ECF, versão: 1.0, código MD-5: 295885F77E08B1A1B135C6C80C7459CD *VendasECF
Syscom Informática Ltda	86.648.789/0001-07	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4422011, nome: Syscom ECF, versão: 4.4.0, código MD-5: a687c7d6b6a76940ad7c1d38a1da528f *Ecf
J.H Beltrão Serviços Informatica Ltda	11.156.983/0001-76	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4322011, nome: SISPDV, versão: 2010.1, código MD-5: ca0fc5576c600ae9d993169ea5415e3d *SISPDV
Facility Soluções em Informática Ltda	11.108.996/0001- 70	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4282011, nome: Planloja, versão: 3.0F, código MD-5: CE200B08455C48E1C6B4B4E3144E849C *Caixa
A Suprema Comércio e Indústria Ltda	13.006.655/0001-19	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4682011, nome: SupremaTec - Frente de Loja , versão: 1, código MD-5: 1FB918BAC59404E631DC6771EA22FF44 * Frente-deLoja
Automatec Comércio e Serviços de Informática de Informática Ltda	06.933.476/0001-61	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4232011, nome: Checkout_Ecf , versão: 3.0, código MD-5: B929159FE373776F184118B5CD55E784 *CheckoutEcf
GTI - Gestão da Tecnologia da Informação	12.388.998/0001-22	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4612011, nome: FLI - FRENTE DE LOJA INTELIGENTE, versão: 2.0.0, código MD-5: 5139d71e559e2d6dcf586182b9c9feb7 *fli

2. Faculdade Idez - i10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Albatroz Serviços de Computação Ltda	02.411.202/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100892011, nome: ALBATROZ, versão: 3.1, código MD-5: 43133f91f2f24cd6d14645d91a313bb9
TW2 Tecnologia Ltda - ME	12.612.554/0001-29	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100872011, nome: TW2-PAF, versão: 3.0, código MD-5: 5558867C8BD98B6AA3573F42AC5D47E3
C.G.K Sistemas Ltda - ME	12.646.371/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100822011, nome: SISCONPE, versão: 1.0.0, código MD-5: 1A1198D1A3836A34849B221B2FD7F457

3. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Mega News Informática Ltda	04.638.280/0001-19	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0582011, nome: MEGA FLEX PDV, versão: 3.0, código MD-5: 87d9960fb7ed3cf84424e521da1864c6

4. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Nautilus Informatica Ltda	00.368.887/0001-75	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0742011, nome: FCIA, versão: 4.07, código MD-5: 5022e18c0319d2c1e499da16a96ec7da
Consensum Desenvolvimento de Sistemas Ltda	05.865.051/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0752011, nome: SENSUM, versão: 3.4, código MD-5: 90afb0b4f75f7bc6f8381ec53c70ec34
Cirine Centro de Informatica Rio Negro Ltda	00.550.316/0001-57	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0852011, nome: SISAUTO, versão: 7.0, código MD-5: b5d7b6ed81db7d1c68e10c4b6980430e
MDB Informática Ltda	04.760.373/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0842011, nome: PAF-ECF Gerenciador Comercial, versão: 2.5, código MD-5: e1b578f1e15cc1476996687abedfe712
Smallsoft Tecnologia em Informática Ltda	07.426.598/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0762011, nome: Small Commerce, versão: 2012, código MD-5: 8f3d531d1c7fc10c3b3297abd44f6bde

5. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Prestserv Soluções em Informática Ltda-ME	02.143.500/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPT0412011, nome: Eclética Food Manager, versão: 8.2.0, código MD-5: 0136a3698d8c49f39c1070efdbfc27d1

6. Centro Universitário de Brasília - CUB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
T2Ti Tecnologia da Informação Ltda	10.793.118/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número CUB0222011, nome: T2Ti-PAF-ECF-Java, versão: 1.0, código MD-5: 5B7DCD624A6737F319A06BF488BFE00C

7. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
CMNet Soluções em Informática e Agência de Viagens e Turismo SA	08.097.717/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0762011, nome: VHFCAIXA, versão: 05.02.00f, código MD-5: 0b904d5ae3cf06be08995484f1c5c936 *Execut\VHFCaixa

8. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Spohn Sistemas Ltda	02.209.081/0001-60	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0452011, nome: SOFTISE PDV, versão: 1.0 código MD-5: 09898651463c959bf86d1b3ce06e8ae6
Softmobili Comercio de Sistemas Ltda	09.351.070/0001-69	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0432011, nome: MOBILI, versão: 1.5, código MD-5: 77c01bbc548f69523fc55c8d9a608d13

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Sociedade Goiana de Cultura - UCG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Agile Tecnologia em Sistemas Ltda	12.217.037/0001-55	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UCG0092011, nome: AGILE PDV, versão: 1.0 código MD-5: E9F096834BD927801D5CED0CF4F28FE1

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 218 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Dia Brasil Sociedade Ltda	03.476.811/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3552011, nome: DiaPos, versão: 1.0, código MD-5: 2DCF124AAF4D9EB5B573EC6CC18FFE5E *ventas
Usina de Software e Tecnologia Ltda	12.023.380/0001-69	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4622011, nome: Union - PDV, versão: 2.0, código MD-5: 7C9227E865CF6257DB7DD2EEBBF1CDF2 *UnionPDV

2. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Dufry do Brasil Duty Free Shop Ltda	27.197.888/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0802011, nome: PDVDUFRY, versão: 3.47, código MD-5: 9CDDD3A7FEB41312ABC2DA6D5FE21296
Dufry do Brasil Duty Free Shop Ltda	27.197.888/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0782011, nome: PDVDUFRY, versão: 3.47, código MD-5: 22F7BAF18C8AE178E798EEE94338B068

3. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Londrisoft Informatica Ltda	80.928.989/0001-37	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0442011, nome: Venda Balcao, versão: 5.03.001, código MD-5: bbbfcafe7b969933c3d68027d146c211

4. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Transis Informatica Ltda	93.277.549/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0732011, nome: TRANSIS, versão: 4.0.1, código MD-5: d6c9de0914e615d2a19bf4649c1cf7ad
Excelsior S.A. Pneus e Acessórios	92.693.282/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0752011, nome: Frente de Caixa, versão: 1.0, código MD-5: 87e2986634c7a1729a68089edf51f46e

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Divulga a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais relativa ao mês de novembro de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, nos arts. 16 e 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no art. 73 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, declara:

Art. 1º A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de novembro de 2011, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos federais, a partir do mês de dezembro de 2011, é de 0,86%.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

PORTARIA Nº 3.724, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processo administrativo fiscal entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 3 da Portaria RFB nº 3.559, de 18 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento do processo administrativo fiscal nº 10707.000691/2010-28, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro I (RJ), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II (RJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO DE VARGAS SERPA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

Declaração de Inaptidão da inscrição n. 07.175.265/0001-70 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n. 584, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no § 5º do artigo 81 da Lei n° 9.430/96, com a redação dada pela Lei n° 11.941/09, e nos artigos 37 e 39 da Instrução Normativa nº 1.183/2011 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e em documentos constantes do processo administrativo tributário nº 11845.000141/2010-97, declara:

Art. 1º A sociedade empresária de Razão Social - J. J. COMERCIO DE ARTESANATOS LTDA, que possui o número de inscrição no CNPJ 07.175.265/0001-70, passa a ter a situação cadastral como INAPTA, tendo em vista que não foi localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º Este ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO DE ALMEIDA ACCIOLY

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Inspetor-Adjunto da Alfândega do Porto de Belém da Receita Federal do Brasil, no uso da competência atribuída pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009 (c/ redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15/06/2010), e atendendo ao que consta no(s) Processo(s) em referência, declara.

INSCRITOS no Registro de Despachante Aduaneiro dessa Região Fiscal os peticionários abaixo relacionados, com fundamento no art. 810, § 1º do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, ocorrendo a sua automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da mesma Região Fiscal.

Nº	Nome	CPF	Processo
2D/00.803	Jóse Cardoso de Souza Neto	001.654.112-01	10209.720.040/2011-50
2D/00.804	Idelfonso Ferreira Tabarana	786.268.872-00	10209.720.041/2011-02
2D/00.805	Ismael da Silva Mendes	706.228.842-04	10209.720043/2011-93

BENEDITO JOSÉ AZEVEDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 239, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 566.734.856-04, concedida em duplicidade, para o contribuinte ANTÔNIO SOARES DE OLIVEIRA, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.726756/2011-95.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/BHE Nº 095, de 16 de Maio de 2011, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2011, Seção 1 - Página 42, referente ao cancelamento de registro especial de bebidas à empresa ORGANIZAÇÕES ALMEIDA CARDOSO LTDA, onde se lê "CNPJ nº 00.711.107/0001-48, estabelecida a BR 040 - km 516, s/nº, bairro San Marino, município de Ribeirão das Neves/MG, CEP 33.830-060", leia-se "CNPJ nº 00.711.107/0002-29, estabelecida à Fazenda Pedra Negra, s/nº, Zona Rural no município de Itabirito/MG".

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORMIGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Declara anulada de ofício inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORMIGA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 246 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 95, de 30 de abril de 2007, tendo em vista o disposto no art. 30, Inciso I, Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 13674-720318/2011-91, resolve:

Declarar nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - nº 07.664.059/0001-23, concedida em duplicidade por esta Agência da Receita Federal do Brasil em Formiga/MG para a pessoa jurídica ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE HONORATO DE CASTRO , sendo , portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com utilização do CNPJ ora anulado.

JORGE FARIA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Inscreve empresa no Registro Especial para Engarrafador de Aguardente de Cana na forma prevista na IN SRF/504/2005.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 32, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, e de acordo com o processo administrativo nº 13608.720233/2011-04, declara:

Art.1º.- Inscrita no Registro Especial sob o nº 06104/150, a empresa CACHAÇA VALE OURO LTDA, CNPJ 10.669.584/0001-46, estabelecida na Fazenda do Bálsamo, s/nº, Zona Rural, Jequeri - MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa, que exerce a atividade de engarrafador de aguardente de cana da marca comercial "VALE OURO ", em recipientes de 965 ml.

Art. 2º - O estabelecimento acima deverá cumprir as obrigações citadas na IN/SRF nº 504/2005, sob pena de suspensão ou cancelamento da inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO CEZAR CIAMPI MARANGON

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

PORTARIA Nº 80, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e conforme processo administrativo nº 13609.721662/2011-81, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica Leonardo Storino Vaz Monteiro, CNPJ 25.185.703/0001-62, por estar configurada a hipótese de exclusão de que trata o art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados relativamente às parcelas do Refis.

Art. 2º. A exclusão de que trata o art. 1º produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, nos termos do art. 9º, I, da Resolução CG/REFIS nº 9, de 12 de janeiro de 2001.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS ALVES VASCONCELOS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 67, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI - Mercadoria 1106.20.00 - Farinha de mandioca torrada, apresentada em saco plástico de um quilograma, marca Tryumpho.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 11.06) e RGI 6 (texto da subposição 1106.20) da TIPI, aprovadas pelo Decreto nº 6.006, de 28/12/2006 e alterações posteriores. IN/RFB nº 807, de 11/01/2008 (retificada no D.O.U de 03/03/2008) e atualizações posteriores. IN/RFB nº 873/2008. IN RFB nº 1.072, de 30/09/2010. Subsídios NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435/92.

WILLIAM LARA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 68, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mercadoria 8418.99.00 - Condensador, na forma de painel de tubos com aletas, de alumínio, utilizado em aparelhos de ar-condicionado do tipo dos utilizados para o conforto dos passageiros nos veículos automóveis.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (textos das posições 84.15 e 84.18), RGI-6, Nota 2 a) da Seção XVI, NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 69, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: 3924.90.00 - Pá de plástico polipropileno, de uso doméstico, cujas dimensões são 22 cm de comprimento x 6 cm de altura x 28 cm de largura, utilizada para recolher lixo, fabricante Plásticos Machado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 39.24) e RGI 6 (texto da subposição 3924.90). Decreto nº 7.574, de 29/09/2011. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006 e alterações posteriores. RFB nº 807, de 11/01/2008 (retificada no D.O.U de 03/03/2008) e atualizações posteriores. IN/RFB nº 873/2008. IN RFB nº 1.072, de 30/09/2010. Subsídios NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435/92.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 70, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI - Mercadoria 7326.19.00 - Roldana de ferro fundido, chapa e pino de aço, utilizada principalmente na construção civil para suporte e rolagem de recipientes em lugares elevados, fabricada através de processo de estampagem de chapas de aço e pinos de aço e posterior fundição, com tamanhos de números 06 a 20, fabricante Ferramentas Minasul Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 73.26) e RGI 6 (texto da subposição 7326.19) da TIPI, aprovadas pelo Decreto nº 6.006, de 28/12/2006 e alterações posteriores. Decreto nº 7.574, 29/09/2011. IN/RFB nº 807, de 11/01/2008 (retificada no D.O.U de 03/03/2008) e atualizações posteriores. IN/RFB nº 873/2008. IN RFB nº 1.072, de 30/09/2010. Subsídios NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435/92.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 71, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Mercadoria - Código TIPI 9603.90.00 - Rodo para pia, cujas matérias constitutivas são plástico polipropileno e borracha, utilizado para puxar a água da pia, denominado comercialmente Rodo Puxa e Seca Para Pia, fabricante Plásticos Machado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 96.03) e RGI 6 (texto da subposição 9603.90) da TIPI. Decreto nº 7.574, de 29/09/2011. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006 e alterações posteriores. RFB nº 807, de 11/01/2008 (retificada no D.O.U de 03/03/2008) e atualizações posteriores. IN/RFB nº 873/2008. IN RFB nº 1.072, de 30/09/2010. Subsídios NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435/92.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 72, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3924.90.00 - Pá em pé com rosca de plástico polipropileno, de uso doméstico, cujas dimensões são 22 cm comprimento x 6 cm de altura x 18 cm largura, utilizada para recolher lixo. Fabricante: Plásticos Machado Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (texto da posição 39.24) e RGI-6, Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe

7ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 315, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 0277, de 10 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.018255/00-93				
		[2] Processo nº 10768.007221/2009-37		
[3] Processo nº 10768.100223/2010-38				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº NO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Campos em Exploração: Bacias sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3. Ceará-Potiguar: BPOT-4, 10 (RNS-143) e 100. Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2. Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL -1 Espírito Santo: BES-100, BC-60, BM-ES-26, 27, 31 e 38; BT-ES-28, 29, 32, 34 e 35. Campos: BC-20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600; BM-C-3 e 6. Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10 e 11; BM-S-46, 49, 50, 51, 52 e 53. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área CES-066, Área SES-019, Atum, Badejo, Bagre, Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Barracuda, Bicudo, Biquara, Bonito, Cação, Caioba, Camorim, Canapu, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Caravela, Cavalo Marinho, Chachalote, Cherne, Cioba, Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão, Dom João Mar, Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Golfinho, Guaiuba, Guajá, Guaricema, Jubarte, Linguado, Malhado, Manati, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Merluza, Mexilhão, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada, Oeste de Urubarana, Pampo, Papa -Terra, Parati, Pargo, Paru, Peroá, Pescada, Piranema, Piraúna, Roncador, Salema Branca, Salgo, Serra, Tambaú, Siri, Trilha, Tubarão, Ubarana, Uruguá, Vermelho, Viola,Voador e Xaréu.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91	2050.0039746.08-2	29.01.2012
			2050.0041018.08-2	22.04.2012
REPSOL YPF BRASIL S.A.	Campos em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-48 e 55. Bacia Sed. de Campos: BM-C-33. Bacia Sed. do Esp. Santo: BM-ES-29.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91	s/nº de 21.01.2008 (MAS de 27.11.2007)	19.01.2012
Chevron Brasil Ltda.	Campo em Produção: Frade	[3] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	Service Order 10005-OK-B (nº IMA/001)	31.12.2011
			Service Order 10006-OK-B (nº IMA/001)	31.12.2011
			Service Order 10056-OK-C (nº IMA/001)	31.08.2011
			Service Order CW614840 (nº IMA/001)	02.08.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000919/2010-65				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei nº 9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0018-91 32.319.931/0022-78	2050.0029703.07.2 Anexo 03	19.02.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005547/2009-20				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09		
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	BGEP/2006/015 (Aditivo nº 03, de 22.06.2009) serviço de cimentação	30.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000624/2010-99

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei nº 9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0018-91 32.319.931/0025-10	2050.0056081.09.2 Anexo 02 perfilagem a poço aberto e revestido, e canhoneio	10.01.2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005545/2009-31

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09		
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	BGEP/2006/007 (Aditivo nº 03, de 22.06.2009) serviço de perfuração	30.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005548/2009-74

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09		
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	BG 103784 (Aditivos nº 02, de 22.06.2009, nº 03, de 26/08/2009 e nº 04, de 15/01/2010) serviço de perfilagem (Wireline)	28.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005190/2010-13

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24		
	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43.	32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34		
		32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115	
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS59.	32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06	L & M, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115	12.01.2013
	Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.006591/2010-91

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24	Acessório A2149613 ALTERAÇÃO N° 3	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77	(Contrato de Bens e	
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campos em Exploração: BM-S-22	32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	Serviços C-57383) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008 incluídos pela IN RFB nº 1.089/2010.	30.09.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005189/2010-99

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS58, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 J & K, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.006620/2010-14

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-22	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	A2128327 (C-57383) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	03.10.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004414/2009-36

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: C-M-466, C-M-499, C-M-592, C-M-620 e C-M-621. Bacia Sedimentar de Santos: S-M-226, S-M-268, S-M-270 e S-M-314. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA-M-407, PAMA-M-408, PAMA-M-443, PAMA-M-591 e PAMA-M-624.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	OGXLT/2008/115 E & F, de 19.02.2009. OGXLT/2008/115 H & I, de 14.04.2009.	30.06.2013 30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000634/2011-13

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
MAERSK OIL BRASIL LTDA	BM-C-37, poços de Carambola "A" e "B"	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	ORDEM DETRABALHO nº CWO 042/2010 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	08.10.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000869/2011-05

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Devon Energy do Brasil Ltda.	BM-BAR-3; BM-ES-30; BM-C-32; BM-C-34	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05	Ordem de Serviço WO-08DWD05-01	30.12.2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001047/2011-33				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
SONANGOL STARFISH OIL & GÁS S.A.	BM-S-60; BM-C-46	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço S/Nº Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	28.10.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001049/2011-22				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
SONANGOL STARFISH OIL & GÁS S.A.	BM-C-45	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço S/Nº Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010	30.09.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005819/2010-25				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: BT-PN-04, BT-PN-05, BT-PN-06, BT-PN-07, BT-PN-08, BT-PN-09 BT-PN-10	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	OGXLTD/2008/115 (Master Serviços Agreement) OGXLT/2008/115P (Work Request) Obs (1).: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010. Obs (2).: Esta habilitação não alcança a importação de qualquer embarcação.	31.12.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001582/2011-94				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
DEVON ENERGY DO BRASIL LTDA.	BM-C-32 BM-C-34	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10	Ordem de Serviço Nº WO 08DWD08-01	30/12/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.002720/2011-52				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO PRODUÇÃO S.A.	Campo em Exploração: Bacia de Jequitinhonha: BM-J-2	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	CONTRATOS PRINCIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO S/Nº ORDEM DE SERVIÇO QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. PERFURAÇÃO DIRECIONAL / OPERAÇÃO DE MWD / LWD S/N (Item 3 - CRONOGRAMA B.1)	25/04/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001048/2011-88				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
PETRA ENERGIA S.A.	SF-T-85, SF-T-105, SF-T-118, SF-T-125, SF-T-128, SF-T-137, SF-T-138	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço PETRALT/2011/002 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	12.03.2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 316, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art.1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º."

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 153, de 19 de maio de 2011, publicado no DOU de 20 de maio de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.100011/2011-31				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0044227.08.2 (afretamento) 2050.0044225.08.2 (prestação de serviços) Embarcação "TOISA PEGASUS"-tipo DSV	22/12/2014
Processo nº 10768.007721/2009-79				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0031544.07.2 2050.0031545.07.2 Embarcação Toisa Tiger PSV 1000	08/10/2011
Processo nº 10768.002142/2010-73, Processo nº 10768.002975/2011-15				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033443.07.2 2050.0033444.07.2 Embarcação Toisa Voyager RSV	18.12.2011
Processo nº 10768.002199/2010-72				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033445.07.2 2050.0033442.07.2 Embarcação Toisa Conqueror RSV	19.05.2012
Processo nº 10768.001426/2011-23				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0066797.11.2 (prestação de serviços) 2050.0066796.11.2 Embarcação Toisa Crest	03.05.2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 238, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no D.O.U. de 2 de maio de 2007 - Edição Extra, e tendo em vista o disposto no artigo 39, § 2º da IN RFB nº 1.183 de 19/08/2011, resolve:

1- Declarar INAPTA, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa VALE DO PARAÍBA COMERCIO E PROMOÇÕES LTDA, C.N.P.J. nº 04.106.177/0001-28, com endereço cadastrado à Rua Tiradentes, 802 - Sala 23, Bairro Santa Terezinha, em São Bernardo do Campo/SP, CEP 09780-001, com fulcro no inciso II do artigo 37, combinado com o inciso II do artigo 39 da IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011.

2- Declarar os documentos por ela emitidos INIDÔNEOS, nos termos do artigo 43 da IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011, desde 29/11/2011, pelos motivos expostos no Processo Administrativo nº 10932.000123/2011-44.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO JOSE DO RIO PRETO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela portaria DRF/SJR/nº 48 de 26/04/2011, publicada no Diário Oficial da União em 27/04/2011 e tendo em vista o disposto nos artigos 32 a 34 da IN 1.042/2010 e, considerando o que consta do processo16000.000200/2011-63, declara que:

1º-Está ANULADA a inscrição no Cadastro da Pessoa Física nº 221.354.758-07, em nome de JOSE EMILIO VIUDES por motivo de FRAUDE

2º A declaração de NULIDADE da inscrição no CPF produz efeitos retroativos (ex tunc)

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede, à empresa que especifica, habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), de que tratam a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e a Instrução Normativa RFB nº 879, de 15 de outubro de 2008.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, combinado com o artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 879, de 2008, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.722083/2011-86, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa EADI TAUBATÉ LTDA, CNPJ nº 03.781.767/0001-93, HABILITAÇÃO para operar no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), de acordo com a Lei nº 11.033, de 2004.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede à pessoa jurídica preponderantemente exportadora a habilitação ao Regime de Suspensão da exigência da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS sobre receitas de vendas de matérias primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), instituída pelo art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e o constante do processo administrativo nº 18186.723598/2011-12, resolve:

Art. 1º Reconhecer à ANGLO AMERICAN BRASIL Ltda., CNPJ nº 42.184.226/0001-30, com sede administrativa à av. Paulista nº 2.300, Bairro Cerqueira César, São Paulo - SP, a Habilitação ao Regime de Suspensão da exigência da contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens de que trata o art. 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

CARMINE RULLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 298, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Inscreve o contribuinte no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 171 de 08 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/126, o estabelecimento da empresa RABAÇAL ARAGÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS EM GERAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 04.263.735/0001-69, localizado na Rua Lord Cockrane 616 , 2º andar - conj. 208 - Ipiranga - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.720180/2011-39.

Art. 2º O presente Ato Declaratórios Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Inscreve o contribuinte no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 171 de 08 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/127, o estabelecimento da empresa BOAZ & JACHIN VINHOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 11.850.978/0001-69, localizado na Rua Guanas 105 - Vila Sônia - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.001026/2011-64.

Art. 2º O presente Ato Declaratórios Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, conforme competência conferida pelo art.1º da Portaria DRF/NHO nº 98, de 2 de setembro de 2011, publicado no DOU em 06 de setembro de 2011; tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007; e em concordância com a Representação Fiscal protocolada sob o nº 11065.724036/2011-13, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude do enquadramento previsto no art.29, incisos IV e XII, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e no art.5º, incisos IV e XIV, da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007:

IMG Indústria Metalúrgica Ltda

CNPJ nº: 04.496.459/0001-89

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01.01.2008, conforme disposto no art.6º, inciso VI, da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007.

Art. 3º Fica, também, o contribuinte impedido de optar pelo Simples Nacional pelos próximos 10 (dez) anos-calendário seguintes à exclusão, conforme vedação expressa no art.29, §2º, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

Art. 4º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 5º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

LUIZ FERNANDO LOUREIRO DE MOURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Baixa, de oficio, a inscrição da pessoa jurídica que menciona, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS - RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF no 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 29, parágrafo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Baixada, de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, a inscrição de nº 09.439.354/0001-01, em nome do INSTITUTO EDUCACIONAL SÃO LUIZ LTDA, da jurisdição desta Unidade, por ter sido considerada inexistente de fato, nos termos do disposto no artigo 27, inciso II, alínea "a", da IN RFB nº 1.183/2011, conforme consta do processo nº 11040.721277/2011-81.

Art 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

GILBERTO MOTOYAMA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Converte em exclusão a suspensão imposta à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 65, § 7º, da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, alterado pela Instrução Normativa SRF nº 464, de 21 de outubro de 2004 e considerando o que consta do processo nº 10168.002634/2001-37, resolve:

Art. 1º Converter em exclusão do regime especial de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, com efeitos a partir 01 de dezembro de 2011, a suspensão imposta pelo Ato Declaratório Executivo nº 87, de 26 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2011, à pessoa jurídica Indústria Farmacêutica Texon Ltda, CNPJ 92.927.094/0001-67, tendo em vista o não cumprimento das pendências que motivaram a referida suspensão.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR WAYERBACHER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.567	Lucas Pereira da Cunha	012.922.550-99

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.106	Leonardo Nunes Alves	991.707.100-82

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.441	Leonardo Nunes Alves	991.707.100-82

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 802, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 17.812.472 (dezessete milhões, oitocentos e doze mil, quatrocentos e setenta e dois) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 45.931.543,11 (quarenta e cinco milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e onze centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2010;

II - data de vencimento: 1º de janeiro de 2040;

III - data-base: 1º de julho de 2000;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal em 1º de dezembro de 2011: R$ 2,578617;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO Nº 235, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Referenda a Resolução CNSP Nº 231, de 2011.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto Nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP Nº 3/2007, na origem, e Processo SUSEP nº 15414.002699/2007-32, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 29 de novembro de 2011 e nos termos do art. 5º § 2º do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP Nº 111, de 2004, resolveu:

Art.1º Referendar, na forma do disposto no art. 9º do Decreto nº 4.986, de 12 de fevereiro de 2004, a Resolução CNSP Nº 231, de 27 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2011, seção 1, página 17.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

RESOLUÇÃO Nº 236, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Referenda a Resolução CNSP Nº 232, de 2011.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto Nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP Nº 3/2007, na origem, e Processo SUSEP nº 15414.002699/2007-32, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 29 de novembro de 2011 e nos termos do art. 5º § 2º do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP Nº 111, de 2004, resolveu:

Art.1º Referendar, na forma do disposto no art. 9º do Decreto nº 4.986, de 12 de fevereiro de 2004, a Resolução CNSP Nº 232, de 25 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2011, seção 1, página 32.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

RESOLUÇÃO Nº 237, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera o art. 18 do Anexo I da Resolução CNSP Nº 128, de 05 de maio de 2005.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP Nº 1/1992, na origem, e Processo SUSEP nº 15414.000675/2011-25, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS- CNSP, em sessão ordinária realizada em 29 de novembro de 2011, com fulcro no disposto no art.10 e 16 da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, resolveu:

Art. 1º O art. 18 do Anexo I da Resolução CNSP Nº 128, de 05 de maio de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 ...

§ 1º ...

§ 2º ....

§3º O pagamento das indenizações por morte e invalidez permanente, causadas exclusivamente por embarcações não identificadas, será feito pelo Fundo de Indenizações Especiais - FIE-DPEM pelo valor correspondente a 100% (cem por cento) do previsto nesta Resolução.

§ 4º-Consideram-se recursos do FIE-DPEM:

I - a contribuição mensal de 5% (cinco por cento) sobre os prêmios puros arrecadados do Seguro DPEM;

II - a contribuição mensal extraordinária de 15% (quinze por cento) sobre os prêmios puros arrecadados do Seguro DPEM, conforme previsto no § 5°deste artigo;

III - os recursos já incorporados ao FIE-DPEM;

IV - os rendimentos financeiros dos recursos do Fundo;

§ 5º - A contribuição mensal extraordinária de que trata o inciso II do §4º, será devida sempre que o montante do fundo seja inferior a R$ 500.000,00(quinhentos mil reais);

§6º O fundo receberá contribuições até atingir o montante de R$ 1.000.000,00(um milhão de reais);

§7º Alcançado o limite de que trata o parágrafo anterior, a contribuição a ele destinada cessará automaticamente, sendo reiniciada quando o fundo atingir percentual igual ou inferior a 50% (cinqüenta por cento) de seu limite." (N.R.)

Art. 2º Fica a SUSEP autorizada a expedir normas complementares definindo um teto para a taxa de administração do gestor do FIE-DPEM.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

RESOLUÇÃO Nº 238, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Referenda a Resolução CNSP Nº 230, de 2010.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto Nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP Nº 3/2009, na origem, e Processo SUSEP nº 15414.004161/2009-24, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 29 de novembro de 2011 e nos termos do art. 5º § 2º do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP Nº 111, de 2004, resolveu:

Art.1º Referendar, na forma do disposto no art. 9º do Decreto Nº 4.986, de 12 de fevereiro de 2004, a Resolução CNSP Nº 230, de 28 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2010, seção 1, página 55.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

RESOLUÇÃO Nº 239, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Referenda a Resolução CNSP Nº 234, de 2011.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP Nº 2/2011, na origem, e Processo SUSEP nº 15414.003477/2011-13, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 29 de novembro de 2011 e nos termos do art. 5º § 2º do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP Nº 111, de 2004, resolveu:

Art.1º Referendar, na forma do disposto no art. 9º do Decreto nº 4.986, de 12 de fevereiro de 2004, a Resolução CNSP Nº 234, de 9 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2011, seção 1, página 34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

RESOLUÇÃO Nº 240, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Referenda a Resolução CNSP Nº 229, de 2010.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto Nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP Nº 1/2010, na origem, e Processo SUSEP nº 15414.000130/2010-38, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 29 de novembro de 2011 e nos termos do art. 5º § 2º do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP Nº 111, de 2004, resolveu:

Art.1º Referendar, na forma do disposto no art. 9º do Decreto nº 4.986, de 12 de fevereiro de 2004, a Resolução CNSP Nº 229, de 27 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2010, seção 1, página 38/44.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIA Nº 4.297, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 10 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007; e o que consta do Processo Susep nº 15414.100008/2010-61, resolve:

Art. 1° Retificar a denominação social da HYUNDAI MARINE & FIRE INSURANCE CO., cadastrada como ressegurador eventual, conforme Portaria Susep/Dirat nº 5, de 1º de abril de 2010, para HYUNDAI MARINE & FIRE INSURANCE COMPANY LIMITED.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIA Nº 4.298, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004; tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e o que consta dos Processos Susep nº 15414.004190/2011-19, resolve:

Art. 1° Aprovar a alteração do caput do artigo 14 e do parágrafo único do artigo 35 do estatuto social de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ nº 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia-geral extraordinária realizada em 25 de agosto de 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 840, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Florianópolis / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de FLORIANÓPOLIS / SC no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, no processo nº 59050.001127/2011-64.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 88, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 55, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO-2011), resolve:

Art. 1º Considerar sem efeito as Portarias de nº 60 de 03 de novembro de 2011, publicada no D.O.U. de 08 de novembro de 2011, Seção 1, pag. 40, conforme solicitado por meio do OF. nº 88/2011 de 22 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PORTARIA Nº 99, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011

Estabelece Metas de Desempenho Institucional para o terceiro ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com base no art. 4º, no inciso III, art. 8º e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, art. 21 do Anexo I ao Decreto n° 6.219, de 04 de outubro de 2007, bem como, o que dispõe o § 5º do art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e na observância do Inciso I do art. 1º e do art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando ainda, o disposto pela Portaria SUDENE nº 95, de 28 de outubro de 2010, ademais, que a avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho da SUDENE no alcance das metas organizacionais, compreendidas estas por metas globais e metas intermediárias, resolve:

Art. 1º. Fixar as metas de desempenho institucional (globais e intermediárias) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, de acordo com o Anexo desta Portaria, referentes ao terceiro ciclo de avaliação, compreendido entre 01 de outubro de 2011 e 30 de setembro de 2012, com base em seus programas, projetos ou atividades prioritárias e condições especiais de trabalho além de outras características específicas, diretamente relacionados às atividades fim desta Autarquia nos termos do art 5º do Decreto nº 7.133/10.

§ 1º. As metas globais serão fixadas pela SUDENE em seu Plano de Ação a partir das diretrizes, políticas e metas governamentais estabelecidas para o exercício, provenientes do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 2º. As metas intermediárias são as metas estabelecidas pela equipe de trabalho, em consonância com as metas globais incorporadas ao Plano de Ação, segundo critérios que poderão ser geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade.

§ 3º. O Plano de Ação é o documento onde anualmente constarão os programas e ações compatibilizados com o PPA, com a LDO e a LOA, contendo os principais objetivos e metas previstos para execução no exercício.

Art 2º. Os resultados da avaliação de desempenho institucional servirão ao cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, paga aos servidores ocupantes de cargo efetivo que se encontrem nas situações descritas pelo inciso I, art. 1º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Art. 3º. Caberá ao gestor da Assessoria de Gestão Institucional da SUDENE o acompanhamento, a aferição e a consolidação do demonstrativo de cumprimento das metas institucionais ao fim do ciclo de avaliação.

Art. 4º. As metas de desempenho institucional e os resultados apurados em cada período serão amplamente divulgados pela SUDENE, inclusive no seu sítio eletrônico.

Art. 5º. As metas organizacionais poderão ser revistas na hipótese de superveniência de fatores que exerçam influência significativa e direta na consecução do que foi fixado, desde que a Autarquia não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 6º. No início do quarto ciclo de avaliação, compreendendo o período de 01 de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013, serão fixadas as metas de desempenho institucional referentes a esse período.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE NORONHA FONTANA

ANEXO

METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

(Terceiro Ciclo de Avaliação - 01 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012)
(Decreto nº 7.133, de 19/03/2010)

PROGRAMA	AÇÃO	META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO*
2111 -Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	Pleitos atendidos	unidade	30
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Concessão de Benefícios Fiscais para o Fomento da Produção	Pleitos atendidos	unidade	500
	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	Pleitos atendidos	unidade	5
	Desenvolvimento da rede regional de inovação	Pleitos atendidos	unidade	4

* Fontes para as previsões: Coordenação de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Diretoria de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos; Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas -SUDENE.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 28 de setembro de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.01982, resolve:

Nº 2.660 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SÉRGIO LOPES DO NASCIMENTO portador do CPF nº 316.729.497-34.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 45ª Sessão realizada no dia 14 de abril de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36353, resolve:

Nº 2.661 - Ratificar a condição de anistiado político de JOÃO GOMES DO NASCIMENTO portador do CPF nº 101.866.388-68, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/060.073.809-4 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 4.878,84 (quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36363, resolve:

Nº 2.662 - Ratificar a condição de anistiado político de FERNANDO PELEGRINO portador do CPF nº 678.624.038-00, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/070.588.517-8 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.329,60 (um mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 108ª Sessão realizada no dia 05 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36373, resolve:

Nº 2.663 - Ratificar a condição de anistiado político de MANOEL PIMENTEL portador do CPF nº 125.792.978-04, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/068.482.868-5 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 6.893,40 (seis mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 68ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36410, resolve:

Nº 2.664 - Ratificar a condição de anistiado político de LUIZ CARLOS ROQUE DA SILVA portador do CPF nº 038.305.358-72, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/082.268.790-9 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 8.822,08 (oito mil, oitocentos e vinte e dois reais e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 79ª Sessão realizada no dia 23 de setembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36425, resolve:

Nº 2.665 - Ratificar a condição de anistiado político de OSMAR ALVES CAMPOS GOLEGA portador do CPF nº 213.590.408-20, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/073.609.259-5 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 8.007,71 (oito mil, sete reais e setenta e um centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 35ª Sessão realizada no dia 31 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36428, resolve:

Nº 2.666 - Ratificar a condição de anistiada política de APARECIDA MARIA SILVEIRA DE SOUZA portadora do CPF nº 027.377.837-47, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/076.915.414-0 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.657,09 (um mil, seiscentos e cinqüenta e sete reais e nove centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36436, resolve:

Nº 2.667 - Ratificar a condição de anistiada política de IVANIR MARCHIORI DA SILVA portadora do CPF nº 140.565.238-19, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/112.578.915-5 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.748,63 (um mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36438, resolve:

Nº 2.668 - Ratificar a condição de anistiado político de MANOEL WALDOMIRO RODRIGUES GONÇALVES portador do CPF nº 344.271.558-04, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/079.523.171-7 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 3.223,73 (três mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 56ª Sessão realizada no dia 27 de maio de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36442, resolve:

Nº 2.669 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de NILSON RIBAS MARTINS filho de SEMIRAMIS DE OLIVEIRA MARTINS, e conceder a substituição da pensão excepcional NB/59/105.874.464-7 de anistiado político, que DIRCE OJEA MARTINS, portadora do CPF nº 284.726.508-20, vem percebendo de R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 30ª Sessão realizada no dia 17 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36452, resolve:

Nº 2.670 - Ratificar a condição de anistiado político de TORNELLO SALVATORE portador do CPF nº 201.757.288-87, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/070.594.219-8 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 2.910,07 (dois mil, novecentos e dez reais e sete centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 108ª Sessão realizada no dia 05 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36465, resolve:

Nº 2.671 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de JOSÉ MENDES DE QUEIROZ filho de ANGELICA SILVEIRA DE QUEIROZ, e conceder a substituição da pensão excepcional NB/59/102.369.113-0 de anistiado político, que CLERIA MARQUES DE QUEIROZ, portadora do CPF nº 289.679.808-09, vem percebendo de R$ 4.542,88 (quatro mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão realizada no dia 10 de fevereiro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36471, resolve:

Nº 2.672 - Ratificar a condição de anistiado político de MILSO FERREIRA DA SILVA portador do CPF nº 082.412.367-00, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/073.350.624-0 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.596,48 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36475, resolve:

Nº 2.673 - Ratificar a condição de anistiado político de JOÃO BATISTA MOREIRA portador do CPF nº 250.538.097-04, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/073.350.069-2 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.436,73 (um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 44ª Sessão realizada no dia 29 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36478, resolve:

Nº 2.674 - Ratificar a condição de anistiado político de HUGO PESSANHA portador do CPF nº 194.643.207-53, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/082.884.093-8 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.596,48 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36479, resolve:

Nº 2.675 - Ratificar a condição de anistiado político de JORGE SANTOS GOMES portador do CPF nº 082.341.917-72, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/073.350.430-2 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.514,26 (um mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e seis centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 79ª Sessão realizada no dia 23 de setembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36514, resolve:

Nº 2.676 - Ratificar a condição de anistiado político de IGNACIO PICASO portador do CPF nº 080.655.358-87, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/000.994.846-5 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 7.399,40 (sete mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 62ª Sessão realizada no dia 20 de agosto de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36519, resolve:

Nº 2.677 - Ratificar a condição de anistiado político de AUGUSTO IGNACIO PEREIRA portador do CPF nº 042.922.197-53, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/082.824.772-2 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 4.693,51 (quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e cinqüenta e um centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36532, resolve:

Nº 2.678 - Ratificar a condição de anistiado político de JAIRO DOS SANTOS portador do CPF nº 070.155.777-04, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/045.267.812-9 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 2.221,22 (dois mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36538, resolve:

Nº 2.679 - Ratificar a condição de anistiado político de ULISSES LOPES portador do CPF nº 229.050.067-49, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/070.740.871-7 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 2.844,78 (dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36558, resolve:

Nº 2.680 - Ratificar a condição de anistiado político de DANIEL GONÇALVES FERREIRA portador do CPF nº 346.945.607-00, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/085.767.195-2 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.346,32 (um mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36660, resolve:

Nº 2.681 - Ratificar a condição de anistiada política de MARILIS CANEJO GONÇALVES TERRA portadora do CPF nº 037.093.107-68, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/070.414.577-4 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.596,48 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36691, resolve:

Nº 2.682 - Ratificar a condição de anistiado político de WALTER DE SIQUEIRA CAVALCANTE portador do CPF nº 365.199.447-34, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/084.126.646-8 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 3.277,67 (três mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 38ª Sessão realizada no dia 07 de abril de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36694, resolve:

Nº 2.683 - Ratificar a condição de anistiado político de NESTOR CEZAR portador do CPF nº 041.473.087-91, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/083.093.722-6 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 9.855,35 (nove mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 62ª Sessão realizada no dia 20 de agosto de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36711, resolve:

Nº 2.684 - Ratificar a condição de anistiado político de SEBASTIÃO HONORIO DE FREITAS portador do CPF nº 220.536.547-91, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/070.777.587-6 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 4.382,70 (quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 26 de janeiro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36724, resolve:

Nº 2.685 - Ratificar a condição de anistiado político de OSIRIS GOMES DE MOURA portador do CPF nº 039.616.567-20, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/043.616.567-20 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 2.844,47 (dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão realizada no dia 10 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36738, resolve:

Nº 2.686 - Ratificar a condição de anistiado político de FERNANDO TAVARES MACHADO portador do CPF nº 063.546.967-72, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/082.857.140-6 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.006,12 (um mil, seis reais e doze centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36740, resolve:

Nº 2.687 - Ratificar a condição de anistiado político de OBERLAND PACHECO BARRETO portador do CPF nº 250.570.737.53, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/083.048.471-0 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 938,81 (novecentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36746, resolve:

Nº 2.688 - Ratificar a condição de anistiado político de DIONIZIO MACHADO PEREIRA portador do CPF nº 062.260.277-20, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/076.270.525-6 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 1.596,48 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão realizada no dia 10 de fevereiro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36765, resolve:

Nº 2.689 - Ratificar a condição de anistiado político de AMARANTO LOPES PEREIRA portador do CPF nº 129.005.677-34, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/070.345.562-1 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 3.004,76 (três mil, quatro reais e setenta e seis centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37348, resolve:

Nº 2.690 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CARLOS JOSE RAMOS portador do CPF nº 006.633.793-34.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37356, resolve:

Nº 2.691 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CELSO DE SOUZA MENDES portador do CPF nº 007.283.223-15.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.37359, resolve:

Nº 2.692 - Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem", em favor de RAIMUNDO BENEDITO DA SILVA filho de MARIA CIRINO DA SILVA, formulado por MARIA ORLANDA CARVALHO DA SILVA, portador do CPF nº. 294.157.802-15.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37362, resolve:

Nº 2.693 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAQUIM ARAÚJO DE MOURA portador do CPF nº 0007.275.633-00.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37364, resolve:

Nº 2.694 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSÉ NUNES NETO portador do RG nº 397.363 SSP/PI.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2004.01.39499, resolve:

Nº 2.695 - Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem", em favor de JOSÉ LOURENÇO DA SILVA filho de VITALINA HILÁRIO DOS SANTOS, formulado por IVONE CORREA DA SILVA, portador do CPF nº. 644.790.971-53.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.39569, resolve:

Nº 2.696 - Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem", em favor de LINDOLFO MACHADO DA SILVEIRA filho de MARIA CÂNDIDA DA SILVEIRA, formulado por NERIVALDO MACHADO DA SILVEIRA, portador do CPF nº. 020.688.421-49.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão realizada no dia 08 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.39798, resolve:

Nº 2.697 - Ratificar a condição de anistiada política de LINA MARIA ASTACIO RIOS portadora do CPF nº 394.243.087-87, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/101.147.963-7 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 3.274,52 (três mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão realizada no dia 15 de junho de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.39991, resolve:

Nº 2.698 - Declarar HELIO IZIDORO VENTURA filho de OLGA IZIDORO VENTURA, anistiado político "post mortem", conceder a MARIA DO CARMO DE ANDRADE VENTURA portadora do CPF nº 669.759.567-15, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 15.06.2011 a 06.02.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 321.266,67 (trezentos e vinte e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 04.06.1975 a 04.02.1985, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 5ª Sessão Plenária realizada no dia 28 de setembro de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.40953, resolve:

Nº 2.699 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL ALVES BARBOSA FILHO portador do CPF nº 069.736.045-87.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão realizada no dia 18 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.41723, resolve:

Nº 2.700 - Declarar JULIO SHOITI YOKOTE portador do CPF nº 209.707.289-34, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.714,00 (dois mil, setecentos e quatorze reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 18.08.2011 a 01.04.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 436.908,77 (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e oito reais e setenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido, na 5ª Sessão realizada no dia 17 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.42287, resolve:

Nº 2.701 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por HENRIQUE JOSE BARBOSA portador do CPF nº 113.451.284-87.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de Foz de Iguaçu, realizada no dia 14 de outubro de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2004.01.44417, resolve:

Nº 2.702 - Declarar DOLANTINA NUNES MONTEIRO, portadora do CPF nº. 351.924.610-49, anistiada política, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 93ª Sessão realizada no dia 15 de outubro de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44802, resolve:

Nº 2.703 - Ratificar a condição de anistiada política "post mortem" de JONAS DANIEL filho de FIRMINA IZABEL DE SOUSA, e conceder a substituição da pensão excepcional NB/59/048.834,313-5 de anistiado político, que MARIA DE NASARETH AGUIAR DANIEL, portadora do CPF nº 448.084.533-04, vem percebendo de R$ 1.839,82 (um mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 75ª Sessão realizada no dia 07 de outubro de 2010, no Requerimento de Anistia n.º 2004.01.46212, resolve:

Nº 2.704 - Retificar a Portaria nº. 1187, de 20 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 02º subseqüente, para declarar ARY ALMEIDA NORMANHA portador do CPF nº 576.865.308-25, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.10.2010 a 30.08.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 110.402,25 (cento e dez mil. Quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 19.04.1969 a 31.12.1971, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 70ª Sessão realizada no dia 01 de setembro de 2010, e o Despacho da Vice-Presidente da Comissão de Anistia datado de 11 de outubro de 2011, no Requerimento n.º 2004.01.47433, resolve:

Nº 2.705 - Retificar a Portaria n.º 4112 de 24 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 03 subseqüente, declarar JOSÉ ONOFRE DE GODOY filho de JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO, anistiado político "post mortem", e conceder aos dependentes econômicos, se houver, a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 01.09.2010 a 05.10.1988, perfazendo o total retroativo de R$ 569.633,33 (quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), ante a ausência de dependentes econômicos, a reparação economia deverá ser transferida aos sucessores, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.48658/2009.01.64176, resolve:

Nº 2.706 - Declarar ANTONIO DONOSO VIDAL filho de JOANA MACHUCA BARROCHAL, anistiado político "post mortem", nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 85ª Sessão realizada na Caravana da Anistia na cidade de Porto Alegre - RS, no dia 26 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2005.01.49317, resolve:

Nº 2.707 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" ARGOS MESQUITA DE ARAGÃO, filho de MARIA MESQUITA DE ARAGÃO, e conceder em favor de EVENIRA DOS ANJOS ARAGÃO, portadora do CPF nº 532.047.510-15, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 16.350,00 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 77ª Sessão realizada no dia 07 de outubro de 2010, e o Despacho do Presidente datado de 18 de outubro de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.49576, resolve:

Nº 2.708 - Declarar EUTONE PEGORARO filho de JUDITH PEGORARO, anistiado político "post mortem", conceder aos dependentes econômicos, se houver, a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais); ante a ausência de dependentes econômicos, a reparação econômica será transferida aos sucessores, nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de São Paulo - SP, realizada no dia 04 de fevereiro de 2010, e o Despacho da Vice-Presidente da Comissão de Anistia datado de 26 de outubro de 2011, no Requerimento n.º 2009.01.64946, resolve:

Nº 2.709 - Retificar a Portaria n.º 3598 de 08 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 02 subseqüente, declarar JOÃO KANZOU SUZUKI filho de SHIGUERO SUZUKI, anistiado político "post mortem", conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 04.02.2010 a 03.09.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 140.900,00 (cento e quarenta mil e novecentos reais), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.12.1969 a 05.10.1988, ante a ausência de dependentes econômicos, o valor do retroativo deverá ser transferido aos sucessores, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.710, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto nº. 6.061, de 15 de março de 2007, a Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Decreto nº. 4.334, de 12 de agosto de 2002, e a fim de garantir segurança, transparência e isonomia nos processos de realização de despesas no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

Art. 1º Fica criada Comissão Especial, responsável por:

I - autorizar e realizar audiências com empresas ou instituições interessadas em apresentar soluções ou equipamentos referentes a projetos especiais do Ministério da Justiça;

II - autorizar o início dos processos preparatórios para contratações ou outros tipos de ajustes relativos a projetos especiais do Ministério da Justiça cujo valor estimado supere R$ 15 milhões (quinze milhões de reais), inclusive aqueles provenientes de acordos internacionais;

III - determinar, quando for o caso, a realização de audiências públicas para fins de contratação ou outro tipo de ajuste no âmbito dos projetos especiais do Ministério da Justiça;

IV - analisar as solicitações de deslocamento de servidores para missões que tenham por finalidade conhecer novas tecnologias para projetos especiais do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, serão considerados especiais os projetos de segurança pública relacionados aos grandes eventos, além de outros assim definidos pelo Ministro de Estado da Justiça, a serem executados com recursos orçamentários do Ministério da Justiça a partir do próximo exercício financeiro.

Art. 2º A Comissão será composta por dois representantes, sendo um titular e um suplente, de cada um dos seguintes órgãos, designados em ato do Ministro de Estado da Justiça:

I - Ministério da Justiça, que a presidirá;

II - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - Controladoria-Geral da União;

V - Secretaria Nacional de Segurança Pública;

VI - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos;

VII - Departamento de Polícia Federal;

VIII - Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

IX - Autoridade Pública Olímpica.

§ 1º Poderão participar das reuniões da Comissão:

I - Assessoria Especial de Controle Interno;

II - Consultoria Jurídica;

III - Programa de Transparência.

§ 2º As decisões da Comissão serão tomadas a partir de votação dos membros referidos nos incisos I a IX deste artigo.

§ 3º A Comissão poderá convidar especialistas ou representantes de outros órgãos a participar de suas reuniões, bem como criar subcomissões temáticas para subsidiá-la em matérias específicas.

Art. 3º De todas as reuniões da Comissão Especial será lavrada ata, assinada por todos os presentes.

Art. 4º É vedado aos agentes públicos em exercício no Ministério da Justiça ou em seus órgãos e entidades vinculadas realizar reunião ou audiência com empresas ou instituições sobre a exposição de seus produtos e serviços em desacordo com esta Portaria.

Art. 5º O disposto nesta Portaria não se aplica aos convênios e contratos de repasse celebrados com as unidades da Federação, tampouco gera para o interessado direito à realização de reunião ou audiência pública.

Art. 6º A Comissão definirá as normas para seu funcionamento.

Art.7º A Secretaria-Executiva do Ministério proverá os meios necessários para o desempenho das atividades da Comissão.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 2.213 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:
DIEGO ANDRÉS BARRIOS DÍAZ - V091127-2, natural da Nicarágua, nascido em 30 de março de 1987, filho de Julio Edgar Barrios Taracena e de Ximena Pamela Claudia Díaz Bermudez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08015.005602/2011-67);
DORA MENACHO ROJAS DE PALMA - V102361-0, natural da Bolívia, nascida em 9 de agosto de 1955 , filha de Laura Menacho Rojas, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.003722/2011-11);
GHERA HANNA ARGES - W606052-N, natural do Líbano, nascida em 15 de dezembro de 1947, filha de Hanna El Ottra e de Ramza Hanna El Ottra, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.000887/2011-07);
HARB MOHAMAD KADRI - Y042684-8, natural do Líbano, nascido em 10 de janeiro de 1967, filho de Mohamad Kadri e de Amne Moussa, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.009099/2009-86);
HARRIM JESUS MENDEZ ALVAREZ - V092878-Q, natural da Bolívia, nascido em 14 de outubro de 1979, filho de Oscar Mendez Ortiz e de Ana Maria Alvarez Mendez, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08336.000919/2011-84);
KARINA ALEJANDRA PRETER ANCAMIL - V101747-J, natural do Chile, nascida em 26 de setembro de 1975, filha de Washington Ricardo Preter Carabelli e de Fresia Del Carmen Ancamil Riveros, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.000563/2011-81);
MARIO ERNESTO FERNANDEZ - V020261-8, natural da Argentina, nascido em 9 de julho de 1956, filho de Ernesto Jorge Fernandez e de Magdalena Maria Bestard Fernandez, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.000474/2011-05);
MITSUO ISERI - W491025-B, natural do Japão, nascido em 26 de novembro de 1925, filho de Ichihe Iseri e de Tsuya Iseri, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.040605/2010-44); e
TETSUYUKI HAMATAKE - W595292-Z, natural do Japão, nascido em 13 de agosto de 1941, filho de Kusuo Hamatake e de Chijiyu Hamatake, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.014836/2010-14).

Nº 2.214 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:
ALI MUSTAFA AREF KARDOS - V099272-R, natural da Jordânia, nascido em 6 de março de 1953, filho de Mustafa Aref e de Amine Omar, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.000257/2011-45);
CARLOS WALTER CABRERA - V017630-B, natural do Uruguai, nascido em 4 de novembro de 1941, filho de Maximo Rodriguez e de Joana Paula Cabrera, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08438.001343/2010-43);
JOSE ERWIN JUSTINIANO RIVERO - W669421-4, natural da Bolívia, nascido em 7 de maio de 1944, filho de German Justiniano e de Angela Rivero de Justiniano, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.005639/2010-11);
MARIANELA MARANA VIEYTO - Y079165-G, natural do Uruguai, nascida em 20 de julho de 1967, filha de Alberto Nicolas Marana e de Dora Nelly Vieyto, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.003738/2010-04);
MICHAEL HAROLD SMITH - W294414-0, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 20 de agosto de 1942, filho de Harold Larwill Smith e de Mary Elizabeth O`keefe Smith, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08375.002626/2011-75);
OSENI HASSAN - V175381-A, natural da Nigéria, nascido em 6 de julho de 1965, filho de Taiwo Hassan e de Anike Hassan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053983/2010-98);
PAULO ROMEU BARRETO PALADINO - W668082-5, natural do Uruguai, nascido em 6 de fevereiro de 1975, filho de José Maria Barreto Rivero e de Teresa Nubia Paladino de Barreto, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003860/2010-78);
TERESA KORUS - W440686-2, natural da Alemanha, nascida em 17 de janeiro de 1948, filha de Stanislaw Korus e de Jadwiga Korus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.021137/2011-90); e
WILFREDO JAVIER VALVERDE ZAVALETA - W530899-L, natural do Peru, nascido em 13 de outubro de 1957, filho de Tomas Valverde Zavaleta e de Emilia Zavaleta de Valverde, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.011198/2011-49).

Nº 2.215 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:
ANTONIO TRIO - V295577-B, natural da Itália, nascido em 12 de novembro de 1943 , filho de Letizia Calvano Trio, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.019554/2010-91);
CARLOS VICTOR MUNOZ PEREZ - Y047156-8, natural do Chile, nascido em 12 de maio de 1951, filho de Juan Segundo Munoz Ramirez e de Maria Salome Perez Ramirez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.059665/2010-31);
HATUKO ISERI - W448262-T, natural do Japão, nascida em 28 de março de 1933, filha de Seiziro Nakamura e de Tei Nakamura, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.019564/2010-27);
HIRONOBU SANO - W302349-4, natural do Japão, nascido em 14 de junho de 1972, filho de Michiru Sano e de Yaoko Sano, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.012354/2010-48);
JUAN CEREZO ROSADO - W481024-J, natural da Bolívia, nascido em 24 de novembro de 1946, filho de Frorentino Cerezo e de Adriana Rosado, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.006420/2011-91);
LAUREANO ALVAZ ESTEVEZ - W102045-1, natural da Espanha, nascido em 30 de janeiro de 1942, filho de Constantino Alvaz Rodriguez e de Aurora Estevez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.007710/2010-71);
LEILA ALI HIJAZI - V091853-A, natural do Líbano, nascida em 5 de outubro de 1959, filha de Hamze Hijazi e de Farida Fahs, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.013099/2005-27);
MARIE ALEXANDROW - W069378-L, natural da Áustria, nascida em 18 de maio de 1943, filha de Grigory Alexandrow e de Katharine Alexandrow, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.016842/2011-75); e
WONG TU TAO - W425024-Z, natural da China (Taiwan), nascida em 4 de julho de 1935, filha de Tu An Chin e de Tu Chen Mai, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.004551/2010-24).

Nº 2.216 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:
AHMAD MOHAMMAD RABAH - Y241711-M, natural do Líbano, nascido em 2 de outubro de 1977, filho de Mohammad Rabah e de Fatme Rabah, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.068917/2009-89);
CAMILO IGLESIAS FERNANDEZ - V553623-6, natural da Espanha, nascido em 6 de novembro de 1974, filho de Manuel Iglesias Eirey e de Manuela Fernandez Araujo, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08712.000005/2011-89);
CHRIS GABRIELA CHA CHOI - Y257962-Z, natural do Paraguai, nascida em 4 de fevereiro de 1993, filha de Moon Kwon Cha e de Mi Young Choi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.001375/2011-53);
GLORIA MARIA VARGAS LOPEZ DE MESA - V122057-R, natural da Colômbia, nascida em 25 de abril de 1960, filha de Roberto Vargas Jimenez e de Gloria Lopez de Mesa de Vargas, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.004959/2011-98);
ISSAM ABDO ABOU FARD - V512078-Y, natural do Líbano, nascido em 2 de novembro de 1978, filho de Abdo Abou Fard e de Fatme Hassoun, residente no Estado do Pará (Processo nº 08072.005847/2009-95);
LEANDRO MANUEL VELAZQUEZ GONZALVEZ - V436707-4, natural do Uruguai, nascido em 6 de fevereiro de 1989, filho de Daniel Velazquez Silveira e de Olga Beatriz Gonzalvez Lezue, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.013520/2011-48);
OSVALDO GUARACHI MAGNE - V360203-E, natural da Bolívia,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nascido em 27 de novembro de 1970, filho de Paulino Guarachi Contreras e de Nelly Magne Ojeda de Guarachi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.013816/2008-90);
LAI TAI CHUAN - Y231081-Z, que o amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se RENATO LAI TAI CHUAN, natural da China, nascido em 16 de setembro de 1982, filho de Lai Chung Chen e de Lai Hsu Li Hui, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.008752/2009-08); e
STEFANO ALDO PANCIERA - V303255-G, natural da Itália, nascido em 23 de junho de 1962, filho de Flavio Panciera e de Elisabeta Maritti, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.011193/2011-16).

Nº 2.217 - INDEFERIR o pedido de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis requerido por ELSON FILIPE MARQUES SERRA, de nacionalidade Portuguesa, nascido em 20 de abril de 1983, filho de Norberto Henriques Serra e de Eugenia Maria de Jesus Marques Serra, tendo em vista ter adquirido Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e Gozo dos Direitos Políticos, por meio da portaria 1.894 de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 1º subseqüente (Processo nº 08018.006630/2011-71).

Nº 2.218 - Reconhecer aos portugueses abaixo nomeados a igualdade de direitos e obrigações civis no Brasil, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos
BÁRBARA ANTUNES DA CUNHA AGRE DEGUES - V474017-F, natural de Portugal, nascida em 21 de março de 1993, filha de Francisco António Damas Agre Degues e de Maria da Graça Ribeiro Antunes da Cunha Agre Degues, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.011334/2011-92);
BERNARDO ANTUNES DA CUNHA AGRE DEGUES - V474021-O, natural de Portugal, nascido em 23 de dezembro de 1990, filho de Francisco António Damas Agre Degues e de Maria da Graça Ribeiro Antunes da Cunha Agre Degues, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.011332/2011-01);
JOÃO JOSÉ MARTINS SILVA - V535343-E, natural de Portugal, nascido em 31 de janeiro de 1966, filho de Luís do Nascimento Silva e de Esmeralda Almeida Martins Silva, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.022796/2011-83);
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA PINTO LEITE - V491694-D, natural de Portugal, nascido em 20 de setembro de 1957, filho de Vicente Alves Pinto Leite e de Palmira Esmeralda Soares de Oliveira Pinto Leite, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 08018.006150/2011-19);
LUÍS FRANCISCO GINJA LOPES BARATA - V436554-3, natural de Portugal, nascido em 25 de dezembro de 1926, filho de Francisco Lopes Neves Barata e de Maria da Nazaré Ginja Lopes Barata, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.031570/2010-92);
MANUEL HENRIQUE VIEIRA SOARES - V523170-Z, natural de Portugal, nascido em 18 de setembro de 1948, filho de Manuel de Oliveira Soares e de Maria Luisa das Neves Vieira Soares, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08015.002472/2011-19);
MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS - V533027-Y, natural de Portugal, nascido em 12 de novembro de 1970, filho de Alfredo Henrique de Barros Castro Ferreira Setas e de Cassilda de Oliveira Simões Nunes Ferreira Setas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.012461/2011-17) e
NUNO MANUEL NABEIRO CARRILHO - V655357-L, natural de Portugal, nascido em 29 de novembro de 1975, filho de Manuel Joaquim Charas Carrilho e de Maria Teresa Torres Macho Nabeiro, residente no Distrito Federal (Processo nº 08015.005705/2010-46).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, combinado com o artigo 116 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, com a redação dada pela Lei no 6.964, de 09 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08390.003949/2011-98, resolve:

Nº 2.219 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a LU YUAN HAO, natural da China (Taiwan), nascido em 15 de junho de 1995, filho de Lu Ching Ming e de Chen Li Tsu, residente no Estado do Paraná, a fim de que, até 15 de junho de 2015, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

LUIZ PAULO BARRETO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 747, de 30 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 01 de dezembro de 2011, Seção 1, página 89, no inciso I,
Onde se lê:
"30 de novembro de 2011"
Leia-se:
"05 de dezembro de 2011"

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 44, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, em face da competência estabelecida por meio do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de limite financeiro no valor de R$ 286.806,00 (duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e seis reais), para a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), visando à implantação de Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas, e seus familiares, contemplado no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, conforme segue.

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Unidade Gestora: 200246 (Funad); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Órgão Executor: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Unidade Gestora: 158517 (UFFS); Gestão: 26440 - Tesouro Nacional.

Programa/Ação:14422066582360001 - Apoio a Projetos de Interesse do Sisnad.

Fonte: 0100.

Valor: R$ 286.806,00; Natureza da Despesa 339039.

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário ocorrerá em única parcela.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização.

Parágrafo Segundo - Os recursos descentralizados deverão ser executados em estrita observância às normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Art. 3º - A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), deverá restituir à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), os créditos transferidos e não empenhados até o final de cada exercício, com base no que dispõe o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observada a Norma de Encerramento do Exercício Financeiro expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 14.073, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4333/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLUBE DE CAMPO ALVORADA, CNPJ nº 10.578.169/0001-87, para atuar em PERNAMBUCO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.077, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4205 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALPHANTARES SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.782.986/0001-97, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
4 (quatro) Revólver(es) calibre 38,
3 (três) Pistola(s) calibre 380,
1 (um) Espingarda(s) calibre 12,
60 (sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38,
114 (cento e quatorze) Cartuchos de Munição calibre .380,
14 (quatorze) Cartuchos de Munição calibre 12.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.084, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4296/DPF/FIG/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOPAO VIGILANCIA E SEGURANÇA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 86.780.871/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA, com Certificado de Segurança nº 2160/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.090, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3806/DPF/SJE/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TEIXEIRA & CALADO SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 14.071.312/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 2172/11 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.097, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4323 / DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.865.761/0001-06, sediada no PARÁ, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
28 (vinte e oito) Revólver(es) calibre 38,
336 (trezentos e trinta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.098, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4440 / DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: CONCEDER autorização à empresa LEGITIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.030.464/0001-90, sediada no AMAZONAS, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
13 (treze) Revólver(es) calibre 38,
234 (duzentos e trinta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.100, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4477 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESIV VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.229.652/0001-04, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
9 (nove) Revólver(es) calibre 38,
162 (cento e sessenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 14.102, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4357/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização, à empresa IDEAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.478.499/0001-11, especializada em segurança privada, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em GOIÁS.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.103, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4408/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CTTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.270.818/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 2166/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.104, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4039 / DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa DINAMO VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 70.237.672/0002-81, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

13 (treze) Revólver(es) calibre 38,

195 (cento e noventa e cinco) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.107, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2164/DPF/XAP/SC, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.842.550/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 2192/11 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.109, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4399 DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa SECURITY TRAINING CENTER - CENTRO DE TRIENAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.781.749/0001-37, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

83200 (oitenta e três mil e duzentos) Espoletas para Munição calibre 38,

83200 (oitenta e três mil e duzentos) Projéteis para Munição calibre 38,

3000 (três mil) Espoletas para Munição calibre .380,

3000 (três mil) Projéteis para Munição calibre .380,

19000 (dezenove mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.110, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4387 DPF/JFA/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES S/C., CNPJ nº 20.509.337/0003-06, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

47500 (quarenta e sete mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre 38,

40000 (quarenta mil) Projéteis para Munição calibre 38,

9000 (nove mil) Espoletas para Munição calibre .380,

5000 (cinco mil) Projéteis para Munição calibre .380,

3000 (três mil) Espoletas para Munição calibre 12,

10000 (dez mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.111, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4343 DPF/SOD/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa FIGUEIRA DE ALMEIDA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.322.393/0003-84, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

53300 (cinquenta e três mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre 38,

53300 (cinquenta e três mil e trezentos) Projéteis para Munição calibre 38,

14000 (quatorze mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.118, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4530 DPF/STS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SOLDIER SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ nº 00.658.132/0001-05, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

20 (vinte) Revólver(es) calibre 38,

10 (dez) Pistola(s) calibre 380,

360 (trezentos e sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

450 (quatrocentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre .380.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.123, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1798/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FACILITY SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.606.943/0002-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 2202/11 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.137, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4548 DPF/UDI/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa REZENDE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

7 (sete) Revólver(es) calibre 38,

120 (cento e vinte) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 1º de dezembro de 2011

Nº 954 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08700.000073/2008-81. Representante: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Representada: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás. Advs.: Alessandra R. B. Oshiro e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que o objeto da denúncia em análise é alcançado pelos dispositivos da Lei nº 8.884/84 e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a promoção de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei n. 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar, recorrendo de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei n. 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ nº 456/2010.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 1º de dezembro de 2011

Nº 40 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.002673/2007-51. Representante: Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças - ANFAPE. Representadas: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda., Fiat Automóveis S.A. e Ford Motor Company Brasil Ltda. Advogados: Ricardo Inglez de Souza, Paulo Marques Rodrigues Brancher, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Tatiana Lins Cruz, Lauro Celidonio Neto, Patrícia Avigni e outros. Muito embora até a presente data não tenham retornado os Avisos de Recebimento das duas notificações enviadas à Fiat Automóveis S.A, intimo todas as partes do processo de que foram juntados na data de hoje, 01/12/11, nos autos (i) um termo no qual a Fiat declara que tomou ciência do processo; e (ii) certidão do correio no sentido de que a notificação específica do ofício 358/2011 enviado à Fiat foi devidamente entregue. Dada a peculiaridade do presente caso, será contado o prazo de defesa a partir da publicação do presente despacho.

RICARDO MEDEIROS DE CASTRO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS DE REFUGIADOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 1° de dezembro de 2001

A Coordenadora-Geral Substituta do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE notifica o cidadão estrangeiro abaixo relacionado nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997, que o CONARE, na reunião ordinária realizada em 11 de novembro de 2011, decidiu pela perda da condição de refugiado do mesmo.

Processo nº. 08018.001684/2011-41. EUGENE UWIMANA, nacional de Ruanda, por estar incurso no disposto no inciso IV, do art. 39, da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

IZABELA BARBOSA MIGUEL

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, resolve:

Cancelar o Certificado de Naturalização Ordinária nº 002924, instituído por meio da Portaria DEEST nº 1.149, de 21 de junho de 2011, tendo em vista o extravio do mesmo.

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos, formulado em favor da nacional francesa NAIMA BENNANI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada sua data de nascimento constante no seu registro, passando de 03/08/1984 para 13/08/1984.

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.004178/2011-01 - RICARDO OMAR WASSERMANN, CANDELARIA WASSERMANN, GONZALO JOAQUIN WASSERMANN e SUSANA MYRIAM SERET DE WASSERMANN

Processo Nº 08081.000004/2011-16 - IGOR JERKO CENCIC LOPEZ, MAKSIMILJAN JERKO CENCIC GONZALEZ e NIRDA CELENIA GONZALEZ DE CENCIC

Processo Nº 08354.004569/2011-15 - NATHAN BENITO MEDINA.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08124.001981/2011-89 - CLAUDIA PATRICIA LOPES SOTTO MAYOR

Processo Nº 08335.005288/2011-08 - PERLA FABIOLA TORALES PALMEIRA

Processo Nº 08458.012643/2010-10 - JOSÉ MANUEL DOS SANTOS SOARES

Processo Nº 08505.016176/2011-75 - LIRONG JI

Processo Nº 08505.021328/2011-51 - JOVITA CONDORI CHOQUEHUANCA

Processo Nº 08505.026866/2011-32 - OLATUNJI EKUNDAYO OYEBANJI

Processo Nº 08505.071094/2011-93 - YONGSHOU LIU e YAN CHEN

Processo Nº 08070.000873/2011-61 - WAFFA AHMAD BARAKAT

Processo Nº 08505.016094/2011-21 - FERNANDO MONTANANA TORTOLA

Processo Nº 08505.068483/2010-51 - SONIA CAMA TICAHUANCA

Processo Nº 08386.015169/2011-50 - EVILINDA SERGEEVNA OVCHARENKO

Processo Nº 08389.023198/2011-65 - ARMINDA BARRETO RODRIGUEZ OBERGER

Processo Nº 08457.000085/2009-16 - FATIMOT OLUBUNMI JAIYEOLA

Processo Nº 08485.024140/2010-60 - WALTER LUIS TELLO BAZAN

Processo Nº 08505.005135/2011-53 - GUOHE ZENG e XIAOTAO ZHANG

Processo Nº 08505.017826/2009-85 - REMIGIUS CHIMEZIE OBIUKWU

Processo Nº 08505.040026/2011-82 - WALTER PONCE CHAVEZ e URSULA ALIAGA TOLENTINO

Processo Nº 08505.056864/2011-78 - RONY ORLANDO VILLANUEVA NINA

Processo Nº 08505.068576/2010-85 - JULIO CESAR BURGOS ROJAS e CARMEN INES MERCADO RODA.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08124.000792/2011-99 - MARCELINO AMORIM PEREIRA DOS SANTOS

Processo Nº 08505.016283/2011-01 - MAGDALENA RENATA KUPIEC

Processo Nº 08354.003020/2011-03 - RUI JOSE NUNES RODRIGUES

Processo Nº 08286.002061/2010-44 - PERE JORDI ROSELLO OSINAGA

Processo Nº 08124.002231/2010-43 - SIMON DAVID OTERI

Processo Nº 08091.002227/2011-91 - KARINA MARISOL CANETE BORRACHINI

Processo Nº 08458.010210/2010-20 - FRANCOIS KLEBER FOLIO

Processo Nº 08505.042893/2011-52 - MIGUEL BELLO SUAREZ

Processo Nº 08505.040165/2011-14 - ANDREA DEL ROCIO ZENDER ARRIZ

Processo Nº 08711.001451/2011-11 - ALBERTO LEKUE DIAZ

Processo Nº 08506.010761/2010-71 - HILDA SIMOZA DE HIGA

Processo Nº 08410.002445/2011-75 - PAULO JORGE FERNANDES LEAL

Processo Nº 08295.016531/2011-29 - IGNACIO RAMON MARTINEZ PEGO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.007354/2011-97 - EZEQUIEL JUAN VICTOR VITTI

Processo Nº 08492.014425/2011-84 - LEILA MANUELA ROBLEDO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.008452/2009-88 - ADRIANA MANGERI

Processo Nº 08505.047455/2011-81 - EKATERINA PIVINSKAYA.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.065014/2011-61 - MAURICIO JANAUSKAS KORYTO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08444.006205/2011-52 - SEBASTIAN ALBERTO ARAYA.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da manifestação favorável do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto item V em Permanente. Processo N° 08280.033266/2011-11 - JAVIER RODOLFO ROJAS MONTENEGRO. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais bolivianos NELSON GARCIA HERRERA e ERLINDA FERMIN CESPEDES, nos termos do art. 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, medida extensiva a sua filha menor com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, também boliviana BRISELDA GARCIA FERMIN, por questão de economia processual. Processo N° 08505.002048/2011-44 - NELSON GARCIA HERRERA, ERLINDA FERMIN CESPEDES e BRISELDA GARCIA FERMIN.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais bolivianos IVAN ANGEL AGUILAR VEIZAGA e MARIA SONIA QUISPE ESCOBAR, nos termos do art. 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, medida extensiva a seus filhos menores com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, também bolivianos LEONARDO ANGEL AGUILAR QUISPE e ALEJANDRO IVAN AGUILAR QUISPE, por questão de economia processual. Processo N° 08505.040020/2011-13 - IVAN ANGEL AGUILAR VEIZAGA, MARIA SONIA QUISPE ESCOBAR, LEONARDO ANGEL AGUILAR QUISPE e ALEJANDRO IVAN AGUILAR QUISPE.

Tendo em vista os novos elementos constantes dos autos, RECONSIDERO a decisão e torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União, Seção I, pág. 73, de 27 de abril de 2011, para conceder a permanência definitiva no País ao nacional Chinês YUNGUANG CAI, nos termos do art. 75, II, a, da Lei nº 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentora da condição que lhe deu origem. Processo N° 08280.038587/2010-12 - YUNGUANG CAI.

Tendo em vista os novos elementos constantes dos autos, RECONSIDERO a decisão e torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União, Seção I, pág. 48, de 15 de junho de 2011, para conceder a permanência definitiva no País à nacional Canadense TANYA KESHAVJEE MACEDO, nos termos do art. 75, II, a, da Lei nº 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentora da condição que lhe deu origem. Processo N° 08505.031243/2009-67 - TANYA KESHAVJEE MACEDO.

Considerando o disposto na Portaria MJ 1.700/2009, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo nacional boliviano ALEX RAFAEL SEGALES GORENA, nos termos do art. 7° da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.070179/2011-54 - ALEX RAFAEL SEGALES GORENA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório publicado no DOU de 02/05/2011, nos termos da Portaria nº 3, de fevereiro de 2009. Processo N° 08241.000428/2010-10 - ALEXANDRE SCHILLER.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos previstos no art. 2º da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08458.010828/2011-71 - MARIA DE FATIMA MENDES NUNES DO VALE e OCTAVIO PAULO BORGES MARTINS DO VALE.

INDEFIRO os pedidos de transformação de visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.

Processo Nº 08460.001209/2010-65 - MARCO JOHANNES ANTONIUS MARIA BRUMMELHUIS

Processo N° 08508.007711/2011-77 - SHEILA JANET DIAZ PUGA.

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do prazo previsto no art. 2º, da Portaria nº 3, de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08320.014576/2009-90 - ADELAIDA RODRIGUEZ LOPEZ.

INDEFIRO o pedido de permanência, por não restar demonstrada a existência de casamento de fato e de direito com cônjuge brasileiro. Processo N° 08505.002153/2011-83 - MOHAMMAD AHMAD ABDULRAHEEM ASS´AD.

Tendo em vista a inexistência de fato e de direito de casamento com cônjuge brasileiro, INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional peruano DANIEL GUSTAVO YUPANQUI PALACIOS. Processo N° 08240.003777/2010-95 - DANIEL GUSTAVO YUPANQUI PALACIOS.

CARLOS EUGÊNIO REZENDE E SILVA
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08260.001197/2010-25 - ROBERTO MELONE

Processo Nº 08286.000762/2011-20 - LUIS FERNANDO BARBA JUSTINIANO

Processo Nº 08353.002278/2011-94 - GIANCARLO BRUNELLO

Processo Nº 08390.004015/2011-73 - MARIA EUGENIA MIGUES DE LEON

Processo Nº 08505.006560/2011-60 - CRYSTAL LYNN PETERSON

Processo Nº 08505.017115/2011-25 - ERNESTO DIONISIO DE CARVALH0

Processo Nº 08505.042753/2011-84 - VYARA GENCHEVA MEDEIROS PINHEIRO DA SILVA

Processo Nº 08505.056715/2011-17 - CARLOS AUGUSTO PALIAN RIOS

Processo Nº 08505.060708/2010-21 - JAMES DUNCAN GENTRY

Processo Nº 08505.067713/2010-64 - SYLVIE IRMA MARCELLA CLOCHET MONTAGNER

Processo Nº 08505.071115/2011-71 - DAVID JUSTIN HEROD

Processo Nº 08506.011029/2010-18 - RONALD TODD STEINMETZ

Processo Nº 08709.008243/2011-91 - PERLA GAZOLI.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08390.001390/2011-61 - UMARO DJALO, ELIZABETE LOPES DE BARROS e GIANNE TUCHA BARROS DJALO

Processo Nº 08390.003809/2011-10 - JOSHUA TALMADGE GLESS

Processo Nº 08505.005105/2011-47 - PEDRO CABRERO VAZQUEZ e ANALIA MILENA LENGUAZA ULLON

Processo Nº 08505.023424/2011-34 - LIU WAN

Processo Nº 08505.064951/2011-07 - GUILLERMO SOLIS SONCCO e MARINA MAQUERA CALLATA

Processo Nº 08505.064973/2011-69 - YUSHAN WU e HUAQIN WENG

Processo Nº 08505.071052/2011-52 - QIUFENG LIN e BIXIA TENG

Processo Nº 08505.071174/2011-49 - MAURO ASTURIMA HUAMAN e YANETH RIVERA VELASQUEZ

Processo Nº 08506.004728/2011-92 - MELANIE LIANE WACHTER.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08387.001432/2011-13 - MONICA BEATRIZ SOTO

Processo Nº 08505.097855/2011-37 - ESTEBAN ADRIAN HETSCH.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08492.014410/2011-16 - FERNANDO RAUL DZUBUK.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.056737/2011-79 - ZHANG BAI HE e SUN QIANG.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.074323/2011-21 - FERNANDO ANIBAL CAVIEDES VIVEROS

Processo Nº 08505.097955/2011-63 - STEPHEN MICHAEL NAMI.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08260.002239/2010-45 - VANIA RAQUEL MARQUES ALVES e MARTIM DE BARROS RODRIGUES

Processo Nº 08351.005136/2010-18 - VLADISLAV KUBALA

Processo Nº 08505.005119/2010-80 - JUAN URIEL PINEDA BALLESTER

Processo Nº 08505.006490/2011-40 - DANIELE ANTONIO GIORGETTA

Processo Nº 08505.016217/2011-23 - MARCIO FERNANDO RODRIGUES DIAS

Processo Nº 08505.023418/2011-87 - BRUNO MIGUEL DA SILVA TAVARES

Processo Nº 08505.074005/2010-80 - PERRINE CLAIRE FERNANDE COET DE OLIVEIRA

Processo Nº 08506.011407/2010-63 - STEFANO CALEBRESE.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08390.000170/2011-11 - AGUSTIN GARCIA NEGREDO.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o (s) estrangeiro (s) encontra (m) fora do país. Processo Nº 08458.002256/2009-31 - ALBERT JACOB BROWN.

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

INDEFIRO o pedido, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08505.026944/2011-07 - JOSE GUADALUPE HERNANDEZ JR.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ARQUIVAMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 09/06/2011, Seção 1, página 120, DEFIRO o pedido de reconsideração para conceder a prorrogação de prazo da estada até: 15/03/2012. Processo N° 08420.003196/2011-16 - CARMILDA PAIXAO ESTRELA LIMA.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ARQUIVAMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 02/05/2011, Seção 1, página 46, DEFIRO o pedido de reconsideração para conceder a prorrogação de prazo da estada até: 02/03/2012. Processo N° 08270.002544/2011-07 - FERNANDO DJAFODE SANHA.

INDEFIRO o pedido de prorrogação, tendo em vista que no momento da autuação, o requerente encontrava-se em situação irregular no país, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/81, alterada pela Lei 6.964/81. Processo N 08706.002745/2011-39 - CLAUDIO ALBERTO DE ALMEIDA.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.006020/2011-67 - DENNIS WAYNE MCGUIRE II, até 11/11/2012

Processo Nº 08000.014469/2011-07 - RENY JOSE CARABALLO OSUNA, até 10/02/2013

Processo Nº 08000.014607/2011-40 - LORIN PATRICK WARNER e MARCELA MEDEL CARRILLO, até 02/02/2013

Processo Nº 08000.014608/2011-94 - FERDINAND ENRIQUEZ REOMA, até 28/02/2013

Processo Nº 08000.014970/2011-65 - PAUL DAVID RINGGENBERG, até 14/11/2012

Processo Nº 08000.015291/2011-11 - HEBERTS DAVID GERDTS COTES, até 28/04/2013

Processo Nº 08000.015559/2011-15 - CARLOS JOSE SEIXAS AUGUSTO, até 01/12/2012

Processo Nº 08000.015820/2011-79 - ALAN JOHN KEARNS, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015824/2011-57 - REINHARD KUHN, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015833/2011-48 - PIOTR PAWEL ALBECKI, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015834/2011-92 - GLEN MICHAEL GILMAN, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015842/2011-39 - JAROSLAW PIOTR LOCHOWSKI, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015844/2011-28 - WOJCIECH JAKUB PAWLOWSKI, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015848/2011-14 - ROBERTO MUSTRA, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015914/2011-48 - BARTLOMIEJ JERZY ZIELINSKI, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.015921/2011-40 - RAFAL ARKADIUSZ JANKUNIEC, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.016065/2011-40 - ANDRE SHEEL, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.016279/2011-16 - MAREK SZMIDT, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.016321/2011-07 - KEITH DOUGLAS CLARK, até 17/12/2013

Processo Nº 08000.016323/2011-98 - JOHNNY LEE BRISTER JR, até 07/01/2013

Processo Nº 08000.016326/2011-21 - WILLIAM WADE HOWELL, até 06/02/2014

Processo Nº 08000.016394/2011-91 - JAMES DARRELL VARNER, até 08/02/2013

Processo Nº 08000.016398/2011-79 - A P BROWN JR, até 08/02/2014

Processo Nº 08000.016496/2011-14 - GARY GORDON WILSON, até 01/01/2014.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de18/10/2011, Seção 1, pág. 45, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País até 02/02/2012. Processo N° 08000.012842/2011-87 - NILO SANCHEZ GORUMBA.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 23/09/2011, Seção 1, pág. 43, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País até 27/02/2013. Processo N° 08000.002423/2011-37 - MARCOS ADOLFO SUAREZ MOISES. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2010, Seção 1, pág. 83, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País até 22/01/2012. Processo N° 08000.000438/2010-80 - PAWEL WLADYSLAW SIDOR. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.007283/2011-- ELIE BOUNAB HALIE BENSOUNA.

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.

Processo Nº 08000.011774/2011-39 - ROBERT DANIEL QUINONES LARA

Processo Nº 08000.012185/2011-78 - SAMUEL ZABALA ANEZ

Processo Nº 08000.012901/2011-17 - RAFAEL EDUARDO BALLESTEROS RENGIFO

Processo Nº 08000.013111/2011-59 - LUCIANA RITA FLORES

Processo Nº 08000.013657/2011-18 - BOGI OLSEN

Processo Nº 08000.014965/2011-52 - ELICEO GIOVANNY SANTOS ARCE

Processo Nº 08460.010450/2011-66 - MARTA ALEJANDRINA CASTRO AGUAYO

Processo Nº 08701.013315/2010-10 - ORLANDO PEREZ AGUILA.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.015924/2011-83 - DARIUSZ SNARSKI, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.016322/2011-43 - ROBERT EARL BARNES, até 08/02/2013

Processo Nº 08000.016397/2011-24 - PAUL HINES TRULOCK IV, até 23/02/2014

Processo Nº 08000.016421/2011-25 - JAMES EARL GREEN, até 16/06/2013

Processo Nº 08000.016499/2011-40 - IAN FORRESTER BEVERIDGE, até 01/01/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.016075/2011-85 - VINICIO OSMAR BARRERA ARAUJO, até 01/05/2012

Processo N° 08000.016229/2011-39 - ROY PINGKIAN TAGALOGON, até 16/07/2013

Processo N° 08000.014775/2011-35 - DEEPAK SIVARAMAKRISHNA MENON, até 18/12/2011.

Processo N° 08000.016324/2011-32 - WILLIAM REGINALD MAGEE, até 13/10/2013

Processo N° 08000.016349/2011-36 - EDWARD ERIC COLLINS, até 16/06/2013.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/08/2011, Seção 1, pág. 99, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 19/01/2012. . Processo N° 08102.004526/2011-93 - CHRISTOPHER ESTRADA

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.015896/2011-02 - HUGH GREGORY BEACOCK

Processo Nº 08000.015912/2011-59 - STEEN SOEREN HOULBERG.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/11/2011, Seção I, pág.69, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.015067/2011-11 - ASHOK BABU THAZHATHE RAMANUNNI.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 28/07/2011Seção I, pág.35, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.006202/2011-38 - MARLON MARK MOHAMMED.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/06/2011, Seção I, pág.66, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.006587/2011-33 - JOSEPH MARVIN THOMAS.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/10/2011, Seção I, pág.39, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.014699/2011-68 - DARIUSZ STANISLAW BURCIU.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/10/2011, Seção I, pág.45, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.007255/2011-76 - PRASAD BALIRAM SAWANT.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 30 de novembro de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:

Processo MJ nº 08017.002114/2007-00
Título do Episódio: "O.C. UM ESTRANHO NO PARAÍSO ANO IV"
Título da Série: "O.C. UM ESTRANHO NO PARAÍSO ANO IV"
Episódio(s): 5253
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Relacionamentos.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio da série na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.007811/2006-88
Título do Episódio: "SMALLVILLE - ANO I"
Título da Série: "SMALLVILLE - ANO I"
Episódio(s): 618
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Livre
Tema: Super-Poderes.
Contém: Violência.

Indeferir o pedido de reclassificação por adequação, do episódio da série, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 60, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta nos processos MPA nº 00350.004871/2011- 93, resolve:

Art. 1º Determinar, de ofício, com fundamento no inciso II e VIII do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 25 de janeiro de 2011, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, com registro no Estado do Ceará, conforme relação nominal anexa a esta Portaria.

Art. 2º A relação nominal mencionada no art. 1º desta Portaria, com os respectivos motivos de cancelamento, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará.

Art. 3º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do comunicado de cancelamento, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará, que analisará os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 4º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos, previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelados", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 672, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve

Art. 1º Delegar competência ao Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social para definir o limite máximo de composição por Câmara de Julgamento ou Junta de Recursos, em função da quantidade de processos em tramitação em cada órgão julgador, de que trata o § 10 do art. 303 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Revoga a Resolução CGPC nº 01, de 20 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, os arts. 13 e 16, caput, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e os arts. 2º e 4º do Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010, torna público que o Conselho, em sua 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2011, resolveu:

Art. 1º Fica revogada a Resolução CGPC nº 01, de 20 de dezembro de 2000, publicada no DOU de 21/12/2000, seção 1, página 38.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROVIMENTO Nº 190, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Redistribuir processos administrativos de benefícios no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CRPS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 11, incisos I e XVII do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS/GM nº 548, de 13 de setembro de 2011; e

Considerando a necessidade de adequar o quantitativo de processos em tramitação no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS;

Considerando o grande volume de recursos interpostos pelos segurados e beneficiários no Estado de São Paulo;

Considerando os entendimentos mantidos com os Presidentes das Juntas de Recursos e com os dirigentes da Coordenação Geral de Logística do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, resolve:

Art. 1º - Redistribuir 3.000 (três mil) processos administrativos de benefícios existentes na 14ª Junta de Recursos, instalada em São Paulo, na forma abaixo especificada:

a) 1.500 (mil e quinhentos) processos para a 6ª JR/Goiás, instalada em Goiânia

b) 1.000 (mil) processos para a 12ª Junta de Recursos, instalada no Rio de Janeiro

c) 500 (quinhentos) processos para a 9ª JR/Minas Gerais, instalada em Juiz de Fora

Art. 2º - Os embargos ou pedidos de esclarecimentos formulados pelas partes serão examinados pelo órgão julgador que proferiu a decisão.

Art. 3º - As Juntas de Recursos, após o julgamento, devolverão os processos diretamente às unidades de origem, por meio do Serviço de Protocolo do INSS, nos termos do art. 73 da Portaria MPS/GM nº 548, de 13 de setembro de 2011;

Art. 4º - Os Presidentes e Chefes de Secretarias das respectivas Juntas de Recursos adotarão as providências necessárias para efetivação desta medida.

Art. 5º - A Coordenação de Gestão Técnica do CRPS supervisionará as providências recomendadas neste Provimento.

Art. 6º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

SALVADOR MARCIANO PINTO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a alteração de denominação de Agências da Previdência Social - APS, alterando o Anexo III da Resolução nº 153, de 12 de setembro de 2011.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria/MPS nº 547, de 09 de setembro de 2011; e
Resolução 153, de 12 de setembro de 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando a necessidade de adequar a rede atendimento da Previdência Social, resolve,

Art. 1º Fica alterada a denominação da Agência da Previdência Social Feira de Santana - Aurora - APSFEA, código 04.022.15.0, vinculada à Gerência-Executiva Feira de Santana, Estado da Bahia, para Agência da Previdência Social Feira de Santana - Muchila, APSFEM.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, aos Órgãos Específicos, aos Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev - adotarem as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

RESOLUÇÃO Nº 169, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre localização de Agências da Previdência Social - APS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria/MPS nº 547, de 09 de setembro de 2011; e
Resolução nº 153, de 12 de setembro de 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a. o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS; e

b. a necessidade de adequar a rede atendimento da Previdência Social, resolve:

Art. 1º Ficam localizadas as seguintes APS do Projeto de Expansão da Rede:

I - Agência da Previdência Social Monte Santo de Minas - APSMSM, tipo D, código 11.023.22.0, vinculada à Gerência-Executiva Divinópolis, Estado de Minas Gerais;

II - Agência da Previdência Social Missão Velha - APSMIV, tipo D, código 05.021.17.0, vinculada à Gerência-Executiva Juazeiro do Norte, Estado do Ceará; e

III - Agência da Previdência Social Orós - APSORO, tipo D, código 05.021.18.0, vinculada à Gerência-Executiva Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, aos Órgãos Específicos, aos Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev - adotarem as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o direito à saúde garantido no art. 196 da Constituição Federal;

Considerando o Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro e 1990, e dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, especialmente o disposto no art. 13, que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS;

Considerando a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) no ano de 2009;

Considerando o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), que apresenta as diretrizes para a elaboração de políticas públicas;

Considerando as determinações da 13ª Conferência Nacional de Saúde (Brasil, 2008) acerca da inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero na análise da determinação social da saúde;

Considerando a diretriz do governo federal de reduzir as desigualdades sociais por meio da formulação e implantação de políticas e ações pertinentes;

Considerando a prioridade na implantação de políticas de promoção da equidade, garantidas no Plano Plurianual (PPA) e nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde;

Considerando a necessidade de promover a articulação entre as ações dos diversos órgãos do Ministério da Saúde e das demais instâncias do Sistema Único de Saúde, na promoção de ações e serviços de saúde voltados à população LGBT;

Considerando que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;

Considerando que o desenvolvimento social é condição imprescindível para a conquista da saúde;

Considerando que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde;

Considerando que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias direcionadas à população LGBT (lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia) devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença;

Considerando a existência de dados que revelam a desigualdade de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais;

Considerando a necessidade de atenção especial à saúde mental da população LGBT;

Considerando a necessidade de ampliação do acesso ao Processo Transexualizador, já instituído no âmbito do SUS;

Considerando a necessidade de ampliação das ações e serviços de saúde especificamente destinados a atender às peculiaridades da população LGBT; e

Considerando a necessidade de fomento às ações de saúde que visem à superação do preconceito e da discriminação, por meio da mudança de valores, baseada no respeito às diferenças, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do SUS, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Art. 2º A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem os seguintes objetivos específicos:

I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres;

II - ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades;

III - qualificar a rede de serviços do SUS para a atenção e o cuidado integral à saúde da população LGBT;

IV - qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;

V - monitorar, avaliar e difundir os indicadores de saúde e de serviços para a população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;

VI - garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados;

VII - promover iniciativas voltadas à redução de riscos e oferecer atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais;

VIII - reduzir danos à saúde da população LGBT no que diz respeito ao uso excessivo de medicamentos, drogas e fármacos, especialmente para travestis e transexuais;

IX - definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem reduzir a morbidade e a mortalidade de travestis;

X - oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que façam parte da população LGBT;

XI - oferecer atenção integral na rede de serviços do SUS para a população LGBT nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), especialmente com relação ao HIV, à AIDS e às hepatites virais;

XII - prevenir novos casos de cânceres ginecológicos (cérvico uterino e de mamas) entre lésbicas e mulheres bissexuais e ampliar o acesso ao tratamento qualificado;

XIII - prevenir novos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e transexuais e ampliar acesso ao tratamento;

XIV - garantir os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS;

XV - buscar no âmbito da saúde suplementar a garantia da extensão da cobertura dos planos e seguros privados de saúde ao cônjuge dependente para casais de lésbicas, gays e bissexuais;

XVI - atuar na eliminação do preconceito e da discriminação da população LGBT nos serviços de saúde;

XVII - garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde;

XVIII - fortalecer a participação de representações da população LGBT nos Conselhos e Conferências de Saúde;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIX - promover o respeito à população LGBT em todos os serviços do SUS;

XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;

XXI - incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral;

XXII - incluir o tema do enfrentamento às discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor e território nos processos de educação permanente dos gestores, trabalhadores da saúde e integrantes dos Conselhos de Saúde;

XXIII - promover o aperfeiçoamento das tecnologias usadas no processo transexualizador, para mulheres e homens; e

XXIV - realizar estudos e pesquisas relacionados ao desenvolvimento de serviços e tecnologias voltados às necessidades de saúde da população LGBT.

Art. 3º Na elaboração dos planos, programas, projetos e ações de saúde, serão observadas as seguintes diretrizes:

I - respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a eliminação do estigma e da discriminação decorrentes das homofobias, como a lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, consideradas na determinação social de sofrimento e de doença;

II - contribuição para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBT por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança;

III - inclusão da diversidade populacional nos processos de formulação, implementação de outras políticas e programas voltados para grupos específicos no SUS, envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, ciclos de vida, raça-etnia e território;

IV - eliminação das homofobias e demais formas de discriminação que geram a violência contra a população LGBT no âmbito do SUS, contribuindo para as mudanças na sociedade em geral;

V - implementação de ações, serviços e procedimentos no SUS, com vistas ao alívio do sofrimento, dor e adoecimento relacionados aos aspectos de inadequação de identidade, corporal e psíquica relativos às pessoas transexuais e travestis;

VI - difusão das informações pertinentes ao acesso, à qualidade da atenção e às ações para o enfrentamento da discriminação, em todos os níveis de gestão do SUS;

VII - inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo SUS, incluindo os trabalhadores da saúde, os integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais;

VIII - produção de conhecimentos científicos e tecnológicos visando à melhoria da condição de saúde da população LGBT; e

IX - fortalecimento da representação do movimento social organizado da população LGBT nos Conselhos de Saúde, Conferências e demais instâncias de participação social.

Art. 4º Compete ao Ministério da Saúde:

I - apoiar, técnica e politicamente, a implantação e implementação das ações da Política Nacional de Saúde Integral LGBT nos Estados e Municípios;

II - conduzir os processos de pactuação sobre a temática LGBT no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT);

III - distribuir e apoiar a divulgação da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde nos serviços de saúde, garantindo o respeito ao uso do nome social;

IV - definir estratégias de serviços para a garantia dos direitos reprodutivos da população LGBT;

V - articular junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais para a definição de estratégias que promovam a atenção e o cuidado especial com adolescentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, garantindo sua saúde mental, assim como acolhimento e apoio;

VI - articular junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais para a definição de estratégias que ofereçam atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação carcerária, conforme diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário;

VII - promover, juntamente com as Secretarias de Saúde estaduais e municipais, a inclusão de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação de violência doméstica, sexual e social nas redes integradas do SUS;

VIII - elaborar protocolos clínicos acerca do uso de hormônios, implante de próteses de silicone para travestis e transexuais;

IX - elaborar protocolo clínico para atendimento das demandas por mastectomia e histerectomia em transexuais masculinos, como procedimentos a serem oferecidos nos serviços do SUS;

X - incluir os quesitos de orientação sexual e de identidade de gênero, assim como os quesitos de raça-cor, nos prontuários clínicos, nos documentos de notificação de violência da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e nos demais documentos de identificação e notificação do SUS;

XI - promover, junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais, ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde nos casos de violência contra a população LGBT, de acordo com o preconizado pelo Sistema Nacional de Notificação Compulsória de Agravos;

XII - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;

XIII - promover ações e práticas educativas em saúde nos serviços do SUS, com ênfase na promoção da saúde mental, orientação sexual e identidade de gênero, incluindo recortes étnico-racial e territorial;

XIV - fomentar a realização de estudos e pesquisas voltados para a população LGBT, incluindo recortes étnico-racial e territorial;

XV - apoiar os movimentos sociais organizados da população LGBT para a atuação e a conscientização sobre seu direito à saúde e a importância da defesa do SUS; e

XVI - disseminar o conteúdo desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT entre os integrantes dos Conselhos de Saúde.

Art. 5º Compete aos Estados:

I - definir estratégias e plano de ação para implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito estadual;

II - conduzir os processos de pactuação sobre a temática LGBT na Comissão Intergestores Bipartite (CIB);

III - coordenar, monitorar e avaliar a implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT, na esfera estadual, garantindo apoio técnico aos Municípios;

IV - promover a inclusão desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT nos Planos Estaduais de Saúde e nos respectivos Planos Plurianuais (PPAs);

V - planejar, implementar e avaliar as iniciativas para a saúde integral da população LGBT, nos moldes desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

VI - incentivar a criação de espaços de promoção da equidade em saúde nos Estados e Municípios;

VII - promover ações intersetoriais da saúde integral da população LGBT, por meio da inclusão social e da eliminação da discriminação, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;

VIII - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;

IX - promover ações e práticas educativas em saúde nos serviços do SUS, com ênfase na promoção da saúde mental, orientação sexual e identidade de gênero, incluindo recortes étnico-racial e territorial; e

X - estimular a representação da população LGBT nos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde e nas Conferências de Saúde.

Art. 6º Compete aos Municípios:

I - implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Município, incluindo metas de acordo com seus objetivos;

II - identificar as necessidades de saúde da população LGBT no Município;

III - promover a inclusão desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais;

IV - estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de gestão e do impacto da implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

V - articular com outros setores de políticas sociais, incluindo instituições governamentais e não-governamentais, com vistas a contribuir no processo de melhoria das condições de vida da população LGBT, em conformidade com esta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

VI - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;

VII - implantar práticas educativas na rede de serviço do SUS para melhorar a visibilidade e o respeito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; e

VIII - apoiar a participação social de movimentos sociais organizados da população LGBT nos Conselhos Municipais de Saúde, nas Conferências de Saúde e em todos os processos participativos.

Art. 7º Ao Distrito Federal compete os direitos e obrigações reservadas aos Estados e Municípios.

Art. 8º Cabe à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) articular no âmbito do Ministério Saúde e junto aos demais órgãos e entidades governamentais, a elaboração de instrumentos com orientações específicas que se fizerem necessários à implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.837, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e

Considerando os compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne ao direito à saúde, no documento "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual", de 2004;

Considerando a inclusão de representação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Conselho Nacional de Saúde, em 2006, caracterizando a ampliação da participação democrática na construção e consolidação do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), lançado em maio de 2009, que agrega as políticas e as ações do setor saúde, na perspectiva da promoção da equidade e do direito humano à saúde;

Considerando a publicação da Portaria Nº 1.820/GM/MS, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, garantindo o atendimento humanizado e livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, assegurando o uso do nome social no SUS, representando grande avanço no que concerne à equidade do acesso ao SUS;

Considerando a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), no Conselho Nacional de Saúde, em 2009, e a necessidade de sua implantação e articulação entre a gestão do Ministério da Saúde e as demais instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas a promover a equidade da atenção à saúde; e

Considerando a importância de aprofundar o conhecimento teórico e prático sobre o tema da saúde LGBT no território nacional, a necessidade de implementação de ações de educação permanente para gestores, trabalhadores da saúde e conselheiros de saúde sobre valores como o respeito aos direitos humanos e defesa dos direitos de cidadania LGBT, resolve:

Art. 1º Esta Portaria redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT).

Art. 2º Compete ao Comitê Técnico LGBT:

I - acompanhar e monitorar a implantação e a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), com vistas a garantir a equidade na atenção à saúde para esses grupos populacionais;

II - apresentar subsídios técnicos e políticos para apoiar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no que tange à promoção, prevenção e atenção à saúde destes grupos populacionais;

III - contribuir para a pactuação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT nos diversos órgãos e entidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV - contribuir para a produção de conhecimento sobre a saúde LGBT e o fortalecimento da participação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas instâncias de controle social no SUS; e

V - participar de iniciativas intersetoriais relacionadas com a saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Art. 3º O Comitê Técnico LGBT será composto de 25 (vinte e cinco) integrantes, assim distribuídos:

I - 2 (dois) representantes da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS), prioritariamente das áreas de apoio à gestão participativa e de articulação interfederativa;

II - 4 (quatro) representantes da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), prioritariamente das áreas relativas à saúde da mulher, saúde do homem, atenção básica e média e alta complexidade;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS), prioritariamente da área de ciência e tecnologia;

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), prioritariamente da área de gestão da educação na saúde;

V - 1 (um) representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), prioritariamente da área relativa às DST/AIDS e Hepatites Virais;

VI - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);

VII - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);

VIII - 2 (dois) representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS), prioritariamente do segmento LGBT;

IX - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT/SDH/PR), prioritariamente do segmento LGBT;

X - 1 (um) representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR);

XI - 1 (um) representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR);

XII - 1 (um) representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR);

XIII - 1 (um) representante do Fórum Nacional das Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais das Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (FONGES-LGBT); e

XIV - 7 (sete) representantes da sociedade civil de notório saber, com conhecimento e atuação na saúde de LGBT.

§ 1º A coordenação do Comitê Técnico LGTB e a respectiva suplência serão exercidas pelos representantes da SGEP/MS, conforme indicação do respectivo Secretário.

§ 2º Os integrantes do Comitê Técnico LGBT serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades à Coordenação do Comitê.

§ 3º Caberá à Coordenação do Comitê Técnico LGBT a indicação dos representantes da sociedade civil de notório saber, após consulta junto ao movimento social LGBT.

§ 4º O Comitê Técnico LGBT poderá convidar servidores dos órgãos do Ministério da Saúde e das entidades a ele vinculadas, de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de entidades não-governamentais, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema, cuja presença seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º O funcionamento do Comitê Técnico LGBT observará agenda pactuada com seus representantes.

Art. 5º Caberá à SGEP/MS fornecer o apoio técnico e administrativo para o funcionamento do Comitê Técnico LGBT.

Art. 6º As funções dos membros do Comitê Técnico LGBT não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Nº 2.227/GM/MS, de 14 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União Nº 199, Seção 2, do dia seguinte, página 24 e 25.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.838, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Institui a programação visual padronizada das Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a necessidade da padronização da programação visual das Unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica instituída a programação visual padronizada das Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), em suas áreas externas e internas, de acordo com as marcas nacionais do SUS.

Parágrafo único. A programação visual a que se refere o caput deverá incorporar, de forma complementar, a marca geral do governo de cada ente co-partícipe da instalação e custeio da Unidade de Saúde.

Art. 2º As marcas nacionais, componente indissociável que caracteriza cada Unidade de Saúde pelos serviços que oferece, devem ser aplicadas conforme estabelecido nesta Portaria como condição indispensável para a habilitação das unidades e devem ser consideradas nos sistemas de controle e monitoramento de seus serviços.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para as Unidades já em funcionamento adequarem-se à programação visual instituída por esta Portaria.

Art. 4º Para cumprimento do disposto nesta Portaria, deverá ser observado o conteúdo exposto no Guia de Sinalização das Unidades e Serviços do SUS, que se encontra disponível no endereço eletrônico http://www.saude.gov.br/guiasinalizacao.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria Nº 2.352/GM/MS, de 6 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União Nº 194, de 7 de outubro de 2011, Seção I, página 95.

ONDE SE LÊ:

UF	MUNICÍPIO	IBGE	GESTÃO	VALOR ANUAL
ES	VILA VELHA	320520	Municipal	1.792.327,68

LEIA-SE:

UF	MUNICÍPIO	IBGE	GESTÃO	VALOR ANUAL
ES	VILA VELHA	320520	Estadual	1.792.327,68

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.121, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o sobrestamento do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Micromed Assistência Médica Ltda. e prorroga a portabilidade especial para seus beneficiários.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, inciso XXXIV, e 10, inciso II da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em vista do disposto nos arts. 24 e 24-D da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e na forma prevista nos arts. 6º, inciso IV, e 86, inciso II, alínea "c" da Resolução Normativa - RN Nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião ordinária de 21 de outubro de 2011, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo Nº 33902.731062/2011-13, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica sobrestado o regime de liquidação extrajudicial da operadora MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 59.018.945/0001-83 e registro ANS Nº 30.336-4.

Art. 2º Fica prorrogado o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa Nº 186, de 14 de janeiro de 2008, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade poderá ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente da forma de contratação do plano e da data de aniversário do contrato;

II - os beneficiários em prazos de carência ou cobertura parcial temporária, no plano de origem, poderão exercer a portabilidade, sujeitando-se ao cumprimento dos períodos remanescentes;

III - a portabilidade poderá ser exercida entre planos semelhantes, desde que a contraprestação pecuniária não ultrapasse a vinte por cento do último valor da contraprestação paga no plano de origem;

IV - a portabilidade poderá ser exercida entre planos distintos, desde que o valor da contraprestação pecuniária seja igual ou inferior ao da última contraprestação paga no plano de origem;

V - a portabilidade poderá ser exercida ainda que a operadora escolhida pelo beneficiário não disponha de plano compatível com o de origem, podendo, nesse caso, a adesão se dar no plano individual ou familiar com a menor contraprestação pecuniária oferecida no mercado por essa operadora;

VI - a portabilidade não dispensa o cumprimento de períodos de carência ou de cobertura parcial temporária para as coberturas não previstas no plano de origem;

VII - o consumidor deverá apresentar cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período de seis meses anteriores à publicação da RO que conceder a portabilidade;

VIII - o termo inicial do prazo para exercício da portabilidade especial será a data da publicação da RO que a conceder e será contado a partir de edital publicado pela ANS na imprensa oficial, a fim de notificar os beneficiários; e

IX - não se aplicam à portabilidade especial o requisito previsto no inciso II e o disposto no § 2º do art. 3º da RN Nº 186, de 2008, assim como os requisitos previstos nos incisos I, III, IV e V do mesmo artigo.

§ 1º Não será exigida a apresentação do relatório previsto nos arts. 18 e 19 da Instrução Normativa Nº 19, de 3 de abril de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.095676/2010-49	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Proceder a recontagem de carência para parto. (Art. 13 §único I c/c Art.12, V da Lei 9.656).	Anulação do AI 39.796 - Arquivamento

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DECISÕES DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.362785/2010-87	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO.	393321.	42.163.881/0001-01	Estabelecer disposição contratual que viola a legislação de saúde suplementar em vigor. (Art.12, V, alínea "b" da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 38620 / Arquivamento
33902.061823/2010-87	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Estabelecer imposição que viola a legislação em vigor. (Art.25 da Lei 9.656).	1.000.000,00 (UM MILHÃO, REAIS)
33902.286999/2010-40	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deix. de disponibilizar rede credenciada impedindo os usuários de obter acesso a cob. prevista no Rol de Procedimentos. (Art.25 da Lei 9.656/98).	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.201618/2010-61	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de cumprir as obrigações prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98).	Anulação do AI 47.129 / Arquivamento
33902.112384/2011-69	CONMEDH SAUDE ASSISTENCIA INTEGRADA DE SAUDE LTDA	411931.	03.862.114/0001-39	Deixar de enviar os documentos requisitados pela fiscalização. (Art.20, da Lei 9565/98).	Anulação do AI 47.094 / Arquivamento
33902.106155/2010-24	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO.	393321.	42.163.881/0001-01	Impedir ou restringi a participação de beneficiário no plano. (Art.14 da Lei 9.656).	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.112928/2010-10	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO.	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de cumprir a obrigação de cobertura de atendimento aos casos de urgência e emergência. (Art.35-C da Lei 9.656/98).	Anulação do AI 39.968 / Arquivamento

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.365, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e

Considerando a Alteração da Razão Social do fabricante de Produtos nos Estados Unidos, resolve:

Art. 1º Os Registros da Empresa QUANTUM DIAGNÓSTICOS LTDA fabricados nos Estados Unidos da América sofreram alteração na razão social BIOSITE INCORPORATED passando a se denominar ALERE SAN DIEGO, INC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.367, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e

Considerando a Alteração da Razão Social do fabricante de Produtos nos Estados Unidos, resolve:

Art. 1º Os Registros da Empresa QUANTUM DIAGNÓSTICOS LTDA fabricados nos Estados Unidos da América sofreram alteração na razão social BINAX, INC passando a se denominar ALERE SCARBOROUGH, INC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RDC Nº 64, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a aprovação de uso de coadjuvantes de tecnologia para fabricação de cervejas.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 26 de novembro de 2011,

adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovada a lista positiva de coadjuvantes de tecnologia com suas respectivas funções para a fabricação de cervejas, que constante do Anexo da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução se aplica a todos os tipos de cervejas comercializadas no Brasil.

Art. 3º As enzimas e preparações enzimáticas podem ser utilizadas no processo de produção de cerveja como coadjuvantes de tecnologia desde que previstas em regulamento técnico específico, inclusive suas fontes de obtenção e que atendam às especificações estabelecidas nestes regulamentos.

Art. 4º Os estabelecimentos abrangidos por esta Resolução terão o prazo de 1 (um) ano contado a partir da data de sua publicação para promover as adequações necessárias.

Parágrafo único. Os novos estabelecimentos e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades devem atender às exigências contidas nesta Resolução previamente ao início de seu funcionamento.

Art. 5º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 6º Ficam revogados os itens específicos referentes a coadjuvantes de tecnologia para cervejas constantes da Resolução CNS/MS n. 04, de 24 de novembro de 1988 e da Resolução RDC n. 286, de 28 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam excetuadas as cervejas do âmbito de aplicação dos itens referentes a "bebidas alcoólicas em geral" constantes do Anexo da Resolução RDC n. 286, de 28 de setembro de 2005.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

COADJUVANTES DE TECNOLOGIA E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, PERMITIDOS PARA FABRICAÇÃO DE CERVEJAS	
Função	Coadjuvante
AGENTE DE CLARIFICAÇÃO/ FILTRAÇÃO	Albumina
	Algas marinhas *Euchema* processadas
	Bentonita
	Carragena (inclui a furcelarana e seus sais de sódio e potássio), musgo irlandês
	Carvão ativo
	Caseína
	Celulose
	Dióxido de silício, sílica
	Gelatina
	Ictiocola (cola de peixe)
	Perlita
	Poliamida
	Poliestireno
	Polivinilpirrolidona insolúvel
	Tanino (ácido tânico)
	Terra diatomácea
AGENTE DE CONTROLE DE MICRORGANISMOS (somente para tratamento de leveduras)	Ácido fosfórico
	Ácido sulfúrico
CATALISADOR	Ácido fosfórico
	Ácido giberélico
	Ácido lático
	Ácido sulfúrico
	Carbonato de cálcio
	Cloreto de cálcio
	Hidróxido de cálcio
	Óxido de magnésio
	Sulfato de cálcio
DETERGENTE	Dimetilsilicone, Dimetilpolisiloxano, Polidimetilsiloxano (0,001g/100g ou 100mL).
FERMENTO BIOLÓGICO	Bactérias lácticas *Oenococcus oeni*
	Leveduras Saccharomyces
	Leveduras *Schizosaccharomyces pombe*
GÁS PROPELENTE, GÁS PARA EMBALAGENS	Gás carbônico
	Nitrogênio
NUTRIENTE PARA LEVEDURAS	Autolisado de leveduras
	Cloreto de amônia
	Cloreto de zinco
	Dihidrogeno fosfato de amônio, fosfato de amônio dibásico
	Extrato de levedura
	Hidrolisado protéico de levedura
	Hidrogeno fosfato de amônio
	Lactato de cálcio
	Lactato de magnésio
	Lactato Gluconato de Cálcio (Lacto-gluconato de cálcio)
	Sulfato de amônia
	Sulfato de magnésio
	Sulfato de manganês
	Sulfato de zinco
	Tiamina (vitamina B1)
RESINA DE TROCA IÔNICA/ MEMBRANA/ PENEIRA MOLECULAR	Resinas trocadoras de íons e produtos para sua regeneração

RESOLUÇÃO-RDC Nº 65, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a aprovação de uso de aditivos alimentares para fabricação de cervejas.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 26 de novembro de 2011,

adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovada a lista positiva de aditivos alimentares e suas respectivas funções e limites máximos para a fabricação de cervejas, constante do Anexo da presente Resolução.

Art. 2º Quando para uma determinada função, são utilizados dois ou mais aditivos autorizados com limite máximo numérico estabelecido, a soma das quantidades utilizadas no alimento não pode ser superior à quantidade máxima correspondente ao aditivo que possui maior limite máximo, e a quantidade de cada aditivo não poderá ser superior ao seu limite máximo individual.

Parágrafo único. Ficam excluídos da regra estabelecida neste artigo os aditivos alimentares com limite quantum satis (q.s.) que é a quantidade necessária para obter o efeito tecnológico desejado desde que não altere a identidade e a genuinidade do produto.

Art. 3º Esta Resolução se aplica a todos os tipos de cervejas comercializadas no Brasil.

Art. 4º Os estabelecimentos abrangidos por esta Resolução terão o prazo de 1 (um) ano contado a partir da data de sua publicação para promover as adequações necessárias a seu integral cumprimento.

Parágrafo único. Os novos estabelecimentos e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades devem atender às exigências nela contidas previamente ao início de seu funcionamento.

Art. 5º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 6º Ficam revogados os itens referentes a cervejas constantes da Resolução CNS/MS n. 04, de 24 de novembro de 1988 e a Resolução RDC n. 89, de 17 de outubro de 2000 e a Resolução RDC n. 25, de 10 de fevereiro de 2006.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

ADITIVOS ALIMENTARES E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES E LIMITES MÁXIMOS PERMITIDOS PARA CERVEJAS		
INS	Aditivo	Limite Máximo (g/100g ou g/100ml)
	ACIDULANTE/ REGULADOR DE ACIDEZ	
270	Ácido láctico (L-, D- e DL-)	*quantum satis*
296	Ácido málico (D-,L-)	*quantum satis*
330	Ácido cítrico	*quantum satis*
338	Ácido fosfórico, ácido orto-fosfórico	0,044 (como P)
	ANTIESPUMANTE	
900a	Dimetilsilicone, dimetilpolisiloxano, polidimetilsiloxano	0,001
	ANTIOXIDANTE	
220	Dióxido de enxofre, anidrido sulfuroso	0,005 (como SO_2 sozinhos ou em combinação)
221	Sulfito de sódio	
222	Bissulfito de sódio, sulfito ácido de sódio	
223	Metabissulfito de sódio	
224	Metabissulfito de potássio	
225	Sulfito de potássio	
227	Bissulfito de cálcio, sulfito ácido de cálcio	
228	Bissulfito de potássio	
300	Ácido ascórbico (L-)	0,03
301	Ascorbato de sódio	0,03 (como ác. ascórbico)
302	Ascorbato de cálcio	0,03 (como ác. ascórbico)
303	Ascorbato de potássio	0,03 (como ác. ascórbico)
315	Ácido eritórbico, ácido isoascórbico	0,01 (como ác. eritórbico ou isoascórbico)
316	Eritorbato de sódio, isoascorbato de sódio	0,01 (como ác. eritórbico ou isoascórbico)
539	Tiossulfato de sódio	0,005 (como SO_2 sozinho ou em combinação)
	AROMATIZANTE	
Aromatizantes naturais (somente óleo essencial, essência natural ou destilado vegetal de sua origem)		*quantum satis*
	CORANTE	
101i	Riboflavina	0,01
120	Carmim, cochonilha, ácido carmínico, sais de Na, K, NH_4 e Ca	0,01 (como ác. carmínico)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

140i	Clorofila	*quantum satis*
162	Vermelho de beterraba, betanina	*quantum satis*
150a	Caramelo I - simples	*quantum satis*
150c	Caramelo III - processo amônia	5,0
150d	Caramelo IV - processo sulfito-amônia	5,0
160aii	Carotenos: extratos naturais	0,06
	ESTABILIZANTE	
405	Alginato de propileno glicol	0,007
414	Goma arábica, goma acácia	*quantum satis*
415	Goma xantana	*quantum satis*
440	Pectina, pectina amidada	*quantum satis*
461	Metilcelulose	*quantum satis*
464	Hidroxipropilmetilcelulose	*quantum satis*
466	Carboximetilcelulose sódica	*quantum satis*

ARESTO Nº 280, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 16 de novembro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, dar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa:

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE Nº : 595105/11-4
NOME DA EMPRESA: LABORATORIO VITALAB LTDA
CNPJ: 56.646.953/0001-86
NOME DO PRODUTO: Clorella em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.011255/2005-10
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Revalidação de Registro

ARESTO Nº 281, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 16 de novembro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa:

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE Nº : 742679/11-8
NOME DA EMPRESA: NATPLUS ALIMENTOS NATURAIS LTDA ME
CNPJ: 06.018.557/0001-36
NOME DO PRODUTO: Fibra de maracujá em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.180262/2010-35
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 846619/11-0
NOME DA EMPRESA: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0001-01
NOME DO PRODUTO: Luteína da Flor de Tagetes Erecta, Vitaminas e Minerais em Comprimidos
NUMERO DO PROCESSO: 25351.310007/2011-34
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro Único de Alimentos e Bebidas Nacional
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 866544/11-3
NOME DA EMPRESA: PRODIET NUTRIÇAO CLINICA LTDA
CNPJ: 08.183.359/0001-53
NOME DO PRODUTO: Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral / oral sabor baunilha
NUMERO DO PROCESSO: 25004.260009/2011-60
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 872226/11-9
NOME DA EMPRESA: EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 61.190.096/0001-92
NOME DO PRODUTO: Superóxido dismutase de melão em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.180082/2011-18
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 823, DE 1º DE DEZEMBRO 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria GM/MS Nº 2.318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos;

Considerando a Deliberação CIB-SUS/RS Nº 443, de 14 de Novembro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, resolve:

Art. 1º Estabelecer a redefinição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado do Rio Grande do Sul de referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente na competência setembro de 2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarrete impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Código IBGE	Município	Comp. I	Comp. II	Comp. III	Total Geral
430460	Canoas	102.437,75	119.510,71	119.510,71	341.459,16
430920	Gravataí	77.596,08	90.528,76	90.528,76	258.653,61
431340	Novo Hamburgo	70.624,91	0,00	0,00	70.624,91
431490	Porto Alegre	416.550,52	485.975,60	485.975,60	1.388.501,72
431870	São Leopoldo	63.285,92	73.833,57	73.833,57	210.953,07
431440	Pelotas	115.455,66	134.698,27	134.698,27	384.852,21
430210	Bento Gonçalves	0,00	52.854,47	52.854,47	105.708,94
430235	Bom Princípio	0,00	0,00	4.734,50	4.734,50
430440	Canela	0,00	13.524,49	13.524,49	27.048,98
430480	Carlos Barbosa	0,00	15.580,43	11.858,93	27.439,36
430510	Caxias do Sul	206.666,15	150.101,27	150.101,27	506.868,69
430810	Feliz	0,00	0,00	4.259,88	4.259,88
430860	Garibaldi	0,00	18.175,39	18.175,39	36.350,78
431320	Nova Petrópolis	0,00	8.914,76	8.914,76	17.829,52
432250	Vacaria	0,00	33.405,54	33.405,54	66.811,08
432280	Veranópolis	0,00	20.364,59	16.011,79	36.376,38
430470	Carazinho	19.441,93	22.682,26	22.682,26	64.806,44
432040	Serafina Corrêa	4.207,93	4.909,26	4.909,26	14.026,44
430300	Cachoeira do Sul	161.879,91	8.255,25	8.255,25	178.390,41
431800	São Borja	19.618,31	22.888,03	22.888,03	65.394,37
431680	Santa Cruz do Sul	40.512,32	47.264,38	47.264,38	135.041,08
432260	Venâncio Aires	23.368,31	27.263,03	27.263,03	77.894,38
430900	Giruá	6.557,26	7.650,14	7.650,14	21.857,54
431720	Santa Rosa	21.017,21	24.520,08	24.520,08	70.057,37
431390	Panambi	11.246,76	13.121,22	13.121,22	37.489,20
Gestão Municipal		1.360.466,95	1.396.021,50	1.396.941,58	4.153.430,03
Gestão Estadual		1.842.239,49	2.327.480,53	2.322.838,95	6.492.558,98
Total Geral		3.202.706,45	3.723.502,03	3.719.780,53	10.645.989,01

PORTARIA Nº 824, DE 1º DE DEZEMBRO 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria GM/MS Nº 2.318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação 103 CIB-SUS/SE de 11 de novembro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, resolve:

Art. 1º Estabelecer a redefinição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado de Sergipe referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente na competência setembro de 2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarrete impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Código IBGE	Município	Comp. I	Comp. II	Comp. III	Total
280480	Nossa Senhora do Socorro	192.144,51		47.442,33	239.586,84
280210	Estância	96.145,03		23.739,13	119.884,16
280290	Itabaiana	163.067,59	80.277,23	80.525,92	323.870,73
280350	Lagarto	101.645,50	83.657,51	50.194,51	235.497,52
280030	Aracaju	314.402,31	549.967,40	512.000,25	1.376.369,95
Gestão Municipal		867.404,93	713.902,14	713.902,14	2.295.209,21
Gestão Estadual					
TOTAL		867.404,93	713.902,14	713.902,14	2.295.209,21

PORTARIA Nº 825, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria GM/MS Nº 2.318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MA Nº 148, de 11 de Novembro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, resolve:

Art. 1º Estabelecer a redefinição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado do Maranhão, referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente na competência setembro de 2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarrete impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Código IBGE	Município	Comp. I	Comp. II	Comp. III	Total
210005	Açailândia	113.637,15	107.146,88	107.146,88	327.930,91
210120	Bacabal	62.894,72	0,00	59.302,55	122.197,27
210140	Balsas	98.131,89	92.527,18	92.527,18	283.186,25
210170	Barreirinhas	23.539,96	0,00	22.195,50	45.735,46
210300	Caxias	95.290,64	89.848,21	89.848,21	274.987,06
210320	Chapadinha	30.736,63	28.981,14	28.981,14	88.698,91
210330	Codó	49.523,55	0,00	46.695,06	96.218,61
210340	Coelho Neto	33.694,07	0,00	31.769,66	65.463,73
210360	Coroatá	77.317,42	0,00	72.901,51	150.218,93
210380	Dom Pedro	9.509,85	0,00	0,00	9.509,85
210405	Estreito	0,00	0,00	14.172,01	14.172,01
210530	Imperatriz	184.803,56	174.248,68	160.115,03	519.167,27
210540	Itapecuru Mirim	26.056,57	0,00	24.568,38	50.624,95
210750	Paço do Lumiar	43.603,64	0,00	0,00	43.603,64
210830	Penalva	14.363,98	0,00	13.543,59	27.907,57
210890	Poção Pedras	8.264,97	0,00	7.792,92	16.057,89
210900	Porto Franco	26.987,72	25.446,34	25.446,34	77.880,40
210980	Santa Helena	26.432,80	0,00	24.923,12	51.355,92
210990	Santa Inês	88.278,94	52.381,66	83.236,97	223.897,57
211000	Santa Luzia	9.497,69	0,00	8.955,24	18.452,93
211130	São Luís	699.849,84	659.801,21	659.801,21	2.019.452,26
211170	São Vicente	8.753,61	0,00	8.253,66	17.007,27
211220	Timon	84.615,17	0,00	79.782,46	164.397,63
211230	Tuntum	16.465,77	0,00	15.525,34	31.991,11
211280	Viana	20.760,36	0,00	0,00	20.760,36
211400	Zé Doca	21.038,87	0,00	19.837,25	40.876,12
Gestão Municipal		1.874.049,37	1.230.381,29	1.697.321,21	4.801.751,87
Gestão Estadual		881.506,74	1.367.793,90	900.853,98	3.150.154,62
Total por Componente		2.755.556,11	2.598.175,19	2.598.175,19	7.951.906,49

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Instrução Normativa nº 24, de 14 de junho de 2011, e divulga o resultado do Processo Seletivo Simplificado para contratação, relativa aos exercícios de 2011 e 2012, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e

Considerando o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

Considerando o disposto na Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, e na Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971;

Considerando o disposto na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

Considerando o disposto no art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações e aditamentos;

Considerando o disposto nas Resoluções nº 40, de 20 de dezembro de 2001, e nº 43, de 21 de dezembro de 2001, com suas alterações e aditamentos, ambas do Senado Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, suas alterações e aditamentos, na Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, e demais alterações e aditamentos, na Resolução nº 610, de 27 de outubro de 2009, e na Resolução nº 644, de 09 de novembro de 2010, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

Considerando a 2ª Etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, lançada em 29 de março de 2010, com previsão de investimentos em ações de saneamento, no período de 2010 a 2014, incluindo recursos provenientes de fontes de recursos onerosos;

Considerando a conclusão da análise das Cartas Consultas das propostas de operações de crédito de saneamento relativas ao processo seletivo regulamentado pela Instrução Normativa nº 24, de 14 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo IV da Instrução Normativa nº 24, de 14 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2011, Seção 1, páginas 58 e 59, que estabelece o cronograma para Habilitação de Cartas Consultas para contratação em 2011 e 2012 - Processo Seletivo Simplificado - Tomadores Públicos, o qual passa a vigorar conforme o estabelecido no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Divulgar, conforme o Anexo II desta Resolução, o resultado do processo seletivo simplificado estabelecido pela Instrução Normativa nº 24, de 14 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2011, Seção 1, páginas 58 e 59.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

ANEXO I

CRONOGRAMA PARA HABILITAÇÃO DE CARTAS CONSULTAS PARA CONTRATAÇÃO EM 2011 E 2012 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - TOMADORES PÚBLICOS. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 50 MIL HABITANTES

PROCEDIMENTO	PRAZOS	
	INÍCIO	TÉRMINO
Inscrição da Carta Consulta pelo proponente mutuário no sistema da SNSA/MCIDADES e encaminhamento da documentação para análise institucional	15/06/11	15/07/11
Encaminhamento pelo proponente mutuário da documentação complementar de análise institucional	15/06/11	22/07/11
Análise e enquadramento das Cartas Consultas pela SNSA/MCIDADES	18/07/11	05/08/11
Pré-seleção das propostas enquadradas e com viabilidade institucional	Até 19/08/11	
Divulgação da pré-seleção	Até 26/08/11	
Apresentação, pelos proponentes mutuários, junto à SNSA/MCidades dos projetos de engenharia e da documentação técnica das propostas pré-selecionadas	Até 05/09/11	
Entrevista técnica, junto aos proponentes mutuários, para averiguação preliminar da documentação técnica e dos projetos de engenharia	05/09/11	14/10/11
Análise e Deliberação do GEPAC	Até 28/10/11	
Divulgação do resultado do processo seletivo	Até 04/11/11	
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 27/01/12	
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 23/03/12	
Emissão dos termos de habilitação pela SNSA/MCIDADES	Até 05/04/12	
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 27/04/12	
Data limite de entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 01/06/12	
Data limite para verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 15/06/12	
Data limite para contratação da operação	Até 29/06/12	

ANEXO II

RELAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS PELO GRUPO EXECUTIVO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - GEPAC, PARA SEREM CONTRATADAS EM 2011 E 2012, PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO - TOMADORES PÚBLICOS, REGULAMENTADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Modalidade			Abastecimento de Água			
Carta Consulta	UF	Proponente	Município Beneficiado	Investimento (R$1,00)	Empréstimo (R$ 1,00)	Contrapartida (R$ 1,00)
436	BA	EMBASA	Amélia Rodrigues	41.105.422,19	36.994.879,27	4.110.542,92
300	BA	EMBASA	Andorinha	13.264.330,10	11.937.897,09	1.326.433,01
308	BA	EMBASA	Nova Canaã	4.188.985,62	3.770.087,06	418.898,56
183	BA	EMBASA	Riacho de Santana	4.699.868,30	4.229.881,47	469.986,83
372	BA	EMBASA	Santo Estevão	28.355.465,23	25.519.918,71	2.835.546,52
171	BA	EMBASA	Saubara	14.910.755,09	13.419.679,58	1.491.075,51
744	CE	CAGECE	São Benedito	31.529.119,88	28.376.207,89	3.152.911,99
382	ES	Estado	Atílio Vivacqua	2.504.493,39	2.254.044,05	250.449,34
383	MG	COPASA	Barão de Cocais	2.630.000,00	2.367.000,00	263.000,00
368	MG	COPASA	Brasilândia de Minas	2.780.000,00	2.502.000,00	278.000,00
389	MS	SANESUL	Coxim	5.275.732,52	4.748.159,27	527.573,25
260	MS	SANESUL	Iguatemi	1.286.386,10	1.157.747,49	128.638,61
256	MS	SANESUL	Itaporã	3.116.809,69	2.805.128,72	311.680,97
196	MS	SANESUL	Itaquiraí	2.238.740,48	2.014.866,43	223.874,05
252	MS	SANESUL	Ivinhema	1.875.399,18	1.687.859,25	187.539,93
392	MS	SANESUL	Rio Verde de Mato Grosso	4.510.862,31	4.059.776,08	451.086,23
581	PB	Estado	Areia	12.698.719,33	11.428.847,40	1.269.871,93
910	PB	Estado	Conde	2.997.140,99	2.697.426,89	299.714,10
585	PB	Estado	Itabaiana	3.660.414,50	3.294.373,04	366.041,46
771	PB	Estado	Lucena	7.587.787,60	6.829.008,84	758.778,76
801	PB	Estado	Mamanguape	32.242.546,96	29.018.292,26	3.224.254,70
850	PE	Estado	Afogados da Ingazeira	12.161.367,39	5.706.380,70	6.454.986,69
859	PE	Estado	Aliança	3.541.001,02	3.186.900,92	354.100,10
233	PR	SANEPAR	Cafelândia	1.100.000,00	990.000,00	110.000,00
164	PR	SANEPAR	Cambira	1.066.361,21	959.725,09	106.636,12
502	PR	SANEPAR	Campina da Lagoa	1.425.000,00	1.282.500,00	142.500,00
214	PR	SANEPAR	Chopinzinho	4.400.000,00	3.960.000,00	440.000,00
226	PR	SANEPAR	Coronel Vivida	4.000.000,00	3.600.000,00	400.000,00
197	PR	SANEPAR	Diamante D´Oeste	1.600.000,00	1.440.000,00	160.000,00
207	PR	SANEPAR	Guaíra	3.000.000,00	2.700.000,00	300.000,00
712	PR	SANEPAR	Jacarezinho	3.487.150,00	3.138.435,00	348.715,00
146	PR	SANEPAR	Jacarezinho	3.150.000,00	2.835.000,00	315.000,00
405	PR	SANEPAR	Mandaguaçu	1.444.500,00	1.300.050,00	144.450,00
530	PR	SANEPAR	Moreira Sales	1.519.400,00	1.367.460,00	151.940,00
215	PR	SANEPAR	Ouro Verde do Oeste	2.000.000,00	1.800.000,00	200.000,00
549	PR	SANEPAR	Paiçandu	1.120.000,00	1.008.000,00	112.000,00
511	PR	SANEPAR	Paranacity	1.246.550,00	1.121.895,00	124.655,00
166	PR	SANEPAR	Rio Bom	1.038.600,00	934.740,00	103.860,00
167	PR	SANEPAR	São João do Ivaí	4.882.064,23	4.393.857,81	488.206,42
562	RN	Estado	Caraúbas	3.769.208,26	3.392.287,43	376.920,83
306	RS	CORSAN	Capão da Canoa	48.126.117,85	43.313.506,06	4.812.611,79
536	RS	CORSAN	Nova Prata	20.134.918,10	18.121.426,29	2.013.491,81
397	RS	CORSAN	Torres	14.174.858,70	12.757.372,84	1.417.485,86
319	SP	SABESP	Cajuru	7.148.543,60	6.433.689,60	714.854,00
344	SP	SABESP	Campos do Jordão	1.921.455,68	1.729.310,11	192.145,57
333	SP	SABESP	Cananéia	15.951.642,37	14.356.478,13	1.595.164,24
322	SP	SABESP	Espírito Santo do Pinhal	11.760.100,63	10.584.090,58	1.176.010,05
323	SP	SABESP	Guariba	12.055.517,70	10.849.965,93	1.205.551,77
339	SP	SABESP	Ouroeste	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00
324	SP	SABESP	Restinga	2.174.476,74	1.957.029,07	217.447,67
347	SP	SABESP	Silveiras	1.565.226,64	1.408.703,98	156.522,66

Modalidade			Esgotamento Sanitário			
Carta Consulta	UF	Proponente	Município Beneficiado	Investimento (R$1,00)	Empréstimo (R$ 1,00)	Contrapartida (R$ 1,00)
293	BA	EMBASA	Caravelas	11.281.820,15	10.717.729,14	564.091,01
297	BA	EMBASA	Conde	13.424.802,77	12.753.562,63	671.240,14
292	BA	EMBASA	Iaçu	15.251.031,05	14.488.479,50	762.551,55
273	BA	EMBASA	Rio do Antônio	6.432.503,21	6.110.878,05	321.625,16
449	ES	Estado	Ibatiba	16.446.228,75	15.623.917,31	822.311,44
802	GO	SANEAGO	Goiás	3.443.856,31	3.259.140,17	184.716,14
807	GO	SANEAGO	Piracanjuba	8.261.629,07	7.848.547,62	413.081,45
40	MG	COPASA	Arceburgo	4.850.000,00	4.607.500,00	242.500,00
366	MG	COPASA	Camanducaia	10.380.000,00	9.861.000,00	519.000,00
357	MG	COPASA	Divino	3.871.000,00	3.677.450,00	193.550,00
364	MG	COPASA	Inhapim	7.607.000,00	7.226.650,00	380.350,00
401	MG	Município	Monte Carmelo	21.351.690,16	20.284.105,65	1.067.584,51
370	MG	COPASA	Perdões	5.975.000,00	5.676.250,00	298.750,00
922	PB	Estado	Areia	17.461.625,37	16.588.544,11	873.081,26
586	PB	Estado	Conde	30.689.597,11	29.155.117,25	1.534.479,86
564	PB	Estado	Lucena	32.561.131,32	30.933.074,75	1.628.056,57
941	PE	Estado	Itapetim	10.053.795,41	8.562.401,15	1.491.394,26
914	PE	Estado	Tacaratu	18.577.216,85	12.347.439,42	6.229.777,43
937	PE	Estado	Tacaratu	28.377.688,97	26.958.804,52	1.418.884,45
948	PE	Estado	Venturosa	33.564.917,16	24.140.589,11	9.424.328,05
190	PR	SANEPAR	Ampére	3.892.500,00	3.697.875,00	194.625,00
187	PR	SANEPAR	Araruna	4.500.000,00	4.275.000,00	225.000,00
159	PR	SANEPAR	Bela Vista do Paraíso	9.201.840,00	8.741.748,00	460.092,00
232	PR	SANEPAR	Candói	1.650.000,00	1.567.500,00	82.500,00
163	PR	SANEPAR	Centenário do Sul	10.618.060,00	10.087.157,00	530.903,00
490	PR	SANEPAR	Cruzeiro do Oeste	3.991.163,02	3.791.604,86	199.558,16
222	PR	SANEPAR	Inácio Martins	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00
209	PR	SANEPAR	Ipiranga	2.400.000,00	2.279.999,99	120.000,01
520	PR	SANEPAR	Mandaguaçu	3.865.000,00	3.671.750,00	193.250,00
168	PR	SANEPAR	Marilândia do Sul	2.507.960,00	2.382.562,00	125.398,00
188	PR	SANEPAR	Marmeleiro	6.673.802,40	6.340.112,28	333.690,12
241	PR	SANEPAR	Nova Londrina	1.035.000,00	983.250,00	51.750,00
201	PR	SANEPAR	Ortigueira	1.300.000,00	1.235.000,00	65.000,00
454	PR	SANEPAR	Paraíso do Norte	3.319.980,00	3.153.981,00	165.999,00
243	PR	SANEPAR	Pitanga	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00
225	PR	SANEPAR	Rio Negro	3.200.000,00	3.040.000,00	160.000,00
184	PR	SANEPAR	Salto do Lontra	9.432.079,95	8.960.475,53	471.604,42
538	PR	SANEPAR	Santa Fé	2.818.282,00	2.671.667,90	146.614,10
208	PR	SANEPAR	Santa Terezinha de Itaipu	7.870.000,00	7.476.500,00	393.500,00
154	PR	SANEPAR	Santana do Itararé	1.356.830,00	1.288.988,50	67.841,50
213	PR	SANEPAR	São João do Triunfo	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00
161	PR	SANEPAR	Tamarana	7.292.114,00	6.927.508,30	364.605,70
230	PR	SANEPAR	Teixeira Soares	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00
239	PR	SANEPAR	Terra Roxa	12.000.000,00	11.400.000,00	600.000,00
508	PR	SANEPAR	Ubiratã	1.321.700,00	1.255.615,00	66.085,00
972	RN	Estado	Lagoa de Pedras	2.928.843,64	2.782.401,46	146.442,18
506	RS	CORSAN	Carlos Barbosa	16.549.454,75	15.721.982,01	827.472,74
566	RS	CORSAN	Horizontina	13.491.807,82	12.817.217,43	674.590,39
499	RS	CORSAN	Imbé	30.885.027,93	29.340.776,54	1.544.251,39
623	RS	CORSAN	Nova Petrópolis	15.916.740,33	15.120.903,31	795.837,02
608	RS	CORSAN	Soledade	11.257.304,64	10.694.439,40	562.865,24
495	RS	CORSAN	Tramandaí	39.329.731,95	37.363.245,35	1.966.486,60
602	RS	CORSAN	Três Coroas	22.928.346,03	21.781.928,73	1.146.417,30
622	RS	CORSAN	Xangri-lá	19.145.940,55	18.188.643,52	957.297,03

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

846	SC	CASAN	Araquari	15.006.247,58	14.255.935,21	750.312,37
854	SC	CASAN	Araquari	6.911.892,52	6.566.297,89	345.594,63
822	SC	CASAN	Forquilhinha	18.880.173,01	17.936.164,35	944.008,66
839	SC	CASAN	Lauro Muller	13.477.428,42	12.803.557,00	673.871,42
844	SC	CASAN	Siderópolis	14.316.546,07	13.600.718,77	715.827,30
318	SP	SABESP	Águas da Prata	3.464.887,61	3.291.643,23	173.244,38
326	SP	SABESP	Agudos	28.150.000,00	26.742.500,00	1.407.500,00
327	SP	SABESP	Alumínio	12.338.562,98	11.721.634,83	616.928,15
265	SP	SABESP	Alvinlândia	4.445.000,00	4.222.750,00	222.250,00
328	SP	SABESP	Anhembi	1.936.000,00	1.839.200,00	96.800,00
952	SP	Estado	Capivari	13.333.954,17	12.667.256,46	666.697,71
958	SP	Estado	Cordeirópolis	17.396.071,01	16.526.267,46	869.803,55
636	SP	Estado	Dracena	2.866.709,06	2.723.373,61	143.335,45
645	SP	Estado	Dracena	2.245.151,31	2.132.893,74	112.257,57
652	SP	Estado	Guaraçaí	4.091.203,61	3.886.643,43	204.560,18
335	SP	SABESP	Iguape	22.683.511,00	21.549.335,45	1.134.175,55
670	SP	Estado	Itápolis	2.210.748,87	2.100.211,43	110.537,44
683	SP	Estado	Itápolis	3.409.973,68	3.239.475,00	170.498,68
345	SP	SABESP	Lavrinhas	15.581.039,83	14.801.987,84	779.051,99
611	SP	Estado	Manduri	1.869.170,39	1.775.711,87	93.458,52
325	SP	SABESP	Morungaba	1.100.000,00	1.045.000,00	55.000,00
274	SP	SABESP	Óleo	2.723.000,00	2.586.850,00	136.150,00
277	SP	SABESP	Paulistânia	2.650.000,00	2.517.500,00	132.500,00
317	SP	SABESP	Platina	3.137.361,76	2.980.150,00	157.211,76
950	SP	Estado	São Pedro do Turvo	1.758.786,40	1.670.847,08	87.939,32
312	SP	SABESP	Sarapuí	13.000.000,00	12.350.000,00	650.000,00
313	SP	SABESP	Timburi	2.500.000,00	2.375.000,00	125.000,00
349	SP	SABESP	Tremembé	2.954.000,00	2.806.300,00	147.700,00
343	SP	SABESP	Valentim Gentil	2.432.294,00	2.310.647,80	121.646,20

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.022, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.044705/2010-58, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do Anexo I, da Portaria DENATRAN 131, de 23 de dezembro de 2008, alterado pelo art. 2º da Portaria DENATRAN 312, de 27 de abril de 2010, sanção administrativa de suspensão por 30 (trinta) dias do credenciamento outorgado pela Portaria DENATRAN 433, de 06 de maio de 2011, à pessoa jurídica AUTO VISTORIA LTDA, CNPJ nº 09.650.033/0001-51, situada no Município de Florianópolis - SC, com sede na Rua Almirante Lucas Boiteux, 45 - Estreito, CEP 88.070-310, em razão da irregularidade prevista nos itens 01, 04, 05 e 06 do Anexo I da Portaria DENATRAN 131/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 5 de outubro de 2011

Nº 8.451/2011-CD - Processo Nº 53554.000298/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por JURANEIS SOUZA MEIRA, CPF Nº 523.880.425-34, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho Nº 4.672, de 15 de junho de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de uso não autorizado de radiofrequência, em descumprimento ao que dispõe o art. 163 da Lei Nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e uso de equipamento não certificado, em descumprimento ao disposto no art. 162, §2º, da Lei Nº 9.472/1997 e no art. 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, anexo à Resolução n° 242, de 30 de novembro de 2000, na execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada no município de Brumado, Estado da Bahia, decidiu, em sua Reunião Nº 623, realizada em 29 de setembro de 2011, não conhecer do Recurso Administrativo, por ausência do pressuposto processual objetivo de tempestividade, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 759/2011-GCJV, de 31 de agosto de 2011.

Em 10 de outubro de 2011

Nº 8.557/2011-CD - Processo Nº 53508.010568/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TELERJ CELULAR S/A (VIVO S/A), CNPJ/MF Nº 02.449.992/0001-64, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados por meio do Ato Nº 3.042, de 28 de maio de 2008, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a verificação do descumprimento das disposições constantes dos itens 1 e 2 do Despacho Nº 039/PVCPR/PVCP/SPV, de 7 de junho de 2004, decidiu, em sua Reunião Nº 622, realizada em 22 de setembro de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 502/2011-GCER, de 16 de setembro de 2011, mantendo-se a condenação proferida no referido Ato.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 7.923, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar Peugeot-Citroen do Brasil Automoveis Ltda., CNPJ Nº 67.405.936/0001-73 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São José dos Campos/SP, no período de 01/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.925, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar DJALMA FOGAÇA PROMOÇÕES E COMPETIÇÕES S/C LTDA, CNPJ Nº 60.120.938/0001-77 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.926, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar INDUSTRIA E COMERCIO AUTOMOTIVO REIS LTDA, CNPJ Nº 08.627.847/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.927, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar M. P. MOTOR SPORT LTDA, CNPJ Nº 05.059.719/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.928, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.930, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar PRO-IN MARKETING E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ Nº 73.155.350/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.931, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar R. VICTOR PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ Nº 06.786.658/0001-57 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 7.932, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar RM TRUCK PUBLICIDADE E EQUIPE DE COMPETIÇÕES LTDA, CNPJ Nº 06.039.315/0001-29 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 02/12/2011 a 04/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53000.045570/2010	Associação Comunitária Barra Cordense	Barra do Corda /MA	03.066.845/0001-78	1.600,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução n.º 259/2001, Item 18.1.4 da Norma Complementar n.º 01/04 e art. 18 do RLEC.	19/09/2011
53000.046664/2009	Stúdio Radiodifusão Ltda	Blumenau/SC	79.685.236/0001-69	2.400,00	Item 6.5 do RTFM.	04/10/2011
53000.016781/2010	Associação Comunitária dos Moradores de Estreito	Estreito/MA	02.584.920/0001-20	400,00	Item 18.3.2.2 da Norma Complementar n.º 01/04	19/09/2011
53000.021129/2010	Associação Comunitária dos Moradores de Estreito	Estreito/MA	02.584.920/0001-20	600,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução n.º 259/2001 e art. 18 do RLEC.	26/09/2011
53000.020095/2010	Associação Cultural Comunitária Franciscana de Codó	Codó/MA	02.351.642/0001-60	1.600,00	Artigo 5.º do RSRadCom, Itens 17.2 e 18.3.2.1 da Norma MC 01/04 e art. 18 do RLEC.	13/09/2011
53000.053796/2009	Associação da Rádio Alternativa FM	Barra do Corda/MA	04.375.731/0001-72	400,00	Item 18.1.3 da Norma Complementar n.º 01/04.	19/09/2011
53000.025942/2010	Ação Social Mirandense	Miranda do Norte/MA	02.738.685/0001-01	1.600,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução n.º 259/2001, Art. 5º do RSRadCom e art. 18 do RLEC.	27/09/2011

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 7.933, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Processo n.º 53500.007187/2001 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 03/11/2011, a autorização do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, expedida a COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS-METROFOR, CNPJ n.º 02.003.575/0001-93, por meio do Ato n.º 22.513, de 31/01/2002, publicado no D.O.U de 06/02/2002 e, como consequência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofrequência associada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 401, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53760.000259/1995, resolve:

Aprovar alteração de características técnicas de estação da RÁDIO DIFUSORA FM DE TIMON LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Timon, Estado do Maranhão, utilizando o canal 260 (duzentos e sessenta), classe A3.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 16 de novembro de 2011

Nº 4.427 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto nas Leis n. 9.427/1996, n. 9.784/1999 e 10.848/2004, nos Decretos n. 2.335/1997 e n. 5.163/2004, na Portaria MME n. 109/2009, nas Resoluções Normativas ANEEL n. 63/2004, n. 109/2004, n. 165/2005 e n. 437/2011, no Despacho ANEEL n. 3.719/2011, e considerando o que consta do Processo n. 48500.002379/2011-49, resolve (i) estabelecer que, sob pena de se proceder à cassação da outorga para exploração e implantação da UTE José de Alencar, a Cauípe Geradora de Energia S.A. efetue, a partir do ciclo de pagamento de penalidades referente ao mês de novembro de 2011 (data de vencimento da cobrança em dezembro de 2011), o pagamento em duas parcelas mensais dos valores relativos a (i.a.) todas as multas por ausência de aporte de garantias financeiras, (i.b.) penalidades já aplicadas por insuficiência de lastro de potência (referentes aos processos de notificação já concluídos), (i.c.) penalidades já aplicadas por insuficiência de lastro para venda de energia elétrica (referentes aos processos de notificação já concluídos) e (i.d.) todas as multas por descumprimento de obrigação de pagamento integral dos débitos lançados nos processos de liquidação financeira das operações de compra e venda no mercado de curto prazo; e (ii) determinar à CCEE que reabra, por dez dias, o prazo para a Cauípe aportar garantias financeiras relativas à liquidação financeira do mês de setembro de 2011, no volume relativo às expectativas de exposições financeiras negativas futuras ao mercado de curto prazo calculadas conforme estabelecido nas regras de comercialização, de modo a conferir segurança às operações desse agente no mercado de curto prazo.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 1ª de dezembro de 2011

Nº 4.622 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000736/2011-34, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Coqueirinho S.A., CNPJ nº 14.570.819/0001-07, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

Nº 4.623 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000415/2011-30, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Teiu S.A., CNPJ nº 14.570.839/0001-70, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

Nº 4.624 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000471/2011-74, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Tamanduá Mirim S.A., CNPJ nº 14.571.068/0001-35, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

Nº 4.625 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000510/2011-33, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Inhambu S.A., CNPJ nº 14.572.367/0001-94, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

Nº 4.626 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000642/2011-65, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Corrupião S.A., CNPJ nº 14.570.800/0001-52, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

Nº 4.627 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000644/2011-54, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Caititu S.A, CNPJ nº 14.570.861/0001-10, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

Nº 4.628 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001067/2011-18, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Central Eólica Angical S.A, CNPJ nº 14.570.783/0001-53, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2011.

MÁRZIO RICARDO GONÇALVES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de dezembro de 2011

Nº 4.618 - Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2011. Processo nº 48500.000653/2004-72 Interessado: Salto Energia Eólica S.A. Usina: EOL Salto Unidades Geradoras: UG01 a UG20, 1.500 kW cada Localização: Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

Nº 4.619 - Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 2 de dezembro de 2011. Processo nº 48500.000658/2004-96 Interessado: Aquibatã Energia Eólica S.A. Usina: EOL Aquibatã Unidades Geradoras: UG1 a UG20, de 1.500 kW cada Localização: Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

A íntegra dos Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1ª de dezembro de 2011

Nº 4.620 - Processo nº 48500.003700/2009-98. Decisão: i) Não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Verde 5A, situada no rio Verde, sub-bacia 63, bacia hidrográfica do rio Paraná, no

Estado de Mato Grosso do Sul, solicitado pela empresa Brazil Hidropower Participações S.A., devido ao não atendimento ao disposto no artigo 2° da referida resolução.

A íntegra dos Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca .

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1ª de dezembro de 2011

Nº 4.621 - O Superintendente de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500. 002223/2009-43, resolve: I - Conceder anuência à Companhia Energética de Pernambuco para doar à Universidade Federal Fluminense (UFF), à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), à Universidade de Brasília (UnB) e à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) os equipamentos listados na Nota Técnica n° 0241/2011, oriundos dos projetos de P&D de códigos 0043-010/2006, 0043-005/2007, 0043-012/2007 e 0043-013/2007.

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, de acordo com as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º 1066, de 30 de novembro de 2011,

Considerando as atribuições legais da ANP, nos termos da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, em especial quanto ao art. 8º, caput, incisos I, XV e XVIII;

Considerando o "Plano de Abastecimento de Óleo Diesel de Baixo Teor de Enxofre", aprovado pela Diretoria da ANP em 28 de julho de 2009, resultante do Acordo firmado pelo Ministério Público Federal, ANP, Estado de São Paulo, IBAMA, Petrobras e outras partes em 29 em outubro de 2008; e

Considerando a necessidade de prever a disponibilidade de óleos dieseis de baixos teores de enxofre, assim como a sua distribuição em revenda varejista, que permita veículos da fase P-7 e L-6, do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, percorrer o território nacional sempre se abastecendo com esses combustíveis;

Considerando que o óleo diesel de baixo teor de enxofre destinado aos veículos automotores para uso rodoviário no território nacional caracteriza-se como o óleo diesel B S10 ou o óleo diesel B S50, conforme especificação da ANP, resolve:

Art. 1º O revendedor de combustíveis automotivos que possua, em seu estabelecimento, número de bicos abastecedores de óleo diesel superior ao número de bicos abastecedores de combustíveis do Ciclo Otto (gasolina C e etanol hidratado), deverá comercializar óleo diesel de baixo teor de enxofre a partir de 1º de janeiro de 2012.

§1º O caput deste artigo somente se aplica às revendas varejistas que disponham, no mínimo, de dois bicos abastecedores de óleo diesel, interligados a mais de um tanque de armazenamento.

§2º As revendas varejistas que se enquadrem no estabelecido no parágrafo anterior, e que possuam os tanques de armazenamento de óleo diesel interligados a um mesmo sistema de filtragem, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente Resolução, para realizar a segregação do referido sistema para atendimento ao caput deste artigo.

Art. 2º Os proprietários ou detentores de posse de bombas abastecedoras e tanques de armazenamento de óleo diesel, instalados em postos revendedores de combustíveis automotivos que se enquadrem nas condições previstas no artigo anterior, deverão disponibilizar condições operacionais para que tais revendedores possam comercializar o óleo diesel de baixo teor de enxofre a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 3º A ANP, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, poderá, excepcionalmente, determinar a comercialização de óleo diesel de baixo teor de enxofre por revendedores de combustíveis automotivos localizados em município(s) que não ofereçam este combustível, para garantir o abastecimento dos veículos da fase P-7 e L6, do PROCONVE, em todo o território nacional, sendo concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para a sua adequação.

Art. 4º Não se aplica o disposto no art. 16-B da Portaria ANP nº 29, de 10 de fevereiro de 1999, quando da comercialização de óleo diesel de baixo teor de enxofre durante o ano de 2012.

Art. 5º Fica revogado o art. 5º da Resolução ANP nº 43, de 26 de dezembro de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 6º As situações não previstas nesta Resolução, relacionadas com o assunto que regula, serão objeto de análise e deliberação da ANP.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

PORTARIA Nº 270, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 1085, de 30 de novembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica aprovado, conforme Anexo, o Código de Ética da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria ANP nº 231, de 7 de agosto de 2003.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA DA ANP

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Objetivos e do Âmbito de Aplicação

Art. 1º A observância dos princípios, valores e normas éticas expressos neste Código é obrigatória para os agentes públicos que atuam na ANP.

§1º Para os efeitos deste Código, são considerados agentes públicos todos aqueles que, por força de lei, contrato ou de qualquer outro ato jurídico, prestem serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, na ANP.

§2º Constitui compromisso individual e coletivo a sua observância, cabendo a todos e a cada um dos agentes públicos promover o seu cumprimento.

Art. 2º Para os fins deste Código consideram-se usuários os agentes econômicos, os consumidores de combustíveis e os membros da sociedade em geral.

Seção II

Dos Princípios Éticos

Art. 3º Os agentes públicos da ANP deverão observar os seguintes princípios:

I - da legalidade, que visa conduzir o agente público a agir sempre dentro dos limites estabelecidos pelas leis, decretos e normas em vigor;

II - da impessoalidade, que evita estabelecer, com os usuários, vínculos pessoais ou obrigações particulares, que possam gerar tratamento privilegiado a qualquer pessoa física ou jurídica;

III - da moralidade, que impele ao agente público um comportamento condizente com os bons costumes, buscando sempre o bem comum e evitando a deslealdade, a injustiça e a corrupção;

IV - da publicidade, que objetiva divulgar os atos praticados pelos agentes públicos, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;

V - da eficiência, que deve se constituir na busca de resultados efetivos, que atinjam de modo racional e econômico os objetivos da instituição;

VI - da lealdade para com a Agência, zelando pela excelência de seus serviços e pelo seu conceito elevado junto à sociedade;

VII - da integridade, que visa atuação com honestidade e retidão, defendendo sempre a verdade, em prol do interesse público;

VIII - da prevalência do interesse público sobre o particular, sendo vedada a utilização de quaisquer informações sigilosas, bens ou serviços da Agência, em proveito próprio ou de pessoa ou grupo restrito de pessoas, físicas ou jurídicas;

IX - da transparência, que prima pela clareza e pelo caráter ostensivo em suas ações no trabalho, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo ou a reserva necessária à manutenção da isonomia e do respeito à privacidade e ao sigilo profissional;

X - da visibilidade, como compromisso de atenção e informação à sociedade, sempre com respeito às normas de sigilo previstas em lei;

XI - da isonomia, devendo ser observada, indistintamente, a igualdade de tratamento com relação aos usuários e aos agentes públicos;

XII - da valorização do seu corpo funcional, responsável em última instância pela efetividade do desempenho da instituição, estimulando e promovendo sua contínua capacitação e aperfeiçoamento, pessoal e profissional, além de instituir medidas que visem a preservação e melhoria de sua saúde física e mental;

XIII - da cooperação, que orienta as relações entre os gestores, entre esses e seus subordinados hierarquicamente, e entre os agentes públicos em geral; e

XIV - do respeito, da cortesia, da honestidade e da liberdade, que devem orientar as relações internas e as relações externas com outras instituições públicas e usuários.

§ 1º Todo e qualquer cidadão que for investido em função pública na ANP deverá prestar o compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas neste Código.

§ 2º Será condição para a assinatura de contrato de consultoria, prestação de serviços especializados ou equivalente, a adesão explícita ao presente Código, que se tornará parte integrante dos deveres assumidos para com a ANP e disciplinará a prestação de serviço.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS DE CONDUTA E CONSEQÜÊNCIAS DE SUA VIOLAÇÃO

Seção I

Dos Deveres

Art. 4º São deveres do agente público da ANP:

I - desempenhar, a tempo e eficientemente, suas tarefas e atribuições adotando princípios e padrões compatíveis com a responsabilidade pública e social;

II - cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem;

III - evitar situações procrastinadoras e qualquer espécie de atraso ou delonga na prestação dos serviços que lhes forem confiados;

IV - ser probo, reto, leal e justo, cuidando sempre, ao tomar uma decisão, de escolher a opção mais vantajosa para o bem comum;

V - apresentar, tempestivamente, qualquer prestação de contas, condição essencial para o controle e a gestão dos bens, serviços e direitos sob sua responsabilidade;

VI - tratar a todos com urbanidade, procurando esmerar-se nas boas técnicas de comunicação e contato com o público, tanto pessoalmente como por telefone ou outro meio eletrônico;

VII - ter sempre em mente que o seu trabalho é regido por princípios éticos que buscam a adequada prestação dos serviços da Agência;

VIII - tratar os usuários e outros agentes públicos, sem qualquer espécie de preconceito ou discriminação;

IX - zelar permanentemente pela reputação e integridade da ANP, abstendo-se de promover, dar guarida ou continuidade a iniciativas que, usando informações sigilosas e deformando-as, deponham contra a Agência;

X - respeitar o interesse de representação institucional da ANP, quando da participação em seminários, congressos e eventos, sendo livre a manifestação de pensamento, desde que exercida de forma responsável e com a indicação expressa de que a manifestação do servidor retrata sua opinião estritamente pessoal;

XI - respeitar a hierarquia da Agência, porém sem nenhum receio de representar contra qualquer ato que configure desvio de conduta;

XII - repelir quaisquer pressões de funcionários ou quaisquer outras pessoas que busquem obter favores, benesses, ou vantagens indevidas, cuidando de denunciar tais situações, sempre que com elas se depare;

XIII - zelar, quando no exercício do direito de greve, pelas exigências legais específicas relacionadas à preservação da vida e da segurança coletiva;

XIV - ser assíduo e pontual ao serviço, na certeza de que as ausências e atrasos acarretam danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

XV - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

XVI - manter limpo e em perfeita ordem o seu local de trabalho, observando os métodos mais adequados à sua racionalização;

XVII - participar de movimentos e estudos relacionados com a melhoria da qualidade do seu trabalho, tendo por escopo a realização do bem comum;

XVIII - apresentar-se no local de trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da sua função;

XIX - manter-se atualizado com as instruções e as normas de serviço, bem como a legislação pertinente à Agência;

XX - facilitar a fiscalização de todos os seus atos por quem de direito, fornecendo todas as informações que lhe forem solicitadas;

XXI - exercer com estrita moderação as prerrogativas que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários ou outros agentes públicos;

XXII - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

XXIII - zelar pela conservação e uso racional dos bens e materiais da Agência que lhe forem confiados;

XXIV - fazer uso da identificação funcional quando do exercício efetivo de suas atividades interna ou externamente;

XXV - conhecer e cumprir as determinações estabelecidas na Política de Segurança da Informação, seus anexos e demais instruções normativas, visando o uso adequado dos serviços e recursos de tecnologia da informação, bem como das informações da ANP;

XXVI - relacionar-se de forma estritamente profissional com os agentes regulados pela Agência, preservando a isenção necessária ao desempenho de suas funções;

XXVII - pautar seu comportamento profissional pela imparcialidade no julgamento e em suas manifestações públicas;

XXVIII - contribuir para a reparação do erro cometido contra usuário, ente regulado ou agente público com rapidez, eficácia e eficiência, empenhando-se para evitar a sua repetição;

XXIX - zelar, no exercício de suas atividades, pela integridade do patrimônio cultural e ambiental do País;

XXX - divulgar e informar a todas as pessoas de seu relacionamento profissional a existência deste Código de Ética, estimulando-as ao seu integral e irrestrito cumprimento;

XXXI - consultar a Comissão de Ética sempre que se deparar com situações não previstas neste Código e que possam ensejar dúvidas quanto ao reto procedimento como agente público;

XXXII - dar ciência à Comissão de Ética da ANP de quaisquer atividades ilegais, irregulares ou contrárias à ética, de que tenha conhecimento;

XXXIII - atender à convocação da Comissão de Ética da ANP.

Parágrafo único. A Comissão de Ética da ANP guardará sigilo quanto à identidade do agente público que cumprir o dever estabelecido no inciso XXXII.

Seção II

Das Vedações

Art. 5º É vedado ao agente público da ANP:

I - ser conivente com qualquer erro ou infração a este Código de Ética;

II - assediar moralmente, ou sexualmente, qualquer agente público por intermédio de atitudes que o fragilizem, o ridicularizem, o inferiorizem, o menosprezem ou o impeçam de expressar-se;

III - ausentar-se de suas funções sem prévio conhecimento e anuência de seus superiores;

IV - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

V - usar o cargo, função, emprego ou trabalho de consultoria, bem como facilidades, amizades e influências, para obter, pleitear, solicitar, sugerir e aceitar, para si ou para outrem, em razão das atribuições que exerce, qualquer tipo de presentes, doações, gratificações, transporte, hospedagem, almoços, jantares e festas, ou quaisquer favores que possam gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade, incluindo prêmios ou vantagens de qualquer espécie;

VI - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

VII - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

IX - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

X - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XI - assumir responsabilidade por ato que não praticou, bem como autoria dos trabalhos dos quais não participou;

XII - prejudicar deliberadamente a reputação de outros agentes públicos que trabalhem ou dependam da Agência;

XIII - usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa ou ente regulado, causando-lhe dano moral ou material;

XIV - deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos proporcionados pela Agência para a melhoria do seu desempenho profissional;

XV - permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com os usuários da Agência ou com colegas de qualquer hierarquia;

XVI - tratar com preconceito, discriminação ou preferência pessoal qualquer cidadão ou ente regulado;

XVII - omitir a existência de eventual conflito de interesses ou de qualquer circunstância ou fato impeditivo de sua participação em instrução de processo e em decisão da ANP;

XVIII - deixar de se considerar impedido de atuar como gestor de contrato com empresa em que seja dirigente seu cônjuge, companheiro, afins ou parentes até terceiro grau;

XIX - indicar seu cônjuge, companheiro, afins ou parentes até terceiro grau para cargo de confiança ou para contratação por empresas que prestem serviços à ANP;

XX - omitir a participação superior a 5 (cinco) por cento do capital de sociedade de economia mista, de instituição financeira, ou de empresa que negocie com a ANP ou seja regulada pela Agência;

XXI - receber brindes cujo valor seja superior ao estabelecido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República;

XXII - utilizar em suas atividades laborais brindes cujos logotipos ou logomarcas possam causar constrangimento quando em audiências da ANP com particulares ou outros agentes públicos e, em especial, cujos logotipos ou logomarcas identifiquem empresas, organizações ou terceiros que tenham interesse em decisões da Agência;

XXIII - alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

XXIV - iludir ou tentar iludir qualquer usuário que necessite do atendimento da Agência;

XXV - desviar servidor ou bem público para o atendimento de interesse particular;

XXVI - fazer uso, em benefício próprio ou de terceiros, de informações privilegiadas obtidas no âmbito da Agência;

XXVII - apresentar-se embriagado no serviço ou habitualmente fora dele;

XXVIII - dar seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

XXIX - exercer atividade profissional contrária à ética ou ligar seu nome a empreendimentos de cunho moralmente duvidoso;

XXX - divulgar a terceiros ou propiciar a divulgação, sem razão de serviço, por intermédio de qualquer meio de comunicação, inclusive a Internet, de qualquer fato de conhecimento restrito que seja de interesse da Agência ou com ela relacionado;

XXXI - desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de solicitações, ordens e decisões judiciais;

XXXII - negligenciar a guarda de bens ou materiais pertencentes à Agência, permitindo que se danifiquem ou extraviem;

XXXIII - valer-se do anonimato para denunciar fatos ocorridos na Agência ou com ela relacionados;

XXXIV - utilizar-se de recursos de tecnologia da informação da Agência para outros fins que não aqueles estabelecidos na Política de Segurança da Informação, seus anexos e demais instruções normativas e restrições estipuladas pela Agência;

XXXV - valer-se da função ou cargo público para o exercício de atividades de natureza político-partidária, incluindo a disseminação de informações que tenham conteúdo político-partidário ou difamatório de autoridades do País ou de agentes públicos, religiosa ou auferir vantagens pessoais; e

XXXVI - comercializar produtos, bens ou serviços de qualquer natureza, durante o expediente de trabalho.

Seção III

Das conseqüências

Art. 6º O descumprimento das normas éticas pelos agentes públicos acarretará como consequências:

I - Ações de competência da Comissão de Ética:

a) censura, por escrito, que consiste em, além de esclarecer ao agente público as implicações de sua conduta, incluir a sanção aplicada em seu registro funcional; ou

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) comunicação do fato à Corregedoria da ANP para apuração de questões de natureza disciplinar.

II - Ações propostas pela Comissão de Ética para apreciação do diretor geral da ANP ou de seu substituto legal:

a) exoneração do cargo comissionado;

b) restituição à entidade de origem, no caso de agente público requisitado;

c) rescisão do contrato temporário;

d) rescisão de contrato, no caso de consultoria; e

e) restituição à empresa contratada para prestação de serviço.

§ 1º O descumprimento das normas éticas por servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que possam configurar em violações à referida Lei, serão encaminhados à Corregedoria da ANP para apuração.

§ 2º Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

§ 3º Nas hipóteses de violação ética de menor potencial ofensivo, caracterizadas pela ausência de dolo, a Comissão de Ética poderá orientar o servidor, verbalmente ou por escrito, no sentido de esclarecer as implicações de sua conduta no exercício de suas atividades.

§ 4º Caso a Comissão de Ética julgue que não houve violação ética por parte do agente público o processo será arquivado.

Art. 7º Os efeitos elencados no Artigo 6º deste Código de Ética serão passíveis de recurso pelo agente público, dirigido ao diretor geral da ANP ou seu substituto legal, encaminhado, com parecer específico, pela Comissão de Ética da ANP.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 8º A Comissão de Ética da ANP será integrada por três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados por Portaria do diretor geral ou seu substituto legal, para mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma única recondução.

Parágrafo único. A Portaria indicará o Presidente da Comissão e também designará os demais membros.

Art. 9 A atuação no âmbito da Comissão de Ética da ANP não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nela desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 10 A Comissão de Ética se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, para analisar e deliberar sobre consultas, denúncias e representações formuladas contra agentes públicos por violação às normas deste Código, assim como sobre outros assuntos relacionados à Ética de que tenham tido ciência.

Parágrafo único. O rito processual executado no âmbito da Comissão encontra-se expresso no Regimento Interno da Comissão de Ética da ANP.

Art. 11 Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão de Ética, visando à apuração de infração ética imputada à agente público lotado nesta Agência.

Art. 12 A Comissão de Ética contará com a Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente ao diretor geral, para cumprir o plano de trabalho por ela aprovado e prover o apoio técnico e material necessários ao cumprimento das suas atribuições.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 As mudanças propostas para este Código somente poderão ser aprovadas após serem submetidas à consulta de todos os servidores da Agência pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 14 Aplicam-se aos diretores e aos ocupantes de cargo CGE I ou àqueles que ocupem cargos equivalentes, além do disposto neste Código, as normas estabelecidas no Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Art. 15. Integram-se ao presente Código de Ética os preceitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 16 Os casos não contemplados neste Código de Ética serão tratados pela Comissão de Ética da ANP.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 1ª de dezembro de 2011

Nº 1.406 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base Resolução ANP nº 34/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 06/2005, na Resolução de Diretoria nº 1069, de 30 de novembro de 2011, e na documentação constante no Processo ANP nº 48610.011801/2011-18, torna público o seguinte ato:

1.CREDENCIAR o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ, localizado Rio de Janeiro, RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 10.952.708/0001-04, para executar atividades abrangidas no Grupo de Serviços Tecnológicos G - Desenvolvimento de Cursos Regulares de Formação de Recursos Humanos, conforme a relação de serviços tecnológicos e respectivas áreas de interesse, descritos a seguir:

Credenciamento ANP Nº	131-G/2011
Instituição Credenciada	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ
Entidade	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ
Entidade de Faturamento	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ
Programa, Departamento ou Divisão / Laboratório(s)	---
Grupo de Serviços Tecnológicos	Grupo G - Desenvolvimento de Cursos Regulares de Formação de Recursos Humanos

Serviços Tecnológicos	Áreas de Interesse
Título: Qualificação de Recursos Humanos voltada para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Descrição: Ministrar educação profissional técnica de nível fundamental e médio, graduação e pós-graduação com ênfase para o setor de petróleo, gás e biocombustíveis, no âmbito dos seguintes cursos: Reciclagem, Metalmecânica (solda), Construção e Reparos II (sistemas elétricos); Biotecnologia, Meio Ambiente, Controle Ambiental, Química, Polímeros, Petróleo e Gás, Segurança do Trabalho, Mecânica, Metrologia, Eletrotécnica, Agropecuária, Automação Industrial; Tecnologia em Gestão da Produção Industrial e em Gestão Ambiental, além de Processos Químicos e Química e Especialização em Gestão Ambiental.	Desenvolvimento, Energia, Gás Natural e Refino.

2.As atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas aos serviços tecnológicos objeto do presente Despacho, desenvolvidas com recursos oriundos da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão, deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e com as normas técnicas pertinentes.

3.A Instituição Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que continua atendendo aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Anexo B do Regulamento Técnico nº 6/2005 e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento, em especial, os seguintes:

I - disponibilidade de infra-estrutura laboratorial, organizacional e administrativa necessária para o adequado atendimento dos serviços tecnológicos propostos;

II - compromisso com o envio de relatório de faturamento, a cada semestre, para a ANP, contendo dados sobre os contratos/convênios firmados e os Serviços Tecnológicos prestados aos concessionários;

III - compromisso em não realizar os Serviços Tecnológicos credenciados por meio da subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP, exceto aqueles previstos no item 9 do Regulamento Técnico nº 6/2005;

IV - compromisso com a aplicação dos recursos arrecadados para a manutenção e o desenvolvimento da infra-estrutura e de pessoal relacionados com os serviços tecnológicos objeto do credenciamento;

V - compromisso com o contínuo aprimoramento do sistema da qualidade.

4.O CREDENCIAMENTO objeto deste Despacho terá validade de 3 (três) anos, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 14 do Regulamento Técnico ANP nº 6/2005, aprovado pela Resolução ANP nº 34/2005.

Nº 1.407 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 34/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 06/2005, na Resolução de Diretoria nº 1070, de 30 de novembro de 2011, e na documentação constante no Processo ANP nº 48610.012829/2011-64, torna público o seguinte ato:

1.CREDENCIAR a ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ARISTÓTELES FERREIRA - ETECAF, localizada em Santos - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 62.823.257/0035-40, para executar atividades abrangidas no Grupo de Serviços Tecnológicos G - Desenvolvimento de Cursos Regulares de Formação de Recursos Humanos, conforme a relação de serviços tecnológicos e respectivas áreas de interesse, descritos a seguir:

Credenciamento ANP Nº	130 - G/2011
Instituição Credenciada	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ARISTÓTELES FERREIRA - ETECAF
Entidade	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
Entidade de Faturamento	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ARISTÓTELES FERREIRA - ETECAF
Programa, Departamento ou Divisão / Laboratório(s)	---
Grupo de Serviços Tecnológicos	Grupo G - Desenvolvimento de Cursos Regulares de Formação de Recursos Humanos

Serviços Tecnológicos	Áreas de Interesse
Título: Formação de recursos humanos no setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis Descrição: Qualificar recursos humanos de nível técnico com ênfase no setor de Petróleo, Gás Natural, Energia e Biocombustíveis no âmbito das seguintes habilitações técnicas: eletrônica; eletrotécnica; edificações; mecânica; informática; telecomunicações e desenho de construção civil.	Exploração, Desenvolvimento, Distribuição, Energia, Gás Natural, Produção, Refino, Transporte.

2.As atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas aos serviços tecnológicos objeto do presente Despacho, desenvolvidas com recursos oriundos da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão, deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e com as normas técnicas pertinentes.

3.A Instituição Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que continua atendendo aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Anexo B do Regulamento Técnico nº 6/2005 e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento, em especial, os seguintes:

I - disponibilidade de infra-estrutura laboratorial, organizacional e administrativa necessária para o adequado atendimento dos serviços tecnológicos propostos;

II - compromisso com o envio de relatório de faturamento, a cada semestre, para a ANP, contendo dados sobre os contratos/convênios firmados e os Serviços Tecnológicos prestados aos concessionários;

III - compromisso em não realizar os Serviços Tecnológicos credenciados por meio da subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP, exceto aqueles previstos no item 9 do Regulamento Técnico nº 6/2005;

IV - compromisso com a aplicação dos recursos arrecadados para a manutenção e o desenvolvimento da infra-estrutura e de pessoal relacionados com os serviços tecnológicos objeto do credenciamento;

V - compromisso com o contínuo aprimoramento do sistema da qualidade.

4.O CREDENCIAMENTO objeto deste Despacho terá validade de 3 (três) anos, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 14 do Regulamento Técnico ANP nº 6/2005, aprovado pela Resolução ANP nº 34/2005.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1.408 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e na Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010 e consoante a Resolução de Diretoria nº 1071, de 30 de novembro de 2011, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011386/2006-27, torna público o seguinte ato:

Fica cancelada a Autorização ANP nº 129, de 22 de junho de 2007, publicada no DOU em 25 de junho de 2007, outorgada à Refinaria Atlântico Sul de Sergipe S/A - RASSESA, CNPJ n° 08.283.165/0001-20, para o exercício da atividade de construção e operação de refinaria, a ser construída e operada no Pólo Cloroquímico de Sergipe - Distrito Industrial de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de dezembro de 2011

Nº 1.409 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 139, de 1º de julho de 2010, com base na Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997 e na Resolução ANP n° 16, de 10 de junho de 2010, e considerando:

•as informações, os estudos e os projetos apresentados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ n° 33.000.167/0001-01, à ANP referentes à construção de dois tanques de armazenamento de óleo diesel na Refinaria Henrique Lage (REVAP), CNPJ n° 33.000.167/0822-48, constantes do Processo ANP nº 48610.014311/2011-65;

•a solicitação feita pela REVAP, por meio da Carta AB-CR/RX-146/2011, de 19 de outubro de 2011, constante do processo acima mencionado, visando obter autorização para construção dos tanques citados, conforme determina o inciso I do § 1º do art. 1° da Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010;

•que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;

torna público o seguinte ato:

1.fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo do presente Despacho;

2.indica a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, em até 30 (trinta) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre os referidos projetos;

3.informa que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

WALDYR MARTINS BARROSO

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo valores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela Refinaria Henrique Lage (REVAP) à ANP.

1. Descrição Básica

A PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ nº 33.000.167/0001-01, situada à Av. República do Chile, 65, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-912, vem solicitar a autorização para construção de dois tanques de armazenamento de óleo diesel, a serem construídos na Refinaria Henrique Lage (REVAP), CNPJ n° 33.000.167/0822-48, situada à Rodovia Presidente Dutra, km 143, Jardim Diamante, São José dos Campos - SP, CEP: 12223-900, visando:

•atendimento ao cronograma do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), estabelecido pela Resolução CONAMA 315/2002, no que se refere à adequação das instalações logísticas para fornecimento de combustíveis com teor de enxofre ultra baixo;

Novos tanques e suas respectivas capacidades nominais

Identificação	Finalidade	Capacidade Nominal
TQ-71012A	Tanque de Armazenamento de Óleo Diesel	5.650 m^3
TQ-71012B	Tanque de Armazenamento de Óleo Diesel	5.650 m^3

2. Meio Ambiente

Licença Prévia nº 57000080 emitida pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, com validade até 16/09/2013.

3. Prazos

▪Início das obras: 03/02/2012

▪Término das obras: 19/11/2012

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de dezembro de 2011

Nº 1.410 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/PA0009655	ADEMAR S. GUIMARÃES	34.913.533/0002-67	SANTAREM	PA	48610.006143/2006-77
001/GLP/SP0010821	COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A.	03.237.583/0010-58	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.000296/2007-91
GLP/SC0187325	DU CHEGAZ COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	11.450.918/0001-59	TIJUCAS	SC	48610.008531/2010-79
GLP/SC0209733	DU CHEGAZ COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	11.450.918/0002-30	NAVEGANTES	SC	48610.010598/2011-54
001/GLP/GO0015919	ELIZA SANTOS COSTA NETA	05.032.819/0001-54	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.008694/2007-56
GLP/MG0176080	FAROLGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	10.387.242/0001-33	BOA ESPERANCA	MG	48610.014631/2008-10
GLP/SP0185837	GIORI COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME	06.290.315/0001-05	SAO PAULO	SP	48610.005652/2010-69
001/GLP/RS0007080	ROBERTO PIRES PISTOIA	04.549.538/0001-00	SANTA MARIA	RS	48610.001233/2006-71
001/GLP/RS0008121	SHELLIN & NUNES LTDA. - ME.	05.106.344/0001-01	CANGUCU	RS	48610.005161/2006-31
GLP/RO0208931	VERONICA FABIANA DA SILVA ROCHA ME	13.019.686/0001-04	CHUPINGUAIA	RO	48610.008581/2011-37

Nº 1.411 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP Nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0212146	A STIMAMILIO & CIA LTDA	00.791.769/0001-75	FOZ DO IGUACU	PR	48610.002347/2005-58
GLP/PR0212147	AB SUPERMERCADOS LTDA.	81.190.670/0001-10	CORONEL VIVIDA	PR	48610.013289/2011-36
GLP/MA0212148	ANTONIO FERREIRA VERAS 43632041334	11.817.292/0001-76	IMPERATRIZ	MA	48610.011447/2011-13
GLP/BA0212149	CHAMA DOURADA COMERCIO DE GAS LTDA ME	14.082.140/0001-60	ITATIM	BA	48610.013715/2011-31
GLP/PR0212150	CLAUDETE BRANDALISE FANTINI - ME.	00.632.122/0001-09	LUIZIANA	PR	48610.012583/2011-21
GLP/RS0212151	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS D. O. LTDA.	07.497.390/0001-04	XANGRI-LA	RS	48610.014272/2011-04
GLP/PE0212152	D & T COMBUSTIVEIS LTDA.	09.334.646/0001-80	CUMARU	PE	48610.012800/2011-82
GLP/TO0212153	EDSON DOS SANTOS FARIAS	12.501.566/0001-86	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.003567/2011-47
GLP/RJ0212154	EDUARDO DA SILVA GOMES COM DE GÁS LTDA ME	13.309.494/0001-32	NOVA IGUACU	RJ	48610.014263/2011-13
GLP/GO0212155	FLAVIO ALVES MACHADO	13.349.335/0001-61	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.014793/2011-53
GLP/PE0212156	G. DE ANDRADE ME.	14.042.537/0001-29	SAO BENEDITO DO SUL	PE	48610.013399/2011-06
GLP/RJ0212157	GUAXE REVENDEDORA DE GAS GLP LTDA EPP.	97.530.146/0001-80	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.014773/2011-82
GLP/RJ0212158	JAIME ALVES DE BARROS DISTRIBUIDORA DE GAS	10.938.517/0001-80	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.013469/2011-18
GLP/PR0212159	JAIR ENGLER - ME	13.299.431/0002-23	PATO BRAGADO	PR	48610.013757/2011-72
GLP/RN0212160	JC COMERICO VAREJISTA DE AGUA E GAS LTDA ME	13.808.091/0001-38	MACAIBA	RN	48610.014603/2011-06
GLP/PI0212161	JOAQUIM HOLANDA BARROSO DE CARVALHO	10.978.869/0001-69	SANTA CRUZ DO PIAUI	PI	48610.006767/2011-51
GLP/MG0212162	JOSE OSVALDO DE MELO 47524995687	13.433.849/0001-09	SANTO ANTONIO DO MONTE	MG	48610.013250/2011-19
GLP/SP0212163	JOSÉ VALDEMIR PINTO DA SILVA - ME	02.496.376/0001-64	LIMEIRA	SP	48610.014132/2011-28
GLP/PA0212164	JP COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME.	12.122.419/0001-03	BELEM	PA	48610.013966/2011-16
GLP/SP0212165	KLEBER FELIPE COSTA 40863369871	14.179.611/0001-53	ITAPETININGA	SP	48610.014030/2011-11
GLP/GO0212166	LORENA FELIPE SAVINO 03773403160	13.823.808/0001-10	JAUPACI	GO	48610.013650/2011-24
GLP/SP0212167	MARALDI & MARALDI MERCEARIA LTDA.	00.022.867/0001-48	GUARACAI	SP	48610.013010/2011-14
GLP/MG0212168	MARCIO HELENO SOARES	13.884.495/0001-00	SANTOS DUMONT	MG	48610.014596/2011-34
GLP/AL0212169	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0010-73	MACEIO	AL	48610.006766/2011-15
GLP/MG0212170	RAFAEL DA SILVA NASCIMENTO ME	13.538.028/0001-29	OURO PRETO	MG	48610.014644/2011-94
GLP/MA0212171	RENATO PEREIRA DA SILVA 13493314817	11.806.592/0001-50	IMPERATRIZ	MA	48610.012698/2011-15
GLP/MG0212172	TELEGAS PALMEIRAS LTDA - ME	13.258.080/0001-21	IBIRITE	MG	48610.015599/2011-95
GLP/SP0212173	VETOR AUTO POSTO LTDA.	44.356.004/0001-82	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	48610.017175/2010-84

Nº 1.412 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0102726	ABREU FLORES & PEREIRA LTDA.	14.131.443/0001-26	BAGÉ	RS	48610.013114/2011-29
PR/PR0103703	AUTO PEÇAS ERDISA LTDA	80.638.869/0001-03	PRUDENTOPOLIS	PR	48610.013680/2011-31
PR/SP0105225	AUTO POSTO CAMINHO DO RANCHO LTDA.	14.326.244/0001-73	ARACATUBA	SP	48610.015311/2011-82
PR/TO0102642	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS SERRA DO CARMO LTDA	03.438.594/0006-10	MIRACEMA DO TOCANTINS	TO	48610.012985/2011-25
PR/SP0105183	AUTO POSTO JARDIM SANTA FE LTDA.	14.445.178/0001-50	SAO PAULO	SP	48610.015354/2011-68
PR/MS0105222	AUTO POSTO WA LTDA.	07.867.772/0002-55	AQUIDAUANA	MS	48610.015316/2011-13
PR/SP0104303	AUTO POSTO 100% VALINHOS LTDA.	13.917.317/0001-39	VALINHOS	SP	48610.014391/2011-59
PR/CE0105162	BARATEIRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	14.164.052/0001-08	CASCAVEL	CE	48610.015334/2011-97
PR/PE0104064	C & M AUTO POSTO LTDA	05.533.008/0001-37	RECIFE	PE	48610.014101/2011-77
PR/RS0105302	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS MINEIRO LTDA.	01.958.174/0001-24	ELDORADO DO SUL	RS	48610.015339/2011-10
PR/ES0104380	COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO AGUIA BRANÇA LTDA	02.548.611/0001-02	AGUIA BRANCA	ES	48610.015147/2011-11
PR/AL0097763	DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS CONFIANÇA LTDA	12.396.339/0005-61	PENEDO	AL	48610.008270/2011-78
PR/AP0099645	J. HAROLDO SOARES - ME.	08.632.292/0002-78	LARANJAL DO JARI	AP	48610.009975/2011-11
PR/BA0098887	J.P.E.L. COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	13.690.577/0001-14	IRAQUARA	BA	48610.009076/2011-18
PR/RS0103762	LUCIANO MESQUITA DOS SANTOS - ME	14.046.584/0001-40	CANGUCU	RS	48610.013935/2011-65
PR/SP0102603	MM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	14.189.329/0001-57	SAO JOSE DO RIO PARDO	SP	48610.012955/2011-19
PR/CE0097202	MTDA PETROLEO LTDA.	13.158.363/0001-00	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.007976/2011-12
PR/PR0104784	O. S. KANEMATSU & CIA LTDA	03.157.919/0001-81	GUARAPUAVA	PR	48610.014678/2011-89
PR/SP0104322	POSTO ARAGUAIA DE RIBEIRAO PRETO LTDA	14.377.848/0001-49	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.014415/2011-70
PR/GO0105223	POSTO DA CIDADE DE UIRAPURU LTDA.	13.839.524/0001-12	UIRAPURU	GO	48610.015313/2011-71
PR/SP0105242	POSTO FAMILIA BANDEIRA LTDA.	14.274.692/0001-70	PIRACICABA	SP	48610.015308/2011-69
PR/MA0105262	POSTO PERNAMBUCANO LTDA.	10.298.651/0003-25	IMPERATRIZ	MA	48610.015344/2011-22
PR/RJ0105322	POSTO SOUTO BAHIA II LTDA	14.507.889/0001-02	RIO DAS OSTRAS	RJ	48610.015332/2011-06
PR/RJ0104144	POSTO 2015 COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.812.413/0001-50	SAQUAREMA	RJ	48610.014938/2011-16
PR/PE0103862	RIO DOCE COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.843.577/0001-44	OLINDA	PE	48610.013944/2011-56
PR/MS0087745	SÃO LEOPOLDO POSTO DE SERVIÇOS LTDA.	11.970.924/0001-37	CAMPO GRANDE	MS	48610.015010/2010-78
PR/RO0099986	TRANSPACIFICO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	11.553.240/0001-30	JI-PARANA	RO	48610.010425/2011-36
PR/SP0105224	VALDEMARIN COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	14.375.168/0001-96	ARACOIABA DA SERRA	SP	48610.015310/2011-38
PR/PR0102242	W P J - COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - EPP	08.871.749/0001-16	UMUARAMA	PR	48610.012658/2011-73

Nº 1.413 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 32, de 6 de março de 2001, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de gás natural veicular - GNV:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GNV/AL0096522	AFL GÁS NATURAL LTDA.	09.200.728/0004-84	MACEIO	AL	48610.007177/2011-46

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 220/2011 - SEDE

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

866.106/2001-VANGUARDA MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.- Alvará nº10332/2001 - Cessionário: CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A- CNPJ 05.872.541/0001-23

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 239/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
826.040/1989-URBANO FRESSATO- NOT. N°649/2009 - 650/2009 - 651/2009

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 179/2011

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
014.935/1936-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA- AI N°19/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
815.115/2003-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- AI N°207/06
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
815.446/1989-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA-AI N°412/09
815.088/2003-VERA BEATRIZ DOS REIS AMANTE-AI N°126/09
815.115/2003-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-AI N°27/09
815.116/2003-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-AI N°28/09
815.127/2003-VERA BEATRIZ DOS REIS AMANTE-AI N°125/09
815.198/2003-ROBSON LEAL NUNES-AI N°32/09
815.229/2003-OILTON JOSÉ FERRETTI-AI N°178/09
815.287/2003-LEO SILVA-AI N°626/08
815.423/2003-DELTA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA-AI N°23/2009
815.470/2003-VANIO JOSE SCHMIDT-AI N°354/10
815.511/2003-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA OURO BRANCO LTDA-AI N°625/08
815.537/2003-MARCO ANTÔNIO FACHINI-AI N°120/09
815.543/2003-SÉRGIO AUGUSTO PACHECO-AI N°26/09
815.635/2003-ROBSON LEAL NUNES-AI N°13/09
815.638/2003-ROBSON LEAL NUNES-AI N°33/09
815.645/2003-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME-AI N°24/09
815.711/2003-AROLDO JOSÉ BEZ BATTI-AI N°6/2009
815.152/2004-AMARILDO APOLINÁRIO-AI N°187/09
815.194/2004-LUIZ IVANI CANADAS-AI N°205/09
815.350/2004-T INDUSTRIAL LTDA-AI N°195/09
815.647/2004-MDM PEDRAS LTDA-AI N°197/11
815.101/2005-ROBSON LEAL NUNES-AI N°248/10
815.555/2005-JOSIANE IOLANDA DA SILVA KUPFERLE-AI N°361/10
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
815.348/2003-HELIO RENATO SARMENTO- AI N°116/09
815.361/2003-JOSÉ ALESSANDRO TISCOSKI- AI N°21/09
815.446/2003-RICARDO GARBELOTO TEIXEIRA- AI N°648/08

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 131/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
864.037/1998-LUCIANO SALES DE OLIVEIRA- AI N°166/2011 - DNPM/TO
864.038/1998-ANTONINO JERÔNYMO DE OLIVEIRA PIAZZI-AI N°165/2011 - DNPM/TO
864.039/1998-ANTONINO JERÔNYMO DE OLIVEIRA PIAZZI-AI N°164/2011 - DNPM/TO
864.040/1998-ANTONINO JERÔNYMO DE OLIVEIRA PIAZZI-AI N°163/2011 - DNPM/TO
864.041/1998-LUCIANO SALES DE OLIVEIRA- AI N°162/2011 - DNPM/TO

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 41, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º, e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.002195/2011-11, e considerando

a Portaria MME nº 258, de 28 de julho de 2008, que trata da metodologia de cálculo de garantia física para novos empreendimentos de geração de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN; e

a Portaria MME nº 498, de 25 de agosto de 2011, que determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2011, com início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2016, a ser realizado em 20 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Definir os montantes da garantia física de energia dos empreendimentos de geração de energia elétrica com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2011, na forma dos Anexos I e II à presente Portaria.

§ 1º A garantia física de energia constante desta Portaria refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos I e II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria terão validade a partir da entrada em operação comercial de cada empreendimento.

Art. 3º Para todos os efeitos, a garantia física dos empreendimentos constantes dos Anexos I e II que não tenham sido objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, perderá a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DAS USINAS EÓLICAS PARA O LEILÃO DE ENERGIA NOVA A-5, DE 2011

Usina	Leilão	Empreendimento (Razão Social)	UF	Garantia Física de Energia (MWmed)	Potência (MW)
EOL Acauã	A-5 2011	Sequoia Capital Ltda.	BA	4.5	12.0
EOL Aracati Aeolis III	A-5 2011	Aracati Aeolis Geração de Energia Ltda.	CE	10.6	27.3
EOL Aracati Aeolis IV	A-5 2011	Aracati Aeolis Geração de Energia Ltda.	CE	9.6	27.3
EOL Aracati Aeolis V	A-5 2011	Aracati Aeolis Geração de Energia Ltda.	CE	9.4	29.4
EOL Arambaré IA	A-5 2011	Energia Regenerativa Brasil Ltda.	RS	15.1	30.0
EOL Arambaré IB	A-5 2011	Energia Regenerativa Brasil Ltda.	RS	15.0	30.0
EOL Arambaré IC	A-5 2011	Energia Regenerativa Brasil Ltda.	RS	15.1	30.0
EOL Arambaré IIA	A-5 2011	Energia Regenerativa Brasil Ltda.	RS	15.0	30.0
EOL Arambaré IID	A-5 2011	Energia Regenerativa Brasil Ltda.	RS	15.1	30.0
EOL Arapapá	A-5 2011	Sequoia Capital Ltda.	BA	2.6	10.0
EOL Ararinha Azul	A-5 2011	Sequoia Capital Ltda.	BA	4.6	16.0
EOL Araripe I	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	PE	14.0	30.0
EOL Arpoeiras	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	13.0	24.0
EOL Arroio dos Antunes	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	10.5	20.7
EOL Arroio Maú	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	11.7	23.0
EOL Assuruá I	A-5 2011	EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A.	BA	9.3	22.0
EOL Assuruá II	A-5 2011	EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A.	BA	10.3	20.0
EOL Assuruá III	A-5 2011	EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A.	BA	7.1	18.0
EOL Assuruá IV	A-5 2011	EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A.	BA	11.6	28.0
EOL Assuruá V	A-5 2011	EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A.	BA	8.2	16.0
EOL Assuruá VI	A-5 2011	EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A.	BA	10.5	22.0
EOL Aventura I	A-5 2011	Norvento Brasil Energias Renováveis Ltda.	RN	12.8	26.0
EOL Baixa do Feijão I	A-5 2011	EDP Renováveis Brasil S.A.	RN	14.8	30.0
EOL Baixa do Feijão II	A-5 2011	EDP Renováveis Brasil S.A.	RN	14.4	30.0
EOL Baixa do Feijão III	A-5 2011	EDP Renováveis Brasil S.A.	RN	14.3	30.0
EOL Baixa do Feijão IV	A-5 2011	EDP Renováveis Brasil S.A.	RN	13.7	30.0
EOL Baixa Verde	A-5 2011	SPE Baixa Verde Energia S.A.	RN	6.5	13.8
EOL Beberibe Aeolis I	A-5 2011	Beberibe Aeolis Geração de Energia Ltda.	CE	9.0	27.3
EOL Beija-Flor	A-5 2011	Central Eólica Beija-Flor Ltda.	CE	11.7	25.6
EOL Bela Vista	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	11.9	24.0
EOL Boa Vista da Lagoinha	A-5 2011	Parque Eólico Cristal Ltda.	BA	12.8	29.9

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EOL Bom Lugar	A-5 2011	Eletrowind S.A.	BA	7.4	13.8
EOL Boqueirão	A-5 2011	ARM Energia e Serviços de Engenharia Ltda.	CE	10.0	28.0
EOL Botuquara	A-5 2011	Renova Energia	BA	11.5	22.4
EOL Cacimbinhas	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	13.7	27.6
EOL Caetité A	A-5 2011	Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.	BA	14.0	28.8
EOL Caetité B	A-5 2011	Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.	BA	12.7	28.8
EOL Caiçara I	A-5 2011	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	CE	14.6	30.6
EOL Caiçara II	A-5 2011	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	CE	9.6	19.8
EOL Cajueiro	A-5 2011	SPE Cajueiro Energia S.A.	RN	14.3	29.9
EOL Campo do Régio	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	11.1	23.0
EOL Canarana	A-5 2011	Canarana	BA	11.0	30.0
EOL Candiotinha	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	13.5	27.6
EOL Cangalha	A-5 2011	ARM Energia e Serviços de Engenharia Ltda.	CE	7.7	18.0
EOL Capão do Inglês	A-5 2011	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	RS	3.9	10.0
EOL Carcará	A-5 2011	Sequoia Capital Ltda.	BA	5.6	10.0
EOL Carcará 2	A-5 2011	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	14.6	28.8
EOL Carnaúba I	A-5 2011	Central Geradora Eólica Carnaúba I	RN	11.3	22.0
EOL Carnaúba II	A-5 2011	Central Geradora Eólica Carnaúba II	RN	8.7	18.0
EOL Carnaúba IV	A-5 2011	Central Geradora Eólica Carnaúba IV Ltda.	RN	10.4	22.0
EOL Casa Nova II	A-5 2011	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	BA	9.2	28.0
EOL Casa Nova III	A-5 2011	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	BA	7.4	24.0
EOL Cataventos Acarau 1	A-5 2011	Cataventos Acarau - Geração de Energias Renováveis Ltda.	CE	13.5	28.0
EOL Cataventos Embuaca	A-5 2011	Cataventos Embuaca - Geração de Energias Renováveis Ltda.	CE	6.7	12.0
EOL Cerro da Guarda	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	9.4	18.4
EOL Cervantes I	A-5 2011	Central Geradora Eólica Cervantes I ltda.	RN	8.5	16.0
EOL Cervantes II	A-5 2011	Central Geradora Eólica Cervantes II	RN	6.8	12.0
EOL CGE Jaguarão I	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	11.0	30.0
EOL CGE Jaguarão II	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	11.3	30.0
EOL CGE Livramento 30	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	11.5	30.0
EOL Chui III	A-5 2011	Chuí Energia Eólica Ltda.	RS	8.8	22.0
EOL Cocal	A-5 2011	Paque Eólico Engenho Geradora de Energia Ltda.	CE	13.0	28.8
EOL Conquista	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	7.6	16.0
EOL Corredor do Senandes I	A-5 2011	Central Geradora Eólica Corredor do Senandes I Ltda.	RS	10.7	21.6
EOL Costa das Dunas	A-5 2011	SPE Costa das Dunas Energia S.A.	RN	14.9	29.9
EOL Coxilha Alta	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	6.7	12.8
EOL Coxilha de Santo Antônio	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	15.4	29.9
EOL Coxilha Seca	A-5 2011	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	RS	12.5	30.0
EOL Cumarú I	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	RN	12.8	25.6
EOL Cumarú II	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	RN	9.7	19.2
EOL Cumarú III	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	RN	11.4	24.0
EOL Curupira	A-5 2011	Central Geradora Eólica Curupira Ltda.	RS	11.1	25.0
EOL Damascena	A-5 2011	Parque Eólico Serra Azul Ltda.	BA	15.8	29.9
EOL Delfina I	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	14.5	28.8
EOL Delfina II	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	15.0	28.8
EOL Delfina III	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	14.8	28.8
EOL Delfina IV	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	15.2	28.8
EOL Delfina IX	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	14.6	28.8
EOL Delfina VII	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	14.7	28.8
EOL Delfina VIII	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	15.2	28.8
EOL Delfina X	A-5 2011	Parque Eólico Delfina Ltda.	BA	14.0	28.8
EOL Deserto	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	11.1	24.0
EOL Dois Riachos	A-5 2011	Parque Eólico Serra Azul	BA	13.4	29.9
EOL Dreen Cutia	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	12.0	25.2
EOL Dreen Guajiru	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	10.3	21.6
EOL Dreen Pedra Grande	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	15.0	30.6
EOL Engenho	A-5 2011	Parque Eólico Engenho Geradora de Energias Ltda.	CE	12.4	28.8
EOL Capão da Moça 7	A-5 2011	Impel Telecomunicações e Energia Ltda.	RS	8.2	29.4
EOL Capão da Moça 8	A-5 2011	Impel Telecomunicações e Energia Ltda.	RS	8.6	29.4
EOL Luz dos Ventos	A-5 2011	Luz dos Ventos Geradora Eólica S.A.	RN	12.4	28.8
EOL Esperança	A-5 2011	Parque Eólico Cristal Ltda.	BA	14.1	29.9
EOL Esperança do Nordeste	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	12.5	30.0
EOL Estância da Tuna	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica Ltda.	RS	14.0	25.3
EOL Estância Velha	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	14.4	27.6
EOL Farol de Touros	A-5 2011	SPE Farol de Touros Energia S.A.	RN	10.7	23.0
EOL Fazenda Nova	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	10.5	21.0
EOL Fazenda Vera Cruz	A-5 2011	Central Geradora Eólica Fazenda Vera Cruz	RS	9.8	22.5
EOL Fazenda Vigía 3	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	9.2	24.0
EOL Fazenda Vigía 4	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	9.5	26.0
EOL Figueira Branca	A-5 2011	SPE Figueira Branca Energia S.A.	RN	6.5	13.8
EOL Flecheiras	A-5 2011	Flecheiras Geração e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	CE	12.3	26.0
EOL Força 1	A-5 2011	Enerfin do Brasil sociedade de Energia Ltda.	RS	9.9	22.0
EOL Força 2	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	12.4	28.0
EOL Força 3	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	9.5	22.0
EOL Força 4	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	12.3	28.0
EOL Galpões	A-5 2011	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	RS	3.5	8.0
EOL Gameleira	A-5 2011	SPE Gameleira Energia S.A.	RN	9.0	18.4
EOL GE Jangada	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	13.2	30.0
EOL GE Maria Helena	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	14.8	30.0
EOL Goiabeira	A-5 2011	Central Eólica Goiabeira Ltda.	CE	9.9	19.2
EOL Guanabara	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PE	14.3	30.0
EOL Ilha dos Coqueiros	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	13.3	24.0
EOL Ingazeira	A-5 2011	Parque Eolico Engenho Geradora de Energias Ltda.	CE	13.3	28.8
EOL Invernada da Pedra Grande	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	13.2	25.3
EOL Irerê	A-5 2011	Sequoia Capital Ltda.	BA	5.7	20.0
EOL Itaparica	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	14.9	28.8
EOL Jandaia	A-5 2011	Central Eólica Jandaia Ltda.	CE	14.1	28.8
EOL Jandaia I	A-5 2011	Central Eólica Jandaia I Ltda.	CE	9.9	19.2
EOL Junco I	A-5 2011	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	CE	13.1	30.6
EOL Junco II	A-5 2011	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	CE	13.3	30.6
EOL Lagamar I	A-5 2011	Eletrowind S.A.	BA	11.5	23.0
EOL Lagoas de Touros I	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RN	12.7	28.8
EOL Lagoas de Touros II	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RN	11.9	28.8
EOL Lagoas de Touros III	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RN	7.2	16.2
EOL Lagoas de Touros IV	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RN	13.4	28.8
EOL Lagoas de Touros V	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RN	7.8	17.6
EOL Lagoas de Touros VI	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RN	12.5	28.8
EOL Lagoas de Touros VII	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RN	12.8	28.8
EOL Lagoinha I	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	RN	12.1	25.6
EOL Lagoinha II	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	RN	10.8	22.4
EOL Lajeado Grande I	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RS	9.8	30.0
EOL Lajeado Grande II	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RS	9.5	30.0
EOL Lençóis	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	12.5	25.6
EOL Livramento I	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	9.8	22.0
EOL Livramento II	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	11.7	28.0
EOL Livramento III	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	9.1	22.0
EOL Macambira I	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	9.7	20.0
EOL Macambira II	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	9.0	18.0
EOL Maceió I	A-5 2011	ARM Energia e Serviços de Engenharia Ltda.	CE	12.4	30.0

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EOL Maceió II	A-5 2011	ARM Energia e Serviços de Engenharia Ltda.	CE	12.2	30.0
EOL Madalena	A-5 2011	Central Eólica Madalena Ltda.	CE	7.4	16.0
EOL Mangue Seco 6	A-5 2011	Petróleo Brasileiro S.A.	RN	14.5	30.0
EOL Mangue Seco 7	A-5 2011	Petróleo Brasileiro S.A.	RN	15.0	30.0
EOL Mangueira I	A-5 2011	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	5.8	12.0
EOL Mangueira II	A-5 2011	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	14.4	30.0
EOL Mangueira III	A-5 2011	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	14.5	30.0
EOL Mangueira IV	A-5 2011	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	10.7	22.0
EOL Maniçoba	A-5 2011	Parque Eólico Serra Azul Ltda.	BA	12.3	27.6
EOL Manor	A-5 2011	Servtec Energia Ltda.	CE	7.4	18.0
EOL Manor 1	A-5 2011	Servtec Energia Ltda.	CE	8.9	20.0
EOL Marca Velha	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PE	9.2	20.0
EOL Marco dos Ventos 1	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.3	28.8
EOL Marco dos Ventos 2	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	15.9	28.8
EOL Marco dos Ventos 3	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.3	28.8
EOL Marco dos Ventos 4	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	15.5	28.8
EOL Marco dos Ventos 5	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	15.3	28.8
EOL Mato Grande	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica Ltda.	RS	12.9	25.3
EOL Morro dos Ventos II	A-5 2011	WF Wind Holding II S.A.	RN	15.3	28.8
EOL Morro dos Ventos V	A-5 2011	WF Wind Holding V S.A.	RN	14.8	28.8
EOL Morro dos Ventos VII	A-5 2011	WF Wind Holding VII S.A.	RN	11.9	22.4
EOL Muritiba	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RJ	3.3	9.0
EOL Mutamba	A-5 2011	Aracati Energia Renovável Ltda.	CE	11.8	30.0
EOL Nossa Senhora da Conceição do Nordeste	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	14.2	30.0
EOL Nossa Senhora da Vitória	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	15.3	29.9
EOL Nossa Senhora de Fátima	A-5 2011	Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda.	CE	12.8	28.8
EOL Novo Campo	A-5 2011	Eletrowind S.A.	BA	10.7	23.0
EOL Olho D'Água	A-5 2011	Parque Eólico Engenho Geradora de Energias Ltda.	CE	11.8	27.0
EOL Olhos D'Água	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	9.2	18.4
EOL Papagaio	A-5 2011	Sequoia Capital Ltda.	BA	5.8	18.0
EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	13.9	30.0
EOL Parque Eólico Cabeço Preto II	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	9.1	19.8
EOL Parque Eólico Cabeço Preto III	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	13.6	28.8
EOL Parque Eólico Cabeço Preto V	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	14.0	28.8
EOL Parque Eólico Cabeço Preto VI	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	9.5	19.8
EOL Parque Eólico Cabo Verde	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	12.2	30.0
EOL Parque Eólico Cabo Verde 2	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	8.1	20.0
EOL Parque Eólico Cabo Verde 3	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	8.0	20.0
EOL Parque Eólico Cabo Verde 4	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	11.9	30.0
EOL Parque Eólico dos Índios 3	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	8.8	22.0
EOL Parque Eólico Fazenda Vigía	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	8.9	22.0
EOL Parque Eólico Fazenda Vigía 2	A-5 2011	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	RS	11.2	28.0
EOL Parque Eólico Serra do Mel I	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	14.4	28.8
EOL Parque Eólico Serra do Mel II	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	14.2	28.8
EOL Parque Eólico Serra do Mel III	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	13.8	28.8
EOL Passo da Cruz	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	13.4	25.3
EOL Pedra do Reino II	A-5 2011	Eólica Energia Ltda.	BA	3.8	12.0
EOL Pedras Altas	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	12.8	25.3
EOL Pitombeira	A-5 2011	Central Eólica Pitombeira Ltda.	CE	13.9	27.0
EOL Pontal	A-5 2011	ProWind Energias Alternativas Ltda.	RS	16.7	50.0
EOL Pontal 2A	A-5 2011	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	RS	8.0	19.8
EOL Pontal 2C	A-5 2011	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	RS	7.0	18.0
EOL Pontal 3A	A-5 2011	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	RS	9.8	24.0
EOL Pontal 3B	A-5 2011	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	RS	11.0	25.6
EOL Pontal 4	A-5 2011	ProWind Energias Alternativas Ltda.	RS	15.4	50.0
EOL Pontal 5	A-5 2011	ProWind Energias Alternativas Ltda.	RS	15.2	50.0
EOL Pontal 6	A-5 2011	ProWind Energias Alternativas Ltda.	RS	15.0	50.0
EOL Potiguar	A-5 2011	Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A.	RN	14.3	28.8
EOL Potreiro dos Trilhos	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	12.7	25.3
EOL Povo Novo	A-5 2011	Central Geradora Eólica Povo Novo Ltda.	RS	3.4	7.5
EOL Praia de Bitupitá I	A-5 2011	SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	CE	9.9	25.2
EOL Praia de Bitupitá II	A-5 2011	SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	CE	10.4	28.8
EOL Praia de Bitupita III	A-5 2011	SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	CE	2.9	9.0
EOL Praia de Trairi I	A-5 2011	Trairi Ventos e Energias Eólicas Comércio e Serviços Ltda.	CE	12.0	28.8
EOL Praia de Trairi II	A-5 2011	Trairi Ventos e Energias Eólicas Comércio e Serviços Ltda.	CE	11.7	28.8
EOL Praia de Trairi III	A-5 2011	Trairi Ventos e Energias Eólicas Comércio e Serviços Ltda.	CE	12.2	28.8
EOL Praia de Trairi IV	A-5 2011	Trairi Ventos e Energias Eólicas Comércio e Serviços Ltda.	CE	11.3	27.0
EOL Praia de Trairi V	A-5 2011	Trairi Ventos e Energias Eólicas Comércio e Serviços Ltda.	CE	11.9	28.8
EOL Punaú I	A-5 2011	Central Geradora Eólica Punaú I	RN	13.2	24.0
EOL Recôncavo	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	10.1	19.2
EOL Rei dos Ventos 4	A-5 2011	Eolo Energy S.A.	RN	13.5	28.8
EOL Riachão I	A-5 2011	EOL Energy Ltda.	RN	14.7	30.0
EOL Riachão II	A-5 2011	EOL Energy Ltda.	RN	13.3	30.0
EOL Riachão III	A-5 2011	Expansão Energia Ltda.	RN	14.4	28.8
EOL Riachão IV	A-5 2011	Riacho Energia Ltda.	RN	14.0	30.0
EOL Riachão V	A-5 2011	Expansão Energia Ltda.	RN	14.8	28.8
EOL Riachão VI	A-5 2011	Riacho Energia Ltda.	RN	5.8	12.6
EOL Riachão VII	A-5 2011	EOL Energy Ltda.	RN	12.7	28.8
EOL Riacho de Santana	A-5 2011	Renova Energia SA	BA	10.6	24.0
EOL Rio Grande	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RS	9.5	25.2
EOL Rodeio Colorado	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	12.1	25.3
EOL Rouxinol	A-5 2011	Central Eólica Rouxinol Ltda.	CE	8.4	20.0
EOL Santa Catarina	A-5 2011	Central Eólica Santa Catarina Ltda.	CE	8.5	16.0
EOL Santa Cecilia	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	14.9	29.9
EOL Santa Maria	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	15.0	29.9
EOL Santa Marta.	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	15.2	29.9
EOL Santa Rufina I	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RS	10.1	30.0
EOL Santa Rufina II	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RS	9.9	30.0
EOL Santa Tecla	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	14.6	29.9
EOL Santa Teresinha	A-5 2011	Central Eólica Santa Teresinha Ltda.	RN	14.5	30.0
EOL Santa Tereza I	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	10.1	22.4
EOL Santa Tereza II	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	9.5	20.8
EOL Santa Tereza III	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	13.5	27.2
EOL Santa Tereza IV	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	11.6	24.0
EOL Santana	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	7.3	16.0
EOL São Clemente	A-5 2011	Central Eólica São Clemente Ltda.	CE	9.3	19.2
EOL São Gabriel	A-5 2011	Central Eólica São Gabriel Ltda.	CE	10.9	24.0
EOL São Januário	A-5 2011	Central Eólica São Januário Ltda.	CE	9.0	19.2
EOL São João Batista	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	15.1	29.9
EOL São Lucas	A-5 2011	São Lucas Energias Renováveis S.A	RN	14.6	29.9
EOL São Manoel	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia S.A.	RS	15.6	29.9
EOL São Rafael	A-5 2011	Central Eólica São Rafael Ltda.	CE	4.7	9.6
EOL São Roque I	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	8.7	17.6
EOL São Roque II	A-5 2011	Endesa Brasil S.A.	CE	10.3	22.4
EOL São Salvador	A-5 2011	Renova Energia S.A.	BA	10.6	22.4
EOL Serra da Gameleira	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PE	14.4	30.0
EOL Serra da Urupemba	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PE	12.2	26.0
EOL Serra de Santana IV	A-5 2011	Gestamp Eólica Brasil S.A.	RN	9.3	19.8

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EOL Serra do Veleda	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.	RS	14.8	29.9
EOL Serra dos Antunes I	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	9.4	22.0
EOL Serra dos Antunes II	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	9.7	24.0
EOL Serra dos Antunes III	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	10.4	26.0
EOL Serra dos Antunes IV	A-5 2011	Fortuny Energia Brasil Ltda.	RS	11.0	26.0
EOL Solar Independência	A-5 2011	Parque Eólico Cristal Ltda. ME	CE	1.0	5.0
EOL Solar Xique - Xique	A-5 2011	Parque Eólico Cristal Ltda. ME	BA	1.1	5.0
EOL Tacaicó Ampliação	A-5 2011	Parque Eólico Fontes dos Ventos	PE	5.9	30.0
EOL Talhada da Serra	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PE	11.6	24.0
EOL Terral	A-5 2011	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	16.0	28.8
EOL Testa Branca I	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PI	15.0	30.0
EOL Testa Branca II	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PI	13.4	30.0
EOL Testa Branca III	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	PI	8.7	20.0
EOL Torres da Barra I	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RS	12.3	30.0
EOL Torres da Barra II	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RS	11.8	30.0
EOL Torres da Barra III	A-5 2011	Zeta Energia S.A.	RS	12.3	30.0
EOL Tourinho I	A-5 2011	Norvento Brasil Energias Renováveis Ltda.	RN	13.2	30.0
EOL Tourinho II	A-5 2011	Norvento Brasil Energias Renováveis Ltda.	RN	12.2	30.0
EOL Tuna	A-5 2011	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica Ltda.	RS	8.7	16.1
EOL Ubatuba	A-5 2011	Central Eólica Ubatuba Ltda.	CE	5.8	12.6
EOL Ventos da Andorinha	A-5 2011	Ventos da Andorinha Energias Renováveis S.A.	BA	15.9	30.0
EOL Ventos de Bom Retiro	A-5 2011	Ventos de Bom Retiro Energias Renováveis S.A.	BA	15.2	30.0
EOL Ventos de Campo Formoso I	A-5 2011	Ventos de Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.	BA	15.5	30.0
EOL Ventos de Campo Formoso II	A-5 2011	Ventos de Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.	BA	15.5	30.0
EOL Ventos de Horizonte	A-5 2011	Central Eólica Horizonte Ltda.	CE	7.3	14.4
EOL Ventos de Morrinhos	A-5 2011	Ventos de Morrinhos Energias Renováveis S.A.	BA	15.0	30.0
EOL Ventos de Primavera	A-5 2011	Central Eólica Primavera Ltda.	CE	9.3	19.2
EOL Ventos de Santa Adelaide	A-5 2011	Ventos de Santa Adelaide Energias Renováveis S.A.	CE	12.7	30.0
EOL Ventos de Santa Aurélia	A-5 2011	Ventos de Santa Aurélia Energias Renováveis S.A.	BA	16.0	30.0
EOL Ventos de Santa Celina	A-5 2011	Ventos de Santa Celina Energias Renováveis S.A.	BA	16.4	30.0
EOL Ventos de Santa Nina	A-5 2011	Ventos de Santa Nina Energias Renováveis S.A	RN	15.2	29.9
EOL Ventos de Santa Rita	A-5 2011	Ventos de Santa Rita Energias Renováveis S.A.	BA	16.5	28.8
EOL Ventos de São Bartolomeu	A-5 2011	Ventos de São Bartolomeu Energias Renováveis S.A.	CE	12.8	30.0
EOL Ventos de São Bonifácio	A-5 2011	Ventos de São Bonifácio Energias Renováveis S.A.	CE	12.6	30.0
EOL Ventos de São Januário	A-5 2011	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13.4	24.0
EOL Ventos de São Jerônimo	A-5 2011	Ventos de São Jerônimo Energias Renováveis S.A.	CE	12.8	30.0
EOL Ventos de São Simão	A-5 2011	Ventos de São Simão Energias Renováveis S.A.	BA	16.7	30.0
EOL Ventos do Norte 1	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A	MA	16.6	28.8
EOL Ventos do Norte 10	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	15.6	28.8
EOL Ventos do Norte 2	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	17.0	28.8
EOL Ventos do Norte 3	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.6	28.8
EOL Ventos do Norte 4	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.7	28.8
EOL Ventos do Norte 5	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.7	28.8
EOL Ventos do Norte 6	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.4	28.8
EOL Ventos do Norte 7	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	16.2	28.8
EOL Ventos do Norte 8	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	15.8	28.8
EOL Ventos do Norte 9	A-5 2011	Bioenergy Geradora de Energia S.A.	MA	15.6	28.8
EOL Ventos do Sertão	A-5 2011	Ventos do Sertão Energias Renováveis S.A.	BA	15.7	30.0
EOL Villa Sequeira	A-5 2011	Ecopart Investimentos S.A.	RS	8.7	23.4

ANEXO II

DISPONIBILIDADES MENSAIS DE ENERGIA DAS USINAS EÓLICAS PARA O LEILÃO DE ENERGIA NOVA A-5, DE 2011

Usina	Produção Garantida (MWmed)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
EOL Acauã	4.4	4.73	3	3.87	4.32	5.15	6.1	6.11	5.89	4.01	3.48	2.81
EOL Aracati Aeolis III	11.92	9.62	6.21	4.63	4.62	6.19	9.43	12.7	15.61	16.11	16.08	13.55
EOL Aracati Aeolis IV	10.71	8.45	5.38	4	4.05	5.53	8.45	11.6	14.45	14.91	14.87	12.26
EOL Aracati Aeolis V	10.55	8.14	5.11	3.78	3.86	5.31	8.19	11.47	14.53	15.07	14.68	11.83
EOL Arambaré IA	15.86	13.98	14.6	14.95	12.37	11.71	14.99	14.97	16.1	16.7	17.4	16.98
EOL Arambaré IB	15.86	13.98	14.6	14.94	12.36	11.7	14.98	14.96	16.09	16.69	17.39	16.51
EOL Arambaré IC	15.85	13.97	14.59	14.94	12.36	11.7	14.97	14.95	16.1	16.7	17.39	16.97
EOL Arambaré IIA	15.86	13.98	14.6	14.94	12.37	11.71	14.98	14.96	15.72	16.7	17.4	16.97
EOL Arambaré IID	15.86	13.98	14.6	14.94	12.36	11.71	14.98	14.96	16.09	16.7	17.4	16.97
EOL Arapapá	2.57	2.76	1.75	2.26	2.52	3.01	3.56	3.57	3.44	2.34	2.03	1.64
EOL Ararinha Azul	4.54	4.88	3.1	3.99	4.45	5.32	6.29	6.3	6.07	4.13	3.59	2.9
EOL Araripe I	8.88	6.87	5.7	6.1	8.6	14.03	17.7	20.34	22.31	22.27	20.61	14.46
EOL Arpoeiras	10.16	11.35	9.06	5.73	6.54	10.57	13.87	18.45	20.57	16.86	18.59	14.4
EOL Arroio dos Antunes	9.69	10.92	10.08	8.69	10.07	10.42	11.14	12.52	11.46	10.09	9.86	10.52
EOL Arroio Maú	10.86	12.24	11.31	9.81	11.19	11.5	12.51	13.94	12.81	11.4	11.2	11.94
EOL Assuruá I	5.56	4.53	4.38	6.49	8.93	12.43	13.52	14.18	13.53	11.23	9.49	7.16
EOL Assuruá II	6.13	5	4.83	7.15	9.85	13.7	14.91	15.63	14.92	12.38	10.47	7.89
EOL Assuruá III	4.23	3.45	3.33	4.93	6.8	9.46	10.29	10.79	10.29	8.54	7.22	5.45
EOL Assuruá IV	6.95	5.67	5.47	8.11	11.16	15.54	16.91	17.72	16.91	14.04	11.87	8.95
EOL Assuruá V	4.92	4.01	3.87	5.74	7.9	11	11.97	12.54	11.97	9.94	8.4	6.33
EOL Assuruá VI	6.29	5.13	4.95	7.34	10.1	14.06	15.3	16.04	15.31	12.71	10.74	8.1
EOL Aventura I	10.13	12.02	8.94	8.69	9.28	12.93	14.79	17.01	17.6	14.55	15.55	12.42
EOL Baixa do Feijão I	11.89	14.2	10.05	9.97	11.08	15.52	17.39	20.48	20.15	15.85	17.14	14.05
EOL Baixa do Feijão II	11.56	13.74	9.81	9.55	10.57	14.86	16.8	20	19.8	15.6	16.87	13.75
EOL Baixa do Feijão III	11.37	13.57	9.6	9.49	10.54	14.94	16.85	19.95	19.64	15.35	16.62	13.53
EOL Baixa do Feijão IV	10.7	12.86	9	8.99	10.02	14.4	16.35	19.46	19.1	14.63	15.93	12.81
EOL Baixa Verde	5.33	3.13	2.06	2.97	4.44	6.57	7.82	9.09	9.56	9.35	9.15	7.97
EOL Beberibe Aeolis I	6.89	7.88	5.13	5.23	5.66	6.78	8.39	12.6	14.4	11.08	13.77	10.04
EOL Beija-Flor	10.15	10.69	8.45	5.6	7.12	8.61	10.33	14.91	16.93	15.85	17.09	14.82
EOL Bela Vista	10.61	14.36	9.88	5.05	6.18	4.62	6.39	12.65	19.67	17.83	20.57	15.82
EOL Boa Vista da Lagoinha	5.92	4.18	4.04	7.05	11.49	18.07	19.27	20.96	20.08	16.98	14.67	9.91
EOL Bom Lugar	6.46	6.18	4.37	5.09	7.17	8.49	9.31	10.22	10.17	8.14	7.66	5.96
EOL Boqueirão	7.14	6.71	4.71	4.92	6.7	10.1	11.9	13.72	15.22	14.46	13.5	10.12
EOL Botuquara	10.18	13.77	9.47	4.84	5.92	4.42	6.13	12.13	18.85	17.09	19.72	15.17
EOL Cacimbinhas	12.01	13.8	13.03	11.79	13.31	14.04	15.27	16.6	14.99	13.05	12.6	13.25
EOL Caetité A	12.17	12.1	11.17	13.51	13.24	16	16.11	16.99	17.02	15.26	12.91	11.06
EOL Caetité B	11.06	10.99	10.15	12.28	12.04	14.54	14.64	15.44	15.47	13.87	11.73	10.05
EOL Caiçara I	12.88	14.03	9.37	6.53	7.04	10.23	14.81	18.93	22.06	20.49	20.72	17.51
EOL Caiçara II	8.44	9.23	6.08	4.35	4.68	6.8	9.82	12.46	14.47	13.42	13.59	11.45
EOL Cajueiro	11.76	6.9	4.55	6.54	9.8	14.49	17.24	20.05	21.09	20.61	20.17	17.56
EOL Campo do Régio	9.83	11.25	10.64	9.65	10.85	11.44	12.41	13.46	12.19	10.65	10.29	10.81
EOL Canarana	10.94	9.39	9.35	8.31	9.85	10.35	11.62	11.98	12.41	12.17	12.62	12.27
EOL Candiotinha	11.88	13.65	12.89	11.66	13.16	13.89	15.1	16.42	14.83	12.91	12.46	13.1
EOL Cangalha	5.62	5.35	3.85	4.16	5.32	7.8	9.05	10.39	11.51	10.95	10.26	7.78
EOL Capão do Inglês	3.65	3.65	3.52	3.15	3.46	4.12	4.14	4.62	4.51	4.5	3.96	3.7
EOL Carcará	5.42	5.72	3.75	5.04	5.9	6.27	6.97	6.98	6.71	5.01	4.98	3.96
EOL Carcará 2	13.56	14.25	11.42	9.55	11.26	11.89	12.97	17.17	19.37	17.93	19.65	16.32
EOL Carnaúba I	8.81	9.88	6.75	8.7	10.42	11.54	13.22	15.12	14.92	11.99	14.04	10.67
EOL Carnaúba II	6.79	7.61	5.2	6.7	8.03	8.89	10.18	11.65	11.5	9.24	10.81	8.22
EOL Carnaúba IV	8.11	9.09	6.21	8.01	9.59	10.62	12.16	13.91	13.73	11.03	12.91	9.82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EOL Casa Nova II	4.43	3.03	2.65	4.18	7.04	12.78	13.97	15.87	15.47	12.92	10.33	7.24
EOL Casa Nova III	3.58	2.45	2.14	3.38	5.69	10.34	11.3	12.83	12.51	10.45	8.36	5.85
EOL Cataventos Acarau 1	12.21	9.74	7.37	6.17	7.99	9.53	13.41	18.55	20.69	20.95	19.19	16
EOL Cataventos Embuaca	5.71	7.48	4.13	3.72	4.58	5.3	6.53	8.36	9.57	7.89	9.47	7.59
EOL Cerro da Guarda	8.67	9.76	9.02	7.79	9.02	9.32	9.95	11.18	10.24	9.03	8.83	9.41
EOL Cervantes I	6.57	7.37	5.03	6.49	7.77	8.61	9.86	11.28	11.13	8.94	10.47	7.96
EOL Cervantes II	5.27	5.9	4.03	5.2	6.23	6.9	7.9	9.04	8.92	7.17	8.39	6.38
EOL CGE Jaguarão I	10.39	9.04	8.87	7.93	9.44	10.73	11.69	12.78	13.63	12.92	12.35	11.95
EOL CGE Jaguarão II	10.65	9.26	9.1	8.13	9.68	11	11.99	13.1	13.97	13.24	12.67	12.25
EOL CGE Livramento 30	9.46	8.17	8.55	8.5	10.38	12.46	13.29	14.51	14.49	13.81	12.98	11.17
EOL Chuí III	7.65	6.45	6.91	6.09	8.43	9.96	10	10.18	12.34	9.3	9.68	8.78
EOL Cocal	6.27	4.32	4.17	7.34	11.87	18.51	19.62	20.89	20.15	16.7	14.87	10.2
EOL Conquista	6.43	7.45	5.45	6.82	7.79	9	10.25	10.11	9.04	7.76	5.88	5.71
EOL Corredor do Senandes I	10.63	10.82	10.57	9.28	9.89	10.89	11.05	11.35	12.28	10.12	10.09	11.56
EOL Costa das Dunas	12.39	7.31	4.83	6.9	10.3	15.15	17.93	20.75	21.78	21.31	20.94	18.33
EOL Coxilha Alta	5.92	8.01	5.5	2.82	3.44	2.57	3.56	7.05	10.96	9.94	11.47	8.82
EOL Coxilha de Santo Antônio	13.55	15.54	14.69	13.3	14.99	15.81	17.17	18.65	16.87	14.71	14.2	14.92
EOL Coxilha Seca	11.59	11.6	11.17	10.04	11.1	13.21	13.33	14.91	14.42	14.34	12.63	11.76
EOL Cumarú I	10.13	11.11	9.58	10.24	10.85	12.82	15.06	17.59	17.82	13.53	14.06	10.46
EOL Cumarú II	7.71	8.46	7.3	7.8	8.26	9.76	11.46	13.39	13.57	10.3	10.7	7.96
EOL Cumarú III	9	9.87	8.51	9.1	9.64	11.39	13.37	15.62	15.83	12.02	12.48	9.29
EOL Curupira	8.37	10.34	11.05	9.94	10.74	11.94	12.34	12.21	13.16	10.7	10.32	12.06
EOL Damascena	9.21	6.72	6.7	10.6	15.92	20.87	21.93	23.15	22.36	19.61	18.68	13.51
EOL Delfina I	12.76	13.12	10.86	13.01	14.17	16.29	15.72	16.16	16.66	15.73	15.68	13.88
EOL Delfina II	13.2	13.58	11.24	13.46	14.66	16.85	16.26	16.72	17.24	16.27	16.22	14.36
EOL Delfina III	13.04	13.41	11.1	13.29	14.48	16.65	16.06	16.51	17.03	16.07	16.02	14.19
EOL Delfina IV	13.38	13.75	11.38	13.63	14.85	17.07	16.47	16.94	17.46	16.48	16.43	14.55
EOL Delfina IX	12.86	13.22	10.94	13.11	14.28	16.41	15.84	16.28	16.79	15.85	15.8	13.99
EOL Delfina VII	12.93	13.29	11	13.17	14.35	16.5	15.92	16.37	16.88	15.93	15.88	14.06
EOL Delfina VIII	13.4	13.78	11.41	13.66	14.88	17.11	16.51	16.97	17.5	16.52	16.47	14.58
EOL Delfina X	12.3	12.65	10.46	12.53	13.65	15.7	15.15	15.57	16.05	15.16	15.11	13.38
EOL Deserto	11.84	12.66	9.94	6.29	5.51	7.39	8.84	11.49	14.88	14.79	15.97	13.59
EOL Dois Riachos	7.79	5.68	5.67	8.96	13.47	17.65	18.55	19.58	18.91	16.59	15.8	11.43
EOL Dreen Cutia	11.58	10.93	9.47	7.07	7.95	11	12.78	15.29	16.13	14.57	14.89	12.29
EOL Dreen Guajiru	9.95	9.39	8.14	6.08	6.83	9.45	10.98	13.14	13.86	12.52	12.79	10.56
EOL Dreen Pedra Grande	14.47	13.66	11.84	8.84	9.94	13.74	15.97	19.11	20.16	18.21	18.61	15.36
EOL Engenho	5.98	4.12	3.98	7	11.31	17.65	18.7	19.91	19.21	15.92	14.17	9.72
EOL Capão da Moça 7	7.84	7.38	8.67	6.55	8.19	8.42	8.45	8.66	8.67	8.41	8.67	8.67
EOL Capão da Moça 8	8.21	7.72	9.1	6.85	8.58	8.81	8.84	9.06	9.1	8.8	9.1	9.1
EOL Luz dos Ventos	12.99	12.39	9.09	6.7	7.13	8.53	10.56	13.81	17.33	17.43	18	14.92
EOL Esperança	8.19	5.97	5.96	9.42	14.16	18.56	19.51	20.59	19.88	17.44	16.61	12.02
EOL Esperança do Nordeste	12.38	11.58	9.87	7.22	8.14	11.11	13.06	15.86	16.73	15.47	15.89	13.07
EOL Estância da Tuna	13.1	14.56	13.58	12.02	13.45	13.78	14.83	16.32	15.14	13.67	13.46	14.23
EOL Estância Velha	13.38	15.05	13.93	12.13	13.78	14.16	15.37	17.09	15.73	14.03	13.8	14.68
EOL Farol de Touros	8.92	5.26	3.47	4.97	7.42	10.9	12.91	14.94	15.67	15.34	15.07	13.19
EOL Fazenda Nova	10.37	9.7	8.27	6.05	6.82	9.31	10.94	13.29	14.02	12.97	13.31	10.95
EOL Fazenda Vera Cruz	7.37	9.1	9.73	8.75	9.46	10.51	10.87	10.74	11.58	9.42	9.08	10.61
EOL Fazenda Vigía 3	7.71	6.21	6.18	6.17	8.64	9.06	10.32	11.51	12.01	11.1	10.92	9.79
EOL Fazenda Vigía 4	8.02	6.46	6.43	6.42	8.99	9.42	10.73	11.97	12.49	11.55	11.36	10.18
EOL Figueira Branca	5.4	3.19	2.1	3.01	4.49	6.6	7.82	9.05	9.5	9.29	9.13	7.99
EOL Flecheiras	10.06	11.15	4.72	4.8	6.02	9.33	12.87	17.7	20.04	18.03	18.23	14.08
EOL Força 1	8.3	6.09	6.07	7.11	9.56	9.76	11.07	12.03	13.15	12.21	12.05	10.48
EOL Força 2	10.46	7.67	7.65	8.95	12.05	12.29	13.95	15.15	16.57	15.38	15.18	13.2
EOL Força 3	8.03	5.89	5.88	6.88	9.25	9.44	10.72	11.64	12.73	11.82	11.67	10.14
EOL Força 4	10.35	7.59	7.57	8.85	11.92	12.16	13.8	14.99	16.39	15.22	15.02	13.06
EOL Galpões	3.24	3.25	3.13	2.81	3.09	3.71	3.74	4.17	4.04	4.01	3.53	3.3
EOL Gameleira	7.46	4.4	2.91	4.15	6.2	9.12	10.8	12.49	13.11	12.83	12.61	11.03
EOL GE Jangada	13.2	12.34	10.55	7.73	8.65	11.56	13.54	16.44	17.29	16.36	16.71	13.93
EOL GE Maria Helena	14.81	13.85	11.84	8.67	9.71	12.97	15.19	18.44	19.4	18.36	18.75	15.63
EOL Goiabeira	9.06	9.91	7.27	5.2	5.77	8.06	9.77	11.97	13.67	12.62	13.79	11.51
EOL Guanabara	9.05	7.01	5.81	6.22	8.77	14.3	18.04	20.73	22.74	22.7	21	14.74
EOL Ilha dos Coqueiros	10.37	11.58	9.25	5.85	6.67	10.79	14.16	18.83	20.99	17.2	18.97	14.69
EOL Ingazeira	6.44	4.44	4.29	7.54	12.19	19.02	20.15	21.45	20.69	17.15	15.27	10.47
EOL Invernada da Pedra Grande	11.62	13.31	12.58	11.41	12.84	13.54	14.69	15.95	14.43	12.6	12.17	12.79
EOL Irerê	5.56	5.97	3.79	4.88	5.45	6.51	7.7	7.71	7.43	5.06	4.39	3.55
EOL Itaparica	13.2	17.87	12.29	6.29	7.68	5.74	7.96	15.74	24.47	22.18	25.59	19.68
EOL Jandaia	12.52	13.16	10.08	8.65	9.81	11.96	13.35	17.14	19.77	17.62	19.66	16
EOL Jandaia I	8.72	9.16	7.02	6.02	6.83	8.33	9.29	11.94	13.77	12.27	13.69	11.14
EOL Junco I	11.77	12.56	7.79	5.3	5.82	8.27	12.82	17.35	20.62	19.22	19.44	16.44
EOL Junco II	11.85	12.68	7.84	5.37	5.91	8.44	13.04	17.56	20.79	19.37	19.59	16.56
EOL Lagamar I	9.84	9.42	6.06	7.3	11.01	13.37	14.73	16.22	16.4	12.89	12.07	8.96
EOL Lagoas de Touros I	10.13	6.15	4.06	5.27	8.16	13.21	15.17	17.32	18.59	19.57	18.53	16.22
EOL Lagoas de Touros II	9.49	5.76	3.81	4.94	7.65	12.38	14.22	16.23	17.43	18.34	17.36	15.2
EOL Lagoas de Touros III	5.69	3.45	2.28	2.96	4.59	7.42	8.52	9.73	10.45	11	10.41	9.11
EOL Lagoas de Touros IV	11.14	7.01	4.65	5.95	9.16	13.85	15.73	17.74	18.99	19.92	18.95	16.82
EOL Lagoas de Touros V	6.47	4.07	2.7	3.46	5.32	8.04	9.14	10.31	11.03	11.57	11.01	9.77
EOL Lagoas de Touros VI	10.38	6.53	4.33	5.54	8.53	12.9	14.65	16.53	17.69	18.55	17.65	15.67
EOL Lagoas de Touros VII	10.67	6.71	4.45	5.7	8.77	13.26	15.06	16.99	18.18	19.07	18.15	16.11
EOL Lagoinha I	9.29	10.53	8.24	8.89	10.66	11.84	14.1	16.33	16.18	13.33	14.32	11.06
EOL Lagoinha II	8.54	9.36	8.08	8.63	9.15	10.8	12.69	14.83	15.02	11.41	11.85	8.82
EOL Lajeado Grande I	8.3	6.09	5.49	8	8.7	10.18	11.39	11.42	12.82	12.63	12.01	9.83
EOL Lajeado Grande II	8.07	5.92	5.33	7.78	8.46	9.89	11.06	11.1	12.45	12.28	11.67	9.55
EOL Lençóis	11.06	14.97	10.29	5.27	6.44	4.81	6.66	13.18	20.5	18.58	21.44	16.49
EOL Livramento I	8.03	6.94	7.26	7.22	8.82	10.58	11.29	12.33	12.3	11.73	11.02	9.48
EOL Livramento II	9.61	8.3	8.69	8.64	10.55	12.66	13.5	14.75	14.72	14.03	13.19	11.34
EOL Livramento III	7.49	6.47	6.78	6.74	8.23	9.88	10.53	11.51	11.48	10.95	10.29	8.85
EOL Macambira I	7.39	8.32	5.84	6.6	6.7	10.26	12.67	13.57	14.65	9.78	11.76	8.71
EOL Macambira II	6.87	7.74	5.43	6.14	6.24	9.55	11.79	12.63	13.63	9.1	10.94	8.11
EOL Maceió I	9	8.53	6.08	6.59	8.51	12.6	14.67	16.89	18.72	17.8	16.66	12.58
EOL Maceió II	8.84	8.36	5.94	6.44	8.35	12.4	14.46	16.65	18.47	17.56	16.42	12.38
EOL Madalena	6.38	6.72	5.32	3.52	4.48	5.42	6.49	9.37	10.65	9.97	10.74	9.32
EOL Mangue Seco 6	13.22	11.67	9.15	8.31	10.15	13.33	16.26	19.07	19.95	19.12	18.18	15.21
EOL Mangue Seco 7	13.61	12.04	9.46	8.75	10.77	14.03	17.09	19.8	20.67	19.7	18.79	15.59
EOL Mangueira I	5.67	4.85	4.91	4.17	5.2	5.72	6.33	6.82	6.79	6.4	6.4	6.25
EOL Mangueira II	14.08	12.06	12.19	10.37	12.93	14.22	15.74	16.95	16.88	15.91	15.92	15.54
EOL Mangueira III	14.13	12.11	12.24	10.41	12.98	14.28	15.8	17.02	16.95	15.97	15.98	15.6
EOL Mangueira IV	10.48	8.97	9.07	7.71	9.62	10.58	11.71	12.61	12.56	11.84	11.84	11.56
EOL Maniçoba	7.16	5.22	5.21	8.24	12.38	16.23	17.05	18	17.38	15.25	14.52	10.5
EOL Manor	7.61	5.22	3.01	3.75	4.54	6.48	9.49	11.05	10.95	10.15	9.27	6.62
EOL Manor 1	9.15	6.73	4.26	5.09	5.89	7.99	11.14	12.78	12.7	11.84	10.95	8.09
EOL Marca Velha	5.83	4.51	3.74	4	5.64	9.2	11.61	13.34	14.63	14.61	13.51	9.48
EOL Marco dos Ventos 1	15.4	15.98	12.4	8.62	9.17	10.5	13.34	20.86	23.54	22.32	23.4	19.99
EOL Marco dos Ventos 2	14.99	15.55	12.07	8.39	8.92	10.22	12.98	20.3	22.91	21.72	22.78	19.46
EOL Marco dos Ventos 3	15.39	15.97	12.39	8.61	9.16	10.49	13.33	20.85	23.53	22.3	23.39	19.98
EOL Marco dos Ventos 4	14.61	15.16	11.76	8.18	8.7	9.96	12.65	19.79	22.34	21.18	22.21	18.97
EOL Marco dos Ventos 5	14.46	15.01	11.64	8.09	8.61	9.86	12.52	19.59	22.1	20.95	21.98	18.77
EOL Mato Grande	11.3	11.01	13.5	10.26	11.72	12.93	13.43	14.33	15.01	13.39	13.71	14.01
EOL Morro dos Ventos II	9.05	6.57	6.14	10.15	15.39	20.89	21.72	22.63	22.26	18.57	17.49	12.59

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EOL Morro dos Ventos V	8.73	6.34	5.93	9.79	14.85	20.16	20.95	21.83	21.48	17.92	16.88	12.15
EOL Morro dos Ventos VII	7.02	5.1	4.76	7.87	11.94	16.2	16.84	17.54	17.26	14.4	13.56	9.76
EOL Muritiba	3.31	3.86	3.42	2.01	1.81	2.27	2.48	3.74	3.55	4.85	4.66	3.12
EOL Mutamba	13.82	10.24	6.68	5.52	5.41	7.29	10.77	14.34	17.49	17.41	17.61	14.71
EOL Nossa Senhora da Conceição do Nordeste	14.03	13.12	11.19	8.18	9.22	12.59	14.8	17.97	18.96	17.53	18	14.81
EOL Nossa Senhora da Vitória	13.46	15.51	14.63	13.2	14.94	15.78	17.19	18.71	16.88	14.68	14.13	14.88
EOL Nossa Senhora de Fátima	11.57	12.15	9	7	7.3	9.19	10.84	15.06	18.72	17.34	19.44	15.44
EOL Novo Campo	8.92	8.39	5.22	6.49	10.17	12.5	13.95	15.57	15.48	11.88	11.04	8.03
EOL Olho D'Água	5.73	3.94	3.81	6.7	10.84	16.91	17.92	19.08	18.4	15.25	13.58	9.31
EOL Olhos D'Água	7.85	8.94	8.61	7.86	9.23	9.75	9.86	10.94	10.16	9	8.66	8.89
EOL Papagaio	5.73	6.15	3.91	5.03	5.62	6.71	7.93	7.95	7.66	5.21	4.52	3.65
EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	13.74	12.85	10.95	8.01	9.03	12.33	14.49	17.59	18.56	17.17	17.63	14.5
EOL Parque Eólico Cabeço Preto II	7.16	8.21	6.02	6.09	7.06	9.72	11.17	12.61	12.63	9.43	10.28	8.7
EOL Parque Eólico Cabeço Preto III	11.07	9.96	8.81	10.9	14.05	17.24	18.83	18.25	14.55	14.86	13.43	10.7
EOL Parque Eólico Cabeço Preto V	10.99	12.59	9.24	9.35	10.84	14.92	17.14	19.35	19.38	14.47	15.78	13.35
EOL Parque Eólico Cabeço Preto VI	7.47	8.56	6.28	6.35	7.37	10.14	11.65	13.15	13.17	9.83	10.72	9.07
EOL Parque Eólico Cabo Verde	12.64	12.45	12.45	12.89	12.45	11.94	11.53	12.02	11.66	11.76	11.83	12.22
EOL Parque Eólico Cabo Verde 2	8.46	8.33	8.33	8.62	8.33	7.99	7.72	8.04	7.8	7.87	7.91	8.17
EOL Parque Eólico Cabo Verde 3	8.28	8.15	8.15	8.44	8.15	7.82	7.55	7.87	7.64	7.7	7.74	8
EOL Parque Eólico Cabo Verde 4	12.35	12.17	12.17	12.6	12.16	11.67	11.27	11.75	11.4	11.49	11.56	11.94
EOL Parque Eólico dos Índios 3	8.25	7.26	8.88	6.12	7.02	8.52	8.42	8.28	11.37	8.77	12.35	10.15
EOL Parque Eólico Fazenda Vigía	9.27	9.13	9.14	9.46	9.13	8.76	8.46	8.82	8.55	8.62	8.68	8.96
EOL Parque Eólico Fazenda Vigía 2	11.64	11.46	11.47	11.87	11.46	10.99	10.62	11.07	10.73	10.82	10.89	11.25
EOL Parque Eólico Serra do Mel I	10.98	11.98	10.01	9.34	10.52	13.93	16.98	19.53	20.17	16.24	19.06	13.64
EOL Parque Eólico Serra do Mel II	10.83	11.81	9.87	9.21	10.38	13.74	16.75	19.26	19.89	16.02	18.8	13.45
EOL Parque Eólico Serra do Mel III	10.58	11.54	9.64	8.99	10.13	13.42	16.36	18.81	19.43	15.65	18.36	13.14
EOL Passo da Cruz	12.41	13.92	12.91	11.29	12.77	13.11	14.21	15.76	14.53	13	12.79	13.58
EOL Pedra do Reino II	5.77	6.72	5.83	3.88	3.15	3.13	2.03	1.39	1.32	3.1	4.4	4.94
EOL Pedras Altas	11.86	13.36	12.34	10.65	12.33	12.75	13.62	15.3	14.01	12.35	12.08	12.88
EOL Pitombeira	13.29	14.25	10.55	7.91	8.17	11.34	13.87	16.47	18.63	17.19	18.89	16.16
EOL Pontal	14.73	14.32	12.58	15.11	14.78	16.4	18.03	17.84	20.53	19.99	18.99	16.66
EOL Pontal 2A	7.04	6.84	6.01	7.22	7.06	7.84	8.61	8.52	9.81	9.55	9.07	7.96
EOL Pontal 2C	6.22	6.04	5.31	6.38	6.24	6.92	7.61	7.53	8.66	8.43	8.01	7.03
EOL Pontal 3A	8.62	8.38	7.37	8.85	8.65	9.6	10.56	10.44	12.02	11.7	11.11	9.75
EOL Pontal 3B	9.71	9.44	8.29	9.96	9.74	10.81	11.89	11.76	13.53	13.18	12.52	10.98
EOL Pontal 4	13.64	13.26	11.65	13.99	13.68	15.19	16.69	16.51	19	18.5	17.58	15.42
EOL Pontal 5	13.41	13.03	11.45	13.75	13.45	14.93	16.41	16.23	18.68	18.19	17.28	15.16
EOL Pontal 6	13.23	12.86	11.3	13.57	13.27	14.73	16.2	16.02	18.44	17.95	17.05	14.96
EOL Potiguar	13.88	13.22	11.53	8.69	9.81	13.36	15.3	17.82	18.7	17.09	17.48	14.73
EOL Potreiro dos Trilhos	11.26	12.86	12.17	11.06	12.41	13.07	14.16	15.34	13.91	12.19	11.78	12.36
EOL Povo Novo	2.53	3.12	3.33	3	3.24	3.6	3.72	3.68	3.97	3.23	3.11	3.64
EOL Praia de Bitupitá I	6.27	4.85	4.03	4.3	6.07	9.9	12.49	14.36	15.75	15.72	14.55	10.21
EOL Praia de Bitupitá II	6.6	5.1	4.23	4.53	6.39	10.41	13.14	15.1	16.56	16.53	15.3	10.74
EOL Praia de Bitupita III	1.81	1.4	1.16	1.24	1.75	2.85	3.6	4.13	4.53	4.52	4.19	2.94
EOL Praia de Trairi I	10.57	12.96	7.6	6.88	8.76	10.28	12.54	16.86	17.72	13.43	15.93	11.04
EOL Praia de Trairi II	10.31	12.64	7.41	6.71	8.55	10.02	12.23	16.44	17.28	13.1	15.53	10.76
EOL Praia de Trairi III	10.73	13.16	7.71	6.98	8.9	10.43	12.73	17.11	17.99	13.64	16.17	11.2
EOL Praia de Trairi IV	9.93	12.18	7.14	6.46	8.23	9.66	11.78	15.84	16.65	12.62	14.96	10.37
EOL Praia de Trairi V	10.46	12.83	7.52	6.81	8.67	10.17	12.41	16.68	17.54	13.3	15.77	10.92
EOL Punaú I	10.26	11.5	7.86	10.13	12.14	13.43	15.39	17.6	17.38	13.96	16.34	12.42
EOL Recôncavo	8.99	12.17	8.37	4.28	5.23	3.91	5.42	10.72	16.66	15.11	17.43	13.4
EOL Rei dos Ventos 4	15.06	13.83	7.49	5.79	6.74	10.45	14.05	16.46	17.65	19.28	18.76	16.89
EOL Riachão I	13.28	11.45	13.68	8.59	12.03	15	17.29	18.15	18.95	17.43	15.3	14.45
EOL Riachão II	12.01	10.36	12.37	7.77	10.88	13.57	15.64	16.42	17.14	15.77	13.84	13.07
EOL Riachão III	10.94	12.55	9.24	11.52	12.05	14.31	17.93	20.46	21.38	14	15.83	12.01
EOL Riachão IV	12.67	10.93	13.05	8.19	11.48	14.32	16.5	17.33	18.08	16.64	14.6	13.79
EOL Riachão V	11.4	13.03	9.69	11.99	12.52	14.79	18.44	20.98	21.91	14.48	16.33	12.48
EOL Riachão VI	5.23	4.51	5.38	3.38	4.74	5.9	6.81	7.14	7.46	6.86	6.02	5.69
EOL Riachão VII	11.52	9.93	11.87	7.45	10.43	13.01	15	15.75	16.44	15.12	13.27	12.53
EOL Riacho de Santana	9.45	12.8	8.8	4.5	5.5	4.11	5.7	11.27	17.52	15.88	18.32	14.09
EOL Rio Grande	9.08	7.7	7.83	6.81	8.63	9.14	10.22	10.78	11.42	10.97	11.17	10.5
EOL Rodeio Colorado	10.31	11.84	11.39	10.33	12.24	12.97	13.12	14.64	13.54	11.92	11.45	11.77
EOL Rouxinol	7.01	7.57	5.8	3.64	4.55	5.58	6.94	10.79	12.91	11.88	13.14	11.04
EOL Santa Catarina	7.8	8.52	6.25	4.47	4.96	6.93	8.4	10.3	11.77	10.86	11.86	9.9
EOL Santa Cecilia	13.84	15.6	14.4	12.41	14.39	14.88	15.91	17.88	16.37	14.41	14.09	15.03
EOL Santa Maria	13.86	15.62	14.42	12.43	14.41	14.9	15.93	17.91	16.39	14.43	14.11	15.05
EOL Santa Marta.	14.08	15.86	14.66	12.74	14.5	14.91	16.21	18.06	16.59	14.78	14.53	15.47
EOL Santa Rufina I	7.93	7.29	7.6	7.07	8.98	10.81	11.85	13.01	12.92	12.45	11.47	9.58
S EOL anta Rufina II	7.77	7.14	7.44	6.93	8.79	10.6	11.61	12.75	12.66	12.2	11.24	9.39
EOL Santa Tecla	12.49	14.25	13.72	12.5	14.71	15.55	15.72	17.47	16.21	14.34	13.8	14.17
EOL Santa Teresinha	12.65	13.53	10.87	8.8	9.83	11.1	13.5	16.92	20.53	18.62	21.03	16.51
EOL Santa Tereza I	10.2	11.04	8.65	5.86	5.69	7.88	9.22	11.42	13.71	12.17	13.57	12.09
EOL Santa Tereza II	9.52	10.35	8.08	5.37	5.2	7.03	8.59	10.72	13.12	11.73	13.02	11.3
EOL Santa Tereza III	13.53	14.53	11.42	7.55	7.48	10.38	12.29	15.48	18.33	16.62	18.12	15.92
EOL Santa Tereza IV	11.49	12.47	9.53	6.78	6.58	9.41	10.77	13.26	15.57	14.1	15.44	13.82
EOL Santana	6.18	7.1	5.31	6.53	7.4	8.49	9.61	9.49	8.52	7.38	5.69	5.54
EOL São Clemente	8.24	8.66	6.63	5.69	6.45	7.87	8.78	11.27	13.01	11.59	12.93	10.52
EOL São Gabriel	9.41	9.92	7.84	5.2	6.61	7.99	9.58	13.83	15.71	14.7	15.85	13.75
EOL São Januário	7.94	8.34	6.39	5.48	6.22	7.58	8.46	10.86	12.53	11.16	12.46	10.14
EOL São João Batista	13.29	15.32	14.45	13.04	14.76	15.59	16.98	18.48	16.67	14.47	13.95	14.69
EOL São Lucas	12.46	7.45	4.93	6.94	10.3	14.94	17.49	20.01	20.9	20.52	20.34	18.01
EOL São Manoel	13.66	15.73	14.84	13.4	15.16	16.01	17.43	18.98	17.12	14.87	14.34	15.09
EOL São Rafael	4.05	4.26	3.37	2.24	2.84	3.44	4.12	5.95	6.76	6.32	6.82	5.91
EOL São Roque I	6.79	7.59	6.06	3.83	4.37	7.07	9.28	12.34	13.75	11.27	12.43	9.63
EOL São Roque II	8.04	8.99	7.18	4.54	5.18	8.37	10.98	14.61	16.28	13.35	14.72	11.4
EOL São Salvador	8.94	10.34	7.61	9.47	10.8	12.46	14.16	13.97	12.51	10.76	8.19	7.96
EOL Serra da Gameleira	9.13	7.06	5.86	6.26	8.84	14.41	18.18	20.89	22.91	22.88	21.17	14.85
EOL Serra da Urupemba	7.74	5.99	4.97	5.31	7.5	12.22	15.42	17.72	19.44	19.41	17.96	12.6
EOL Serra de Santana IV	7.42	8.43	6.27	6.2	6.32	9.03	11.28	12.72	13.25	9.93	11.61	8.78
EOL Serra do Veleda	12.99	14.92	14.09	12.75	14.38	15.17	16.49	17.93	16.2	14.11	13.62	14.32
EOL Serra dos Antunes I	9.35	7.99	8.04	7.23	8.73	9.13	10.21	10.63	10.08	10.6	10.19	10.46
EOL Serra dos Antunes II	9.66	8.26	8.31	7.47	9.02	9.44	10.55	10.99	10.42	10.95	10.53	10.81
EOL Serra dos Antunes III	10.35	8.84	8.9	8	9.66	10.11	11.3	11.77	11.17	11.73	11.28	11.58
EOL Serra dos Antunes IV	10.91	9.32	9.39	8.44	10.19	10.66	11.91	12.41	11.77	12.37	11.89	12.21
EOL Solar Independência	0.94	0.96	0.94	0.94	0.92	0.88	0.92	1.05	1.09	1.09	1.03	0.95
EOL Solar Xique - Xique	1.03	1.07	1.05	1.03	1.01	0.98	1	1.1	1.18	1.13	1.04	0.97
EOL Tacaicó Ampliação	3.08	2.31	1.82	3.18	5.31	8.12	8.7	9.3	8.94	7.45	6.83	5.1
EOL Talhada da Serra	7.33	5.68	4.71	5.03	7.1	11.58	14.61	16.79	18.42	18.39	17.01	11.94
EOL Terral	14.88	15.63	12.52	10.48	12.35	13.04	14.22	18.83	21.25	19.67	21.55	17.9
EOL Testa Branca I	12.38	7.27	4.75	6.85	10.3	15.25	18.16	21.16	22.28	21.76	21.22	18.46
EOL Testa Branca II	11.06	6.49	4.24	6.12	9.2	13.62	16.22	18.9	19.9	19.44	18.95	16.49
EOL Testa Branca III	7.17	4.21	2.75	3.97	5.97	8.83	10.52	12.25	12.9	12.6	12.29	10.69
EOL Torres da Barra I	11.96	10.09	10.18	8.89	11.01	11.66	13.21	13.75	14.45	14.02	14.41	13.72
EOL Torres da Barra II	11.46	9.67	9.76	8.52	10.55	11.17	12.65	13.18	13.85	13.44	13.81	13.15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EOL Torres da Barra III	11.96	10.08	10.18	8.89	11.01	11.66	13.2	13.75	14.45	14.02	14.4	13.72
EOL Tourinho I	11.12	11.88	9.9	8.36	9.59	13.41	15.58	17.24	17.66	15.22	15.87	12.48
EOL Tourinho II	9.86	10.85	9.04	7.52	8.51	12.15	14.32	16.03	16.57	14.29	14.97	11.61
EOL Tuna	8.13	9.08	8.44	7.42	8.35	8.57	9.26	10.24	9.46	8.5	8.37	8.87
EOL Ubatuba	5.5	5.9	4.37	3.27	3.38	4.69	5.74	6.81	7.71	7.11	7.81	6.69
EOL Ventos da Andorinha	8.56	6.02	5.75	9.83	15.44	22.21	23.4	24.56	23.76	19.83	18.37	12.84
EOL Ventos de Bom Retiro	9.58	7.08	6.54	10.6	15.7	20.23	21.08	21.78	21.2	18.11	17.49	12.7
EOL Ventos de Campo Formoso I	9.77	7.22	6.67	10.81	16.01	20.64	21.5	22.22	21.63	18.47	17.84	12.95
EOL Ventos de Campo Formoso II	9.77	7.22	6.67	10.81	16.01	20.63	21.49	22.21	21.62	18.47	17.83	12.95
EOL Ventos de Horizonte	6.43	6.78	5.42	4.44	5.12	6.22	6.77	8.63	9.95	9.11	10.04	8.26
EOL Ventos de Morrinhos	8.04	5.65	5.4	9.23	14.5	20.86	21.97	23.07	22.31	18.63	17.25	12.06
EOL Ventos de Primavera	8.02	8.45	6.68	4.43	5.63	6.81	8.16	11.78	13.38	12.53	13.51	11.71
EOL Ventos de Santa Adelaide	9.25	6.87	5.59	4.57	8.81	11.31	16.36	16.18	19.67	19.19	18.97	15.02
EOL Ventos de Santa Aurélia	9.46	6.87	6.42	10.61	16.1	21.85	22.71	23.66	23.27	19.42	18.29	13.17
EOL Ventos de Santa Celina	9.68	7.03	6.57	10.85	16.46	22.34	23.22	24.19	23.8	19.85	18.7	13.46
EOL Ventos de Santa Nina	13.03	7.79	5.15	7.26	10.77	15.62	18.29	20.93	21.85	21.46	21.27	18.83
EOL Ventos de Santa Rita	9.73	7.07	6.61	10.91	16.55	22.47	23.35	24.33	23.93	19.97	18.81	13.54
EOL Ventos de São Bartolomeu	9.37	6.96	5.66	4.63	8.92	11.45	16.56	16.38	19.92	19.43	19.21	15.21
EOL Ventos de São Bonifácio	9.21	6.84	5.56	4.55	8.77	11.26	16.28	16.1	19.58	19.1	18.88	14.95
EOL Ventos de São Januário	7.88	5.72	5.35	8.84	13.41	18.2	18.92	19.71	19.39	16.18	15.23	10.97
EOL Ventos de São Jerônimo	9.35	6.94	5.64	4.61	8.9	11.43	16.53	16.35	19.87	19.39	19.16	15.18
EOL Ventos de São Simão	9.86	7.16	6.69	11.05	16.77	22.77	23.66	24.65	24.25	20.23	19.05	13.72
EOL Ventos do Norte 1	15.68	16.09	12.52	8.99	9.41	10.96	13.59	21.32	24	22.52	23.74	19.99
EOL Ventos do Norte 10	14.78	15.17	11.8	8.47	8.87	10.33	12.81	20.09	22.62	21.23	22.38	18.84
EOL Ventos do Norte 2	16.13	16.55	12.87	9.24	9.68	11.27	13.98	21.92	24.68	23.16	24.42	20.56
EOL Ventos do Norte 3	15.69	16.1	12.52	8.99	9.42	10.96	13.6	21.32	24	22.53	23.75	19.99
EOL Ventos do Norte 4	15.79	16.21	12.61	9.05	9.48	11.04	13.69	21.47	24.17	22.68	23.91	20.13
EOL Ventos do Norte 5	15.77	16.18	12.58	9.03	9.46	11.02	13.67	21.43	24.12	22.64	23.87	20.1
EOL Ventos do Norte 6	15.52	15.92	12.39	8.89	9.32	10.85	13.45	21.09	23.75	22.29	23.5	19.78
EOL Ventos do Norte 7	15.32	15.72	12.23	8.78	9.19	10.71	13.28	20.82	23.44	22	23.2	19.53
EOL Ventos do Norte 8	14.97	15.36	11.95	8.57	8.98	10.46	12.97	20.34	22.9	21.49	22.66	19.08
EOL Ventos do Norte 9	14.77	15.16	11.79	8.46	8.86	10.32	12.8	20.08	22.6	21.21	22.36	18.83
EOL Ventos do Sertão	9.86	7.28	6.73	10.91	16.15	20.82	21.69	22.41	21.81	18.63	17.99	13.06
EOL Villa Sequeira	8.33	7.06	7.18	6.24	7.92	8.38	9.37	9.88	10.47	10.06	10.24	9.63

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 42, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º, e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.002196/2011-64, e considerando

a Portaria MME nº 258, de 28 de julho de 2008, que trata da metodologia de cálculo de garantia física para novos empreendimentos de geração de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN;

a Portaria MME nº 735, de 17 de agosto de 2010, que estabelece a metodologia para revisão dos montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas inflexíveis do SIN e dos Sistemas Isolados, com Custo Variável Unitário - CVU nulo, em decorrência de acréscimo da disponibilidade de combustível e/ou da capacidade de produção de energia elétrica; e

a Portaria MME nº 498, de 25 de agosto de 2011, que determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2011, com início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2016, a ser realizado em 20 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Definir os montantes da garantia física de energia dos empreendimentos de geração de energia elétrica com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2011, na forma dos Anexos I e II à presente Portaria.

§ 1º A garantia física de energia constante desta Portaria refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos I e II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de emergia definidos nesta Portaria terão validade a partir da entrada em operação comercial de cada empreendimento.

Art. 3º Para todos os efeitos, a garantia física dos empreendimentos constantes dos Anexos, que não tenham sido objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, perderá a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA PARA O LEILÃO DE ENERGIA NOVA A-5, DE 2011

Usina	UF	Combustível	Garantia Física de Energia (MWmed)	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)
UTE Caarapó	MS	Bagaço de Cana	31,7	114	100	1	0
UTE Companhia Energética Vale do São Simão	MG	Bagaço de Cana	29,8	95	95	5	0
UTE Conquista do Pontal	SP	Bagaço de Cana	34	110	88	8	0
UTE Iacanga	SP	Bagaço de Cana	22,5	39	100	3	0
UTE Ipaussu	SP	Bagaço de Cana	26,7	76	100	1	0
UTE LDC Santa Cruz	MS	Bagaço de Cana	26,2	80	94	3	0
UTE Mococa	SP	Bagaço de Cana	16,2	39,2	100	9,9	0
UTE Porto das Águas (II Fase)	GO	Bagaço de Cana	55,8	120	100	2	0
UTE São João	SP	Bagaço de Cana	33,8	80	96	3	0
UTE Univalem Bioenergia	SP	Bagaço de Cana	14,8	45	100	1	0
UTE Zanin	SP	Bagaço de Cana	21,5	76	100	1	0

ANEXO II

DISPONIBILIDADES MENSAIS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA PARA O LEILÃO DE ENERGIA NOVA A-5, DE 2011

Usina		DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA PARA AS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA (MWmed)											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
UTE Caarapó	2016	0	0	0	16,8	50,9	53,7	55,8	55,1	53,7	49,5	44,3	0
UTE Companhia Energética Vale do São Simão	2016	0	0	0	30,9	49,6	49,6	49,6	49,6	49,6	49,6	29,1	0
UTE Conquista do Pontal	2016	0	0	0	47,9	56,6	56,8	56,8	56,8	56,8	56,6	19,6	0
UTE Iacanga	2016	14	14	24,2	24,2	24,2	24,2	24,2	24,2	24,2	24,2	24,2	24,2
UTE Ipaussu	2016	0	0	0	14,4	43	45,1	46,7	46,2	45,1	42	38,1	0
UTE LDC Santa Cruz	2016	0	0	0	35	47	50	50	50	47	35	0	0
UTE Mococa	2016	0	0	0	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0
UTE Porto das Águas (II Fase)	2016	0	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9
UTE São João	2016	0	0	0	58	58	58	58	58	58	58	0	0
UTE Univalem Bioenergia	2016	0	0	0	8	23,9	25	25,9	25,6	25	23,3	21,1	0
UTE Zanin	2016	0	0	0	11,6	34,6	36,3	37,6	37,1	36,3	33,8	30,7	0

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 78, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 27 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 127, de 29 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, por igual período, desde que feitas as adequações nos planos de trabalho e apresentadas as justificativas, o prazo fixado para cumprimento da condição suspensiva previsto nos contratos de repasse firmados no exercício de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO FLORENCE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 99, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011(*)

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO PARÁ - SR(01), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto Nº 6.812 de 03 de abril de 2009, publicado no D.O.U. do mesmo dia, e de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial do dia 09 seguinte.

CONSIDERANDO a destinação do imóvel rural denominado ILHA ITABOCA, com área de 398,3337 ha, localizado no Município de Curralinho, no Estado do Pará.

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria de Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no DOU de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento sustentáveis.

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR-01/Nº 54100.011165/2011-79 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, no imóvel rural denominado ILHA ITABOCA, com área de 398,3337 ha, (trezentos e noventa e oito hectares trinta e três ares trinta e sete centiares), localizado no Município de Curralinho, no Estado do Pará, que prevê a criação de 16 (dezesseis) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE ILHA ITABOCA II, Código SIPRA PA0658000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

(*) Republicada por ter saído, no DOU Nº 230 de 1º-12-2011, Seção 1, pág. 116, com incorreções no original.

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 286, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 30/09/2011, 01/11/2011 e 17/11/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei Nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria Nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria Nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 30/09/2011, 01/11/2011 e 17/11/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto Nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei Nº 11.438 de 2006 e do Decreto Nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001427/2011-79
Proponente: Faculdade Unidas do Norte de Minas - FUNORTE
Título: Funorte Formando Atletas
Registro/ ME: 02MG052852009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 25.205.162/0001-97
Cidade: Montes Claro - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 2.020.636,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0104 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 76429-9
Período de Captação: da data de publicação até 30/10/2012.

2 - Processo: 58701.001830/2011-06
Proponente: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
Título: Taekwondo - Ferramentas Para a Aprendizagem
Registro/ ME: 02SP026072008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.745.680/0001-84
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.354.935,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3017 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 14336-7
Período de Captação: da data de publicação até 10/03/2012.

3 - Processo: 58701.001685/2011-55
Proponente: Arte, Vida e Esporte Sob Medida
Título: Alagoas em Forma
Registro/ ME: 02RJ025932008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.812.048/0001-55
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.541.528,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 18215-X
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

4 - Processo: 58701.001819/2011-38
Proponente: Associação Mineira de Desenvolvimento Humano
Título: Projeto SERF (Sistema Esportivo de Rendimento em Futebol)
Registro/ ME: 02MG050822009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.540.081/0001-76
Cidade: Nova Lima - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 692.232,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0750 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 84414-4
Período de Captação: da data de publicação até 11/11/2012.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.004153/2010-99
Proponente: ADD - Associação Desportiva para Deficientes
Título: ADD - Equipes de Basquete em Cadeira de Rodas
Valor aprovado para captação: R$ 1.561.929,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3567 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 29929-4
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012.

2 - Processo: 58701.004423/2010-61
Proponente: Arte, vida e Esporte Sob Medida
Valor aprovado para captação: R$ 10.177.800,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 17551-X
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

3 - Processo: 58701.004115/2010-36
Proponente: Associação Desportiva Ateneu Mansor
Valor aprovado para captação: R$ 623.938,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1510 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 26420-2
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União Nº 230, de 01 de dezembro de 2011, na Seção 1, página 123/124 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 284/2011, ANEXO I e II, onde se lê: Deliberação Nº 284, de 30 de novembro de 2011, leia-se: Deliberação Nº 285, de 30 de novembro de 2011.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 190, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/BA, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME Nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/BA, visando o apoio financeiro para "Implantação de 02 Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo" conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.
Órgão Executor: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/BA
Unidade Gestora: 158145 - Gestão: 26427- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/BA
Programa/Ação: 27.812.8028.4377.0001- Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional-Nacional.
Natureza de Despesa:
33.90.18 R$ 66.150,00 (Sessenta e seis mil, cento e cinquenta reais).
Fonte: 118
Valor Projeto: R$ 66.150,00 (Sessenta e seis mil, cento e cinquenta reais).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/BA, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 462, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e considerando o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011 e Portaria nº 301, de 23 de agosto de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Alterar os limites fixados por meio dos Anexos I e II da Portaria nº 362, de 13 de setembro de 2011, para empenho com diárias, passagens e despesas de locomoção em 2011, no âmbito das unidades diretamente subordinadas e vinculadas a este Ministério do Meio Ambiente, na forma dos anexos abaixo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

ANEXO I

	R$ 1,00
UNIDADES	LIMITE JAN/DEZ 2011
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA	33.035.047
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	3.950.724
Agência Nacional de Águas-ANA	407.229
TOTAL	37.393.000
Inclui as despesas relativas à subfunção 125, exceto créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.	

ANEXO II

	R$ 1,00
UNIDADES	LIMITE JAN/DEZ 2011
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	240.050
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	503.761
Secretaria de Biodiversidade e Florestas	558.644
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	670.343
Secretaria-Executiva	1.307.214
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	442.390
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	382.568
Serviço Florestal Brasileiro-SFB	741.856
Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA	168.988
Fundo Nacional de Mudanças do Clima-FNMC	350.000
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Rec. Nat. Renováveis-IBAMA	22.123.382
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	10.202.439
Agência Nacional de Águas-ANA	2.046.587
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro-JBRJ	218.778
TOTAL	39.957.000
Inclui as demais despesas, exceto a subfunção 125, créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 517, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, para compor quadro especial em extinção do Ministério dos Transportes - MT, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MT notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MT no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
208.814.954-68	ANTONIO FRANCISCO IRMAO	04599.510211/2004-66
818.286.757-68	CARLOS DOS SANTOS	04599.500874/2004-72
810.492.427-34	JOAO HENRIQUE DA COSTA	04599.504774/2004-15
360.744.895-72	JORGE CONCEICAO DA SILVA BATISTA	04599.500930/2004-79
292.839.224-68	JORGE JACINTO DOS SANTOS	04599.501942/2004-11
488.366.807-04	JORGE JOSE TAVARES	04599.502572/2004-39
566.823.527-00	JOSE ANTONIO FOLIGNO	04599.500880/2004-20
349.232.504-10	JOSE ULISSES DA SILVA	04599.501943/2004-65
145.048.804-82	MANOEL JOAQUIM DA SILVA	04599.501944/2004-18
931.972.257-91	MARCOS NASCIMENTO DE ALVARENGA	04599.501904/2004-68
823.474.847-53	WILSON DE AGUIAR CARVALHO	04599.500909/2004-73

PORTARIA Nº 518, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à EMBRAPA notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à EMBRAPA no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na EMBRAPA.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
115.794.631-34	ALAIDE MARIA DE SOUZA	04599.505228/2004-00
156.868.927-68	CARLOS FRANKLIN DA ROCHA FILHO	04599.505290/2004-93
025.680.985-20	EDUARDO JOSE GONCALVES DA SILVA	04599.505299/2004-02
022.784.644-34	EDVALDO MARCOLINO DA SILVA	04599.505300/2004-91
005.300.340-34	RAUL COLVARA ROSINHA	04599.505268/2004-43
035.893.075-87	RENILDO LIMA CONCEICAO	04599.505270/2004-12
027.340.387-73	RITA GOMES MARTINS DO NASCIMENTO	04599.505271/2004-67
029.474.634-04	SILVIO CLEMENTINO DA CRUZ	04599.505241/2004-51
198.701.757-91	WOLNEY DE OLIVEIRA BARBOSA	04599.501863/2004-18

PORTARIA Nº 519, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço, no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobrás Comércio Internacional - INTERBRAS, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
040.983.907-87	CARLOS AUGUSTO DE ARAUJO DORIA	03000.005832/2005-23
431.499.527-00	DENILSON VICENTE ALVES	04599.001643/2009-95
514.479.757-15	HERALDO ORATO SOUZA DA SILVA	03000.006056/2005-89
001.342.607-91	RONALD YOUNG	04599.001957/2009-98

PORTARIA Nº 520, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações do Rio de Janeiro S. A. - TELERJ, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
159.083.217-53	ADELIA CALDAS ROCHEDO	04599.522111/2004-82
393.919.227-91	ADEMIR PEREIRA DA SILVA	04599.521148/2004-93
218.852.577-91	AILTON DA SILVA BATISTA	04599.517057/2004-53
760.494.697-68	DECIO JOAO CASTRO PENNA	04599.522114/2004-16
021.707.447-20	JORGE DUARTE DA COSTA	04599.510205/2004-17
604.724.647-87	JOSE CARLOS SEVERINO DE LIMA	04599.522075/2004-57
422.004.237-72	JOSE ROMILDO ROCHA	04599.518056/2004-26
035.005.867-91	JURANDIR DE SANTANA	04597.008237/2004-69
368.669.707-68	RAIMUNDO MARIA GOUVEA DE SANTANA	04599.523034/2004-88
330.884.037-53	WILSON MENDES CAVALCANTE	04599.523047/2004-57

PORTARIA Nº 520, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da ELETROSUL - Centrais Elétricas S/A, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ELETROSUL notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ELETROSUL no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETROSUL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
628.856.189-49	EDIO AZEVEDO	04599.508964/2004-10
160.000.648-53	HELVECIO ANDREUCCI	04599.500154/2004-15
234.041.599-34	MARIA IVANIR DALL AGNOLO	04599.513541/2004-11

PORTARIA Nº 522, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à FIOCRUZ notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à FIOCRUZ no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na FIOCRUZ.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
787.471.207-20	ANDREIA RODRIGUEZ MARANHAO	04599.502433/2004-13
629.971.307-00	BERENICE SILVA DA COSTA	04599.502442/2004-04
974.238.157-72	CLAUDIA DO NASCIMENTO DONATO MACHADO	04599.502440/2004-15
018.007.007-09	EDINA GERTRUDES NUNES	04599.502435/2004-02
409.810.297-87	HELENA BARBIERI	04599.502445/2004-30
806.028.607-25	MAGALI SILVA	04599.502452/2004-31
717.183.467-00	MARIA DAJUDA AZEVEDO TITO	04599.502455/2004-75
468.158.564-53	MARLETE PEREIRA DA SILVA	04599.502454/2004-21
922.291.667-00	NEIVA OLIVEIRA DA SILVA	04599.502448/2004-73
754.884.347-04	ROSANGELA CONCEICAO ALVES	04599.513004/2004-63
549.214.907-59	SHIRLEY MOURA DA SILVA	04599.502451/2004-97
804.020.467-49	VIRGINIA DE SOUSA XAVIER	04599.502443/2004-41

PORTARIA Nº 523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Casa da Moeda do Brasil - CMB, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CMB notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CMB no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CMB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
721.951.007-10	NOILDE MARIA DA SILVA	04599.500474/2004-67
163.121.397-00	OSWALDO PERRONE LAGES	04500.011752/2009-62

PORTARIA Nº 524, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobras Mineração S/A - PETROMISA, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contado da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
000.796.697-00	GERONCIO CID MEIRA DE MELO E SILVA	04500.007121/2010-82
519.797.807-49	RICARDO LUIZ BARONTO FLORES	04500.009949/2009-31
765.823.537-72	TELMA MARIA MACHADO ARAUJO	48000.000218/2007-75

PORTARIA Nº 525, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações de Pernambuco S. A. - TELPE, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
084.957.264-91	ADELSON TAVARES DE MELO	04599.509022/2004-41
103.131.844-53	ADILSON FRANCISCO DA SILVA	04599.509020/2004-51
095.348.654-00	GEILZA SARAIVA DE MOURA	04599.509026/2004-29
075.456.734-68	LAURIMEIA DA SILVA GOUVEIA	04500.006960/2004-35
069.672.644-00	MARCOS JOSE DE VASCONCELOS	10480.001311/2004-26
134.979.284-53	MARIA DE LOURDES VERAS DE AMARAL	04500.006957/2004-11
082.333.654-91	MARLENE PINTO FERREIRA	04500.006952/2004-99
054.482.394-04	MOACIR BARBOSA DE SOUZA MONTEIRO	04500.006965/2004-68
150.233.544-15	WALDIR PEREIRA DOS SANTOS	04500.006967/2004-57

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 162, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar e ajustar, respectivamente, os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e o detalhamento constante do Anexo I da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.500	0	1.500
36000 Ministério da Saúde	0	423.797	423.797
TOTAL	1.500	423.797	425.297

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
20000 Presidência da República	3.179	0	3.179
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.910	63.549	65.459
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.500	1.400	2.900
26000 Ministério da Educação	5.540	16.542	22.082
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	600	600
30000 Ministério da Justiça	719	5.844	6.563
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.250	0	1.250
42000 Ministério da Cultura	11.550	2.150	13.700
44000 Ministério do Meio Ambiente	0	300	300
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	20.214	0	20.214
51000 Ministério do Esporte	1.435	34.905	36.340
52000 Ministério da Defesa	450	15.638	16.088
53000 Ministério da Integração Nacional	0	25.037	25.037
54000 Ministério do Turismo	10.500	71.408	81.908
56000 Ministério das Cidades	0	129.277	129.277
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	0	400	400
TOTAL	58.247	367.050	425.297

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 163, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I, II, III e IV da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000 Ministério da Educação	30.000	5.000	35.000
TOTAL	30.000	5.000	35.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000 Ministério da Educação	0	20.000	20.000
TOTAL	0	20.000	20.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000 Ministério da Educação	3.000	1.500	4.500
TOTAL	3.000	1.500	4.500

Fontes: 145, 179, 182, 282, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO IV DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000 Ministério da Educação	10.000	0	10.000
TOTAL	10.000	0	10.000

Fontes: 112, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000 Ministério da Educação	10.000	0	10.000
TOTAL	10.000	0	10.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO VI

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO IV DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000 Ministério da Educação	0	59.500	59.500
TOTAL	0	59.500	59.500

Fontes: 112, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA NORMATIVA Nº 3, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 (*)

Cria o Assentamento Funcional Digital - AFD e estabelece orientação aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Publica Federal - SIPEC, quanto aos procedimentos relativos à organização, digitalização e armazenamento dos assentamentos funcionais.

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do art. 35, do Anexo do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, no Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, no Decreto nº 4.915 de 12 de dezembro de 2003 e na Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, resolve:

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art.1º Esta Portaria Normativa tem o objetivo de criar o Assentamento Funcional Digital - AFD e orientar os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos procedimentos relativos à organização, digitalização e armazenamento dos assentamentos funcionais dos seus servidores, empregados públicos, contratados temporariamente, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, residentes médicos e multiprofissionais, e estagiários.

§1º O AFD visa agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos e entidades e de seus agentes, bem como definir os documentos necessários à composição do assentamento funcional físico e digital.

§2º O AFD é considerado documento arquivístico, e deverá, para todos os efeitos, serem observadas as orientações emanadas do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA.

§3º Os documentos que compõem o assentamento funcional físico, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa, serão utilizados para a constituição do AFD e deverão ser tratados de acordo com as orientações emanadas pelo Arquivo Nacional.

Art. 2º Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o processo de digitalização dos assentamentos funcionais, que deverá abranger todos os órgãos e entidades integrantes do SIPEC, conforme as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, aprovadas pela Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, do CONARQ.

Art. 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão contratará empresas, nos termos da legislação vigente, para prestação de serviços de preparação e digitalização dos documentos constantes nos assentamentos funcionais, que estejam sob a guarda dos órgãos e entidades do SIPEC, até o encerramento definitivo da respectiva Ordem de Serviço.

Seção II

DA ORGANIZAÇÃO E DA PRESERVAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS FÍSICOS

Art.4º Os órgãos e entidades deverão estabelecer procedimentos de preservação dos documentos constantes dos assentamentos funcionais.

§1º Os assentamentos funcionais devem ser armazenados em locais que apresentem condições físicas e ambientais apropriadas às suas necessidades de preservação, pelo prazo de guarda estabelecido na Tabela de Temporalidade e Destinação constantes da Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, do CONARQ.

§2º Os assentamentos funcionais deverão estar adequadamente identificados e controlados, para que a localização e a devolução ao local de depósito sejam realizadas de forma ágil e sem riscos de danos ou extravios.

§3º Os documentos deverão ser acondicionados em mobiliário e invólucros apropriados, que assegurem sua preservação e a escolha destes observará o formato e as dimensões do suporte.

Art.5º Constarão dos assentamentos funcionais os documentos descritos no Anexo desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Os assentamentos funcionais criados anteriormente à vigência desta Portaria que possuírem documentos distintos dos arrolados no Anexo, serão submetidos aos prazos de guarda e destinação determinados pela Resolução nº 14, de 2001, do CONARQ.

Art.6º Os documentos relacionados como obrigatórios no Anexo desta Portaria, constantes nos assentamentos funcionais, serão classificados conforme a Resolução nº 14, de 2001, do CONARQ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção III

DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL

Art.7º Os serviços de preparação e digitalização dos documentos constantes nos assentamentos funcionais serão executados nos locais disponibilizados pelas unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades integrantes do SIPEC.

Art. 8º O processo de implementação do AFD compreende as seguintes atividades:

I - Disponibilização de pastas funcionais;

II - Preparação dos documentos;

III - Digitalização dos documentos; e

IV - Fiscalização dos serviços.

§1º A disponibilização de pastas funcionais consiste nos procedimentos de Coleta, Recepção e Devolução de pastas envolvendo a unidade de recursos humanos e a contratada.

§2º A preparação dos documentos consiste nos procedimentos de Higienização, Recuperação, Organização e Classificação dos documentos bem como outras atividades que consistam na retirada de quaisquer outros elementos que prejudiquem o acesso do documento à digitalização, a ser realizada pela contratada.

§3º A digitalização de documentos consiste nos procedimentos de Captura de imagens, Registro de Índices Adicionais, Geração de Arquivos de Imagens, a ser realizada pela contratada.

§4º Os serviços de preparação e digitalização em relação ao legado de pastas funcionais e respectivos documentos existentes nas unidades de recursos humanos serão executados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por intermédio de empresa contratada para esse fim.

§5º A fiscalização consiste em garantir a qualidade dos serviços prestados, a segurança da informação e o perfeito cumprimento do Contrato.

Art. 9º Compete às unidades de recursos humanos disponibilizar às empresas contratadas, as dependências físicas reservadas e adequadas, dotadas de rede elétrica e lógica para a instalação de equipamentos, o acondicionamento dos documentos sob sua guarda, e a execução dos serviços.

Parágrafo único. A disponibilização de rede lógica observará os procedimentos referentes à segurança da informação do órgão ou entidade.

Art. 10. Compete às unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades disponibilizar as pastas funcionais, emitindo relação de pastas (romaneio) no Sistema de Gestão de Serviços - SGS, à empresa contratada para os serviços.

Parágrafo Único. A disponibilização de pastas funcionais deverá ser precedida de numeração sequencial, a lápis, de todas as folhas contidas na pasta funcional, contemplando todos os volumes, devendo nesse momento, serem retiradas folhas em branco.

Art.11. As pastas funcionais disponibilizadas bem como o total de folhas de cada pasta deverão ser registradas no SGS, com referência ao CPF e à matrícula SIAPE, para posterior verificação no mesmo Sistema, quando da devolução dos romaneios tratados pelas empresas contratadas para a digitalização.

§1º O SGS gerará a Identificação Única do romaneio com a respectiva listagem das pastas funcionais que o compõem.

§2º O romaneio, com as respectivas pastas, será encaminhado à contratada que procederá o recebimento físico, e no SGS.

§3º Os critérios de disponibilização e de periodicidade de encaminhamento das pastas funcionais selecionadas para a empresa contratada, serão definidos pelos órgãos e entidades, de acordo com sua capacidade de preparação dos romaneios.

Art. 12. As pastas recebidas pela Contratada deverão ser tratadas segundo as atividades de preparação e digitalização dos documentos disciplinadas nesta Portaria Normativa.

Art. 13. A Contratada realizará as atividades de preparação e digitalização dos documentos constantes das pastas funcionais, os quais serão selecionados de acordo com o Anexo desta Portaria Normativa.

§1º Em caso de documentos idênticos duplicados, apenas um será considerado para digitalização, a duplicata será mantida na pasta funcional.

§2º Os documentos que forem retirados de sua ordem original para o processo de digitalização deverão ser repostos na mesma posição que se encontravam anteriormente nas pastas funcionais.

Art. 14. Os documentos constantes das pastas funcionais que não estiverem relacionados no Anexo desta Portaria Normativa serão mantidos nas pastas, observando-se as normas do CONARQ.

Parágrafo Único. Os documentos a que se refere o caput serão objeto de tratamento na etapa de manutenção pela unidade de recursos humanos, que providenciará sua obtenção, devendo ser digitalizado e arquivado no AFD.

Art. 15. Ao final da realização de todos os processos pela Contratada, em cada romaneio, caberá aos servidores, formalmente designados pelas unidades de recursos humanos, as atividades de fiscalização dos serviços prestados, com a utilização do SGS.

Parágrafo Único. A fiscalização de serviços será objeto de orientação em ato específico a ser expedido pela Secretaria de Recursos Humanos.

Seção IV

CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL

Art. 16. O AFD possuirá, para acesso e disponibilização, o formato Portable Document Format - PDF/A, pesquisável, bitonal ou em tons de cinza para documentos em preto e branco, e colorido para documentos em cores, com resolução mínima de 300 dpi, escala 1x1, contemplando o reconhecimento de caracteres de texto nas imagens (OCR).

Art. 17. Serão gerados no processo de digitalização dos documentos selecionados, arquivos digitais master em formato PNG.

Art. 18. O AFD possuirá formato que possibilite agregar posteriormente outros documentos digitalizados nos termos da Seção V.

Art. 19. Os arquivos de acesso serão gerados a partir do arquivo digital master assinados eletronicamente com Certificação Digital ICP - Brasil.

Art. 20. O AFD será o meio preferencial de consulta ao histórico funcional a ser utilizado pelos órgãos e entidades e será armazenado somente no Repositório Central de Arquivos.

Seção V

DA MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS DO AFD

Art. 21. Compete às unidades de recursos humanos manter atualizado o AFD com a inserção de novos documentos em formato digital, assinados eletronicamente, e por meio de inclusão de dados em sistema informatizado disponibilizado para tal fim.

§1º A atividade de manutenção terá início paralelamente ao início dos serviços da contratada para cada pasta funcional inclusa no AFD, de forma que documentos produzidos nesse período possam ser incluídos no AFD evitando-se dessa forma o acúmulo de material a arquivar.

§2º As cópias digitais para inclusão no AFD deverão ser geradas, preferencialmente, a partir de documentos originais.

Art. 22. Para fins do atendimento do disposto no artigo anterior, os órgãos e entidades deverão possuir, ou adquirir equipamentos de digitalização compatíveis com a produção diária de documentos na unidade de recursos humanos, observadas as recomendações contidas na Resolução nº 31, de 2010, do CONARQ.

Art. 23. Para a manutenção do AFD os servidores e os empregados públicos das unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades serão capacitados pela empresa contratada, acerca de todo o processo de trabalho.

Parágrafo Único. A capacitação será realizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início dos serviços da contratada na unidade de recursos humanos, de forma que seja possível a manutenção das pastas incluídas no AFD, evitando-se o acúmulo de material a digitalizar.

Seção VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As unidades de recursos humanos que já tenham feito a digitalização dos documentos dos assentamentos funcionais deverão disponibilizar os arquivos digitais produzidos à Contratada para análise das imagens, registro de metadados e verificação se atendem aos requisitos mínimos necessários.

Parágrafo Único. As unidades de recursos humanos que tenham contrato de digitalização em andamento deverão adequar os procedimentos a este normativo, de forma que as imagens geradas possam ser aproveitadas no AFD, assim que encerrado o contrato.

Art. 25. Os casos omissos referentes à atuação dos órgãos e entidades quanto ao AFD serão dirimidos pelo Departamento de Administração de Sistemas de Informação de Recursos Humanos - DESIS/SRH.

Art. 26. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

DUVANIER PAIVA FERREIRA

ANEXO

Anexo da Portaria de Normatização do AFD - RJU

Função		Processos	Documentos	Exemplo
1 Provisão da Força de Trabalho	**1.1**	**Ingresso do Servidor**		
	1.1.1	**Nomeação, posse, exercício**	**Processo de admissão com os seguintes documentos obrigatórios:Portaria de nomeaçãoTermo de posse Procuração específica para posse Documento de entrada em exercícioAtestado de capacidade física e mentalDeclaração de idoneidadeOutros documentos exigidos em edital**	**Processo Completo ou Documentos elencados separadamente.**
	1.2	**Registros Funcionais**	**Ficha cadastralCarteira de identidadeCadastro de pessoa física - CPFTítulo de Eleitor Comprovante de votação/quitação eleitoral Comprovante de quitação de serviço militarRegistro profissional (conselhos) Certidões de cartórios (nascimento, casamento, óbito, dependentes econômicos)Declaração de ausente Certidão de morte presumidaDeclaração de acumulação de cargosDeclaração de união estávelComprovante de dados bancários (banco, agencia e conta corrente) Comprovante de escolaridadeDeclaração de imposto de rendaPIS ou PASEPTermo de compromisso de uso de senhas Declaração de bens e valores Comprovante de residência (1)Contrato de trabalhoDeclaração de acumulação de emprego públicoDeclaração de empregador público constando local, dias e horários de trabalhoDeclaração de não acumulação de emprego públicoDeclaração de exoneração de emprego públic Protocolo de solicitação de exoneração de emprego público - lei 8.112/90Declaração Homoafetiva Declaração de não acumulação de emprego público**	**1 . Comprovação de Residência: Declaração de próprio punho DECRETO Nº 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979 Boletos de cobrança de serviços,Contas de água, energia, gás, telefoneContrato de Locação 2 . Ofícios, memorandos, telegramas, notas**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			Licença de acompanhamento por motivo de doença em pessoa da família Ficha financeira Portaria de autorização para casamento com estrangeiro(SEB) Atos de elogio(2) Portaria de credencial de segurança(SEB) Ato concessório de Agrémet(SEB) Autorização de exequatur	
2 Desenvolvimento de pessoas / competências (DECRETO Nº 5.707/2006	2.1	Treinamento e aperfeiçoamento	Diplomas Certificados de conclusão Portarias participação de grupos de estudos Declarações de instituições de ensino.	Mestrado; doutorado; pós-doutorado, especialização e estágios (promovidos pela instituição e por outras instituições). Cursos presenciais e à distância (promovidos pela instituição e por outras instituições no Brasil e no Exterior). Aprendizagem em serviço, oficinas de trabalho e estudo. Grupos formais de estudo. Intercâmbios. Missões e visitas técnicas. Seminários e congressos.
3 Compensação de R.H.	3.1	Adicionais		
	3.1.1	Atividades Penosas	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão	
	3.1.2	Insalubridade	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão Laudo pericial	
	3.1.3	Periculosidade	Ato de concessão Laudo pericial Portaria de localização Portaria de lotação	
	3.1.4	Raio X ou Substancia Radioativas	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.1.5	Irradiação Ionizantes	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.1.6	Tempo de Serviço - Anuênio Biênio/Bienal Quinquenio	Ato concessório de ATS	Portaria Boletim de publicação Despacho concessório
	3.2	Obrigações judiciais		
	3.2.1	Cumprimento de Decisões Judiciais	Mandato de intimação Notificações Citação Lista de beneficiários Cópia das decisões, sentenças e acórdãos Cópia do parecer do orgão jurídico Cópia da certidão de trânsito em julgado	
4 Avaliação de Desempenho	4.1	Estágio Probatório	Portaria de exoneração Portaria de homologação	
	4.2	Promoção e Progressão Funcional	Portaria de concessão	
	4.3	Gratificações		
	4.3.1	Gratificações de Desempenho	Formulário de avaliaçãoAto de concessão	
	4.3.2	Gratificações de Titulação	Portaria de concessão de Titulação e/ou Processo de Titulação	
	4.3.3	Gratificações de Qualificação	Portaria de concessão de gratificação de qualificação	
5 Evolução Funcional	5.1	Cargo Público		
	5.1.2	Disponibilidade	Portaria de disponibilidade	
	5.1.3	Aproveitamento	Portaria de aproveitamento	
	5.1.4	Jornada de trabalho reduzida com Remuneração proporcional	Portaria de jornada de trabalho	
	5.1.5	Alteração de Regime de Trabalho	Portaria de regime de trabalho	
	5.1.6	Readaptação	Portaria de readaptaçãoAtestados de capacidade	
	5.1.7	Recondução	Portaria de recondução	
	5.1.8	Reversão de Aposentadoria	Portaria de reversão de aposentadoria	
	5.1.9	Reintegração	Portaria de reintegração	
	5.2	Controle de Frequência		
	5.2.1	Horário especial de servidor portador de deficiência	Portaria de autorização de horário especial, laudo pericial	
	5.2.2	Horário especial ao servidor estudante	Portaria de autorização de horário especial	
	5.3	Movimentação de Pessoal		
	5.3.1	Exercício provisório	Portaria de exercício provisório	
	5.3.2	Exercício de carreira descentralizada	Portaria de cessão Portaria de alteração de exercicio	
	5.3.3	Lotação e exercício	Portaria de lotação Memorando colocando servidor à disposição	
	5.3.4	Remoção	Portaria de remoçãoLaudo pericial se for por motivo de doença	
	5.3.5	Cessão	Portaria de cessãoOfício de apresentação de cedidoOfício de retorno de cedido	
	5.3.6	Requisição	Portaria de requisiçãoOfício de apresentação de requisitadoOfício de retorno de requisitado	
	5.3.7	Transferência de Diplomata	Portaria de transferência(SEB) Decreto de transferência(SEB)	
	5.4	Licença e Afastamentos		
	5.4.1	Afastamento para Estudos ou Missão no Exterior	Portaria de autorização do afastamento	
	5.4.2	Afastamento para exercício de mandato eletivo	Portaria de autorização de afastamento Diploma de elegibilidade;	
	5.4.3	Afastamento para participação em programas de pós-graduação	Portaria de autorização do afastamento	
	5.4.4	Afastamento preventivo em processo administrativo disciplinar	Portaria de afastamento preventivo	
	5.4.5	Licença para Atividade Política	Portaria de licença para atividade política	
	5.4.6	Licença à gestante	atestado médico certidão de nascimento de filho certidão de natimorto Laudo médico	
	5.4.7	Licença à adotante	Ato concessório da licença adotante	
	5.4.8	Licença Incentivada sem Remuneração	Ato concessório da licença insentivada	Portaria Boletim de publicação Despacho concessório
	5.4.9	Licença para Capacitação	Portaria de concessão de licença para capacitação	
	5.4.10	Licença para desempenho de mandato classista	Portaria de concessão de licença para exercer mandato classista	
	5.4.11	Licença para o Serviço Militar	Portaria de licença para serviço militar	
	5.4.12	Licença para tratar interesse particular	Portaria de concessão de licença sem vencimentosPortaria de prorrogação de licença sem vencimentos Portaria de interrupção de licença sem vencimentos	
	5.4.13	Licença paternidade	Certidão de nascimento de filhoAto administrativo	
	5.4.14	Licença por Acidente em Serviço	Comunicação de acidente em serviço - CAS Laudo pericial	
	5.4.15	Licença por motivo de doença em pessoa da família	Ato de concessão	
	5.4.16	Licença Prêmio	Ato de concessão de licença prêmio	Portaria, memorando
	5.4.17	Licença para Tratamento de Saúde	Atestado médico ou odontológico; Laudo pericial	
	5.4.18	Licença por afastamento do cônjuge / companheiro	Portaria de concessão de licençaPortaria de término da licença	
	5.4.19	Licença Extraordinária	Portaria de concessão de licença	
	5.4.20	Afastamento para CAE	Portaria de autorização	
	5.5	Cargo em comissão, função gratificada, consulado e vice-consulado		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	5.5.1	Nomeação, posse, exercício e exoneração	Portaria de nomeação para exercício de CC. Portaria de designação para exercício de FG.Termo de posse em CC Documento de entrada em exercício no CC ou FG Portaria de exoneração do CC Portaria de dispensa da FG Portaria de concessão de título(SEB) Portaria de dispensa de título(SEB) Decreto de nomeação	
	5.5.2	Designação e dispensa de substituto eventual	Portaria de designação de substituto	
	5.5.3	Concessão, revisão e correlação de quintos, décimos e vantagem pessoal	Ato concessório da vantagem pessoal	Despacho, portaria, ofício, memorando
	5.6	Regime Disciplinar		Despacho, portaria.
	5.6.1	Processo Administrativo Disciplinar	Ato conclusivo do PAD	
	5.6.2	Processo de Sindicância	Ato conclusivo da sindicância	Despacho, portaria.
	5.7	Vacância de Cargo		
	5.7.1	Exoneração	Portaria de exoneração	
	5.7.2	Demissão	Portaria de demissão	
	5.7.3	Aposentadoria	Portaria de aposentadoriaProcesso completo	
	5.7.4	Posse em outro cargo inacumulável	Portaria de vacância	
	5.7.5	Falecimento	Certidão de óbito	
6 Seguridade Social	6.1	Saúde Ocupacional		
	6.1.1	Exames de investidura/admissional	Conclusão da avaliação de aptidão física e mental	
	6.1.2	Exames Periódicos	ASOTermo de recusa	
	6.1.3	Licenças médica até 5 dias	Atestado médico	
	6.1.4	Recepção de atestados médicos e odontológico	Atestado médico ou odontológico	
	6.1.5	Junta Médica Oficial	Laudo médico ou odontológicoParecer Processo	
	6.1.6	Perícia Oficial em Saúde	Laudo médico ou odontológicoParecer Processo	
	6.2	Aposentadoria		
	6.2.1	Concessão, alteração, revisão ou cancelamento	Processo de concessão de aposentadoria Processo de alteração de aposentadoriaProcesso de revisão de aposentadoriaProcesso de cancelamento de aposentadoria	
	6.2.2	Concessão de Abono de Permanência	Portaria de abono de permanência	
	6.2.3	Averbação de tempo de serviço	Certidão de tempo de serviço/contribuição	
	6.3	Pensão Civil		
	6.3.1	Concessão, alteração, revisão ou cancelamento	Processo de concessão de pensão civilProcesso de alteração de pensão civilProcesso de revisão de pensão civilProcesso de cancelamento de pensão civil	
	6.3.2	Pensão civil judicial	Processo de concessão de pensão judicial	
	6.3.3	Pensão especial - graciosa	Processo de concessão de pensão graciosa	
	6.3.4	Pensão especial - indenizatória	Processo de concessão de pensão indenizatória	
	6.4	Benefício da Seguridade Social		
	6.4.1	Auxílio-Reclusão	Ato concessório de auxílio reclusão	

Anexo da Portaria de Normatização do AFD - CLT

Função		Processos	Documentos	Exemplo
1 Provisão da Força de Trabalho	1.1	Admissão do Emprego		
	1.1.1	Contratação	Contrato de trabalhoAtestado de capacidade física e mental ASOOutros documentos exigidos em edital	
	1.1.2	Registros Funcionais	Carteira de trabalho Ficha cadastralCarteira de identidadeCadastro de pessoa física - CPF Título de Eleitor Comprovante de votação/quitação eleitoralComprovante de quitação de serviço militarRegistro profissional (conselhos) Autorização para acesso à DIRCertidões de cartórios (nascimento, casamento, óbito, dependentes econômicos)Declaração de ausencia Declaração de morte presumidaDeclaração de acumulação ou não de cargos, empregos e função públicaDeclaração de união estável Comprovante de dados bancários (banco, agencia e conta corrente)Comprovante de escolaridadePIS ou PASEP Termo de compromisso de uso de senhasComprovante de residência (1)Declaração de empregador público constando local, dias e horários de trabalho Comprovante de recisão de contrato de trabalhoProtocolo de solicitação de exoneração de cargo público - lei 8.112/90Declaração homoafetivaCartão de vacinação (Dependentes)	1. Comprovação de Residência: Declaração de próprio punho DECRETO Nº 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979Boletos de cobrança de serviços Contas de água, energia, gás, telefone Contrato de Locação
2 Desenvolvimento de pessoas / competências	2.1	Treinamento e aperfeiçoamento	Diplomas, Certificados, Declarações	Mestrado; doutorado; pós-doutorado, especialização e estágios (promovidos pela instituição e por outras instituições). Cursos presenciais e à distância (promovidos pela instituição e por outras instituições no Brasil e no Exterior). Aprendizagem em serviço, oficinas de trabalho e estudo. Grupos formais de estudo. Intercâmbios. Missões e visitas técnicas. Seminários e congressos.
3 Compensação de R.H.	3.1	Adicionais		
	3.1.1	Atividades Penosas	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão	
	3.1.2	Insalubridade	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão Laudo pericial	
	3.1.3	Periculosidade	Ato de concessão Laudo pericialPortaria de localização Portaria de lotação	
	3.1.4	Raio X ou Substancia Radioativas	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.1.5	Irradiação Ionizantes	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	?
	3.1.6	Tempo de Serviço - Anuênio	Anotação na carteira de trabalho	
	3.2	Obrigações judiciais		
	3.2.1	Cumprimento de Decisões Judiciais	Mandato de intimaçãoNotificaçõesCitaçãoLista de beneficiários Cópia das decisões, sentenças e acórdãosCópia do parecer do orgão jurídicoCópia da certidão de trânsito em julgado	
	3.3	Adicional para portador de neoplasia maligna	Laudo medico pericial	
4 Avaliação de Desempenho	4.1	Período de experiência	Fichas de avaliação	
	4.2	Promoção/Ascensão	Cópia da anotação na carteira	
	4.3	Gratificações		
	4.3.1	Gratificações de Desempenho		
	4.3.2	Gratificações de Titulação	Diploma	
	4.3.3	Gratificações de Qualificação	Processo de qualificação	
5 Evolução Funcional	5.1	Emprego público		
	5.1.1	Alteração de Jornada de trabalho	Aditivo do contrato de trabalho	Aumento ou redução de jornada com efeito financeiro
	5.1.2	Readaptação	Ato de concessão da readaptação	Processo ou portaria
	5.1.3	Cancelamento de Aposentadoria Previdenciária	Documento do INSS comunicando o cancelamento da aposentadoria	
	5.1.4	Reintegração	Dossie da decisão judicial	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	5.2	Controle de Frequência		
	5.2.1	Horário especial de empregado portador de deficiência	Laudo médico	
	5.2.2	Horário especial ao empregado estudante	Declaração da Instituição de Ensino	
	5.3	Movimentação de Pessoal		
	5.3.1	Lotação e exercício	Ato de lotação	PortariaComunicação Interna
	5.3.2	Cessão	Portaria de cessãoOfício de apresentaçãoOfício de retorno	
	5.3.3	Requisição	Portaria de requisiçãoOfício de apresentaçãoOfício de retorno	
	5.4	Licença e Afastamentos		
	5.4.1	Afastamento para Estudos ou Missão no Exterior	Portaria de autorização do afastamento	
	5.4.2	Afastamento para exercício de mandato eletivo	Ato de concessão do mandato eletivo	Portaria; Parecer, Despacho
	5.4.3	Afastamento para participação em programas de pós-graduação	Ato de concessão do afastamento para pós-graduação	Portaria; Parecer, Despacho
	5.4.4	Afastamento para apuração de falta grave	Comprovante da Suspensão do contrato de trabalho	Ofício de retorno
	5.4.5	Licença para Atividade Política	Ato de concessão do afastamento para atividade política	Portaria; Parecer, Despacho
	5.4.6	Licença à gestante	atestado médico; certidão de nascimento de filho; Certidão de natimorto	
	5.4.7	Licença à adotante	Ato administrativo concessório da licença adotante	Termo de guarda judicial
	5.4.8	Licença Incentivada sem Remuneração	Portaria autorizando licença incentivada	
	5.4.9	Licença para desempenho de mandato classista	Ata de nomeação e posse para mandato classista	
	5.4.10	Licença para o Serviço Militar	Ato de concessão do afastamento para serviço militar	Portaria; Parecer, Despacho, anotação de carteira profissional
	5.4.11	Licença para tratar interesse particular	Ato de concessão do afastamento	Portaria; Parecer, Despacho, anotação de carteira profissional
	5.4.12	Licença paternidade	Certidão de nascimento	
	5.4.13	Licença por Acidente em Trabalho	laudo médico	
	5.4.14	Licença Prêmio	Fomulário	
	5.5	Cargo em comissão, função gratificada		
	5.5.1	Nomeação, posse, exercício e exoneração	Portaria de nomeação em CC Portaria de designação de FG Termo de posse e exercício Portaria de exoneração em CC Portaria de dispensa de FG	
	5.5.2	Designação e dispensa de substituto eventual	Portaria de designação de substituto Portaria de dispensa de substituto	
	5.6	Regime Disciplinar		
	5.6.1	Processo Administrativo Disciplinar	Ato de conclusão da apuração	Parecer, despacho
	5.6.2	Processo de Sindicância	Ato de conclusão da apuração	Parecer, despacho
	5.7	Vacância de Cargo		
	5.7.1	Exoneração	Portaria de exoneração	
	5.7.2	Demissão	Rescisão contratual	
	5.7.3	Aposentadoria Previdenciária por Invalidez	Compravante da suspensão do contrato de trabalho	
	5.7.4	Aposentadoria Voluntária	Carta de concessão do INSS	
	5.7.5	Falecimento	Rescisão contratual Certidão de óbito	
6 Seguridade Social	6.1	Saúde Ocupacional		
	6.1.1	Exames admicionais	ASO	
	6.1.2	Exames Demissional	ASO	
	6.1.3	Exames Periódicos	ASO	
	6.1.4	Auxílio-Reclusão	Ato concessório do auxílio reclusão	

Anexo da Portaria de Normatização do AFD - Contrato Temporário

Função		Processos	Documentos	Exemplo
1 Provisão da Força de Trabalho	1.1	Ingresso do Contratado Temporáriamente		
	1.1.1	Contratação	Processo de admissão com os seguintes documentos obrigatórios:Contrato e Termos AditivosDocumento de entrada em exercício Atestado de capacidade física e mentalDeclaração de idoneidadeOutros documentos exigidos em edital	
	1.1.2	Registros Funcionais	Ficha cadastralCarteira de identidadeCadastro de pessoa física - CPFTítulo de Eleitor Comprovante de votação/quitação eleitoralComprovante de quitação de serviço militarRegistro profissional (conselhos)Autorização para acesso à DIR Certidões de cartórios (nascimento, casamento, óbito, dependentes econômicos)Declaração de ausenteCertidão de morte presumidaDeclaração de acumulação de cargos Declaração de união estávelComprovante de dados bancários (banco, agencia e conta corrente)Comprovante de escolaridadePIS ou PASEP Termo de compromisso de uso de senhasComprovante de residência (1)Declaração de acumulação de cargo,emprego público ou funçãoDeclaração de empregador público constando local, dias e horários de trabalho Declaração de exoneração de cargo, emprego público ou funçãoProtocolo de solicitação de exoneração/dispensa de cargo ou emprego públicoDeclaração Homoafetiva	1. Comprovação de Residência: Declaração de próprio punho DECRETO Nº 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979 Boletos de cobrança de serviçosContas de água, energia, gás, telefoneContrato de Locação
2 Desenvolvimento de pessoas / competências	2.1	Treinamento e aperfeiçoamento	Certificados de participação	Aprendizagem em serviço, oficinas de trabalho e estudo. Grupos formais de estudo. Intercâmbios. Missões e visitas técnicas. Seminários e congressos.
3 Compensação de R.H.	3.1	Adicionais		
	3.1.1	Atividades Penosas	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão	
	3.1.2	Insalubridade	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão Laudo pericial	
	3.1.3	Periculosidade	Portaria de concessão de periculosidade Laudo pericial Portaria de localização Portaria de lotação	
	3.1.4	Raio X ou Substancia Radioativas	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.1.5	Irradiação Ionizantes	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.2	Benefícios		
	3.2.1	Assitência pré-escolar	Requerimento	
	3.2.2	Auxílio transporte	Requerimento	
	3.3	Obrigações judiciais		
	3.3.1	Cumprimento de Decisões Judiciais	Mandato de intimaçãoNotificaçõesCitação Lista de beneficiáriosCópia das decisões, sentenças e acórdãosCópia do parecer do orgão jurídicoCópia da certidão de trânsito em julgado	
4 Evolução Funcional	4.1	Contrato Temporário da União		
	4.2	Controle de Frequência		
	4.3	Movimentação de Pessoal		
	4.3.1	Lotação e exercício	Memorando	
	4.4	Licença e Afastamentos		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	4.4.1	Licença maternidade	atestado médico; certidão de nascimento de filho; Certidão de natimorto	
	4.4.2	Licença à adotante	Ato concessório	
	4.4.3	Licença paternidade	Certidão de nascimento de filho	
	4.4.4	Licença por Acidente em Serviço	Comunicação de acidente em trabalho	
	4.4.5	Licença para Tratamento de Saúde	Atestado médico, ou carta de concessão do benefício - INSS	
	4.5	Regime Disciplinar		
	4.5.1	Processo de Sindicância	Ato de imposição da penalidade	
	4.6	Extinção de Contrato Temporário		
	4.6.1	Rescisão	Ato de Rescisão contratual	Portaria
	4.6.2	Extinção do Contrato Temporário	Portaria de extinção de contrato	
5..Seguridade Social	5.1	Saúde Ocupacional		
	5.1.1	Exames admicionais	Conclusão do exame pericial	
	5.1.2	Exames Periódicos	Conclusão do exameTermo de recusa	
	5.1.3	Homologação de licenças médicas	Memorando ou ofício da unidade pericial	
	5.1.4	Perícia Oficial em Saúde	Conclusão de exame pericialParecer Processo	

Anexo da Portaria de Normatização do AFD - Sem Vínculo

Função		Processos	Documentos	Exemplo
1 Provisão da Força de Trabalho	1.1	Ingresso do Servidor		
	1.1.1	Registros Funcionais	Ficha cadastralCarteira de identidadeCadastro de pessoa física - CPFTítulo de Eleitor Comprovante de votação/quitação eleitoralComprovante de quitação de serviço militarCertidões de cartórios (nascimento, casamento, óbito, dependentes econômicos) Declaração de ausenteCertidão de morte presumidaDeclaração de acumulação de cargosDeclaração de união estável/o união homoafetiva Comprovante de dados bancários (banco, agencia e conta corrente)Comprovante de escolaridadeAutorização para acesso à DIR PIS ou PASEPTermo de compromisso de uso de senhasComprovante de residência- Declaração de acumulação de emprego público Declaração de empregador público constando local, dias e horários de trabalhoDeclaração de não acumulação de emprego públicoDeclaração de exoneração de emprego público Protocolo de solicitação de exoneração de emprego público - lei 8.112/90 Relação de parentesco DEC 7203/2010	1. Comprovação de Residência: Declaração de próprio punho DECRETO Nº 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979Boletos de cobrança de serviços Contas de água, energia, gás, telefoneContrato de Locação
2 Desenvolvimento de pessoas / competências	2.1	Treinamento e aperfeiçoamento	Diplomas, Certificados, Portaria de grupo formal de estudo, Declarações	Mestrado; doutorado; pós-doutorado, especialização e estágios (promovidos pela instituição e por outras instituições). Cursos presenciais e à distância (promovidos pela instituição e por outras instituições no Brasil e no Exterior). Aprendizagem em serviço, oficinas de trabalho e estudo. Grupos formais de estudo. Intercâmbios. Missões e visitas técnicas. Seminários e congressos.
3 Compensação de R.H.	3.1	Adicionais		
	3.1.1	Atividades Penosas	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão	
	3.1.2	Insalubridade	Portaria de localização ou Portaria de lotação Portaria de concessão Laudo pericial	
	3.1.3	Periculosidade	Ato de concessão Laudo pericial Portaria de localização Portaria de lotação	
	3.1.4	Raio X ou Substancia Radioativas	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.1.5	Irradiação Ionizantes	Portaria de concessão Laudo técnico de atividade profissional	
	3.2	Obrigações judiciais		
	3.2.1	Cumprimento de Decisões Judiciais	Mandato de intimaçãoNotificaçõesCitação Lista de beneficiáriosCópia das decisões, sentenças e acórdãosCópia do parecer do orgão jurídicoCópia da certidão de trânsito em julgado	
4 Evolução Funcional	4.1	Movimentação de Pessoal		
	4.1.1	Lotação e exercício	Memorando	
	4.2	Licença e Afastamentos		
	4.2.1	Afastamento para Estudos ou Missão no Exterior	Portaria de autorização do afastamento	
	4.2.2	Afastamento para participação em programas de pós-graduação	Portaria de autorização do afastamento;	
	4.2.3	Afastamento preventivo em processo administrativo disciplinar	Portaria de afastamento	
	4.2.4	Licença à maternidade	atestado médico; certidão de nascimento de filho; Certidão de natimorto, Carta de concessão do benefício do INSS	
	4.2.5	Licença paternidade	Certidão de nascimento de filhoAto administrativo, Carta de concessão do benefício	
	4.2.6	Licença por Acidente Trabalho	Comunicação de acidente em trabalho, Carta de concessão do benefício do INSS	
	4.6.7	Licença por motivo de doença em pessoa da família	Ato de concessão	
	4.2.8	Licença para Tratamento de Saúde	Atestado médico; Pericia, Carta de concessão do auxílio doença do INSS	
	4.3	Cargo em comissão, função gratificada		
	4.3.1	Nomeação, posse, exercício e exoneração	Portarias de nomeação CC Portarias de designação FG Decreto de nomeação CCTermo de posse em CCDocumento de entrada em exercício	
	4.3.2	Designação e dispensa de substituto eventual	Portarias designação de substituto	
	4.4	Regime Disciplinar		
	4.4.1	Processo Administrativo Disciplinar	Ato de imposição da penalidade	
	4.4.2	Processo de Sindicância	Ato de imposição da penalidade	
	4.5	Vacância de Cargo		
	4.5.1	Exoneração/Dispensa	Portaria de exoneração CC Portaria de dispensa FG	
	4.4.2	Destituição	Portaria de destituição CC	
	4.4.3	Falecimento	Portaria de vacância CC	
5 Seguridade Social	5.1	Saúde Ocupacional		
	5.1.1	Exames admicionais	Conclusão do exame pericial	
	5.1.2	Exames Periódicos	Conclusão do exameTermo de recusa	
	5.1.3	Licenças médica até 15 dias	Atestado médico	
	5.1.4	Homologação de licenças médicas	Memorando ou ofício da unidade pericial	
	5.1.5	Junta Médica Oficial	Conclusão de exame pericialParecer Processo	
	5.1.6	Perícia Oficial em Saúde	Conclusão de exame pericialParecer Processo	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Anexo da Portaria de Normatização do AFD - Residência Médica				
Função		**Processos**	**Documentos**	**Exemplo**
1 Provisão da Força de Trabalho	1.1	Ingresso do Residente		
	1.1.1	Contratação	Processo de admissão com os seguintes documentos obrigatórios:Contrato e Termos Aditivos-Documento de entrada em exercícioAtestado de capacidade física e mental (analisar)Outros documentos exigidos em edital	
	1.1.2	Registros Funcionais	Ficha cadastralCarteira de identidadeCadastro de pessoa física - CPFTítulo de Eleitor Comprovante de votação/quitação eleitoralComprovante de quitação de serviço militarRegistro profissional (conselhos)Autorização para acesso à DIR Certidões de cartórios (nascimento, casamento, óbito, dependentes econômicos)Declaração de ausenteCertidão de morte presumidaDeclaração de união estável/Declaração Homoafetiva Comprovante de dados bancários (banco, agencia e conta corrente)Comprovante de escolaridadePIS ou PASEPTermo de compromisso de uso de senhas Comprovante de residência(1)Declaração de acumulação de cargo,emprego público ou função-Declaração de empregador público constando local, dias e horários de trabalhoDeclaração de exoneração de cargo, emprego público ou função Protocolo de solicitação de exoneração/dispensa de cargo ou emprego públicoSegunda via do certificado de conclusão do programa de residência	1. Comprovação de Residência: Declaração de próprio punho DECRETO Nº 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979 Boletos de cobrança de serviçosContas de água, energia, gás, telefoneContrato de Locação
2 Compensação de R.H.	2.1	Obrigações judiciais		
	2.1.1	Cumprimento de Decisões Judiciais	Mandato de intimaçãoNotificaçõesCitaçãoLista de beneficiários Cópia das decisões, sentenças e acórdãosCópia do parecer do orgão jurídicoCópia da certidão de trânsito em julgado	
3. Evolução Funcional	3.1	Movimentação de Pessoal		
	3.1.1	Lotação e exercício	Memorando	
	3.2	Licença e Afastamentos		
	3.2.1	Licença maternidade	Atestado médico; certidão de nascimento de filho; Certidão de natimorto	
	3.2.2	Licença à adotante	Certidão de adoção	
	3.2.3	Licença paternidade	Certidão de nascimento de filho	
	3.2.4	Licença por Acidente em trabalho	Comunicação de acidente em trabalho	
	3.2.5	Licença para serviço militar	Oficio de convocação	
	3.2.6	Licença para Tratamento de Saúde	Atestado médico, ou carta de concessão do benefício - INSS	
	3.3	Regime Disciplinar		
	3.3.1	Processo de Sindicância	Ato de imposição da penalidade	
	3.4	Extinção de Contrato de Residência		
	3.4.1	Rescisão	Pedido de desligamento,Comunicação de ausência injustificada	
	3.4.2	Extinção do Contrato de Residência	Contrato de Residência	

Anexo da Portaria de Normatização do AFD - Estagiário				
Função		**Processos**	**Documentos**	**Exemplo**
1 Provisão da Força de Trabalho	1.1	Ingresso do Estagiário		
	1.1.1	Contratação	Termos de Compromisso de EstágioDocumento de entrada em exercícioAtestado de saúdeDeclaração da instituição de ensino	
	1.1.2	Registros Funcionais	Ficha cadastralCarteira de identidadeCadastro de pessoa física - CPFTítulo de Eleitor Comprovante de votação/quitação eleitoral se maior de idadeComprovante de quitação de serviço militar se maior de idadeCertidões de cartórios (nascimento, casamento, óbito, dependentes econômicos)Comprovante de dados bancários (banco, agencia e conta corrente) Comprovante de escolaridadeTermo de compromisso de uso de senhasComprovante de residência(1)Ficha de avaliação de estágio	1. Comprovação de Residência: Declaração de próprio punho DECRETO Nº 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979 Boletos de cobrança de serviçosContas de água, energia, gás, telefoneContrato de Locação
2 Compensação de R.H.	2.1	Obrigações judiciais		
	2.1.1	Cumprimento de Decisões Judiciais	Mandato de intimaçãoNotificaçõesCitaçãoLista de beneficiáriosCópia das decisões, sentenças e acórdãosCópia do parecer do orgão jurídicoCópia da certidão de trânsito em julgado	
3 Evolução Funcional	3.1	Movimentação de Pessoal		
	3.1.1	Lotação e exercício	Memorando	
	3.2	Extinção de Contrato		
	3.2.1	Rescisão	Pedido de desligamento,Comunicação de ausência injustificadaEncerramento de vinculo estudantil	
	3.2.2	Extinção do Contrato de estágio	Contrato de estágio	

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 22-11-2011, Seção 1, pág. 68, com incorreção no original.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 1º de dezembro de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46094022215201141 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: IVANNY ALVACETE MONTEMAYOR Passaporte: EB0590847, Processo: 46094023791201114 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: VANESSA JAHN Passaporte: C6YFH6J9V, Processo: 46094025616201153 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: MARCEL ONISCU Passaporte: 14019531, Processo: 46094028757201128 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: RONNY WALDHEIM Passaporte: C3JGP0RW6, Processo: 46094029919201145 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Estrangeiro: SLAVCHO MARKOV GANEV Passaporte: 367865338, Processo: 46094031601201124 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: SALAPUDDIN JAMO Passaporte: A0984097, Processo: 46094032454201118 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Estrangeiro: MARLON GEOVANI CASTILLO NIXON Passaporte: C258988, Processo: 46094033045201121 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: PABLO MARTIN CORREA Passaporte: 30335975N, Processo: 46094034602201121 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Estrangeiro: ELVIN JOEL CRUZ ZAVALA Passaporte: C314219, Processo: 46094036154201108 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MARSUKI HASNODI Passaporte: R 596843, Processo: 46094003878201086 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: GRYGORII LUPACH Passaporte: EC494726, Processo: 46094004546201019 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: MARIANITO TOLO LEGASPI Passaporte: XX4416882, Processo: 46094017841201035 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: TAGE GUNNAR CHRISTENSEN Passaporte: 101753633, Processo: 46094000242201163 Empresa: SVITZER SALVAGE SALVAMENTOS MARITIMOS LATIN AMERICA LTDA. Estrangeiro: JEAN GÉRARD PHILLIPÉ BARBIER Passaporte: NU11R9559, Processo: 46094002553201167 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Estrangeiro: RAYMOND ANTHONY HAYES Passaporte: PC3731508, Processo: 46094009849201117 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: COLIN WILLIAM GRAHAME Passaporte: 099100727, Processo: 46094011471201111 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Estrangeiro: EDDIE LEE VICTORIAN Passaporte: 473463784, Processo: 46094011576201162 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Estrangeiro: JESSICA NICOLE FROST Passaporte: 028827339, Processo: 46094011617201111 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Estrangeiro: CHRISTOPHER ALAN SADLER Passaporte: 103945260, Processo: 46094017212201196 Empresa: DAN SWIFT DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: ESTEBAN CAYETANO BUDROVICH ROMO Passaporte: 205063666, Processo: 46094022148201165 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Estrangeiro: Rensko Papo Passaporte: BNJH45BP3, Processo: 46094032595201122 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Estrangeiro: PAWEL RAFAL BYDYCHAJ Passaporte: AS1399271, Processo: 46094033899201115 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Estrangeiro: ANDRII KACHANOV Passaporte: EC778858, Processo: 46094002021201120 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Estrangeiro: MARIA AMÁLIA CONCEIÇÃO PEDRO GONÇALVES CANAVEIRA Passaporte: G645337, Processo: 46094003754201181 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Estrangeiro: TADAHARU TAKAYASHIKI Passaporte: TK2775152, Processo: 46094005885201012 Empresa: BASCOL BRASIL - INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA. Estrangeiro: RUI MANUEL DA SILVA ALVES Passaporte: L276285, Processo: 46094009017201010 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Estrangeiro: JOHN EDWARD CHATTEN

Passaporte: 099114167, Processo: 46094014829201079 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Estrangeiro: LAURENT PIERRE HENRI CONSTANTY Passaporte: 09PP48862, Processo: 46094008888201199 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Estrangeiro: Ian Andrew McGillivray Passaporte: 093248487, Processo: 46094018218201008 Empresa: ALTRAN CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA. Estrangeiro: SANDRA BUDIMIR Passaporte: 09AC24625, Processo: 46094017621201010 Empresa: ALCATEL-LUCENT BRASIL S.A Estrangeiro: JOSE LUIS GOMEZ FERNANDEZ Passaporte: BF021613, Processo: 46094018445201025 Empresa: GAZIT BRASIL LTDA. Estrangeiro: ANDRES XAVIER ANDRADE ANDRADE Passaporte: 1714734314, Processo: 46094002224201116 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Estrangeiro: LEEN GRAM Passaporte: EH721872, Processo: 46094008442201164 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Andrea Di Napoli Passaporte: B685730, Processo: 46094008170201101 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Estrangeiro: SIMON BAZARU Passaporte: 13854463, Processo: 46094019421201174 Empresa: CADBURY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Estrangeiro: CESAR AUGUSTO PATIÑO URIBE Passaporte: CC 94501775, Processo: 46094015121201116 Empresa: CADBURY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Estrangeiro: BETZY BELIZA PEÑA TELLEZ Passaporte: CC 29118679, Processo: 46094013149201119 Empresa: AVANTGARDE BRASIL COMUNICACAO LTDA Estrangeiro: Kai-Julian Madel Passaporte: 509060453, Processo: 46094016959201127 Empresa: IZO BRASIL CONSULTORIA LTDA Estrangeiro: JORGE GIMENO ESPINOSA Passaporte: AAC961792, Processo: 46094023390201156 Empresa: CFO ENGENHARIA LTDA Estrangeiro: Paulo Miguel de Castro Ferreira Medeiros Passaporte: L575101, Processo: 46094023421201179 Empresa: PHILIPS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Sankara Narayanan Sankara Narayanan Passaporte: Z2028873, Processo: 46094034075201154 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MICHAEL ROBERT NIZNIK Passaporte: 712447576, Processo: 46094036649201129 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Estrangeiro: MIAO-FENG CHIEN Passaporte: LP019070, Processo: 46094012251201016 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: SEBASTIAN OSWALD Passaporte: CFFRRMHM8, Processo: 46094015173201010 Empresa: DEC DO BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Estrangeiro: NILS M. B. WALLAEYS Passaporte: EG596259, Processo: 46094002351201115 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: BRANDON SHANE CHAPMAN Passaporte: 136044963, Processo: 46094010135201143 Empresa: DEC DO BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Estrangeiro: JOHAN KAMIEL ELIANE DE WILDE Passaporte: EI560750, Processo: 46094022984201140 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Estrangeiro: ENRIQUE SALINAS DEL VALLE Passaporte: G06292678, Processo: 46094025509201125 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Estrangeiro: JORGE FRANCISCO LARREA ROJAS Passaporte: C026701, Processo: 46094026335201118 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Estrangeiro: LENIN RAFAEL FONTANA GOMEZ Passaporte: 017228341, Processo: 46094031452201101 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Estrangeiro: HECTOR ARCADIO CARRASCO Passaporte: 11472951N, Processo: 46094032938201159 Empresa: SAP BRASIL LTDA Estrangeiro: SERBJEET SINGH Passaporte: F5318319, Processo: 46094034353201173 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Estrangeiro: LUIS FERNANDO TORRES ZAMBRANO Passaporte: 0915450126, Processo: 46094027084201199 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Estrangeiro: CHRISTOPH SCHOBA Passaporte: X3556435, Processo: 46094030187201136 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JAMES JOHN VAN PELT Passaporte: 456208488, Processo: 46094033651201146 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Estrangeiro: NAOYUKI INOUE Passaporte: TG2842747, Processo: 46094034166201190 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Estrangeiro: DAVID MICHAEL VINCENT Passaporte: QE349093, Processo: 46094033104201161 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Estrangeiro: JULIEN JEAN DANIEL SERGE CANO Passaporte: 11AK12746, Processo: 46094003885201088 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: ARILD OHM Passaporte: 27012086, Processo: 46094004738201025 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Estrangeiro: CARLOS MANUEL COSTA RAMOS Passaporte: H434487, Processo: 46094005548201025 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: STEPHEN LEONARD TOMLIN Passaporte: BA353588, Processo: 46094009605201045 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: PAVLOS LEOUSIS Passaporte: AH2456697, Processo: 46094012720201005 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: MARCIN LUKASZ SNIEGOCKI Passaporte: AB1435796, Processo: 46094014121201018 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Estrangeiro: PABLO COLMAN ALVAREZ Passaporte: 12.606.786, Processo: 46094003799201156 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Estrangeiro: ISMAEL IBARRA DOMINGUEZ Passaporte: 07848077077, Processo: 46094004065201194 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Estrangeiro: JOSEPH DEWITT ROBINSON JR Passaporte: 475585329, Processo: 46094006089201188 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: RICARDO RODRIGUEZ FRANCO Passaporte: 06060019579, Processo: 46094008585201176 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Shahoul Hamid S/O Jahabar Ali Passaporte: E2347334F, Processo: 46094021391201166 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Estrangeiro: MICHAEL FORBES Passaporte: 099196743, Processo: 46094021735201137 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: IURII ARTEMENKO Passaporte: EA484471, Processo: 46094028728201166 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: THOMAS KIETH OUIMET Passaporte: 401516461, Processo: 46094027537201187 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Estrangeiro: RICKEY CLIFF GEORGE Passaporte: TA397530, Processo: 46094030574201172 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Estrangeiro: PAUL SIGURD WANG Passaporte: 25476158, Processo: 46094033139201108 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Estrangeiro: VINCENT BUAL BUHION Passaporte: XX2346636, Processo: 46094033937201121 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Estrangeiro: Thibaut Schamp Passaporte: EI139842, Processo: 46094012567201016 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: RAYMOND RIVERA Passaporte: 207514618, Processo: 46094012285201191 Empresa: SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MICHAEL ALBERT LE PREE Passaporte: 426378671, Processo: 46094006702201167 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Estrangeiro: STEFANIE IRMGARD FISCHER Passaporte: CGKXRTR27, Processo: 46094010699201186 Empresa: KRAFT FOODS BRASIL LTDA Estrangeiro: JOHNNY ESTEBAN VEGA ALFARO Passaporte: D986810, Processo: 46094010627201139 Empresa: OGILVY & MATHER BRASIL COMUNICACAO LTDA Estrangeiro: Nicolai Villads Loser Smith Passaporte: 202740742, Processo: 46094010626201194 Empresa: OGILVY & MATHER BRASIL COMUNICACAO LTDA Estrangeiro: Peter Ammentorp Lund Passaporte: 202426003, Processo: 46094013615201166 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Estrangeiro: KATHERINE MARIE ATHERTON Passaporte: 135930709, Processo: 46094015440201121 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Estrangeiro: JAN JANKOVIC Passaporte: BA 1804418, Processo: 46094024620201102 Empresa: UNILEVER BRASIL LTDA. Estrangeiro: ANA LAURA GINDIN Passaporte: 29039550N, Processo: 46094031351201122 Empresa: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Estrangeiro: KHALID QALAM Passaporte: EI195499, Processo: 46094015129201182 Empresa: CAPITAL DYNAMICS INVESTIMENTOS LTDA Estrangeiro: FILIPE DOCHÔA PIRES CERQUEIRA CALDAS Passaporte: H669723, Processo: 46094004586201141 Empresa: ABRATEY CONSTRUCAO LTDA Estrangeiro: Antonio Merino Ciudad Passaporte: XD087450, Processo: 46094017776201129 Empresa: ABENGOA BRASIL ADMINISTRACAO PREDIAL LTDA. Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ Passaporte: 14538362N, Processo: 46094017772201141 Empresa: ABENGOA PARTICIPACOES HOLDING S/A Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD Passaporte: XD087450, Processo: 46094017773201195 Empresa: ABENGOA PARTICIPACOES HOLDING S/A Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ Passaporte: 14538362N, Processo: 46094017774201130 Empresa: NTE-NORDESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ Passaporte: 14538362N, Processo: 46094023751201164 Empresa: INABENSA RIO LTDA Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ Passaporte: 14538362N, Processo: 46000031101200970 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA. Passaporte: 218093697 Estrangeiro: PAUL LUDWIGSEN, Processo: 46000024328200888 Empresa: GENERAL ELECTRIC CAPITAL DO BRASIL LTDA Passaporte: J326815 Estrangeiro: ANTÓNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS, Processo: 46000018653200992 Empresa: CHEIL BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: M23616531 Estrangeiro: JU HYONG LEE, Processo: 46000015689200914 Empresa: MABE CAMPINAS ELETRODOMÉSTICOS S.A. Passaporte: G01027305 Estrangeiro: GUSTAVO ALBERTO PEDROZA, Processo: 46000012766200984 Empresa: ATE III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000008431200881 Empresa: ATE IV SAO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000007620200755 Empresa: NTE - NORDESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000005002200851 Empresa: ATE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000004783200867 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Passaporte: C5W88PNWM Estrangeiro: WOLFGANG ANDREAS NOBIS, Processo: 46094001798201096 Empresa: STE SUL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000033370200971 Empresa: TELVENT OPERADORA DE SISTEMAS ELÉTRICOS - TOLE S.A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000033369200946 Empresa: TELVENT OPERADORA DE SISTEMAS ELÉTRICOS - TOLE S.A Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000028725200748 Empresa: ATE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000028724200701 Empresa: ATE II TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000028723200759 Empresa: ATE III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000027711200898 Empresa: ATE X TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000027710200843 Empresa: ATE VII - FOZ DO IGUAÇU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000027709200819 Empresa: INABENSA RIO LTDA Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000026855200916 Empresa: ABENTA CONCESSÕES BRASIL S.A Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000026849200951 Empresa: ABENTA CONCESSÕES BRASIL S.A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000025060200800 Empresa: ACE-ABENGOA COGERAÇÃO DE ENERGIA S.A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000025059200877 Empresa: ACE II - ABENGOA COGERAÇÃO DE ENERGIA S/A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000012886201015 Empresa: ATE IV SAO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000012885201071 Empresa: ATE VII - FOZ DO IGUAÇU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000012188200986 Empresa: ATE XV TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000012187200931 Empresa: STE SUL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000012186200997 Empresa: ABEINSA BRASIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000012122201020 Empresa: ATE - VI - CAMPOS NOVOS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000012121201085 Empresa: ATE II TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000012120201031 Empresa: ATE V - LONDRINA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000009551200803 Empresa: ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000009550200851 Empresa: ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000008432200825 Empresa: ATE V - LONDRINA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000008430200836 Empresa: ASA INVESTMENT BRASIL LTDA Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000005001200815 Empresa: ATE - VI - CAMPOS NOVOS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A Passaporte: XD087450 Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD, Processo: 46000002983201008 Empresa: ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A Passaporte: 14538362N Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ, Processo: 46000034861200939 Empresa: MAKRO ATACADISTA S/A Passaporte: NK3302379 Estrangeiro: WILLEM ROGIER PEEK, Processo: 46000033114200983 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA. Passaporte: 761276861 Estrangeiro: SIMON MARK MILLSON, Processo: 46000032884200917 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA. Passaporte: C1283180 Estrangeiro: GABRIEL GIOVANNI SALAMANCA MEJIA, Processo: 46000031940200998 Empresa: HOTELARIA ACCOR S.A. Passaporte: 09AF88076 Estrangeiro: GILLES JEAN OLIVIER BELOT, Processo: 46000029248200908 Empresa: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA Passaporte: 203656714 Estrangeiro: NIKOLAJ KELLUM, Processo: 46000016870201081 Empresa: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA. Passaporte: G20959128 Estrangeiro: JIANQING ZHAO, Processo: 46000016761201064 Empresa: TAKATA-PETRI S.A. Passaporte: 303860070 Estrangeiro: MARTA MAGDALENA WALASEK, Processo: 46000011557201057 Empresa: EUROPRAXIS ALG CONSULTING LTDA Passaporte: WP041264 Estrangeiro: SIMON CROISETIERE, Processo: 46000009142201013 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A Passaporte: 06AK86623 Estrangeiro: SANDRINE CHRISTINE CHAPUIS, Processo: 46000034359200928 Empresa: ALITALIA COMPAGNIA AEREA ITALIANA S.P.A Passaporte: F095288 Estrangeiro: ALESSANDRO INNOCENZI, Processo: 46000035874200844 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: BA115863 Estrangeiro: SCOTT WARREN DAUPHINEE, Processo: 46000033563200921 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA. Passaporte: 800905549 Estrangeiro: DAVID PATERSON, Processo: 46000030464200998 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 135034397 Estrangeiro: BILLY JACK CREEL, Processo: 46000029447200916 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: CC91239268 Estrangeiro: JAIRO MARTIN LLANES ROLON, Processo: 46000028569200987 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Passaporte: LA0005536 Estrangeiro: NIALL CHARLES MC CARTHY, Processo: 46000028472200974 Empresa: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA Passaporte: AM950023 Estrangeiro: VOLODYMYR MEDVEDYEV Passaporte: AL6893067 Estrangeiro: LESZEK CZESLAW KUZIAN, Processo: 46000018385201042 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Passaporte: BD106581 Estrangeiro: TROY GORDON NOLAN, Processo: 46000017683201015 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Passaporte: XX2367140 Estrangeiro: JOSE NOEL ACULLADOR PEREZ, Processo: 46000015918201034 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA. Passaporte: BA115835 Estrangeiro: CLARENCE AUGUSTUS WATT, Processo: 46000014121201010 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 017141902 Estrangeiro: JEFFREY JOHN ENGLEHART, Processo: 46000013977201078 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA Passaporte: 475942603 Estrangeiro: LUIS MANUEL CANHA DA CONCEIÇÃO PAIS, Processo: 46000012755201038 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Passaporte: XX5281455 Estrangeiro: EDGAR TUYOR BRAGAT, Processo: 46000011499201061 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Passaporte: XX2771440 Estrangeiro: JOEL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELA CRUZ FRANCISCO, Processo: 46000009324201094 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 439020896 Estrangeiro: DANIEL TOMPKINS SECOR, Processo: 46000004856201035 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Passaporte: 470157244 Estrangeiro: CHRISTIAAN JOHANNES MATTHEE, Processo: 46000002796201016 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: NWP2FL251 Estrangeiro: ERIK JANSEN Passaporte: 401562620 Estrangeiro: EDWARD LARRY MATHES, Processo: 460000140519997 Empresa: XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. Passaporte: BC121346 Estrangeiro: PAUL JOHANN NAGERL.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46212019735201183 Empresa: HUGO EDUARDO MEZA PINTO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZENOVIA MARIANO QUINCHUYA Passaporte: 5432870,Processo: 46094016643201135 Empresa: SEMEATO SA INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Eddy Willy Bouserie Passaporte: EH012970, Processo: 46880000148201148 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORLEIF SOLHEIM Passaporte: 26889526 Estrangeiro: Trevor Keith Northage Passaporte: 707395869, Processo: 46094013971201180 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Sicun Li Passaporte: G42796562, Processo: 46094013969201119 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Zhikui Lei Passaporte: G40660355, Processo: 46094013975201168 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Chengkang Ma Passaporte: G46810772, Processo: 46094013970201135 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Zhengjiang Chen Passaporte: G27475658, Processo: 46094013976201111 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Dingsheng He Passaporte: G48825546, Processo: 46094013973201179 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Rui Long Passaporte: G24750100, Processo: 46094013974201113 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Yuan Chen Passaporte: G44152833, Processo: 46094013977201157 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Songqing Wei Passaporte: G45483489, Processo: 46094013972201124 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Ruodi Yang Passaporte: G44153004, Processo: 46094028020201113 Empresa: AVENTURCOST ADMINISTRACAO HOTELEIRA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VALTER CASACCIA Passaporte: AA3308612, Processo: 46094003750201101 Empresa: EUROCON INCORPORACOES E CONSTRUTORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DONATELLA PAOLICCHI Passaporte: AA0098976.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu por decurso de prazo os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo:	46094016919201185	46094010758201116
46213004980201186	46094015770201117	46094012927201152
46210000561201103	46215013565201101	46094018009201137
46094015192201119	46094015751201191	46207003782201184
46094020135201151	46094018886201116	46215017369201106
46094016921201154	46223004330201111	46208004488201180
46094017955201166	46094003534201158	46212010121201136
46094021606201149	46094021608201138	46094021607201193
46094021609201182	46094020985201150	46094025852201170
46094025853201114	46094026549201194	46094003305201133
46094024398201130	46094025419201134	46094004466201144
46205014457201167	46208006629201107	46211006217201118
46224002760201199	46208008227201139	46222006627201121
46094008864201130	46094016905201161	46094012098201116
46094018388201165	46094017173201127	46205012320201178
46094018016201139	46094019995201142	46094019766201128
46094020219201195	46880000082201196	46880000081201141
46094021706201175	46094023501201124	46094009831201115
46094017965201100	46094017966201146	46094018957201172
46094019669201135	46215019835201180	46094024305201177
46094024304201122	46094024302201133	46094024311201124
46094024301201199	46094023347201191	46094024417201128
46094025426201136	46094026311201169	46094026314201101
46094023413201122	46205011912201109	46094020655201164
46094022945201142	46094023669201130	46094029344201161
46094024318201146	46207005383201158	46094022543201148
46094022787201121	46094025623201155	46094018614201116
46094024505201120	46094023598201175	46094004639201124
46094018881201185	46215008408201176	46317000743201188
46094015195201152	46216002026201129	46201003511201189
46212009266201194	46094025041201179	46205013591201141
46224003131201186	46205013986201143	46205014762201159
46217005155201169	46217005156201111.	

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0580/2011 de 28/11/2011, 0601/2011 de 29/11/2011 e 0602/2011 de 30/11/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46220004102201171 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WERNER LUDWIG EULER Passaporte: C5XM6G81L, Processo: 46094038495201118 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA Prazo: 11 Mês(es) Estrangeiro: VICTORIA EHRICHS PALMA Passaporte: AAB056139.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094003447201109 Empresa: AMAZON VALLEY ACADEMY Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELIZABETH SOULT, BENNETT Passaporte: 475420468, Processo: 46094030199201161 Empresa: DF DEUTSCHE FORFAIT DO BRASIL ESCRITORIO DE REPRESENTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LENA DORIN KEFERSTEIN Passaporte: C9KRLJHLV, Processo: 46094030167201165 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YING LIN Passaporte: G38081891, Processo: 46094034105201122 Empresa: TPV DO BRASIL INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANG LU Passaporte: G47380699, Processo: 46094031245201149 Empresa: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ESTEBAN LINARES BARBERO Passaporte: 3426877, Processo: 46094032846201179 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bram Vande Walle Passaporte: EJ093296, Processo: 46094032053201150 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAIXIA LIU Passaporte: G49712600, Processo: 46094032483201171 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAIBAO CHEN Passaporte: G42419523, Processo: 46094034711201148 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FAVIO JORGE LEZCANO Passaporte: AAC695729, Processo: 46094032708201190 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHANG HO KIM Passaporte: GK2338716, Processo: 46094034422201149 Empresa: NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Franklin Fulgencio Baez Passaporte: SC6512781, Processo: 46094035798201171 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA COSTA Passaporte: Y332071, Processo: 46094037674201120 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH NICOLAS BOTTE Passaporte: 0871854, Processo: 46094037359201101 Empresa: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR FAURA CABANAS Passaporte: AAB525139, Processo: 46094037420201110 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN FICKO Passaporte: C86HV35J6, Processo: 46094037519201111 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JOHN ARRABITO Passaporte: 214346887, Processo: 46094034423201193 Empresa: NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juan Antonio Leon Calero Passaporte: AAC564779, Processo: 46094035137201145 Empresa: KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RINTARO YANO Passaporte: TG7587790, Processo: 46215037703201130 Empresa: ECP-ENVIRON CONSULTORIA E PROJETOS LIMITADA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Daniel Filipe Martins do Cortinhal Passaporte: H571346, Processo: 46094035926201186 Empresa: ATHIE WOHNRATH ASSOCIADOS PROJETOS E GERENCIAMENTO S.S. LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA MARGARIDA RODRIGUES DE MAGALHÃES Passaporte: H056319, Processo: 46094037647201157 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMMY SLETTEN Passaporte: 28164164, Processo: 46094034455201199 Empresa: AURANTIACA INVESTIMENTOS E PATRIMONIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHOEBE CALDWELL STOCKMAN Passaporte: 097345864, Processo: 46094037278201101 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAX MARTIN JACOBSON Passaporte: 483728736, Processo: 46094037273201170 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIANA GIUSEPPINA DUGNI Passaporte: AA1256830, Processo: 46094037324201163 Empresa: SINOPEC EXPLORATION AND PRODUCTION (BRAZIL) LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANGUO HOU Passaporte: P01193662, Processo: 46094036755201111 Empresa: CUNNINGHAM LINDSEY INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MONICA MORERA VEGA Passaporte: D854909, Processo: 46094037233201128 Empresa: CYMI DO BRASIL - PROJETOS E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA AURORA ESTEVEZ ARENAS Passaporte: BB295501, Processo: 46094037520201138 Empresa: BRASIL TELECOM S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS PEDRO PISCO VICENTE Passaporte: J914407, Processo: 46094037381201142 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO JOSÉ AMARAL PEREIRA SALVADOR Passaporte: J313889, Processo: 46094036400201113 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAYRA ESCOBAR CASTAÑEDA Passaporte: G06821000, Processo: 46094037580201151 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRA MARGARITA ABIGAIL LOPEZ VAZQUEZ Passaporte: G07791104, Processo: 46094037581201103 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COURTNEY LYNNE ANTROBUS Passaporte: N1482897, Processo: 46094037575201148 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIRA AVIVA BEN-SEFER Passaporte: N1569856, Processo: 46094037310201140 Empresa: SYRAL DO BRASIL COMERCIO DE AMIDOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dominique Moe Ava Rigault Passaporte: 08CA43635, Processo: 46094037378201129 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAVI NOREN Passaporte: 81750880, Processo: 46094037388201164 Empresa: PRAXAIR SURFACE TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH TETSUTO MIURA Passaporte: 027629383, Processo: 46094037271201181 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VENKATA SIVA RAMA SUBRAHMANYA SASTRY VELURI Passaporte: G0012440, Processo: 46094037276201111 Empresa: BANCO BARCLAYS S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW JUSTIN MC CLINTOCK Passaporte: 113089771, Processo: 46094037390201133 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ILYA BAHAR Passaporte: WS140828, Processo: 46094037607201113 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANTÓNIO MARQUES DE SOUSA Passaporte: J861076, Processo: 46094037070201183 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEHINDE ABIMBOLA TALABI Passaporte: A02259043, Processo: 46094037518201169 Empresa: BRASIL TELECOM S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASON VICTOR PATRON Passaporte: 099175001, Processo: 46094037218201180 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HSING-MING WU Passaporte: LP019709, Processo: 46094037796201116 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GISETE MARQUES DOS REIS Passaporte: J532795, Processo: 46094037608201150 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERNESTO MANUEL SERRAS DE MATOS DA ROSA Passaporte: L846481, Processo: 46094037794201127 Empresa: BAYES FORECAST - SISTEMAS DE ATENCAO DINAMICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL PÉREZ LIBERAL Passaporte: BF149544, Processo: 46094037795201171 Empresa: WAGONS LITS TURISMO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN FRANÇOIS DELAUNAY Passaporte: 03RH17090, Processo: 46094037377201184 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEE WON SHIN Passaporte: M18587740, Processo: 46094037457201130 Empresa: ITURRI COIMPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI'S LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jose Luis Dufort De La Fuente Passaporte: XD331349, Processo: 46094037429201112 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERMAN ALBERTO APPELSHAEUSER SARMIENTO Passaporte: 031624976, Processo: 46094037460201153 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Denise Theresa Dass-Hewitt Passaporte: 099225307, Processo: 46094037421201156 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marc Allouard Passaporte: 04AI38199, Processo: 46094037375201195 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOL JAE PARK Passaporte: M85040736, Processo: 46094037374201141 Empresa: GAFISA S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALTER MIGUEL RODRIGUES SERRAS Passaporte: L096019, Processo: 46094037255201198 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL RENE MAISTRE Passaporte: 11CI27417, Processo: 46094037444201161 Empresa: HM SOCIEDADE GERAL DE CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAMON REMACHA ABIA Passaporte: AAD595260, Processo: 46094037495201192 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FUMIHIKO MURAKI Passaporte: TH 3783083, Processo: 46094037446201150 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE JEAN CLAUDE ANDREUX Passaporte: 05HH48376, Processo: 46094037534201151 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANG BO Passaporte: G39774515, Processo: 46094037480201124 Empresa: BIOMEDICAL DISTRIBUTION MERCOSUR LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO RATZENBERGER Passaporte: YA2300354, Processo: 46094037707201131 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: URIAS SABOGAL CARDONA Passaporte: CC89003703, Processo: 46094037530201173 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUNWEI XU Passaporte: G33128942, Processo: 46094037529201149 Empresa: COMPANHIA DE SEGUROS MINAS-BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA ELCA VIEIRA PEREIRA Passaporte: 003260995, Processo: 46094037496201137 Empresa: TRIMTEC LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS ACITORES MARTINEZ Passaporte: AAB825444, Processo: 46094037615201151 Empresa: COMERCIO DIGITAL BF LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICO GAWENDA Passaporte: C3JJ4KWP7, Processo: 46094037455201141 Empresa: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sibylle Racine Passaporte: F0013844, Processo: 46094037603201127 Empresa: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XINPING WAN Passaporte: P00172364, Processo: 46094037543201142 Empresa: NOKIA SIEMENS NETWORKS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MIGUEL LOSTAUNAU QUISPE Passaporte: 4353905, Processo: 46094037605201116 Empresa: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIU HOUJUN Passaporte: P00506637, Processo: 46094037772201167 Empresa: JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALFONSO GOMEZ AGUIRRE Passaporte: CC10546476, Processo: 46213018146201178 Empresa: ARCLIMA ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO DUARTE SILVA DE MESQUITA PEGO Passaporte: J769013.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094034092201191 Empresa: TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: KAZUNORI YAMAGUCHI Passaporte: TH2126361, Processo: 46094037146201171 Empresa: TYCO ELECTRONICS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAIL CATHERINE FAIR Passaporte: WG758570, Processo: 46094034093201136 Empresa: TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: MASARU YOTSUEDA Passaporte: MS1991176, Processo: 46094037398201108 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITTORIO LO RUSSO Passaporte: AA2356097, Processo: 46094033862201189 Empresa: BRAESP CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: AGUSTIN MORENO VEGA Passaporte: AAE102436, Processo: 46094033859201165 Empresa: BRAESP CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: ALBERTO ALCALA CABRERA Passaporte: AAE102434, Processo: 46094033857201176 Empresa: BRAESP CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: JESUS AMADOR ARANDA Passaporte: AAE102065, Processo: 46094033860201190 Empresa: BRAESP CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER LARA MARTINEZ Passaporte: AAE102373, Processo: 46094033861201134 Empresa: BRAESP CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: JUAN ANTONIO FUENTES MARTINEZ Passaporte: AAE102066, Processo: 46094033858201111 Empresa: BRAESP CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: SERGIO DEL RIO ESQUINAS Passaporte: AAE102372, Processo: 46094034209201137 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jeroen Valentijn Arends Passaporte: NPDJD0DL5, Processo: 46094034980201112 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUICHI ASAE Passaporte: TK3828257, Processo: 46094034977201191 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HITOSHI MINAMI Passaporte: TH1755182, Processo: 46094035003201124 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUANG ZHONGWEI Passaporte: G42341541, Processo: 46094035053201110 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LI JINCHENG Passaporte: G42346085, Processo: 46094035052201167 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHAO DEXIANG Passaporte: G42217416, Processo: 46094037651201115 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JOSÉ DA SILVA MARTINS Passaporte: L868333, Processo: 46094035049201143 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GENG HONGCHUAN Passaporte: G42466198, Processo: 46094035004201179 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUO JIAXING Passaporte: G40004859, Processo: 46094035051201112 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BU JIGUANG Passaporte: G41864249, Processo: 46094037246201105 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIOTR ROMAN KOZIKOWSKI Passaporte: AL3800314, Processo: 46094036290201190 Empresa: JOHNSON CONTROLS DO BRASIL AUTOMOTIVE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN EUGENE SHIVELY Passaporte: 454342441, Processo: 46094036644201104 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Francisco Javier Quesada Suarez Passaporte: G07366754, Processo: 46094036222201121 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER VIEHBOCK Passaporte: P00867238, Processo: 46094037683201111 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THORSTEN FUNKE Passaporte: 664310460, Processo: 46094037680201187 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLORENT CHRISTIAN BERTRAND COIFFIN Passaporte: 06AF99812, Processo: 46094036271201163 Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRANDON LEON CARTER Passaporte: 483047825, Processo: 46094037584201139 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: YOUSOF AHMAD Passaporte: 003448209, Processo: 46094037426201189 Empresa: AGUSTAWESTLAND DO BRASIL LTDA Prazo: até 28/05/2012 Estrangeiro: ANDREA ANTONIO PUGLISI Passaporte: YA0229789, Processo: 46094036565201195 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIRGIL LEE BIGGINS Passaporte: 214980098, Processo: 46094037585201183 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: LEONARD SENNO ERDMANN Passaporte: BA334481, Processo: 46094037473201122 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KAZUHIRO MARUBAYASHI Passaporte: TH5696455, Processo: 46094037681201121 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THORSTEN KARL KAEMPF Passaporte: C23P853H3, Processo: 46094037139201179 Empresa: FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONGGUANG CHEN Passaporte: G32270011, Processo: 46094037514201181 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jeroen John Louwerse Passaporte: BMRLJ8JJ2, Processo: 46094037549201110 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARTUR BERNARD SLIWA Passaporte: AJ8714670, Processo: 46094037548201175 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACEK ZWOLENKIEWICZ Passaporte: AT9539128, Processo: 46094037392201122 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Donald Lewis Morrison Passaporte: 403228589, Processo: 46094037394201111 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Brian Richard Douglas Passaporte: 093209605, Processo: 46094037373201104 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAYASHREE SHANKARRAM Passaporte: G1795139, Processo: 46094037458201184 Empresa: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Thomas Faye Carter Passaporte: 403745029, Processo: 46094037397201155 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIMITRI EPINGER Passaporte: C96X2YTPR, Processo: 46094037521201182 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN DIRK GASSNER Passaporte: C97T3326G, Processo: 46094037400201131 Empresa: CONVERTEAM BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATHEWS CHACKO IMMATTY Passaporte: E1907825, Processo: 46094037256201132 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT ERIC RODOLPHE DABARD Passaporte: 07CL75349, Processo: 46094037491201112 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER CARLOS GONZALEZ CASTAÑO Passaporte: BF107957, Processo: 46094037485201157 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN GARCIA OCHOA ZUAZUA Passaporte: BB718703, Processo: 46094037488201191 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AMADOR GAFO GARCIA

Passaporte: AAC518421, Processo: 46094037487201146 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALFIO TURRIN Passaporte: AA1105465, Processo: 46094037483201168 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO DE SALES GARCIA VIDAL Passaporte: AAD865695, Processo: 46094037492201159 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MARIA ARMANDO LOPEZ CASTRO Passaporte: AA067169, Processo: 46094037486201100 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL MODESTO CARNERO CARMUEGA Passaporte: BA387708, Processo: 46094037479201108 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RISHIKESH TAMASKAR Passaporte: J2274272, Processo: 46094037570201115 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUNWOO LEE Passaporte: MP0286913, Processo: 46094037569201191 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAKKI KIM Passaporte: M37151408, Processo: 46094037430201147 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO TORRE Passaporte: 20831283N, Processo: 46094037571201160 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUN HO KWON Passaporte: M02200201, Processo: 46094037428201178 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIGEL RICHARD BAILEY Passaporte: 707474465, Processo: 46094037536201141 Empresa: MODUSPEC CONSULTORES DE RISCO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JENNY GILROY Passaporte: 305794322, Processo: 46094037535201104 Empresa: MODUSPEC CONSULTORES DE RISCO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOBY RICHARD GARNER Passaporte: 205413143, Processo: 46094037537201195 Empresa: MODUSPEC CONSULTORES DE RISCO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANNA LOUISE SCOTT Passaporte: 801295734, Processo: 46094037587201172 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: MATTHEW JOSEPH CUMMINGS Passaporte: WH243973, Processo: 46094037582201140 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMIE BENTLEY Passaporte: WT781586, Processo: 46094037583201194 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: ROBERT DEREK KRUEGER Passaporte: WK442427, Processo: 46094037586201128 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: SHAWN BRADLY OHMANN Passaporte: QA671809, Processo: 46094037776201145 Empresa: MINERACAO PARAGOMINAS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROND VEGARD STANGEBY Passaporte: 26452611, Processo: 46094037773201110 Empresa: KAROON PETROLEO & GAS S. A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO ENRIQUE BARBERA VILCHEZ Passaporte: 006174875.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094026039201117 Empresa: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Harshadkumar Govindbhai Naika Passaporte: H4373587, Processo: 46094026040201141 Empresa: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Ashok Mirala Passaporte: E2359734, Processo: 46094029515201151 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES GERALD OSTLER Passaporte: 446081188, Processo: 46094029513201162 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JESSE B CHRISTENSEN Passaporte: 078190238, Processo: 46094029519201130 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRADLEY SCOTT DALY Passaporte: 076534312, Processo: 46094036334201181 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TING-HUI LI Passaporte: 133856491, Processo: 46094034463201135 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAEUK LEE Passaporte: M39329041, Processo: 46094034471201181 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEUNGWOO LEE Passaporte: M24926666, Processo: 46094037819201192 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS TOBIAS WEGBRANT Passaporte: 23524008, Processo: 46094035214201167 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO ROMANO Passaporte: YA0028932, Processo: 46094037462201142 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROAKI MURAKI Passaporte: TH1075541, Processo: 46094037235201117 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANNE SAMULI WESSMAN Passaporte: PJ5699607, Processo: 46094034479201148 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OEGON KIM Passaporte: GN1553419, Processo: 46094034498201174 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNG SIK KIM Passaporte: M51640001, Processo: 46094034504201193 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGSIK KIM Passaporte: M74633977, Processo: 46094037556201111 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: LI NINGSHENG Passaporte: P00432725, Processo: 46094037559201155 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: PAN ZHENGJIE Passaporte: P01050856, Processo: 46094037557201166 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: SHI WEI Passaporte: P01238816, Processo: 46094037553201188 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: TIAN TUJIE Passaporte: P01389248, Processo: 46094037560201180 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: WENG HUANMING Passaporte: P01389250, Processo: 46094037563201113 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: WU JIANFENG Passaporte: P00951375, Processo: 46094037561201124 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: WU MAOSHENG Passaporte: P00367063, Processo: 46094037554201122 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: YAO ZHIHONG Passaporte: P00436219, Processo: 46094037562201179 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: YU HAIHUA Passaporte: P00959332, Processo: 46094037552201133 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG WENYING Passaporte: P00728710, Processo: 46094037558201119 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHAO JIANJUN Passaporte: P01389249, Processo: 46094037555201177 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHAO JIECHEN Passaporte: P01389247, Processo: 46094037564201168 Empresa: MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHOU JINGLIAN Passaporte: P01389251, Processo: 46094037237201114 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TUOMAS MATTI JUHANI KUUSISTO Passaporte: PW0785753, Processo: 46094037973201164 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDESHI SUZUMURA Passaporte: TH0000482, Processo: 46094038005201175 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONALD WARD RICHARD Passaporte: 429276490, Processo: 46094038006201110 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID GERARD MONTGOMERY Passaporte: 401805390, Processo: 46094038004201121 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANNY PATRICK TYBUSSEK Passaporte: 421210055, Processo: 46094037472201188 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKUYA YAMADA Passaporte: TG7930840, Processo: 46094037403201174 Empresa: EXTENSITY BRASIL SISTEMAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUBASH CANDRA AMARA Passaporte: F6465426, Processo: 46094037751201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER KENSALL SPINKS Passaporte: 099188074, Processo: 46094037464201131 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOHIRO HATADA Passaporte: TH0425400, Processo: 46094037463201197 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSUYOSHI MATSUI Passaporte: TH0341557, Processo: 46094035545201105 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KUEH KWANG TAI Passaporte: K22592672, Processo: 46094038010201188 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINCENT NEIL MASSINGHAM Passaporte: 402156195, Processo: 46094038240201147 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND LEUTWYLER Passaporte: F1503067, Processo: 46094038243201181 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL SOUTO RIVEIRO Passaporte: XDA487821, Processo: 46094038244201125 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN ERICH ACKERMANN Passaporte: C4YLWJW4C, Processo: 46094037454201104 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIVENES PIERRE Passaporte: 465118427, Processo: 46094037695201145 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HELMUTH JOSEPH SOLÍS ÁVILA Passaporte: 145001730, Processo: 46094037696201190 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE ALEXIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GENSKOWSKY PINO Passaporte: 141333208, Processo: 46094037790201149 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEONWOO LEE Passaporte: M16540783, Processo: 46094037726201168 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN PITT Passaporte: 463870456, Processo: 46094038293201168 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO LUPICA Passaporte: AA2995396, Processo: 46094037725201113 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY TERENCE HARRADINE Passaporte: 400615539, Processo: 46094037404201119 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIKAS JAYESHKUMAR SHAH Passaporte: J5506846, Processo: 46094036973201147 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL ROY MC DONOUGH Passaporte: 405708833, Processo: 46094037365201150 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS GROSSMANN Passaporte: C7H 3TJ 6MV, Processo: 46094036337201115 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITSUGU YAMASHITA Passaporte: TK 4893703, Processo: 46094037978201197 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOKI NABETANI Passaporte: TH8631642, Processo: 46094037975201153 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUYA IKEDA Passaporte: TK5291893, Processo: 46094037977201142 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOJI KODAMA Passaporte: TG8078891, Processo: 46094037976201106 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEISUKE NAKURA Passaporte: TK1545433, Processo: 46094037982201155 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSUYOSHI KOGA Passaporte: TG5329498, Processo: 46094037981201119 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSUGIO SATO Passaporte: TK5256634, Processo: 46094037979201131 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHUICHIRO KAMIYAMA Passaporte: TH3999083, Processo: 46094037974201117 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUN NIKAIDO Passaporte: TH3999084, Processo: 46094037230201194 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WOLFGANG ERNST HOYLER Passaporte: C8C 7VW R17, Processo: 46094037226201126 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RALF GERD BÖHMISCH Passaporte: 612 003 463, Processo: 46094037283201113 Empresa: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID GEORGE NELSON STRAIN Passaporte: WG792502, Processo: 46094037281201116 Empresa: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL JAMES MORRISSEY Passaporte: WF245283, Processo: 46094037045201108 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAM SIK KIM Passaporte: M68746712, Processo: 46094037228201115 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARSTEN MÜLLER Passaporte: 722805267, Processo: 46094037467201175 Empresa: DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIMINORI MATSUURA Passaporte: MS3863500, Processo: 46094037315201172 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONNIE LEE SEGREST Passaporte: 401400843, Processo: 46094037291201151 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGCHAN YOON Passaporte: M20960517, Processo: 46094037227201171 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIEGFRIED MICHAEL GRAF Passaporte: 762059349, Processo: 46094037732201115 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TUN MYAT WIN Passaporte: M242321, Processo: 46094037358201158 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Abhishek Singh Passaporte: F2693159, Processo: 46094037292201104 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JINHO JANG Passaporte: M30919097, Processo: 46094037285201102 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS BAUER Passaporte: C7PX6N9P6, Processo: 46094037470201199 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATORU MASHIKO Passaporte: TK5818726, Processo: 46094037476201166 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TATSUYA KUDO Passaporte: TG8739343, Processo: 46094037474201177 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKESHI UEDA Passaporte: TG4332361, Processo: 46094037475201111 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIAKI TAKAMUNE Passaporte: TK5645263, Processo: 46094037471201133 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIDE ASAMI Passaporte: TK5605109, Processo: 46094037469201164 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOBUO FUKUI Passaporte: TK3466762, Processo: 46094037307201126 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YURI LOPES MAGALHÃES Passaporte: N1023557, Processo: 46094037306201181 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: João Saydi Roque Passaporte: N0592496, Processo: 46094037522201127 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS WELK Passaporte: C234CNVMF, Processo: 46094037293201141 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYOUNG-DUK PARK Passaporte: M12287310, Processo: 46094037523201171 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL ROLAND ALEXANDER NIMZ Passaporte: 159223127, Processo: 46094037294201195 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANG SHIN CHA Passaporte: JR3807935, Processo: 46094037296201184 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIJUN CHO Passaporte: M67347162, Processo: 46094038016201155 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BYUNG KOOK MOON Passaporte: M81719494, Processo: 46094037316201117 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHEL WISSMANN Passaporte: CH9WM154J, Processo: 46094037262201190 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BARTLEY JAMES PATTON Passaporte: 134522976, Processo: 46094037676201119 Empresa: SMS CONCAST METALURGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FEDERICO ZANI Passaporte: YA0066548, Processo: 46094037576201192 Empresa: K2 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYO MIN HAN Passaporte: 646258, Processo: 46094037577201137 Empresa: K2 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THEIN SOE LIN Passaporte: 774458, Processo: 46094037304201192 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGCHOUL SHIN Passaporte: M57974860, Processo: 46094038291201179 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO BERNARDI Passaporte: AA5241020, Processo: 46094038024201100 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERICH BERND PAULI Passaporte: C3F PWK TN2, Processo: 46094038023201157 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WOLFGANG PETER HEYERS Passaporte: C7H TM4 RK9, Processo: 46094037995201124 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAURABH TRIPATHI Passaporte: J8634911, Processo: 46094038022201111 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ANDREAS KERSTEN Passaporte: C3P RK1 WX2, Processo: 46094037918201174 Empresa: LATIN EQUIPMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIC RICHARD ESKELAND Passaporte: 211190511, Processo: 46094037685201118 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JINQIU CHENG Passaporte: G34788931, Processo: 46094037810201181 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO CAMPIONI Passaporte: B 449689, Processo: 46094038028201180 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RALF-ANDRE WOLTERS Passaporte: 518 908 296, Processo: 46094037917201120 Empresa: LATIN EQUIPMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY J PETERS Passaporte: 422102487, Processo: 46094037686201154 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEI HE Passaporte: G24398927, Processo: 46094037684201165 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAN SU Passaporte: G25467963, Processo: 46094037793201182 Empresa: CCL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER CARRION ROQUE JR Passaporte: 210601810, Processo: 46094038027201135 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER ZIMMERMANN Passaporte: C6H 654 NFL, Processo: 46094038026201191 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HUBERT WEISSENFELS Passaporte: C2V R1O MHP, Processo: 46094038025201146 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN CHRISTOPHER FRÖHLICH Passaporte: CF7 5TY 1F4, Processo: 46094037809201157 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERALDO VECCIARELLI Passaporte: A 874639, Processo: 46094037697201134 Empresa: WALTER DO BRASIL - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCUS FISCHER Passaporte: 160710962, Processo: 46094037080201119 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zacarias Cervantes Soberanes Passaporte: 06190206164, Processo: 46094037623201106 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYOSHI KATO Passaporte: TK1730926, Processo: 46094037622201153 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENJI TSUJI Passaporte: TG8326853, Processo: 46094037625201197 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNYA YANAGI Passaporte: TG3439269, Processo: 46094037621201117 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHIMASA HORIKAWA Passaporte: TH2971161, Processo: 46094037624201142 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHIRO MASE Passaporte: TK1725330, Processo: 46094037627201186 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TATSUYA MATSUMURA Passaporte: TH1751907, Processo: 46094037610201129 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIKAZU YAGI Passaporte: TH5058211, Processo: 46094037620201164 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASATO MATSUDA Passaporte: TH0498781, Processo: 46094037626201131 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEIYA KONO Passaporte: TH9598020, Processo: 46094037611201173 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHITO YAMASHITA Passaporte: TH3335541, Processo: 46094038015201119 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUO TSUCHIDA Passaporte: TK3969429, Processo: 46094038014201166 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUTOYO HASHIMOTO Passaporte: TG3211840, Processo: 46094037465201186 Empresa: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASARU HASHIMOTO Passaporte: TG7689317, Processo: 46094037466201121 Empresa: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TATSUYA KAWAHIGASHI Passaporte: TG7390164, Processo: 46094037405201163 Empresa: SGD BRASIL VIDROS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEX PIERRE JOSEPH MAUGER Passaporte: 11AX36763, Processo: 46094037260201109 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARLENE FERDOUS BHUIYAN KHAN Passaporte: 471843032, Processo: 46094037259201176 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JENS OLAV BERG Passaporte: 27592344, Processo: 46094038017201108 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEUNGYOON HAN Passaporte: IC1233196, Processo: 46094037649201146 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HOLLIS EDWARD EDMONDSON III Passaporte: 437715024, Processo: 46094037408201105 Empresa: MASISA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORG MICHAEL GESSLER Passaporte: 928704472, Processo: 46094037478201155 Empresa: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL CLIVE BAKER Passaporte: M1401005, Processo: 46094037477201119 Empresa: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEVA GABRIEL HOWAT Passaporte: N3943538, Processo: 46094037453201151 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Brian Venn Passaporte: 204087984, Processo: 46094037578201181 Empresa: Q & B SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENT STEVEN DUNHAM Passaporte: BA610756, Processo: 46094037778201134 Empresa: AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Peter Glen Bradford Passaporte: 475095292, Processo: 46094037788201170 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUNJONG PARK Passaporte: CS0785433, Processo: 46094037791201193 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WOOYOUNG LEE Passaporte: SC2032613, Processo: 46094037789201114 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGJUN KIM Passaporte: SC4005401, Processo: 46094037792201138 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUNJONG LEE Passaporte: SJ0077914, Processo: 46094037689201198 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL SCHMIDT Passaporte: C24FPLFXV, Processo: 46094037693201156 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONALD MARTINA Passaporte: NXJ421LR2, Processo: 46094037688201143 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHANNES WILLEM PLUG Passaporte: NW63JL4R1, Processo: 46094037692201110 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHANNES FRANCISCUS MARIA VERBRUGGEN Passaporte: NY0F7R1H4, Processo: 46094037691201167 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHANNES ELISABETH JACOBUS NOTERMANS Passaporte: NM1J1DJ97, Processo: 46094037690201112 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENDRIK WILLEM VAN DE KEMP Passaporte: NW26JRF97, Processo: 46094037687201107 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENDRIK GERARDUS PETERS Passaporte: NT3R96H73, Processo: 46094037599201105 Empresa: INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARKUS HERING Passaporte: CH8CLGYJV, Processo: 46094037694201109 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARSTEN STENING Passaporte: C7G2FWLTT, Processo: 46094037616201104 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE ANTONIO GONZALEZ GARCIA Passaporte: G05344657, Processo: 46094037618201195 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAMIAN VENTURA MANCILLA Passaporte: G06245927, Processo: 46094037456201195 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andre Forstrom Johansen Passaporte: 27388241, Processo: 46094037614201115 Empresa: CYDAK DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DESHENG LIU Passaporte: G47277105, Processo: 46094038363201188 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mark Allen Leonard Passaporte: BA611478, Processo: 46094037828201183 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KYOUNGYONG HWANGBO Passaporte: M88973091, Processo: 46094037911201152 Empresa: API COM DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LT Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jeffrey Edward Dajos Passaporte: 027997224, Processo: 46094037574201101 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

YONG HWAN SEO Passaporte: M66738924, Processo: 46094037848201154 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: YONGMAN OH Passaporte: M89145085, Processo: 46094037619201130 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDGAR SAMUEL LEON GONZALEZ Passaporte: G06383049, Processo: 46094037634201188 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOAN ALBERT TORRICO ARGENTO Passaporte: BD173966, Processo: 46094037766201118 Empresa: RIO MARINE DO BRASIL SERVICOS E MANUTENCAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL STEVEN FORD Passaporte: 480920024, Processo: 46094037635201122 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL OSUNA OLIVA Passaporte: BA238477, Processo: 46094037631201144 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARC JOUFFROY Passaporte: 06AY72233, Processo: 46094037637201111 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BERNARD LEMAY Passaporte: WM644424, Processo: 46094037638201166 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL DUGAS DALLAIRE Passaporte: WM639949, Processo: 46094037639201119 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPPE GIRARD Passaporte: WN155222, Processo: 46094038362201133 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jeremy Douglas McLellan Passaporte: WK376028, Processo: 46094037632201199 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ MARIA ROVIRA ESCOFET Passaporte: AAE282472, Processo: 46094037641201180 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RODRIGO MARTIN OYARZO CONTADOR Passaporte: AAA381186, Processo: 46094037642201124 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATHIEU GIRARD Passaporte: WM758710, Processo: 46094037636201177 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDE RIOUX Passaporte: WA404438, Processo: 46094037633201133 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENOIT L'HEUREUX Passaporte: QF182678, Processo: 46094037989201177 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER KARL ROESLER Passaporte: C8F12TWTN, Processo: 46094037988201122 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROGER KRUEGER Passaporte: 1397172536, Processo: 46094037986201133 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABOR NAGY Passaporte: BA1006418, Processo: 46094037990201100 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUERGEN FRIEDRICH EID Passaporte: CG16HCG7H, Processo: 46094037640201135 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALBERT ROVIRA BERTRAN Passaporte: BC483873, Processo: 46094037843201121 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 25 Dia(s) Estrangeiro: TAEWOO GU Passaporte: SC2180384, Processo: 46094037851201178 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 35 Dia(s) Estrangeiro: HYUNMOOK CHOI Passaporte: TM1047458, Processo: 46094037850201123 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SEOKJU PARK Passaporte: M71019279, Processo: 46094037849201107 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 25 Dia(s) Estrangeiro: BYEONGHAW YOU Passaporte: GK1951073, Processo: 46094037956201127 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIMMY EARL TOMLINSON Passaporte: 491005454, Processo: 46094037881201184 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: YOUN JE BAEK Passaporte: M79018080, Processo: 46094037879201113 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: HYOUNGJOON PARK Passaporte: M10677525, Processo: 46094037875201127 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SEOKCHAN KIM Passaporte: M79255806, Processo: 46094038298201191 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA VIGLIONE Passaporte: D603166, Processo: 46094038294201111 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO PRATO Passaporte: YA0183392, Processo: 46094038302201111 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO CIGLIUTTI Passaporte: Y420582, Processo: 46094038295201157 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA FERRERO Passaporte: AA2733939, Processo: 46094038297201146 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GASPARE EUPLIO TORRE Passaporte: YA1878144.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094040292201183 Empresa: NUU BAR & LANCHES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NATHANIEL IAN SMITH Passaporte: 488684399 Estrangeiro: PETER TIMOTHY CAFARELLA Passaporte: 464682587, Processo: 46094038567201119 Empresa: UP IN THE AIR PRODUCOES ARTISTICAS, CONSULTORIA EM MARKETING E INFORMATICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM SAMUELE SERAFINO NARAINE Passaporte: 761207743, Processo: 46094038708201101 Empresa: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO CONSERVATORIO DE TATUI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FELIX KRIEGER Passaporte: C3JJ1JZH9, Processo: 46094039759201142 Empresa: ARTEMATRIZ - SOLUCOES CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Dawn Felice Jones Passaporte: 466692718 Estrangeiro: Kush Bayyan Abadey Passaporte: 445093812 Estrangeiro: Rashaan Quincy Carter Passaporte: 309520375 Estrangeiro: Robert Lee Irving Passaporte: 216012340 Estrangeiro: Wallace Roney Passaporte: 097343136, Processo: 46094039971201118 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ABELARDO ERUBEY ACOSTA BAZAN Passaporte: GO7124727 Estrangeiro: ADRIANO BROCCA Passaporte: YA0217716 Estrangeiro: ALESSANDRO KOVACICH Passaporte: YA2664214 Estrangeiro: ALESSIO GUERRIERI Passaporte: YA2665726 Estrangeiro: ANGELICA ALFIERI Passaporte: YA2664683 Estrangeiro: ANTONELLA ALFONSO Passaporte: YA2664434 Estrangeiro: BRUNO ZUCCHETTI Passaporte: YA2664758 Estrangeiro: CARLO BARBERO Passaporte: AA6015684 Estrangeiro: CELINA PADILLA VAZQUEZ Passaporte: 08140020598 Estrangeiro: CRISTINA BONDI Passaporte: AA3294730 Estrangeiro: DAVIDE GRILLI Passaporte: D871971 Estrangeiro: ELISABET HELENA GIL Passaporte: 13188347N Estrangeiro: EMILIANO BASSI Passaporte: YA2664213 Estrangeiro: EMILIANO BITTI Passaporte: Y509382 Estrangeiro: ENEAS JAMES MACKINTOSH Passaporte: 099254942 Estrangeiro: ENRICO LANZONI Passaporte: F673271 Estrangeiro: FABIO SERRA Passaporte: YA2664709 Estrangeiro: FABRIZIO PAUSINI Passaporte: AA2803777 Estrangeiro: FERDINANDO SALZANO Passaporte: AA0924414 Estrangeiro: GIANLUCA BERTOLDI Passaporte: YA2664502 Estrangeiro: GIANLUIGI FAZIO Passaporte: YA2664168 Estrangeiro: IVANA COLUCCIA Passaporte: AA4359053 Estrangeiro: JOSE ALEJANDRO MUSCARELLO Passaporte: YA2836943 Estrangeiro: LAURA PAUSINI Passaporte: YA2664170 Estrangeiro: LUCA BROZZI Passaporte: AA4171349 Estrangeiro: LUCIA TERESA PANTALONE Passaporte: YA2664173 Estrangeiro: MARCO ASTARITA Passaporte: AA1891654 Estrangeiro: MARCO MONFORTE Passaporte: YA2664642 Estrangeiro: MARCO NUZZI Passaporte: AA5917935 Estrangeiro: MARZIA GONZO Passaporte: YA2664413 Estrangeiro: MASSIMILIANO GENTILE Passaporte: YA2815172 Estrangeiro: MASSIMO FLEGO Passaporte: E753346 Estrangeiro: MATTEO BASSI Passaporte: YA2664433 Estrangeiro: MATTEO TAGLIABUE Passaporte: YA2955410 Estrangeiro: MAURIZIO CAPPELLINI Passaporte: B066952 Estrangeiro: MAURIZIO MAGGI Passaporte: F795442 Estrangeiro: MONICA HILL Passaporte: 706354474 Estrangeiro: NICOLA OLIVA Passaporte: B681685 Estrangeiro: ORLANDO GHINI Passaporte: AA2295852 Estrangeiro: PAOLO ROMANO CARTA Passaporte: YA2664341 Estrangeiro: RICCARDO RODOLFO ENRICO BRUNO BENINI Passaporte: F939679 Estrangeiro: ROBERTA GRANA Passaporte: YA2664167 Estrangeiro: SIMONE PALENGA Passaporte: C331638 Estrangeiro: SRDJAN SIMEUNOVIC Passaporte: 009731310 Estrangeiro: STEFANO CESCHINA Passaporte: YA0541560 Estrangeiro: STEFANO FRIGOLI Passaporte: AA3093990 Estrangeiro: STEFANO RANALLI Passaporte: YA2018249 Estrangeiro: WALTER VEZZOLI Passaporte: AA0477686, Processo: 46094039650201113 Empresa: RADIOLA RECORDS GRAVADORA E EDITORA LTDA ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANNY JOHN BITNEY Passaporte: 028270052 Estrangeiro: SELINA RAPHAELA ARUSHA TREPP Passaporte: 208198648, Processo: 46094039285201139 Empresa: CENA CULTURAL PRODUCOES LTDA-EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Achille Acakpo Passaporte: B0221734 Estrangeiro: Christiane Liese-Lore Cilly Uekermann Passaporte: 256404301 Estrangeiro: Janos Crecelius Passaporte: C3J2VOKHP Estrangeiro: Jean Max Koffi Passaporte: 09PH21779, Processo: 46094040182201111 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN ERIK AAKE ALLAN DAHLBAECK Passaporte: 82944609, Processo: 46094039860201101 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JORDI BOUMAN Passaporte: NN0PLB0K9 Estrangeiro: SANDER KLEINENBERG e/v FRANKEN Passaporte: BX4H84RR7, Processo: 46094039441201161 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: COLIN MITCHELL Passaporte: 210101951 Estrangeiro: JAMES SPENCER BAGGOTT Passaporte: 800695861 Estrangeiro: THOMAS WESLEY PENTZ Passaporte: 460913152, Processo: 46094039861201148 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDDIE MICHAEL ALEXANDER DR THONEICK Passaporte: C6Z139LKK, Processo: 46094040184201119 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENNETH DARRYLE DIXON JR Passaporte: 435815518, Processo: 46094040366201181 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FRANKIE KNUCKLES Passaporte: 452028463, Processo: 46094040183201166 Empresa: CRESCENT CONSULTORIA LTDA ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARL ANDREW COX Passaporte: 761269311 Estrangeiro: IAN RICHARD HUSSEY Passaporte: 099076717 Estrangeiro: JONATHAN MARK RUNDELL Passaporte: 301732948, Processo: 46094040181201177 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANDER KETELAARS Passaporte: BY4LPC683, Processo: 46094040293201128 Empresa: NUU BAR & LANCHES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON JAMES SHANAHAN Passaporte: M7096324 Estrangeiro: BENJAMIN DAVID PLANT Passaporte: M9460266 Estrangeiro: DANIEL ROBERT WHITECHURCH Passaporte: M9360789 Estrangeiro: JEREMIAH JOHANNES SOERJOKO Passaporte: M5730671 Estrangeiro: JOSHUA LAWRENCE PENNER Passaporte: 78038427 Estrangeiro: JOSHUA LUKE HEPTINSTALL Passaporte: LA006728, Processo: 46094040399201121 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE, PROMOCOES E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW WARBURTON Passaporte: 099127960, Processo: 46094040400201118 Empresa: ANDREA XAVIER HIRATA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NEAL ANTONE DYER Passaporte: 707047243, Processo: 46094040398201187 Empresa: MARC EVENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE JEAN PIERRE LE FRIANT Passaporte: 10AV23010, Processo: 46094040397201132 Empresa: RODRIGO MENDES DE FIGUEIREDO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DRAGAN ROGANOVIC Passaporte: N2461206, Processo: 46094040567201189 Empresa: JONATHAN ALVARENGA MARENCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHEL LOUIS JEAN SAURIN Passaporte: 10AX85390.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094038308201198 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FABIO MAXIMO MAROTTA Passaporte: 17218902N, Processo: 46094039638201109 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AGNELO SILVA Passaporte: F9878552 Estrangeiro: ANDRZEJ LATUSZEK Passaporte: AU 2966643 Estrangeiro: BRUCE TERENCE WIGGINS Passaporte: 505705447 Estrangeiro: CARLOS MANUEL ZAMBRANO FRANCO Passaporte: 0925503468 Estrangeiro: CARLWIN SOTELO CABANILLA Passaporte: EB0749513 Estrangeiro: DANTE DIGO JACOB Passaporte: XX0100152 Estrangeiro: FREDDY FRANCISCO FRANCO MAYORGA Passaporte: 0909344244 Estrangeiro: GEORGI STOYANOV KEREMEDCHIEV Passaporte: 358260944 Estrangeiro: HINRICH FRITZ DASENBROCK Passaporte: C4KLMYY1P Estrangeiro: I PUTU ALIT ARIANA Passaporte: R 800743 Estrangeiro: IGNATIUS DSOUZA Passaporte: G4713080 Estrangeiro: IRENEUSZ WOJCIECH MIOTKE Passaporte: AC 7195037 Estrangeiro: JERMAINE ALPHANSO GOODEN Passaporte: A2682001 Estrangeiro: JOY FILOTEO CRUZ Passaporte: EB0997214 Estrangeiro: JUAN MANUEL CORTES MARTINEZ Passaporte: 07440037018 Estrangeiro: KRZYSZTOF JAN JARMOLKOWICZ Passaporte: AU 0863959 Estrangeiro: KRZYSZTOF REBOWSKI Passaporte: EA 3942130 Estrangeiro: KRZYSZTOF STOLSKI Passaporte: AD 8134577 Estrangeiro: LECH GOLOTA Passaporte: EA 8363840 Estrangeiro: LEONIE PATRICIA GREEN Passaporte: A3096230 Estrangeiro: LUKASZ PAWEL PIASKOWSKI Passaporte: EA 9397709 Estrangeiro: MACIEJ KRZYSZTOF WIERZBA Passaporte: EC 9345896 Estrangeiro: MACIEJ PIOTR UZARSKI Passaporte: AT 4719622 Estrangeiro: MANUEL BEO MANALO Passaporte: XX0271573 Estrangeiro: MARGUERITE THERESE LEISHMAN-SCOTT Passaporte: E3064203 Estrangeiro: MICHEL RAMIREZ Passaporte: 047037710 Estrangeiro: NOBUYOSHI KAMIYAMA Passaporte: 038074536 Estrangeiro: PRIMO ROMEO BALIDAY BOGADOR Passaporte: XX4910423 Estrangeiro: REINALDO JOHN CRUZ CRISOSTOMO Passaporte: EB0909745 Estrangeiro: REMIGIUSZ MAREK WENDORFF Passaporte: AF 0176180 Estrangeiro: RICHARD DULLUOG SIMON Passaporte: XX2587872 Estrangeiro: ROBERT ORZECHOWSKI Passaporte: AU 9528448 Estrangeiro: SEBASTIAN PIOTR URBANIAK Passaporte: AF 2314614 Estrangeiro: SYLWESTER ADAM OLENKIEWICZ Passaporte: AS 4505251 Estrangeiro: TOMASZ PIOTR BRUDNIAK Passaporte: AS 1293229 Estrangeiro: VICENTE DOMINGO GOMEZ BURGOS Passaporte: 0915480685 Estrangeiro: VINCENT MICHAEL COSTA Passaporte: QE621963 Estrangeiro: WILLIAMS AVELINO GOMEZ BURGOS Passaporte: 0911523561 Estrangeiro: WINSTON MARSHALL REBELLO Passaporte: E6469020, Processo: 46094039360201161 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: COSTEL SILVIU MARIAN NEGOITA Passaporte: 14942295 Estrangeiro: DANIEL HERNANDEZ VENTURA Passaporte: C643100 Estrangeiro: FELEUGEN PEPITO BALATERO Passaporte: XX 3492214 Estrangeiro: GEORGI DIMITRIOS DOVRIS Passaporte: 381309638 Estrangeiro: RUMEN NEYCHEV DIMITROV Passaporte: 367876865 Estrangeiro: VITAN KOLEV VITANOV Passaporte: 366769843, Processo: 46094040596201141 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AJI PRIYONO AGENG PRAKOSO Passaporte: P 903416 Estrangeiro: ARJUN SINGH DHAMI Passaporte: E8366149 Estrangeiro: ELISTON JESUS DSOUZA Passaporte: F1452782 Estrangeiro: FRANCIS SALVADOR MASCARENHAS Passaporte: F2793484 Estrangeiro: GABRIEL TUSA Passaporte: 15330231 Estrangeiro: I WAYAN JULIASA Passaporte: V 844486 Estrangeiro: JOSÉ HIBRAN CANALES Passaporte: C549476 Estrangeiro: MASKUR Passaporte: V 916985 Estrangeiro: MICHELE DI DOMENICO Passaporte: AA0075481 Estrangeiro: MOHAMMAD SUHAINI Passaporte: A 1208882 Estrangeiro: MUHAMMAD FAIZAL Passaporte: P 979542 Estrangeiro: VINCENT BRITTO Passaporte: F3355697 Estrangeiro: WALDIN LATUPONO Passaporte: R 941216, Processo: 46094039494201182 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALOYSIUS ROCK AMARAL FERNANDES Passaporte: J 2748662 Estrangeiro: NJEGOS BULATOVIC Passaporte: A0214188 Estrangeiro: PRABHAHARAN ARUMUGAMRAJAN RAVINDREN Passaporte: Z 1775266 Estrangeiro: SCOATTE SOBREVILLA GELVOLIGAYA Passaporte: XX4149580 Estrangeiro: WALTER VALLESPIN GLORIA Passaporte: EB2441793 Estrangeiro: WINNIE DIAZ BORRES Passaporte: XX1659664 Estrangeiro: YEIDY PATRICIA CAÑON BELLO Passaporte: CC 35423673, Processo: 46094040600201171 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY EBUENGA DALO Passaporte: EB1317395 Estrangeiro: FERNANDO GONZALEZ LAGOS Passaporte: AM883711 Estrangeiro: I NENGAH PURWANA Passaporte: V 316028 Estrangeiro: KHAMRANG LUNGMILA Passaporte: G3108819 Estrangeiro: RONNEL TORRES ESTEBAN Passaporte: XX2262107, Processo: 46094040595201104 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALDO NETTUNO Passaporte: AA0255577 Estrangeiro: AVEL DAHAN ACAS Passaporte: XX4315377 Estrangeiro: BIENVENIDO COL-

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

LADO NARAG Passaporte: XX4847937 Estrangeiro: CARLO LAI Passaporte: A 328742 Estrangeiro: CHICO DEENE LUNA SILVA Passaporte: EB0417580 Estrangeiro: DIKDIK RIADI SUMARSONO Passaporte: U 073274 Estrangeiro: EDY SYAIFUDIN Passaporte: P 231183 Estrangeiro: FRANCISCO ATIENZA BADILLO Passaporte: XX4088816 Estrangeiro: GEORGE RUJE Passaporte: 12912246 Estrangeiro: GIOVANNI NONNIS Passaporte: D 412405 Estrangeiro: GIUSEPPE GIOVANNI MARIA DETTORI Passaporte: AA3952994 Estrangeiro: I KETUT SUTARIA Passaporte: A 1306621 Estrangeiro: LINSON PEIXOTO Passaporte: J 8898738 Estrangeiro: MARIE-ASTRID NATHALIE SOLANGE DUJARDIN Passaporte: 11AV75385 Estrangeiro: MARIUS STOIAN Passaporte: 13852704 Estrangeiro: MATTEO MENNELLA Passaporte: C 345647 Estrangeiro: MOHAMAD MAKSUM Passaporte: V 918709 Estrangeiro: OSCAR ORLANDO CRUZ UMANZOR Passaporte: B255624 Estrangeiro: OVIDIU IOAN FRATILA Passaporte: 11369938 Estrangeiro: RAFFAELE VACCARO Passaporte: AA3077168 Estrangeiro: RAMON AZCUETA CAJIPE Passaporte: XX0639700 Estrangeiro: RANDY GREGORIO MARCELINO Passaporte: XX5101270 Estrangeiro: ROSA BEATRIZ RAMON CABRERA Passaporte: 4616655 Estrangeiro: SALLY JANE EVORA MARAVILLA Passaporte: XX3096229 Estrangeiro: SERGIO IUORIO Passaporte: AA1143727 Estrangeiro: SERJIE RANCES ARENAL Passaporte: XX1739707 Estrangeiro: STEFANO ALESSANDRO GOBBO Passaporte: AA0526819 Estrangeiro: SUHAELI TAUFIK Passaporte: S 736119, Processo: 46094040342201122 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo:

180 Dia(s) Estrangeiro: CESAR AUGUSTO ZELAYA Passaporte: C676605 Estrangeiro: JUAN DAVID AJANEL TECUM Passaporte: 000565656 Estrangeiro: MARIO ENRIQUE ALLEN GOMEZ Passaporte: C1622731 Estrangeiro: ROSARIO ESTIBEIRO Passaporte: J2137837 Estrangeiro: UTTAM SHAM HALANKAR Passaporte: H0454420, Processo: 46094040340201133 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BIRGER BOYKEN Passaporte: C1F0FHWNO Estrangeiro: CHRISTIAN BARTELS Passaporte: C0HY6LXYJ Estrangeiro: JAN FRIEDRICH Passaporte: C3J3PKYLW Estrangeiro: JANKA ADAMIKOVA Passaporte: BG5690612 Estrangeiro: JASMIN VAN LOON Passaporte: C6XY5L3JY Estrangeiro: MATTHIAS LORENZ Passaporte: 035951972 Estrangeiro: OLIVER CARLUS GONSALVES Passaporte: J 3928652, Processo: 46094040336201175 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ENRIQUE EDMUNDO BERNALES AHUMADA Passaporte: 15085782-1, Processo: 46094040335201121 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DOMINGO SOLIS CAUBALEJO Passaporte: XX5742741 Estrangeiro: I NYOMAN GEDE SUTEJA ASTHA Passaporte: P539574 Estrangeiro: I WAYAN WIDYA Passaporte: V320088 Estrangeiro: RAMIRO ORTIZ GUINTU Passaporte: VV0660292 Estrangeiro: RENANTE BINASBAS RAGANAS Passaporte: XX1690793 Estrangeiro: VICTOR PENTINIO DUEÑAS Passaporte: EB 0534483, Processo: 46094040599201184 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO TAVARES DE OLIVEIRA JÚNIOR Passaporte: L510387 Estrangeiro: I MADE TULUSYASA Passaporte: U511244 Estrangeiro: LORENA ISABEL ACEVEDO GONZÁLEZ Passaporte: 15727565-8 Estrangeiro: ROMI ARMANSYAH Passaporte: W 009672 Estrangeiro: VIJEKO GOVIC Passaporte: .003310166, Processo: 46094040345201166 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO ROSARIO SALVADOR VAZ Passaporte: H2004508 Estrangeiro: FATIMO FRANCISCO FERNANDES Passaporte: G1834509 Estrangeiro: IDA BAGUS NYOMAN MERTA Passaporte: V 843590 Estrangeiro: OSCAR JAVIER QUINTANA RIOS Passaporte: CC70602185 Estrangeiro: REYMOND EDWARDS KELLY Passaporte: 701140941 Estrangeiro: SURESH GANPAT BHINGARDEVE Passaporte: G6622589 Estrangeiro: WILMER ALEXANDER CASTAÑEDA LEIVA Passaporte: C784437, Processo: 46094040344201111 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY LLOYD LACKWOOD COE Passaporte: C01099462 Estrangeiro: ASOKA MAHATMA MORENO Passaporte: C0958234 Estrangeiro: BAPTISTA DOMINGOS PEREIRA Passaporte: F7342545 Estrangeiro: DANIEL ALBERTO GONZALEZ MOORE Passaporte: C01105376 Estrangeiro: JACQUELINE SENOVIA COLEMAN BRITTON Passaporte: C0904058 Estrangeiro: LOZERN SELMIRA FORBES WILSON Passaporte: C1600669 Estrangeiro: OSCAR OSWALDO HERRERA MOLINA Passaporte: CC80258337 Estrangeiro: OSCAR REINALDO GUITY RAMIREZ Passaporte: C395402 Estrangeiro: RAFAEL ANTONIO MORENO MARTINEZ Passaporte: C0968980 Estrangeiro: VARGYL SANTIAGO Passaporte: B1415291, Processo: 46094040341201188 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EVGENIYA TUMANOVA Passaporte: 51Nº4460942, Processo: 46094040604201159 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BENITO ANTONIO ANDERSON Passaporte: C0935757 Estrangeiro: GREGORY EVANS TAYLOR HODGSON Passaporte: C01080704 Estrangeiro: I KETUT SUASTIKA Passaporte: R 978901 Estrangeiro: MARIA DEL CARMEN LOPEZ PEÑALOZA Passaporte: 5512776 Estrangeiro: MARIO ALBERTO LUNA PASTORA Passaporte: C01069846 Estrangeiro: RENE ARNOLDO WILSON MC NORTH Passaporte: C01112374 Estrangeiro: ROBERTO JOSE SILES ALTAMIRANO Passaporte: C1443748, Processo: 46094040602201160 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEKSANDAR KONSTANTINOV MARKOV Passaporte: 36 4358775 Estrangeiro: ALVARO JOHN DMELLO Passaporte: J2133500 Estrangeiro: DENEL PEREIRA Passaporte: E4301257 Estrangeiro: DHIRAJKUMAR GANESHKUMAR MISHRA Passaporte: G3331981 Estrangeiro: I MADE ARTAWAN Passaporte: T973353 Estrangeiro: KENNY NOEL BROOKS GORDON Passaporte: C1704432 Estrangeiro: NORMA ALICIA PEREZ ALVARADO Passaporte: C01100530 Estrangeiro: WIJIL WIKU WIDODO Passaporte: U542112 Estrangeiro: WILLIAM RODRIGO FONSECA RAMIREZ Passaporte: E199644.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094031390201120 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: Raymond Gjendemsjo Passaporte: 02M037651534, Processo: 46094033001201109 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/02/2012 Estrangeiro: DAVOR PAVANIC Passaporte: 003987362 Estrangeiro: DRAGAN PAVIC Passaporte: 001506268 Estrangeiro: DUSKO PREDOJEVIC Passaporte: 003500926 Estrangeiro: EDO AVDIC Passaporte: 000981630 Estrangeiro: MARIJAN GERENDAJ Passaporte: 086034734 Estrangeiro: MARIO ZLATANOVIC Passaporte: 003817979 Estrangeiro: NIKOLA BRATOSEVIC Passaporte: 003368293 Estrangeiro: NIKOLA SABLIC Passaporte: 003643502 Estrangeiro: ZELJKO RUBESA Passaporte: 003607623, Processo: 46094037040201177 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano Estrangeiro: LANCE WADE NORTH Passaporte: 403246026, Processo: 46094036015201176 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BHAVISHYAKUMAR NATHU SOLANKI Passaporte: G1366742, Processo: 46094034207201148 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/04/2012 Estrangeiro: Gurudutt Vedavyasa Nayak Passaporte: Z2343623, Processo: 46094036130201141 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: JONATHAN EDWARD KERR Passaporte: 447382708, Processo: 46094034740201118 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: GEORGIOS VICHOS STAMATOPOULOS Passaporte: AH3047358 Estrangeiro: MICHAIL FILIPPAKIS Passaporte: AH3920151, Processo: 46094036012201132 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANJAYKUMAR UPENDRABHAI RATHOD Passaporte: G5003185, Processo: 46094038274201131 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK WILLIS Passaporte: 800727573, Processo: 46094036046201127 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro: HUIG VAN DUIJN Passaporte: BXBD40RJ6 Estrangeiro: MARCEL ZUIDERHOEK Passaporte: BUKHB4715 Estrangeiro: MARTIN REM Passaporte: NPHK0BJ52 Estrangeiro: SEBASTIAAN VREDEGOOR Passaporte: NW1L2HK24 Estrangeiro: THOMAS MARTINUS FRANCISCUS BERNDS Passaporte: BJCC11BH2, Processo: 46094036009201119 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ANDRII DENISIUK Passaporte: EE451275, Processo: 46094038138201141 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ODDBJORN ASLE SUNDE Passaporte: 25221784, Processo: 46094036415201181 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 25/06/2013 Estrangeiro: BENJAMIN E. M. DAUCHOT Passaporte: EG 534619, Processo: 46094037723201124 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: CARL CHRISTIAN SOLOMON Passaporte: BA451132, Processo: 46094037722201180 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: TOMISLAV POLIC Passaporte: 038360181 Estrangeiro: VANJA HRVATIN Passaporte: 004143922, Processo: 46094036045201182 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro: CORNELIS VAN LEEUWEN Passaporte: NNDK52RP4 Estrangeiro: DIRK VAN DER PLAS Passaporte: NTJPC99R1 Estrangeiro: GERARD JOHAN DE VRIES Passaporte: NY9F1H557 Estrangeiro: JAN ROBERT VISSER Passaporte: NN9937C15 Estrangeiro: JOHANNES JAN BREURE Passaporte: NT80CBF08, Processo: 46094036050201195 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro: ANDRE PAULUS HAMSTRA Passaporte: NMHD696B7 Estrangeiro: JEFFREY ZUIDDAM Passaporte: NY013HJH0 Estrangeiro: JEREMY WIEGMANN Passaporte: NWD2JL1K9 Estrangeiro: MEINDERT DE HAAN Passaporte: NUJ9B2150 Estrangeiro: TEUN JOHAN PLANTEIJDT Passaporte: NN743FF20 Estrangeiro: WILHELMUS GERARDUS MARIA TROUWEN Passaporte: NPDHKPJH7, Processo: 46094037713201199 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: BENJAMIN ANAK PHILIP BANJANG Passaporte: K22200154 Estrangeiro: FRANCIES THESEIRA Passaporte: A17361267 Estrangeiro: HENG SOON LEE Passaporte: A19789213 Estrangeiro: LIM BENG BOON Passaporte: A18972445 Estrangeiro: THOMAS ANAK BOON Passaporte: K23711117, Processo: 46094037714201133 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: JAMES JOHNSTON LOGAN Passaporte: 403282999 Estrangeiro: JOHN BOOTH Passaporte: 464513274 Estrangeiro: LIAM ANTHONY HOWLETT Passaporte: 099213392 Estrangeiro: MICHAEL JOHN GUY Passaporte: 801621625 Estrangeiro: PAUL COX Passaporte: 504087306 Estrangeiro: ROBERT ANGUS Passaporte: 452329697, Processo: 46094037346201123 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ENRIQUE CUBER GONZALEZ Passaporte: AAC995595 Estrangeiro: FILIPE ALBERTO TORRES DA CUNHA Passaporte: L674634 Estrangeiro: JUAN JOSE GARCIA SUAREZ Passaporte: AAD709402 Estrangeiro: LUIS ALBERTO VAZQUEZ CHAPELA Passaporte: AAC682067 Estrangeiro: OSCAR DOSIL AGEITOS Passaporte: AAC206236 Estrangeiro: PABLO PAZ SANTAMARIA Passaporte: AAD128181 Estrangeiro: RAFAEL FERNANDEZ GRAÑA Passaporte: AAC490188, Processo: 46094037724201179 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: RICHARD JOSEPH ASHLEY Passaporte: 800541932 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM BERTRAM Passaporte: 093063942, Processo: 46094036047201171 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro: ARIJ LEENDERT HOBBEL Passaporte: NP9HDJ0F7 Estrangeiro: BARRIE MUNNIK Passaporte: NW2LCL922 Estrangeiro: MICHIEL LAURENS WAGTER Passaporte: NX3PKB5R5 Estrangeiro: PIETER JEROEN VAN ES Passaporte: NVF55KBD5 Estrangeiro: REINDER DE VRIES Passaporte: NS942PKD2, Processo: 46094037341201109 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: WALTER JOHN HARRINGTON Passaporte: 483762216, Processo: 46094036296201167 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALFRED MARSTEN Passaporte: 101911158, Processo: 46094036660201199 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: COLIN PETER WEST Passaporte: 107322733, Processo: 46094036689201171 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: VYACHESLAV PODPOKROVNY Passaporte: EM095670, Processo: 46094037340201156 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: CONNOR BAILLIE CAMPBELL Passaporte: 801536805, Processo: 46094037036201117 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: SEBASTIAN PLANT Passaporte: 403060664, Processo: 46094036686201137 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIT KUMAR SINGH Passaporte: E3824873, Processo: 46094036688201126 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKHIL MANUJA Passaporte: G4937009 Estrangeiro: SHELDON ANTHINY SAVIO LOBO Passaporte: G7369940, Processo: 46094036546201169 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAYTON THOMAS MERCER Passaporte: JM458530, Processo: 46094037032201121 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMSOM JR. SAMAN VECINO Passaporte: EB3043424, Processo: 46094038135201116 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ANTOINE FRANÇOIS BERTHOUX Passaporte: 07BC24849 Estrangeiro: GAEL JEAN YVES CONAN Passaporte: 09AT73582 Estrangeiro: OLIVIER NOEL FLORIAN KERSUZAN Passaporte: 07CC81169 Estrangeiro: PASCAL LOUIS JEAN FAURE Passaporte: 07AY86999, Processo: 46094038129201151 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ERIK HEDVALD NILSEN Passaporte: 26240610, Processo: 46094037029201115 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIERRE MANCAUX Passaporte: 06AX15117, Processo: 46094037719201166 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: KORNELIS WILLEM DE VRIES Passaporte: NP031C646, Processo: 46094037011201113 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hrvoje Margitic Passaporte: 085491046, Processo: 46094037188201110 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BORIS TUS Passaporte: 003082107 Estrangeiro: DEREK NOBLE CRUICKSHANK Passaporte: 093172404 Estrangeiro: JASON JOHN JOSEPH KENNEY Passaporte: JM489506 Estrangeiro: JEFFREY GENGE Passaporte: WJ210712 Estrangeiro: KJELL JOERGEN KOLSTAD Passaporte: 28635230 Estrangeiro: MICHAIL BELIAJEV Passaporte: 20313287 Estrangeiro: NENAD MITROVIC Passaporte: 008257424, Processo: 46094037894201153 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: GEORGE DISHINGTON Passaporte: 099026677 Estrangeiro: JESSE LIAM CANNON Passaporte: 099241832 Estrangeiro: KENNETH JAMES CHAPMAN Passaporte: 099143635 Estrangeiro: ROSS ASHLEY BURCHETT Passaporte: 099026652 Estrangeiro: WILLIAM BRUNTON Passaporte: 099086956, Processo: 46094037833201196 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: DEON STRYDOM Passaporte: 458972159 Estrangeiro: JOHANN JONKER Passaporte: A00689555, Processo: 46094037834201131 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: PAUL WILLIAM KANNEGIETER Passaporte: BA630465, Processo: 46094037895201106 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: CRESTITO AGLIPA BASCON Passaporte: VV0165581 Estrangeiro: ELSON DELA CRUZ DOMINGO Passaporte: XX4113669 Estrangeiro: ISMAEL BRONOLA CONDRILLON Passaporte: XX0358613 Estrangeiro: JESSIE SARMON CUELLO Passaporte: XX2543447 Estrangeiro: WILSON ESTRELLA ATON Passaporte: XX1495602, Processo: 46094037187201167 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN JOHN MARSH Passaporte: LA603194, Processo: 46094037855201156 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: DANAIL DIMITROV STRAPCHENKOV Passaporte: 368642577 Estrangeiro: MILENA PETROVA IVANOVA Passaporte: 381309639 Estrangeiro: OGNYAN NIKOLOV IVANOV Passaporte: 367864504 Estrangeiro: PANKO ANESTEV PANAYOTOV Passaporte: 367873031 Estrangeiro: ROSEN ATANASOV ALEKSIEV Passaporte: 361675808, Processo: 46094037061201192 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THIJS BASTIAAN GOOSSINK Passaporte: NY4RKK349, Processo: 46094038139201196 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD BERMUDEZ GALIMBA Passaporte: EB3399093, Processo: 46094037942201111 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/03/2012 Estrangeiro: RONALD JAN VAN HEMMEN Passaporte: NU9544CC1, Processo: 46094037079201194 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/09/2013 Estrangeiro: STEPHEN LEONARD TOMLIN Passaporte: BA353588, Processo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

46094037060201148 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLE MARTIN LEKNES Passaporte: 28710685, Processo: 46094038187201184 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN RICHARD COLLINS Passaporte: BA451422, Processo: 46094037864201147 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: DIMITAR PETROV TROYANOV Passaporte: 364346510 Estrangeiro: DIMITAR VASILEV VASILEV Passaporte: 357471915 Estrangeiro: PLAMEN PENEV PETROV Passaporte: 330799709 Estrangeiro: STANISLAV ARGIROV IVANOV Passaporte: 363111382 Estrangeiro: TSONKO MARINOV TSONEV Passaporte: 368640813, Processo: 46094037892201164 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: MARTIN YORDANOV MARTINOV Passaporte: 3 80511416, Processo: 46094037835201185 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: DENISLAV RADOMIROV VASILEV Passaporte: 353835067 Estrangeiro: ILIYAN STEFANOV GABROVSKI Passaporte: 366774651 Estrangeiro: IVAN YORDANOV YORDANOV Passaporte: 365742404 Estrangeiro: SERGEY LYUBENOV ENCHEV Passaporte: 380032990 Estrangeiro: VENTSISLAV ATANASOV GRADESHLIEV Passaporte: 380567976, Processo: 46094037832201141 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: TONCHO PETROV ANGELOV Passaporte: 36488104 5, Processo: 46094037893201117 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: GERALD KENT DOLLEY JR Passaporte: 4 44137068, Processo: 46094037652201160 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARTEMIO JR. FIGALAN SORIANO Passaporte: EB0417195 Estrangeiro: DIOSDORO ANTONIO DUJA SARABIA Passaporte: EB1624788 Estrangeiro: KRASEN IVANOV STANEV Passaporte: 365738947 Estrangeiro: LYUBOMIR IVANOV RULEV Passaporte: 368298071 Estrangeiro: RANDY ACOPIO BABALLO Passaporte: EB2512288 Estrangeiro: RONUALDO ALONSAGAY SANTOS Passaporte: EB1336152 Estrangeiro: STANIMIR ANGELOV STANCHEV Passaporte: 368657782 Estrangeiro: STANIMIR VASILEV PASHOV Passaporte: 364158710 Estrangeiro: SVETOSLAV VASILEV VALCHEV Passaporte: 380642423 Estrangeiro: TEODOR GEORGIEV ANGELOVSKI Passaporte: 381227676, Processo: 46094038105201100 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MICHAEL WATSON Passaporte: 450468487, Processo: 46094037515201125 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS-IRVING KARLSSON Passaporte: 62822128 Estrangeiro: OLE BREKNE Passaporte: 28593402, Processo: 46094038275201186 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: até 03/06/2013 Estrangeiro: MARTINE DANIELE MULLER SAUNDERS Passaporte: 07CE06508, Processo: 46094038131201120 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: CHRISTER SJO Passaporte: 27914353, Processo: 46094038228201132 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ATLE JOHANNESSEN Passaporte: 25491875 Estrangeiro: DAVID ALEXANDER GIBB Passaporte: 402080059 Estrangeiro: GEIR OVE FALK Passaporte: 03M065892040 Estrangeiro: HECTOR EDVARDO FIGUEROA BERNALES Passaporte: 21054488 Estrangeiro: SHAWN TREVOR GREEN Passaporte: BA620156, Processo: 46094038233201145 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BAIKUNTH RAO VADI Passaporte: F8650505, Processo: 46094038227201198 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MORGAN FAEROEYKAVLEN Passaporte: 20742704 Estrangeiro: OLE JOERGENSEN Passaporte: 205270775 Estrangeiro: RUNAR MICHAEL HAUGEN Passaporte: 27171227 Estrangeiro: TOM-SIMEN LOEKKEBOE SOERENSEN Passaporte: 27732441 Estrangeiro: WAYNE ROBERT PATTEN Passaporte: EA556355, Processo: 46094038130201185 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: CLAIRE LESLEY GRUBB Passaporte: N1625896, Processo: 46094038111201159 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOR UPPSTAD Passaporte: 28230393 Estrangeiro: WILLIAM JOHN BAILEY Passaporte: 099163690, Processo: 46094037655201101 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHIVKO DIMITROV GEORGIEV Passaporte: 364345307, Processo: 46094038104201157 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PERRY CLEVELAND CURTIS III Passaporte: 220389413, Processo: 46094038133201119 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ARNE OKLAND Passaporte: 26535156 Estrangeiro: DAVID DONVIK Passaporte: 25903527, Processo: 46094038134201163 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ALF MAGNUS JENSEN Passaporte: 25687462 Estrangeiro: EIVIND HARALD EDVARDSEN Passaporte: 25945507 Estrangeiro: RUNE KVASSHEIM Passaporte: 25685341 Estrangeiro: SIGURDUR HJARTAR MAGNUSSON Passaporte: A1184673, Processo: 46094038136201152 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: DAWID ARKADIUSZ DYNIA Passaporte: AK1048173 Estrangeiro: PAWEL MYSLIWY Passaporte: AD1377427 Estrangeiro: WIESLAW KOSPIN Passaporte: AM7314209 Estrangeiro: WITOLD TADEUSZ GORAL Passaporte: AS9234310, Processo: 46094038137201105 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: AURELIE MARION VIRGINIE COLOMBET Passaporte: 08AH15114 Estrangeiro: CHRISTOPHE FILIPPI Passaporte: 05KK67819 Estrangeiro: LOUIS FREDERIC PAUL JOSEPH BAERT Passaporte: 09AT58187 Estrangeiro: VINCENT LE GUEVEL Passaporte: 07CC03230, Processo: 46094037762201121 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/02/2012 Estrangeiro: ANTE JELOVCIC Passaporte: 003690258 Estrangeiro: IVAN VLASIC Passaporte: 053131224, Processo: 46094038188201129 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MELVIN JOHN BLOCK Passaporte: 099169958 Estrangeiro: SEAN PRYDE Passaporte: 402168247, Processo: 46094037770201178 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENT REYER JOSEPH Passaporte: 449893272 Estrangeiro: RODNEY EDGAR PEACH Passaporte: BA621084, Processo: 46094037808201111 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/06/2013 Estrangeiro: RICARDO RODRIGUEZ FRANCO Passaporte: 06060019579, Processo: 46094037769201143 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER JOHN GARDINER Passaporte: 801801465 Estrangeiro: ANDREAS MARTIN STROEMBERG Passaporte: 12422151 Estrangeiro: Barry Graham Mutch Passaporte: 801797464 Estrangeiro: DANIEL GRANT ELLINGTON Passaporte: 463115118 Estrangeiro: EDDIE FABIAN LUNDGREN Passaporte: AN7889296 Estrangeiro: GRZEGORZ JACEK CYRZAN Passaporte: AL9234188 Estrangeiro: John Stewart Ross Passaporte: 800683026 Estrangeiro: Lars Rollmoen Passaporte: 27747190 Estrangeiro: Michael Andrew Calver Passaporte: 456055917 Estrangeiro: PER ANDREAS PETERSSON Passaporte: 82817538 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM JOHNSTON Passaporte: 080039922 Estrangeiro: Sven Eric Eliasson Passaporte: 56151694 Estrangeiro: Walther Stallvik Passaporte: 28705473, Processo: 46094038128201114 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: JULIUS AUGUSTUS VIRAY JUNIO Passaporte: XX2011222, Processo: 46094038159201167 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRIY LAVRENTYEV Passaporte: EC442460 Estrangeiro: EUSTÁQUIO GANDAIO DE ALMEIDA MACATRÃO Passaporte: G538348 Estrangeiro: JOHN WALLACE BURKE Passaporte: BA450564 Estrangeiro: JOSEPH TIMOTHY ALLARD Passaporte: BA491846 Estrangeiro: JOSUÉ AGRA NUNES Passaporte: L473313 Estrangeiro: JOÃO ANTÓNIO VIEIRA Passaporte: L404472 Estrangeiro: MANUEL ALBERTO RIBEIRO RAJÃO Passaporte: G518407 Estrangeiro: MATIAS LEURIS DO NASCIMENTO Passaporte: H575333 Estrangeiro: PEDRO MANUEL PONTES MAIO Passaporte: J964249 Estrangeiro: ROMAN RUKOSUYEV Passaporte: EK766508, Processo: 46094037731201171 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: ALBERT DUBBELDAM Passaporte: NU5FL9K32 Estrangeiro: BEREND FREDERIK REINDERS Passaporte: NX2HHPRL9 Estrangeiro: JAN ALBERT ALTING Passaporte: NVR4P1584 Estrangeiro: KLAAS-DIRK WIERBOS Passaporte: BCFBCLHJ8 Estrangeiro: PATRICK HAVEMAN Passaporte: NM907C782, Processo: 46094038132201174 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: JAMES EDWARD BARD Passaporte: 421491326, Processo: 46094038101201113 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEIL CABANOANG ALIMAN Passaporte: EA0019825 Estrangeiro: CHRISTOPHER GEORGE SPENCER STOTHARD Passaporte: 099195702 Estrangeiro: DYLAN SHANE EISENHAUER Passaporte: BA452595 Estrangeiro: ERROL JOSEPH WRIGHT Passaporte: 134780965 Estrangeiro: ILYA OLEGOVICH NIKANOROV Passaporte: 455866207 Estrangeiro: JOHN GEORGE FORAN Passaporte: 650767763 Estrangeiro: JOSEPH LEE IOTT Passaporte: 453745315 Estrangeiro: KENT POLKINGHORNE Passaporte: E1001265 Estrangeiro: LOREN JOHN ANDERSON Passaporte: 445866811 Estrangeiro: PASHA ROSS BARLAK Passaporte: 434281447 Estrangeiro: SAVIOUR FENECH Passaporte: 0940569, Processo: 46094037928201118 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER RUZANOV Passaporte: 63N5562740, Processo: 46094038106201146 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG MORRISON Passaporte: 801656285, Processo: 46094038052201119 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: BRIAN CHRISTOPHER MICHAEL BULL Passaporte: 093037096 Estrangeiro: MARTYN JAMES RICHARDSON Passaporte: 099234618 Estrangeiro: MICAEL GONZALVO MURILLO Passaporte: XX2276668, Processo: 46094038108201135 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: ANREB ZEDRIC GENINE GENANDOY Passaporte: EB1542189, Processo: 46094037927201165 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: RUSHAAD HOSANG MEHTA Passaporte: J6094936, Processo: 46094038049201103 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: GRANT ALEXANDER SMITH Passaporte: 506634902, Processo: 46094038051201174 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: DONALD MICHAEL GRANT Passaporte: 402382161, Processo: 46094038056201105 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEX RAMON REYES RODRIGUEZ Passaporte: P0000230, Processo: 46094038059201131 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAI HERNANDEZ DOMINGUEZ Passaporte: G07585754 Estrangeiro: SERGIO ANDRES DUARTE ESTRADA Passaporte: G06036980, Processo: 46094038637201139 Empresa: C & C TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: até 14/09/2013 Estrangeiro: BJOERN-STEINAR JOHANSEN Passaporte: 28416881 Estrangeiro: CARLO JOSE CAPATI MANIO Passaporte: XX0061316 Estrangeiro: JAN SVERRE GROTLE Passaporte: 25363915 Estrangeiro: KARSTEN DAGMUND NIGARDSOEY Passaporte: 21318174 Estrangeiro: MANOLITO QUEVEDO VELASQUEZ Passaporte: XX0416909 Estrangeiro: MITCHELL UMADHAY MENDEZ Passaporte: XX4651102 Estrangeiro: NOVIE HITGANO LICAYAN Passaporte: EB0068146 Estrangeiro: PATRICIO AGUINALDO SANTOS Passaporte: EB2990459 Estrangeiro: RODOLFO NOGOY YABUT Passaporte: EB0621886 Estrangeiro: WILFREDO NASE SORIANO Passaporte: EB0221890, Processo: 46094038197201110 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: JEROEN PASSCHIER Passaporte: BVF6C83B5, Processo: 46094038058201196 Empresa: FINARGE NAVEGACAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEJAN MODRUSAN Passaporte: 102357774 Estrangeiro: ROBERT JAKAC Passaporte: P01083897, Processo: 46094038154201134 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK LEE JONES Passaporte: 216691496, Processo: 46094038055201152 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: até 01/12/2012 Estrangeiro: RAMIRO PRIEGO SOBRINO Passaporte: 08350001329, Processo: 46094038158201112 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALI ANAK MINDANG Passaporte: K22198369 Estrangeiro: BANYAI ANAK LIMAN Passaporte: K24330980 Estrangeiro: IJAU ANAK NGITAR Passaporte: K16312262 Estrangeiro: LIBAT ITAI Passaporte: K20475726 Estrangeiro: MARTIN ANAK NEUS Passaporte: K19421088 Estrangeiro: MOHD KHAIRUL NIZAM ABDULLAH Passaporte: K22900690 Estrangeiro: NINGKAN ANAK JANTENG Passaporte: K18016775 Estrangeiro: PETER ANAK UJIH Passaporte: K20324650, Processo: 46094038200201103 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONNI HUSTED JENSEN Passaporte: 102154477, Processo: 46094038079201110 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAREK ADAM SYPOSZ Passaporte: AU0796749, Processo: 46094038155201189 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: Darko Martic Passaporte: 004039266, Processo: 46094038199201117 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN RASMUSSEN Passaporte: 200593281, Processo: 46094038141201165 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH MICHAEL ROBY Passaporte: 501522078, Processo: 46094038327201114 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KLAUS BO LUNDRUP Passaporte: 203684189 Estrangeiro: RAPHAEL LAWAI ENGAN Passaporte: K19585439 Estrangeiro: ROMILSON RINGKAI ANAK MINGGU Passaporte: K16555015 Estrangeiro: SERGII SHYMKO Passaporte: EA890548 Estrangeiro: SERGIY SHYYAN Passaporte: ET300293 Estrangeiro: SEWIL ANAK BADA Passaporte: K21118214 Estrangeiro: WEDEKAUR ANAK JALIN Passaporte: K19585129, Processo: 46094038140201111 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ELSY Passaporte: 453347527, Processo: 46094038219201141 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: MARK COMRIE DUNNETT Passaporte: 093069949, Processo: 46094038359201110 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Matthew Ryan Smith Passaporte: 469214390, Processo: 46094038360201144 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANK WILSON Passaporte: 402424384, Processo: 46094038367201166 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY COLIN Passaporte: 09PI76176 Estrangeiro: BJOERNAR MAGNE BERGE Passaporte: 25893341 Estrangeiro: CHRISTOPHER COLEIRO Passaporte: 686816 Estrangeiro: CRAIG MARTIN Passaporte: 403215817 Estrangeiro: GRZEGORZ JAN WIRZMAN Passaporte: ED5052582 Estrangeiro: JAMES CAMERON LEES Passaporte: 506588552 Estrangeiro: JOHN MCDONALD MARTIN Passaporte: 652115625 Estrangeiro: JOHN NEWLANDS WILSON ALLAN Passaporte: 402653531 Estrangeiro: JONATHAN WALTER DOUGLAS GLOVER Passaporte: 801651340 Estrangeiro: RAYMOND ADAMS Passaporte: 099069472 Estrangeiro: SVEIN VIK Passaporte: 26444362, Processo: 46094035894201119 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: OLE ROGER SEM Passaporte: 28348977.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso I):

Processo: 46094026655201178 Empresa: ABENGOA CONSTRUCAO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD Passaporte: XDA377409, Processo: 46094032217201149 Empresa: ABENGOA CONCESSOES BRASIL HOLDING S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO DAVID SANCHEZ Passaporte: 14538362, Processo: 46094032015201105 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: até 13/02/2014 Estrangeiro: YOUNG SIG KWON Passaporte: TM1033345, Processo: 46094034133201140 Empresa: SERHS BRASIL EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Josep Maria Marques Sauri Passaporte: AC224288, Processo: 46094036018201118 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIDEYUKI HIRANO Passaporte: TK4683966, Processo: 47758000248201142 Empresa: ARAGUAIA NIQUEL MINERACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Paul Johann Nagerl Passaporte: BA353124, Processo: 46094035172201164 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WON TAK KIM Passaporte: M75217901, Processo: 46094035175201106 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JONG YU KIM Passaporte: M47098462, Processo: 46094035171201110 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeter-

IMPRENSA NACIONAL

minado Estrangeiro: HYEONG KEUN BAE Passaporte: M52503212, Processo: 46094035173201117 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SUNG HYUK LEE Passaporte: M46105369, Processo: 46094035859201108 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUNE MAGNUS LUNDETRAE Passaporte: 26220568, Processo: 46094035555201132 Empresa: SONANGOL STARFISH OIL & GAS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ FRANCISCO DE CASTRO Passaporte: N0691442, Processo: 46094037361201171 Empresa: CIMCORP COMERCIO INTERNACIONAL E INFORMATICA S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NANA BAFFOUR-GYEWU Passaporte: 113175698, Processo: 46094037779201189 Empresa: REDE INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES LAUREATE LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Victor Eduardo Jurado Silva Passaporte: G07949503, Processo: 46094037524201116 Empresa: ADIDAS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: GEORG VIOREL KREBELDER Passaporte: C4JNL04TX, Processo: 46094038168201158 Empresa: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAURIZIO GELI Passaporte: B765984, Processo: 46094036679201135 Empresa: KITO DO BRASIL COMERCIO DE TALHAS E GUINDASTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHIN KIMURA Passaporte: TK4651701, Processo: 46094037952201149 Empresa: CHEIL BRASIL COMUNICACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: TAE WOOK KIL Passaporte: M09232468, Processo: 46094037105201184 Empresa: MITSUI CHEMICALS DO BRASIL COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKEO MAEZAWA Passaporte: MS5826277, Processo: 46094037274201114 Empresa: KONGSBERG AUTOMOTIVE LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ESPEN MOE Passaporte: 27600452, Processo: 46094037996201179 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN GELLERT Passaporte: C790XVZCY, Processo: 46094038021201168 Empresa: ATOS ORIGIN SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SANDRINE VALERIE RUIBAL TELLECHEA Passaporte: 04HB67788, Processo: 46094037698201189 Empresa: STAPLES BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM JOSÉ ROQUE BARATA GARCIA Passaporte: H576265, Processo: 46094037613201162 Empresa: CAPITAL SAFETY GROUP BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: COREY MICHAEL FRANKLIN Passaporte: 422107085, Processo: 46094037604201171 Empresa: LG ELECTRONICS DE SAO PAULO LIMITADA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HYUNG WON SEO Passaporte: M64376418, Processo: 46094038057201141 Empresa: VIA NECTARE TECNOLOGIA EM BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO DE LA FUENTE FUENTES Passaporte: G05997350.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094025514201138 Empresa: FACOMSA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL SORIANO ALVAREZ Passaporte: AC086979, Processo: 46212018044201162 Empresa: VICAIMA PORTAS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FILIPE MAIA DA SILVA FERREIRA Passaporte: G533254, Processo: 46212018045201115 Empresa: VICAIMA PORTAS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ARLINDO DA COSTA LEITE Passaporte: J644009, Processo: 46094037648201100 Empresa: ODFJELL PERFURACOES E SERVICOS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STANLEY STEPHEN Passaporte: 652577028.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094035603201192 Empresa: ARK BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE UTENSILIOS E ARTIGOS DE BAZAR EM GERAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Wang Xiaojun Passaporte: G 27056809, Processo: 46094036607201198 Empresa: IAMO COMERCIO DE BIJOUTERIAS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QIONGHUA LI Passaporte: G47949601.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL

Em 1º de dezembro de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46617.008794/2005-25	012488186	Linger Empresa de Vigilância Ltda.	RS
2	46617.000307/2010-43	019320612	Pastelaria da Francesco Ltda. ME	RS
3	46617.000330/2010-38	019320621	Pastelaria da Francesco Ltda. ME	RS

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46220.000912/2009-34	016201990	Schincariol Logística e Distribuição Ltda.	SC

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46201.003215/2007-00	013335111	Indústria de Laticínios Palmeiras dos Índios S.A. - Ilpisa	AL
2	46301.001629/2008-49	014035456	Diplomata S.A, Industrial e Comercial	SC

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46224.001161/2009-33	017657245	Agro Industrial Tabu S.A.	PB
2	46017.001128/2011-73	019273495	Gerson Botelho de Frias	RO
3	46017.0011292011-18	019273487	Gerson Botelho de Frias	RO
4	46017.001130/2011-42	019273479	Gerson Botelho de Frias	RO
5	46017.001131/2011-97	019273461	Gerson Botelho de Frias	RO
6	46017.001132/2011-31	019273444	Gerson Botelho de Frias	RO
7	46017.001133/2011-86	019273452	Gerson Botelho de Frias	RO
8	46017.001136/2011-10	019293852	Gerson Botelho de Frias	RO
9	46017.001137/2011-64	019293844	Gerson Botelho de Frias	RO
10	46017.001138/2011-17	019293836	Gerson Botelho de Frias	RO
11	46017.001139/2011-53	019293828	Gerson Botelho de Frias	RO
12	46017.001140/2011-88	019293810	Gerson Botelho de Frias	RO
13	46017.001141/2011-22	019293801	Gerson Botelho de Frias	RO
14	46017.001142/2011-77	019293780	Gerson Botelho de Frias	RO
15	46017.001143/2011-11	019293798	Gerson Botelho de Frias	RO
16	46017.001144/2011-66	019273509	Gerson Botelho de Frias	RO

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46617.000331/2010-82	019320647	Pastelaria da Francesco Ltda. ME	RS
2	46617.000302/2010-11	019320566	Pastelaria da Francesco Ltda. ME	RS
3	46259.002040/2010-45	021881693	Fidelidade Catanduva Prestadora de Serviços de Limpeza Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46218.003040/2010-49	506.355.292	Pastelaria da Francesco Ltda. ME	RS

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46617.000332/2010-27	019320655	Pastelaria da Francesco Ltda. ME	RS
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46606.000017/2011-18	06190	Município de Afrânio (Prefeitura do)	PE

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1- Incidência da prescrição prevista §1º do art. 1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46250.000337/98-26	0144782667	José Roberto de Deus e Cia. Ltda.	SP

4) Pela reforma de arquivamento em razão de:

4.1 Reformando o arquivamento do auto de infração e da Notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219.015274/94-75	147338	Micrométrica Indústria Mecânica Ltda.	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, julga procedente a Notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46606.000018/2011-54	0315334 e 0315335	Município de Afrânio (Prefeitura do)	PE

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para conhecer e dar provimento ao recursos voluntário, reformando a decisão de procedência e, em conseqüência, ratificar a decisão de improcedência .

Nº	PROCESSO	NRD	EMPRESA	UF
1	35192.000889/85-16	4230-76	Fazenda Califórnia Ltda.	PR

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º dôo art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu o recurso apenas em seu efeito devolutivo e negando-lhe provimento, para manter a interdição.

UF	PROCESSO	EMPRESA	UF
01	46208.010281/2011-44	Edson Ragagnin (Fazenda Pouso Alegre)	GO

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, faz a retificação da publicação no DOU de 29/11/2011, pág. 129 e 130, dos seguintes processos: "Onde se lê":

PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
24390.001828/1987-85	59360023	Cerâmica da Ponte Ltda.	RN
24390.002332/1987-56	59210070	Eslimp - Empresa de Serviços de Limpeza Ltda.	RN
10465.000233/1985-68	248	Imobiliária Confiança	RN
46211.018457/1999-91	961019	Comercial N.E. Ltda.	MG
46214.000818/00-30	001862774	Novo Espaço Engenharia Ltda.	PR
46318.000258/97/97-30	023990232	José Adalto Ferreira Neves	PR
46219.003274/97-64	024280135	TMG Comércio de Roupas Ltda.	PR

"Leia-se:"

PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
24390.001838/1987-85	59360022	Cerâmica da Ponte Ltda.	RN
24390.002432/1987-56	59210070	Eslimp - Empresa de Serviços de Limpeza Ltda.	RN
10469.000233/1985-68	59410008	Imobiliária Confiança	RN
46211.001171/1996-51	023116007	Comercial Herculano Borges Ltda.	MG
46294.000818/00-30	001862774	Novo Espaço Engenharia Ltda.	PR
46318.000259/97-01	023990232	José Adalto Ferreira Neves	PR
46293.003274/97-64	024280135	TMG Comércio de Roupas Ltda.	PR

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu retificar as publicações de 22/11/2001, Seção 1, pp. 82 e 83, dos seguintes processos de Autos de Infrações e Notificações de Débito: "Onde se lê"

Onde se "lê":

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47747.001946/2006-61	010615164	Sonel Soc. Nac de Eletri. E Hidráulica Ltda	MG
02	46216.000680/2009-31	017617591	Roma Segurança Ltda	RO
03	46246.000445/2009-54	01902772	Posto D'Angelis Ltda	MG

"Leia-se":

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47747.001949/2006-61	010615164	Sonel Soc. Nac de Eletri. E Hidráulica Ltda	MG
02	46216.000640/2009-31	017617591	Roma Segurança Ltda	RO
03	46246.000445/2009-54	019029772	Posto D'Angelis Ltda	MG

HÉLIDA ALVES GIRÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

PORTARIA Nº 59, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera o anexo I da Portaria SPPE nº 34, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre procedimentos e parâmetros complementares para elaboração e execução de planos de trabalho relativos à execução de ações integradas do Programa Seguro-Desemprego pela rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, da Resolução CODEFAT nº 560, de 28 de novembro de 2007, no art. 11 da Resolução CODEFAT nº 563, de 19 de dezembro de 2007, e na Resolução CODEFAT nº 570, de 16 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria SPPE nº 34, de 2009, passa a vigorar conforme o modelo emitido pelo Sistema MTE Mais Emprego.

Parágrafo único. O preenchimento do Anexo I com as informações pertinentes será efetuado obrigatoriamente por meio do Sistema MTE Mais Emprego.

Art. 2º Ficam convalidados os Anexos I apresentados pelos Convenentes por meio do Sistema MTE Mais Emprego anteriormente à vigência desta Portaria.

Art. 3º O Anexo I de que trata o art. 1º desta Portaria está disponível na página do MTE, no seguinte endereço: https://www.mte.gov.br/sine.

Art. 4º Estabelecer que, em caráter excepcional, guando da proposição de aditivo de recursos dos Convênios Plurianuais Únicos vigentes em proposta de plano de trabalho inserida, obrigatoriamente, no Sistema MTE Mais Emprego e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de repasse do Governo Federal - SICONV , quando for o caso, a Cotação de Preços e o Projeto Básico de que tratam, respectivamente, o § 12 do art. 9º da Portaria SPPE nº 34, de 26 de junho de 2009, e o art. 23, §§ 2º e 3º, da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, sejam apresentados pelo Convenente após a assinatura do aditamento do convênio.

Parágrafo único. A apresentação e aprovação da cotação de preços e do Projeto Básico citados no caput deste artigo deverão ocorrer antes da liberação da primeira parcela dos recursos do convênio.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial daUnião.

CARLO ROBERTO SIMI

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

RETIFICAÇÕES

No despacho publicado no DOU de 30 de setembro de 2011, seção I, pg. 162, nº. 189 de interesse do Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Serviços Médicos do Estado do Paraná-SECOOMED-PR processo nº 46000.004191/2005-01, CNPJ: 07.290.255/0001-85 para que onde se lê: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campo Mourão e Região, CNPJ: 80.870.652/0001-16, leia-se Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campo Mourão e Região, CNPJ: 80.888.845/0001-02.

No despacho publicado no DOU de 09 de novembro de 2011, seção I, pg. 48, nº. 215 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas de Maceió, processo n. 46201.002610/2009-29, para que seja desconsiderado o arquivamento da impugnação n° 46000.021456/2010-94 e seja remetida para os procedimentos de autocomposição a entidade: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Distribuições de Cervejas, Águas minerais e Bebidas em Geral no Estado de Alagoas, CNPJ: 00.416.729/0001-43 (impugnante).

No despacho de arquivamento de registro sindical publicado no DOU de 08 de novembro de 2011, seção I, pg.71, nº 214 de interesse do SINTHOP - Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria em Plataformas de Petróleo CNPJ: 31.504.376/0001-67, processo nº. 46215.025428/2011-10, passando a viger apenas a publicação do arquivamento do registro sindical do dia 16 de agosto de 2011, seção I, pg. 59, nº. 157.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 195, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46261.003746/2011-66, conceder autorização à empresa: GRANEL QUÍMICA LTDA., inscrita nos CPNJ sob o nº 44.983.435/0001-79, situada à Área de Tanques, S/N, Bairro: Ilha Barnabé, Município de Santos, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de agosto de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados é o que consta às fls. 08, sendo para os empregados da tabela "A". Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 324, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição Federal e,

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes;

Considerando a manifestação da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado da Bahia para o exercício 2011 - 2ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar a Portaria nº. 228, de 8 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de setembro de 2011, seção 1, página 96.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: ***BAHIA***

Processo nº: 50000.054503/2010-53

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2011 - 2ª alteração

Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pela Unidade da Federação, recebidas em 18 de novembro de 2011.

Relação de empreendimentos

A - Programa de infraestrutura de transportes rodoviários

A1 - Recuperação, conservação e manutenção da rede rodoviária estadual

Região	Rodovia	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
01. Morro do Chapéu	BA-160; entroncamento BR-330 - Angico - Barra	6,6	3.389.794
02. Teixeira de Freitas	BA-284; entroncamento BR-101 (Itamarajú) - Jucuruçu	161,5	1.813.780
	BA-290; Teixeira de Freitas - Medeiros Neto		
	BA-s/c; Alcobaça - Avenida Atlântico do Farol		
03. Barreiras	BA-161; Barra - Estreito - entroncamento BR-242	382,7	4.879.728
	BA-225; entroncamento BR-135 - Coaceral		
	BA-460; Divisa BA/TO - Placas - entroncamento BR-242		
Total do Subprograma			*10.083.302*

A2 - Recuperação, conservação e manutenção de terminais de transportes aeroviários

Serviço	Custo (R$1,00)
04. Conservação do aeroporto de Luiz Eduardo Magalhães	602.692
Total do Subprograma	*602.692*

A3 - Construção de pontes

Rodovia	Serviço	Custo (R$1,00)
05. BA-503	Ponte sobre o rio Pojuca - trecho: Feira de Santana - (dist. Jaíba) Coração de Maria	700.000
06. BA-046	Ponte sobre o rio Paraguaçu (Km 14)	1.829.633
07. BA-220	5 Pontes no trecho: Monte Santo - Euclides da Cunha (Km 6,4; Km 16,5; Km 21,3; Km 22,5 e Km 27,5)	2.250.630
Total do Subprograma		*4.780.263*

A4 - Sinalização de rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
08. Diversas	Sinalização horizontal e vertical com extensão total de 1.100 km	16.223.961
Total do Subprograma		*16.223.961*
Total do Programa		31.690.218

B - Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias - PREMAR

Rodovia	Serviço	Custo (R$1,00)
09. BA-001/046	Bom Despacho - Nazaré - Santo Antônio de Jesus	40.944.868
10. BA-172	Entroncamento BR-242 (Javi) - Santa Maria da Vitória (lote 1)	498.789
11. BA-160	Xique-Xique - Barra (lote 2)	862.798
12. BA-052	Entroncamento BA-131 (Porto Feliz) - Xique-Xique	40.142.554
13. BA-262	Brumado - Vitória da Conquista (lote 1)	28.071.043
14. BA-263	Vitória da Conquista - Itambé (lote 2)	27.151.620
15. BA-148 / BA-152 / BA-156	Entroncamento BR-242 - Entroncamento BA-152/BA-156 - Livramento de Nossa Senhora - Brumado (BA-030/BR-030)	1.953.498
16. BA-148/BA-432	Entroncamento BA-052 (Irecê) - Entroncamento BA-432 (Carne Assada)	672.116
17. BA-504	Araçás - Itanagra	7.500.000
18. Supervisão de obras de infraestrutura de rodovias com extensão total de 434,4 km		859.794
Total do Programa		148.657.080

C - Programa de logística de transportes e infraestrutura para intermodalidade

C1 - Ampliação, recuperação, melhoramentos e conservação de terminais aeroviários

Serviço	Custo (R$1,00)
19. Recuperação do aeroporto de Abaré	690.473
20. Recuperação e pavimentação do aeroporto de Barra	470.930
21. Recuperação do aeroporto de Feira de Santana	1.492.109
22. Recuperação e conservação do aeroporto de Formosa do Rio Preto	349.467
23. Recuperação do aeroporto de Ituberá	873.837
24. Recuperação do aeroporto de Porto Seguro	11.582.078
25. Recuperação do aeroporto de Santa Rita de Cássia	483.164
26. Recuperação do aeroporto de Teixeira de Freitas	755.263
Total do Subprograma	*16.697.321*

C2 - Elaboração de estudos e projetos de infraestrutura de transportes aeroviários

Serviço	Custo (R$1,00)
27. Elaboração de estudos e projetos de infraestrutura de transportes aeroviários	3.088.820
Total do Subprograma	*3.088.820*

C3 - Construção e recuperação de terminais rodoviários

Serviço	Custo (R$1,00)
30. Reforma e ampliação do terminal rodoviário de Potiraguá	193.015
Total do Subprograma	*193.015*
Total do Programa	19.979.156

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de infraestrutura de transportes rodoviários	3.137.248	5.786.893	5.374.203	17.391.874	31.690.218
B - Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias - PREMAR	18.647.649	31.187.813	36.522.841	62.298.777	148.657.080
C - Programa de logística de transportes e infraestrutura para intermodalidade	1.761.982	1.875.034	2.100.777	14.241.363	19.979.156
Total da Unidade da Federação	**23.546.879**	**38.849.740**	**43.997.821**	**93.932.014**	**200.326.454**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

RESOLUÇÃO Nº 100, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso IX, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º ALTERAR as prioridades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, para as seguintes empresas brasileiras e respectivos projetos, abaixo relacionados:

I. HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A., alteração do estaleiro construtor do projeto de construção de 8 (oito) balsas graneleiras, conforme prioridade concedida na 14ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 14 de dezembro de 2077, por meio da Resolução CDFMM n º 42, de 14 de dezembro de 2007, itens V e VI, de construção de 6 (seis) balsas graneleiras no estaleiro Rio Negro - ERIN (cascos 1797, 1798, 1799, 1780, 1781 e 1782) e 2 (duas) balsas graneleiras no estaleiro Rio Maguari S.A. (cascos 383 e 384), para a construção de 2 (duas) balsas graneleiras no estaleiro Rio Negro - ERIN (cascos 1802 e 1803), 3 (três) balsas graneleiras no estaleiro Rio Amazonas - ERAM (cascos 358, 360, 361) e 3 (três) balsas graneleiras no estaleiro Rio Maguari S.A. (cascos 388, 389 e 390), sem alteração dos valores contratados mediante o Contrato de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 20/00442-7, firmado com o Banco do Brasil S.A. e o Banco da Amazônia S.A., em 09 de dezembro de 2008, processo nº 50770.000391/2007-02.

II. HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A., alteração do projeto de 2 (dois) empurradores fluviais de 5.000 hp, conforme prioridade concedida na 16ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 17 e 18 de dezembro de 2009, por meio da Resolução CDFMM nº 72, de 18 de dezembro de 2009, item XV, para 2 (dois) empurradores fluviais de 6.000 hp, sem alteração dos valores contratados mediante o Contrato de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 20/00480-X, firmado com o Banco do Brasil S.A., em 14 de abril de 2011, processo nº 50770 000776/2008-42.

III. HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A., alteração do projeto de 2 (dois) empurradores fluviais de 6.000 hp, conforme prioridade concedida na 17ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 12 de maio de 2011, por meio da Resolução CDFMM nº 93, de 12 de maio de 2011, item I, para 2 (dois) empurradores fluviais de 6.000 hp alterando as dimensões das embarcações e propulsão com sistema diesel-elétrico, sem alteração dos valores priorizados, processo nº 50770 000450/2010-30.

IV. ALIANÇA S.A. - INDÚSTRIA NAVAL E EMPRESA DE NAVEGAÇÃO, alteração do escopo para a modernização e ampliação do estaleiro Aliança, conforme prioridade concedida na 15ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 09 de outubro de 2008, por meio da Resolução CDFMM nº 47, de 09 de outubro de 2008, item I, passando para a modernização e ampliação do estaleiro Aliança e construção da planta industrial no Município de Guaxindiba - RJ, sem alteração dos valores contratados mediante o Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 10.2.0534.1, firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 10 de agosto de 2010, para a construção da planta industrial no Município de Guaxindiba - RJ, e do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 10.2.0535.1, firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 17 de dezembro de 2010, para a modernização e ampliação do estaleiro Aliança, processo nº 50770 000463/2008-94.

V. WILSON, SONS OFFSHORE S.A., alteração do projeto de construção de 13 (treze) embarcações, conforme prioridade concedida na 15ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 09 de outubro de 2008, por meio da Resolução CDFMM nº 51, de 09 de outubro de 2008, item X, objeto do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 10.2.1621.1, firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 22 de setembro de 2010, com o valor total do projeto de R$ 1.184.715.992,63 (um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e quinze mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e três centavos), correspondentes a US$ 744.636.073,25 (setecentos e quarenta e quatro milhões seiscentos e trinta e seis mil setenta e três dólares norte americanos e vinte e cinco centavos), que, com o apoio financeiro do FMM de 90% desse montante, equivalem a R$ 1.066.244.393,37 (um bilhão, sessenta e seis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), correspondentes a US$ 670.172.465,94 (seiscentos e setenta milhões cento e setenta e dois mil quatrocentos e sessenta e cinco dólares norte americanos e noventa e quatro centavos), sendo 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 3000, com valor total de R$ 273.015.898,08 (duzentos e setenta e três milhões, quinze mil, oitocentos e noventa e oito reais e oito centavos), correspondentes a US$ 171.600.187,36 (cento e setenta e um milhões, seiscentos mil, cento e oitenta e sete dólares norte americanos e trinta e seis centavos) que, com o apoio financeiro do FMM de 90% desse montante, equivalem a R$ 245.714.308,28 (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oito reais e vinte e oito centavos) correspondentes a US$ 154.440.168,64 (cento e cinqüenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta mil, cento e sessenta e oito dólares norte americanos e sessenta e quatro centavos); 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500, com o valor total de R$ 300.221.587,60 (trezentos milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), correspondentes a US$ 188.699.929,32 (cento e oitenta e oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e nove dólares norte americanos e trinta e dois centavos) que, com o apoio financeiro do FMM de 90% desse montante, equivalem a R$ 270.199.428,84 (duzentos e setenta milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos), correspondentes a US$ 169.829.936,40 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e seis dólares norte americanos e quarenta centavos); e 5 (cinco) embarcações do tipo Anchor Handling Tug Supply - AHTS 15000, com o valor total de R$ 611.478.506,95 (seiscentos e onze milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e seis reais e noventa e cinco centavos), correspondentes a US$ 384.335.956,57 (trezentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinqüenta e seis dólares norte americanos e cinqüenta e sete centavos), que, com o apoio financeiro do FMM de 90% desse montante, equivalem a R$ 550.330.656,25 (quinhentos e cinqüenta milhões, trezentos e trinta mil, seiscentos e cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a US$ 345.902.360,90 (trezentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e dois mil, trezentos e sessenta dólares norte americanos e noventa centavos), passando o valor total do projeto para R$ 1.194.084.928,02 (um bilhão, cento e noventa e quatro milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e dois centavos) correspondentes a US$ 750.524.781,79 (setecentos e cinqüenta milhões quinhentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e um dólares norte americanos e setenta e nove centavos), que, com o apoio financeiro do FMM de 89,29% desse montante, equivalem a R$ 1.066.238.707,50 (um bilhão, sessenta e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e sete reais e cinquenta centavos), correspondentes a US$ 670.168.892,14 (seiscentos e setenta milhões cento e sessenta e oito mil oitocentos e noventa e dois dólares norte americanos e quatorze centavos), sendo 1 (um) do tipo Platform Supply Vessel - PSV 3000, com o valor total de R$ 68.253.974,52 (sessenta e oito milhões, duzentos e cinqüenta e três mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos) correspondentes a US$ 42.900.046,84 (quarenta e dois milhões, novecentos mil, quarenta e seis dólares norte americanos e oitenta e quatro centavos) que, com o apoio financeiro do FMM de 90% desse montante, equivalem a R$ 61.428.577,07 (sessenta e um milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e sete reais e sete centavos) correspondentes a US$ 38.610.042,16 (trinta e oito milhões, seiscentos e dez mil, quarenta e dois dólares norte americanos e dezesseis centavos); 4 (quatro) do tipo Platform Supply Vessel- PSV 4500, com o valor total de R$ 300.221.587,60 (trezentos milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos) correspondentes a US$ 188.699.929,32 (cento e oitenta e oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e nove dólares norte americanos e trinta e dois centavos) que, com o apoio financeiro do FMM de 90% desse montante, equivalem a R$ 270.199.428,84 (duzentos e setenta milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos), correspondentes a US$ 169.829.936,40 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e seis dólares norte americanos e quarenta centavos) e 11 (onze) do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500, com o valor total de R$ 825.609.365,90(oitocentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos) correspondentes a US$ 518.924.805,63 (quinhentos e dezoito milhões, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinco dólares norte americanos e sessenta e três centavos), que, com o apoio financeiro do FMM de 88,978% desse montante, equivalem a R$ 734.610.701,59 (setecentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e um reais e cinqüenta e nove centavos), correspondentes a US$ 461.728.913,58 (quatrocentos e sessenta e um milhões, setecentos e vinte e oito mil, novecentos e treze dólares norte americanos e cinqüenta e oito centavos), processo nº 50770 000665/2008-36.

VI. WTORRES ÓLEO E GÁS CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A., alteração da razão social do postulante e modificação do escopo para construção da segunda unidade do estaleiro Rio Grande no Município de Rio Grande - RS, conforme prioridade concedida na 16ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 17 e 18 de dezembro de 2009, por meio da Resolução CDFMM nº 73, de 18 de dezembro de 2009, item X, passando a prioridade para a empresa RG Estaleiro ERG2 S.A. e modificando o lay-out do estaleiro ERG2 (fase 1), para suportar a alteração da capacidade de processamento de aço de 30.000 toneladas por ano para 100.000 toneladas por ano, sem alteração dos valores contratados mediante o Contrato de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 21/04410-4, firmado com o Banco do Brasil S.A., em 15 de abril de 2011, processo nº 50770 000767/2008-51.

VII. SKYMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, alteração do projeto de construção de 4 (quatro) Supridores ORSV 750-10, conforme prioridade concedida na 16ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 17 e 18 de dezembro de 2009, por meio da Resolução CDFMM nº 70, de 18 de dezembro de 2009, item XX, com valor total de projeto de R$ 286.062.767,08 (duzentos e oitenta e seis milhões, sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e oito centavos), correspondentes a US$ 124.542.978,40 (cento e vinte e quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e oito dólares norte americanos e quarenta centavos), e de acordo com os Contratos de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 20/00560-1, 20/00560-2, 20/00560-3 e 20/00560-4, firmados com o Banco do Brasil S.A., em 15 de abril de 2011, para construção de 6 (seis) Supridores ORSV 750-10, com valor total do projeto de R$ 425.082.200,82 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, oitenta e dois mil, duzentos reais e oitenta e dois centavos), correspondentes a US$ 185.067.787,38 (cento e oitenta e cinco milhões, sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete dólares norte americanos e trinta e oito centavos), processo nº 50770 000638/2009-44.

VIII. SKYMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, alteração do projeto de construção de 8 (oito) PSV 4.500, conforme prioridade concedida na 16ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 17 e 18 de dezembro de 2009, por meio da Resolução CDFMM nº 70, de 18 de dezembro de 2009, item XXI,com valor total de projeto de R$ 888.658.706,00 (oitocentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e cinqüenta e oito mil, setecentos e seis reais), correspondentes a US$ 466.781.545,36 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco dólares norte americanos e trinta e seis centavos), e de acordo com os Contratos de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 20/00560-11, 20/00560-12, 20/00560-13, 20/00560-14, 20/00560-15, 20/00560-16, 20/00560-17, 20/00560-18 e 20/00560-19, firmados com o Banco do Brasil S.A., em 15 de abril de 2011, para construção de 7 (sete) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4.500, com valor total do projeto de R$ 777.576.367,75 (setecentos e setenta e sete milhões, quinhentos e e setenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a US$ 408.433.852,19 (quatrocentos e oito milhões, quatrocentos e trinta e três mil, oitocentos e cinqüenta e dois dólares norte americanos e dezenove centavos), processo nº 50770 000759/2009-96.

IX. SKYMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, alteração do projeto de construção de 3 (três) navios Bunkers de 3.990 TPB (3.800 m3), conforme prioridade concedida na 16ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 17 e 18 de dezembro de 2009, por meio da Resolução CDFMM nº 72, de 18 de dezembro de 2009, item VII, com valor total do projeto de R$ 83.811.286,41 (oitenta e três milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), correspondentes a US$ 44.023.157,07 (quarenta e quatro milhões, vinte e três mil, cento e cinqüenta e sete reais e sete centavos), e de acordo com os Contratos de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 20/00560-8, 20/00560-9 e 20/00560-10, firmados com o Banco do Brasil S.A., em 15 de abril de 2011, para a construção de 2 (dois) navios Bunkers de 3.990 TPB (3.800 m3), com valor total do projeto de R$ 55.874.190,94 (cinqüenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, cento e noventa reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a US$ 29.348.771,38 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e um dólares norte americanos e trinta e oito centavos), processo nº 50770 000759/2009-96.

X. NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA, alteração do escopo para construção da segunda unidade do estaleiro em São Gonçalo, Niterói - RJ, conforme prioridade concedida na 16ª Reunião ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 17 e 18 de dezembro de 2009, por meio da Resolução CDFMM nº 73, de 18 de dezembro de 2009, item VII, mudando o projeto original de construção de um único dique seco para a construção de um dique seco adicional com dimensões de 106m x 24m x 8m, sem alteração dos valores contratados mediante o Contrato de Financiamento e Abertura de Crédito Fixo nº 20/00561-X, firmado com o Banco do Brasil S.A., em 15 de abril de 2011, processo nº 50770 000758/2008-61.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso VIII e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos de financiamento à produção, abaixo relacionados:

I. STX OSV NITERÓI S.A., produção de 1 (uma) embarcação do tipo OSCV 11 - ROV Support Vessel com valor total do projeto de R$ 274.300.542,16 (duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos) que correspondem a US$ 175.709.782,95 (cento e setenta e cinco milhões, setecentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois dólares norte americanos e noventa e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 30/06/2011, processo nº. 50770 001233/2011-48.

II. STX OSV NITERÓI S.A., produção de 1 (uma) embarcação do tipo Offshore Subsea Construction Vessel - OSCV 06 PLSV 300T com valor total do projeto de R$ 471.403.592,18 (quatrocentos e setenta e um milhões, quatrocentos e três mil, quinhentos e noventa e dois reais e dezoito centavos) que correspondem a US$ 263.796.078,45 (duzentos e sessenta e três milhões, setecentos e noventa e seis mil, setenta e oito dólares norte americanos e quarenta e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 20/09/2011, processo nº. 50770 001289/2011-01.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso VIII, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos de apoio portuário, abaixo relacionados:

I. SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A., construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Rebocador ASD 2411 - 55 TTE com valor total do projeto de R$ 82.663.685,10 (oitenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) que correspondem a US$ 51.865.783,10 (cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta e três dólares norte americanos e dez centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 10/06/2011, processo nº. 50770 001195/2011-23.

II. SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A., construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Rebocador ASD 2411 - 70 TTE com valor total do projeto de R$ 86.091.925,85 (oitenta e seis milhões, noventa e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) que correspondem a US$ 54.016.768,65 (cinquenta e quatro milhões, dezesseis mil, setecentos e sessenta e oito dólares norte americanos e sessenta e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 10/06/2011, processo nº. 50770 001195/2011-23.

III. SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Rebocador ASD 3213 - 100 TTE com valor total do projeto de R$ 70.237.801,36 (setenta milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e um reais e trinta e seis centavos) que correspondem a US$ 44.069.394,76 (quarenta e quatro milhões, sessenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro dólares norte americanos e setenta e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 10/06/2011, processo nº. 50770 001195/2011-23.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

RESOLUÇÃO Nº 103, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso VIII, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos de navegação interior, abaixo relacionados:

I. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Balsas Carreteiras de 80m com valor total do projeto de R$ 16.279.407,48 (dezesseis milhões, duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e oito centavos) que correspondem a US$ 9.390.521,16 (nove milhões, trezentos e noventa mil, quinhentos e vinte e um dólares norte americanos e dezesseis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/11/2010, processo nº. 50770 000001/2011-72.

II. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Balsas Tanques de 2500 m³ com valor total do projeto de R$ 17.474.083,28 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitenta e três reais e vinte e oito centavos) que correspondem a US$ 10.079.651,16 (dez milhões, setenta e nove mil, seiscentos e cinqüenta e um dólares norte americanos e dezesseis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/11/2010, processo nº. 50770 000001/2011-72.

III. ECOVEC CONSTRUÇÃO LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Barco Frigorífico - Fábrica com valor total do projeto de R$ 8.946.443,90 (oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos) que correspondem a US$ 5.407.339,92 (cinco milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove dólares norte-americanos e noventa e dois centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 03/03/2011, processo nº. 50770 001010/2011-81.

IV. FIAGRIL LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 3200 BHP com valor total do projeto de R$ 24.384.185,60 (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) que correspondem a US$ 14.254.756,00 (quartoze milhões, duzentos e cinqüenta e quatro mil, setecentos e cinqüenta e seis dólares norte americanos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17.

V. FIAGRIL LTDA., construção de 8 (oito) embarcações do tipo Balsa Graneleira Box de 2800 TPB com valor total do projeto de R$ 23.224.005,84 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cinco reais e oitenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 13.576.526,24 (treze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis dólares norte americanos e vinte e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17.

VI. FIAGRIL LTDA., construção de 16 (dezesseis) embarcações do tipo Balsa Graneleira Racked de 2700 TPB com valor total do projeto de R$ 47.558.310,72 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e oito mil, trezentos e dez reais e setenta e dois centavos) que correspondem a US$ 27.802.122,56 (vinte e sete milhões, oitocentos e dois mil, cento e vinte e dois dólares norte americanos e cinqüenta e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17.

VII. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 3000 BHP, com valor total do projeto de R$ 28.287.597,16 (vinte e oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) que correspondem a US$ 17.121.170,04 (dezessete,milhões, cento e vinte e um mil, cento e setenta dólares norte americanos e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/09/2011, processo nº. 50770 001286/2011-69.

VIII. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 6 (seis) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 4500 BHP com valor total do projeto de R$ 98.701.767,00 (noventa e oito milhões, setecentos e um mil, setecentos e sessenta e sete reais) que correspondem a US$ 59.739.599,94 (cinqüenta e nove milhões, setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e nove dólares norte americanos e noventa e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/09/2011, processo nº. 50770 001286/2011-69.

IX. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 62 (sessenta e duas) embarcações do tipo Balsa Graneleira Box com valor total do projeto de R$ 119.338.550,46 (cento e dezenove milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinqüenta reais e quarenta e seis centavos) que correspondem a US$ 72.230.087,42 (setenta e dois milhões, duzentos e trinta mil, oitenta e sete dólares norte americanos e quarenta e dois centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/09/2011, processo nº. 50770 001286/2011-69.

X. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 68 (sessenta e oito) embarcações do tipo Balsa Graneleira Racked com valor total do projeto de R$ 130.887.442,44 (cento e trinta milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 79.220.095,88 (setenta e nove milhões, duzentos e vinte mil, noventa e cinco dólares norte americanos e oitenta e oito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/09/2011, processo nº. 50770 001286/2011-69.

XI. MILMARES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Balsas de Convés com capacidade de 500T com valor total do projeto de R$ 5.196.214,64 (cinco milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 3.273.824,75 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e quatro dólares norte americanos e setenta e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 31/08/2011, processo nº. 50770 001248/2011-14.

XII. NAVEGAÇÃO GUARITA S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Barcaça para Combustíveis com valor total do projeto de R$ 32.231.851,32 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e cinqüenta e um reais e trinta e dois centavos) que correspondem a US$ 18.741.627,70 (dezoito milhões, setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e sete dólares norte americanos e setenta centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/11/2010, processo nº. 50770 001659/2010-11.

XIII. NAVEGAÇÃO GUARITA S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Empurrador Fluvial com valor total do projeto de R$ 19.724.338,50 (dezenove milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos) que correspondem a US$ 11.468.972,26 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e dois dólares norte americanos e vinte e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/11/2010, processo nº. 50770 001659/2010-11.

XIV. RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 6 (seis) embarcações do tipo Balsa para Carga Geral de 3300 TPB com valor total do projeto de R$ 30.979.571,46 (trinta milhões, novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos) que correspondem a US$ 17.919.696,60 (dezessete milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e noventa e seis dólares norte americanos e sessenta centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 14/09/2011, processo nº. 50770 001247/2011-61.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

RESOLUÇÃO Nº 104, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso VIII, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos de estaleiros, abaixo relacionados:

I. CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., implantação de estaleiro, localizado no Município de Ipojuca - PE, com valor total do projeto de R$ 625.146.850,84 (seiscentos e vinte e cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) que correspondem a US$ 367.798.347,26 (trezentos e sessenta e sete milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta e sete dólares norte americanos e vinte e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 22/10/2010, processo nº. 50770 000995/2011-27.

II. CQG CONSTRUÇÕES OFFSHORE S.A., ampliação de estaleiro, localizado no Município de Rio Grande - RS, com valor total do projeto de R$ 280.624.242,52 (duzentos e oitenta milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) que correspondem a US$ 158.993.905,11 (cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos e cinco dólares norte americanos e onze centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 20/03/2011, processo nº. 50770 001076/2011-71.

III. ALIANÇA S.A. INDÚSTRIA NAVAL E EMPRESA DE NAVEGAÇÃO, construção de 1 (um) Dique Flutuante de 100 m de comprimento com valor total do projeto de R$ 40.822.678,17 (quarenta milhões, oitocentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezessete centavos) que correspondem a US$ 24.528.437,28 (vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e sete dólares norte americanos e vinte e oito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 10/02/2011, processo nº. 50770 001012/2011-70.

IV. EASA - ESTALEIROS AMAZÔNIA S.A., ampliação e modernização de estaleiro, no Município de Belém - PA, com valor total do projeto de R$ 43.274.420,00 (quarenta e três milhões, duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e vinte reais) que correspondem a US$ 27.264.629,54 (vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove dólares norte americanos e cinqüenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 01/09/2011, processo nº. 50770 001290/2011-27.

V. EBR - ESTALEIROS DO BRASIL S.A., construção de estaleiro, no Município de São José do Norte - RS, com valor total do projeto de R$ 1.046.593.148,64 (um bilhão, quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 465.980.921,02 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e oitenta mil, novecentos e vinte e um dólares norte americanos e dois centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/03/2009, processo nº. 50770 001163/2011-28.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI. ESTALEIRO EISA ALAGOAS S.A., construção de estaleiro, no Município de Coruripe - AL, com valor total do projeto de R$ 1.117.981.967,52 (um bilhão, cento e dezessete milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) que correspondem a US$ 558.990.983,76 (quinhentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa mil, novecentos e oitenta e três dólares norte americanos e setenta e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/06/2009, processo nº. 50770 001161/2011-39.

VII. ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU S.A., construção de estaleiro, na Ponta do Corujão em Maragogipe - BA, com valor total do projeto de R$ 1.549.589.204,57 (um bilhão, quinhentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos) que correspondem a US$ 956.536.546,03 (novecentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis dólares norte americanos e três centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 26/05/2011, processo nº. 50770 001160/2011-94.

VIII. P2 ESTALEIRO S.A., construção de estaleiro, no Município de Itajaí - SC, com valor total do projeto de R$ 220.141.781,13 (duzentos e vinte milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e treze centavos) que correspondem a US$ 138.419.127,98 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, cento e vinte e sete dólares norte americanos e noventa e oito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 30/08/2011, processo nº. 50770 001210/2011-33.

IX. RG ESTALEIRO ERG2 S.A., ampliação de estaleiro Rio Grande, localizado no município de Rio Grande - RS, com valor total do projeto de R$ 517.948.074,64 (quinhentos e dezessete milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 316.923.499,14 (trezentos e dezesseis milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove dólares norte americanos e quatorze centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/09/2011, processo nº. 50770 001287/2011-11.

X. STX OSV NITERÓI S.A., remanejamento do valor do subcrédito "B" (materiais importados) de US$ 2.440.447,55 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e sete dólares norte americanos e cinqüenta e cinco centavos) que correspondem a R$ 4.281.521,18 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e vinte e um reais e dezoito centavos), com data-base de 10/09/2008, para o subcrédito "A" (materiais nacionais) com valor total de R$ 3.798.000,00 (três milhões, setecentos e noventa e oito mil reais), processo nº. 50770 000889/2007-67.

XI. WILSON, SONS ESTALEIROS LTDA., construção de estaleiro, localizado no município de Rio Grande - RS, com valor total de projeto de R$ 259.647.921,08 (duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e um reais e oito centavos) que correspondem a US$ 142.687.212,77 (cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e doze dólares norte americanos e setenta e sete centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 14/09/2009, processo nº. 50770 001159/2011-60.

XII. COREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, construção de um estaleiro no Município de Simões Filho - BA, com valor total do projeto de R$ 107.264.900,00 (cento e sete milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais) que correspondem a US$ 57.809.161,95 (cinqüenta e sete milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e um dólares norte americanos e noventa e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 29/09/2008, processo nº 50770 001350/2011-10.

XIII. STX OSV NITERÓI S.A., construção de uma nova unidade industrial no Município de Quissamã - RJ, no valor de R$ 76.449.732,17 (setenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e dezesse centavos) correspondentes a US$ 34.378.125,71 (trinta e quatro millhões, trezentos e setenta e oito mil, cento e vinte e cinco dólares norte americanos e setenta e um centavos), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 29/03/2006, processo nº.50770 001353/2011-45.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso VIII, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos de apoio marítimo, abaixo relacionados:

I. BRASIL SUPPLY S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV OSRV com valor total do projeto de R$ 134.654.327,82 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos) que correspondem a US$ 81.500.016,84 (oitenta e um milhões, quinhentos mil, dezesseis dólares norte americanos e oitenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001295/2011-50.

II. BRASIL SUPPLY S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 com valor total do projeto de R$ 328.869.241,44 (trezentos e vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 199.049.292,69 (cento e noventa e nove milhões, quarenta e nove mil, duzentos e noventa e dois dólares norte americanos e sessenta e nove centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001295/2011-50.

III. BRASIL SUPPLY S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo Anchor Handling Tug Supply - AHTS 18000 com valor total do projeto de R$ 671.774.433,99 (seiscentos e setenta e um milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e noventa e nove centavos) que correspondem a US$ 406.593.895,44 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e cinco dólares norte americanos e quarenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001295/2011-50.

IV. BSM ENGENHARIA S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Balsa para Operação de Guindaste 400 TPB com valor total do projeto de R$ 6.077.432,84 (seis milhões, setenta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 3.640.925,50 (três milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e vinte e cinco dólares norte americanos e cinqüenta centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 16/03/2011, processo nº. 50770 001003/2011-89.

V. CAMORIM OFFSHORE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 6 (seis) embarcações do tipo Rebocadores LH 3000 com valor total do projeto de R$ 46.459.906,50 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta centavos) que correspondem a US$ 26.799.669,18 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e sessenta e nove dólares norte americanos e dezoito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/11/2011, processo nº. 50770 000005/2011-51.

VI. DOF NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo OSCV 11 - ROV Support Vessel com valor total do projeto de R$ 274.300.542,16 (duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos) que correspondem a US$ 175.709.782,95 (cento e setenta e cinco milhões, setecentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois dólares norte americanos e noventa e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 30/06/2011, processo nº. 50770 001235/2011-37.

VII. EQUIPEMAR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Cábrea de 600T com valor total do projeto de R$ 40.107.003,06 (quarenta milhões, cento e sete mil, três reais e seis centavos) que correspondem a US$ 23.339.736,42 (vinte e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e seis dólares norte americanos e quarenta e dois centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 20/09/2010, processo nº. 50770 000007/2011-40.

VIII. FUGRO BRASIL - SERVIÇOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA., construção de 3 (três) embarcações do tipo ROV Support Vessel - RSV com valor total do projeto de R$ 381.589.881,84 (trezentos e oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 237.587.872,41 (duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e dois dólares norte americanos e quarenta e um centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 18/08/2011, processo nº. 50770 001292/2011-16.

IX. GEONAVEGAÇÃO S.A., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 com valor total do projeto de R$ 109.623.080,48 (cento e nove milhões, seiscentos e vinte e três mil, oitenta reais e quarenta e oito centavos) que correspondem a US$ 66.349.764,23 (sessenta e seis milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro dólares norte americanos e vinte e três centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001242/2011-39.

X. GEONAVEGAÇÃO S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 3000 com valor total do projeto de R$ 274.824.653,64 (duzentos e setenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 166.338.611,31 (cento e sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e onze dólares norte americanos e trinta e um centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001242/2011-39.

XI. GEONAVEGAÇÃO S.A., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Anchor Handling Tug Supply - AHTS 18000 com valor total do projeto de R$ 223.924.811,33 (duzentos e vinte e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e onze reais e trinta e três centavos) que correspondem a US$ 135.531.298,48 (cento e trinta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e oito dólares norte americanos e quarenta e oito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001242/2011-39.

XII. GEONAVEGAÇÃO S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV OSRV 750 com valor total do projeto de R$ 134.654.327,82 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos) que correspondem a US$ 81.500.016,84 (oitenta e um milhões, quinhentos mil, dezesseis dólares norte americanos e oitenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001242/2011-39.

XIII. GUANABARA NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 com valor total do projeto de R$ 210.652.847,03 (duzentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e três centavos) que correspondem a US$ 126.427.107,81 (cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e sete dólares norte americanos e oitenta e um centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 31/12/2010, processo nº. 50770 001231/2011-59.

XIV. OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV OSRV com valor total do projeto de R$ 229.995.988,44 (duzentos e vinte e nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 138.343.451,68 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um dólares norte americanos e sessenta e oito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 25/02/2011, processo nº. 50770 000994/2011-82.

XV. P2 NAVEGAÇÃO OFFSHORE S.A., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 com valor total do projeto de R$ 453.789.971,08 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e oito centavos) que correspondem a US$ 273.779.771,36 (duzentos e setenta e três milhões, setecentos e setenta e nove mil, setecentos e setenta e um dólares norte americanos e trinta e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001230/2011-12.

XVI. SAPURA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Offshore Subsea Construction Vessel - OSCV 06 PLSV 300T com valor total do projeto de R$ 471.403.592,18 (quatrocentos setenta e um milhões, quatrocentos e três mil, quinhentos e noventa e dois reais e dezoito centavos) que correspondem a US$ 263.796.078,45 (duzentos e sessenta e três milhões, setecentos e noventa e seis mil, setenta e oito dólares norte americanos e quarenta e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 20/09/2011, processo nº. 50770 001285/2011-14.

XVII. SENIOR NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV OSRV 750-10 com valor total do projeto de R$ 260.339.495,58 (duzentos e sessenta milhões, trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos) que correspondem a US$ 156.991.796,17 (cento e cinquenta e seis milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e noventa e seis dólares norte americanos e dezessete centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001241/2011-94.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVIII. SENIOR NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 6 (seis) embarcações do tipo UT 4000 com valor total do projeto de R$ 81.343.708,10 (oitenta e um milhões, trezentos e quarenta e três mil, setecentos e oito reais e dez centavos) que correspondem a US$ 50.811.236,24 (cinquenta milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e trinta e seis dólares norte americanos e vinte e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 22/08/2011, processo nº. 50770 001241/2011-94.

XIX. STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Rebocadores Azimutais LH 5000 DB com valor total do projeto de R$ 50.015.881,64 (cinquenta milhões, quinze mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 28.337.610,00 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e dez dólares norte americanos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 22/04/2010, processo nº. 50770 001205/2011-21.

XX. STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 com valor total do projeto de R$ 330.201.872,00 (trezentos e trinta milhões, duzentos e um mil, oitocentos e setenta e dois reais) que correspondem a US$ 203.903.836,00 (duzentos e três milhões, novecentos e três mil, oitocentos e trinta e seis dólares norte americanos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 01/04/2011, processo nº. 50770 001204/2011-86.

XXI. SWIRE PACIFIC NAVEGAÇÃO OFFSHORE LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 5000 com valor total do projeto de R$ 431.266.831,80 (quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta centavos) que correspondem a US$ 250.896.987,48 (duzentos e cinquenta milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e sete dólares norte americanos e quarenta e oito centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com datas base de 19/11/2011, processo nº. 50770 001228/2011-35.

XXII. SWIRE PACIFIC NAVEGAÇÃO OFFSHORE LTDA., construção de 6 (seis) embarcações do tipo Anchor Handling Tug Supply - AHTS 18000 com valor total do projeto de R$ 1.299.968.297,04 (um bilhão, duzentos e noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e quatro centavos) que correspondem a US$ 783.916.237,74 (setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e sete dólares norte americanos e setenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001228/2011-35.

XXIII. SWIRE PACIFIC NAVEGAÇÃO OFFSHORE LTDA., construção de 6 embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 3700 com valor total do projeto de R$ 583.504.277,16 (quinhentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) que correspondem a US$ 351.868.948,44 (trezentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito dólares norte americanos e quarenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com datas base de 06/09/2011, processo nº. 50770 001228/2011-35.

XXIV. TERRAMAR SERVIÇOS E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 3 (três) embarcações do tipo Crew Boat P5 com valor total do projeto de R$ 16.501.079,61 (dezesseis milhões, quinhentos e um mil, setenta e nove reais e sessenta e um centavos) que correspondem a US$ 10.397.655,72 (dez milhões, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco dólares norte americanos e setenta e dois centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 01/06/2011, processo nº. 50770 001102/2011-61.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso IX e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º APROVAR a suplementação de recursos, com apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos, abaixo relacionados:

Apoio Marítimo:

I.BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, suplementação para 6 (seis) embarcações do tipo PSV NA 300CD - cascos NAV-123, NAV-124, NAV-125, NAV-126 e NAV-127 e NAV-128 no valor total de suplementação de R$ 144.403.956,48 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos) que correspondem a US$ 90.083.566,08 (noventa milhões, oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis dólares norte americanos e oito centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 129.963.560,82 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos) que correspondem a US$ 81.075.209,46 (oitenta e um milhões, setenta e cinco mil, duzentos e nove dólares norte americanos e quarenta e seis centavos), com data-base de 27/05/2011, processo nº. 50770 001107/2011-93.

II.BSCO NAVEGAÇÃO S.A., suplementação para 1 (uma) embarcação do tipo Crew Boat P2 - casco - CBP2-01 no valor total de suplementação de R$ 3.566.178,81 (três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e um centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 3.209.560,93 (três milhões, duzentos e nove mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e três centavos), processo nº. 50770 001293/2011-61.

III.MAGALLANES NAVEGAÇÃO BRASILEIRA S.A., suplementação para 1 (uma) embarcação do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 - casco WSO - 107 no valor total de suplementação de R$ 122.798,59 (cento e vinte e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e cinqüenta e nove centavos), com apoio financeiro do FMM de até 87,86%, que equivale a R$ 107.890,84 (cento e sete mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos), processo nº. 50770 001212/2011-22.

IV.WILSON, SONS OFFSHORE S.A., suplementação para 1 (uma) embarcação do tipo Platform Supply Vessel - PSV 4500 - casco WSO - 103 no valor total de suplementação de R$ 7.294.296,64 (sete milhões, duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 6.564.866,98 (seis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), processo nº. 50770 001213/2011-77.

V.DOF NAVEGAÇÃO LTDA, suplementação para construção de 3 (três) embarcações do tipo Anchor Handling Tug Supply - AHTS 18000 - 250TTE - cascos PRO - 30, PRO - 31 e PRO - 33 no valor total de suplementação de R$ 86.921.736,75 (oitenta e seis milhões, novecentos e vinte um mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) que correspondem a US$ 50.232.164,10 (cinquenta milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e sessenta e quatro dólares norte-americanos e dez centavos), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/10/2009 processo, processo nº. 50770 001239/2011-01.

Cabotagem:

VI.PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO, suplementação de recursos para 1 (uma) embarcação do tipo Transportes de Produtos - casco M - 203 (PROMEF 1) no valor total de suplementação de R$ 32.260.263,28 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 29.034.236,95 (vinte e nove milhões, trinta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos), processo nº. 50770 001291/2011-71.

VII.PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO, suplementação de recursos para 1 (uma) embarcação do tipo Transportes de Produtos - casco M - 204 (PROMEF 1) no valor total de suplementação de R$ 35.296.790,66 (trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 31.767.111,59 (trinta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil, cento e onze reais e cinqüenta e nove centavos), processo nº. 50770 001291/2011-71.

VIII.LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL, suplementação de recursos para 1 (uma) embarcação do tipo Full Contêiner - 2800 TEUS - casco EI-504 no valor total de suplementação de R$ 13.557.088,27 (treze milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil, oitenta e oito reais e vinte e sete centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 12.201.379,44 (doze milhões, duzentos e um mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), processo nº. 50770 000505/2010-10.

IX.LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL, suplementação de recursos para 1 (uma) embarcação do tipo Full Contêiner - 2800 TEUS - casco EI-505 no valor total de suplementação de R$ 14.323.334,66 (quatorze milhões, trezentos e vinte e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 12.891.001,19 (doze milhões, oitocentos e noventa e um mil, um real e dezenove centavos), processo nº. 50770 000505/2010-10.

X.LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL, suplementação de recursos para 1 (uma) embarcação do tipo Full Contêiner - 2800 TEUS - casco EI-506 no valor total de suplementação de R$ 20.869.329,14 (vinte milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 18.782.396,23 (dezoito milhões, setecentos e oitenta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos), processo nº. 50770 000505/2010-10.

Estaleiros:

XI.ESTALEIRO PROMAR S.A., suplementação para construção de estaleiro, localizado no Município de Ipojuca - PE, no valor total de suplementação de R$ 28.392.158,68 (vinte e oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos), que equivalem a US$16.597.777,79 (dezesseis milhões, quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e sete dólares norte americanos e setenta e nove centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 16/09/2011, processo nº. 50770 001234/2011-92.

XII.ALIANÇA S.A. INDÚSTRIA NAVAL E EMPRESA DE NAVEGAÇÃO, suplementação para ampliação e modernização dos estaleiros, localizados nos Municípios de Niterói e São Gonçalo - RJ, no valor total de suplementação de R$ 29.264.861,82 (vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), com apoio financeiro do FMM de até 90,00%, que equivale a R$ 26.338.375,64 (vinte e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), processo nº. 50770 001110/2011-15.

Financiamento à Produção:

XIII.ESTALEIRO MAUÁ PETRO-UM S.A., suplementação de recursos para produção de 1 (uma) embarcação do tipo Transportes de Produtos - casco M - 203 (PROMEF 1) no valor total de suplementação de R$ 32.260.263,28 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos), com apoio financeiro do FMM de até 46,00%, que equivale a R$ 14.839.721,11 (quartoze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e onze centavos), processo nº. 50770 001288/2011-58.

XIV.ESTALEIRO MAUÁ PETRO-UM S.A., suplementação de recursos para produção de 1 (uma) embarcação do tipo Transportes de Produtos - casco M - 204 (PROMEF 1) no valor total de suplementação de R$ 35.296.790,66 (trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), com apoio financeiro do FMM de até 46,00%, que equivale a R$ 16.236.523,70 (dezesseis milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta centavos), processo nº. 50770 001288/2011-58.

XV.ESTALEIRO STX OSV NITERÓI S.A., suplementação de recursos para produção de 3 (três) embarcações do tipo Anchor Handling Tug Supply - AHTS 18000 - 250TTE - cascos PRO - 30, PRO - 31 e PRO - 33 no valor total de suplementação de R$ 86.921.736,75 (oitenta e seis milhões, novecentos e vinte um mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) que correspondem a US$ 50.232.164,10 (cinquenta milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e sessenta e quatro dóllares norte-americanos e dez centavos), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/10/2009 processo nº. 50770 001232/2011-01.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, em reunião realizada no dia 24 de novembro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso VIII, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos de cabotagem, abaixo relacionados:

I. COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL, construção de 2 (duas) embarcações do tipo Mineraleiros - 77.500 TPB com valor total do projeto de R$ 336.322.409,26 (trezentos e trinta e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos) que correspondem a US$ 210.728.326,60 (duzentos e dez milhões, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e seis dólares norte americanos e sessenta centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 19/08/2011, processo nº. 50770 001207/2011-10.

II. HIDRONAVE SOUTH AMERICAN LOGISTICS S.A., construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Panamax 63500 DWT - Produtos Claros com valor total do projeto de R$ 609.490.773,30 (seiscentos e nove milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e setenta e três reais e trinta centavos) que correspondem a US$ 355.865.459,95 (trezentos e cinqüenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e nove dólares norte americanos e noventa e cinco centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 13/09/2011, processo nº. 50770 001240/2011-40.

III. HIDRONAVE SOUTH AMERICAN LOGISTICS S.A., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Panamax 63500 DWT - Produtos Escuros com valor total do projeto de R$ 121.898.154,66 (cento e vinte e um milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cento e cinqüenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) que correspondem a US$ 71.173.091,99 (setenta e um milhões, cento e setenta e três mil, noventa e um dólares norte americanos e noventa e nove centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 13/09/2011, processo nº. 50770 001240/2011-40.

IV. KINGFISH DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Produtos Claros - 45000 DWT com valor total do projeto de R$ 619.697.522,49 (seiscentos e dezenove milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) que correspondem a US$ 309.554.684,30 (trezentos e nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro dólares norte americanos e trinta centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/06/2009, processo nº. 50770 001072/2011-92.

V. NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA., docagem de 1 (uma) embarcação do tipo Graneleiro denominado Trevo Vermelho com

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

valor total do projeto de R$ 4.854.995,68 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) que correspondem a US$ 3.026.805,29 (três milhões, vinte e seis mil, oitocentos e cinco dólares norte americanos e vinte e nove centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 01/09/2011, processo nº. 50770 001294/2011-13.

VI. - GRANINTER TRANSPORTES MARÍTIMOS DE GRANÉIS S A., construção de 02 (duas) embarcações tipo MULTI PURPOSE de 11000 TPB, com valor total do projeto de R$ 160.783.367,74 (cento e sessenta milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), que correspondem a US$ 93.478.702,18 (noventa e três milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e dois dólares norte americanos e dezoito centavos), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 05/09/2008, Processo n°.50770.001351/2011-56.

VII. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, construção de 01 (uma) embarcações tipo Balsa Tanque de 9000 m3 para transporte de produtos escuros, com valor total do projeto de R$ 19.195.384,26 (dezenove milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), que correspondem a US$ 10.968.791,01 (dez milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e um dólares norte americanos e um centavo), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 07/12/2009, processo nº. 50770.001352/2011-09.

VIII. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, construção de 03 (três) embarcações do tipo Navios Tanques de 2500m3 para transporte de produtos escuros, com valor total do projeto de R$ 53.122.264,47 (cinqüenta e três milhões, cento e vinte dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), que correspondem a US$ 30.355.579,71 (trinta milhões, trezentos e cinqüenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove dólares norte americanos e setenta e um centavos), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 7/12/2009, processo nº. 50770.001352/2011-09.

IX. ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Porta Contêiner - 3000 TEUS com valor total do projeto de R$ 653.653.179,52 (seiscentos e cinqüenta e três milhões, seiscentos e cinqüenta e três mil, cento e setenta e nove reais e cinqüenta e dois centavos) que correspondem a US$ 371.731.790,00 (trezentos e setenta e um milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e noventa dólares norte americanos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 19/08/2010, processo nº. 50770 001196/2011-78.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 243, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 100/11, de 23 de novembro de 2011, no que consta do Processo nº 50500.037008/2011-20;

CONSIDERANDO a instauração de processos administrativos pela ANTT para apuração de supostas infrações contratuais por parte da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, interesse público e eficiência, bem como as prerrogativas constantes na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no art. 16 da Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres nº 442, de 17 de fevereiro de 2004, alterada pela Resolução nº 847, de 12 de janeiro de 2005;

CONSIDERANDO que o artigo 16 da Resolução da ANTT nº 442, de 2004, permite a formalização de Termo de Ajuste de Conduta inclusive para processos administrativos em andamento; e

CONSIDERANDO a atribuição do art. 24, inciso III da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, delibera:

Art. 1º Aprovar a minuta de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC a ser celebrado entre a ANTT e a ECOSUL, cujo objeto autoriza a Concessionária a aplicar o valor que seria pago em multas nas obras especificadas na cláusula 2ª.

Art. 2º Fixar em 30% o desconto no valor total que seria aplicado em multas à ECOSUL, relativas aos processos relacionados na cláusula 1ª do TAC.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a tomada de todas as providências visando à assinatura do TAC.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.251, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, tendo em vista o disposto no art. 5.º, inciso XXIV, da Constituição Federal; inciso IX, do art. 82, da Lei n.º 10.233, de 05/06/2001; inciso XIX, do art. 1.º da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.765, de 27/04/2006; art. 5.º, alínea "i", do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21/06/1941, e a competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DG/DNIT n.º 1035, de 10/10/2011, publicada no D.O.U. de 11/10/2011, para exercer as atribuições constantes dos incisos III, IV e V, do art. 124, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução n.º 10, de 31/01/2007, e conselho de Administração do DNIT, publicada no D.O.U. de 26/02/2007, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo n.º 50610.001864/2011-08, resolve:

Declarar de utilidade pública para efeitos de desapropriação e afetação a fins socioambientais uma área de terras de 67.189,93m² e as benfeitorias porventura nela existentes, necessárias à relocação de comunidade indígena Kaingangs e à reconstrução da Aldeia Estrela, conforme exigido por condicionante ambiental (item 2.16) da Licença de Instalação n.º 709/2010 do IBAMA referente às obras de adequação de capacidade, duplicação e melhoria da rodovia BR-386/RS. Trecho: Entr. BR-158(A) Divisa SC/RS - Entr. BR-116(B) Porto Alegre, Segmento: Km 351,5 - Km 385,3, entre as estacas 8+567,79 LD a 8+953,72 LD, conforme levantamento planimétrico e memorial descritivo acostados às folhas 38-39, do Processo nº 50610.001864/2011-08, aprovados pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul e contendo a seguinte descrição de perímetro: A área demarcada pela linha perimétrica: Inicia-se no vértice P1 de coordenada N=6.730.071,8960 e E=413.299,4457 situado na cerca da faixa de domínio do lado direito da BR-386/RS, Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, na divisa com a área remanescente de propriedade de Erivelton Villanova, que segue com azimute (247°19'07") e distância de 250,39 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Erivelton Villanova até o vértice P2 (118°57'32") de coordenandas N=6.729.975,3510 e E=413.068,3573; deste segue com azimute (186º14'46") e distância de 114,26 metros, confrontando com a área de propriedade de Antônio Jacob Zwirtes até o vértice P3 (82°40'34") de coordenadas N=6.729.861,7730 e E=413.055,8636; deste segue com azimute (89°10'13") e distância de 581,46 metros, confrontando com a área de propriedade de Valdomiro Eidelwein até o vértice P4 de coordenadas N=6.729.870,1870 e E=413.637,3207 e deste segue com azimute (300°50'12") e distância de 396,30 metros em uma linha curva, confrontando com a cerca da faixa de domínio da BR-386/RS, Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, até o vértice P1, ponto final da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas estão georeferenciadas ao sistema geodésico brasileiro, encontram-se representadas no sistema UTM, referenciados ao meridiano central -45°WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros estão calculados no plano de projeção UTM. O desenho PEET nº 1182/11, relativo ao levantamento planimétrico da área declarada de utilidade pública, fica depositado no Arquivo Técnico da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

PORTARIA Nº 1.252, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 1.035/DG, de 10/10/2011, publicada no DOU, de 11/10/2011, o artigo 21 e Parágrafo 2º, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº. 5.765, de 27 de abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006, e o artigo 124, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007, e considerando a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de informática para assegurar o cumprimento das políticas institucionais da autarquia, e tendo em vista o constante no processo nº. 50600.021039/2011-31, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI, com a finalidade de planejar e integrar todas as iniciativas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, abrangendo os Sistemas e Serviços de Informática, comunicação de dados, banco de dados, internet, intranet, extranet e identificação do suporte de TIC nos processos do DNIT, com o objetivo de assegurar a qualidade, a eficiência e a eficácia da referidas atividades e otimizar a relação custo-benefício na aquisição e no desenvolvimento de software e hardware, além de garantir a manutenção de padrões adequados de conduta para os usuários.

Art. 2º - Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação - CTI:

I - propor e executar a Política de Tecnologia da Informação do DNIT por meio de um plano integrado de ações, considerando o Planejamento Estratégico da autarquia, suas orientações mercadológicas e as políticas e orientações do Governo Federal;

II - formular, implementar, monitorar e avaliar a gestão da Política de Tecnologia da Informação;

III - aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do DNIT;

IV - definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação para o DNIT;

V - estabelecer e propor Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;

VI - monitorar os valores definidos no orçamento para o conjunto de todos os segmentos do DNIT, relacionados à Tecnologia da Informação, de tal forma que o seu uso se dê sempre de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;

VII - avaliar os sistemas de informação do DNIT e propor suas atualizações, revisões e desativações;

VIII - recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e da Intranet;

IX - estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços Internet/Intranet, bem como dos novos sistemas e tecnologias existentes no mercado;

X - aprovar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação, em especial para os servidores lotados na Área de Tecnologia da Informação;

XI - recomendar adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas e inventário dos principais sistemas e base de dados;

XII - formular, implementar e monitorar o processo de gestão de contratos de TI;

XIII - implementar o gerenciamento do processo de contratações de bens e serviços de TI com seus respectivos níveis de acordos de nível de serviço, aderindo-o à Instrução Normativa nº 04/2010, da SLTI;

XIV - elaborar o seu regimento interno, no prazo de 90 dias, contados da data de publicação desta portaria e submetê-lo ao Diretor-Geral do DNIT;

XV - criar grupos de trabalho e câmaras técnicas para encontrar soluções diante de exigências suscitadas pelo DNIT e/ou pelo Governo Federal;

XVI - participar de foro de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, bem como ser órgão difusor dessas participações junto ao DNIT;

XVII - divulgar um cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI.

Parágrafo único. Caberá ao CTI desenvolver ações estruturantes e de controle para a plena implantação do alinhamento estratégico e para o estabelecimento de metas anuais, em conformidade com o que determinar a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI vigente, ou, ainda, para o cumprimento dos compromissos periódicos acerca das demandas da área de TI.

Art. 3º - O CTI será composto pelos seguintes membros:

I - Diretor-Geral;

II - Diretor Executivo;

III - Diretor de Administração e Finanças;

IV - Diretor de Infraestrutura Rodoviária;

V - Diretor de Planejamento e Pesquisa;

VI - Diretor de Infraestrutura Aquaviária;

VII - Diretor de Infraestrutura Ferroviária;

VIII - Coordenador-Geral de Modernização e Informática.

§ 1º O CTI será presidido pelo Diretor-Geral do DNIT e em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto/suplente, qual seja, o Diretor-Geral Substituto, assim como os demais membros do Comitê, em seus afastamentos e impedimentos legais, serão representados por seus respectivos Diretores Substitutos ou Coordenador-Geral substituto no caso do Coordenador-Geral de Modernização e Informática.

§ 2º A substituição confere plenos poderes de decisão para os substitutos, para que as deliberações produzam todos seus efeitos no âmbito da Administração.

Art. 4º - Incumbe ao Presidente do Comitê de Tecnologia da Informação, ouvidos os demais membros do Comitê:

I - criar grupos ou comissões para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do CTI e indicar os coordenadores dentre os membros do Comitê;

II - indicar representantes para participar de fóruns de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática; e

III - exercer outras atribuições que lhes forem atribuídas em regimento interno.

Art. 5º - A Diretoria de Administração e Finanças prestará o apoio técnico e administrativo ao Comitê.

Art. 6º - O regimento interno do Comitê definirá o detalhamento e o funcionamento do CTI.

Art. 7º - Revoga-se a Portaria nº 454, de 28 de julho de 2003, publicada no D.O.U., de 29 de julho de 2003, Seção 1, Página 51, e todas as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 942 Data:30/11/2011 Hora:08:55
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001659/2011-44
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.001660/2011-79
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Manaus/AM
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior

ALCIDIA SOUZA
Coordenadora

SG/CNMP

PLENÁRIO

DECISÕES DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCESSO:PCA Nº 0.00.000.001331/2011- 28
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE:Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Maranhão
D E C I S Ã O
Nesse contexto, considero que a referida ressalva, nos termos em que formulada, tem o condão de afastar eventuais divergências entre os conceitos de atividade jurídica veiculados nas resoluções, do requerido e deste Conselho Nacional, ora analisadas, de modo que resta atendido o propósito deste Procedimento de Controle Administrativo.
Ante o exposto, exaurido o objeto do presente Procedimento de Controle Administrativo, determino seu arquivamento, com fundamento no art. 46, X, b, do RICNMP.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO:PCA Nº 0.00.000.001320/2011- 48
RELATOR:Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE:Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
D E C I S Ã O
Nesses termos, constato que a Resolução editada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul utilizou-se do mecanismo de reprodução literal das disposições emanadas da Resolução CNMP nº 40/2009, seja no que toca ao tema atividade jurídica, seja quanto à composição da comissão de concurso.
Assim, observo o empenho daquela unidade do Ministério Público no fiel cumprimento dos atos normativos deste Conselho Nacional, de modo que resta atendido o propósito deste PCA.
Ante o exposto, exaurido o objeto do presente Procedimento de Controle Administrativo, determino seu arquivamento, com fundamento no art. 46, X, b, do RICNMP.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001312/2011-00
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Amapá
D E C I S Ã O
Ocorre que, como se observa das informações prestadas, o requerido afirmou não ter aquela unidade ministerial realizado qualquer concurso desde a edição da Resolução CNMP nº 40/2009. Logo, inexigível, nos termos do art. 7º, que o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amapá - CSMP/AP editasse qualquer ato normativo regulamentando o tema em questão.
Deste modo, constatada a inexistência de norma de caráter potestativo a ensejar a edição de ato normativo por parte do CSMP/AP, resta prejudicado o objeto do presente PCA, pelo que determino o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo, com fundamento no art. 46, X, "b", do RICNMP.

TITO AMARAL
Relator

DECISÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
PROCESSO Nº 0.00.000.000122/2011-67
REQUERENTE: COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO
DECISÃO
(...) Acolho o parecer do Membro Auxiliar da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.
Determino, com esteio no artigo 46, inciso X, alínea 'b', do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, a extinção do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000122/2011-67, com o seu arquivamento, em razão das manifestas perda de objeto e falta de interesse em seu prosseguimento, decorrentes da revogação dos artigos 2º, 3º e 4º da Resolução CNMP n° 05/2006.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Presidente da CCAF

ACÓRDÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001566/2011-10
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Itabira de Brito Filho - Desembargador do TJ/PE
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PROCURADOR DE JUSTIÇA. ALEGADA NÃO FRUIÇÃO DE FÉRIAS EM RAZÃO DE SUPOSTA NECESSIDADE DE SERVIÇO. PRETENSÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTROS FUNCIONAIS E INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO. FALTA DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ELEMENTOS PARA INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO MP/PE. IMPROCEDÊNCIA DO PCA.
1. Procedimento de Controle Administrativo em que se impugna a negativa do MP/PE em reconhecer suposto direito do requerente à indenização por períodos de férias alegadamente não gozados por necessidade do serviço.
2. Indeferimento administrativo fundamentado na carência de provas seja em razão da insuficiente demonstração de efetivo labor nos períodos impugnados, seja diante da ausência de registro de qualquer ato administrativo determinando a suspensão ou interrupção das férias impugnadas, cujo gozo foi autorizado e formalizado nos assentamentos funcionais do requerente.
3.Observância da normatização local e da LOMP acerca do regime de férias dos membros do Ministério Público, mesmo após o advento da EC 45/2004.
4.Inexistência de novos elementos ou argumentos aptos a infirmar as conclusões da administração. Mera reiteração das alegações já fundamentadamente rechaçadas pelo MP/PE.
5.Improcedência do procedimento de controle administrativo.
ACÓRDÃO
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar improcedente o procedimento de controle administrativo.

TITO AMARAL
Relator

ACÓRDÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001182/2011-05
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Moacir Guimarães Morais Filho - Subprocurador-Geral da República
REQUERIDO: Ministério Público Federal
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. SERVIDORES LOTADOS NA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. CARGOS EM COMISSÃO. LEI 11.415/2006. PERCENTUAL MÍNIMO RESPEITADO. IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS. FUNÇÃO DE CONFIANÇA ATRIBUÍDA A SERVIDOR NÃO EFETIVO. SITUAÇÃO CONSOLIDADA POR EXPRESSA DISPOSIÇÃO LEGAL. QUESTÃO JÁ ANALISADA POR ESTE CONSELHO. REPRESENTAÇÃO AO PROCURADOR- GERAL DA REPÚBLICA.
1. O art. 4º, § 1º, da Lei nº 11.415/2006, preceitua que cada ramo do Ministério Público da União-MPU destinará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das carreiras do MPU, o que se observa na Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal.
2. Inexistência de irregularidade no provimento dos cargos em comissão apontados, no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal.
3. Verificado que o servidor comissionado atende às exigências contidas no § 1º, do art. 3º, da Portaria PGR/MPU nº 287/2007 e que sua companheira, servidora efetiva, não ocupa função de confiança ou cargo em comissão, desnecessária qualquer censura à sua nomeação.
4. A Lei nº 11.415/2006, por meio do seu art. 32, resguardou as situações jurídicas já constituídas ao tempo de sua edição, admitindo que servidores não efetivos continuassem a ocupar funções de confiança, levando este Conselho Nacional, no exame do PCA nº 640/2006-66, a representar ao Procurador-Geral da República para apreciação de possível inconstitucionalidade daquele dispositivo.
5. Reiteração de representação ao chefe do Ministério Público da União a fim de noticiar-lhe a aparente inconstitucionalidade do comando inserto no art. 32, da Lei nº 11.415/2006.
ACÓRDÃO
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo.
Brasília, 30 de novembro de 2011.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001369/2011-09
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Moacir Guimarães Morais Filho - Subprocurador-Geral da República
REQUERIDO: Ministério Público Federal
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - CSMPF. FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CORREGEDOR-GERAL DO MPF. INDEFERIMENTO DE CANDIDATURA POR INTEMPESTIVIDADE. IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS POR SUPLÊNCIA NO CSMPF, TITULARIDADE DE CÂMARA DE COORDENAÇÃO E CARGO DE DIREÇÃO NA ESCOLA SUPERIOR DO MPU. ACUMULAÇÃO DE CARGO DE VICE- PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA COM MANDATO NO CSMPF. INOCORRÊNCIA. DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO. COMPETÊNCIA DO CSMPF.
1. Caracterizada a intempestividade da manifestação visando concorrer a lista tríplice para o cargo de Corregedor-Geral do MPF, não há falar-se em vício na deliberação do CSMPF, que assim o reconheceu.
2. A LC 75/93 (art. 64, § 1º) e o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do MPF (Resolução CSMPF nº 100/09, art. 2º) não impedem que suplente do CSMPF, titular de câmara de coordenação, de cargo de direção na Escola Superior do MPU, ou designado para funções eleitorais postule a função de Corregedor-Geral do MPF.
3. Não evidenciada a acumulação do cargo de Vice- Procuradora-Geral da República com mandato no CSMPF, não há falar-se em nulidade das deliberações adotadas ou dos atos praticados.
4. A LC 75/93, ao tratar da comissão de concurso no âmbito do MPF, atribui competência ao Conselho Superior para designar membros para integrá-la, não apresentando critério para escolha dos componentes ou restrição que justifique a intervenção deste Conselho Nacional, sobretudo em considerando a temporariedade dos mandatos no CSMPF, de modo a possibilitar a designação de novos membros da comissão pela composição seguinte.
5. Conquanto razoável a preocupação em se evitar que os cargos da Administração Superior do MPF, ainda que alternadamente, sejam ocupados pelo mesmo grupo, inexiste disposição legal que estabeleça tal vedação, o que não impede o uso do instrumento do voto, por parte dos membros do MPF, nas eleições para o CSMPF (art. 54, da LC 75/93), dispensando, assim, a edição de qualquer ato normativo por este Conselho Nacional.
ACÓRDÃO
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo.

TITO AMARAL
Relator

ACÓRDÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Nº 0.00.000.001858/2010-71
RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas
EMENTA PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA - CNMP - CONS/GAB/SF - N.º 01, DE 26 DE ABRIL DE 2011. NECESSIDADE DEVIDAMENTE JUSTICADA. DEFERIMENTO.
1. A Comissão de Processo Disciplinar requereu, justificadamente, a prorrogação do prazo para a conclusão da instrução do processo disciplinar.
2. Deferimento do pleito da Comissão de Processo Disciplinar, nos termos do art. 182, parágrafo único, da Lei Estadual nº 1.762, de 14 de novembro de 1986.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Disciplinar de n.º 0.00.000.001858/2010-71, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar designada pela Portaria CONS/GAB/SF nº 01, de 26 de abril de 2011 que nele atua, pelo prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do parágrafo único, do art. 182, da Lei Estadual nº 1.762, de 14 de novembro de 1986.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000902/2011-15

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO MEMBROS QUE EXERCEM FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. OBSERVÂNCIA AO REGIME CONSTITUCIONAL DE SUBSÍDIO E dO TETO REMUNERATÓRIO. ARTIGO 39, § 4º E ARTIGO 37, INCISO XI, DA CONSTUIÇÃO FEDERAL. INOBSERVÂNCIA DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO OUVIDOR-GERAL DO PARQUET MARANHENSE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. IMPROCEDÊNCIA.

1. Não há irregularidade no pagamento de gratificações aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão que exercem funções na Administração Superior daquela Instituição, encontrando-se de acordo com os dispositivos constitucionais.

2. Não se identificou qualquer pagamento, a título de gratificação, ao membro ocupante da função de Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, não havendo previsão legal para o sua percepção.

3. Pedido Improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente o presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES,
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000917/2011-75

RELATOR: José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. ADQUAÇÃO do contrato firmado PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA para elaboração de prova de conhecimentos gerais de língua portuguesa a ser aplicada no 35º concurso daquele PARQUET. ARTIGO 55, DA LEI COMPLMENTAR ESTADUAL Nº 197, DE 13 DE JULHO DE 2000. Improcedência.

1. A Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), em seu artigo 55, estabeleceu que a Comissão de Concurso tem como atribuição a realização do certame público para seleção de candidatos para o ingresso na carreira do Ministério Público. Tal realização poderá versar na formulação das provas a serem aplicadas como também, ou tão somente, na organização do certame.

2. A Comissão de Concurso no âmbito do Ministério Público não está obrigada a formular as questões a serem aplicar nas provas de seus certames, podendo contratar profissionais habilitados para a respectiva elaboração, não ferindo com isso a Norma Legal.

3. Apesar do profissional habilitado à elaboração de prova de Língua Portuguesa não participar, como membro, da Comissão de Concurso do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos moldes do artigo 55, da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, a sua contratação pela Administração Superior do Parquet catarinense em nada fere os princípios constitucionais ou a legislação orgânica daquele Ministério Público.

4. Improcedência do Pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente o presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do Relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES,
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000916/2011-21

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Camila Paz Fernandes

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

EMENTA procedimento de controle administrativo. ministério público do estado do RIO GRANDE DO SUL. POSSIVÉL IRREGULARIDADE EM CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ASSESSOR - BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DAQUELE PARQUET. INOCORRÊNCIA. Improcedência do pedido.

1. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, incisos I e II, consagra o princípio da ampla acessibilidade aos cargos e empregos públicos na Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

2. O fato de o candidato exercer cargo em comissão no Órgão Ministerial Público que promove o certame não é suficiente para se presumir que houve favorecimento, até porque é comum servidores participarem de certames públicos abertos pelas Instituições onde laboram, em busca de ascensão funcional e remuneratória ou, simplesmente, para ingressar no quadro de pessoal efetivo. Ademais, a exigência de Concurso Público para acesso aos cargos e empregos públicos reveste-se de caráter ético e moralizador, visando assegurar a isonomia, impessoalidade e mérito dos candidatos, não havendo norma que impeça a participação de servidor em certames promovidos pelo Órgão no qual ocupa cargo comissionado.

3. Improcedência do Pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente o presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do Relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES,
Relator

Procedimento de Controle Administrativo 0.00.000.01696/2010-71 (apenso 0.00.000.001762/2010-11)

RELATOR: Cons. Alessandro Tramujas Assad

REQUERENTE: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais - FENASEMPE e Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO JÁ PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO PELA FENASEMPE E ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. INOCORRÊNCIA DA OMISSÃO ALEGADA PELA FENASEMPE E INEXISTÊNCIA DA CONTRADIÇÃO SUSCITADA PELO MP/MG. EMBARGOS DE DECLARAÇAO CONHECIDOS, MAS JULGADOS IMPROCEDENTES.

1. Inocorrência da omissão alegada pela FENASEMPE. Restou assegurado pelo acórdão impugnado a possibilidade de remoção dos servidores do Ministério Público de Minas Gerais anteriores ao concurso do edital nº01/2007. A vedação restringe-se apenas aos servidores do último concurso, durante sua validade. O Conselho Nacional do Ministério Público, não pode impor à Administração Superior do MP/MG a abertura de novo edital de remoção, pois a matéria está afeta a autonomia da Instituição, que deve ser preservada.

2. Inexistência da contradição apontada pelo MP/MG. O acórdão assegurou que os efeitos da referida decisão ocorram somente a partir de seu trânsito em julgado. A legalidade do edital do concurso regulado pelo edital 01/2007 foi mantida, a fim de observar inclusive seus efeitos quanto ao cadastro de reserva, durante o prazo de validade do certame.

3. Embargos opostos pelas partes conhecidos, mas lhes negado provimento. Arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração opostos pela FENASEMPE e pelo Ministério Público de Minas Gerais.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Relator

Embargos de Declaração no Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.001219/2011-97

RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

EMBARGANTES: Juliano Albuquerque, Izonildo Gonçalves de Assunção Júnior, Ricardo de Melo Alves e Fabrícia Barbosa Lima

ADVOGADOS: José Wanderley Bezerra Alves (OAB/MS nº 3.291), Gustavo Marques Ferreira (OAB/MS nº 7.863) e Antonio Ferreira Júnior (OAB/MS nº 7.862)

EMBARGADOS: Luiz Antônio Freitas de Almeida e outros

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, DÚVIDA, OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REJULGAMENTO DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE DISCUTIDAS E DECIDIDAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. A natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra decisão acoimada de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão. Não ocorrendo qualquer das hipóteses, descabe o manejo do recurso.

2. Embargos de declaração são próprios para aclarar a decisão. Não pode, pela via estreita do recurso de embargos de declaração, haver nova discussão do mérito. Precedentes deste CNMP.

3. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

ACÓRDÃOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000292/2010-61

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

REQUERIDO: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

INTERESSADOS: Promotora de Justiça Emília Matilde de Araújo Vasconcelos Leite Zumba e Promotora de Justiça Ethel Francisco Ribeiro

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE DEFERIU, POR MAIORIA, REMOÇÃO POR PERMUTA. POSTERIOR PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO DE UMA DAS PROMOTORAS DE JUSTIÇA BENEFICIADAS COM A PERMUTA. PRELIMINARES REJEITADAS. MANUTENÇÃO DO ATO IMPUGNADO. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE. PERMUTA DEFERIDA EM CONSONÂNCIA COM OS DISPOSITIVOS ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 141/1996. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O acesso ao Conselho Nacional do Ministério Público é amplo, de forma que, qualquer pessoa, física ou jurídica, pode deduzir suas pretensões, desde que obedecido o disposto no artigo 39, §1º, do Regimento Interno, e respeitados os requisitos de legitimidade estabelecidos no artigo 9º, da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

2. É cediço que este Conselho Nacional não atua como instância recursal das decisões emanadas pelos membros e órgãos dos Ministérios Públicos, porquanto a Emenda Constitucional nº 45/2004 atribuiu-lhe natureza de órgão de controle externo, cabendo-lhe apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Ademais, o exaurimento das vias recursais não é pressuposto de admissibilidade do procedimento de controle administrativo, uma vez que o ato administrativo supostamente viciado pode ser desconstituído de ofício por este Conselho Nacional, nos termos do artigo 130-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

3. A remoção por permuta obedeceu todos os requisitos previstos na Lei n° 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), na Lei Complementar Estadual n.º 141/1996 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte) e na Resolução n.º 003/2007 (Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Potiguar), não havendo motivo, diante do contexto normativo, para recusa do pedido.

5. Pedido improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente o presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0.00.000.001551/2011-51

RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;

REQUERENTES: PROMOTORES DE JUSTIÇA JOSÉ APARECIDO GOMES RODRIGUES E OUTROS, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO;

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO;

EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. RECONHECIMENTO DO REGIME DE COMPENSAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE PLANTÕES EM FINAIS DE SEMANA, FERIADOS E OUTRAS SITUAÇÕES URGENTES. PREVISÃO EM LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS QUE HAVIA SIDO DESCONSIDERADA EM DECISÃO ANTERIOR DESTE CNMP. INVIABILIDADE DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS POR ESTE CONSELHO. PROVIMENTO.

1. Sob pena de usurpar competência do Supremo Tribunal Federal, não cabe a este Conselho Nacional do Ministério Público promover o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos.

2. Nessa quadra, impositivo se afigura o reconhecimento do direito dos membros do Parquet mineiro de compensarem os plantões realizados em finais de semana, feriados e outras situações urgentes, como expressamente permite o artigo 18, § 2.º, de sua Lei Orgânica (Lei Complementar Estadual n.º 34/94).

3. Provimento do feito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer do presente Pedido de Providências para julgá-lo procedente, nos termos do voto do relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0.00.000.001472/2011-41

RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;

REQUERENTE: ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS - PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO;

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CONVÊNIO REALIZADO ENTRE O MPT E O EXÉRCITO. PROJETOS DE ADEQUAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CNMP.

1. Segundo a Lei nº 12.309/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2011), há possibilidade de o Conselho Nacional do Ministério Público realizar créditos suplementares e especiais, sem necessidade de encaminhar parecer acompanhando projetos de lei, conforme art. 56, §14.

2. Em consonância com o trâmite processual e administrativo, com a aprovação e análise da Secretaria Administrativa e Secretaria Geral do CNMP e com a disponibilidade orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público, não há como inviabilizar a abertura do crédito adicional referido, tendo em vista a urgência e a inclusão das despesas no Plano Plurianual de 2012-2015.

3. Provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer do presente Pedido de Providências para provê-lo, a fim de determinar a abertura a crédito adicional em favor do Ministério Público do Trabalho, por meio de anulação parcial de dotação da Ação Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público, no valor total de R$ 1.015.000,00 (hum milhão e quinze mil reais), em razão de pagamento da adequação dos projetos para construção da sede do CNMP, nos termos do protocolo de cooperação firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR,
Relator

ACÓRDÃOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000204/2010-21

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

EMENTA Procedimento de Controle Administrativo. Dispensa de licitação sem justificação e formalização de contrato para elaboração de projeto arquitetônico sem prévia definição de objeto. Ilegalidades. Hipótese de não incidência da regra do art. 24, I, da Lei 8.666/93, dada a ausência de prévia descrição do objeto do serviço de arquitetura. Ausência de fundamentação da dispensa. Nulidade do ato. Sustação da execução do contrato.

1. Neste processo resta evidenciada a violação dos arts. 24, I, e 26 da Lei 8.666/93, eis que a Procuradoria Geral da Justiça do Piauí não se baseou em prévia estimativa do serviço a ser realizado (projeto de arquitetura), não justificou a razão da escolha das arquitetas, nem o preço do trabalho.

2. Pedido Procedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer a e julgar procedente o presente procedimento administrativo, nos termos do voto do Relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

RECURSO INTERNO Nº 0.00.000910/2011-53

Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

Recorrente: Cesar Zacharias Mártyres

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

EMENTA Administrativo. Comissão de inquérito. Formação por Procuradores Regionais da República, após apurada a impossibilidade de participação de Subprocuradores gERAIS do Trabalho e de Subprocuradores Gerais dos demais ramos do Ministério Público da União. Recurso interno desprovido.

1. A formação da comissão sindicante, no caso, foi precedida de consulta ao Procurador Geral do Trabalho e aos Subprocuradores Gerais do Trabalho, revelando-se a inviabilidade da designação, conforme ofícios de fls. 178/190. Configurou-se, portanto, a impossibilidade prática do atendimento específico do quanto disposto no § 1º do art. 247 da Lei Complementar nº 75/93.

2. Viabilizava-se, portanto, a designação de Procuradores Regionais da República, integrantes de carreira diversa do indiciado, eis que o Ministério Público da União é composto por membros de ramos e carreiras independentes, nos termos do art. 182 do mesmo diploma.

3. Recurso Desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por por unanimidade, conhecer e julga desprovido o presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.001552/2010-15

RELATOR: José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CNMP. COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DETALHADAS ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. RECOMENDAÇÃO QUANTO AOS LIMITES DA GRATIFICAÇÃO POR CUMULAÇÃO DAS FUNÇÕES DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE INTEGRANTE DE COMISSÃO DE CONCURSO.

1. O pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão foi autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça, como base legal o artigo 76, da Lei Federal nº 8.112/90. Viabilidade restrita à hipótese de cumulação de funções, dada a previsão de gratificação para essa finalidade temporária no estatuto estadual.

2. Recomendação no sentido da observância da limitação decorrente do estabelecido no art. 126, VII, da Lei Complementar n° 113/91 do Estado do Maranhão.

3. Procedência parcial da providência de controle.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar parcialmente procedente o presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do Relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0.00.000.002363/2010-60

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

EMBARGANTE: João Carlos Lopes Nunes

EMBARGADO: Conselho Nacional do Ministério Público

EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Efeito modificativo. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. 6º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO QUADRO DE CARREIRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. CARGO DE TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE. EXIGÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE prova de ESFORÇO FÍSICO e DIREÇÃO veicular. Legalidade. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E O CONTEXTO NORMATIVO QUE REGULAMENTA A MATÉRIA. Artigo 128, do regimento interno. EMBARGOS Rejeitados.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a impugnar omissões, obscuridades ou contradições em proposições intrínsecas do ato decisório, nos termos do artigo 128, do Regimento Interno. Do exame dos presentes embargos não há contradição nas proposições intrínsecas do ato decisório.

2. A admissão de embargos declaratórios com efeitos modificativos ou infringentes somente é possível em casos excepcionais, quando a decisão proferida estiver em descompasso com o contexto normativo ou com os fatos correspondentes, o que não é o caso dos presentes autos.

3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e rejeitar os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

ACÓRDÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002011/2010-12

Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

Requerente: Eliseu José Berardo Gonçalves - Promotor de Justiça

Advogado: Heráclito A. Mossin - OAB/SP 29.689

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

EMENTA Administrativo. Competência do Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo para instaurar, presidir e decidir processo administrativo com aplicação de suspensão não superior a 90 dias. Procedimento regular em que o indiciado produziu ampla defesa e se observou o contraditório. Pedido de revisão improcedente.

1. A Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo, no seu art. 42, V, inclui dentre as atribuições do Corregedor Geral "instaurar, presidir e decidir o processo administrativo sumário, precedido ou não de sindicância, aplicando as sanções cabíveis, de sua atribuição, ou encaminhando-o ao Procurador Geral de Justiça".

2. A instauração, instrução e julgamento do processo se deu, portanto, em consonância com a autorização legal.

3. Inegável, por fim, que a punição ajusta-se aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, dada a inadequação da conduta do Promotor de Justiça em suas visitas às instalações carcerárias e nos contatos com reclusos.

4. Pedido Improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente a presente Revisão de Processo Disciplinar, nos termos do voto do relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

ACÓRDÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Embargos de Declaração no Pedido de Providências Nº 0.00.000.000371/2008-57

RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

EMBARGANTE: Gustavo Ronchetti

EMBARGADO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, DÚVIDA, OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REJULGAMENTO DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE DISCUTIDAS E DECIDIDAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. A natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra decisão acoimada de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão. Não ocorrendo qualquer das hipóteses, descabe o manejo do recurso.

2. In casu, este Plenário, nos autos do processo CNMP nº 0.00.000.000913/2011-97, de relatoria do conselheiro Lázaro Guimarães, apreciado na sessão de ontem, 29 de novembro de 2011, entendeu por fixar prazo razoável para a conclusão do trabalho do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MPRS, determinando que, no prazo de 120 dias, o Ministério Público do Rio Grande do Sul encaminhe à Assembléia Legislativa do Estado o projeto de lei sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores, cujo eventual descumprimento ensejará a determinação de instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar.

3. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do relator.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 106, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento administrativo destina-se ao acompanhamento da averbação de área de reserva legal do Distrito de Irrigação Barreiras Norte, bem como a apuração de danos ambientais perpetrados em área de preservação permanente do referido perímetro irrigado;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000082/2011-82 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Expeça-se ofício à Gerência Executiva do IBAMA em Barreiras para que nos informe, no prazo de 10(dez) dias úteis, sobre a existência de eventual fiscalização realizada no Distrito de Irrigação Barreiras Norte após as tratativas firmadas entre esta Autarquia Ambiental e a CODEVASF, consoante sinalizado no Relatório de Ações de Fiscalização afetas ao Projeto Barreiras Norte (fls. 12/14), o qual deve seguir por cópia em anexo.

2)Reitere-se o ofício de fls. 19, fazendo constar as advertências de praxe;

3) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 107, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento administrativo nº 1.14.003.000184/2011-06 destina-se a acompanhar a instalação de um posto do IBAMA no Município de Correntina/BA, bem como a criação de um Parque Nacional;

d) considerando a necessidade de preservação do meio ambiente, tendo em vista que o Município em questão abriga várias nascentes de rios e afluentes do Rio São Francisco, os quais estariam sofrendo ações danosas por parte da população ribeirinha, bem como recebendo resíduos sólidos e líquidos provenientes do esgoto da cidade;

e) considerando que em resposta ao Ofício nº 1524/2011 desta Procuradoria, o IBAMA sinalizou a impossibilidade do pleito, especialmente pela atual ocorrência de reestruturação interna, inclusive com a desativação de unidades descentralizadas;

f) considerando a manifestação do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, quanto a existência de duas propostas de criação de unidades de conservação no Município de Correntina, denominadas provisoriamente Veredas do Oeste Baiano e Carinhanha/Cocos;

g) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

h) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000184/2011-06 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Oficie-se à Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio para que preste informações, no prazo de 10(dez) dias úteis, sobre o andamento das propostas de criação de unidades de conservação no Município de Correntina/BA, denominadas provisoriamente Veredas do Oeste Baiano e Carinhanha/Cocos, tendo em vista que o Município em questão abriga várias nascentes de rios e afluentes do Rio São Francisco, os quais estariam sofrendo ações danosas por parte da população ribeirinha, bem como recebendo resíduos sólidos e líquidos provenientes do esgoto da cidade;

2) Expeça-se ofício à Presidência do IBAMA em Brasília para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresente informações sobre eventual desativação da Gerência Executiva do IBAMA de Barreiras/BA (ou não), tendo em vista a notícia de reestruturação interna, com a possibilidade de desativação de unidades descentralizadas, haja vista o teor do ofício nº 954/2011-GP/IBAMA (fls. 11), o qual deve seguir por cópia em anexo.

3) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 179, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar se as embarcações conhecidas como "barcos hotéis" estão causando danos ambientais ao Rio Paraguai e às espécies de peixes que teriam sua rota migratória interrompida, RESOLVE converter o presente Processo Administrativo (nº 1.20.001.000127/2009-17) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

SAMIRA ENGEL DOMINGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 218, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Procedimento Administrativo n.º 1.21.000.000435/2005-91. Classificação Temática: 4ª CCR - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Assunto: Apurar a expedição de licença ambiental para a estação de tratamento de esgoto do Complexo Penitenciário de Segurança Máxima de Campo Grande-MS

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129, inciso III), legais (art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/1985 e art. 6º, inciso VII, alínea b, da LC 75/1993, dentre outros), bem como, regulamentares (art. 8º da Portaria 214/2007, da PR-MS), e, ainda:

Considerando, segundo se infere dos autos do procedimento administrativo n.º 1.21.000.000435/2005-91, que, em setembro/1999, foi assinado convênio (SIAFI 374690) entre a União, via Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, e o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Justiça e Cidadania, objetivando o repasse de verbas, do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), à construção da estação de tratamento de esgoto do Complexo Penitenciário de Segurança Máxima de Campo Grande-MS, bem assim, que, para a execução das obras, foi celebrado contrato (n.º 42/1999), em dezembro, entre este Estado e a empresa "SOLO Engenharia, Construções e Empreendimentos Ltda.", e, em dezembro/2000, novo contrato (n.º 115) referente à complementação das obras, em razão de alterações no projeto básico;

Considerando que, conforme Acórdão TCU n.º 1253/2003 - Plenário (Processo 004.766/2003-3), constatou-se a pendência de licença ambiental à referida estação de tratamento, e que, por conta disso, acordou-se determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS) a adoção das providências cabíveis visando ao licenciamento da atividade, competindo o acompanhamento do cumprimento dessa determinação à Secretaria de Controle Externo neste Estado (SECEX/MS);

Considerando que, em resposta a ofício enviado à SEJUSP/MS, foi afirmado, em maio/2008, que ainda estavam "sendo tomadas as providências necessárias à obtenção da licença ambiental de operação do Sistema de Esgoto Sanitário do Complexo Penitenciário de Campo Grande-MS, por meio da conclusão do sistema de infiltração do esgoto tratado (em fase de orçamento, para posterior processo de licitação e contratação da obra … pela Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transportes, após a conclusão da desapropriação - que já se encontra em fase final - da área destinada a abrigar o sistema para destinação final do esgoto)";

Considerando o princípio constitucional do desenvolvimento sustentável, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

Considerando, nos termos da Lei n.º 6.938/1981 - a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente -, que "a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis" (art. 10, caput);

Considerando que o tratamento de esgoto sanitário está entre os serviços de utilidade sujeitos ao licenciamento ambiental expressamente elencados no anexo 01 da Resolução CONAMA n.º 237/1997, que regulamenta os dispositivos da referida lei a ele atinentes;

Considerando que a CF/88 ainda estabelece serem funções institucionais do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (art. 129, inciso III);

Considerando, no mesmo sentido, o disposto na Lei Complementar n.º 75/1993 acerca da atribuição do Ministério Público da União para a defesa do meio ambiente, cabendo-lhe promover, outrossim, demais ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, especialmente quanto àquele;

Considerando, por fim, o término do prazo a que alude o art. 2º, §6º, da Resolução CNMP n.º 23/2007;

Resolve, nos termos do art. 1º, caput, do art. 2º, §7º, e do art. 4º, incisos I a VI, todos da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o presente procedimento administrativo em inquérito civil público.

Ao Núcleo de Tutela Coletiva para que:

a) proceda aos registros pertinentes, anotando na capa dos autos e no "ÚNICO":

Assunto: Apurar a expedição de licença ambiental para a estação de tratamento de esgoto do Complexo Penitenciário de Segurança Máxima de Campo Grande-MS

b) proceda à fixação da presente portaria no local de costume, nos termos do art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP n.º 23/2007, certificando-se posteriormente nos autos.

Após, encaminhem-se os autos ao corpo técnico deste gabinete para as seguintes providências iniciais:

a) remessa de cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência e publicação na Imprensa Oficial;

b) envio de ofício à Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (AGESUL) - entidade responsável pela gestão dos contratos celebrados visando à realização das obras em tela e pela execução dessas - requisitando que informe, quanto à estação de tratamento de esgoto do Complexo Penitenciário de Segurança Máxima de Campo Grande-MS, se foram finalizadas as obras do sistema de infiltração do esgoto tratado (na hipótese afirmativa, encaminhar documentação comprobatória, e, em caso negativo, justificar a não conclusão das obras e mencionar a data provável para tanto), mencionadas pela SEJUSP/MS como única pendência para o licenciamento ambiental; se foi emitida licença ambiental à estação de tratamento (em caso positivo, enviar documentação comprobatória e, na hipótese negativa, esclarecer a razão de ainda não ter sido providenciada e a data provável para tanto); e, a atual situação da estação (encaminhar relatório mencionando se está em funcionamento e se o efluente tratado vem sendo corretamente destinado);

c) envio de ofício ao TCU/SECEX-MS requisitando que informe se foi cumprida a determinação 9.2 do Acórdão n.º 1253/2003 - Plenário (Processo 004.766/2003-3), cujo acompanhamento lhe coube, referente à adoção das providências cabíveis, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS), visando ao licenciamento ambiental da estação de tratamento de esgoto em referência (em caso positivo, encaminhar documentação comprobatória e, na hipótese negativa, mencionar a razão de ainda não ter sido providenciada a licença e eventuais providências adotadas em decorrência disso).

Designo a servidora Iara Cristina Nogueira Biscola, Analista Processual, para secretariar o presente inquérito civil enquanto estiver lotada neste gabinete.

EMERSON KALIF SIQUEIRA

PORTARIA Nº 483, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas, com fundamento nos artigos 127 e 129, III da Constituição da República, bem como no artigo 6°, XX, da Lei Complementar n° 75/1993, e:

a) CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover inquérito civil público, ação civil pública e outras medidas necessárias à proteção de direitos difusos e coletivos indisponíveis no âmbito da Justiça Federal, segundo artigo 37 da LC n.º 75/1993;

b) CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo a todos, inclusive ao Poder Público a responsabilidade por sua defesa e preservação, a teor do art. 225 da Constituição Federal;

c) CONSIDERANDO que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, conforme art. 225, § 1º, inciso III da Constituição Federal;

d) CONSIDERANDO que o Parque Nacional de Brasília, situado na APA do Planalto Central, é uma unidade de conservação federal;

e) CONSIDERANDO a existência de danos ambientais à APA do Planalto Central em virtude do não cumprimento da condicionante 2.32 da Licença de Instalação n° 08/2007 - IBAMA, resolve:

Converter o procedimento n° 1.16.000.006010/2010-13 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, para apurar o descumprimento da condicionante 2.32 da Licença de Instalação nº 08/2007 - IBAMA, na qual ficou estabelecido que a TERRACAP pagaria R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a título de compensação ambiental, ao Parque Nacional de Brasília referente aos procedimentos de regularização da ocupação irregular denominada Vila Estrutural, localizada na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, RA XXV.

GABINETE DA PROCURADORA DA REPÚBLICA ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA

SGAS - Quadra 604 - Av. L2 Sul - Lote 23 - 1º andar - Gabinete nº 115

CEP 70.200-640 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3313-5480 - Fax: (61) 3313-5479

Autue-se a presente portaria e o procedimento preparatório que a acompanha como inquérito civil.

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADO: Ministério Público Federal;

II - REQUERIDO: TERRACAP;

III - AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; e Parque Nacional de Brasília;

IV - ASSUNTO: MEIO AMBIENTE. PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA VILA ESTRUTURAL. CONDICIONANTE NÃO CUMPRIDA. APURAÇÃO.

DETERMINA:

I - a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7°, § 2°, I e II da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

II - cumprimento do Despacho nº 4797/2011.

ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 381ª REUNIÃO RELIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de 2011, a partir das 15h, na sede da Procuradoria Geral da República, Bloco B, sala 306 - Brasília - DF, em sessão ordinária da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, estiveram presentes a Coordenadora, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios e o Dr. Moacir Guimarães Morais Filho, membros da 6ª CCR. Foram objeto de discussão e deliberação os seguintes expedientes e procedimentos administrativos:

1. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.007694/2001-40. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar notícia veiculada no "Programa do Ratinho" denunciando a exploração de índios Kayowá-Guarani e a prática de trabalho escravo nas regiões Canavieiras do Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. 2. Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Federal e a empresa Agrícola Carandá Ltda. 3. Descumprimento. 4. Execução do TAC e reversão dos valores em proveito dos indígenas. 5. Resolução da questão via judicial. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida. Origem: PRM Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

2. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.008371/2003-35. Assunto: 1. Procedimento administrativo instaurado a partir de notícias de violações de direitos humanos contra o Povo Indígena Truká, no Estado de Pernambuco. 2. Remessa de cópia integral dos autos à Procuradoria da República no Município de Serra Talhada - PE, a quem pertence a atribuição para atuar no feito. 3. Desnecessidade de manutenção deste procedimento administrativo. Origem: PGR. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

3. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.002250/2005-41. Assunto: 1. Procedimento Instaurado a partir de projeto de realização de seminário sobre perícia antropológica em questão de minorias. 2. Realização do seminário no período de 23 e 24 de novembro de 2009. 3. Exaurimento do objeto. 4. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: 6ª CCR. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Pelo Arquivamento. Unânime. .

4. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.006326/2006-99. Assunto: 1. Acompanhar os resultados do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 1.705/2005, do Ministério da Saúde, para uniformização de entendimentos e ações relacionados à admissão de profissionais de saúde no âmbito da Funasa. 2. Relatório Preliminar elaborado pelo GT. 3. A contratação de profissionais de saúde deve se adequar à realidade de cada comunidade indígena, sendo inviável uma alternativa genérica e única para todos os casos. 4. A demanda de cada comunidade deve ser atendida em procedimento próprio. 5. Alteração quanto à competência na promoção da saúde dos povos indígenas. 6. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PGR. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Pelo Arquivamento. Unânime.

5. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.013347/2009-11. Assunto: Representação da Comunidade Tuxá de Ibotirama/BA a respeito da estadualização da Escola Indígena Marechal Rondon. 2. Instauração de Procedimento Administrativo sobre o tema na PRM - Barreiras/BA. 3. O presente procedimento tornou-se um dossiê de acompanhamento das medidas adotadas na referida PRM. 4. As providências necessárias estão sendo intentadas regularmente pela Procuradoria da República local. 5. Desnecessidade de manutenção do feito. Procurador Oficiante: Origem: PGR. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

6. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.011195/2010-48. Assunto: Despacho da 2ª CCR solicitando manifestação da 6ª CCR no sentido de emitir opinião sobre a presença ou não de questão indígena, nos autos do Inquérito Policial em apenso, que justifique seu processamento e julgamento perante à Justiça Federal, face a promoção de declínio de atribuição lá proferida. 2. Parecer antropológico. 3. Impossibilidade de se afirmar, com segurança, se há a presença ou não de questão indígena no caso, sem um estudo específico. Origem: PGR. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Pelo encaminhamento dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

7. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000095/2000-66. Assunto: 1. Representação do CIMI - Norte I. 2. Denuncia a invasão da Terra Indígena Kumaru do Lago Ualá, Município de Juruá/AM. 3. A Funai informa que a referida Terra Indígena já está demarcada, porém está sendo agilizado o processo indenizatório das benfeitorias dos posseiros não índios encravados na área. 4. Retirada dos posseiros após o recebimento das indenizações. 5. Cópia do registro da Terra Indígena encaminhada pela SPU e pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Juruá/AM. 6. Exaurimento do objeto. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

8. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000505/2002-31. Assunto: 1. Representação contra Manoel Luís Gil da Silva e Wellington Batista Cabral por se identificarem falsamente como índios Sateré Mawé. 2. Ofício da FUNAI informando que Wellington é indígena Sateré Mawé. 3. Ofício da comunidade indígena referindo-se à pessoa de Manoel Luís Gil da Silva como Cacique. 4. Ausência de comprovação das irregularidades descritas na representação. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

9. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000971/2002-16. Assunto: 1. Apurar questões relativas à educação escolar indígena em todo o Estado do Amazonas, principalmente, sobre a regulamentação das atividades de formação dos professores indígenas. 2. Termo de Acordo firmado entre o MPF, a União, o Governo do Amazonas e a Funai. 3. Descumprimento do referido acordo e consequente Ação de Execução. 4. Questão judicializada. 5. Abandono dos presentes autos. 6. Adoção de procedimentos administrativos específicos para acompanhar as diferentes realidades relacionadas aos sistemas educacionais indígenas. 7. Desnecessidade de manutenção do presente feito. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Edilson Vitorelli Diniz Lima. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

10. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000583/2003-16. Assunto: 1. Documentos de conteúdo variado acostados aos autos. 2. Documentação referente à Comunidade Indígena Cinta Larga, etnia de origem do Estado de Rondônia. 3. Desentranhamento desses documentos e remessa à PR/RO 4. Relatos de que a CASAI de Humaitá/AM não possui estrutura adequada para atender as demandas indígenas. 5. Instauração de procedimento específico para apurar a questão referente à saúde dos povos indígenas de Humaitá/AM. Origem: PR/AM. Procuradora Oficiante: Dra. Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime.

11. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000796/2004-29. Assunto: 1. Representação do senhor Sebastião Castilho Gomes, acerca de suposto tratamento diferenciado dispensado aos índios aldeados, não experimentado pelos residentes em Manaus. 2. Notícia de cumprimento de termo de ajustamento de conduta que contempla o objeto dos presentes autos. Origem: PR/AM. Procuradora Oficiante: Dra. Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

12. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.001361/2006-63. Assunto: 1. Apurar o processo de definição dos limites da Terra Indígena Murutinga e as reivindicações dos indígenas da região. 2. Consta, em trâmite na PR/AM, o Inquérito Civil Público n. 1.13.000.001191/2008-89, possuindo como objeto o processo de identificação, delimitação e demarcação da Terra Indígena Murutinga, no Município de Autazes/AM. 3. O ICP citado encontra-se melhor instruído do que os presentes autos. 4. Denúncia de construção de estrada na margem da referida terra indígena. 5. Foi ajuizada Ação Cautelar Incidental à ACP n. 2005.32.00.008283-9. 6. Duplicidade de procedimentos e judicialização parcial da questão. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

13. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000236/2008-06. Assunto: 1. Apurar eventual fraude em identificação de terras indígenas no Estado do Amazonas. 2. Representação da Associação do Produtor Agrosilvopastorial de Seringarana - APAS. 3. A representante não apresentou elementos técnicos e maiores detalhes acerca dos fatos narrados. 4. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Edilson Vitorelli Diniz Lima. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

14. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000730/2008-62. Assunto: 1. Acompanhar a demarcação da Terra Indígena Balaio, Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, face aos conflitos existentes entre funcionários do IBAMA e comunidades indígenas. 2. Homologação da demarcação administrativa da T.I. Balaio por Decreto Presidencial de 21 de dezembro de 2009. 3. Perda do objeto. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

15. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000630/2009-17. Assunto: 1. Apurar denúncia feita pela Associação de Barcelos - ASIBA, sobre possível redução de terras indígenas da região do Médio e do Baixo Rio Negro pela FUNAI. 2. Inquérito civil público nº 1.13.000.001472/2008-31, instaurado na PR/AM para acompanhar o procedimento de demarcação das terras indígenas reivindicadas pelos povos do médio e baixo Rio Negro, municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. 3. Desnecessidade de manutenção de dois inquéritos civis públicos tratando do mesmo assunto. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

16. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.001516/2009-12. Assunto: Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de discutir assuntos referentes à questão da saúde indígena no Estado do Amazonas, bem como a mudança na Chefia do DSEI - Manaus. 2. Realização de audiência na sede da PR/AM, em 19.5.2009, da qual foram objeto as demandas apresentadas pelos indígenas. 3. Ausência de atribuição do Ministério Público para intervir diretamente na nomeação e exoneração dos chefes do DSEI, mas tão somente zelar pela correta prestação dos serviços públicos de saúde e pelo respeito aos direitos das populações indígenas. 4. Perda do objeto pelo decurso do tempo. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime.

17. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.001799/2009-94. Assunto: 1. Termo de Declarações do Sr. Bergson Gama Neves. 2. Irregularidades ocorridas na Aldeia Arari, onde residem indígenas do povo Mura, município de Borba/AM (venda de combustíveis, problemas relacionados à saúde e à educação). 3. Alegações da Prefeitura Municipal de Borba. 4. Informações extraídas da reunião realizada na aldeia. 5. Documentação apresentada pelo Secretário de Educação Municipal. 6. Improcedência da denúncia. 7. Exaurimento do objeto. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Edilson Vitorelli Diniz Lima. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

18. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.002174/2009-40. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de averiguar notícia de extração de seixo no Paraná da Onça, leito do Rio Demeni, dentro de área reivindicada por indígenas do baixo Rio Negro, no Município de Barcelos - AM. 2. Informação do DNPM no sentido de que a área não estava demarcada e homologada pelo Presidente da República, razão pela qual teria emitido a autorização de extração na área. 3. Existência de conflito de posicionamento entre a Funai e o DNPM na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal. 4. Relatório preliminar de identificação e delimitação da área, considerado insuficiente pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID. 5. Paralisação de extração e retirada das dragas. 6. Existência de procedimento administrativo com o objetivo de acompanhar o procedimento de demarcação de terras indígenas ocupadas pelos povos do médio e baixo Rio Negro. 7. Encaminhamento das questões ambientais aos ofícios cíveis e criminais responsáveis pela temática no âmbito daquela Unidade. 8. Ausência de outras providências a serem tomadas no âmbito do feito. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

19. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000182/2010-95. Assunto: 1. Apurar notícias de vários óbitos de indígenas da etnia Saterê-Maué, por complicações decorrentes da contaminação pelo vírus HIV. 2. Informações prestadas pela DSEI/Parintins/AM reportam o controle dos 05 casos notificados, sendo que um deles veio a óbito, e a adoção de medidas preventivas à doenças sexualmente transmissíveis. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

20. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000985/2010-40. Assunto: 1. Relatório do Analista Pericial em Antropologia do MPF, Marco Paulo Fróes, noticiando que teve ciência de que a empresa Natura se apropriou indevidamente de conhecimentos tradicionais das "Mulheres de Silves", organizadas na Associação Vida Verde da Amazônia - AVIVE, Município de Silves/AM. 2. Ofício do Departamento do Patrimônio Genético - DPF-CGEN, do Ministério do Meio Ambiente, informando que naquele departamento não consta qualquer processo envolvendo a empresa natura e o acesso a patrimônio genético e conhecimento tradicional das "mulheres de Silves", bem como informações a respeito de celebração de contrato de repartição de benefícios entre a empresa e a AVIVE. 3. Ofício da AVIVE informando que não tem conhecimento a respeito do uso indevido, apropriação ou acesso a conhecimento tradicional das mulheres que representa. 4. Ausência de elementos que comprovem a denúncia formulada e de de informações que possam indicar qualquer medida investigativa a ser tomada pelo MPF. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

21. Procedimento Administrativo nº 1.13.000.000183/2011-11. Assunto: 1. Representação da Associação dos Armadores e Proprietários de Barcos de Pesca do Amazonas. 2. Os indígenas estariam vedando o acesso dos armadores para pesca na região, possibilitando o acesso somente a determinadas pessoas que lhes convém. 3. Representação protocolada em 18 de janeiro de 2007, não tendo sido adotada nenhuma medida até a presente data. 4. Falta de estrutura e acúmulo excessivo de demanda na PR/AM. 5. A representante não protocolou novas informações. 6. Não seria razoável a adoção de medidas acerca de um fato representado há mais de 4 (quatro) anos. 7. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PR/AM. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

22. PEÇAS DE INFORMAÇÃO - Fenix 6ªCCR - 2865/2011. Assunto: 1. Representação refere a suposto cerceamento a direito a receber bolsa de estudos pelo governo estadual, para 04 (quatro) professores indígenas Tupinambá de Olivença, como estudantes do Programa Plataforma-Freire da Universidade Estadual de Santa Cruz. 2. Arquivamento por se tratar de interesse não abrangido pela atuação ministerial. 3. Ausência de informações que suportem entendimento diverso. 4. Benefício provisionado genericamente a profissionais em efetivo exercício. 5. Interessados não demonstraram contrariedade à decisão. Procurador Oficiante: Eduardo Ribeiro Gomes El Hage. Origem: PRM-Ilhéus/BA. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

23. Procedimento Administrativo nº 1.14.001.000108/2008-15. Assunto: 1. Representações formuladas por indígenas pertencentes à comunidade Pataxó Hã Hã Hãe, no Município de Pau Brasil/BA. 2. Supostos excessos e atos de abuso de autoridade praticados pela Polícia Federal durante o cumprimento de reintegração de posse e mandado de busca e apreensão na Fazenda Serra Verde, região de Água Vermelha. 3. Manifestação do delegado de Polícia Federal Fá-

VERSÃO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bio de Araújo Marques que comandou a equipe de policiais. 4. O delegado tentou negociar a saída pacífica dos índios, estabelecendo um prazo para que deixassem o local espontaneamente, sob pena de utilizar a força. 5. Não restou comprovada qualquer irregularidade perpetrada pela Polícia Federal no cumprimento da ordem judicial. Procurador Oficiante: Dr. Eduardo Ribeiro Gomes El Hage. Origem: PRM-Ilhéus/BA. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

24. Procedimento Administrativo nº 1.14.001.000111/2009-10. Assunto: Representação da Presidente do Conselho de Saúde Indígena da comunidade Pataxó Hã-hã-hãe noticiando a má prestação de serviço de atendimento à saúde indígena pela FUNASA, o fornecimento de medicamentos vencidos e a ausência de veículo destinado ao transporte de doentes. 2. Denúncia contra o Coordenador da FUNASA, feita pelo Ministério Público Federal, face sua omissão em responder os ofícios. 3. Atual Sistema de Controle de Estoque e Consumo (SISCOESC) para evitar o vencimento de medicamentos. 4. Agilização na troca dos medicamentos vencidos junto ao DSEI/BA, pela Presidente do Conselho de Saúde Indígena. 5. Ausência de outras providências a serem tomadas pelo MPF. Procurador Oficiante: Dra. Flávia Galvão Arruti. Origem: PRM Ilhéus/BA. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

25. Procedimento Administrativo nº 1.14.001.000054/2011-85. Assunto: 1. Procedimento Administrativo. 2. Ex-officio. 3. Apurar o cumprimento do que determina a Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 4. Informações prestadas pelas instituições federais de ensino da região denotaram adequação às tais disposições. 5. Arquivamento. Procurador Oficiante: Eduardo Ribeiro Gomes El Hage. Origem: PRM-Ilhéus/BA. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

26. Procedimento Administrativo nº 0.15.000.001823-2003/81. Assunto: Questionamento do Iphan sobre linhas de transmissão de energia elétrica da CHESF as quais atravessariam os Municípios de Fortaleza, Pacatuba, Maranguape e Caucaia. 2. Possível presença dos povos indígenas Tapeba e Pitaguary nos municípios por onde passam as referidas linhas de transmissão. 3. Informação da Funai de que há Linha de Transmissão que intercepta a T.I. Pitaguary. 4. Este fato está sendo acompanhado por procedimento específico. 5. Não há componente indígena afetado pelas linhas de transmissão que necessite ser tratado no âmbito deste procedimento. 6. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Francisco de Araújo Macedo Filho. Origem: PR/CE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

27. Procedimento Administrativo nº 1.15.000.002435/2005-23. Assunto: Apurar conflitos existentes entre a população indígena e os habitantes do assentamento Xique-Xique, localizado no município de Monsenhor Tabosa. 2. Oficiou-se à Funai requisitando informações sobre a representação supracitada. 3. Foi marcada reunião entre a Comunidade Indígena do Assentamento Xique-Xique, a Funai e técnicos do Incra, com o fim de solucionar o conflito existente entre índios e não índios. 4. Informações atualizadas da Funai de que não há conflito atualmente na região do Assentamento Xique-Xique, vivendo pacificamente a comunidade indígena e os assentados do local. 5. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Edmac Lima Trigueiro. Origem: PRM - SOBRAL/CE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

28. Procedimento Administrativo nº 1.15.000.001175/2008-11. Assunto: 1. Apurar notícia do projeto de construção de refinaria de petróleo, que impactaria diretamente a cemitério do Povo Indígena Anacé, no Distrito de Matões, Município de Caucaia. 2. Informado o ajuizamento de Ação Civil Pública, cujo objeto mais abrangente contempla o dos presentes autos. Procurador Oficiante: Dra. Nilce Cunha Rodrigues. Origem: PR/CEARÁ Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

29. Procedimento Administrativo nº 1.15.000.001664/2009-54. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar demanda de construção do prédio da Escola de Ensino Infantil, Fundamental e Médio Diferenciado para o Povo Anacé. 2. Recomendação à Seduc no sentido de que adotasse providências urgentes para a construção da citada escola. 3. Informação da Secretaria de que a área indicada para a construção da escola se sobrepunha à área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o que não favoreceria a convivência com uma escola. 4. Propositura de ação civil pública que tinha por objetivo assegurar o direito à terra tradicionalmente ocupada pelo Povo Anacé. 5. Promoção de Arquivamento. 6. Não homologação, com determinação de regresso do feito à Unidade de origem para que prosseguisse no cuidado da matéria, tomando as providências que entendesse cabíveis. 7. Informações de março de 2011 davam conta de que a obra já estariam em estágio avançado, com as fotos demonstrando que a construção encontrava-se na etapa final. 8. Nova promoção de arquivamento. Procurador Oficiante: Dr. Francisco de Araújo Macedo Filho. Origem: PR/CE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

30. Procedimento Administrativo nº 1.15.000.000488/2010-77. Assunto: Solicitação da Comunidade Tapeba do Trilho, para que fosse realizada uma reunião para tratar sobre o uso abusivo de bebidas alcoólicas e de som alto nos arredores da comunidade. 2. Reunião organizada pelo MPF. 3. O Comandante Geral da Polícia Militar disponibilizou-se a reforçar o policiamento ostensivo e preventivo nas Terras Indígenas, e ainda foi acertado que haveria reuniões com as lideranças locais para possibilitar o ingresso da força militar nas comunidades. 4. Informações de que a comunidade vem mantendo diálogo efetivo com a Ronda do Quarteirão, o que garante maior segurança e tranquilidade aos indígenas. 5. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Nilce Cunha Rodrigues. Origem: PR/CE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

31. Procedimento Administrativo nº 1.15.000.001261/2010-49. Assunto: 1. Relatório de fiscalização da FUNAI noticiou a demolição da residência do Índio Alberto Teixeira de Matos, em cumprimento a ordem judicial proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Caucaia/CE, nos autos da Ação de Reintegração de Posse movida pela empresa Remar Participações Ltda. 2. Conflitos decorrentes dos procedimentos para a regularização da Terra Indígena. 3. Após reconhecida a incompetência absoluta do juízo, os autos foram remetidos à Justiça Federal, onde o Parquet requereu a improcedência do pedido inicial. Procurador Oficiante: Nilce Cunha Rodrigues. Origem: PR/CEARÁ. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

32. Procedimento Administrativo nº 1.15.000.000279/2011-12. Assunto: 1. Acompanhar a implementação de sistema de inscrição e comprovação da atividade da população indígena brasileira que se enquadre como segurado especial e a declaração de atividade anual no sítio da previdência social, cujo acesso ocorre por meio de senhas especiais. 2. Acordo de Cooperação Técnica entre o INSS e Funai. 3. Sistema ainda em fase de implementação. 4. Requerimento de benefícios previdenciários nas próprias agências situadas nos locais de residência dos segurados. 5. Ausência de prejuízos aos segurados. 6. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Nilce Cunha Rodrigues. Origem: PR/CE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

33. Procedimento Administrativo nº 1.16.000.002088/2006-82. Assunto: 1. Pagamento efetuado pelo INCRA nos autos de processo judicial de desapropriação. 2. Reserva Kalunga. 3. Ação extinta por erro em procedendo do INCRA. Trânsito em Julgado - devolução do pagamento deve ser requerida por meio de ação própria. 4. Promoção de arquivamento. 5. Decisão da 6ª CCR pela remessa dos autos ao GT Quilombos para análise. 6. Manifestação pela remessa à origem para providências sugeridas e cabíveis. 7. As comunidades quilombolas kalungas estão sob dupla proteção federativa e sob a permanente fiscalização da Procuradoria da República de Goiás, sendo certo que o presente expediente cuida tão só de averiguar a atuação judicial do INCRA no caso em comento. 8. Perda do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Maria Luiza Grabner. Origem: PR/DF. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

34. Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000223/2001-39. Assunto: 1. Procedimento administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara e conter as limitações a direitos decorrentes do funcionamento de empreendimentos espaciais na região, que impactaram o modo de vida tradicional desses moradores. 2. Várias medidas judiciais e extrajudiciais adotadas desde a instauração deste procedimento, há 10 anos. 3. Judicialização da questão e abertura de outro procedimento, mais atual e com o objeto mais específico. Origem: PR/MA. Procurador Oficiante: Dr. Alexandre Silva Soares. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

35. Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000345/2005-59. Assunto: 1. Ameaças contra indígenas da Aldeia Estirão, Posto Indígena Angico Torto, Município de Arame/MA. 2. Disputa por lagoa da região e expulsão dos índios pelos ameaçadores. 3. Apuração do fato pelo ofício criminal da PR/AM. 4. A Funai informou que apenas parte da lagoa pertence à Terra Indígena Araribóia e que não houve registro de expulsão dos índios do povoado. 5. Realização de reunião para tratar de questões sobre segurança pública e políticas públicas na referida terra indígena. 6. Ficou acordado a realização de ações permanentes de fiscalização e a efetivação das políticas públicas. 7. ACP para garantir a fiscalização adequada. 8. Exaurimento do objeto. Origem: PR/MA. Procurador Oficiante: Dr. Alexandre Silva Soares. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

36. Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000379/2006-24. Assunto: 1. Representação de possível existência de irregularidades na gestão de Telmiston Pereira de Carvalho, Chefe do Posto Indígena Coquinho e Presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas, bem como denúncia de fornecimento de bebidas alcoólicas aos indígenas da comunidade local. 2. Exoneração do denunciado pela Funai, instauração de procedimento para apurar os fatos na esfera administrativa e realização de campanhas de conscientização da proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas. 3. Propositura de ACPs para apurar possível cometimento de atos de improbidade administrativa na gestão de verbas oriundas de convênio com a Funasa. 4. Encaminhamento de outros fatos ao núcleo criminal da PR/MA. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PR/MA. Procurador Oficiante: Dr. Alexandre Silva Soares. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

37. Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000766/2006-61. Assunto: 1. Monitorar o processo de convocação e instalação do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI/MA) e a implementação da autonomia do DSEI/MA. 2. Fiscalização da prestação de saúde indígena no Estado do Maranhão e de outras situações conflituosas em torno da mencionada implementação, a cargo da Funasa. 3. Superveniente alteração de competência no tocante à saúde dos povos indígenas, transferência da gestão da Funasa ao Ministério da Saúde. 4. Verificação de fatos diversos do objeto inicial da apuração e de grande abrangência, relacionados a todo o Estado do Maranhão. 5. Fatos que determinam a extração de peças para instauração de inquéritos civis específicos. 6. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PR/MA. Procurador Oficiante: Dr. Alexandre Silva Soares. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

38. Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000224/2007-79. Assunto: 1. Procedimento Administrativo. 2. Representação referia a divergências na aplicação de recursos pelo Município de Barra do Corda/MA, do Programa de Atenção Básica dos Povos Indígenas, mantido com repasses do Ministério da Saúde. 3. Ações Civis Públicas propostas por duas associações indígenas pôs fim ao conflito. 4. Comunicados o Núcleo de Improbidade da PR e a AGU (acerca da decisão do Juízo Estadual, por poder importar em eventual afetação de interesse patrimonial da União). 4. Arquivamento. Origem: PR/MA. Procurador Oficiante: Dr. Alexandre Silva Soares. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

39. Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000530/2007-13. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar notícia de irregularidade por parte da Funasa, no que diz respeito à criação de um posto de saúde com equipe técnica e viatura de aldeias situadas na Terra Indígena Bacurizinho. 2. Realização de reunião entre representantes dos indígenas e a Coordenação do DSEI/MA. 3. Na ocasião, deliberou-se que a questão do atendimento por equipes multidisciplinares seria decidida em reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena, que se realizaria em data próxima. 4. No tocante ao veículo para transporte de pacientes, solicitou-se à Funasa que adotasse medidas administrativas para resolver o problema, por meio da disponibilização de motorista servidor da Funasa. 5. Notícia de disponibilização de viatura para o subpolo Bacurizinho. 6. Designação de um subpolo para o atendimento das famílias Guajajara. 7. Exaurimento do objeto. Origem: PR/MA. Procurador Oficiante: Dr. Alexandre Silva Soares. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

40. Procedimento Administrativo nº 08100.011519/95-31. Assunto: 1. Identificar responsáveis pelo desmatamento no entorno da Terra Indígena Sararé, no Vale do Gauporé, em Mato Grosso, a partir de representação do CIMI/MT. 2. Após diversas diligências do MPF, a Funai informou que foram instaurados inquéritos policiais, ações civis e procedimentos de fiscalização pelo Ibama, inclusive com apreensão de madeiras. 3. Medidas administrativas e judiciais datadas do ano de 1997, sem novas diligências até os dias atuais. 4. Procedimento instaurado há mais de 15 anos, eventuais crimes e contravenções não apurados já prescreveram, qualquer providência atual tornar-se-á infrutífera diante do lapso temporal transcorrido. 5. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PR/MT. Procuradora Oficiante: Dra. Márcia Brandão Zollinger. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

41. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000302/2003-91. Assunto: 1. Discriminação cometida por parte do proprietário do Hotel Comodoro, Sr. Francisco Tasca, e seu funcionário, Sr. Victor Hugo Penso. 2. Os indígenas foram impedidos de se hospedarem no referido hotel. 3. Reservas feitas pela Secretaria Municipal de Educação para que os professores indígenas participassem da Semana Pedagógica. 4. Os professores foram informados pelo gerente que o hotel não hospeda índios, pois atrapalharia o normal funcionamento do hotel, vez que inibiria a hospedagem de posteriores clientes. 5. Prescrição do prazo para intentar ação de reparação. 6. Propositura de Ação Penal. 7. Finalidade do presente procedimento foi atingida. Origem: PRM CÁCERES/MT. Procurador Oficiante: Dr. Juliano Baggio Gasperin. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

42. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000239/2004-73. Assunto: 1. Apurar irregularidades na instalação da PCH Bocaiúva. 2. ACP proposta pelo MPF com pedido de liminar em desfavor de D. M. Construtora de Obras LTDA. 3. Homologação do arquivamento no âmbito da 4ª CCR. 4. Questão judicializada. 5. Proteção dos direitos da Comunidade Irantxe com o impedimento à instalação da obra referente à PCH Bocaiúva. Origem: PR/MT. Procuradora Oficiante: Dra. Márcia Brandão Zollinger. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

43. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000568/2005-03. Assunto: 1. Apurar notícia de conflito havido entre indígenas Apiacás e representantes e hóspedes da Pousada Jurumé, motivado por divergências na utilização conjunta de campo de pouso de aeronaves, que teria resultado no cárcere privado de turistas e funcionários da pousada, no Município de Apiacás. 2. DPF informou conciliação. 3. Retomado o processo de demarcação de terra indígena na região. Origem: PRM SINOP/MT. Procuradora Oficiante: Dra. Analícia Ortega Hartz l. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

44. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000401/2007-04. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de . Representação encaminhada por via eletrônica pelo Major B.M. Mariano à 6ª CCR, na qual noticia irregularidades ambientais na Fazenda Jarinã e administrativas na Funai de Colíder. 2. Instauração de inquérito policial com o objetivo de apurar os fatos narrados na re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

presentação. 3. Os ilícitos civis e administrativos noticiados não estão no âmbito de atribuição do MPF, devendo ser apurados na esfera própria, mediante requerimento do prejudicado. 4. Perda do objeto. Origem: PR/MT. Procuradora Oficiante: Dra. Analícia Ortega Hartz. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

45. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000561/2007-45. Assunto: 1. Ofício da FUNAI encaminhando termo de declarações prestadas pelo indígena Saturnino Wopotowe Rudzazne E Di, no qual alega ter sido vítima de preconceito. 2. Arquivamento do inquérito policial instaurado, face a ausência de indícios suficientes de autoria e provas bastantes da materialidade delitiva. 3. Ausência de outras diligências aptas a elucidar os acontecimentos expostos pelo indígena. Origem: PR/MT. Procuradora Oficiante: Dra. Márcia Brandão Zollinger. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

46. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000007/2008-49. Assunto: 1. Ofício da FUNAI denunciando a retirada de madeira na T.I. Irantxe, município de Brasnorte. 2. Instauração de Ação penal para investigar os fatos. 3. Desnecessidade de manutenção deste procedimento face a judicialização da questão. Origem: PR/MT. Procuradora Oficiante: Dra. Márcia Brandão Zollinger. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

47. Procedimento Administrativo nº 1.20.000.001130/2008-87. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de representação formulada por cidadãos que foram contratados, mediante contratos temporários, para prestar serviços para a Funasa e foram dispensados sem a necessária atenção aos seus direitos trabalhistas. 2. Alegação de que a dispensa de pessoal prejudicaria sensivelmente a qualidade dos serviços prestados à população indígena no Estado do Mato Grosso. 3. A questão relativa aos direitos trabalhistas não está afeta ao Ministério Público Federal, em virtude da existência de ações já em curso no âmbito da Justiça Trabalhista. 4. No tocante ao possível prejuízo à qualidade dos serviços de saúde, já existe procedimento com o mesmo objeto em curso no âmbito daquela Unidade. 5. Perda do objeto. Origem: PR/MT. Procurador Oficiante: Dr. Douglas Santos Araújo. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

48. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.000779/2006-15. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar suposta ocupação indevida de terras públicas na área denominada de Vitória, Ilha das Onças, Município de Barbacena/PA, onde o representante exerce atividades ligadas à agricultura para o sustento próprio e de sua família. 2. Criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha das Onças, com base em termo de cooperação técnica assinado entre a Secretaria de Patrimônio da União e o INCRA. 3. Ofício do INCRA informando que o representante está cadastrado como beneficiário no PAE Ilha das Onças. 4. Exaurimento do objeto. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

49. Procedimento Administrativo nº 08111.000009/97-62. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de ofício enviado pelo Senador Wilson Martins, solicitando informações a respeito das ações que o MPF estaria tomando em relação à realidade que estaria atingindo a comunidade indígena Guarani Kayowá no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial no tocante à ameaça de suicídio coletivo por parte dos indígenas. 2. Apesar do grupo ter área declarada como de posse permanente e já demarcada e homologada, a Terra Indígena Jaguapiré, a comunidade ocuparia apenas uma parcela ínfima da área, permanecendo o restante com dois fazendeiros que contariam com decisões judiciais que os autorizariam a continuar no local. 3. Grande número de casos de suicídio entre os Guarani estaria relacionado à impossibilidade de viverem de acordo com suas crenças, costumes e tradições. 4. Garantia da ocupação da extensão territorial reivindicada pela comunidade. 5. Iniciativas no sentido da implementação de ações de assistência na área de sustentabilidade, educação e saúde para o grupo. 6. Perda do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida. Origem: PRM-Dourado/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

50. Procedimento Administrativo nº 08111.000558/99-62. Assunto: 1. Representação de Euclides Antonio Fabris e da Empresa Agropecuária Zoller LTDA. a respeito da invasão de propriedades particulares por indígenas da região. 2. Invasão da Fazenda Bacurí e da Fazenda São Sebastião, propriedades dos representantes. 3. Os indígenas tinham o objetivo de retornar a um cemitério onde estariam os ossos de determinado cacique, na denominada Fazenda Sombrerito. 4. Oficiou-se à Funai solicitando informações sobre providências adotadas ao caso. 5. Informação de que estava sendo realizado um estudo para a identificação da Terra Indígena Sombrerito, pretendida pelos Guarani-Kaiowás, próxima do local onde se encontravam os indígenas. 6. Incidência dos imóveis dos representantes no perímetro da T.I. Sombrerito. 7. Questão judicializada. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antonio Delfino de Almeida. Origem: PRM-Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

51. Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000178/2005-88. Assunto: 1. Procedimento sem especificação clara do objeto de apuração. 2. Ofícios e documentos sobre os mais diversos assuntos. 3. Desentranhamento dos ofícios enviados com a devida juntada aos ICPs instaurados para a avaliação das políticas públicas nas terras indígenas (ICP por comunidade). 4. Desnecessidade de manutenção do feito. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antonio Delfino de Almeida Origem: PRM - Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

52. Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000319/2005-62. Assunto: 1. Procedimento visando a acompanhar o processo de regulamentação de terras da comunidade quilombola "Colônia de São Miguel", bem como o seu assentamento. 2. Relatório antropológico noticiando a entrega do título das terras à comunidade de remanescente de quilombolas São Miguel. 3. Existência de outro P.A. monitorando as políticas públicas direcionadas à comunidade. 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida. Origem: PRM Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

53. Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000352/2006-73. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar a situação de indígena morador da Aldeia Jaguapiru atingido por arma branca, que apresentou traumatismo craniano, com lesões que ensejaram que permanecesse em estado semivegetativo. 2. Tentativa de transferência para a Rede Sarah, considerada referência para tratamentos dessa natureza. 3. Informação de que o paciente apresentava sequelas neurológicas graves de traumatismo craniano encefálico, e que estava sendo atendido na Clínica de Fisioterapia da Unigran, e que seu quadro apresentava boa evolução. 4. Perda do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida. Origem: PRM/Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

54. Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000015/2008-48. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de Auto de Constatação elaborado pela 10ª Promotoria de Justiça de Dourados - MS, que relatou a situação precária em que estavam sendo armazenados alimentos recebidos pela Funai para serem distribuídos aos indígenas, bem como a demora na efetivação dessa distribuição. 2. Solicitadas informações à Funai, esta respondeu aos questionamentos formulados pelo MPF de forma detalhada, juntando relatório fotográfico da situação de armazenamento dos produtos. 3. Relatório de Inspeção produzido pela Vigilância Sanitária de Dourados, que apontou irregularidades no galpão e propôs algumas adequações. 4. Comunicada, a Funai informou que as providências estavam sendo tomadas, mas seria necessário prazo mínimo de três meses para realizar todas as adequações solicitadas. Posteriormente encaminhou novas informações, bem como cronograma de atividades. 5. Realização de vistoria pelo analista pericial em antropologia lotado naquela Unidade, atestando a qualidade dos produtos armazenados e a regularidade na distribuição das cestas às comunidades indígenas. 6. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida. Origem: PRM/Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

55. Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000075/2008-61. Assunto: 1. Representação encaminhada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que adere a pedido das lideranças indígenas Guarani, Kaiowá e Ñandevá, para intermediação junto às usinas de cana-de-açúcar e o Ministério do Trabalho, a fim de que fosse excluída a "Taxa Comunitária" compulsoriamente descontada do salário dos trabalhadores indígenas. 2. Termo de Ajustamento de Conduta celebrado perante o Ministério Público do Trabalho contemplou a revogação do referido recolhimento. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino Moreira. Origem: PRM-Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

56. Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000113/2009-66. Assunto: 1. Ofício da FUNAI informando a situação conflituosa entre a Comunidade Indígena Sombrerito e fazendeiros no município de Sete Quedas/MS. 2. Instauração de Inquérito Policial para apurar os fatos. 3. Desnecessidade de manutenção deste procedimento administrativo. Procurador Oficiante: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida. Origem: PRM/Dourados/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

57. Procedimento Administrativo nº 1.21.004.00056/2007-23. Assunto: 1. Procedimento visando apurar eventual omissão da Fundação Nacional do Índio - FUNAI em apoiar o contato da Comunidade Indígena Guató com a Secretaria de Estado de Educação, no que se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, especialmente relacionadas à Escola João Quirino de Carvalho - Toghopanãa. 2. Após o atendimento à Recomendação do MPF, a FUNAI informou a regular constituição de Associação de Pais e Mestres na referida escola e o suporte logístico. 3. A Secretaria de Educação, por seu turno, firmou convênio com a APM, que viabilizou o acesso aos recursos do PNAE. 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Wilson Rocha Assis. Origem: PRM-Corumbá/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

58. Procedimento Administrativo nº 1.21.005.000003/2008-83. Assunto: 1. Representação do indígena Jorge Gomes denunciando problemas existentes na escola localizada na Aldeia Pirakuá, município de Bella Vista/MS. 2. Ofício da Prefeitura Municipal de Bela Vista encaminhando o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar da Escola Municipal Indígena Pirakuá. 3. Melhora na Infraestrutura da escola de extensão, sala "Morro". 4. Existência de outro procedimento administrativo tratando, especificamente, das condições de trafegabilidade nas estradas internas da Aldeia Indígena Pirakuá. 5. Ausência de outras providências a serem adotadas pelo Ministério Público Federal. Procurador Oficiante: Dr. Thiago dos Santos Luz. Origem: PRM/Ponta Porã/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

59. Procedimento Administrativo nº 1.21.005.000151/2009-89. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado como objetivo de apurar possível deficiência na atuação da Funai e de sua Procuradoria Federal Especializada em processos judiciais de relevante interesse para as comunidades indígenas Guarani da Região Centro-Sul de Mato Grosso do Sul. 2. A instauração foi motivada por duas ocorrências em processos judiciais que tramitaram na Vara Federal de Ponta Porã - MS: a) não oferecimento de contestação e de especificação de provas em ação de manutenção de posse proposta contra os índios e b) não apresentação de informações pela autoridade coatora (Dirigente da Funai) em mandado de segurança impetrado pela Famasul. 3. Ausência de prejuízo às populações indígenas beneficiárias. 4. Melhoria da qualidade da prestação do serviço pela PFE após a lotação de novo Procurador Federal em Amambai. 5. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Thiago dos Santos Luz. Origem: PRM-Ponta Porã/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

60. Procedimento Administrativo nº 1.21.005.000200/2009-83. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar suposta recusa/omissão do Conselho Tutelar de Amambai/MS nos atendimentos de casos envolvendo crianças e adolescentes indígenas. 2. Relatório do Polo Base do DSEI de Amambai/MS relata o caso concreto de 2 (duas) crianças indígenas. 3. Oficiou-se ao Conselho Tutelar de Amambai. 4. Minuciosas informações apresentadas pelo Conselho Tutelar. 5. Não se caracterizou hipótese de omissão/desídia do órgão nos casos apontados, revelando um trabalho em sintonia com as lideranças, com o DSEI e com a Funai. 6. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Thiago dos Santos Luz. Origem: PRM/Ponta Porã/MS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

61. Procedimento Administrativo nº 1.22.011.000077/2011-07. Assunto: 1. Procedimento instaurado com o objetivo de apurar divergência entre os índios e a direção da Funasa quanto à contratação de motorista para prestar serviços à aldeia. 2. Realização de reunião na sede da Procuradoria, na qual foram assumidos compromissos por ambas as partes. 3. Nova reunião na qual os indígenas confirmaram estar satisfeitos com a troca, não tendo nada a reclamar 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Bruno Nominato de Oliveira. Origem: PRM/Sete Lagoas/MG. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

62. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001630/2009-98. Assunto: Procedimento Administrativo instaurado a partir de mensagem eletrônica apócrifa recebida na Procuradoria da República no Estado do Pará a partir de conta de correio eletrônico denominada "luta indígena", no qual é narrada suposta violação de direitos humanos e assédio moral no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos do Pará. 2. Ausência de fatos que ensejem o prosseguimento da instrução do presente P.A., eis que não se configuram, nos documentos trazidos, indícios da noticiada violação de direitos humanos ou prática de assédio moral contra indígenas. 3. Perda do objeto. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem.

63. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.002748/2007-71. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de Representação da Procuradoria Federal Especializada - PFE/Funai, que encaminha ofício no qual o Cacique João Pedro Soares (Joca Tembé), Coordenador da Associação da Terra Indígena Alto Rio Guamá, informa a insatisfação de vários indígenas da etnia Tembé com a presença do Sr. Dilson Marinho no interior da T.I. Alto Rio Guamá. 2. Informação da PFE de que o Sr. Dilson estaria na área sem autorização da Funai. 3. Entendimento de que a comunicação, embora relatando situações graves, não trazia elementos suficientes para abertura de investigação criminal, não vislumbrando qualquer conduta delituosa a apurar. 4. Redistribuição ao ofício cível. 5. Persistência, com maior intensidade, das irregularidades noticiadas. 6. Instauração de procedimento criminal. 7. Arquivamento do feito. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

64. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001236/2008-79. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de comunicação de crime de ameaça e homicídio por parte de integrantes da etnia Tembé contra servidores da Funasa no ano de 2008. 2. Registro de grave deficiência na prestação do serviço de atendimento à saúde indígena, razão pela qual os indígenas teriam promovido retaliação, de forma supostamente violenta, contra os funcionários da Casai de Paragominas - PA 3. Instauração de procedimento criminal com o objetivo de apurar os fatos narrados na representação. 4. Realização de reunião entre as partes na sede da Procuradoria. 5. Ausência de novos incidentes. 6. Perda do objeto. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

65. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.003563/2008-65. Assunto: 1. Representação do SERIPA, contrária aos termos de Editais de Pregão Eletrônico da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, por abarcarem "objeto ilícito", ao considerarem os aspectos da "regularidade dos locais de pouso e decolagem, homologações exigíveis da empresa aérea para o tipo de serviço aéreo a ser contratado, entre outros". 2. Após informações acerca da paulatina regularização dos aeródromos, o Parquet concluiu por não considerar ilegal a licitação. 3. Arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Homologado pela 5ª CCR, com remessa a esta. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

66. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001192/2009-68. Assunto: 1. Acompanhar a implementação de políticas de ação afirmativa que garantisse o acesso aos indígenas no nível superior de educação e a questão da contratação de professores indígenas. 2. Seleção diferenciada para Povos Indígenas implementada pela Universidade Federal do Pará permitindo o acesso de indígenas ao ensino superior. 3. Atuação conjunta ao MPT na ACP n. 00187-2005-013-08-00-7, que tramita junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e trata da contratação de professores indígenas. 4. Acordos firmados a respeito da questão foram homologados judicialmente. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

67. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001878/2009-59. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de expediente encaminhado pela Funai - AER/Belém - PA à Superintendência da Polícia Federal do Estado do Pará, solicitando providências no tocante à presença de invasores na Terra Indígena Alto Rio Guamá, nos arredores da aldeia Pinawa. 2. Realização de diversas operações na área, com a participação da Polícia Federal, da Funai e do Ibama. 3. Existência de ação judicial contemplando a questão versada nos autos. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

68. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001594/2010-04. Assunto: 1. Termo de Declarações formulado por trabalhadores rurais do Distrito de Beja, Município de Abaetetuba, representantes de populações tradicionais. 2. Noticia possível invasão irregular das terras ocupadas pelas famílias por parte de integrantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf. 3. Realização de reunião entre as partes. 4. Disponibilidade de terras públicas para o assentamento das famílias dos aludidos trabalhadores rurais da Fetraf, conforme sinalização da SPU/PA. 5. Intermediação do MPF gerou a efetiva saída dos trabalhadores do Distrito de Beja, com a consequente liberação da área para a continuidade de suas atividades voltadas à produção e agricultura familiar, nos moldes tradicionais. 6. Exaurimento do Objeto. Origem: PR/PA. Procurador Oficiante: Dr. Felício Pontes Júnior. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

69. Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000240/2010-24. Assunto: 1. Representação do Sr. Cláudio Curuaia Cambui para apurar eventuais condutas ilícitas do servidor da Funai, Erick de Belém Oliveira, decorrentes da suposta recusa em realizar Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI de sua filha menor, Alessandra Tainá da Silva Curuaia. 2. Havia a recusa com a justificativa de que a referida autarquia não possuía recurso para adquirir um livro específico para proceder ao registro. 3. Oficiou-se à Funai a fim de que fosse atendida a pretensão ou para que a Fundação se justificasse. 4. A Funai apresentou justificativas satisfatórias acerca do fato e a confirmação de que o referido registro já havia sido realizado. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PRM MARABÁ/PA. Procurador Oficiante: Dr. Tiago Modesto Rabelo. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

70. Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000559/2007-44. Assunto: 1. Representação da Associação de Remanescentes de Quilombo de Murumurutuba - ARMUS. 2. Denúncia de que servidores da Secretaria de Abastecimento e Agricultura de Santarém - SEMAB, estariam vendendo materiais (areia e pedra) que seriam utilizados na recuperação da estrada de acesso à área quilombola. 3. Oficiou-se à SEMAB. 4. A Secretaria informou que em virtude da baixa qualidade do material existente na comunidade, solicitara a doação do material necessário para a recuperação da estrada. 5. José Riker, morador da Comunidade, autorizou a retirada de piçarra localizada no interior de sua propriedade, para ser utilizada na estrada. 6. Informação de que não houve cobrança por servidor público lotado na SEMAB. 7. Insuficiência de elementos probatórios da denúncia. 8. Não houve identificação da prática de qualquer ilicitude e não restaram comprovadas as acusações contra os funcionários da SEMAB. 9. Exaurimento do objeto. Origem: PRM SANTARÉM/PA. Procurador Oficiante: Dr. Marcel Brugnera Mesquita. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

71. Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000006/2007-81. Assunto: 1. Acompanhar a criação de Grupo de Trabalho para efetuar os estudos necessários à demarcação da Terra Indígena do Maia, Povo Arara, Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará. 2. Declaração de posse permanente da T.I. Arara de Volta Grande do Xingu (antiga Maia) para o grupo indígena, por intermédio da Portaria nº 1.233/MJ. 3. Outro procedimento administrativo instaurado para acompanhar a demarcação da T.I. em questão. 4. Desnecessidade de manutenção deste procedimento. Origem: PRM ALTAMIRA/PA. Procurador Oficiante: Dr. Bruno Alexandre Gütschow. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

72. Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000192/2007-59. Assunto: 1. Apurar conflito envolvendo colonos assentados no PA Laranjal e os indígenas Arara Sul. 2. Oficiou-se ao Incra e à Funai solicitando informações. 3. O Incra apresentou informações a respeito das atividades desenvolvidas na reaviventação dos limites da Terra Indígena Arara. 4. A Funai informou que os trabalhos efetuados pelo Incra solucionaram os problemas que haviam na região, uma vez que os limites ficaram bem definidos, tanto para os índios, quanto para os colonos. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PRM ALTAMIRA/PA. Procurador Oficiante: Dr. Bruno Alexandre Gütschow. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

73. Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000210/2009-64. Assunto: 1. Solicitação de intervenção do MPF junto aos órgãos competentes, feita pela FUNAI, para que fossem expedidos os documentos pessoais dos índios que estavam participando do curso de magistério indígena, em Altamira/PA. 2. Emissão da documentação, com exceção do CPF, que não está no rol da Lei 9.265/1996 como sendo ato necessário ao exercício da cidadania. 3. Impossibilidade de cobrar da Receita Federal a gratuidade na emissão de CPF's. 4. Ausência de outras providências a serem tomadas pelo MPF. Origem: PRM ALTAMIRA/PA. Procurador Oficiante: Dr. Bruno Alexandre Gütschow. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

74. Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000018/2010-10. Assunto: 1. Termo de Declarações do Sr. Luís Xipaia. 2. Informa que sua irmã, Isabel Xipaia de Carvalho, tem encontrado dificuldades para obter atendimento no Hospital Municipal São Rafael, em Altamira/PA, para realização do procedimento médico de que necessita (Nefrostomia por Punção). 3. Novas declarações do Sr. Luís Xipaia. 4. A Sra. Isabel Xipaia de Carvalho, foi devidamente atendida, tanto no Hospital Municipal São Rafael, como no Hospital Regional de Altamira, encontrando-se, atualmente, na cidade de Belém/PA, onde prossegue em tratamento médico, na Casa de Saúde Indígena. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PRM ALTAMIRA/PA. Procurador Oficiante: Dr. Bruno Alexandre Gütschow. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

75. Procedimento Administrativo nº 1.24.000.001411/2009-71. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de Termo de Declarações prestadas pelo Sr. José Batista da Silva, que solicitava intervenção do MPF para que sua qualidade de indígena fosse reconhecida pelo Cacique da Aldeia Tracoeira e para que fosse ressarcido do prejuízo causado pela destruição de uma plantação. 2. Informações da Funai no setido de que a etnicidade do Representante ainda não havia sido reconhecida definitivamente; entretanto, ele era casado com uma índia da aldeia, o que lhe permitia a utilização dos terrenos. A destruição de sua plantação decorreu de conflito decorrente de seu inconformismo, uma vez que não aceitava utilizar apenas o quinhão que lhe havia sido destinado. 3. Realização de acordo de boa convivência entre o representante e o Cacique da Aldeia, que encerrou o conflito. 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Duciran van Marsen Farena. Origem: PR/PB. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

76. Procedimento Administrativo nº 1.25.009.000625/2011-28. Assunto: 1.Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar o cumprimento da Recomendação MPF/UMR nº 6/2007, que diz respeito ao desenvolvimento de programas de educação diferenciada à Comunidade Indígena Xetá. 2. Informação da Secretaria de Educação do Estado do Paraná acerca dos procedimentos adotados para o cumprimento da referida recomendação, em especial a realização, a partir do ano de 2008, de reuniões com o objetivo de planejar, organizar e executar as ações para o desenvolvimento de um programa de educação diferenciada à comunidade indígena Xetá. 3. Criação de um grupo de trabalho e de um Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Indígena Xetá. 4. Pedido orientação pela Secretaria de Educação ao MEC no tocante ao ensino diferenciado para a etnia Xetá. 5. Os trabalhos desenvolvidos seguindo a orientação do MEC resultaram na elaboração de dicionário ilustrado da Língua Xetá e livro com aspectos históricos e culturais desse povo, com lançamento previsto para o final do ano de 2011. 6. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Robson Martins. Origem: PRM-Umuarama/PR. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

77. Procedimento Administrativo nº 1.25.016.000102/2011-92. Assunto: 1. Ofício da FUNAI informando a existência de protesto da comunidade indígena Kaingang, da T.I. Mococa, em Ortigueira/PR, visando melhores condições de conforto e segurança no transporte de alunos indígenas que estudam fora da aldeia, bem como chamar atenção para a situação precária da estrada de acesso à referida terra. 2. Ofício da Prefeitura Municipal de Ortigueira informando que o veículo que fazia o transporte escolar dos indígenas foi substituído e que a estrada foi totalmente recuperada. 3. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Marcelo de Souza. Origem: PRM-Apucarana/PR. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

78. INQUÉRITO CIVIL nº 1.26.002.000069/2010-31. Assunto: Identificar e avaliar as políticas públicas voltadas ao controle do alcoolismo nas área indígenas. 3. Informação do Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco (DSEI/PE), no sentido da execução de atividades destinadas a "fomentar um processo de construção coletiva de soluções que extrapolam o Setor Saúde", relacionados ao consumo indiscriminado de bebidas alcoólicas. Procurador Oficiante: Dra. Roberta Lima Barbosa Bonfim. Origem: PRM/CARUARU/PE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

Procedimento Administrativo nº 1.26.003.000050/2006-07. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar e/ou promover a desintrusão da Terra Indígena Kambiwá. 2. Registro, pela funai, de 52 ocupações de não índios na área. 3. As indenizações iniciaram em 2003 e concluiu-se em 2010, com a indenização, pela Funai, de todos os ocupantes, à exceção de 9 que não foram localizados ou não manifestaram interesse em receber pagamento pelas benfeitorias. 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Raquel Teixeira Maciel Rodrigues. Origem: PRM/Serra Talhada/Salgueiro/PE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

79. Procedimento Administrativo nº 1.26.003.000047/2011-42. Assunto: 1. Moção de Repúdio encaminhada pelo Ministério do Meio Ambiente a respeito do homicídio do indígena Mozeni Truká. 2. Dossiê de acompanhamento instaurado pela PGR. 3. Remessa dos autos à PRM - Serra Talhada/PE em razão da necessidade de instrução e acompanhamento do feito pelo representante do MPF que exerce o ofício no local dos fatos. 4. Informação da Promotoria de Justiça da Comarca de Cabrobó de que a Ação Criminal referente ao caso foi sentenciada. 5. Regular tramitação e acompanhamento pelo MP Estadual. 6. Perda do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Gomes Teixeira. Origem: PR/PE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

80. Procedimento Administrativo nº 1.29.000.001936/2010-64. Assunto: 1. Dificuldades do Conselho Estadual dos Povos Indígenas - Cepi, em conseguir informações solicitadas à Prefeitura Municipal de Viamão. 2. Solicitação de informações sobre a titularidade de determinada área do município, onde estão instaladas famílias Guarani da Estiva, para implementação de Política Habitacional. 3. Oficiou-se ao Secretário do Desenvolvimento Econômico do Município de Viamão. 4. Encaminhamento das informações recebidas do município ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas. 5. Informação de que o Coordenador responsável pela regularização fundiária do município agendaria reunião com o objetivo de encaminhar a solicitação do Conselho. 6. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Juliano Stella Karam. Origem: PR/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

81. Procedimento Administrativo nº 1.29.010.000146/2005-85. Assunto: 1. Acompanhar a inserção dos indígenas residentes na Terra Indígena Inhacapetum, em São Miguel das Missões/RS, no Programa Bolsa Família. 2. Dificuldades iniciais no cadastramento de indígenas no Programa Bolsa Família superadas. 3. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Felipe da Silva Müller. Origem: PRM Santo Ângelo/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

82. Procedimento Administrativo nº 1.29.014.000030/2008-59. Assunto: 1. Inquérito Civil Público instaurado com o objetivo de acompanhar o caso da indígena Clarice Soares, vítima de acidente fatal, bem como o encaminhamento de verba a título de seguro DPVAT para a menor Carina Soares, sua filha. 2. Realização de reunião na sede da Procuradoria, na qual a Polícia Rodoviária Federal apresentou sugestões de medidas de prevenção de acidentes envolvendo indígenas à concessionária de rodovias Sulvias. 3. Construção de pontilhão no córrego indicado pela PRF e a implementação de projeto de sinalização na rodovia. 4. Após a conclusão do projeto não houve notícia de novos acidentes envolvendo a comunidade indígena. 5. liberação, em favor da menor Carina Soares, filha da falecida, da quantia referente ao seguro DPVAT. 7. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Nilo Marcelo de Almeida Camargo. Origem: PRM Lajeado/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

83. Procedimento Administrativo nº 1.29.014.000133/2009-08. Assunto: 1. Inquérito Civil Público instaurado com o objetivo de apurar atos de criminalidade e outros abusos supostamente praticados por membros da Comunidade Indígena Kaingang, estabelecida às margens da BR-386, Vila Glória, em Estrela - RS. 2. Existência de diversos outros procedimentos relativos a essa comunidade no âmbito da tutela coletiva. 3. Apuração da matéria criminal no âmbito da Justiça Estadual. Procurador Oficiante: Dr. Nilo Marcelo de Almeida Camargo. Origem: PRM Lajeado/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Voto pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento no âmbito da 6ª CCR, com a remessa dos autos à 2ª CCR para análise da da questão sob o aspecto criminal.

84. Procedimento Administrativo nº 1.29.015.000150/2009-27. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar a atuação das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena da Terra Indígena Guarita mantidas pelo Município de Tenente Portela (RS). 2. Apresentação do relatório quantitativo mensal das atividades desenvolvidas pela EMSIs. 3. Prestação de informações sobre as verbas federais repassadas ao Município de Tenente Portela (RS) para aplicação na saúde indígena, as exigências para o repasse e os valores repassados ao Município nos últimos três anos. 4. ACP com pedido liminar para obrigar a União a prestar serviço essencial de saúde aos indígenas residentes na Reserva Indígena Guarita, abrangida pelos Municípios de Redentora (RS) e Tenente Portela (RS), mediante a contração pela União, em caráter emergencial, de profissionais para atuarem na área, em Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena. 5. Cumprimento da decisão liminar pela União. 6. Exaurimento do objeto do presente procedimento. Procurador Oficiante: Dr. Gabriel Silveira de Queirós Campos. Origem: PRM - Sta. Rosa/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

85. Procedimento Administrativo nº 1.29.018.000040/2010-79. Assunto: 1. Apurar a regularidade do edital para o Concurso Público n. 001/2010 do Município de Charrua para a contratação de equipe médica para a Terra Indígena de Ligeiro. 2. Foi expedida a Recomendação n. 01/2010, para o fim de determinar a retificação do Edital n. 01/2010, com a reabertura das inscrições e a correção dos apontamentos, e para o fim de criar cargos municipais específicos de profissionais da Equipe de Saúde da Família Indígena. 3. Edital n. 003/2010, o qual retificou e completou o Edital n. 001/2010, contemplando os apontamentos constantes à Recomendação n. 01/2010. 4. Não houve inscrições de médicos interessados na prestação do concurso público. 5. Perpetuação dos serviços por meio de processo licitatório. 6. Não foram evidenciadas irregularidades quanto ao procedimento licitatório, conforme análise do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. 7. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Andréia Rigoni Agostini. Origem: PRM-Erechim/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

86. Procedimento Administrativo nº 1.29.018.000053/2010-48. Assunto: 1. Apurar a ausência de concurso público para contratação da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena - EMSI, da Terra Indígena Cacique Doble. 2. Realizou-se reunião para tratar do tema. 3. O Coordenador Regional da Sesai, afirmou não ser favorável à realização de concurso público naquele momento, em razão do atual estágio de transição da saúde indígena da Funasa para a Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai. 4. Alteração quanto à competência na promoção da saúde dos povos indígenas. 5. Assunção pela União das contratações da Equipe Multidisciplinar da Saúde Indígena por intermédio da novel Sesai é a medida que se impõe, mediante a instauração de ICP próprio a respeito do assunto. 6. Desnecessidade de manutenção do presente feito. Procurador Oficiante: Dra. Andréia Rigoni Agostini. Origem: PRM-Erechim/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

87. Procedimento Administrativo nº 1.29.018.000091/2011-81. Assunto: 1. Apurar a regularização da utilização de energia elétrica pelos indígenas do acampamento de Passo Fundo da Forquilha. 2. Energia elétrica implementada na totalidade das residências abarcadas pelo acampamento. 3. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Andréia Rigoni Agostini. Origem: PRM-Erechim-RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

88. Procedimento Administrativo nº 1.29.018.000259/2011-59. Assunto: 1. Contratação de profissionais para trabalhar em uma escola na Terra Indígena Votouro, Município de Benjamin Constant do Sul/RS. 2. Reunião entre representantes do Município e da liderança daquela terra indígena para tratar das questões. 3. Entendimento entre o Município e a liderança indígena da TI Votouro acerca das questões mais graves que envolvem o processo de construção da nova escola. 4. O Município demonstrou que está disposto a atender às reivindicações da comunidade indígena. 5. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Andréia Rigoni Agostini. Origem: PRM-Erechim/RS. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

89. Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000043/2010-31. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar eventual intolerância racial, étnica e religiosa por parte de representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Niterói, que teriam demolido uma construção ocupada por família indígena da etnia Guajajara. 2. A área em questão é legalmente considerada como uma Zona de Preservação da Vida Silvestre, área de preservação permanente, localizada no Morro da Peça. 3. Não houve qualquer indício de ilegalidade na conduta perpetrada pelos servidores municipais na desocupação da área de preservação ambiental permanente. 4. Inexistência de eventual intolerância racial, étnica e/ou religiosa. 5. Exaurimento do objeto. 6. Promoção de Arquivamento. 7. Homologação da questão ambiental pela 4ª CCR, com remessa dos autso a esta 6ª CCR. Procurador Oficiante: Dr. Antonio Canedo Neto. Origem: PRM-Niterói/RJ. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

90. Procedimento Administrativo nº 1.30.012.001033/2010-23. Assunto: 1. Esclarecimentos acerca do "Edital de Concorrência de Projetos n. 01/2010 - Apoio à implantação dos Pontos de Cultura Indígena, cuja formulação oriunda do Programa Cultura Viva, com suas metas estabelecidas no Programa Mais Cultura" 2. Promoção de arquivamento homologada anteriormente. 3. Novas representações feitas pelo INBRAPI, requerendo o cancelamento do processo de implementação dos Pontos de Cultura Indígena e pela ARPINSUL, ARPINSUDESTE e Conselhos Indigenistas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, solicitando alteração de um dos itens do Chamamento Público, com vistas a adequar os Pontos de Cultura Indígena ao orçamento da nova gestão do Ministério da Cultura. 4. Conexão entre novas representações e o presente procedimento. 5. Ofícios do Ministério da Cultura e da AGU esclarecendo as questões. 6. Ausência de outras providências a serem tomadas pelo MPF. Procurador Oficiante: Dra. Márcia Morgado Miranda. Origem: PR/RJ. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

91. Procedimento Administrativo nº 1.31.000.000320/2001-27. Assunto: Relato de abusos cometidos pelo servidor da FUNAI, Chefe do Posto Indígena Trincheira, Sandro Pinto de Melo, como falta de atendimento à saúde, exploração de trabalho indígena, prática de abuso sexual, desrespeito ao Cacique, entre outras. 2. Processo disciplinar instaurado na FUNAI no qual a comissão de sindicância concluiu que a culpabilidade do servidor não ficou comprovada 3. Negativa das acusações feitas na representação pelo Cacique Tari Amondawa, o qual reivindicou a manutenção do servidor no cargo de chefe de Posto Indígena Trincheira da T.I. Uru Eu Wau Wau. 4. Longo tempo decorrido desde a data da representação, sendo que o denunciado permanece à frente do posto Indígena da Aldeia, sem que tenham surgido quaisquer notícias de outros problemas. 5. Ausência de indícios concretos dos fatos relatados. Origem: PR/RO. Procurador Oficiante: Dr. Daniel Fontenele Sampaio Cunha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à Unidade de origem. Unânime.

92. Procedimento Administrativo nº 1.31.000.000534/2003-65. Assunto: 1. Apurar indícios de irregularidades cometidas por servidora da FUNAI responsável pelo Serviço de Assistência do NAL de Ji-Paraná/RO junto ao INSS. 2. Existência do delito e materialidade do fato comprovadas. 3. Processo criminal instaurado. 4. Demissão após regular procedimento de sindicância. Origem: PR/RO. Procuradora Oficiante: Dra. Lucyana Marina Pepe Affonso de Luca. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

93. Procedimento Administrativo nº 1.31.000.000547/2005-04. Assunto: 1. Representação de indígenas Sakirabiar e Makurap no ano de 1990. 2. Versava acerca da necessidade de concretização do processo de demarcação da Área Indígena Mequéns, bem como de fiscalização de referida área com objetivo de obstar seu desmatamento. 3. As terras encontram-se devidamente demarcadas, homologadas, identificadas e registradas. 4. Os indígenas da etnia Sakirabiar encontram-se no interior da Terra Indígena Mequéns e os indígenas da etnia Makurap encontram-se no interior da Terra Indígena Rio Branco. 5. Desatualização do substrato fático que ensejou a instauração do procedimento. 6. Em relação à exploração ilegal de madeira, tramitam, na PRM - Ji Paraná/RO, procedimentos de maior abrangência para tratar do tema. 7. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PR/RO. Procurador Oficiante: Dr. Daniel Fontenele Sampaio Cunha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

94. Procedimento Administrativo nº 1.31.000.000357/2008-21. Assunto: 1. Acompanhar temas discutidos por ocasião do I Fórum do Povo Indígena Suruí, realizado entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2003. 2. As principais vertentes (educação, saúde e sustentabilidade) têm merecido atenção da PRM - Ji Paraná/RO em outros procedimentos distintos e específicos. 3. Desnecessidade de manutenção do feito. Origem: PR/RO. Procurador Oficiante: Dr. Daniel Fontenele Sampaio Cunha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

95. Procedimento Administrativo nº 1.31.000.000461/2008-16. Assunto: 1. Apurar notícia de que a Casa de Apoio Indígena - CASAI/FUNASA do Município de Guajará-Mirim estaria cobrando dos usuários, pagamento em dinheiro pela realização de alguns exames. 2. Diligências ao local, às aldeias e terras indígenas e informações do DSEI/Porto Velho. 3. Fatos não comprovados. Origem: PR/RO. Procuradora Oficiante: Dra. Lucyana Marina Pepe Affonso de Luca. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

96. Procedimento Administrativo nº 1.31.001.000021/2009-30. Assunto: 1. Ofício da Funai/Ji Paraná/RO noticia falta de apoio do Ibama às ações de fiscalização de terras indígenas levadas a efeito pela Funai. 2. A Funai relata que o Ibama não estaria atendendo às solicitações que lhe são encaminhadas pelo órgão indigenista. 3. O Ibama informou que as reivindicações da Funai estariam contempladas no planejamento estratégico do Instituto. 4. Por diversas vezes, o MPF foi instado a intermediar o contato entre as instituições. 5. A situação mudou e foram realizadas diversas reuniões conjuntas para articulação de ações no interior e no entorno das terras indígenas. 6. Exaurimento do objeto. Origem: PRM JI PARANÁ/RO. Procurador Oficiante: Dr. Daniel Fontenele Sampaio Cunha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: VOTO pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento, com remessa dos autos à 4ª CCR.

97. Procedimento Administrativo nº 1.31.001.000309/2009-12. Assunto: 1. Relatório aponta grande quantidade de madeira e supostas falhas em processo respeitante à limpeza de uma área de 270 hectares, no Município de Pimenteiras d'Oeste/RO, em área limítrofe à Terra Indígena Mequéns. 2. Vistorias realizadas pelo Ibama e FUNAI não lograram êxito em identificar a origem do material lenhoso e o responsável pela extração. Origem: PRM JI PARANÁ/RO. Procurador Oficiante: Dr. Daniel Fontenele Sampaio Cunha. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

98. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000103/2002-81. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de expediente que noticiava a persistência das atividades de garimpo por não-índios no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. 2. Várias diligências foram efetivadas no sentido de fiscalizar e coibir a presença de garimpeiros nessa terra indígena. 3. Relatório da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Roraima, que informou os resultados da operação realizada com a colaboração do Exército Brasileiro para retirar garimpeiros das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e Yanomami, bem como o cumprimento de decisão proferida em ação civil pública proposta com essa finalidade. 4. Constatação de que as ações da Polícia Federal têm sido realizadas com regularidade e êxito, apresentando resultados que demonstram a atuação do Governo Federal no sentido de combater o garimpo nessas terras indígenas. 5. Registro de novos procedimentos para tratar das operações mais recentes. 6. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

99. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000458/2002-70. Assunto: 1. Solicitação de apoio da PRONESP - Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança, para implantação do projeto de ecoturismo na comunidade de Nova Esperança, T.I. São Marcos, município de Pacaraima/RR. 2. Abandono do projeto em 2005 e encerramento das atividades por parte da organização indígena que queria implantá-lo. 3. Perda do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

100. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000021/2007-41. Assunto: 1. Apurar eventual responsabilidade pessoal do Sr. Paulo Napoleão Nogueira da Silva pela publicação de fatos injuriosos contra o povo Yanomami em seu livro Curso de Direito Constitucional, editora Forense. 2. A obra cita que a "nação ianomami", denominada "República Socialista Ianomami", teria como objetivo retirar do Brasil e da Venezuela uma parte dos respectivos territórios, rica em ouro, urânio e outros minerais preciosos. 3. O autor alega que em nenhum momento o livro afirma que a República Socialista Ianomami seja obra dessa etnia, mas de estrangeiros interessados em desfalcar o território brasileiro, utilizando-se da boa-fé dos yanomamis. 4. Não caracterização de ofensa à etnia Yanomami. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

101. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000332/2007-18. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de comunicação oriunda do Conselho Tutelar do Município de Boa Vista - RR, que noticiava o abandono da indígena Poliana Palimi Theli pelos seus pais biológicos logo após o seu nascimento. 2. Após o noticiado abandono, a indígena foi entregue à tia Rebeca Palimi Theli, de quem passou a sofrer grave violência física, que culminou com internação hospitalar, com intensos sinais de maus-tratos. 3. Após a alta hospitalar, a criança foi institucionalizada pelo Abrigo Infantil. 4. Certidão do analista pericial em antropologia Jankiel de Campos, no sentido de que não havia óbice por parte da comunidade Yanomami para a adoção da criança por não índios. Juntada de Carta da comunidade que atesta essa manifestação. 5. Instauração de processo de guarda e responsabilidade na Justiça Estadual de Roraima, com posterior prolação de sentença judicial pelo Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Boa Vista, deferindo o pedido de adoção definitiva da criança por Patrícia da Silva Rocha, com alteração de registro civil para Poliana Yanomami Rocha. 6. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

102. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000199/2008-72. Assunto: 1. Apurar a forma com que as Organizações Não Governamentais vêm atuando na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. 2. Oficiou-se à Superintendência Regional da Polícia Federal requisitando a instauração de Inquérito Policial para apuração dos fatos. 3. Encaminhamento de cópia integral do IPL 352/08, em trâmite na 2ª Vara da Justiça Federal, a respeito do caso. 4. Não houve indícios capazes de comprovar que existe alguma atuação de ONG na Terra Indígena Raposa Serra do Sol que atente contra os interesses nacionais. 5. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

103. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000065/2009-32. Assunto: 1. Carta do Senhor Eduardo Carlos da Silva. 2. Relata recusa ao pedido de cópia da sindicância instaurada para apurar em que circunstâncias ocorreu o falecimento de seu filho, o indígena da etnia ye'kuana Eduardo Amaral Ye'kuana Gimenes. 3. Relatório da sindicância apurou que o ex-Soldado cometeu suicídio por enforcamento, fora de instalação militar. 4. Não se caracterizou crime militar, transgressão disciplinar, imprudência, desídia ou acidente de serviço. 5. O óbito em questão não recolhe elementos que promovam reclamação de amparo por parte do Estado. 6. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

104. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000112/2009-48. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar ação judicial de adoção da menor indígena Rosalina Palmithele por parte da enfermeira Sra. Cristiane Almeida Alves, que tramitava no Juizado da Infância e Juventude do Estado de Roraima. 2. Rosalina tinha à época,13 anos de idade, era indígena Yanomami e portadora de diabetes tipo 1. Ela teria que passar por um ritual de passagem da infância para a adolescência que envolveria isolamento e possibilidade de interrupção na administração de insulina, com risco para sua vida. 3. Indeferimento do pedido de adoção, eis que a intenção da adotante era levar a indígena para morar em um apartamento em Brasília, o que impossibilitaria a adolescente de conviver com sua família e sua comunidade, o que poderia causar danos irreparáveis à formação de sua personalidade. 4. Informação de que Rosalina não correria risco de vida, eis que a aldeia contava com enfermeiras que lhe aplicavam insulina quando necessário. 5. Notícia de que a menor indígena já havia passado pelo ritual da puberdade sem que o tratamento fosse interrompido. 6. Posterior informação de que a adolescente teria consumado núpcias com o também indígena

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Marcelo Palimitheri, de acordo com a tradição de seu grupo. 7. Extinção da ação judicial de adoção, sem julgamento de mérito. 8. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante:Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva . Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

105. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000013/2010-08. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de termo de declarações prestadas pelo coordenador da Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIR, no qual o declarante solicita ao Ministério Público Federal o apoio para o cumprimento do calendário escolar indígena no ano de 2010 pela Secretaria Estadual de Educação. 2. Tomadas as providências necessárias pelo MPF, no sentido de instar a Secretaria de Educação ao cumprimento dos citados prazos, após a realização de alguns necessários ajustes. 3. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

106. Procedimento Administrativo nº 1.32.000.000276/2011-90. Assunto: Procedimento Administrativo instaurado a partir de comunicação encaminhada pela Hutukara Associação Yanomami - HAY ao Ministro da Saúde e ao Secretário Especial de Saúde Indígena, manifestando-se contrariamente à indicação de Andréia Maia Oliveira e favorável à manutenção da gestão então vigente, ocupada por Claudete das Mercês Schuertz. 2. Nomeação da servidora Maria Claudete, pelo Ministro da Saúde, para exercer o cargo de Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Yekuana. 3. Exaurimento do objeto. Origem: PR/RR. Procurador Oficiante: Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à Unidade de origem.

107. Procedimento Administrativo n.º 1.33.000.001485/2011-13. Assunto: 1. Inquérito Civil Público instaurado a partir de ofício circular remetido pelo GT - Educação da 6ª CCR, que encaminhava informações e subsídios acerca da situação atual da educação indígena no Estado de Santa Catarina. 2. Encaminhamento das informações às PRMs no Estado que atuam na questão indígena, para ciência e providências cabíveis. 3. Existência de Inquéritos Civis Públicos instaurados para tratar das questões trazidas no expediente 4. Duplicidade de tratamento da questão. Procurador Oficiante: Dra. Analúcia Hartmann. Origem: PR/SC. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

108. Procedimento Administrativo nº 1.33.002.000018/2003-46. Assunto: 1. Procedimento visando a acompanhar assuntos relacionados à saúde indígena e saneamento, em diversas comunidades indígenas do Estado de Santa Catarina. 2. Atualmente são instaurados procedimentos específicos, em cada aldeia. 3. Desnecessidade de manutenção deste procedimento. Procurador Oficiante: Dr. Renato de Rezende Gomes. Origem: PRM/Chapecó/SC. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

109. Procedimento Administrativo nº 1.33.002.000197/2011-21. Assunto: Representação noticia que a FUNAI terei facilitado ou permitido que indígenas Kaingangs invadissem terras da Família Dutra, no Município de Chapecó. 2. Promoção de arquivamento fundada em informações de que o órgão indigenista, ao contrário, buscou pacificar o conflito, que objetivava pressionar pela demarcação de Terra Indígena formalmente reivindicada em 2005. 3. Procedimentos administrativos para a demarcação seguem Decreto específico. 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Renato Rezende Gomes. Origem: PRM-Chapecó-SC. Relator: Dr. Arélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

110. Procedimento Administrativo nº 1.33.007.000344/2005-75. Assunto: 1. Acompanhar a situação dos índios pertencentes ao Grupo Indígena Mbya, localizado no Município de Imaruí/SC. 2. Ausência de dano ou potencialidade de dano aos interesses tutelados pelo Ministério Público Federal. 3. Desnecessidade de manutenção do presente procedimento. Procurador Oficiante: Dr. Michael von Mühlen de Barros Gonçalves. Origem: PRM/Santos/SP. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

111. Procedimento Administrativo nº 1.34.012.000128/2005-13. Assunto: 1. Documento elaborado pelas lideranças Guaranis participantes do Seminário "Terras Guarani do Litoral: Contexto Fundiário e Ambiental", reivindicando a criação de grupo de trabalho pela FUNAI para levantamentos preliminares, antropológicos e ambientais na área indígena de Subaúma. 2. Informação da FUNAI de que por meio das Portarias/PRES nº 1563 e nº 1564, de 19/10/10, foram constituídos grupos técnicos com o objetivo de realizar os estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional do povo indígena Guarani Mbya, na área denominada Tekoa Guaviraty, no município de Iguape/SP. 3. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Luiz Antônio Palácio Filho. Origem: PRM/SP. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

112. Inquérito Civil n.º 1.34.012.000455/2005-75. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar notícia de cobrança irregular de "taxa de fiscalização" pela Prefeitura da Estância Turística de Embu a indígenas em razão da comercialização de produtos em feira de artesanato realizada no Município de Embu das Artes. 2. Solicitadas informações à Funai, esta encaminhou diversos ofícios dirigidos a Município dos Estado de São Paulo, entre os quais o de Embu das Artes. 3. O Município de Embu foi oficiado especificamente para informar se vinha aplicando a taxa de fiscalização sobre artesanato indígena e para se manifestar sobre sugestão da Administração Executiva Regional da Funai para isenção de tributos municipais incidentes sobre o artesanato indígena. 4. Em resposta, o Município informou a existência de isenção tributária, por via administrativa, aos indígenas que comercializam produtos típicos, e a perspectiva de projeto de lei que conceda isenção 5. Ausência de novas demandas. 6Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Adriana Zawada Melo. Origem: PR/SP. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

113. Procedimento Administrativo nº 1.34.024.000191/2010-88. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de apurar a situação dos indígenas residentes na 25ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, em relação ao uso de drogas e álcool. 2. Ofícios encaminhados à Funasa. 3. Informações de que o atendimento realizado atende às necessidades das populações indígenas, não há que se falar em omissão administrativa. 4. Inexistência de relatos de casos graves de alcoolismo e de uso de drogas nas comunidades visitadas. 5. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dr. Svamer Adriano Cordeiro. Origem: PRM-Ourinho/SP. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

114. Procedimento Administrativo nº 1.35.000.000251/2011-84. Assunto: 1. Apurar as causas da não implementação de rede elétrica na comunidade quilombola Brejão dos Negros, especificamente em relação à comunidade localizada na Fazenda Resina, no Município de Brejo Grande/SE. 2. Representação da empresa Energisa - Distribuidora de Energia S.A. 3. A empresa foi impedida de instalar os postes na estrada que passa pela Fazenda Boqueirão, propriedade particular. 4. Ameaça às equipes da Energisa e da Chesf por funcionário da Fazenda Capivara. 5. Solicitação do MPF de auxílio à Polícia Civil local para que a Energisa pudesse ter segurança para a execução da implantação da rede elétrica. 6. Ameaça é investigada em inquérito policial. 7. Informação da Energisa de que a obra foi concluída em 23 de agosto de 2011. 8. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Lívia Nascimento Tinôco. Origem: PR/SE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

115. Procedimento Administrativo nº 1.35.000.000627/2011-51. Assunto: 1. Apurar a ausência de defesa ao índio Cristiano dos Santos Silva no processo n. 201056590137 que tramita perante a 2ª Vara Criminal de Propriá/SE. 2. Oficiou-se ao Defensor Público Geral, solicitando que a Defensoria Pública Estadual apresentasse defensor em favor do índio. 3. O Defensor Público Geral informou que o Defensor Público, o Sr. Miguel dos Santos Cerqueira, atuará no processo criminal supracitado, em favor do índio Cristiano dos Santos Silva. 4. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Lívia Nascimento Tinôco. Origem: PR/SE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

116. Procedimento Administrativo nº 1.35.000.000696/2011-64. Assunto: 1. Apurar dificuldade dos moradores do Quilombo Pontal dos Crioulos em obter transporte junto à Prefeitura de Amparo do São Francisco, para a realização de exames que devem ser feitos em Aracaju/SE. 2. Oficiou-se ao Prefeito Municipal de Amparo do São Francisco, requisitando informações. 3. O Prefeito informou que existe um veículo ambulância disponibilizado, durante 24 horas, para os povoados do Quilombo Pontal dos Crioulos e uma Kombi destinada ao atendimento de casos graves. 4. Reclamação improcedente. 5. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Lívia Nascimento Tinôco. Origem: PR/SE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

117. Procedimento Administrativo nº 1.35.000.000997/2010-15. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de verificar as famílias da Comunidade Quilombola Pontal da Barra que poderiam ser beneficiadas com as políticas do INSS. 2. Informação de que para fazer jus a esse benefício seria necessário que a mãe estivesse filiada à colônia de pescadores antes do nascimento da criança, condição não atendida pelas integrantes da comunidade. 3. Agendamento de reunião para tratar do tema, para a qual foram convidados o Superintendente Regional do Incra, o Presidente da Associação Quilombola de Pontal da Barra, os Presidentes das Colônias de Pescadores de Pirambu e Barra dos Coqueiros e o Superintendente do INSS no Estado de Sergipe. 4. Esclarecimento, pela representante do MPF, acerca das implicações da recusa das colônias de Pescadores em dar declaração de atividade de pescador a profissionais não filiados, afirmando ser a conduta contrária à Constituição Federal, que garante a liberdade de associação, bem como do papel das colônias e dos sindicatos, que têm o dever de prestar assistência aos integrantes da categoria independentemente de filiação. 5. Concordância das colônias em fornecer os documentos necessários aos quilombolas. 6. Remessa de cópia integral dos autos à DPU, para que intente as medidas necessárias no sentido da proteção aos direitos dos quilombolas. 7. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Lívia Nascimento Tinôco. Origem: PR/SE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

118. Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001040/2011-69. Assunto: 1. Denúncia via e-mail de Ivanildo dos Santos, índio da etnia Kaxagó. 2. O denunciante alegou que, desde 2005, a Funai não vem atuando no processo administrativo que tem por fim avaliar o direito à aquisição/ demarcação da Terra Indígena Kaxagó. 3. Requereu ao Coordenador Regional de Maceió/AL passagem para reunir-se com o Antropólogo Jorge Bruno Souza, desta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, para tentar agilizar o Parecer Pericial sobre a etnia Kaxagó. 4. Pedido não foi atendido sob a justificativa de que a Funai não poderia pagar passagem para índio que marca reunião. 5. O parecer pericial sobre a etnia Kaxagó foi devidamente entregue e encontra-se em análise pela Procuradora da PR/SE. 6. Houve agendamento de reunião com o Cacique Ivanildo. 7. Exaurimento do objeto. Procurador Oficiante: Dra. Lívia Nascimento Tinôco. Origem: PR/SE. Relator: Moacir Guimarães Morais Filho. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

119. Procedimento Administrativo nº 08126.000199/99-10. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de documento encaminhado pelo Conselho das Aldeias Waiãpi - APINA, que trata do surto de gastroenterite que acometia, à época, aquela população indígena. 2. Requisição de informações à Companhia de Água e Esgoto do Amapá - Caesa acerca da implantação de microsistemas de abastecimento de água nas aldeias Waiãpi. 3. Em resposta, a Caesa informou a formação de convênio com a Funasa para essa finalidade. 4. Encaminhamento de diversos ofícios com o objetivo de averiguar o andamento do convênio. 5. Transcurso de grande lapso temporal sem qualquer providência. 6. Abertura de novo procedimento, que tinha por objetivo acompanhar a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água na T.I. Waiãpi. 7. Perda do objeto. Origem: PR/AP. Procurador Oficiante: Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à Unidade de origem. Unânime.

120. Procedimento Administrativo nº 1.36.000.000422/2004-17. Assunto: 1. Denúncia de possíveis irregularidades na gestão do Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé (CONJUBA). 2. Requisitou-se o comparecimento do Presidente do Conselho, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos noticiados. 3. Em declaração, o Presidente Sr. Darci Javaé afirmou que desde quando o Conselho assumiu convênio de saúde com a FUNASA nunca teve problemas com a aprovação de prestação de contas. 4. Declarou, ainda, que as acusações de falta de democracia dentro do CONJABA são produzidas pelos índios que querem assumir a administração e não têm maioria de votos dentro da comunidade. 5. Em ata de reunião, às fls. 34/40, a comunidade manifestou total apoio à administração do Conselho e pela continuidade do Sr. Darci na presidência. 6. O CONJABA decidiu pelo afastamento de Marcos Kurikala da vice-presidência. 7. Oficiou-se ao DSEI/TO, que afirmou que todas as prestações de contas da entidade conveniada estão sendo aprovadas pela área técnica do DESAI em Brasília, e que não tem conhecimento acerca de irregularidades na gestão do CONJABA. 8. Exaurimento do objeto. Origem: PR/TO. Procurador Oficiante: Dr. Álvaro Lotufo Manzano. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Homologado o arquivamento, com a remessa dos autos à origem. Unânime. Unânime.

121. Procedimento Administrativo nº 1.36.000.000969/2004-12. Assunto: Questão fundiária dos Krahô-Kanela. 2. O Procurador da PR/TO solicitou a realização de perícia antropológica com objetivo de definir a extensão dos danos materiais e morais sofridos pela comunidade indígena. 3. Nota Técnica da Coordenadoria Antropológica da 6ª CCR. 4. Relatório da Funai concluiu pela falta de elementos que comprovassem a imemorialidade daquela ocupação. 5. Manifestação da Coordenadoria Antropológica da 6ª CRR a respeito do relatório no sentido de que é possível concluir que efetivamente trata-se de uma Terra Indígena. 6. A Funai desincumbiu-se da responsabilidade em reconhecer aquele território, transferindo-o ao Incra. 7. Decreto declarou de interesse social, para fins de desapropriação, as fazendas Lagoa do Jacaré e Retiro do Cocal, ambas localizadas no Município de Lagoa da Confusão (TO), destinadas a assentar os Krahô-Kanela. 8. Espaço territorial à disposição do grupo é insuficiente. 9. Conflito territorial envolvendo os dois lados da Comunidade Indígena Krahô-Kanela. 10. Parecer Antropológico da 6ª CCR sobre o faccionalismo da comunidade. 11. Exaurimento das providências a cargo da 6ª CCR. Origem: PR/TO. Procuradora Oficiante: Dr. Álvaro Lotufo Manzano. Relatora: Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Decisão: Pelo retorno dos atos à origem, para que dê continuidade ao tratamento da questão. Unânime

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às 16h30.

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Vice-Procuradora-Geral da República
Coordenadora

AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS
Subprocurador-Geral da República
Membro

MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO
Subprocurador-Geral da República
Suplente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 927, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a Empresa CRIS MAR PESCA CAPTURA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. foi objeto de Representação por: TRCT's assinados sem o recebimento das verbas rescisórias; pesca; irregularidade, recusa ou cobrança de homologação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de TRCT; desvio de função; CTPS e registro de empregados; jornada excessiva; trabalho noturno; horas extras; carteiras de marítimos com anotações incorretas;

DETERMINA, em 7.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001298.2011.08.000/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 928, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa GRUPO EDUCACIONAL IDEAL., está sendo objeto de investigação em relação a FGTS e Contribuições Previdenciárias e Pagamentos não Contabilizados;

DETERMINA, em 5.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001286.2011.08.000/6, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 929, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa J F OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA., está sendo objeto de investigação em relação a Trabalho Portuário e Aquaviário; Acidente de Trabalho e EPI e EPC - Equipamento de Proteção Individual ou Coletiva;

DETERMINA, em 5.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001258.2011.08.000/8, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 934, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa TV SBS - CANAL 5, está sendo objeto de investigação em relação a Assédio Moral e Discriminação a Trabalhadores em razão de orientação sexual;

DETERMINA, em 7.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000445.2011.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 950, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que a empresa SUPERVISÃO MÍDIA EXTERIOR., está sendo objeto de investigação, em razão de Acidente de Trabalho; EPI e EPC - Equipamento de Proteção Individual ou Coletiva; CTPS e Registro de Empregados; Jornada de Trabalho; Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei; Intervalo Intrajornada; Férias; 13º Salário e Vale Transporte;

DETERMINA, em 11.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000462.2011.08.000/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 951, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que a empresa TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA., está sendo objeto de investigação, em razão de Descontos Indevidos e Salário;

DETERMINA, em 11.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000495.2011.08.000/5, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 952, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que o BANCO BRADESCO S/A, está sendo objeto de investigação em relação a Anotação e Controla da Jornada; Jornada de Trabalho e Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei;

DETERMINA, em 11.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001286.2011.08.000/6, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 955, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que o Sr. ALTINO COELHO MIRANDA está sendo objeto de investigação, em razão de Trabalho Análogo ao de Escravo; Condição Degradante e Servidão por Dívida;

DETERMINA, em 11.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000762.2011.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

FAUSTINO BARTOLOMEU ALVES PIMENTA

PORTARIA Nº 956, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa C 2 ENGENHARIA LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a Fraudes na Relação de Emprego e Colusão;

DETERMINA, em 11.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 00884.2011.08.000/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 957, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que as empresas ACS AMÉRICA CONSTRUÇÕES LTDA. e BRUXELAS INCORPORADORA LTDA. estão sendo objeto de investigação em relação a Meio Ambiente de Trabalho; Condições de Trabalho, Órgãos e Medidas de Proteção; EPI e EPC Equipamento de Proteção Individual ou Coletiva ; PCMSO; Instalações de Máquinas; Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo; CTPS e Registro de empregados; Anotação e Controle da Jornada; Atraso ou não Ocorrência do Pagamento; Vale Transporte; FGTS e Contribuições Previdenciárias e CAGED;

DETERMINA, em 13.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001321.2011.08.000/8, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 964, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa ENACO - EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a Descumprimento de Cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo; Descansos e Intervalos; Férias e Vale-Transporte;

DETERMINA, em 18.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000329.2011.08.000/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 977, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa MY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a Lide Simulada; Pagamentos não Contabilizados; Informações Desabonadoras e Horas Excedentes;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000129.2011.08.000/5, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 978, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa GEOFORT FUNDAÇÕES LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000273.2011.08.000/1, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 979, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES - SINCAB e a empresa ORM CABO - ORGANIZAÇÃO RÔMULO MAIORANA. estão sendo objeto de investigação em relação a Irregularidade na Assistência Sindical Judicial ou Extrajudicial; Negociação Coletiva e Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000287.2011.08.000/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 980, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa SOLOTÉCNICA ENGENHARIA LTDA. está sendo objeto de investigação em relação Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo; FGTS; Salário e Vale-Transporte;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000331.2011.08.000/8, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 981, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa ACRÓPOLE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. está sendo objeto de investigação em relação Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo; Alimentação do Trabalhador; Abuso do Poder Diretivo do Empregados e Vale-Transporte;;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000436.2011.08.000/8, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 982, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa AUTOVIAÇÃO PERPÉTUO SOCORRO LTDA. está sendo objeto de investigação em relação Conduta Antissindical;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000281.2011.08.000/6, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 983, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ, está sendo objeto de investigação em relação a Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001292.2010.08.000/9, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 985, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa L SOUZA DA SILVA EPP está sendo objeto de investigação em relação a pagamento de salário intempestivo e irregularidade na concessão de vale transporte;

DETERMINA, em 21.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001381.2011.08.000/6, para apuração dos fatos acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 987, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a CODEN - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM está sendo objeto de investigação em relação a condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;

DETERMINA, em 24.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000430.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

GISELE SANTOS FERNANDES GÓES

PORTARIA Nº 1.001, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa TOP OPERADORA PORTUÁRIA LTDA. e o SINDENAVE - SINDICATO DOS EMPREGADOS TERRESTRES DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE DAS AGÊNCIAS DE NEVEGAÇÃO E DAS OPERADORAS PORTUÁRIAS estão sendo objeto de investigação em relação Descumprimento de Cláusulas de Convenção ou Acordo Coletivo;

DETERMINA, em 25.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000368.2011.08.000/4, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Kizzy Costa Palhares, para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CARLA AFONSO DE NÓNOA

PORTARIA Nº 1.018, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa DOARBELEZA PRODUTOS DE BELEZA LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a fraude à relação de emprego;

DETERMINA, em 11.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001420.2011.08.000/0, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Mônica Miranda de Azevedo Fontenele para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 1.019, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa HIPERMERCADO DAMASCENO está sendo objeto de investigação em relação a ausência de pagamento de horas extras;

DETERMINA, em 26.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001389.2011.08.000/0, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Mônica Miranda de Azevedo Fontenele para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 1.024, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa do senhor SÉRGIO DA COSTA OLIVEIRA está sendo objeto de investigação em relação a irregularidade na concessão de repouso semanal remunerado e prorrogação irregular da jornada de trabalho;

DETERMINA, em 28.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001444.2011.08.000/4, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Mônica Miranda de Azevedo Fontenele para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 1.025, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa LEAL ANDRADE COMÉRCIO DE REVISTAS E JORNAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a Fraudes na Relação de Emprego; Jornada de Trabalho; Descanso Semanal; Feriados; atraso no pagamento das verbas rescisórias, 13º salário; salário mínimo nacional, normativo ou profissional;

DETERMINA, em 28.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001433.2011.08.000/2, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 1.026, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que as empresas IDESMA - INSTITUTO DE SAÚDE SANTA MARIA e HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA estão sendo objeto de investigação em relação a Trabalho na Administração Pública e Atividades e Operações Insalubres;

DETERMINA, em 28.10.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001443.2011.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 1.039, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa METRÓPOLE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a intervalo intrajornada; horas extras e adicional de insalubridade;

DETERMINA, em 8.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001245.2011.08.000/5, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Mônica Miranda de Azevedo Fontenele para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 1.046, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que a empresa PUMA AIR LINHAS ÁEREAS está sendo objeto de investigação, em razão de Descansos e Intervalos; Férias; Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias; Alimentação do Trabalhador; Atraso ou não Pagamento dos Salários e Vale Transporte;

DETERMINA, em 9.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001468.2011.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 1.047, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa NACIONAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. - EPP está sendo objeto de investigação em relação a Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva e Desvirtuamento da Intermediação de mão de obra ou terceirização de serviços;

DETERMINA, em 9.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001329.2011.08.000/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CINDI ELLOU LOPES DA SILVEIRA

PORTARIA Nº 1.049, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o BASA - BANCO DA AMAZÔNIA S/A, está sendo objeto de investigação, em razão de saúde mental no trabalho;

DETERMINA, em 9.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000669.2011.08.000/5, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

HIDERALDO LUIZ DE SOUSA MACHADO

PORTARIA Nº 1.081, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

CONSIDERANDO que a empresa ALUBAR CABOS S/A está sendo objeto de investigação em relação a Assédio Moral e Discriminação a Trabalhadores; Discriminação a Cipeiros;

DETERMINA, em 18.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001153.2011.08.000/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

REJANE DE BARROS MEIRELES ALVES

PORTARIA Nº 1.086, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS está sendo objeto de investigação em relação a desvirtuamento da intermediação de mão de obra ou da terceirização de serviços;

DETERMINA, em 21.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000494.2011.08.000/, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Mônica Miranda de Azevedo Fontenele para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 1.091, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.7.1985, e

Considerando que a empresa NM PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. está sendo objeto de investigação em relação a fraudes na relação de emprego; FGTS e Contribuições Previdenciárias; Pagamentos não Contabilizados; Seguro-Desemprego e Extravio de CTPS;

DETERMINA, em 24.11.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000352.2011.08.000/9, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Mônica Miranda de Azevedo Fontenele para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

GISELE SANTOS FERNANDES GÓES

PORTARIA Nº 1.092, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que MECON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA está sendo objeto de investigação em razão da notícia de fato nº. 000347.2011.08.001/1, na qual se vislumbra a ocorrência de irregularidades atinentes a atraso no pagamento dos salários.

DETERMINA, assim, em 17.10.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000347.2011.08.001/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

SÍLVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 1.093, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que SETEC-SERVIÇOS LTDA (CNPJ 05.147.136/0001-42) está sendo objeto de investigação em razão da notícia de fato nº. 000339.2011.08.001/7, na qual se vislumbra a ocorrência de irregularidades atinentes a atraso no pagamento de salários.

DETERMINA, assim, em 17.10.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000339.2011.08.001/7, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

SÍLVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 1.094, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que CURSO EQUIPE MACAPÁ LTDA está sendo objeto de investigação em razão da notícia de fato nº. 000350.2011.08.001/4, na qual se vislumbra a ocorrência de irregularidades atinentes a fraude na relação de emprego.

DETERMINA, assim, em 17.10.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000350.2011.08.001/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

SÍLVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 1.095, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que RACHEL LOIOLA & CIA LTDA (SUPERMERCADO FAVORITO) está sendo objeto de investigação em razão da notícia de fato nº. 000336.2011.08.001/8, na qual se vislumbra a ocorrência de irregularidades atinentes a: 1. desvio de função; 2. Abusos decorrentes do poder hierárquico do empregador, com ênfase na não aceitação de atestados médicos e 3. não pagamento de adicional de insalubridade para os açougueiros.

DETERMINA, assim, em 17.10.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000336.2011.08.001/8, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

SÍLVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 1.096, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que GRUPO PENANTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA está sendo objeto de investigação em razão da notícia de fato nº. 000335.2011.08.001/1, na qual se vislumbra a ocorrência de irregularidades concernentes a assédio moral e discriminação religiosa.

DETERMINA, assim, em 3.10.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000335.2011.08.001/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e 4) REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

SÍLVIA SILVA DA SILVA

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 319, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a denúncia apresentada por Identidade Sob Sigilo e o conteúdo do Procedimento Preparatório nº 000700.2010.20.000/6, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Transferência) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

EMERSON ALBUQUERQUE RESENDE

PORTARIA Nº 321, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a denúncia apresentada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe - SRTE/SE e o conteúdo do Procedimento Preparatório nº 000280.2011.20.000/6, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Fraude na Relação de Emprego, Terceirização Ilícita/Intermediação de Mão-de-Obra, Jornada de Trabalho, Embaraço à Fiscalização) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da PREST. PERFURAÇÕES LTDA e SOTEP SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO LTDA.

EMERSON ALBUQUERQUE RESENDE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DA PGJM

PROTOCOLO N. 0656/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) N. 0000003-39.2011.1401
PJM JUIZ DE FORA/MG

...

Diante do exposto, determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição à PJM Juiz de Fora/MG.

Publique-se o dispositivo.

...

Brasília-DF, 24 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 793/11/DDJ
REPRESENTAÇÃO N. 2-06.2011.1105
PJM RIO DE JANEIRO/RJ - 5º OFÍCIO

...

Pelo exposto, não havendo indícios de crime militar, determino o arquivamento do feito, com a consequente restituição dos autos à PJM Rio de Janeiro/RJ - 5º Ofício.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília-DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 940/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) N. 0000013-52.2011.1201
PJM SÃO PAULO - 1º OFÍCIO

...

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos nesta PGJM.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília-DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 1228/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO N. 43-31.2011.1106
PJM RIO DE JANEIRO/RJ - 6º OFÍCIO

...

Sob tais fundamentos, portanto, igualmente reconhecidos, à unanimidade, pela e. CCR/MPM (fls. 34/37), determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição à PJM Rio de Janeiro/RJ - 6º Ofício.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília/DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 1312/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) 48-26.2010.2102
PJM BRASÍLIA/DF - 2º OFÍCIO

...

Portanto, "finalizada a Pesquisa de Opinião proposta", como destacado pela e. CCR/MPM (fl. 118), determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição à PJM Brasília/DF - 2º Ofício.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília/DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 1343/2011/DDJ/PGJM
NOTÍCIA-CRIME (PI) 2-97.2011.1301
PJM PORTO ALEGRE/RS

...

Sob tais fundamentos, portanto, igualmente reconhecidos, à unanimidade, pela e. CCR/MPM (fls. 74/77), determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição à PJM Porto Alegre/RS.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília/DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 1534/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) 16-96.2011.1202
PJM SÃO PAULO/SP - 2º OFÍCIO

...

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição à PJM São Paulo/SP - 2º Ofício.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília/DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 1682/2011/DDJ/PGJM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL N. 58-91.2011.2102
PJM BRASÍLIA/DF - 2º OFÍCIO

...

Correta, portanto, a decisão proferida na instância a quo, corroborada, à unanimidade, pela e. CCR/MPM (fls. 51/55), razão pela qual determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição à PJM Brasília/DF - 2º Ofício.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília/DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 1723/2011/DDJ/PGJM
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE N. 160-83.2011.7.01.0401
PJM RIO DE JANEIRO/RJ - 6º OFÍCIO

...

Tratando-se, assim, de cópia de APF já encaminhado ao juízo competente, determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição ao 6º Ofício da PJM Rio de Janeiro/RJ.

Publique-se o dispositivo.

…

Brasília/DF, 22 de novembro de 2011.
MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Procurador-Geral da Justiça Militar
em exercício

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 43/2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Sessão em 6 de dezembro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-001.250/2005-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Figueiredo de Carvalho Mendonça (097.322.255-72) e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA

Advogados constituídos nos autos: Ailton Daltro Martins,OAB/BA 4.549; Rogério Ataíde Caldas Pinto,OAB/BA 4.000; Osvaldo Schitini Neto,OAB/BA 8.209; Carlos Artur Chagas Ribeiro,OAB/BA 5.677; Nemésio Leal Andrade Salles,OAB/BA 1.705; Lílian de Oliveira Rosa, OAB/BA 5.737; Maria de Lourdes Daltro Martins,OAB/BA 7.763; Jayme Nelito Coy Filho,OAB/BA 6.049; Tânia Regina Marques Ribeiro Liger,OAB/BA 8.689; Paulo Roberto Domingues de Freitas, OAB/BA 8.777; Augusto Sérgio do Desterro Santos, OAB/BA 12.168; Vladimir Doria Martins, OAB/BA 12.085; Marivaldo Francisco Alve,OAB/BA 11.783.

TC-001.439/2002-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Barros Monteiro (031.915.716-47) e outros
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região/MG - JT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.442/2002-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Marcio Cavalcante Santiago (834.839.854-68) e outros
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/PE - JT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.869/2003-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio Xerxes O´dena Tavares (009.092.380-49) e outros
Órgão/Entidade: Conselho Federal de Representantes Comerciais

Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098, Antônio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF 21.359, Paula Pires Parente, OAB/DF 23.668, Raimundo Kleber Xavier, OAB/RS 6549, Alessandra Fagundes Atiense, OAB/RS 70.188, Cinthia Coelho da Silva, OAB/RS 46.681, Cristhiane Coelho da Silva, OAB/RS 55.404, Elis Cristina Uhry Lauxen, OAB/RS 42.963, Juliana Kucera Sulzbach, OAB/RS 51.309, Igor Clecio Xavier, OAB/RS 77.907, Marlene Chiaradia, OAB/RS 17.149, Michele Rigobello Medina, OAB/RS 61.936, Miriam Kramer Guedes,

TC-006.601/2008-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelita Vitoriano Nóbrega (136.048.054-49) e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.746/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Nossa Senhora Aparecida de Turvo - PR (75.957.431/0001-40) e outros
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.890/2008-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helzio Medeiros Bezerra Cavalcanti (082.887.204-04) e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.658/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Grupo de Teatro Núcleo I (78.305.489/0001-05) e outros
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Gaya de Oliveira, OAB/PR 31.275; Marco Antonio Pereira Soares, OAB/PR 31.276.

TC-012.769/2007-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alessandra da Silva Gama (028.687.427-00) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.008/2009-9
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2008
Responsável: José Baptista de Almeida Filho (019.182.814-91) e outros
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal 5ª Região (PE-AL-CE-PB-RN-SE)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.872/2005-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Miguel Guedes Gerbase (076.204.204-44) e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Advogados constituídos nos autos: Daniel Nunes Pereira, OAB/AL 6073; Narciso Barbosa Fernandes, OAB/AL 5400; Maria Betânia Nunes Pereira, OAB/AL 4731.

TC-020.755/2010-4
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: Marcelo Viana Estevão de Moraes (827.947.317-34) e outros
Órgão/Entidade: Secretaria de Gestão - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.697/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Benedito Aparecido Zaparoli (797.159.318-04) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-026.145/2011-1
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.511/2007-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anilda Maciel Cuiabano (314.779.507-10) e outros
Órgão/Entidade: Gerência Estadual/MT - MS (extinta)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.570/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Hilda Ermelinda dos Santos (224.616.204-15) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.000/2011-0
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Antonio Jose Medina Lima Junior (032.223.356-99) e outros
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.423/2008-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Walfredo Reis (737.336.608-20) e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguaína - TO (01.830.793/0001-39)
Advogados constituídos nos autos: Alessandra Viana de Morais, OAB/TO 2580; Alfredo Farah, OAB/TO 943-A; Ana Paula Cavalcante, OAB/TO 2886 (em alguns documentos informado 2688); Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF 22998; Arthur Lima Guedes, OAB/DF 18073; Clever Honório Correia dos Santos, OAB/TO 3675; Elaine Ricas Rezend, OAB/TO 2731; Fábio Phelipe Costa Martins, OAB/TO 2631; Herber Renato de Paula Pires, OAB/SP 137944; João Geraldo Piquet Carneiro, OAB/DF 800-A; Joaquim Quinta Neto Barbosa, OAB/TO 3139; José Pinto Quezado, OAB/TO 2263; Jorge Mendes Ferreira Neto, OAB/TO 4217; Marcela Silva Gonçalves, OAB/TO 3689; Raimundo José Marinho Neto, OAB/TO 3723; Roberto Pereira Urbano, OAB/TO 1440-A; Ronan Pinho Nunes Garcia, OAB/TO 1956; Sóya Lélia Lins de Vasconcelos, OAB/TO 3411-ª

TC-029.407/2008-7
Apenso: TC 010.736/2002-1 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Flávio Travassos Régis de Albuquerque (650.445.174-53); Geraldo Gomes dos Passos Júnior (322.190.834-20); Pedro Augusto Pereira Guedes (371.521.304-34); Ycal Participações Ltda. (35.343.425/0001-88)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer - PE
Advogados constituídos nos autos: Angelo Dimitre Bezerra Almeida da Silva (OAB/PE 16.554), Ewerton Bezerra Almeida da Silva (OAB/PE 21.515), Luiz Cavalcante de Peribú Neto (OAB/PE 22.943), Paulo Fernando de Souza Simões (OAB/PE 23.337).

TC-029.655/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristovam de Andrade Santos (016.187.725-70) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.662/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa Rocha de Araujo (009.750.675-32) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.663/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adjamir de Moura Galvão (025.231.564-23) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.973/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Delphina Lourdes Zorek (091.051.077-68) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.213/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jairo Vieira Monteiro (025.791.183-90) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.288/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Araceli Magalhães Coelho Fleury (419.138.411-20) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.291/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ivonete Benicio de Souza (395.528.374-72)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.754/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joelcio Monteiro de Oliveira (022.141.993-49) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.844/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Simone Bicalho Félix Braga Azevedo (697.462.491-34)
Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.800/2008-0
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2007
Responsáveis: João Agostinho da Silva Neto (329.433.691-87) e outros
Órgão/Entidade: 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - SPRF/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.863/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alessandro Guimarães Barbosa (867.400.241-20)
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.985/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelino Mac Cord de Faria (263.402.837-72) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.305/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Aparecida Silva (450.453.219-00)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.007/2011-7
Natureza: Representação
Interessado: Fernando dos Santos Carneiro, Procurador de Contas do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.218/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Alves Fagundes (831.110.699-15) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.228/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Lourenço (869.942.204-00) e outros
Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.239/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dewilton Mourão Barbosa (385.089.405-30) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.249/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Willian Luciano Verdadeiro Furtado (123.523.597-16
Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.258/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Carlos Hernandes (034.883.239-78
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.305/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marina Mendes Evangelista (859.339.021-87
Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.306/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Cintra de Siqueira (007.959.181-78) e outros
Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.632/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aurélio Camelo Cunha (327.152.001-10)
Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.749/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Amelia Candida Barbosa Lima (039.922.841-15)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.754/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clara Andrade Miranda Araujo (437.033.649-04) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.759/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jeannette Briccola Ferraz do Amaral (927.340.498-72) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-011.686/2006-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Sergipe
Responsáveis: Ana Lúcia Barreto Anunciação e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.927/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Nelson Farias e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.936/2010-0
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro - PE
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.342/2009-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Interessados: Guilherme Bezerra Rodrigues e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.740/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.964/2011-7
Natureza: Representação
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Sede - MC
Interessada: 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.991/2011-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício de 2010

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidade: Escola de Administração Fazendária - MF
Responsáveis: Ana Maria Ribeiro dos Reis e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.646/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Angela de Araujo Porto e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-023.900/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Ademir de Jesus Santos e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-023.928/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Hospital Geral de Bonsucesso/RJ - MS
Interessados: Gilson Fonseca de Freitas
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-024.034/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Américo Nogueira Lisboa Filho e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-025.699/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em SC
Interessados: Carlos Fructuoso e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.002/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Sálvio Luiz Moreira Penna e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.190/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessados: Gonçalina Leite de Queiroz e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.210/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Amancio Bispo dos Santos Filho e Nilza Guedes Vasconcelos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.216/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Maria Lucia Vilela de Andrade Costa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.222/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Ary Rocha Martins e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.281/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Ezequiel do Nascimento Mendes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.510/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessado: Oyama da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.566/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessados: José Ribamar Gomes Viana e José Ribamar Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.600/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessados: Nelson Sinhite Kurimori e Paulo Cesar de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.610/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.035/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessados: Carmen Miguelez Perez e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.064/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessado: Murilo Augusto Diniz
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.285/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessados: Diamantino dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.286/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Jorge Pereira de Souza e Rafael Tobias Costa dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.287/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessados: Franklin Alves da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.290/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessados: Francisco Xavier Pereira Filho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.293/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Ivone Edige Weber Soares e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.318/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Carlos Eugenio Pedrosa de Souza e Nilson Roberto Severino
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.241/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Cristo Redentor S/A - MS
Interessados: David Feijo Padilha e Luzia de Freitas Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.242/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Fêmina S/A - MS
Interessados: Cláudia da Silva Figueiredo e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.260/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Adriana Moraes Monsores e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.302/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS
Interessados: Luciene Pinheiro Capra Marques e Marcio de Souza Franca
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.345/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessados: Fábio de Alencar Almeida e Marco Antônio Franco de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.352/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Interessados: Adriano Vandre Junior Sutil e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.353/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
Interessados: Ailton Ferreira Rosas e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.354/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Paraíba - DR/PB
Interessados: Abelardo Falcão Carlos e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-035.355/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Ceará - DR/CE
Interessado: Marcilio Flavio Farias de Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.357/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE
Interessados: Audair Pereira dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.387/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Controladoria-Geral da União - PR
Interessados: Fabo da Silva Mendes e Isvanete da Costa Santos
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-035.395/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessado: Carlos Antonio Cristo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.402/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessados: Darci Silva Sales e João José Pereira dos Santos
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-035.403/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessado: Euno Martins de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.433/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Edvaldo Alves Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.453/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Alcir Guimarães Machado e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.456/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Ariete Pereira Bernardo de Oliveira e Marcos Barbosa Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.478/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no ES
Interessado: Bizai Rodrigues Bulhões
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.530/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessada: Maria Suely Peixoto de Araujo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.531/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Jorge Calil e José do Patrocinio Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.631/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS
Interessado: Luciano Damião Vieira de Almeida
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.677/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessado: José de Ribamar Ribeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.682/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessada: Maria Lith Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-035.689/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa do Acre
Interessado: Francisco Miranda Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.741/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso
Interessados: Aurelio Campos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.789/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco
Interessados: Antonio de Olviera Diniz e Lincoln Lucio de Albuquerque
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.841/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: João Lopes da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.844/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Gerência estadual/MT - MS
Interessado: Anastacio Jeronimo Bispo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.883/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessado: Roberto Portela Rivera
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.888/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessado: Severino Alves de Brito
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.892/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessados: Nedyr Maria Pereira e Raimunda Nicácio Mota
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.968/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Ana Paula Freire Nascimento e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.969/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Gisele Pereira Castanheira e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-035.995/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Sede - MC
Interessado: Allan do Rego Borges
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.997/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Tribunal de Contas da União - TCU
Interessado: Walisson Alan Correia de Almeida
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-002.752/2001-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvina Argelho Alves (153.047.101-00); Isolda de Araujo Gunther (044.678.924-00); Isolda de Araujo Gunther (044.678.924-00); Ivonette Santiago de Almeida (023.444.081-34); Ivonette Santiago de Almeida (023.444.081-34); Joao Braz de Souza (009.576.151-91); Jose Salomao David Amorim (053.263.891-34); José Salomão David Amorim (053.263.891-34); Luciana Lopes Rocha (046.836.921-04); Maria da Paz Sousa Macedo (144.579.701-15); Matilde Silva Penaloza Lobos (150.886.261-34); Matilde Silvia Penaloza Lobo (150.886.261-34); Tossie Yamashita (038.357.311-49).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.759/2001-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Dourasilvva (098.217.751-87); Irene de Almeida Souza (093.033.401-91); Irene de Almeida Souza (093.033.401-91); Josefina de Almeida Rocha (054.696.601-25); Keti Tenenblat (269.717.127-49); Luiz Carlos Waldrick (117.008.401-00); Pedro Teixeira (068.374.841-68); Raimunda Teixeira Barros (093.331.771-91); Rosely Maria de Souza Lacerda (793.821.698-49).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.766/2001-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldo Leite da Silva (029.376.541-34); Erlita Rodrigues dos Santos (004.155.884-72); Erlita Rodrigues dos Santos (004.155.884-72); Iron Jesus de Almeida (029.293.251-00); Iron Jesus de Almeida (029.293.251-00); Joao Alfredo de Carvalho Leao (073.254.871-34); Jose do Carmo Diniz (064.382.533-91); Ledin Lopes dos Santos (023.567.911-91); Ledin Lopes dos Santos (023.567.911-91); Luiz Alberto Dias Lima de V Moniz Bandeira (040.368.837-04); Luiz Alberto Dias Lima de V Moniz Bandeira (040.368.837-04); Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira (040.368.837-04); Maria Josefa Marins Gradim (707.029.778-53); Maria Josefa Marins Gradim (707.029.778-53); Maria de Fatima de Souza Lobo (153.587.711-15); Maria do Carmo Bezerra Machado (119.733.151-49); Maria do Carmo Bezerra Machado (119.733.151-49).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.487/2010-3
Natureza: Monitoramento
Responsável: Universidade Federal do Paraná - MEC (75.095.679/0001-49).
Interessado: Procuradoria da República/PR - MPF/MPU (26.989.715/0023-18).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-852.349/1997-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cristina Maria Gomes Farias (053.532.113-91); Elisabeth Gomes de Almeida (025.496.113-49); Genezio Pires de Carvalho (001.561.083-72); Leontina Pereira Lopes de Mendonca (047.224.503-15); Lidia Tobias Duarte de Mello (046.210.502-49); Livio William Sales Parente (001.530.953-34); Luiz Ubiraci de Carvalho (025.581.733-91); Maria do Socorro Almeida Waquim (079.110.093-68); Marlene Carvalho do Prado Batista (030.206.493-15); Neusa Maria de Moura (038.548.923-49); Raimundo Martins de Sousa (001.481.643-15); Rita Maria Bacelar Aguiar Rodrigues (130.513.693-49); Teresinha Alves da Silva Sousa (035.876.573-00); Therezinha Cordeiro de Arruda (001.472.903-25).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-856.701/1998-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aderbal Juvencio Marques (167.645.799-20); Aldo Ernesto Rodrigues (344.794.229-00); Ana Gessi Penedo (155.202.779-15); Antonio Braga (518.168.149-20); Bernadete Maria Costa (155.257.759-72); Cesarina Teresinha Cardoso Deaguiar (155.590.769-53); Eunice Passaglia Nascimento (003.415.250-49); Ildefonso Regis (048.048.999-87); Ivo Zimmermann (070.858.509-49); Jaime Antonio Siqueira (030.160.649-87); Lindomar Antonio Fabro (112.977.439-20); Luiz Alves de Souza (029.812.549-87); Maria Salete Dagostim (288.722.239-20); Paulo Leonardo Medeiros Vieira (008.366.649-49); Raquel Stela de Sa Siebert (312.966.299-53); Valdesir Carrer (030.008.429-34); Vania Raulino Ribeiro (245.564.169-49).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-856.703/1998-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amadeu Marques (179.200.439-72); Carlos Alberto da Costa (048.037.289-68); Dilma Firmina Nascimento (221.333.309-25); Edgar Alves Ferreira (002.669.309-72); Edson Edno Valgas (029.824.209-53); Getulio Dorneles Larratea (103.505.190-72); Helena Kinceski (398.778.419-91); Iraja Silveira Penha (070.298.539-20); Jonas Ternes dos Anjos (018.962.709-30); Juan Alfredo Ximenez Trianon (222.294.500-34); Juceli Souza Pereira Silva (461.119.649-68); Julio Cesar Goncalves (001.872.839-15); Liene Campos (007.819.759-72); Pedro Paulo Flores (047.304.379-34); Regina Stela Batista Ferraro (029.937.679-68); Robelia Coelho Souza (444.639.959-49); Zuleide Zulma Soares Martins (475.744.969-00); Zulmar Joao Quadro (008.768.879-49).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-003.570/2002-2
Natureza: Monitoramento em processo de Aposentadoria
Interessada: Diomira Anastácia Campregher (200.906.769-04)
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.918/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anne Karolynne Lopes Carneiro (509.711.072-20) e outros
Unidade: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.214/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivolete Listen de Oliveira Filho (270.753.381-53)
Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.901/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Danielle Carvalho Silva (757.248.043-87) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.445/2006-9
Natureza: Monitoramento em processo de Aposentadoria
Interessados: Jurandir Tavares Neves (039.139.103-87) e outros
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.734/2011-8
Natureza: Representação
Representante: Empresa Bonsaglia Assessoria e Corretora de Seguros Ltda.
Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.002/2010-0
Natureza: Representação
Representante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Unidades: Prefeitura Municipal de Anapurus/MA; Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA; Prefeitura Municipal de Monção/MA e Prefeitura Municipal de Urbano Santos/MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.412/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Cunha Freire (033.052.952-87); Zenite Gomes de Oliveira (144.471.421-04)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.615/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Moreira de Paiva (145.898.931-34) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio de Janeiro - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.120/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Otavio da Silva (070.427.109-59) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.950/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Jose Figueiredo Braccini
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.801/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Julião da Costa (019.795.154-68)
Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.241/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nice Santana de Andrade Carvalho (101.859.681-04)
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.339/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Osmarina Duarte Porto (322.331.160-20)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-031.168/2011-6
Natureza: Representação
Representante: Life Defense Segurança Ltda. (02.674.687/0001-76)
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Advogados constituídos nos autos: Bruno Rangel Avelino da Silva (OAB/DF 23.067), Danilo Bomfim Soares (OAB/DF 30.998), Éder Machado Leite (OAB/DF 20.955), Elias Sousa Maia Galvão Ribeiro (OAB/DF 34.047), Fabricio Rodovalho Furtado (OAB/DF 33.785), Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (OAB/DF 13.802) e Monique Rafaella Rocha Furtado (OAB/DF 34.131).

TC-031.749/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Dias de Souza (813.863.468-53) e outros.
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.798/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Coelho Chianca (021.764.164-49)
Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.801/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raimundo Nunes de Melo (028.636.693-20)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.962/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Maria Malafaia Montenegro de Alencar Matos (440.345.207-87)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.964/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wanzenir Chaves Edler (113.556.890-15)
Unidade: Ministério dos Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.981/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Carlos Alves Lacerda (003.869.015-20) e outros
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.014/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Frederic Pinheiro Barreira (067.692.331-34)
Unidade: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.230/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Francinet dos Santos Rosário (166.789.153-72) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.807/2010-8
Natureza: Representação
Representante: Justiça do Trabalho - 4ª Região
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ nº 67.460), Marco Aurélio da Cruz Falci (OAB/SP nº 90.104-B), Renato Otto Kloss (OAB/RJ nº 117.110)

TC-035.495/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agnelo Fructuoso de Araújo (014.468.783-68); Milton Derviche (000.231.759-15)
Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.729/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Luiz Paulo Santos de Araújo (029.841.553-43) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.777/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Luiza de Oliveira (011.240.561-49) e outros.
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Goiás - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.827/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria dos Remédios Oliveira (343.167.363-53)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-004.431/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastião Rodrigues Pereira (CPF 067.252.959-91)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.598/2010-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Emely Albuquerque de Souza (CPF 794.537.674-68)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.306/2006-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA (CNPJ 55.492.425/0001-57) e José Mário Schons (CPF 213.656.959-72)
Unidades: Divisão Executiva de Finanças - DAF2/INCRA/MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MDA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.272/2009-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deusalinda Pantoja da Silva (CPF 067.429.632-04); Jose Maria Tavares de Souza (CPF 008.347.422-68)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.276/2009-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Oliveira Craveiro (CPF 004.698.583-20); Raimundo Gomes Campelo (CPF 007.701.323-91)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.223/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Barreto de Matos (CPF 149.404.261-49)
Entidade: Conselho da Justiça Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.748/2009-4
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Francisco das Chagas Santos (CPF 121.384.791-53); Isaura Cosme de Figueiredo (CPF 114.095.331-15); João henrique Mesiano Praciano (CPF 016.304.404-00) e Romeu Costa Ribeiro Bastos (CPF 011.766.177-53)
Órgão: Advocacia-Geral da União/PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.283/2009-4
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Carmen Silveira de Oliveira (CPF 272.638.190-15); Fauze Martins Chequer (CPF 150.807.811-49); Paulo de Tarso Vannuchi (CPF 872.345.138-68); Perly Cipriano (CPF 675.282.287-53); Rogério Sottili (CPF 277.854.400-34)
Entidade: Secretaria Especial dos Direitos Humanos - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.103/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alzira Possidonio de Oliveira (CPF 064.428.708-04); Clery Saleme Silva (CPF 207.371.067-00); Jeferson Morais Martins (CPF 601.971.537-04); Julio Tadeu Alves de Lima (CPF 057.889.780-68); Lucia Helena de Oliveira (CPF 797.620.188-34); Lucilia de Fatima Rocha Valadão (CPF 003.889.357-66); Suely Martelotti de Lacerda Paiva (CPF 098.934.587-49)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.301/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Jose Machado (CPF 308.019.071-87)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.303/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Silvio Natal Ribas (CPF 087.666.069-34)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.316/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Augusto Camoles (CPF 000.412.328-01)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.545/2011-4
Natureza: Pensão Civil Iteressados: Camilla Santiago Marques Pinheiro (064.675.684-27); Daniel Viegas de Oliveira (033.871.201-17); Edina de Barros Godoi Ramos (397.754.534-53); Eleuza Buarque de Abiahy (038.419.367-68); Ivete Ferreira Pinheiro (011.173.894-64); Joana Bezerra Cavalcanti (394.483.634-00); Liana Maria Guimaraes Almeida (198.353.534-68); Maria Andaluza Pereira Aranha (047.675.194-20); Maria Jose Cavalcanti (362.647.764-91); Maria Jose de Oliveira (275.338.164-04); Polyana Santiago Marques Pinheiro (048.751.124-75); Viviane de Barros Almeida (044.891.774-29); Zuleide Teixeira Barbosa (025.327.804-01)
Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal No Distrito Federal -SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.647/2007-3
Apensos: TC 018.154/2005-8 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Waldir Gualberto de Brito (CPF 416.306.961-53)
Entidade: Município de Vila Boa - GO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.159/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antidio Barbosa de Oliveira (CPF 000.320.343-34); Roberto Dias dos Santos (CPF 036.585.387-91)
Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.211/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cicero Ribeiro de Freitas (CPF 020.234.232-87); Diva dos Reis Souza (CPF 208.566.792-91); Ester Teixeira de Almeida (CPF 139.289.372-00); Eurico Rodrigues Cavalheiro (CPF 092.523.392-72); Helena Souza Barreto e Silva (CPF 023.347.632-68); Jose Feitosa de Melo (CPF 011.104.702-15); Maria de Fatima Trajano Bezerra (CPF 042.994.692-91); Sebastiana de Souza (CPF 074.627.512-91)
Entidade: Coordenação-Geral dos Extintos Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.272/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abner Jorge (CPF 184.257.047-15); Abraão Gomes Bezerra Filho (CPF 061.221.167-34); Acilon de Oliveira (CPF 062.596.770-49); Ada Ferreira de Lima (CPF 334.965.017-15); Adilson Rodrigues da Silva (CPF 526.338.108-53); Alexandre da Cunha Caetano Filho (CPF 258.407.117-72); Alvaro Gomes Pedrosa (CPF 123.908.106-59); Ana Elena Bicudo Wilken (CPF 374.828.907-34); Ana Elena Bicudo Wilken (CPF 374.828.907-34); Ana Elena Bicudo Wilken (CPF 374.828.907-34); Antenor de Carvalho Neto (CPF 389.216.507-68); Antonieta de Oliveira Veiga Pinto (CPF 227.428.597-72); Archimedes Souza (CPF 076.442.807-15); Aridete Santiago Nascimento (CPF 227.735.845-20); Aroaldo Barros da Cunha (CPF 039.123.027-15); Carlos Afranio Waldeck Pedroso e Silva (CPF 196.736.717-53); Carmelino Arias da Cunha (CPF 023.960.502-06); Celia Maria de Melo Oliveira (CPF 202.651.824-68); Claudia Meira Meyer de Moura Neves (CPF 311.669.897-04); Célia Maria de Melo Oliveira (CPF 202.651.824-68); Dario dos Santos Correa (CPF 246.074.367-04); Dayse Lys Caraciolo Maia Souza (CPF 235.696.384-72); Elenice Silveira Rosas (CPF 271.468.047-04); Elenice Silveira Rosas (CPF 271.468.047-04); Eli Goeth (CPF 022.717.537-91); Eli Goeth (CPF 022.717.537-91); Elisabeth Vieira Machado Giuberti Damous (CPF 246.303.817-91); Elizabeth Vieira Machado Giuberti (CPF 246.303.817-91); Elizabeth Vieira Machado Giuberti Damous (CPF 246.303.817-91); Enio Ernesto de Medeiros (CPF 077.225.407-91); Evaldo Braga de Lima (CPF 010.159.313-91); Francisca Xavier Cabrini de Faria e Melo (CPF 209.988.646-68); Francisco Monteiro Fontanella (CPF 077.507.146-34); Francisco Soares de Vasconcellos (CPF 031.949.147-15); Frederico Pereira Niemeyer (CPF 265.639.597-68); Geraldo Chagas do Nascimento (CPF 330.881.367-04); Gilzeth Fernandes Guedes (CPF 020.563.052-91); Helena Bittencourt Maia (CPF 380.472.177-04); Helio Mario Sales (CPF 070.783.401-59); Hugo de Oliveira (CPF 424.834.686-91); Humberto Pelegrini Roxo (CPF 048.169.195-20); Isaura Santos Carvalho (CPF 275.944.161-04); Jeanine Botelho de Oliveira (CPF 379.148.807-44); Joel Seraphim da Silva (CPF 265.257.207-53); Joel Seraphim da Silva (CPF 341.960.807-15); Jorge Thomaz Gomes (CPF 068.287.287-34); João Baptista de Magalhães (CPF 055.188.577-72); João Martins Lemes (CPF 083.629.391-68); João Mendes Sampaio (CPF 229.973.777-49)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - POG

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.273/2011-2

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Jose Bispo Ribeiro (CPF 016.193.065-49); Jose Carlos Queiroz de Magalhães Castro (CPF 333.066.807-53); Jose Carlos de Castro Rebello (CPF 011.488.697-00); Jose Euripedes Miranda (CPF 833.570.178-49); Jose Maria Tobias (CPF 077.463.261-53); Jose Mauricio Pinto da Silva (CPF 097.767.377-49); Jose Peres (CPF 028.815.276-04); Jose Zacharias dos Santos (CPF 033.250.758-00); Josefina Fonseca Guerra (CPF 004.841.804-87); Josias de Souza (CPF 220.542.787-34); José Carlos Barreiro (CPF 027.291.567-04); José Carlos Barreiro (CPF 027.291.567-04); José Ferreira da Cruz (CPF 307.759.737-34); José Marins Quintanilha Filho (CPF 313.659.657-91); Lecy Delfim Vieira (CPF 260.812.027-04); Ludovina Rosa Formigal Cristovão (CPF 174.441.527-72); Luiz Edson Mazzini Barreto (CPF 096.908.161-87); Luiz Fernando Rodrigues (CPF 095.248.780-20); Luiz Gonzaga Paz de Carvalho (CPF 034.349.233-49); Manuel Umbelino de Araujo (CPF 127.514.305-97); Marcondes Soares de Oliveira (CPF 112.437.673-91); Maria Dulce Costa Xavier (CPF 590.451.327-53); Maria Helena Costa (CPF 440.306.817-00); Maria Ilza Vicente (CPF 332.549.827-20); Maria da Conceição Buccini Carneiro (CPF 251.627.056-91); Maria da Conceição Buccini Carneiro (CPF 251.627.056-91); Maria de Lourdes Amorim (CPF 461.520.407-87); Marilene de Andrade Gonçalves (CPF 346.514.977-72); Marilene de Andrade Gonçalves (CPF 346.514.977-72); Miguel Camilo Fortes (CPF 227.221.576-91); Miguel Kurunczi (CPF 388.837.838-91); Milton Ferreira Barbosa (CPF 073.990.815-49); Milton Janegitz (CPF 826.877.308-15); Milton Lourenço de Magalhães (CPF 066.439.817-00); Milton da Silva (CPF 348.750.937-72); Mimì Gonçalves Pinto (CPF 120.403.551-20); Moacir Raimundo Lima Azevedo (CPF 271.564.517-15); Mozart Alves de Souza (CPF 028.335.300-72); Natalia Barcelos de Lima (CPF 098.173.287-91); Nelson Pereira dos Santos (CPF 269.453.207-15); Nilson Pires Correa (CPF 060.456.697-20); Norma Alcântara Silva (CPF 208.614.866-68); Oldemar Viana da Silva (CPF 204.601.557-68); Otacilio Ferreira Soares Filho (CPF 331.565.307-00); Otacilio Ferreira Soares Filho (CPF 331.565.307-00); Paulo Divino Serafim (CPF 148.793.016-04); Paulo Ernesto Gomes Pereira (CPF 041.273.747-72); Paulo Roberto Corchaki (CPF 097.614.467-00); Paulo Roberto Corchaki (CPF 097.614.467-00); Pedro Leão de Menezes (CPF 007.554.514-49)

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.274/2011-9

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Plinio Duarte Mendes (CPF 033.724.057-49); Regina Maria de Carvalho Mello (CPF 476.762.997-72); Regina Sadownik (CPF 053.505.307-04); Renato Luiz Mello de Oliveira (CPF 366.372.467-00); Rene Pereira Lins (CPF 040.465.791-53); Roberto Fernandes Gonçalves (CPF 039.594.907-63); Roberto Jesus Mendonça (CPF 228.145.587-49); Roberto Longo (CPF 130.263.647-20); Ronaldo Bastos Cosenza (CPF 462.003.207-72); Rose Mary Barreto Marques de Oliveira (CPF 078.905.675-53); Rosita Macedo de Sena (CPF 148.716.102-68); Salvador Gomes de Souza (CPF 184.317.207-00); Sandra Maria da Glória Moraes de Carvalho (CPF 032.567.907-04); Saturnino Cortes Miranda (CPF 015.649.191-53); Sebastião Batista (CPF 214.757.847-91); Sebastião Pacheco Guedes (CPF 281.907.937-72); Silvio Soares Prates (CPF 349.791.907-15); Tania Cristina Rodrigues Soares Costa (CPF 444.330.427-49); Valter Jesus de Almeida (CPF 260.822.927-15); Vanda Luci da Silva (CPF 023.588.198-83); Vanda Luci da Silva (CPF 023.588.198-83); Vandair Machado de Oliveira (CPF 086.010.541-53); Vaneo Jose Bettiol (CPF 002.264.401-68); Vivaldo Ferreira Ribeiro (CPF 184.527.957-34); Vivianpatricia Pamplona de Alencar (CPF 185.709.681-91); Wagner Peranzetta Ferreira (CPF 103.123.587-68); Waldyr Serra (CPF 504.999.718-68); Walter de Paula Guimarães (CPF 076.758.107-59); Wilson Duque Estrada Regis (CPF 220.703.707-04); Wilson Fagundes de Souza (CPF 034.040.996-72); Wilson José Maia (CPF 036.920.947-87); Zacarias Ramalho Santiago (CPF 001.067.123-49); Zairo Pedro Galli (CPF 009.470.081-87); Zelia Lopes da Silva (CPF 028.050.147-15)

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.389/2011-0

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Larissa Brandao de Brandao Coelho da Graça (CPF 612.211.637-87); Paulo de Souza (CPF 180.414.347-20)

Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.523/2011-9

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Adipio Abrão Elias (CPF 026.710.267-49); Adroaldo Santos (CPF 035.731.507-30); Antonio Felix dos Santos (CPF 038.821.524-00); Carlos Rubens Montes Pinto (CPF 155.769.066-91); Clenir Soares (CPF 673.216.317-53); Cícero Romão Eleutério (CPF 067.827.361-87); Decio Souza (CPF 017.099.685-91); Edgard de Mello Ferreira (CPF 349.682.457-34); Elenice Silveira Rosa (CPF 271.468.047-04); Elvira Azevedo Bonfim (CPF 062.374.526-72); Fernando Ferreira Cardoso Filho (CPF 053.027.497-34); Guilherme Ribeiro (CPF 076.559.756-04); Guilherme Sergio Lima de Andrade (CPF 042.473.102-91); Hagop Papasian (CPF 105.565.837-87); Hilario Jose Hoff (CPF 265.396.670-00); Hildegard Braga (CPF 020.338.957-34); Israel Mariano (CPF 289.072.307-06); Ivan Trindade de Oliveira (CPF 316.694.177-00); Ivan Trindade de Oliveira (CPF 316.694.177-00); Izabel Gonçalves Ribeiro (CPF 032.425.367-20); Izabel Gonçalves Ribeiro (CPF 032.425.367-20); Izaias Cavalli (CPF 131.316.219-15); Joel Jose de Castro (CPF 101.194.426-04); Jorge Alberto Lambert Gomes (CPF 218.866.017-04); Jorge de Souza Pereira (CPF 176.276.057-68); Jose Geraldo de Souza (CPF 566.359.827-87); Jose Nunes Soares (CPF 044.111.293-53); Joselma Lage dos Santos (CPF 661.042.627-91); José Batista de Abreu (CPF 043.338.377-15); José Batista de Abreu (CPF 043.338.377-15); José Cunha Lanna (CPF 128.827.396-72); João Luiz Bicalho Guimarães (CPF 071.197.987-15); João Maria Lauro Gunther (CPF 103.816.789-20); Kermit Velazquez (CPF 008.561.189-15); Laureano Sampaio Guimarães (CPF 027.523.017-15); Leocadio Claudino de Oliveira (CPF 010.431.534-20); Manoel Cassiano Fleury Marques (CPF 086.797.628-49); Maria Aparecida de Oliveira Ruas Gorito (CPF 281.166.157-34); Maria Luiza Milet Freitas (CPF 230.502.177-15); Maria Magdalena de Lima Amorim (CPF 221.388.707-15); Maria das Merces Medeiros (CPF 090.893.147-68); Marinalva dos Santos Carvalho (CPF 158.822.095-87); Nelia Leão Santos (CPF 023.629.107-68); Nelia Leão Santos (CPF 023.629.107-68); Osvaldo Francisco da Silva (CPF 022.235.111-04); Otilia Maria Lima de Andrade (CPF 404.785.997-49); Paulo Renato Soeiro Santos (CPF 633.420.657-53); Paulo Roberto Loureiro (CPF 435.834.317-15); Paulo de Paula Rosa Caffaro (CPF 439.272.897-87); Renã Correia da Silva (CPF 017.771.577-49); Renã Correia da Silva (CPF 017.771.577-49)

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.524/2011-5

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Roberto Longo (CPF 130.263.647-20); Ronaldo Bainha (CPF 204.335.067-68); Sheila Riera Ribeiro (CPF 102.203.801-04); Silvio Miranda da Silva (CPF 009.101.551-00); Teresa Cristina Ribeiro Gino (CPF 663.520.617-53); Tereza Maria Souza Bittencourt de Faria (CPF 591.199.507-72); Vasco Ferreira da Silva (CPF 014.602.426-53); Vitório Ciupka (CPF 008.725.209-00); Walter Gomes Loureiro (CPF 068.599.177-68); Walther Leite Handler (CPF 021.858.737-68)

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.267/2011-6

Natureza: Pensão Civil

Interessados: Amilton Lima dos Santos (CPF 007.813.354-85); Remilda de Souza Borges (CPF 255.321.115-53)

Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.469/2011-8

Natureza: Pensão Civil

Interessados: Anderson Guimarães Cabreira (CPF 319.013.877-04); Apparecida Geroldi Rubiano (CPF 205.432.258-01); Arthur Moraes Mendonça (CPF 385.206.647-68); Candida de Souza Trindade (CPF 028.574.787-80); Creusa Aparecida Santos Feliciano (CPF 024.665.648-40); Daniel Cantanhede de Carvalho Leao Teixeira (CPF 105.102.017-41); Deolinda Duarte Mendes (CPF 245.558.277-91); Deolinda Duarte Mendes (CPF 245.558.277-91); Dorothy Leis Mendonça (CPF 173.782.732-87); Edite Nobrega Paiva (CPF 848.196.774-20); Edy da Silva Bezerra (CPF 024.265.457-63); Elza dos Santos Albudane (CPF 095.773.287-25); Isaura da Silva Mourão Rangel (CPF 053.823.467-98); Julia Sinder (CPF 107.220.347-25); Julio de Carvalho Maximo (CPF 016.649.746-01); Lucilla Coelho de Almeida (CPF 110.267.377-37); Lusia Gomes Guimarães dos Santos (CPF 106.219.767-41); Luzia Medeiros Brasil (CPF 986.417.607-25); Lydia Fabretti Coelho (CPF 998.340.490-72); Lívia Maria Coelho de Almeida (CPF 124.121.567-78); Maria Glória do Nascimento Rudes (CPF 057.956.447-90); Maria Salete Campos Correa (CPF 056.439.557-92); Maria da Gloria de Oliveira de Arruda Gomes (CPF 025.041.307-83); Maria da Glória Paurá Aroucha (CPF 016.163.595-44); Mauro Angelo Mendes (CPF 748.474.497-20); Mário Sa Silva Caripuna Maués (CPF 037.884.317-68); Noemia Bezerra Peixoto (CPF 842.619.194-00); Paula Teixeira Caffaro (CPF 118.336.187-42); Paulo Cezar Frauzino da Silva Filho (CPF 023.245.221-01); Rafael Rodrigues Amorim (CPF 032.025.857-20); Rene Medeiros Costa (CPF 046.976.938-68); Rex Henrique Roberto Holzapfel (CPF 043.372.556-72); Rosa Guimarães da Rocha (CPF 257.059.547-00); Sara Prudente Araujo (CPF 935.906.795-49); Vera Lucia de Almeida Afonso (CPF 077.123.517-83); Vera Maria Costa Aquino Maciel (CPF 419.757.744-34)

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.632/2011-6

Natureza: Pensão Civil

Interessada: Maria Rodrigues de Freitas (CPF 399.401.361-53)

Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.051/2011-0

Natureza: Atos de admissão

Interessados: Luiz Fernando Fogaca Vieira (CPF 169.280.048-51); Luiz Fernando Oliveira Batista (CPF 953.757.169-68); Luiz Fonseca de Miranda (CPF 006.837.876-91); Luiz Henrique Vargas de Macedo (CPF 080.740.747-06); Luiz Leal de Lima (CPF 266.716.118-15); Luiz Nunes (CPF 085.416.470-72); Luiz Ricardo Floriano Toledo (CPF 301.205.278-04); Luna Maira Leles Zedes (CPF 035.875.741-03); Lygia Maestri Kimura (CPF 311.448.848-02); Maicon Luis Barreto (CPF 040.932.346-20); Maisa Antonia Clementino Alves (CPF 944.647.661-53); Manoel Ribeiro Soares (CPF 588.579.408-10); Manoel Vieira (CPF 023.513.749-91); Manoel da Cruz Romano Filho (CPF 482.623.748-00); Manoelina Ferreira do Amaral Varella (CPF 066.778.018-10); Manubio Coelho Rodrigues (CPF 051.594.694-00); Manuro Gabriel Torres Nunes Lara (CPF 103.936.116-12); Marcela Regina Rossi (CPF 298.136.088-46); Marcelino de Santana Pereira (CPF 017.498.325-50); Marcello Bernardo Xavier Reis Sa (CPF 106.148.997-37); Marcelo Lima do Nascimento (CPF 055.578.887-30); Marcelo Marins Bille (CPF 100.073.567-22); Marcelo de Souza Tanus (CPF 021.050.954-61); Marcelo dos Santos Vallin (CPF 137.199.598-21); Marcia Terezinha Goettems (CPF 653.950.501-91); Marcio Assis Andrade Rocha (CPF 070.163.947-43); Marcio Rogerio Luchese Cordeiro (CPF 757.250.610-00); Marco Antonio Mota (CPF 765.537.017-68); Marcos Paulo Pereira (CPF 148.014.018-05); Marcos Stavale (CPF 295.418.118-41); Marcos Valles Prieto Lujan (CPF 390.342.408-00); Maresca da Silva (CPF 054.058.636-61); Maria Aparecida da Silva (CPF 598.849.249-53); Maria Cecilia Couto Amorim Veloso (CPF 063.280.486-61); Maria Dirce Martins (CPF 480.993.258-34); Maria Jose Pereira Rocha (CPF 002.804.955-10); Maria Lucinda Giehl (CPF 249.798.720-34); Maria Nazare da Silva (CPF 177.327.356-68); Maria da Conceicao Rigas Costa (CPF 373.088.587-15); Maria de Lourdes Ramos (CPF 079.612.864-20); Mariana Chamon Saldanha (CPF 101.670.066-06); Mariana Prates de Oliveira Campos (CPF 081.334.026-89); Maribela Miritz Bartz (CPF 005.481.790-00); Mariel dos Santos Fachin Bermal (CPF 004.163.611-29); Marilsa da Silva Nepomuceno (CPF 027.839.607-02); Marinaldo Andre de Souza (CPF 050.027.366-96); Mario Gandra Perelman (CPF 058.655.068-20); Mario de Moraes Hernandez (CPF 362.449.537-20); Marisa Selma Diniz da Silva (CPF 028.143.968-03); Marlene Godoy de Oliveira Bretas (CPF 071.220.498-92); Marlon Jackson Gyl Lennon Alves (CPF 028.746.841-04); Marlon Joao Santos Ribeiro (CPF 032.121.526-56); Mateus Ribeiro Marques (CPF 032.729.861-89); Matusalem Chaves Rabello (CPF 992.378.731-15); Matusalem de Souza Moura (CPF 052.277.026-67); Melita Machado da Silva (CPF 889.999.559-15); Michele Machinez Zenatti (CPF 912.162.650-20); Michelle Mara Cordeiro Bezerra (CPF 010.982.371-02); Michelle dos Santos de Menezes (CPF 335.861.078-03); Milena Rocco Bosso (CPF 053.424.359-27); Moacir Seiji Hissamura (CPF 080.427.938-12); Monaliza Martins Oliveira (CPF 070.957.556-47); Monike Delesposti Coelho (CPF 089.819.127-00); Muiri Jose Isolini (CPF 017.846.330-20); Murillo Exel (CPF 061.427.458-34); Nadir Biagioni Hernandes (CPF 136.737.958-05); Nair Leocadia Moravski Dickel (CPF 342.584.260-91); Naira Gloria Santos de Oliveira (CPF 328.416.630-00); Nancy Pifano (CPF 220.281.887-15); Natalia Gomes (CPF 017.119.121-82); Nelcimara de Jesus Santos (CPF 965.237.435-00); Nelson Coelho Costa (CPF 052.155.167-66); Nelson Vaz da Silva (CPF 392.807.218-87); Nelza Siamarchella Boni (CPF 077.036.258-33); Newilton Mendes de Freitas (CPF 038.181.447-53); Neyde Francisco (CPF 053.363.168-81); Nilson Avancini Moreira (CPF 009.137.150-34); Nilson Rodrigues Costa (CPF 161.333.748-53); Nirvan Natalini (CPF 040.596.468-49); Noely Pestano Schweitzer (CPF 532.407.150-15); Normando Vicente de Oliveira (CPF 106.992.368-00); Odacir Augusto Mumbach (CPF 015.246.350-06); Odiel Vital Lopes (CPF 094.216.066-55); Olivio dos Santos Neto (CPF 074.305.697-30); Onildo dos Santos (CPF 423.983.985-87); Orlando Correa de Godoy (CPF 618.201.568-34); Orlando Sergio de Souza Avellar (CPF 003.437.208-33); Osmarino Vieira Barros (CPF 402.019.618-49); Osvaldo Mancini (CPF 004.356.869-68); Osvaldo Oliveira de Carvalho Junior (CPF 298.351.433-15); Osvaldo Schipanski (CPF 568.066.129-20); Pablo Alencar de Carvalho Marques (CPF 024.589.461-60); Pablo Alves Fernandez (CPF 035.381.277-35); Patricia Bertuol (CPF 960.054.670-34); Patricia Borges de Oliveira (CPF 850.896.641-53); Patricia Czervinski (CPF 003.462.900-90); Patricia Rocha Colli (CPF 040.842.439-73); Patricia de Oliveira Medeiros (CPF 078.455.207-05); Paula Apolonio Silva dos Anjos (CPF 619.353.951-49); Paula Dalolio Mazaro (CPF 066.298.289-41)

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.285/2011-1

Natureza: Aposentadoria

Interessado: Raniere Ximenes de Sabóia (CPF 073.476.502-91)

Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.292/2011-8

Natureza: Aposentadoria

Interessado: Ilmar Maia Pereira (CPF 238.241.077-91)

Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.293/2011-4

Natureza: Aposentadoria

Interessada: Heloisa Barros Xavier (CPF 278.801.358-20)

Órgão: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)

Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-027.534/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Doralina Cezar Rosa (CPF 215.244.400-00)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.017/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Cauby Saraiva Franco (CPF 005.197.234-49); Francisco Cauby Saraiva Franco (CPF 005.197.234-49)
Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.023/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fausta Cristina Panquestor Nogueira (CPF 688.866.831-20)
Órgão:Tribunal Regional Federal 1ª Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.024/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo dos Santos Leal (CPF 186.556.617-91)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.025/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Gonçalves da Costa (CPF 008.318.754-53)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.026/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Gonçalves da Costa (CPF 008.318.754-53)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.136/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sílvio Pereira Brito (CPF 615.216.122-34)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.137/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vitor Silva Martins Costa (CPF 055.649.187-46)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.154/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mariana Bezerra Pedroza (CPF 011.039.731-26)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.237/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Efigenia Ribeiro Delbocio (CPF 002.283.586-55)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.242/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Eliane da Silva Barbosa (CPF 961.858.137-34); Laurita Ramalho Alves (CPF 016.435.657-61)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.243/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelmir Pereira de Oliveira (CPF 008.205.414-27); Alba Rosa dos Santos Moreira (CPF 020.679.014-78)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.574/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelina Bracco (CPF 654.441.408-53); Ademir Alberto Souto de Jesus (CPF 429.702.022-04); Albertino Lima Ribeiro (CPF 969.230.327-68); Alessandro de Orlando Maia Pinheiro (CPF 411.112.572-72); Alida Aparecida de Carvalho (CPF 039.642.986-62); Amancio Guerra Raposo Junior (CPF 210.555.643-49); Ana Candida Gontijo de Paiva (CPF 012.887.346-97); Ana Claudia Silva Barbosa (CPF 613.912.551-00); Ana Paula Prette (CPF 122.434.668-80); Antonio Rodrigues Barbosa Junior (CPF 614.559.546-91); Artur Angelo Ramos Lamenha (CPF 814.708.864-72); Benedito Silveira da Costa (CPF 138.728.343-04); Betânia Taeley Porto de Matos Goés (CPF 556.456.156-20); Bruno Alencar da Costa (CPF 673.521.462-53); Claudia Pinelli Magalhaes (CPF 034.662.116-03); Claudio Oliveira Ribeiro (CPF 174.145.818-88); Cláudia Saldanha Ribeiro (CPF 472.642.764-49); Corina Jara de Queiroz (CPF 119.916.358-93); Daniele Bau (CPF 599.740.529-04); Daniele Viana de Araújo (CPF 430.732.473-00); Danielle dos Santos de Oliveira (CPF 025.632.099-35); Davi Souza da Costa (CPF 714.758.183-00); Delfina Maria Sales de Barros Bomfim (CPF 247.644.691-20); Demetrio de Souza Menezes Filho (CPF 594.764.864-49); Denisia de Oliveira Martins (CPF 930.074.346-53); Dimitri Castelo Branco Santos (CPF 270.118.873-34); Dinilson Pedroza Junior (CPF 490.862.784-34); Guilherme Lorentz Silva (CPF 083.768.776-40); Hamilton Goncalves da Silva Junior (CPF 827.876.975-34); Hereaclecea Damasceno Peres (CPF 027.594.026-81); Hélder Pita Rocha (CPF 361.042.303-00); Hélio Augusto Fonseca Pereira (CPF 410.962.074-00); Jecivan Vieira Braga (CPF 413.313.112-68); Jefferson Mariano (CPF 083.377.338-02); Joel Gomes Vieira (CPF 018.316.527-65); Jorge Souza Alves (CPF 424.259.484-49); José Aldemir Freire (CPF 941.888.584-00); José Augusto Faes (CPF 026.123.419-60); José Magno de Ávila Júnior (CPF 775.973.971-00); João Carlos Barbosa Alves de Lima (CPF 045.985.998-63); Juliana Dias Alves (CPF 026.119.896-30); Karla dos Santos Carneiro Barbosa (CPF 035.477.747-56); Lourdes Tieko Miura Link (CPF 313.060.719-68); Luciano Carlos Motta (CPF 001.011.800-47); Luciano Duarte de Assis (CPF 652.019.731-91); Luciano Oliveira Vieira (CPF 562.643.992-72); Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo (CPF 026.073.006-81); Luis Eduardo da Silva (CPF 061.359.016-30); Luis Eduardo de Azevedo Puchalski (CPF 651.301.380-15); Luiz Claudio do Monte Martins (CPF 426.119.032-04); Luiz Henrique Savaglia (CPF 254.370.728-05); Manoel Joaquim de Rubim Costa Junior (CPF 091.685.324-15); Manoel Jose Diogo dos Santos (CPF 869.415.859-00); Marcelo Virginio de Melo (CPF 024.296.624-18); Marcelo de Sousa Dantas (CPF 793.864.074-34); Marcio Rogerio Kurz (CPF 598.933.119-34); Marcos Andre Costa Rodrigues (CPF 076.418.246-33); Marcos Aurélio Lemos Bezerra (CPF 179.824.803-49); Marcos Roberto Apolinario (CPF 015.808.376-89); Maria Angela Gemaque Alvaro (CPF 165.849.372-91); Maria Denise Ribeiro Bacelar (CPF 165.540.782-15); Maria Lucia Drudi Fernandes (CPF 107.292.678-49); Maria Regina de Miranda Nascimento (CPF 528.941.181-04); Marisa Rodrigues Menegaz (CPF 418.092.117-00); Miriam Elionora de Nazaré de Oliviera (CPF 347.469.003-53); Nilo de Medina Coeli Neto (CPF 156.909.828-06); Norma Maria Bentes de Sousa (CPF 323.853.582-04); Paula Frassinetti de Lima (CPF 422.367.624-53); Paula Maques Meyer (CPF 145.820.648-33); Paulo Cesra Carneiro da Silva (CPF 694.765.439-49); Paulo Cezar Rodrigues Martins (CPF 338.218.281-53); Paulo Henrique Jurza Abranches (CPF 763.729.876-00); Pedro Henrique Matoso Varela (CPF 045.031.406-55); Plinio Jose Medeiros Cerqueira de Araújo (CPF 036.714.864-14); Rafael Moreira de Oliveira e Souza (CPF 068.168.926-90); Ramiro Parente de Oliveira (CPF 975.948.308-49); Renata Ghidetti Mozine (CPF 070.223.047-26); Ricardo Yoshiyuki Hirata (CPF 251.498.978-76); Riovaldo Alves de Mesquita (CPF 292.485.580-20); Rita de Cássia Alencar (CPF 293.622.293-15); Rony Helder Nogueira Cordeiro (CPF 562.739.912-00); Rosano Maroso Gonçalves (CPF 256.292.868-70); Rubens Rodrigues de Carvalho Junior (CPF 957.369.131-00); Rubia Francisca Silva Lenza (CPF 956.931.656-04); Sara de Alvarenga Andrade (CPF 044.876.346-01); Sergio Luiz Caixeta (CPF 008.624.636-45); Sergio de Oliveira Sofiati (CPF 065.167.686-09); Shella Bodart Ramalhete Gameiro (CPF 039.288.577-89); Silvana Maria Paes Cangiani Pigato (CPF 067.279.338-55); Silvânia da Rocha Vila Nova (CPF 008.490.004-08); Tarcísio Alberto Lopes Soares (CPF 721.025.784-53); Tatiana Oliveira Maia Aniceto (CPF 036.673.336-25); Thelmo Araujo Dariva (CPF 469.543.250-15); Tércio Ramalho Costa Braga (CPF 789.169.924-00); Victor Henrique Gonçalves (CPF 346.404.408-47); Vilson Jaci Araújo Lopes Fleck Júnior (CPF 071.236.448-08); Vladimir Lautert (CPF 670.023.070-53); Wellington Luis Mineiro França (CPF 418.089.753-91); Ângela Patricia Lima de Souza (CPF 323.310.452-91)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.601/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Augusto Elias Melo (CPF 720.348.231-68); Celia Cristina Moura Pimenta Rodrigues (CPF 516.676.571-00); Kelvio dos Santos Pinto (CPF 868.398.291-20); Rogerio Guedes Prazeres Castro (CPF 030.482.064-42); Roney Ramalho Sereno (CPF 761.776.101-53); Savio Camara Zaidan (CPF 795.440.451-04); Valdeci Frederico de Almeida (CPF 923.004.054-15)
Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.602/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erika Oliveira Santos Nolli (CPF 032.952.644-81); Leandro Castro Souza (CPF 004.334.982-00); Wagner Gomes do Amaral (CPF 946.549.216-72)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.621/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kassio Nunes Marques (CPF 429.045.793-20); Néviton de Oliveira Batista Guedes (CPF 334.602.641-87)
Órgão: Tribunal Regional Federal 1ª Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.622/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Silva Barbosa (CPF 638.662.182-49); Altino da Silva Neto (CPF 578.312.462-15); Antônio Érgori Borges de Sousa (CPF 616.881.423-04); Artur Eugênio Brito Maia (CPF 573.627.422-15); Bruno Nascimento Barros da Silva (CPF 031.200.924-01); Carlos Alberto Bezerra Chagas (CPF 994.382.753-04); Caroline Carvalho de Albuquerque (CPF 662.137.972-20); Cydiene da Silva Freitas (CPF 671.672.412-53); Elisângela Luz Alves da Guia (CPF 667.468.251-91); Ellen Pereira Saraiva (CPF 646.086.032-72); Iara Carolina de Lima (CPF 007.003.659-40); Marcelo Antonio Cesca (CPF 030.930.929-81); Mariana Ribeiro de Sá Teles (CPF 007.080.425-70); Mileide Mariaauler de Araújo Campanha (CPF 530.061.272-34); Nícolas Coelho Bonilha (CPF 042.437.829-97); Pacelli Larisson Gonçalves Costa (CPF 279.377.042-68); Pedro do Bomfim de Sousa (CPF 737.624.071-34); Ricardo Miguel Andrade (CPF 765.957.143-53); Sarah Helena Fernandes Coelho (CPF 862.154.262-53); Sérgio Fortuna de Mendonça (CPF 630.257.013-15); Tânia Bandiera Torres (CPF 881.183.551-87); Vanessa Ramos Coutinho (CPF 010.750.065-54); Viviane Sancho de Oliveira (CPF 723.076.411-49)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.623/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelaine Aparecida Soares (CPF 555.760.951-20); Adriana Regina Mariano (CPF 026.723.499-67); Eliset Rosolen Bighetti (CPF 125.908.588-09); Elson André Hermes (CPF 662.620.460-20); Jessé da Costa Corrêa (CPF 058.225.128-10); Michelle Niehues Favaro (CPF 047.136.969-19); Paulo Henrique Mendonça de Freitas (CPF 012.029.891-01)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.624/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Aparecido da Silva (CPF 046.081.779-58); Alexei Rubem Pereira Cunha (CPF 048.978.959-52); Augusto Gabriel Feyh (CPF 830.010.850-53); Carla Hatschbach (CPF 036.022.039-80); Daniela Martins de Lellis (CPF 650.490.040-04); Davi Picinini (CPF 016.859.230-46); Djoni Luiz Gilgen Benedete (CPF 066.658.339-09); Eduardo Kuerten Danielski (CPF 016.152.139-88); Francisco Ostermann de Aguiar (CPF 007.729.750-43); Graziela Adriana Savio (CPF 045.280.049-84); Larissa Paim Arnold (CPF 078.976.249-86); Michele Koehler (CPF 037.515.839-12); Scheila Balensiefer (CPF 650.660.140-04); Valdenizia de Santana Menezes (CPF 013.437.915-29)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.661/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Costa e Silva (CPF 011.897.581-13); Andre Casagrande Raupp (CPF 806.404.000-00); Carlos Ferreira da Silva (CPF 641.005.614-15); Diego Goes de Queiroz (CPF 116.336.837-70); Fernando Eduardo Sette Campos Gomes (CPF 790.061.246-72); Heliel Jefferson Martins Costa (CPF 066.733.726-13); Jara Souza Oliveira (CPF 961.765.475-04); Jose Romulo Silva Almeida (CPF 000.766.715-93); Livia Martins Moreira Scala (CPF 038.263.804-28); Marcio Silva dos Santos (CPF 761.553.902-15); Marcos Vinicius de Paula Santos (CPF 119.401.927-73); Naira Ribeiro de Meirelles (CPF 513.533.425-49); Nelson Adriao da Silva (CPF 669.181.204-25); Rafaella Alberici (CPF 941.370.990-49)
Órgão: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.704/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Paula Figueiredo (CPF 300.962.898-64); Barbara Caramaschi (CPF 307.090.748-24); Cristiane Bertoncin dos Santos (CPF 155.333.218-02); Danielle Silva de Oliveira (CPF 040.716.969-58); Eduardo Pimenta Caetano (CPF 001.675.777-78); Eliana Sousa Menezes Cardoso (CPF 219.126.588-01); Fernando Rodrigues da Silva (CPF 136.877.978-64); Isabela Franco (CPF 355.764.468-52); Marcia Bordon Grande (CPF 152.899.348-98); Paula Assunção de Andrade Alonso (CPF 287.137.148-21); Paula Regina Cicero Yort (CPF 140.170.708-41); Renata de Lima Cavalgante (CPF 304.197.298-01); Rodrigo da Costa Almeida (CPF 310.815.828-71); Sandra Helena Carneiro da Cruz (CPF 066.271.868-29); Virgilio Frederich Maestro Schneidwind (CPF 213.370.948-70)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.706/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Angelo Osorio Jimenez (CPF 499.729.100-59); Egon Mario Siebiger Filho (CPF 580.181.400-06); Fernanda Natalie Tomasi Kuckartz (CPF 004.676.070-95); Ingrid Juliane da Silva Cordeiro (CPF 035.200.876-85); Jean Paulo de Miranda Coutinho (CPF 076.063.089-50); Luis Fernando Quevedo da Silva (CPF 010.895.150-22); Paula Monica Pulga (CPF 008.728.539-85); Rafael Gomes de Chiara (CPF 054.678.989-73); Simone Segalla Dutra de Souza (CPF 826.937.225-00); Thalita Regina Funghetto (CPF 058.498.119-82)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-031.832/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adevandro Oliveira de Sa (CPF 665.549.502-49); Adriana Goncalves Valentim da Silva (CPF 442.321.442-34); Adriana dos Santos Guimaraes (CPF 042.435.554-00); Adriano Moraes Lima (CPF 713.436.602-20); Alan Torres Pedrosa (CPF 004.317.603-81); Aldenor Machado Freire (CPF 634.564.602-44); Alexandre Moraes Oliveira (CPF 995.172.994-00); Alexandre da Costa Nonato (CPF 620.772.012-15); Alexsandro Moreira de Lima (CPF 520.150.842-15); Amaury Viegas de Barros Carneiro (CPF 102.801.107-58); Anaide Maria Jesus da Silva (CPF 986.505.305-59); Anderson Cezar Tenorio Rego (CPF 044.802.204-45); Antonio Alves de Brito Junior (CPF 007.521.013-40); Antonio Demetrio Souza Junior (CPF 030.534.728-48); Antonio Ronys dos Santos Carneiro (CPF 020.116.403-50); Antonio Thiago Cardoso da Silva (CPF 984.815.172-91); Antonio da Silva Gaia (CPF 704.307.722-20); Aristoteles da Costa Moura (CPF 459.874.832-04); Bruna Macedo Von Sohsten (CPF 089.059.767-78); Brunno Vieira Domingues (CPF 020.748.723-56)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.833/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Suyanne Praxedes Gurgel (CPF 050.887.244-89); Carolina Hedi Arlin Hirt Begnini (CPF 028.720.471-58); Cibele Francisca Clemente Resende (CPF 859.703.362-20); Cicero da Silva do Nascimento (CPF 082.345.414-20); Clauber Sueliton Carvalho Vasconcelos (CPF 608.493.392-00); Clebson Braga Ferreira (CPF 516.963.122-72); Cristiane Dias de Freitas (CPF 051.077.526-83); Dalton Furtado de Lucena (CPF 001.583.451-42); Dario Bezerra Freire Junior (CPF 010.372.284-05); Davi Lira de Melo (CPF 045.242.494-19); Denilson Alves Maciel (CPF 639.472.503-04); Eder Sardinha Alves (CPF 838.028.192-68); Edilene Beatriz Dahmer (CPF 956.359.129-15); Emanuel Silvestre Almeida (CPF 802.437.972-49); Emerson Viana do Nascimento Forte (CPF 004.445.873-81); Eneida Nascimento Cardim de Carvalho (CPF 843.320.697-49); Erica Maristane Vital (CPF 711.540.602-25); Fagner Diego da Silva Teixeira (CPF 953.121.882-04); Fillipe Ferreira da Costa (CPF 014.642.093-40)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.834/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavio Mota de Queiroz (CPF 880.460.013-68); Franciele Pissinin Denardini (CPF 000.169.840-05); Francisco Alexandre Cruz Alencastro (CPF 956.891.413-72); Francisco Gracindo Fernandes Junior (CPF 008.216.413-44); Francisco Wellington Tavares Justa (CPF 463.263.675-49); Gabriela Barreto Cerqueira Paixao (CPF 360.845.858-17); Galileu Pereira de Oliveira (CPF 615.408.112-04); Geneses dos Santos Cabral (CPF 062.544.324-12); Glenio Ramalho Praxedes (CPF 034.355.624-39); Guilherme de Campos Ferrarezi (CPF 067.581.589-42); Henry Guastuci Lopes (CPF 017.664.000-27); Ielson Sousa Ferreira Junior (CPF 886.698.665-87); Isnard Rodrigues de Luna Neto (CPF 064.277.294-03); Jessica Gomes de Souza (CPF 069.801.844-31); Joadson Eliezer Carvalho de Araujo (CPF 013.546.773-07); Joao Paulo de Oliveira Magalhaes (CPF 861.305.522-20); Jose Alexsandro Araripe da Silva (CPF 501.870.823-91); Jose Fabio de Lima Soares (CPF 059.659.074-19); Jose Rodrigues de Lima Neto (CPF 001.796.642-63); Josias Mendes da Silva (CPF 062.751.064-76)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.835/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josimar Cardoso Soares (CPF 401.688.163-34); Juliana da Motta Melo (CPF 052.165.804-76); Juscelino Wilmor Adalgiso (CPF 968.086.324-72); Kelen Cristina dos Santos Rodrigues (CPF 586.138.702-87); Ladislau de Souza Leao Aroxa Junior (CPF 058.149.424-52); Leandro Rodrigues Freire (CPF 012.738.471-56); Leticia Nunes Costa (CPF 908.201.260-04); Liana Paula Cavalett (CPF 833.998.870-00); Luan Mariano Tavares da Silva (CPF 012.800.172-01); Luana Bezerra de Sousa (CPF 979.478.061-87); Lucia Maria de Oliveira Fonseca (CPF 375.801.160-49); Luzivan Andrade e Silva (CPF 027.314.483-93); Manuel de Oliveira Vasconcelos Junior (CPF 033.329.373-83); Marcel Andrey Pacheco Santiago (CPF 844.200.902-78); Marcio Marlon Goveia Silva (CPF 804.940.053-00); Marcio Roberto Paulino Alves (CPF 569.565.093-34); Marcos Ferreira da Silva (CPF 285.383.902-87); Maria da Conceicao Alves Novaes (CPF 333.348.895-72); Maria da Conceicao Bezerra de Siqueira (CPF 031.978.514-98); Maria da Gloria Silva Passos (CPF 000.069.003-13)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.836/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mario Tony Mariano Fernandes (CPF CPF 026.970.563-51); Matias Modesto de Barros (CPF 044.100.794-50); Mercia Adriana Braga Guterres (CPF 662.591.343-04); Moabi Jose Marques da Silva (CPF 666.095.004-44); Nilclecio Nixson Araujo da Silva (CPF 029.720.104-26); Orlando Marcos de Lima Fernandes (CPF 022.098.034-97); Otavio Jacinto de Oliveira Filho (CPF 389.568.962-91); Paulo Santos Carvalho (CPF 822.447.583-20); Paulo Vinicius da Silva (CPF 049.496.354-92); Raian de Oliveira Silva (CPF 050.577.943-96); Ralph Quariguasi Vale (CPF 963.221.793-49); Raphael dos Anjos Silva (CPF 012.997.881-73); Renata Capistrano Freire (CPF 862.500.943-34); Renato Augusto Almeida Trindade (CPF 608.013.792-53); Rhuda Augusto Souza Jardim (CPF 093.669.184-09); Ricardo da Silva (CPF 013.213.115-32); Robervaldo Teixeira (CPF 144.539.162-72); Robson Soares de Araujo (CPF 016.259.293-07); Romario Gomes de Almeida (CPF 002.821.472-25); Rosangela Aparecida Scudlarek Bahls (CPF 846.447.109-20)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.837/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sandra Maria da Silva Lima (CPF 019.046.243-40); Sandro Jose Andrade Machado (CPF 508.328.402-20); Sergio Sousa da Silva Filho (CPF 036.242.873-54); Severino Luiz de Franca Junior (CPF 008.682.384-14); Severino Ricardo Rodrigues da Silva (CPF 007.730.564-75); Sheryl Pedreira Silva (CPF 186.788.508-50); Silmario Gomes da Silva (CPF 051.120.094-38); Simone Doro dos Santos (CPF 695.317.060-34); Simone Nogueira de Souza (CPF 648.239.703-49); Sophia Fonseca de Andrade (CPF 045.848.194-75); Stanley Gutiery Messias da Paz (CPF 084.920.834-33); Stvenns Juann Fernandes Silva (CPF 602.038.143-98); Tancredo Leopoldino Torres (CPF 025.555.743-44); Thyago Rodrigo Cabral Barbosa (CPF 056.923.374-79); Tiago Maciel de Siqueira (CPF 051.860.824-73); Ulysses Brandao Silva (CPF 666.831.654-91); Wanderson dos Santos Silva (CPF 091.933.546-22); Washington Luiz Marques Felix (CPF 336.867.774-87); Werlem Macieira Ramos (CPF 672.075.612-53); Wesley Jose de Souza (CPF 055.627.889-50)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.846/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Farias Braga (CPF 080.936.697-52)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.910/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Campelo Spencer Netto (CPF 023.801.194-14); David Braga Pereira (CPF 066.852.046-99); Hugo Mateus dos Santos (CPF 102.121.832-49); Igo Cunha Barreto (CPF 005.414.031-50); Keylla Myrelly Pereira de Lira (CPF 028.002.354-54); Leandro Toshio Filoni (CPF 370.755.528-30); Luiz Antonio Campos (CPF 723.079.601-63); Tiago Felipe Gomes (CPF 051.496.014-03); Walbert Otavio Xavier da Silva (CPF 696.978.092-91)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.918/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Liguori da Silva (CPF 042.078.296-60); Andre Luis Neves Soares (CPF 081.442.357-46); Daniel Freitas Cunha (CPF 177.975.838-38); Edilson Ferreira Barbosa (CPF 076.123.917-08); Fabio Fioravanti Carneiro (CPF 090.334.827-62); Leonardo Neto Pimentel (CPF 043.637.136-74); Mabelle Batista Silva (CPF 060.707.506-67); Simone Cristina Kappaun Starck (CPF 052.981.767-55)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.922/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Helene Azevedo Lima (CPF 033.567.849-19); Larissa de Oliveira Fogaca (CPF 357.083.938-90); Marion de Oliveira Santos (CPF 721.023.659-72); Michel Yoshi Kawasaki (CPF 049.873.219-39)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.923/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Dutra de Almeida (CPF 049.921.284-32); Allen Dias de Brito Alves (CPF 052.742.204-52); Amanda Barcellos Cavalcante (CPF 009.591.024-77); Ana Paula da Cunha Albuquerque (CPF 869.091.264-91); Bruna Duarte Silveira (CPF 058.126.024-41); Carolina Helena Medeiros Guimarães de Queiroz (CPF 049.965.364-54); Caroline Michaello Macêdo Fialho Cantarelli (CPF 049.583.104-28); Cecy de Andrade Leite Cavalcanti (CPF 038.976.164-83); Daisy Darlay Bezerra Veloso (CPF 844.956.424-72); Daniel Pereira Laeber (CPF 092.452.537-16); Einstein Kembo Rodrigues Grillo (CPF 097.120.577-98); Ewerthon Macial Alves e Silva (CPF 030.617.334-42); Filipe Mariano Ribeiro (CPF 006.950.955-79); Flavio Roberto Maciel de Queiroz (CPF 026.384.764-04); Gilvandra Karoline Brandão Galvão de Araujo (CPF 041.248.974-05); Helder Lacerda Leite (CPF 505.832.123-87); Humberto da Costa Pinto Neves (CPF 420.427.804-30); Jean Kelber Bezerra de Medeiros (CPF 039.239.714-51); José Jadilson Batista (CPF 030.019.884-10); José Márcio Amancio de Oliveira (CPF 024.958.864-18); João Batista Cabral de Andrade (CPF 033.622.408-79); Karoline Wojtyla Freitas de Oliveira (CPF 008.633.474-36); Larry de Almada Garcia (CPF 078.587.777-00); Lillian Maria Baima Brum (CPF 044.901.644-75); Liênia Gilma Lima Diniz (CPF 023.169.224-22); Lucas José Melo da Cunha (CPF 053.234.514-24); Luis Felipe Jordão Wanderley (CPF 039.560.334-00); Luis Olavo Vergeti Siqueira Malta (CPF 022.979.384-38); Manuela Matos de Castro Cerqueira (CPF 021.941.324-06); Marcos César Barbosa Maggi (CPF 051.925.554-26); Marcos Vinicius Fernandes da Silva (CPF 707.321.324-87); Maria Cecília Soares Tertuliano (CPF 051.925.834-70); Mariana Muniz de Araujo Rêgo (CPF 008.925.784-75); Marinna Trindade Câmara (CPF 036.034.994-33); Milenna Amorim Servulo Diniz (CPF 048.519.524-06); Neli da Silva Santa Rosa (CPF 020.483.444-96); Noemi Uchôa Nawa (CPF 705.431.002-00); Otavio Fritzberg Dantas Vieira (CPF 010.781.394-74); Paula Diniz de Coimbra Pinto (CPF 024.471.884-98); Paulo Henrique Paixão Felix Cavalcanti (CPF 052.203.884-01); Praxedes Cavalcante Cabral (CPF 027.638.564-03); Rachel Geralda Fausta Luciano (CPF 028.826.256-50); Rafael Vieira de Queiroz (CPF 035.481.976-39); Renata Guerra Cisneiros de Queiroz Monteiro (CPF 021.851.234-16); Rita de Cássia de Queiroz Mendonça (CPF 046.496.284-66); Roberto Gomes Carneiro (CPF 706.083.507-53); Rodrigo Arruda Carriço (CPF 012.731.254-44); Tacilene Dias Gouveia de Sales (CPF 050.875.614-62); Tatiana Caroline Dantas Albuquerque Tavares (CPF 031.135.994-90); Thiago Barreto Coêlho e Silva (CPF 047.698.234-01); Virginia Falangola (CPF 051.734.914-00); Wanessa Farias dos Santos (CPF 011.716.574-39)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.163/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Regilaine Souza Leite (CPF 018.869.303-33)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.165/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Artur Miranda Chada (CPF 939.523.682-53)
Órgão: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.895/2011-2
Natureza: Solicitação Solicitante: Ana Maria Quirino (CPF 687.309.937-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.050/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jamile Galvão dos Santos Miranda (CPF 388.067.558-97); Maria Inês dos Santos Miranda (CPF 887.221.638-91); Társis Galvão dos Santos Miranda (CPF 388.067.568-69)
Órgão: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.051/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Celia Santos Morais Rodrigues (CPF 009.218.798-65)
Órgão: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.311/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel de Souza (CPF 067.052.978-83); Alessandro Carvalho Fonseca (CPF 069.002.696-05); Alex Henriques Molina (CPF 010.073.651-37); André Luiz da Costa Rocha (CPF 003.666.211-90); Andréa Ferreira Leite (CPF 997.130.045-15); Antônio Paulo da Costa Nunes (CPF 189.305.142-00); Antônio Pontes de Aguiar Filho (CPF 009.556.093-99); Bruna Mota Ledo (CPF 790.740.905-59); Bruno Ricardo Carvalho de Souza (CPF 424.448.292-04); Carolina Freire Nascimento (CPF 008.026.175-22); Caroline Lordelo Nunes Figueira (CPF 791.385.435-91); Cláudia Maria Starling Lopes (CPF 293.112.686-15); Dancley da Costa Mendes (CPF 663.212.123-34); Daniela Villani Miziara (CPF 643.528.971-91); Delvane Pinheiro de Almeida (CPF 024.084.845-45); Denis da Soledade Lima (CPF 944.911.275-49); Denise Correa Soares Ferreira (CPF 922.879.561-15); Emanuele Fernandes Pimentel (CPF 017.996.783-50); Erick Alexandre Ferreira de Jesus (CPF 833.755.971-34); Fernanda Oliveira Nascimento Neves (CPF 942.757.185-34); Fernanda de Souza Furtado Ribeiro (CPF 960.253.441-91); Frederico Moreira de Melo (CPF 897.568.276-53); Geisa Aparecida Mendes (CPF 040.772.196-71); Gustavo Baião Vilela (CPF 055.815.806-42); Helen Crystina Patrocínio dos Reis (CPF 945.707.955-87); Jeferson Ricardo da Silva Reis (CPF 975.033.715-87); Jorge Cleiton Pereira Soares (CPF 664.603.522-91); Julyanderson de Araujo Jorge (CPF 866.360.901-97); Karine Magalhães Cavalcante Côrtes (CPF 023.562.824-75); Karoline Dias da Silva (CPF 010.675.691-54); Ladislau de Oliveira dos Santos (CPF 465.715.742-68); Laelson Alcântara de Pontes Filho (CPF 046.946.774-62); Leonardo Carvalho Pinto (CPF 994.555.445-04); Leonardo Pires Rodrigues (CPF 051.608.367-80); Loani Bandiera Torres do Prado (CPF 940.804.291-34); Luciana Santos de Faria (CPF 071.668.906-57); Luzia Praxedes de Carvalho Aquino (CPF 637.176.036-04); Madson Cardoso Xavier (CPF 960.975.665-49); Marhianne Paulla Cunha de Oliveira (CPF 008.356.001-73); Murilo Gonçalves de Almeida (CPF 018.023.341-65); Márcia Ferreira Neves (CPF 027.399.834-09); Nara Lucia Rodrigues Borges Rocha (CPF 688.572.685-00); Paula Mayra de Sá Torres (CPF 844.057.593-91); Petrocelli Raggi Gomes Rocha (CPF 040.040.266-10); Pollyanna Quintela Falconery (CPF 009.274.970-42); Rafaela de Jesus Mendes Morais (CPF 003.673.673-27); Rannieri Facundo de Almeida (CPF 992.828.604-34); Rogério Ribeiro dos Santos (CPF 026.385.116-84); Thiago de Souza Batista (CPF 016.810.991-36); Wanderley Fernandes da Cruz (CPF 006.731.351-52)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.314/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Pinheiro de Assumpção (CPF 101.295.767-51); Ana Paula Rodrigues Dirami Cevada (CPF 272.447.328-05)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.317/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Luís Morais da Silva (CPF 065.101.804-80); Céliton de Souza Fernandes (CPF 027.460.254-77); Italo Gonzaga Gê Júnior (CPF 009.591.434-08); Léo Noriyuki Tanabu (CPF 574.089.472-72); Paulo Gustavo Hundertmark Barroso Junior (CPF 071.856.057-41); Priscilla de Lurdes Souza Cabral (CPF 095.376.087-19)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.344/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Rodrigues de Castro (CPF 356.088.288-52); Aline Fonseca de Andrade (CPF 805.455.641-15); Ana Paula Muniz da Silva (CPF 014.243.951-78); Ana Paula Rodrigues Mendes (CPF 538.195.001-20); Ana Paula de Andrade Aguiar (CPF 010.663.863-74); Angelina Vieira da Silva (CPF 994.464.641-53); Anna Livia Dutra Gil (CPF 003.025.141-98); Bernadete Castanha Viana Machado (CPF 704.828.291-68); Bruna Marques Araujo Faria (CPF 061.078.026-30); Camila Viana Lima (CPF 024.607.393-46); Carla Sousa Nunes Martins (CPF 725.169.501-44); Carolina Silva Rocha (CPF 885.298.436-49); Clara de Carvalho Mousinho (CPF 018.025.511-82); Danilo Seoane Caldas Nascimento (CPF 017.713.265-57); Diogo Torres da Silva (CPF 993.485.601-82); Eduardo Marques Nunes de Almeida (CPF 975.644.197-68); Fabio Aluizio Vidal de Miranda Bomtempo (CPF 973.788.791-34); Fabio Morais de Sousa (CPF 957.956.181-87); Fernanda Viana de Souza (CPF 992.137.531-87); Giancarlo Brugnara Chelotti (CPF 020.916.611-80); Igor Silva Dacier Lobato Jinkings (CPF 737.510.301-15); Isabela Vidigal Braga (CPF 029.845.691-56); Jilliann Meiry Lima da Silva (CPF 057.905.294-02); Joao Evangelista Ferreira Serrao (CPF 665.205.413-20); Kenia Walquiria Guimaraes Mendes Barbosa (CPF 019.993.161-50); Lais Pedrecal Argolo (CPF 025.269.835-50); Leandro Alves Rabelo (CPF 014.156.861-57); Leandro da Rocha Souza (CPF 001.968.251-48); Lidiane Miris Soares Veloso (CPF 011.915.586-90); Manoela Costa Leandro (CPF 001.563.051-00); Marcos Lopes Cancado Curi (CPF 063.732.026-31); Marcos Luiz Pereira Lopes (CPF 026.642.711-13); Marcos Vinicius Silva da Cunha (CPF 012.848.181-10); Marcos Wonder de Souza Mota (CPF 954.146.491-20); Mariana Mieko Mandai (CPF 844.708.101-00); Marina Lima Queiroz (CPF 017.455.911-92); Marisa Elena Marquesi Leite (CPF 269.695.868-80); Mateus Amaral Marques dos Santos (CPF 064.739.346-85); Natalia Fernandes Gondim Costa (CPF 048.899.974-07); Paula Parente Cantuaria Ramos (CPF 000.607.481-25); Paulo Henrique Gurjao de Carvalho Amaral (CPF 002.106.471-75); Paulo Ricardo Fraga Bonzanini (CPF 927.388.850-04); Pedro Aluizio de Abreu Lobo Junior (CPF 025.578.923-86); Ronaldo Santos Cardeal (CPF 017.801.485-00); Rosana Silva Rodrigues (CPF 583.877.141-00); Thiago Lucas Silva Affe (CPF 922.584.171-04); Tomaz Rodrigues de Aquino Filho (CPF 730.922.741-72); Tulio Cesar Oliveira Nunes (CPF 001.306.701-03); Uyran Ayres da Silva Junior (CPF 769.084.291-72)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.633/2011-5
Natureza: Atos de Admissão Interessada Cassia Mangueira Annunziato (CPF 272.807.148-97)
Órgão: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-002.309/2008-7
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Ministério da Justiça - MJ.
Interessados: Anita Scatrut e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.774/2001-9
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2000.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba - TRE/PB.
Responsáveis: Roberto Vieira Correia e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.841/2007-6
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Capela do Alto Alegre/BA.
Interessada: Procuradoria da União no Estado da Bahia - AGU/PU/BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.223/2007-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Nacional do Índio - Funai/MJ.
Interessados: Domingas de Assis Lopes de Castro e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.301/2009-6
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco - TRE/PE.
Interessada: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco - Secex/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.444/2009-2
Natureza: Tomada de Contas - exercicio de 2008.
Unidade: 11º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
Responsável: André Luiz Stangl Risse.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.049/2008-8
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estdo de Tocantins - TRE/TO.
Interessado: Peron Francisco Pereira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.241/2009-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Jaqueline Ferreira da Cruz e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.349/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia - TRE/BA.
Responsáveis: Antônia Dias Lima Neta e Marcos Antônio Medrado.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.000/2011-5
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Município de Espírito Santo/RN.
Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.245/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São Luiz do Anauá/RR.
Responsáveis: Alexandre César Cavalcanti Galvão e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.988/2010-2
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2009.
Unidade: Instituto Militar de Engenharia - MD/CE.
Responsáveis: Amir Elias Abdalla Kurban e Emílio Carlos Acocella.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.159/2011-8
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Entidade: Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região/PR.
Responsáveis: Andreia Márcia Horst e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.199/2010-1
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de Tabatinga - MD/CE.
Responsáveis: Gilson Amorim de Sousa e Renildo Sérgio Batista dos Anjos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.202/2010-2
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2009.
Unidade: Depósito de Subsistência de Santa Maria - MD/CE.
Responsáveis: Chesman Loureiro de Lima e Laércio do Nascimento Rodrigues.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.204/2010-5
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de Cruz alta - HGuCA - MD/CE.
Responsáveis: Gláucio Narciso dos Santos e Jânio Yukishigue Seto.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.504/2010-9
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2009.
Unidade: 3º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
Responsáveis: Paulo Roberto de Souza e Wilson Rocha Ferreira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.225/2011-4
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amapá - SRTE/AP.
Interessada: Joana Guilhermina da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.544/2007-5
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia - TRE/BA.
Interessado: Jayme Messeder de Souza Soares.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.257/2011-0
Natureza: Representação.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional - Serviço Social da Indústria.
Interessado: Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal - Sinapro/DF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.924/2011-1
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Tocantins - SRTE/TO.
Interessadas: Izabel Siriano da Silva e Laura Maria de Oliveira Souza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.929/2007-3
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
Interessada: Marly Leda Cabral Dias.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.085/2011-0
Natureza: Atos de Admissão.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessado: José Cândido da Silva Júnior.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.232/2010-4
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Alto do Rodrigues/RN.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte - Secex/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.512/2011-5
Natureza: Atos de Admissão.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessados: Rodrigo Campos de Oliveira Carvalho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.740/2008-5
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba - TRE/PB.
Interessado: Luís Walter Ayres de Albuquerque Júnior.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.743/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Ministério do Esporte - ME.
Interessada: Nazaré Carneiro de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.271/2011-9
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.
Interessados: Adalez de Queiróz Ferreira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.024/2011-5
Natureza: Representação.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessado: Diogo Correa Ferreira, Secretário Executivo da Comissão de Ética do Ministério do Trabalho e Emprego.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-856.705/1998-5
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Interessados: Agueda Ferrari e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-001.704/2008-8
Natureza: Representação.
Interessado: JB Produções Ltda. (02.036.987/0001-20)
Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Departamento Nacional (Sebrae/DN).
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.583/2003-1
Natureza: Tomada de Contas. Exercicío: 2002.
Responsáveis: Ailton de Oliveira Sousa (544.066.505-63); Brigida Maria Lopes Cardoso de Almeida (379.687.695-15); Clemem Araujo Reis de Santana (415.800.365-20); Hilton Souza Costa Junior (404.484.795-91); Jane Fernandes de Queiroz (030.824.235-15); Luis Felipe Cavalcanti Cysneiros (124.339.935-04); Maria Telma de Santana Azevedo (188.054.185-87); Maria Teresa Furtado Craveiro (460.979.613-91); Organizacao Estradas Topografia e Engenharia Ltda (14.713.648/0001-10); Paulo Roberto de Souza Castro (135.386.165-15); Valeria Christina Macedo Daruich (296.042.731-91); e Recreativo Espanhol - Salvador - BA (15.188.360/0001-36)
Órgão: Gerência Regional de Patrimônio da União/BA - MP, atualmente, Superintendência Estadual do Patrimônio da União - na Bahia (Sepu-BA).
Advogados constituídos nos autos: Clóvis França de Araújo Filho (OAB/BA nº 10.169) e Ivanito Lopes da Silva (OAB/BA nº 3.426).

TC-011.388/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: espólio de José Ramos de Sousa, representado pelo seu Inventariante, Eronildes de Souza Santos.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Entidade: Município de Nova Soure - BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.067/2011-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Rosani Novaes Castro (309.413.005-44); Sebastião Santino de Carvalho (108.617.937-49); Selma Aurista de Almeida (419.477.037-49); Sergio Pedrinho Minúscoli (055.066.700-87); Silvio Balbino (863.776.207-72); Sonia Maria Soares Moura (111.091.227-72); Sueli Amaral Rocha (505.633.947-49); Suely Abrahão Campinas (597.602.307-04); Sônia Maria Soares Moura (111.091.227-72); Vainer Silva Parodes (205.998.540-49); Valdineia Oliveira Ramos (142.377.175-34); Valdir Vicente Pereira (313.578.657-91); Valeriano Ribeiro da Costa (061.522.952-20); Vani Mansur (102.950.626-49); Wanda Ferrarez Cunha (042.903.926-36); Yara Regina Malheiros de Oliveira (230.989.889-91); Yone Teresinha da Silva (097.057.750-87); Zacarias Marinho da Silva (053.379.332-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.127/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Enilza Maria Martins Ameno (162.373.666-87); Magda Regina Batista de Castro (256.298.086-72) e Márcia Beatriz Lio de Carvalho (345.287.506-78).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MG - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.138/2011-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Eliane de Assis Baptista Suriani (046.547.651-15); Linda Maria Lima de Oliveira (064.269.485-00); Maria da Conceição Leal de Souza Vasconcelos (060.015.561-72); Maria do Carmo Paulo (076.344.121-04); Sandra do Couto Moreira (116.970.911-72).
Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.620/2011-9
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Astrid Tolentino de Carvalho Collaço (987.101.929-72); Astrid Tolentino de Carvalho Collaço (987.101.929-72); Dilma Rosa da Silva (769.368.139-68); Dilma Rosa da Silva (769.368.139-68); Maria Helena Gevaerd Fernandes (558.895.149-20); Moysés Elizaldo da Silva de Liz (001.949.309-63); Thereza Hedwiges Pereira da Silva (049.296.679-68); Valmira de Mello (816.583.709-53); Wanda Buechler de Abreu (505.149.209-63).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SC - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.234/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Jorge Carlos Silva Santos (063.462.355-91).
Entidade: Município de Barra do Rocha/BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.438/2011-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Osvaldo Viana Maciel (072.517.692-04) e Raimundo Ivanoé Martins (014.718.302-25).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.937/2011-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Mirian Garrido Bahia Guimarães (113.042.865-68); Reyes Dominguez Turci (886.921.088-04) e Sandra Christina Ferreira (464.902.137-53).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.501/2011-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Camila Hortencia de Souza Garcia (027.218.343-12); Dynar Agostini (021.475.127-96); Elizabeth Franci Gonçalves (426.726.600-00); Maria Angelica de Sousa Garcia (019.554.213-40); Maria Gonzales de Freitas (139.270.658-03); Maria Ribeiro de Freitas (252.489.287-53); Marilia Moreira Rabello (023.949.937-90); Sandra Regina da Silva Araújo Rosa (815.009.207-20); Teresa Calmon Garcia (070.358.857-57); Waldearina Santos da Silva (073.069.317-17); Zilda Sant'anna de Araujo (068.621.127-83); Áurea Ribeiro da Silva (021.661.767-71).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.506/2011-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Lucia Brasil Alves Rodrigues (511.608.204-06); Auciliadora de Farias Quintino (616.040.464-49); Brenda Leticia Siqueira Quintino (100.434.854-13); Elielda Helena Justo (030.295.464-38); Elisama Justo (762.598.204-10); Emilia Vieira Evangelista Barbosa (518.582.074-87); Enita Vieira Evangelista Rosa (000.235.754-25); Euzileia Justo (538.416.464-68); Francimar Vieira Evangelista Henrique (854.782.884-20); Iranice da Cunha Rego Lopes (340.999.725-34); Lindalva da Silva Teixeira (762.691.754-53); Luciene Vieira Evangelista da Matta (981.009.204-00); Maria Auxiliadora Ribas dos Santos (415.244.034-15); Maria Constancia Rocha Gomes Justo (143.905.584-04); Maria Jose Gomes da Silva (022.545.094-11); Maria Valeria Mendes Freire (333.954.544-87); Rosinete Maria Santana (364.569.694-68); Zenilda Cardona Rodrigues Palhares (032.260.524-54).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.554/2011-2
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Gabriel Vieira Marques Póvoa (116.524.066-11) e Leonício Marques Póvoa Neto (104.489.456-30).
Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.171/2011-3
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Cleper Maria Sampaio Penna (213.180.848-81); Deise Barboza (168.259.788-10); Denise Barboza (043.010.227-59); Irma Flemming de Aguiar (162.404.548-00); Leny Lea Oliveira e Oliveira (017.901.728-45); Leonice Becchio Barboza (120.334.738-30); Maria Helena Sampaio Napolitano (521.388.288-91); Maria José Carrenho de Oliveira (257.373.148-04); Regina Maria Sampaio Giamellaro (108.712.868-40); Shirley Luz Ribeiro (109.042.038-24).
Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.176/2011-5
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Cicera Maria da Conceiçao de Andrade (352.121.604-72) e outros.
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.181/2011-9
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Jocilene Cruz Ferreira dos Santos (992.536.667-49) e Lucas Daniel Alves Ferreira dos Santos (153.838.877-41).
Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.271/2011-8
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Ana Maria Damazio Ferreira (766.087.607-44); Beatriz Lizandra da Silva Nascimento (138.350.127-03); Celio Mauricio Nascimento (374.192.267-68); Glauco Pinto Pessanha (039.525.067-61); Rachel de Souza Motta (007.130.817-24); Zaly Povoa de Souza (026.985.577-70).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.744/2011-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Arnaldo Antonio Dantas (085.596.514-20); Irenita Reis da Silva (222.955.421-20) e José Alves da Silva (113.339.601-15).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.776/2011-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Carmen Lucia Ribeiro de Miranda (551.740.277-15).
Órgão: Ministério do Meio Ambiente.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.938/2011-6
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Alcione de Oliveira Guedes (733.660.804-34); Josefa de Oliveira Guedes (754.178.554-72); Maria Lúcia de Oliveira Guedes (754.178.984-49); Maria Martins Alves Rodrigues (072.880.180-91); Maria de Lourdes de Oliveira Guedes (754.178.634-91); Reginaldo de Oliveira Guedes (020.214.274-47).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.971/2011-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Darcy dos Santos Modesto (045.594.282-04); Esmenia Alvaci do Amarante (294.914.019-04); Everaldo Lourenço das Neves (327.067.587-91); Francisco Trajano da Silva (054.236.863-34); Israel Gregorio de Melo (143.388.664-20); Ivan Luiz Gonçalves Pinto (345.176.777-53); Leny Mendes Lopes da Crus (152.470.071-15); Maria Aparecida Cardoso Rasquin (263.123.875-34); Moacir Mancado (386.231.707-25); Paulo Manoel do Nascimento (245.770.577-00); Paulo Roberto Ignacio de Oliveira (297.173.027-15); Rogerio Fernandes Motta (329.635.997-49)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.040/2011-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: José Djalma dos Santos (113.754.006-06).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.080/2011-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Inacio Dias de Meira (011.162.405-30); Irandir José de Holanda (418.459.864-15); Ivanildo Jacinto dos Santos (003.329.334-15); Ivo Benfatto (224.502.117-72); Joao Batista Medeiros (070.397.007-00); Joaquim Carvalho Silva (004.501.384-53); Joaquim da Motta Amorim (024.866.106-00); Jose Maciel de Aguiar (025.144.000-15); José Alves Pequeno Filho (108.164.536-91); José Firmino Figueira (084.010.474-04); José Francisco da Silva (240.768.647-00); José Galdino Figueiredo Mendes (378.771.510-04); José Gomes Sobrinho (011.340.604-59); José Inácio Pinheiro (425.726.657-00); José Lopes Correia (039.766.537-72); José Valdeci de Lima (018.610.344-15); João Carlos Sarmento da Silva (074.099.660-68); João Pedro da Silva (072.241.921-04); Juremir Reis da Silva (180.510.900-63); Laercio Raymundo Pereira (010.436.766-00).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.185/2011-5
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Claides Goncalves Carvalho (590.093.147-15); Corina Maria Albano Liesenfeld (215.349.000-63); Estela Rosane da Silva Albert (342.044.400-10); Lisliane Cavalheiro Santos da Silveira (028.559.180-06); Magali Moreira Bosi (334.607.950-34); Marcia Bosi Maciel (316.351.211-91); Maria Lygia Guimaraes de Castro Neves (914.328.710-72); Maria do Horto Velasques Fagundes (556.278.540-49); Mariluce Britto Lima Dias (415.262.790-53); Myriam Niederauer Xavier (279.609.860-53); Rosane Papaleo Freire (335.006.570-87); Susi de Moraes (580.770.810-53); Terezinha Maria Masiero Casarin (722.747.510-72); Uiliam Jacobsen Nunes (006.401.590-44); Zila Tereza Boni Fontinel (248.781.110-20); Zuleide Maria da Costa (853.702.231-49).
Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.194/2011-4
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Irene Rodrigues Tosta (376.041.557-15) e Maria Ignez da Silva Pantaleão (364.013.157-68).
Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.195/2011-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Inah de Brito Baptista (073.444.007-31) e Livia Rodrigues Mortinho (098.288.357-97).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.222/2011-8
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Alaide Oliveira de Aquino (463.206.607-91); Ana Raquel Nascimento Martins (741.327.927-49); Chrispiniana da Silva Chinezio (984.371.607-82); Georgina Werneck de Almeida (071.762.677-66); Jandyra Fernandes Deiro Costa (832.397.907-34); Julia Fonseca Rodrigues (840.334.607-72); Juraty Jose de Marins (069.172.537-31); Lourdes Pereira Borges (596.790.187-68); Maria Cobo de Souza (004.726.157-93); Maria Luciano Dias Pinto (675.771.807-34); Neusa Borges Duarte (530.723.327-20); Ruth Figueiredo Rocha (041.330.347-08); Wilma Lopes Couto (728.990.265-34).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.223/2011-4
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Amaury Ângelo de Souza (099.247.018-87).
Órgão: Sexta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-033.300/2011-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Antonio Vicente Ribeiro de Araujo Filho (257.305.927-87); Izabel da Cunha Justiniano (107.300.952-15); Jorge Moraes Marques (440.014.107-10); Marlene Pereira Rosa (899.759.447-87); Nivaldo dos Santos Rangel (123.011.164-68); Raimunda de Nazareth Pereira da Silva (060.200.462-49); Rui de Brito Mascarenhas (605.104.637-20); Zulaide Marcolino dos Santos (130.161.802-00).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.891/2011-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessado: Virginia Oliveira dos Santos (158.335.937-00).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.246/2011-1
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Livio Gabriel Gomes de Oliveira (072.094.174-19) e Tiago Gomes Pereira Costa (071.849.334-60).
Órgão: 4º Batalhão de Polícia do Exército - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.277/2011-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Adriane Pricyla Nitsche (833.509.770-49) e outros.
Órgão: 1º Grupo de Artilharia Antiaérea - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.308/2011-7
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Anderson Oliveira Santos (044.194.886-38); André Ubaldo Roldão (066.342.636-71); Antonio Zoti Prado (100.456.307-80); Carlos Eduardo Laquine (088.375.227-11); Eduardo Luis da Silva Soares (525.574.643-68); Eleizomar Rodrigues Marcondes (105.950.327-10); Isabelle Bussular Arantes (114.522.417-24); Rafael Cabral Papini (122.042.227-47); Rafael Rodrigues Rosadas (087.148.237-13).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/ES - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.309/2011-3
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Ademar Mariano de Freitas Junior (269.750.308-04) e outros.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PA - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.310/2011-1
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Gabriel Silva Ramos (048.975.659-01).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.600/2011-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Cirineu de Paiva Pereira (587.367.946-00); Claudio Botelho de Melo (821.201.707-97); Claudio do Amaral Oliveria (074.251.418-84); Claudionor Batista de Azevedo (073.288.854-91); Cícero Chagas de Castro (373.772.487-34); Daniel Fernandes da Silva (233.956.642-87); Danilo Elzio Reis de Souza (043.914.707-72); Danyel Ferreira dos Santos Moura (013.766.371-46); Denis Domingues de Freitas (966.358.276-68); Dioli Alves Cabreira (170.896.380-49); Dionilson Fonseca de Siqueira (009.314.621-34); Donino Gomes Pereira (085.513.837-87); Duilio Moraes Lemos Junior (042.636.967-00); Edivaldo José da Silva (458.961.354-91); Edivaldo do Nascimento Belo (003.538.844-72); Edmilson Alves da Silva (078.147.391-87); Edmundo Oliveira Gomes (021.412.054-68); Elcy Lopes de Lopes (031.756.770-53); Emmanuel Francisco de Moraes Martins (052.540.947-53); Enio Valdamir Fernandes (016.852.010-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.605/2011-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Osmar Paz Vilela (042.454.668-04); Osni Tiago Borges Freitas (016.901.270-07); Osny Baptista de Macedo (061.067.067-00); Paulo Fernando Hecht da Fonte (041.728.418-72); Paulo Gomes (206.477.357-68); Paulo José Vieira (015.252.046-53); Paulo Ricardo Lourenço da Silva (033.571.826-45); Paulo Roberto Cabral de Menezes (030.686.687-00); Pedro Luis Toledo Prates (513.440.410-00); Raimundo Nonato dos Santos (004.694.163-00); Reginaldo Anacleto do Carmo (899.240.106-04); Reginaldo Santana (015.933.071-87); Ronivon Soares Freitas (547.723.626-49); Sady Ceratti (124.977.629-53); Sebastião Gomes de Lima (009.277.914-04); Severino Seabra da Silva (010.003.304-00); Severino de Assis Silva (010.305.154-68); Shirley Ramos do Nascimento (059.613.517-34); Ubirajara Jaccino (031.455.307-04); Valdemar Ristoff (043.185.520-04).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.614/2011-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Victor Vinicius Pires da Silva (124.590.057-92).
Órgão: 10º Batalhão de Infantaria - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.616/2011-3
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Otavio Henrique Magalhaes (048.250.154-50) e Yuri Limeira Melo (665.293.604-68).
Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MICI.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.625/2011-2
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Wesley de Amorim Domingues (127.946.487-99).
Órgão: 12º Grupo de Artilharia de Campanha - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.654/2011-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Franciso Pereira de Assis (004.735.884-04); Franklin Claudio Rache Souto (009.344.617-91); Galdino Gonçalves da Silva (020.823.655-49); Galdino Gonçalves da Silva (020.823.655-49); Galdino Gonçalves da Silva (020.823.655-49); Geraldo Castro (086.230.661-20); Geraldo Hosken Alvarenga (066.864.787-68); Geraldo Nunes da Rocha (050.655.184-91); Heraldo Tavares Alves (021.374.377-91); Hermano Costa Araujo (005.662.764-53); Hugo Weber (005.192.439-00); Joaquim Marcilino (062.205.687-53); José João de Souza Rios (014.237.627-20); José Luiz Lopes (120.714.989-68); José Maria Carneiro (027.733.178-15); José Maria Carneiro (027.733.178-15); José de Paula (040.485.718-34); João José do Amaral (001.738.193-20); João Pinto de Almeida (060.479.391-04); João de Azevedo (045.048.527-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.658/2011-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Brazilina Moraes da Silva (074.176.517-98); Celina Jandyra Curio de Carvalho (076.395.137-40); Celma Moreira Coroa (889.083.567-20); Liduina Antonia Ramos (016.620.467-66); Maria Tereza Mendes Costa (913.263.037-91); Urani Penha de Paula (030.023.777-40).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.664/2011-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Eliete Arruda dos Santos (572.153.831-72); Erodite Arruda dos Santos (603.958.771-72); Eudete Arruda dos Santos (536.223.081-68); Gleidy da Silva Duarte (298.535.671-72); Joeli Aparecida Silva dos Santos Rodrigues (017.010.941-00); Leodineia Fatima Magalhães Duarte (621.716.661-53); Nirça da Silva (816.180.854-68).
Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.666/2011-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Cleudes Margareth Rodrigues (464.083.801-82); Cléa Rodrigues (386.875.691-49); Jaqueline de Paiva e Silva (726.020.586-53); Joyce Rodrigues das Neves (029.737.041-38); Lucilene das Graças Duarte (333.959.501-15); Lucília Aparecida Duarte Couto (265.505.041-04); Maria Angélica de Paiva e Silva (722.262.936-04); Maria Terezinha de Souza Duarte (043.488.692-00); Regina Célia Ferreira Macedo (877.018.631-68).
Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.674/2011-3
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Isaura Sena Vieira (674.100.906-00); Márcio Antônio Vieira (013.135.856-10); Nilda N Ascimento Conrado (331.774.147-34); Nydia Leal Montedonio (702.722.987-00); Roberta Crystia Rodrigues (297.999.288-77).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.717/2011-4
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Aliete Gomes da Silva (217.197.214-91); Altair Soares de Mendonça Silva Brazil (361.132.638-00); Anderson Ricardo Cardoso (946.582.770-34); Antonia Bertiotti Ramos (219.515.998-70); Arlinda da Silveira Silva (072.815.087-51); Cecilia Augusta de Oliveira Arantes (272.155.648-78); Dinaria Correa de Souza (915.919.457-04); Helen Ricardo Cardoso (821.581.420-49); Hortência de Freitas Fernandes (057.893.618-62); Izabele Gomes Barbosa (007.651.034-43); Lucia Perpetua Pinheiro (529.595.117-00); Osana Paiva do Vale (435.291.863-68); Santa Catarina Ricardo Cardoso (620.062.310-49); Thiago Martins Paiva (646.559.893-00); Zulmira Vieira Brazil (268.236.198-64).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.893/2011-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessado: Guiomar Assumpção Mazzoleni (263.029.506-00).
Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.615/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial. (VISTA ao Procurador-geral LUCAS ROCHA FURTADO em 1/11/2011 - ATA 39/2011)
Entidade: Município de João Pessoa - PB.
Responsáveis: Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); D M Construções Civis Ltda. (02.365.644/0001-09); Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53).
Interessados: Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB.
Advogados constituídos nos autos: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14265), Walter de Agra Júnior (OAB/PB 8.682)

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-014.505/2010-0
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I)
Natureza: Pensão Civil.
REVISOR: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (Ata 34/2010)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Interessados: Annete Dias Bicalho Abreu (742.232.326-49); Antonio Guimaraes Filho (017.103.706-53); Aurora da Silva Policarpo (504.506.466-53); Auxiliadora Paulina da Silva Regino (621.135.856-34); Beatriz Assuncao Goncalves (730.790.736-49); Brígida Soares Guimarães (939.415.286-53); Erick de Matos Andrade (076.122.426-21); Fausto Antonio de Abreu Santos (317.818.886-04); Helmy Matias de Almeida Franco (418.310.476-91); Henrique Augusto Gomes da Silva (102.987.876-52); Jortelina de Matos (573.504.506-72); Lourdes Eugenio Inaba (932.635.206-44); Lygia Santana Araujo (000.857.666-15); Maria Aparecida de Souza (951.200.096-20); Maria Bellini dos Santos Filho (678.706.356-34); Maria Duarte Porto Villani (009.429.796-72); Maria Madalena Goncalves (001.175.836-85); Maria Pereira de Souza (851.042.996-00); Maria Regina de Carvalho Siqueira (102.878.006-01); Maria Teixeira Costa Cavalcante (598.213.456-20); Marina Couto Gerken (037.010.106-50); Odete de Araujo Melo (065.413.776-50); Roberto Augusto Araujo (089.722.296-28); Rodrigo Herman da Silva (868.669.076-91); Vania Maria dos Santos Lima (707.117.806-25); Vilma Barbosa Herminio (028.866.326-86); Yolanda Dorella Lodi (693.118.706-68); e Zulma de Figueiredo e Silva (344.738.156-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-001.488/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC.
Recorrente: Universidade Federal de Lavras - MEC.
Interessados: Marília Alves de Carvalho (CPF 788.897.668-91) e José Abílio Patto Guimarães (CPF 089.018.726-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.966/2009-2
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Entidade: Gerência Executiva do INSS-BA
Recorrente: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador - BA
Interessada: Maria das Graças Freitas Martins Novais (CPF: 101.564.535-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.934/2010-3
Natureza:Pedido de Reexame.
Órgão: Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
Recorrente: Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
Interessada: Olga Alves da Silva (CPF 046.963.647-55), pensionista de Alcebíades Gomes da Silva (CPF 277.300.187-72)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.720/2006-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas - Exercício 2005).
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Norte - Senai/DR-RN.
Recorrentes: José Bezerra Marinho Júnior (CPF 033.722.004-20) e Senai/DR-RN (CNPJ 03.784.680/0001-70), na pessoa de seu Diretor Regional Rodrigo Diniz de Mello (CPF 476.113.324-49).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Advogados constituídos nos autos: Caroline Ferreira de Oliveira (OAB/RN 4.760), Davis Coelho Eudes da Costa (OAB/RN 2.915), Luís Henrique Silva Medeiros (OAB/RN 3.868).

TC-020.628/2004-4
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Pirapemas/MA.
Recorrente: Hieron Barroso Maia, ex-prefeito (CPF 089.036.703-53).
Advogado constituído nos autos: Marcos de Paulo Sousa Campelo OAB/PI 5.273

TC-027.542/2008-2
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ
Responsável: Julieta Vieira Lopes (CPF 133.380.725-20)
Advogados constituídos nos autos: Julia Lopes dos Santos, OAB/BA 7.218; Aldoney Queiroz de Araujo, OAB/BA 5688; Mussolini Ferreira de Lima, OAB/BA 9587.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-013.183/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Alvorada/RS.
Responsável: João Carlos Brum (CPF 238.887.090-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.789/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Proteção Ambiental Cacoalense - PACA/RO (CNPJ nº 22.859.565/0001-61).
Responsável: Maria do Carmo Barcellos (CPF nº 238.132.372-49).
Interessados: Fundação Nacional de Saúde/Funasa - MS (CNPJ nº 26.989.350/0001-16); Proteção Ambiental Cacoalense Paca (CNPJ nº 22.859.565/0001-61).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.420/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR.
Responsáveis: Simone Valêncio Kochanowiski (CPF 015.920.269-82), Ex-Presidente; Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Paraná (CNPJ 68.604.560/0001-99).
Advogados constituídos nos autos: Umberto Giotto Neto (OAB/PR 22.946) e Rafael Wobeto De Araújo (OAB/PR 31.038).

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-021.930/2008-6
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.
Interessadas: Luciana Silveira Aranha e Ana Cláudia Silveira Aranha.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-005.143/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
Recorrentes: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), representada pela reitora em exercício, Ângela Maria Paiva Cruz; Severino Oliveira dos Santos (067.141.104-72).
Interessados: Maria das Graças do Lago Borges (378.094.904-00); Severino Oliveira dos Santos (067.141.104-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.442/2007-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Simplificada -
Exercício: 2006).
Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná - MAPA.
Recorrente: Raul Henrique Ribas de Macedo (456.462.109-25).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.779/2007-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
Entidade: Prefeitura Municipal de Surubim - PE.
Recorrente: Humberto da Mota Barbosa (013.581.894-04).
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos Coelho Neves (OAB/PE 1.817).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.376/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Esperantina - PI.
Responsáveis: Antônio Felipe Santolia Rodrigues (121.885.828-10); Costa e Machado Ltda. (02.920.929/0001-64); Francisco da Silva Menezes (896.338.573-68); Geraldo Vieira Diniz (203.552.204-82); Luís Pinto Santos (479.171.723-68); Nayanne Meneses Carvalho (013.449.533-01); Rosemary Castro Meneses Carvalho (183.718.843-20); Sebastião Luiz da Silva Filho (828.519.993-20); Costa e Machado Ltda. - Depósito Santa Teresinha (CNPJ 02.920.929/0001-64).
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Prefeitura Municipal de Esperantina - PI.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.849/2008-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Picos - PI.
Responsáveis: Maria Margareth Reis Antão (117.599.503-78); Prefeitura Municipal de Picos/PI (06.553.804/0001-02); Rosemary Reis Antão (252.623.604-59).
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Advogado constituído nos autos: Uanderson Ferreira da Silva (OAB-PI 5456)

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-014.405/2007-8
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco.
Recorrente: José Eudes de Araújo Lima, CPF nº 005.433.734-87.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.012/2009-6
Natureza: Embargos de Declaração.
Unidade: Universidade Federal de Lavras/MG.
Recorrente: Universidade Federal de Lavras/MG.
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-008.329/2004-4
(com 2 volumes e 4 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Embargante: Paulo César Sarquis Queiroz (ex-prefeito - CPF 042.273.286-20)
Unidade: Prefeitura Municipal de Cascavel/CE
Advogados constituídos nos autos: Wilson da Silva Vicentino - OAB/CE nº 12.844, Murilo Gadelha Vieira Braga - OAB/CE nº 14.744 e Leonardo Wandemberg Lima Batista - OAB/CE nº 20.623.

TC-009.050/2009-7
(com 5 anexos)
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Recorrentes: Pedro Ferreira de Melo Filho (CPF 107.651.664-53), ex presidente, e José Ferreira de Melo Neto (CPF 405.725.607-53)
Unidade: Diretório Regional do Partido da Social Democracia Brasileira no Rio Grande do Norte (PSDB/RN)
Advogados constituídos nos autos: João Câncio Leite de Melo (OAB/RN 368-A) e Cleto de Freitas Barreto (OAB/RN 1077)

TC-013.193/2005-3
(com 2 volumes e 2 anexos)
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Júlio Cézar Salomão (CPF nº 253.747.299-34)
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogados constituídos nos autos: Haroldo Alves Ribeiro Junior (OAB/PR 23.150); Carlos Alberto Forbeck de Castro (OAB/PR 3.121); Guilherme Manna Rocha (OAB/PR 21.831); Maurício Antônio Pellegrino Adamowski (OAB/PR 21.460); Clóvis Martins (OAB/PR 14.169); Renato Soares Dias (OAB/PR 12.159)

TC-013.960/2009-9
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Recorrentes: Paulo Ignácio Fonseca de Almeida (CPF 738.099.858 72) e Fundação Universidade Federal de São Carlos
Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Advogados constituídos nos autos: Leniro da Fonseca (OAB/SP nº 78.066), Andreza Janaina Martins Ciapina (OAB/SP nº 228.995), Danilo Fonseca dos Santos (OAB/SP nº 293.011), Giovani Nave da Fonseca (OAB/SP nº 239.440), Jaci Terezinha Soares de Castro (OAB/SP nº 161.115) e Marcelo Antonio Amorim Rodrigues (Procurador Federal, OAB/SP nº 200.241)

TC-014.498/2008-5
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Recorrente: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Interessado: Roberto Gonçalves Alves (CPF 524.310.450 72)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-250.130/1997-1
(com 2 volumes e 4 anexos).
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Embargante: José Eduardo Mendonça de Alencar (ex-prefeito)
Unidade: Prefeitura Municipal de Simões Filho/BA
Advogados constituídos nos autos: Gilberto de Aguiar Carvalho (OAB/ES 7.918), Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361), Marcos de Araujo Cavalcanti (OAB/DF 28.560), Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782) e Thiago Groszewicz (OAB/DF 31.762)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.718/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ângela Maria Campos Ribeiro (CPF 240.147.536-20); Douglas Oliveira Avelar (CPF 547.082.226-53); Lair Furtado (CPF 057.267.606-97); Luiz Antônio Pimenta Montaldi (CPF 001.922.998-40); Tomás Salviano Martins (CPF 443.971.866-34) e Município de São Sebastião do Paraíso/MG (CNPJ 18.241.349/0001-80)
Unidade: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.677/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José de Jesus Rodrigues de Sousa (CPF: 178.419.413-15) e Milton Dias Rocha Filho (CPF: 064.939.043-15), ex-prefeitos
Unidade: Prefeitura Municipal de Barreirinhas/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.181/2009-8
(com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ilzemar Oliveira Dutra, ex-prefeito (CPF 196.729.423-20)
Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA
Advogado constituído nos autos: Américo Botelho Lobato Neto (OAB 7803/MA)

TC-019.333/2009-6
(com 1 volume e 2 anexos)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Leonardo Reis Carvalho Costa (CPF nº 077.001.213-20) e Alberto Sousa Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ nº 73.759.656/0001-66)
Unidade: Prefeitura Municipal de Igarapé Grande/MA
Advogados constituídos nos autos: James Albert Magalhães Santos (OAB/MA nº 8.565) e José Ribamar Santos (OAB/MA nº 2.715)

TC-023.986/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Francisco Dantas Ribeiro Filho (CPF: 125.761.313-87), ex-prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA
Advogados constituídos nos autos: Fabiano Zanella Duarte (OAB/MA nº 7.061), Fabrício Zanella Duarte (OAB/DF nº 24.563) e Marco Antônio Zanella Duarte (OAB/DF nº 24.569)

TC-026.060/2008-9
(com 3 volumes e 4 anexos)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ladimir Kosciuk (CPF 292.951.060/91); Sayonara Goretti Mariu Lodeyro (CPF 011.068.048/05), Gasparita Clarete Mariu Lodeyro (CPF 031.586.108/84), Marivaldo da Silva (CPF 743.773.109/68), Mauro de Oliveira Lucas (CPF 381.635.600-10), Ilídio José Theisen (CPF 114.572.790-53), Jorge Affonso Silveiro Schreiner (CPF 262.477.980/91), Orthomed Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 01.192.177/0001-08), Prohosp Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 90.115.882/0001-23) e Hospitália Produtos para a Saúde S/A (CNPJ 01.476.334/0003-60)
Unidade: Hospital Cristo Redentor S/A (HCR)
Advogados constituídos nos autos: Jorge Luiz Garcia de Souza (OAB/RS 21.331), Milton José Pagnussatti (OAB/RS 19.664), Osmar Mendes Paixão Cortes (OAB/DF 15.553), Jorge Alberto Carriconde Vignoli (OAB/RS 13.118) e Bianca D'Alessandro Kosciuk (OAB/RS 72.781)

TC-028.903/2007-2
(com 11 volumes, 7 anexos e 3 volumes de anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cícero de Lucena Filho (CPF nº 142.488.324-53, ex-prefeito), Potengi Holanda de Lucena (CPF nº 044.642.904-00, ex-secretário municipal de Infraestrutura), Oswaldo Pessoa de Aquino (CPF nº 108.733.334-20, ex-diretor de obras da Seinfra), Saulo Lins da Nóbrega (CPF nº 076.441.834-34, ex-secretário municipal de Infraestrutura), Maria de Fátima Pires de Sá Nóbrega (CPF nº 395.903.804-68, herdeira), Leonardo Pires de Sá Nóbrega (CPF nº 024.560.534-78, herdeiro), Germana Pires de Sá Nóbrega Coutinho (CPF nº 034.869.554-38, herdeira), Natália Pires de Sá Nóbrega (CPF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nº 057.864.224-70, herdeira), João Medeiros e Silva (CPF nº 003.235.004-04, ex-coordenador da Funasa na Paraíba), Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (CPF nº 395.002.684-34, ex-coordenador da Funasa na Paraíba), Geronildo Alves Fernandes (CPF nº 098.386.194-34, ex-gerente do núcleo de pavimentação da Seinfra), José Joácio de Araújo (CPF nº 058.811.964-49, ex-coordenador da Funasa na Paraíba), Francisco Carlos Oliveira Cavalheiro (CPF nº 466.978.104-91, engenheiro-fiscal), Cobrate - Companhia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia (CNPJ nº 14.737.522/0001-85), Conspavi - Construção e Pavimentação Ltda. (CNPJ nº 76.977.099/0001-48)

Unidades: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, Secretaria Municipal de Infraestrutura de João Pessoa/PB (Seinfra) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

Advogados constituídos nos autos: José Alves Campos (OAB/PB nº 11.376), George Ventura Morais (OAB/PB nº 11.504), João Brito de Gois Filho (OAB/PB nº 11.822), Guilherme Muniz Nunes (OAB/PB nº 14.406), Leopoldino Maia Paiva (OAB/PB nº 14.039), Luciana Maria Silveira Gomes Coutinho (OAB/PB nº 13.385), Germana Pires de Sá Nóbrega Coutinho (OAB/PB nº 11.402) e Daniel Maciel de Menezes Silva (OAB/DF nº 32.289)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-001.068/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Jorge Godinho (127.452.941-72)
Unidade: Câmara dos Deputados - CD
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.889/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bernardina Oliveira da Silva, Dalva Pereira dos Santos, Joana Darc Magalhães da Rosa, Lucielle Sales Gomes, Marcia Pereira dos Santos, Maria da Conceição Bezerril, Maria de Lourdes Nunes, Maria de Lourdes Rodrigues Pitta, Maria do Carmo Sales Gomes, Maria Lucimar Nunes, Maria Simoni de Sales Santos, Mariana do Carmo Gomes, Noemia da Rocha Pitta, Suely Fortunato, Talita do Carmo Gomes, Terezinha Nunes, Vantuir Nunes e Zeli Fortunato
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe I - Recursos

TC-020.419/2007-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe (Deso)
Recorrentes: Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (CPF 149.108.535-53); Construtora do Nordeste Ltda (CNPJ 13.005.178/0001-77); Gilmar de Melo Mendes (CPF 236.452.105-04); Heca Comércio e Construções Ltda (CNPJ 13.173.885/0001-72)
Advogados constituídos nos autos: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB 24.089/DF), Fernanda B. Magalhães da Rocha (OAB 15.217/DF) e Antonio Militão Silva (OAB 856/SE).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.253/2000-8
Apenso: TC 014.174/2003-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 1999
Entidade: Banco do Nordeste do Brasil - BNB
Responsáveis: Adalberto Felinto da Cruz Júnior (CPF 317.224.071-15), Alberto Henrique Amorim (CPF 033.465.107-78), Alexandre Ramari Vilas Boas Barbosa da Silva (CPF 336.973.534-20), Alice Maria de Miranda Menescal (CPF 141.076.193-20), Aloísio de Guimarães Sotero (CPF 042.367.934-15), Ana Claudia Moura Lemos (CPF 168.808.464-91), André Siegfried Gruenbaum (CPF 105.905.447-72), Antonio Arnaldo de Menezes (CPF 022.918.603-30), Antônia Rubenita Tavares Lima (CPF 248.175.543-04), Ari Barbosa Ferreira (CPF 234.288.053-72), Armínio Fraga Neto (CPF 469.065.257-00), Avelino de Almeida Neto (CPF 009.784.346-68), Benjamin Benzaquen Sicsu (CPF 381.935.748-34), Bolivar Barbosa Moura Rocha (CPF 052.370.578-61), Byron Costa de Queiroz (CPF 004.112.213-53), Carlos Alberto Santos Silva (CPF 273.372.515-72), Carlos Alberto de Menezes (CPF 796.208.924-53), Carlos Antônio de Moraes Cruz (CPF 132.611.423-91), Edilson Carlos Bartolomeu de Souza (CPF 004.759.985-53), Edson do Amor Cardoso (CPF 077.083.785-91), Eduardo Refinetti Guardia (CPF 088.666.638-40), Enildo Lemos Correia Vasconcelos (CPF 273.336.804-44), Ernani Jose Varela de Melo (CPF 003.209.944-49), Ernesto Pereira Leite Filho (CPF 809.000.118-15), Everaldo Nunes Maia (CPF 065.762.656-20), Francisco Carlos Cavalcanti (CPF 168.812.494-20), Francisco Eduardo de Holanda Bessa (CPF 289.244.283-49), Isaias Matos Dantas (CPF 061.872.185-15), Ivo Ademar Lemos (CPF 274.930.407-53), Jair Araujo de Oliveira (CPF 089.405.765-00), Jefferson Cavalcante Albuquerque (CPF 117.991.533-04), Jenner Guimarães do Rego (CPF 168.807.904-10), Joaquim dos Santos Barros (CPF 063.721.713-68), Jonas Souza Sala (CPF 071.105.375-87), Jose Ilo Rogerio Holanda (CPF 202.261.793-20), Luciana Cortez Roriz Pontes (CPF 012.188.207-13), Luis Geraldo Schonenberg (CPF 011.153.128-47), Luiz Alberto da Silva Junior (CPF 168.810.954-49), Manoel Brandão Farias (CPF 021.036.724-53), Manoel Messias Teixeira (CPF 079.960.125-04), Manuel Marcos Maciel Formiga (CPF 032.706.374-20), Marcelo Pelagio da Costa Bomfim (CPF 100.785.335-20), Marco Aurélio de Melo Vieira (CPF 003.061.859-20), Marcos Antonio da Silva Machado (CPF 152.797.664-53), Marcos Antônio Barroso Severiano (CPF 091.577.783-53), Marcos Caramuru de Paiva (CPF 116.393.691-04), Margarete Bezerra Cavalcanti (CPF 273.523.744-34), Maria Rita da Silva Valente (CPF 112.176.003-10), Martus Antônio Rodrigues Tavares (CPF 072.185.323-49), Mauro Sérgio Bogéa Soares (CPF 183.992.151-04), Milton Seligman (CPF 093.165.740-72), Mônica Clark Nunes Cavalcante (CPF 112.672.593-53), Nilton Pereira Bento (CPF 066.579.074-00), Nivaldo Campos Moura (CPF 033.387.973-20), Odair Lucietto (CPF 603.411.738-00), Osmar Nelson Frota (CPF 110.010.977-34), Osmundo Evangelista Rebouças (CPF 015.814.738-34), Otair de Faria (CPF 077.447.141-72), Pedro Paulo Monteiro Vieira (CPF 002.387.913-00), Pedro Wilson Carrano Albuquerque (CPF 043.907.927-68), Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho (CPF 001.773.773-72), Rodrigo Pereira de Mello (CPF 505.886.211-53), Sergio Luiz do Nascimento de Melo (CPF 265.668.857-49), Sergio Maia de Farias Filho (CPF 317.774.494-72), Tereza Cristina Grossi Togni (CPF 163.170.686-15), Wagner Bittencourt de Oliveira (CPF 337.026.597-49), Wilson dos Santos (CPF 005.203.225-68)
Advogados constituídos nos autos: José Diógenes Rocha Silva (OAB - CE 6.702), José Benício Formiga (OAB-CE 1931)

TC-020.748/2004-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Secretaria de Estado da Educação de Rondônia
Responsáveis: Governo do Estado de Rondônia, Neuza Vieira de Carvalho (CPF 073.647.929-53), Sandra Maria Veloso Carrijo Marques (CPF 351.164.126-87), Arno Voigt (CPF 144.196.020-15), José Luiz Gonçalves (CPF 211.002.339-20), Ivan Leitão e Silva (CPF 184.882.269-34) e Moacir Requi (CPF 359.186.329-72)
Advogados constituídos nos autos: Edio Antonio de Carvalho (OAB/RO 2376), Renata Janaína de Carvalho (OAB/RO 3.018), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593) e Moacir Requi (OAB/RO 2355)

TC-029.662/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Diretório Regional do PMDB no Estado do Acre - PMDB/AC
Responsáveis: Armando Dantas do Nascimento (CPF 024.965.772-49) e João Correia Lima Sobrinho (CPF 033.291.782-72)
Advogado constituído nos autos: Erick Venâncio Lima do Nascimento (OAB/AC 3.055-A)

TC-031.452/2008-0
Apenso: TC 017.960/2005-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Banzaê - BA
Responsável: Jose Ribeiro de Moraes (698.697.408-63)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-011.821/2009-6
Natureza: Representação
Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura
Representante: Aplauso Organização de Eventos Ltda. (CNPJ 37.986.239/0001-92)
Responsáveis: Deborah Kadja da Silva Alencar (CPF 894.295.081-72) e Wilson José da Silva (CPF 151.000.901-97)
Advogado constituído nos autos: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004).

TC-021.471/2008-1
Natureza: Representação
Entidade: Light Participações S.A. (Lightpar)
Responsáveis: Agenor de Oliveira Mattos (CPF 184.731.807-04), Alfonso Gomez Macias Filho (CPF 404.155.207-97) André Roberto Spitz (CPF 235.801.277-72), Joaquim Francisco de Carvalho (CPF 009.683.237-15), José Eudes Freitas (CPF 129.401.867-15), Marcelo Borges Sereno (CPF 600.054.087-68), Nelson Monteiro da Rocha (CPF 549.133.147-34) e Roberto Garcia Salmeron (CPF 032.502.887-72)
Interessada: Secex/RJ
Advogado constituído nos autos: Sebastião Alves dos Reis Júnior (OAB/DF 6.808)

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-003.160/2011-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Paraná- Senac/PR.
Responsáveis: Frederico Nicolau Eduardo Wiltemburg, CPF n. 126.828.539-00, ex-Presidente do Conselho Regional; Érico Mórbis, CPF n. 008.648.469-91, ex-Diretor Regional; e Léa Lerner Heilborn CPF n. 006.681.728-51.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.417/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Rorainópolis/RR.
Responsável: Otília Natália Pinto, CPF 752.090.987-53, ex-Prefeita.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.449/2002-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Tucano/BA.
Responsáveis: Gildásio Penedo Cavalcanti de Albuquerque, CPF n. 047.100.375-15, e Município de Tucano/BA, CNPJ n. 13.810.312/0001-02.
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Isaac de Freitas Martins, OAB/BA n. 19.644, e Vanessa Simões Velloso, OAB/BA n. 20.587.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-016.865/2004-2
Apenso: TC 029.713/2010-2.
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
Responsável: Salazar Barreiros (010.399.549-87).
Órgão: Ministério do Meio Ambiente.
Advogados constituídos nos autos: Juarez José da Silva (OAB/PR nº 9.734); Nilson Romeu Sguarizi (OAB/PR nº 3.777); Nelson Antonio Sguarizi (OAB/PR nº 7.448); Kennedy Machado (OAB/PR nº 16.743); Paulo Roberto Corrêa (OAB/PR nº 12.891); Moacir Francisco Vozniak (OAB/PR nº 54.148); Salazar Barreiros Junior (OAB/PR nº 14.229).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.016/2001-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE (07.954.605/0001-60).
Responsáveis: Abner Cavalcante Brasil (000.502.613-04); Alexandre de Castro Cals Gaspar (622.713.773-15); Antonio Lisboa Arruda (154.233.873-53); Ari Dileno Furtado (320.590.279-34); Carlos Alberto Coelho Leitão (236.024.573-20); Carlos Davi Barbosa (057.492.713-15); Carlos Gualter Goncalves de Lucena (234.900.553-49); Cesar Romero Teixeira (117.542.653-91); Comercial Lisboa de Alimentos Ltda (01.372.415/0001-59); Davi Bezerra Neto (117.240.213-20); Fortrix - Comercio e Representações Ltda (03.011.031/0001-36); Francisca Beatriz Pereira da Costa (346.300.663-49); Francisco Eugênio Nogueira da Silva (379.107.443-15); Hortofácil Ind. e Com. de Alimentos Ltda. (82.400.409/0001-60); J & D Comercial Ltda. (02.327.733/0001-60); Jacobus Henricus Antonius Maria Simons (625.295.103-00); Jesse Bezerra Araujo (060.558.263-72); Joao Jader Pontes Canuto (210.297.173-20); Joaquim Neto Beserra (132.721.284-68); Jorge Enrique Cortes (225.875.768-14); Jose Maria de Araujo Costa (001.807.773-00); Jose Mota Cambraia (002.994.133-49); José Humberto Bezerra (005.553.123-72); José Murilo de Carvalho Martins (000.059.403-20); Juraci Vieira de Magalhães (000.143.203-63); Jurandi Vieira de Magalhaes Filho (275.580.453-04); Liana Albuquerque Barbosa Gadelha (220.556.063-87); Marescomercial Exp. e Imp. Ltda. (01.475.828/0001-69); Maria das Graças Pinto Rocha (104.647.193-72); Maria das Graças Rodrigues de Souza (061.264.053-15); Pedro Wilton Clares (090.713.263-49); Peripedes Franklin Maia Chaves (000.369.273-68); Petronio de Vasconcelos Leitao (109.885.133-15); Raimundo Gilvan Sousa Sabino (319.152.053-87); Renato Parente Filho (021.295.233-15); Romaria Oliveira Marques (143.041.713-72); Rose Mary Freitas Maciel (015.118.403-82); Silvelina Maria Menezes Marques Souza (091.639.643-68); Teodora Ximenes da Silveira (061.288.663-87).
Entidade: Município de Fortaleza - CE.
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF nº 6.546); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF nº 22.885); Jerusa Rocha Soares Cavalcante (OAB/CE nº 15.225); Claudiana F. G. Leitão Loureiro (OAB/CE n 15.426); Rejane Borges Aguiar (OAB/CE nº 13.845), Fábio Bezerra Rodrigues (OAB/CE nº 16.443) Antônio Leite Tavares (OAB/CE nº 1.838); Sandra Mara Tavares (OAB/CE nº 8.831); Maria Izailde de Luna (OAB/CE nº 13.688); Wilson da Silva Vicentino (OAB/CE nº 12.844) Renato Esmeraldo Paes (OAB/CE nº 16.827); Vitor Ximenes Nogueira (OAB/CE nº 17.748); Anisomar Quintino Farias (OAB/CE nº 2.699); Germano Alberto Dresch Filho (OAB/PR nº 15.359); Alessandro Vinícius Pilatti (OAB/PR nº 30.015); Maurício Carlos Bandeira Sedor (OAB/PR nº 35.453); Mauren Fernanda Milis (OAB/PR nº 36.093); José Waldir de Castro (OAB/CE nº 1.100).

TC-008.145/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social - MDS (01.002.940/0001-82).
Responsáveis: Maguy Construções Ltda (07.228.642/0001-91) e Paulo Cesar Silva Ferreira (284.535.735-49).
Entidade: Município de Capim Grosso - BA.
Advogado constituído nos autos: Déborah Cardoso Guirra (OAB/BA nº 14.622).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-015.883/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Responsável: José Conegundes Vieira (285.110.505-15).
Entidade: Município de Presidente Jânio Quadros - BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.829/2010-8
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício: 2008.
Interessados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
Responsáveis: Esther da Terra Costa Marques (504.844.006-49); Fabio Costa Marques (364.562.416-34); Gilson de Souza (519.007.856-68); Gustavo Malafaia do Carmo (051.356.076-92); José Helbert Sarmento Bastos (266.362.476-49); Madson Eustaquio Ferreira (070.014.526-53); Mario Sergio Tomagnini Passaglio (293.894.966-91); Melchior Augusto de Melo (264.379.886-49); Rosane Galuppo Fernandes Felix (486.806.806-72); Sonia Vetromille Ribeiro Gomes (696.945.597-15).
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais (SR(06)MG).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.455/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Responsáveis: Barbosa Silva Construção Urbanização e Transportes Ltda. - Constran (07.191.764/0001-50) e Paulo Cesar Silva Ferreira (284.535.735-49).
Entidade: Município de Capim Grosso-BA.
Advogado constituído nos autos: Déborah Cardoso Guirra (OAB/BA nº 14.622).

TC-031.102/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Responsável: Atayde José da Silva (009.314.545-49).
Entidade: Município de Euclides da Cunha/BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-024.703/2010-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Sebastião Teodoro da Silva (095.404.239-53); Silas Alberto Ferreira (727.180.648-20); Silvia Lorena Bertoldo (317.237.489-00); Sonia Maria Lugnani de Andrade (285.338.449-72); Tereza Menegasso (199.234.069-20).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.588/2011-1
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente.
Órgão: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Cecilia do Carmo Prestes (809.243.449-20); Celso Jose Prestes (832.896.409-06); Elio Antonio Prestes (809.243.609-68); Helena da Aparecida Kuroski (521.505.189-53); Maria de Deus Batista (809.243.369-00); Neusi do Socorro Prestes (747.364.189-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 1º de dezembro de 2011.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

ATA Nº 42, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
(Sessão Extraordinária)

Presidência do Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge, do Ministro-substituto André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, o Presidente, Ministro Augusto Nardes, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas e dezoito mintuos, havendo registrado a ausência do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, por motivo de viagem em missão oficial (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 41, da Sessão Extraordinária realizada em 22 de novembro corrente (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

ÚLTIMA SESSÃO DA SEGUNDA CÂMARA NO ANO

Senhores Ministros,
Senhora Representante do Ministério Público,
Para fins de planejamento e elaboração das relações de processos a serem incluídos em Pauta, relembro aos Senhores Ministros, que a última Sessão da Segunda Câmara neste ano, será no próximo dia 6 de dezembro de 2011, terça-feira, às 15 horas e 30 minutos.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 11208 a 11429, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Augusto Nardes (Relação nº 38);

ACÓRDÃO Nº 11208/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, por unanimidade, ACORDAM em:
1) Considerar legais, para fins de registro, o ato de aposentadoria de José Carlos Abrão (CPF 056.136.208- 49), com determinação ao órgão ou à entidade de origem para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos constatados na ficha financeira do interessado, conforme § 2º do artigo 6º da Resolução - TCU 206/2007;

2) Legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria de Lori Alice Gressler (CPF 272.512.331-34) e Nair Ribeiro Such (CPF 466.259.171-68);

3) Prejudicada, por perda de objeto, a análise do ato de aposentadoria de Maurício Tatsuya Higa, nos termos do art. 7º da Resolução - TCU 206/2007;

4) Legal, em caráter excepcional, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Roberto Alberto Nachif;

Conforme proposta da Unidade Técnica de Fls.40.

1. Processo TC-002.718/2010-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Abrao (056.136.208-49); Lori Alice Gressler (272.512.331-34); Mauricio Tatsuya Higa (322.405.701-72); Nair Ribeiro Such (466.259.171-68); Roberto Alberto Nachif (003.601.201-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11209/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.725/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Delmar Aparecido Jose Cyrillo (055.682.018-54).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Leste.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11210/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.235/2009-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Delci Alencar de Brito Coelho (092.448.162-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11211/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, ACORDAM, por unanimidade, em considerar:

a) Legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de fls. 2/5, 6/8, 11/14, 15/18, 19/22, 23/26, 27/30, 35/38, 39/42, 43/46, 47/50, 51/55, 56/59, 60/64, 65/68, 69/72, 73/77, 78/81, 86/89, 90/94, 95/98, 103/107, 108/111, 112/115, 116/119, 120/124, 125/128, 129/132, 133/136, 137/141, 142/145, 146/149, 154/157 e 158/161;

b) Prejudicado o mérito, por inépcia o ato de fls. 82/85, relativo à inativa Elenice Ferreira da Costa, com a determinação ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o encaminhamento, pelo sistema Sisac, de novo ato de aposentadoria, compatibilizando o tempo de ingresso no órgão no Sisac e no Siape, para apreciação por este Tribunal;

c) Prejudicados os atos dos servidores Anna Maria Angela Mosella Portella (fls. 31/34) e João Batista Alves (fls. 150/153) por perda do objeto, pelo seus falecimentos, devendo ser informado ao órgão de origem que os efeitos financeiros destas aposentadorias serão analisados no ato de pensão, dispensado o cadastramento de novos atos de aposentadoria no sistema Sisac . O ato de Francisco Chagas Rosendo (fls. 99/102) também deverá ser considerado prejudicado por perda do objeto ante sua reversão à atividade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos de Fls. 193/194.

1. Processo TC-015.570/2009-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acácia Lima de Freitas Bandeira (121.074.681-68); Adolpho Corrêa de Sá e Benevides (075.105.351-15); Aleide Seabra da Silva (105.299.187-49); Ana Maria Santos D'arienzo (470.169.658-72); Ana de Paula e Silva (029.334.541-49); Angela Maria Almeida Ferreira da Silva (102.267.611-34); Angela Schopen de Melo (028.449.437-21); Annamaria Angela Mosella Portella (088.947.871-68); Antonio Augusto Dayrell de Lima (380.401.907-20); Antonio Martins Netto (021.966.541-91); Carlos Alberto de Azevedo Pimentel (128.612.191-49); Carlos Augusto de Oliveira (038.645.021-87); Carlos José Middeldorf (041.074.207-44); Celso Luiz Nunes Amorim (075.050.944-91); Claudia Abigail Costa Laux (177.573.397-15); Daniel Baptista Trindade (033.188.001-63); Dolores Pires Barbosa (075.050.004-20); Dulce Fabiana Rodrigues Gomes da Costa Guimarães (075.169.161-53); Edelvan Raposo Costa (160.909.427-15); Elenice Ferreira da Costa (398.771.831-53); Elizabeth Dolores Pires Tawa (021.810.467-78); Enoch de Sousa Nascimento (076.393.331-72); Ezer de Oliveira Collares (239.974.271-00); Francisco Chagas Rosendo (115.164.881-72); Francisco Pinheiro de Souza (046.815.091-91); Genuino de Araujo Pontes (076.372.411-49); Genésio Soares de Oliveira (000.373.541-91); Gerson Machado Pires Filho (042.765.581-15); Guilherme Parreiras-horta (126.981.301-30); Hermínio Ribeiro da Silva (032.884.801-82); Igor Krivochein Marques (595.336.767-87); Inês Hortensia de Hollanda (595.406.487-34); Jacques Claude Fraçois Michel Fernandes Vieira Guilbaud (128.612.001-20); Janete Antonio Batuli (027.572.577-49); Joao Baptista Mattos de Moraes (240.722.577-53); Joatão Domingos Carneiro (032.677.331-20); João Batista Alves (057.008.091-68); João Nascimento Sales (055.372.071-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11212/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.686/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sebastiana Feliciano Nascimento (189.557.621-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11213/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.703/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Celia Dantas Pedreira (069.339.046-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS - Teófilo Otoni/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11214/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.878/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Fabiola Garcia Pinto Waizbort (142.423.298-81).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11215/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.949/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelamar Alves da Costa (264.773.517-49); Ademir Lucas Ramos (109.244.937-04); Adyr Ferreira de Mello (176.432.447-15); Adão Antonio de Oliveira (544.708.467-91); Alan Cezar Scheiner de Souza Gonçalves (242.189.107-82); Anai dos Santos Vianna (603.774.377-00); Antonio Edison Felippe de Souza (336.111.067-04); Celia Maria Carneiro de Oliveira (663.012.627-00); Cresilda Oliveira de Magalhaes (384.818.207-68); Edna Maria Ramalhosa da Silva (238.727.137-87); Flavio Casado Ferreira da Silva (331.691.017-49); Jorge Gomes Felisberto (047.190.937-87); Jorge Machado Viana (365.925.797-49); Jose Buarque Santos Farias (290.928.687-87); Leda Maria Costa Tatai (045.696.527-00); Maria Teresa Villar (375.165.667-72); Maria das Graças Oliveira da Silva (383.328.767-53); Maria de Nazareth Pires Santos (085.899.127-60); Pedro Inacio da Silva (204.204.557-87); Valcenir dos Santos (244.859.507-00); Valter Macena da Gama (380.427.467-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS No Rio de Janeiro/Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11216/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.133/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Campos Serejo (366.141.148-91); Maria Appareçida dos Santos (677.717.858-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Leste.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11217/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.140/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alceu Kamaroski (021.590.589-04); Maria Luiza de Souza Lajus (202.408.560-15); Noema Alves (182.091.499-20); Roselena Stumpf Soares (225.794.510-72); Teresinha Maria Casagrande (670.292.306-63).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Chapecó/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11218/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.171/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alvina Maria de Andrade (833.237.838-91); Cleia Lucia Santos (381.393.678-34); Lourdes Aparecida Leão Zavitoski (650.674.018-34); Maria Auxiliadora Pereira Guimarães (744.687.408-25); Maria Lourdes da Silva Nogueira (609.646.348-72); Maria Luiza Garcia Tavares (042.701.858-72); Maria Valentina Zampa (594.800.928-91); Regina Helena Rosa Torricelli (747.223.018-91); Rosangela das Graças Fernandes Videira (744.411.328-91); Sonia Maria Gera (512.139.908-15); Vilma Biagi Pelá (832.843.898-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11219/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.172/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Levindo Miranda (155.115.108-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11220/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.305/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedito Pereira da Silva Filho (195.554.075-68); Celuzia Angelo Miguel (076.226.274-53); Iara Costa de Oliveira (407.435.007-68); Iraiula Maria da Silva (123.940.334-87); Itamar de Albuquerque Medeiros Diegues (075.553.774-20); Nilda da Costa Raposo (151.900.644-68); Solange de Melo Marroquim (164.027.824-91); Suely de Carvalho Albuquerque (140.482.564-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Maceió/AL - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11221/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.410/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jayme Pestana Fernandes Filho (214.426.221-72); Maria Divina Brasil Carvalho Martins (153.457.851-04); Maria Helena Lucena de Oliveira (132.999.724-72); Maria das Vitorias Borges de Souza (153.629.061-00); Miguel Antonio dos Santos (008.457.521-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11222/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.429/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aurea de Resende Couto Boechat (319.637.576-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11223/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.092/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arsenio Soares Melo Neto (033.271.084-04); Josefa Soares Bispo (827.539.704-91); Luzitana Rodrigues Noblat Cardoso (337.316.914-34); Marcia Marques de Albuquerque (564.688.144-72); Maria Aparecida Pereira Santos de Lima (164.542.194-53); Maria de Fatima da Silva Araujo (240.662.904-00); Roseni Batista Pinto Deodato de Vasconcelos (079.038.984-34); Zelia Maria Uchôa Castro (060.209.764-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Maceió/AL - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11224/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.214/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Rodrigues de Sousa (094.529.906-00); Saturnino de Souza (087.841.596-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS - Uberaba/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11225/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.217/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Romeu Gonçalves da Costa (040.622.137-53); Ronaldo Reguengo Lomelino (035.576.427-04); Ronaldo Reguengo Lomelino (035.576.427-04); Victor dos Santos (040.867.246-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Niterói/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11226/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.225/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cassimiro de Paula Ferreira (009.327.286-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Montes Claros/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11227/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art.40, inciso V, da Resolução TCU nº 191, de 2006, em arquivar o presente processo, de conformidade com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.749/2007-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aroldo Nazareno Rodrigues de Lima (029.548.182-04); Belchior Correa Batista (008.998.012-34); Eduardo Pantaleao da Silva (042.334.172-34); Francisca Pinheiro de Oliveira (319.392.792-91); Francisco Caninde de Moraes Coutinho (008.175.542-20); Maria de Nazare Azevedo Damaso de Andrade (015.829.412-20); Raimundo Cardoso (014.648.842-34); Terezinha de Jesus Amazonas Pedroso (207.592.232-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11228/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.995/2010-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vera Lucia Porto Martins (343.843.599-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11229/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.882/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Carmem Rosa Jardim Bentes (057.870.762-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11230/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.887/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Nicanor Araújo da Silva (179.812.040-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11231/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.917/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Clelia dos Santos Souza (611.315.987-68); Denny Nunes dos Santos (539.905.017-04); Dircea de Oliveira (604.800.097-91); Maria Cristina dos Anjos Siqueira (443.621.707-82); Maria Gracilda Oliveira (746.279.537-04).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS No Rio de Janeiro/Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11232/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.955/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ironete Pires Ramos (718.842.037-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11233/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.770/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Sebastiana de Abreu dos Santos (413.498.732-68); Raimunda Feijo da Conceição (053.888.482-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11234/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.785/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Saad (503.272.168-91); Maria Angela Borim (184.337.748-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11235/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.097/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Fatima Alves Lopes (152.133.581-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11236/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.128/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Afonso Marques de Sa Nelinho (006.833.884-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Petrolina/PE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11237/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.140/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Cristina Andreotti (822.445.458-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11238/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.230/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Cleyde Ninczuk Felgueiras (166.641.458-12); Maria Neuza de Oliveira Franco (074.719.648-63).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11239/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.259/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luciano Capovilla (025.536.190-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11240/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.622/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Cristina Coradine Meirelles (777.769.928-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11241/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.626/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aura Risa Kihara (846.872.408-44).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Presidente Prudente/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11242/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.836/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Ribeiro dos Santos (116.468.881-20); David da Silva Neiva (157.206.166-91); Jose Alves Dias (116.772.871-87); Maria Aparecida de Jesus de Oliveira Albuquerque (151.481.141-34); Raimundo Ivan Campos Carneiro (014.862.922-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11243/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.852/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ilza Maria Moraes Robalo (306.272.810-87); Joaninha Therezinha Sansone Jardim (468.592.250-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11244/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.872/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao de Antoni (501.601.258-04).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11245/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.875/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marcia Kiyoko Kaiashima (031.567.318-46).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11246/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.876/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nilda Batista (790.306.618-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. J. dos Campos/SP - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11247/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.880/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Joaquim Morais (058.710.938-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Guarulhos/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11248/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.881/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Orlando Vergini (965.588.068-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campinas/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11249/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.923/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Berenice de Aguiar Gay (101.712.741-72); Bernardo Pericas Neto (075.073.724-72); Brian Michael Fraser Neele (075.077.124-00); Luiz Antonio Macedo Ewbank (245.600.907-00); Maria Jose Bernardino Vitor (145.665.401-20); Osmar Vladimir Chohfi (040.501.507-00); Pedro Paulo de Araújo (374.618.007-44); Ricardo Joppert (022.048.357-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11250/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.958/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria da Penha Andrade de Souza (132.654.824-72); Ozanira Morais Martins (108.965.204-63).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11251/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-029.960/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcino de Sousa Marques (003.035.853-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11252/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.962/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Alabarce da Silva (832.244.328-53); Fatima Loureiro Marques Pereira (805.571.398-72); Helena Santini Frasson (780.282.138-04); Honorio Crescencio Vieira (368.464.228-20); Hygyno João Campagnolo (010.164.158-34); Hélio Peraçoli Júnior (029.500.308-15); Idalina Ribeiro de Melo Leite (078.139.963-72); Izilda Maria Airoldi (879.395.508-10); Marcos Tayah (003.137.771-87); Maria Jose Condicelli Evaristo (890.433.758-53); Maria Stela Ferreira Lemos (214.822.176-00); Nize Miranda Silveira (598.348.978-04); Sonia de Jesus Almeida Lobato (738.652.228-20); Tereza Teixeira Martins (659.432.528-00); Valter Letizio (252.512.108-25).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11253/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.976/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlete Sette Camara (091.964.636-00); Gildo Silva Mendonça (203.082.640-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11254/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.981/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ceres Marise do Amaral Lucena (214.721.730-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11255/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.992/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Bueno da Cunha (549.489.597-15); Orivaldo de Oliveira Tavares (298.425.067-20); Roberto dos Santos Adão (269.844.827-04); Terezinha dos Santos Costa (407.970.157-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11256/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.051/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio de Jesus Oliveira de Santana (012.119.433-72); Luiz Gonzaga Carvalho (016.844.423-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Luis/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11257/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.052/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marco Antonio Rodrigues Bexiga (048.977.018-56).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11258/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.377/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Antônio Cardoso (673.171.978-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11259/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.378/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Ferreira Pereira (074.926.003-30).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11260/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.383/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leonardo Barletta (005.625.480-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11261/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.384/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sirlei Soares de Lima (159.058.029-04).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ponta Grossa/PR - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11262/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.388/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Carmelita Nunes Brandao Armando (617.261.681-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11263/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.390/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Eliana Maria Casella Moreno (880.453.078-20); Maria Aparecida Barbosa (665.965.648-00); Maria de Lourdes Rodrigues de Miranda (007.152.388-09); Rita Aparecida Betteloni Dalle Luche (762.253.218-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11264/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.391/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcides Antonio Maciel Junior (594.576.518-04); Calixto Cecilio Neto (635.214.668-68); Cleusa Aparecida Castillo (019.770.468-94); Edna de Sousa Lourenco Borges (833.661.998-49); Elza Costa da Silva Sousa (002.839.648-04); Maria de Lourdes Franco Garcia Gomes (982.623.008-15); Nevio Edenir Cola (549.709.208-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11265/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.392/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Dirce Peres (278.837.528-04); Maria Inês Jesus Proença (983.896.888-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11266/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.751/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Izídio Semicek (299.736.199-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11267/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.752/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Douglas de Albuquerque Lima (273.741.732-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11268/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.761/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Abrahão Elias (051.744.227-20); Marcia Maria Ferreira Azeredo Costa (429.242.437-34); Marco Antonio Machado Marçal (315.726.427-34); Maria Ines da Costa Guimarães (311.415.017-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11269/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.799/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eduardo Monico do Nascimento (057.249.372-04).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11270/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.955/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizabeth Bomfim Torquete (402.373.976-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11271/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.931/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Galdino Gomes da Silva Neto (674.077.813-20); Hercilia Boaventura Barros (973.343.245-87); Jeane de Mello Goes (576.873.745-68); José Cordeiro de Andrade Sobrinho (549.662.724-91); Kenia Iara Rodrigues de Carvalho (045.401.366-31); Licinio Alves da Cruz Neto (002.828.827-07); Marcos Antônio dos Santos Mello (003.401.145-50); Marilia de Cantuaria Lima Nogueira (700.683.565-87); Mônica de Carvalho Rocha Moura (662.502.005-25); Nair Ataide da Silva (571.644.605-15); Reginaldo Veiga de Oliveira (250.623.688-04); Sales Alves dos Santos (007.799.305-50); Solange Barros da Silva (459.143.386-20); Thiago Silva Assunção (808.985.215-72); Vanjo de Brito Sobreira (626.578.011-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11272/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.934/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Soares da Costa Silva (768.971.254-15); Nivea Henriques Bigogno (011.732.616-05).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11273/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 3º, inciso VI e VII, da Resolução TCU nº 206/207, em considerar prejudicado por inépcia, o ato de admissão de pessoal do interessado abaixo qualificado, de acordo com a proposta da Unidade Técnica.

1. Processo TC-030.513/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Helder Soares de Araujo (811.428.111-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Imperatriz/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11274/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 3º, Incisos 6º e 7º do Regimento Interno do TCU da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudico por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessadas abaixo qualificadas, de acordo com a proposta emitida pela Unidade Técnica.

1. Processo TC-030.596/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelaide Ribeiro dos Santos (857.009.598-87); Adriana Leffer da Silva (042.758.899-59); Adriana de Avila Rito (137.314.178-63); Adriane Borges Reichert (013.262.020-06); Alan Coelho de Macedo (269.697.004-10); Alan Soares Barbosa Junior (026.707.624-09); Alessandro Monteiro de Araujo (954.184.665-34); Aline Pedrolo Denardin (911.421.720-15); Ana Cristina Rodrigues Dutra (053.131.259-31); Ana Marcia Fassbender Aragao (069.235.077-23); Ana Paula Reolon (664.068.460-87); Ana Paula Viana Duarte (012.542.726-31); Anderson Giliard Lopes Macedo (055.109.366-81); Andrea Maria Menezes Ferraz (049.941.506-05); Anibia Alessandra Mayer Duarte Alves (012.415.856-01); Anilton Tadeu Borges de Oliveira Junior (008.180.959-03); Barbara Abud (074.475.437-21); Beatriz Cristina Moreira (499.506.819-87); Bibiana Castro Menezes Xavier de Mello e Silva (737.765.130-04); Carine Oliveira de Sousa Monteiro (964.335.905-00); Carlos Alberto Faccin de Miranda (398.135.840-68); Carlos Eduardo Lavorini (068.743.868-32); Carlos Eduardo Martins Moreira (035.315.294-39); Carlos Henrique de Oliveira (035.794.118-70); Carmine Luvison Zardo (991.175.410-34); Celia Maria Soares da Costa (129.095.134-91); Claudia de Lima Martins (762.268.590-91); Cristiane Carla Ribeiro (030.568.346-27); Cristiane Dematte (039.467.869-95); Cristina Amalia Cunha Oliveira Azevedo Torres (702.756.026-72); Cristine Cobalchini (785.073.320-72); Daiana de Meneses Ventura Silva (071.630.904-12); Daniel da Silva (069.614.736-01); Dario Uehara Miyamoto (151.512.288-38); Dayse Berenice Espinosa Griebeler (260.429.830-91); Edgar Paulo Manke (034.924.749-85); Elias Jose de França (849.574.924-68); Emaxsuel Roger Rodrigues (047.042.779-50); Evaldo Leite da Silva (024.997.846-60); Fabiana Santana de Mendonça (986.736.885-15); Fabricio Monteiro Kleinibing (027.711.979-01); Felipe Augusto Lancha dos Santos (303.654.298-13); Felipe Coelho Leite (030.872.024-52); Gabriela Scheit (024.989.120-45); Gislaine Guedes da Silva (032.331.577-11); Glaucia Amaral (032.851.049-10); Hugo Cesar de Souza (123.453.936-53); Ilca Lopes Kalume (315.143.166-68); Isabel Cristina Moreira Silva (955.980.146-53); Jaime Pedroso Alves Junior (005.154.760-05); Jeane dos Santos Silva (966.731.505-30); Jeremias Santos da Silva (002.313.600-61); Jhonne Jossy Pereira Costa (030.203.946-51); Joao Marcelo Pereira e Oliveira da Rocha (051.456.466-07); Joaquim Taizo Sawasato (889.890.701-04); Jose Geraldo Ligorio Antunes (196.974.576-20); Julia Gabriela Alberti (013.686.260-84); Jussara Alves Moreira (951.108.876-91); Kkatia Barreto Marciniak (968.647.100-68); Larissa dos Santos Figueiredo (004.317.866-90); Leandro Jose e Vasconcelos do Egypto (023.453.764-73); Leticia Alcici Santana (300.149.806-49); Licia Gaspari Portela (293.027.418-26); Livia Maciel Alves Santos (802.765.805-59); Luciana Etchebest da Conceição (817.777.100-06); Luciano Arduin de Oliveira (952.511.460-00); Luiz Claudio Pereira de Pinho (831.791.197-72); Maisa Cristina Menezes Cabral (325.114.278-00); Manuela Maria Melo da Silva (013.393.814-00); Marcia Angelica Ilha Hardem Neves (002.409.840-05); Marcia Cristina Alves da Silva (014.098.027-01); Marcia Terezinha Pereira Sarate (577.793.840-04); Marciel Venâncio da Gama (102.949.877-62); Marcus Vinicius de Oliveira Pauseiro (018.927.297-09); Maria Agtha Cristiane do Espirito Santo Pires (463.384.625-68); Maria Cristina Leao Monteiro de Barros (370.412.236-04); Maria Virginia da Matta Machado Malheiros (186.725.586-34); Maria de Fatima Vieira (549.535.617-91); Marinalda dos Santos Oliveira (013.735.655-27); Marisa Aparecida Melotto Gallotti (522.619.729-20); Marlei Johann Bernardi (864.918.579-72); Max Renato Martins (816.674.770-72); Michael Vandré Moreira Nitsch (818.413.610-20); Pamela Spiller de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mendonça (324.355.648-13); Patricia Azevedo Valença (890.320.044-68); Patricia Vieira de Llano (001.086.720-18); Patricia Vitoria de Souza Assimos (022.925.157-92); Rafael Kettermann Caponi (013.976.770-31); Ricardo Gomes Magalhaes (661.351.094-72); Rita Flavia Guimaraes Lopes (803.114.906-20); Rita de Cascia Saldanha Dornelles (895.264.900-10); Rodrigo Benvenutti Schutz (017.364.590-90); Rodrigo Moura de Avelar Baltar (047.974.214-60); Rosane Quaresma da Silva (864.296.806-06); Roseane Maria Fraga Costa (965.689.095-72); Rubens Gonçalves Pereira (313.118.221-00); Sacha Lima Pinheiro (011.628.943-00); Sandra Guimaraes Santos de Oliveira (068.934.798-75); Sergio Aurelio Velozo Diniz (257.790.876-87); Simone Candido de Sousa (007.442.444-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11275/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado por inépcia, o atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com a proposta emitida pela Unidade Técnica.

1. Processo TC-030.597/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Solange Guimaraes Garofalo Araujo (203.713.066-04); Tassiana Grandini Beck (013.331.090-67); Thiago Bezerra de Hollanda (002.508.065-25); Vanilda Aparecida Leandro (432.930.426-00); Wanderley Henrique dos Reis (408.836.716-20); Wilson Zilli (337.662.310-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11276/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, Inciso VI e VII, em considerar prejudicado por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.663/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Larissa Soares Pinudo (082.671.447-14).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Vitória/ES - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11277/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.666/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fernando Machado Matias (000.034.307-23).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11278/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União,quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1192/2011 - TCU- 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 01/03/2011, inserido na Ata nº 6/2011-2º Câmara, onde se lê: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil de Carlos Moretti e Maria Aparecida Rosa Pelosini por motivo de falecimento, e legais, para fins de registro, os demais atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos", leia-se: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil de Carlos Moretti e Maria Aparecida Rosa Pelosini por motivo de falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos." mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.924/2011-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alzemira Barion Lancerotti (103.219.758-71); Antonio Capellari (088.743.608-00).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Norte.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11279/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.773/2011-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Reinaldo Baiocchi Filho (706.944.191-68); Roseli Tavares Lima (315.152.661-68).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11280/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de pensão civil, da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.512/2011-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Putti Machado da Silva (389.884.158-84).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/SUL.

1.3. Relator: Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11281/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.567/2011-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Helen Pamela Pereira Vilas Boas (045.253.609-09); Luiz Alves Pereira (274.908.079-72); Nair do Rosario (201.909.489-49).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.

1.3. Relator: Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11282/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.649/2011-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: José Luiz Simião (809.168.568-87).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11283/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.651/2011-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Wandir Silveira (019.412.596-34).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. J. dos Campos/SP - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11284/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.715/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Honorata Lopes de Santana (175.213.688-86).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11285/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.667/2011-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Katarina Kurylo (330.923.388-04).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Joinville/SC - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11286/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.705/2011-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Emilia Vicentina Pereira Pinto (005.778.395-00).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11287/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.572/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Armida Favilla de Souza (305.198.098-66).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo Centro/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11288/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.607/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Carmem Lúcia Teske (035.838.149-59).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11289/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.199/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Nevenier Santos Pinheiro (004.265.803-97); Paloma Almeida de Moura Silva (007.483.053-86).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11290/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de pensão civil do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.205/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Henrique Castro de Azevedo (570.163.130-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11291/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.207/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fabio Lopes Vasconcelos (653.929.813-72); Francisca Magalhães Vasconcelos (090.948.493-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Fortaleza/CE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11292/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.259/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celestina da Silva Azevedo (028.915.142-20); Edson Eurides dos Santos Lobato (143.627.832-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11293/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.277/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Gilda Santos (126.808.005-59).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Aracaju/SE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11294/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.282/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Geni Conceição de Barros Cauper (275.591.652-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11295/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.283/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Clara Soares Costa (408.903.334-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11296/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.296/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose de Santana (392.772.087-91); Paulo Cesar Santana (280.351.785-04); Paulo Fabio Neves Santana (043.984.475-47).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11297/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.300/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Claudio Roberto Rodrigues (045.755.758-36).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11298/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.301/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Terezinha Trevizani Ticly (798.812.628-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11299/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.304/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sandra Alice Scoculia Rodrigues Azenha (288.139.948-77).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11300/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.308/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Benedita Lima dos Santos (001.856.628-62).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11301/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.343/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bianca Teeny Sallum (036.729.981-09); Delmari Carvalho Serra (116.817.301-97); Gilberto Lourenco de Jesus (051.151.991-57); Irene Mathias da Silva (012.499.477-66); Jacira Clara de Souza (769.955.181-87); Joao Pedro Bichara Rodrigues (052.794.691-57); Jose Antonio Escobar de Almeida (051.116.811-08); Jose Rodolpho Gomes Damasceno de Almeida (038.139.691-69); Julieta Ribeiro de Oliveira (769.991.731-68); Juçara Vieira (833.191.077-04); Maria Angela Florentina de Oliveira (056.373.707-70); Maria das Gracas Araujo Vargas (119.532.761-72); Maria de Lourdes de Souza (296.547.341-68); Pedro Arthur Silva da Costa Farias (053.719.521-10); Renee Abi Rached Ramos (611.413.481-87); Tereza Paula de Souza (410.609.201-82); Vania de Fatima da Silveira Salazar Brito (707.466.721-87); Vera Regina da Silva Vila Real (501.314.787-53); Zeina Teeny Sallum (010.036.659-77).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11302/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.229/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ana Carolina Silva Malafaia (662.574.175-20); Ana Terra Vilar de Matos (048.076.915-03).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Aracaju/SE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11303/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II; 16, incisos I e II ; 17, 18 e 23, incisos I e II; da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207, 208 e 214, incisos I e II; do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares com ressalva as contas as contas dos responsáveis: Ana Dayse Resende Dórea, João Carlos Cordeiro Barbirato, Silvia Regina Cardeal e Duílio Cleto Marsiglia, sem prejuízo das determinações abaixo.

1. Processo TC-021.013/2010-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Ana Dayse Rezende Dorea (007.585.404-00); Eurico de Barros Lôbo Filho (146.307.531-68); João Carlos Cordeiro Barbirato (383.107.164-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que, no prazo de 90 dias:
1.6.1.1.elabore plano de ação contendo cronograma das medidas que irá adotar para a correção das seguintes irregularidades/falhas, incluindo, quando for o caso, as providências para reembolso dos valores pagos indevidamente, a apuração da responsabilidade dos servidores que lhes deram causa e a implantação de controles com vistas a evitar novas ocorrências:
1.6.1.1.1.irregularidades/impropriedades na concessão do adicional de insalubridade /periculosidade (itens 14 e 25 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitens 1.1.4.1, 1.1.4.2, 1.1.4.7 e 3.1.1.5 do Relatório - CGU 243900 - fls. 234-252, 258-265 e 302-311);
1.6.1.1.2.ausência de comprovação do reembolso de servidores cedidos com ônus para o cessionário (item 18 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitem 1.1.4.6 do Relatório - CGU 243900 - fls. 257-258); e
1.6.1.1.3.irregularidades/impropriedades no pagamento do auxílio-transporte (itens 19 e 26 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitens 1.1.5.1, 1.1.5.2, 1.1.5.3, 3.1.2.1 e 3.1.2.2 do Relatório - CGU 243900 - fls. 265-271 e 312-315);
1.6.1.2.adote medidas para apurar qual a utilização dada às salas do 7º e 13º andares do Edifício Walmap, cedidas à Universidade pelo Serviço do Patrimônio da União, e, na hipótese das salas terem sido utilizadas, informalmente ou não, pela Fundepes, adote providências, mediante prévio contraditório, para o reembolso dos valores do condomínio pagos pela Ufal, que seriam de responsabilidade daquela Fundação (item 20 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitem 1.1.6.1 do Relatório - CGU 243900 - fls. 271-273).
1.6.2. dar ciência à Universidade Federal de Alagoas das seguintes irregularidades verificadas no curso deste processo, conforme anotado, respectivamente, nos subitens 12 e 22 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358:
1.6.2.1.prosseguimento de licitações na modalidade convite sem a obtenção de três propostas válidas e sem proceder à repetição do certame, contrariando sólida jurisprudência deste Tribunal retratada na Súmula TCU nº 248;
1.6.2.2..exigência de apresentação, por parte de licitantes, de atestado de idoneidade financeira, prática ilegal, ante a ausência de previsão do referido documento no art. 31 da Lei nº 8.666/93 e respectivos incisos;
1.6.2.3.exigência, sem justificativa nos autos, de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, desproporcionais à dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, para comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, contrariando jurisprudência deste Tribunal reproduzida na Súmula TCU 263/2011; e
1.6.2.4.4.falta de detalhamento dos serviços em documento fiscal, quando do pagamento por serviços prestados pela Fundepes ao Hospital Universitário, em desatenção ao que determina o art. 63, § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964;
1.6.3. Conceder prazo adicional de sessenta dias para a Universidade Federal de Alagoas dar cumprimento à determinação constante do Acórdão 2917/2011-2ª Câmara, apresentando a análise conclusiva sobre as prestações de contas dos contratos 66, 73, 86 e 87, celebrados em 2006 com a Fundepes, bem como, determinar à Secex Alagoas que monitore o cumprimento dessa determinação quando do exame das contas de 2010 (TC 027.954/2011-0) ou em processo específico, do tipo MON, caso surja alguma situação que mereça a imediata intervenção desta Corte.

ACÓRDÃO Nº 11304/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II; 16, incisos I e II ; 17, 18 e 23, incisos I e II; da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207, 208 e 214, incisos I e II; do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. José Ivonildo do Rego, João Batista Bezerra e João Emanuel Evangelista de Oliveira, dando-lhes quitação, sem prejuízo das determinações abaixo, e regulares contas dos demais responsáveis arrolados às fls. 4/28 da instrução da unidade técnica, dando-lhes quitação plena.

1. Processo TC-021.338/2010-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Apensos: 018.850/2008-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que adote as seguintes providências:
1.6.1.1.nos próximos contratos celebrados com a Funpec, atente para o fiel cumprimento dos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, abstendo-se de apropriar e/ou pagar despesas sem prévio fornecimento de bens ou serviços, independentemente do objeto contratado;
1.6.1.2.implemente medidas cabíveis com vistas a garantir o efetivo recebimento dos valores referentes à cessão dos servidores de matrícula 347570, 350515, 6349905 (cedidos à Prefeitura Municipal do Natal/RN), do servidor de matrícula 350330 (cedido à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN), do servidor de matrícula 348158 (cedido à Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN) e dos servidores de matrículas 349585 e 6346511 (cedidos ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte), conforme o subitem 1.13 do Acórdão 2311/2007-TCU-2ª Câmara c/c o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º do Decreto 4.050/2001, que trata das normas sobre cessão de servidores;
1.6.1.3.nos próximos instrumentos celebrados com a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura - Funpec, opte por contrato ou convênio, observando rigorosamente os ditames da legislação aplicável a cada modalidade, em especial, a Lei 8.666/1993, para contratos, e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, para convênios;
1.6.1.4.na fiscalização dos contratos com fundações de apoio, atenda aos ditames da legislação aplicável - art. 67 da Lei 8.666/1993 - e subitem 9.2.17 do Acórdão 2.731/2008-TCU-Plenário.
1.6.2. Determinar à Secex/RN que monitore, via processo específico, o cumprimento das determinações contidas nesta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11305/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 37 da Resolução TCU nº 191/2006, em determinar a constituição de processos apartados para cada um dos contratos firmados pela Companhia Docas do Pará (CDP) e respectivos procedimentos licitatórios ou de dispensa de licitação, a fim de sanear as lacunas de instrução e abrir o contraditório em relação às infrações normativas e prejuízos ao erário levantados pela CGU e DPF, conforme proposta da SECEX/PA em fls. 750/754 - Vol. 3 dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações.

1. Processo TC-021.641/2006-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2005)
1.1. Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (049.051.805-20); Aldenor Monteiro de Araujo Junior (174.928.902-49); Alexandre Ribeiro Motta (007.643.197-52); Ana Maria Almeida Brito (112.405.551-72); Antonina Cândida Costa de Moraes (116.122.072-00); Cassiano Ricardo F. V. da Costa (509.664.642-49); Castruz Catramby Coutinho (004.651.957-25); Clodoaldo Pinto Filho (009.267.607-34); Cristovan Silva da Cruz (030.239.822-87); Elias Salame da Silva (000.462.132-87); Estevam Pedrosa (137.909.782-72); Evandro Luiz de Souza (408.082.207-30); Josenir Gonçalves Nascimento (282.130.502-82); José Firmino de Abreu (012.446.122-00); Marcia Henriques Ribeiro de Oliveira (645.505.751-15); Marcos José Pereira Damasceno (300.747.032-34); Maria Auxiliadora Dias Carvalho (265.599.862-68); Nelson Pontes Simas (055.383.432-00); Paulo Geraldo Ramos Damasceno (082.134.702-06); Rafael Magalhães Furtado (615.420.593-72); Sara Ribeiro Braga Ferreira (982.209.006-44); Selma Leni Brito Rodrigues (150.066.972-53).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará - MT.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Determinar a realização da inspeção, na forma já autorizada no despacho às fls. 699, v. p. dos autos, com o escopo de levantar informações e documentos junto à Companhia Docas do Pará, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal e Justiça Federal, necessárias à instrução dos processos apartados instaurados.
1.6.2. Determinar a SECEX/PA que componha os processos que serão constituídos como apartados destes autos com esta deliberação, relatório da fiscalização citada no subitem 1.6.1 supra, bem assim com as demais peças que entender necessárias para a análise dos contratos e respectivos procedimentos licitatórios.
1.6.3. Determinar a manutenção do sobrestamento deste processo até o julgamento de mérito dos processos apartados constituídos, que evidenciem reflexos sobre o julgamentos destas contas.
1.6.4. Determinar o encaminhamento de cópia da instrução da unidade técnica ao Gabinete do Ministro Raimundo Carreiro, relator do TC 008.340/2004-1 - contas da CDP do exercício de 2003, a fim de deliberar sobre a proposta de sobrestamento constante da supracitada instrução.

ACÓRDÃO Nº 11306/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, , em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 8.227/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 20/9/2011, inserido na Ata nº 34/2011-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.2., onde se lê: "9.2. ..... condenar solidariamente a Sra. Alzira Luzia Lourenzi **e o Sr. Luciano** e Mauricio Ferreira Luciano,;", leia-se: "9.2. ..... condenar solidariamente a Sra. Alzira Luzia Lourenzi Luciano e o Sr. Mauricio Ferreira Luciano,;" e ao subitem 9.3. onde se lê: "9.3. ..... condenar o Sr. Nelson Pousa, solidariamente com a Sra. Alzira Luzia Lourenzi e com o ....", leia-se: "9.3. ..... condenar o Sr. Nelson Pousa, solidariamente com a Sra. Alzira Luzia Lourenzi Luciano e com o ....", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.742/2011-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alzira Luiza Lourenzi Luciano (866.278.568-91); Mauricio Ferreira Luciano (716.415.728-68); Nelson Pousa (433.262.008-97).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campinas/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11307/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 4.835/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 12/7/2011, inserido na Ata nº 24/2011-Ordinária, onde se lê: "retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 5088/2009 - TCU - 1ª Câmara", leia-se: "retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 5088/2008 - TCU - 1ª Câmara", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.567/2004-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 028.794/2007-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Sandra Alves Pereira Donato dos Santos (143.258.438-33).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador).

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11308/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o Sr. José Maria Muniz de Castro vem requerer abertura de novo prazo recursal, tendo em vista que o responsável alega ter tomado conhecimento da notificação do Acórdão 3884/2011-TCU-2ª Câmara depois de expirado o prazo legal.

Considerando que o prazo para interposição de recurso em face de decisão definitiva nos processos de contas deste Tribunal é **peremptório**, conforme dispõe o art. 33, da Lei 8.443/1992 e o art. 285, do Regimento Interno do TCU.

Considerando que, desse modo, ante a disposição legal em comento, não há possibilidade de se abrir novo prazo recursal ao requerente.

Considerando que segundo o art. 22, inciso I, da Lei 8.443/1992, as comunicações realizadas pelo Tribunal devem observar a forma estabelecida no Regimento Interno do TCU.

Considerando que a notificação do Acórdão 3884/2011-TCU-2ª Câmara foi válida, porquanto realizada conforme o disposto no art. 179, inciso II, do RI/TCU, em razão ter sido entregue no endereço correto do responsável, conforme consulta à base CPF e o Aviso de Recebimento.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em indeferir o pedido de prorrogação de prazo, por falta de amparo regimental, e encaminhar os autos para exame de mérito do recurso, conforme já autorizado no despacho de fls. 23 Anexo 2 dos autos.

1. Processo TC-024.118/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Construmec Ltda. (02.542.641/0001-01); José Maria Muniz de Castro (022.125.792-68); Wallace Gutemberg Teixeira e Silva (193.900.922-72).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Amazonas (62 Municípios).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11309/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando os pareceres uniformes, da unidade técnica e do Ministério Público, no sentido de que esta Corte conheça o presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a tornar insubsistente o Acórdão nº 1.550/2011 - 2ª Câmara e julgar regulares com ressalva as contas do responsável, dando-lhe quitação.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno, em conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão nº 1.550/2011 - 2ª Câmara e em julgar regulares com ressalva as contas do responsável, dando-lhe quitação de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.550/2010-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Camillo Novello (007.342.608-30).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11310/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em expedir quitação ao Sr. Jussimar Santos de Almeida, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, promovendo-se em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos.

Quitação relativa ao subitem 9.4. do Acórdão nº 4.551/2010, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 20/7/2010, conforme Ata nº25/2010.

Valor original da multa: R$ 8.000,00 Data de origem da multa: 20/7/2010

Data do recolhimento	Competência	Valor
19/05/2011	05/2011	R$ 2.121,20
24/06/2011	06/2011	R$ 2.131,17
25/07/2011	07/2009	R$ 2.134,36
22/08/2011	08/2009	R$ 2.138,75

1. Processo TC-016.405/2011-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11311/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e de acordo com o parecer emitido pela Secex/RS, em fazer a determinação a seguir, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, nos termos do art.169 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.738/2011-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Andre Luis Kieling Ries (443.846.960-00).

1.2. Interessado: Ministério da Educação (vinculador).

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à SECEX/RS que, por ocasião das próximas contas, monitore em relação ao item 1.6.2.1 do Acórdão 1.608/2011 - TCU - 2ª Câmara, que julgou as contas referentes a 2008 (TC 015.589/2009-4), o efetivo cumprimento pela UFSM da regra de inexigibilidade em licitação, em contratos e convênios com fundações de apoio, e se a justificativa está presente nos processos administrativos, conforme previsto no art. 25 da Lei 8.666/93, em combinação com o art.13 e 26 do mesmo normativo, em especial para fins da contratação de serviços de informática.

ACÓRDÃO Nº 11312/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 169 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e em arquivar os autos, cientificando desta deliberação a Procuradora da República no Estado de Pernambuco, sem prejuízo da determinação abaixo consignada.

1. Processo TC-004.663/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. Determinar ao INSS (Gerência Executiva em Recife/PE) que acompanhe o trâmite da Ação Ordinária n° 0000891-88.2011.4.05.8300/9ª Vara Federal/PE, adotando as medidas necessárias para o cumprimento do disposto na Portaria nº 1224, de 13/12/2010, publicada no DOU de 14/12/2010.

ACÓRDÃO Nº 11313/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 246 e 237, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação por preencher os requisitos de admissibilidade, sem prejuízo da determinação a seguir.

1. Processo TC-009.830/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. Determinar a realização de inspeção na Prefeitura Municipal de São José dos Campos e na Associação para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), nos termos propostos pela unidade instrutiva.

ACÓRDÃO Nº 11314/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, nos termos propostos pela Secex/MA, sem prejuízo da determinação a seguir.

1. Processo TC-014.120/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União; Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (00.414.607/0008-94).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão-MEC.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar o encaminhamento dos autos ao MP/TCU para que avalie a conveniência e oportunidade de interpor Recurso de Revisão às contas da UFMA relativas ao exercício de 2004, face aos indícios de prejuízo ao erário relatados nos itens 21 e 22 da instrução da unidade técnica às fls. 78/85, de modo a permitir a citação do Sr. Natalino Salgado Filho, Diretor Geral do HUUFMA à época, responsável pelos pagamentos irregulares, para que apresente defesa ou recolha os valores indicados nos termos da proposta Secex /MA.

1.6.2. Apensar, oportunamente, estes autos ao processo de prestação de contas da UFMA relativo ao exercício de 2004 (TC nº 015.641/2005-3).

ACÓRDÃO Nº 11315/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, e em determinar o apensamento dos autos ao TC 016.372/2011-5, nos termos do art. 33 da Resolução TCU nº 191, de 21 de julho de 2006, cientificando desta delibação o representante, consoante proposta da unidade técnica.

1. Processo TC-017.779/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Júlio Marcelo de Oliveira (398.727.691-68).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT.

1.3. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11316/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a solicitação de prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, formulada pela Controladoria-Geral da União - CGU, na pessoa do Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura, Sr. Wagner Rosa da Silva (peça 9), justificada pela necessidade de finalização, por parte da CGU, da análise da manifestação do gestor.

Considerando a manifestação da unidade técnica no sentido de se conceder o prazo adicional de 60 (sessenta) dias ao prazo inicialmente estipulado para cumprimento das determinações constantes no subitem 1.5.1 do Acórdão nº 5.210/2011-TCU-2ª Câmara.

Considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em deferir o pedido formulado pela Controladoria-Geral da União - CGU, na pessoa do Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura, Sr. Wagner Rosa da Silva, prorrogando, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo estipulado no Acórdão 5.210/2011-TCU-2ª Câmara, e em dar ciência à requerente.

1. Processo TC-019.413/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Controladoria-Geral da União - CGU (05.914.685/0001-03).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Município de Corumbá - MS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11317/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 169 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente Representação, por atender aos requisitos de admissibilidade pertinentes à espécie, para, no mérito considerá-la procedente, e em dar ciência desta deliberação ao representante Sr. Antonio Carlos Soares Martins, Adjunto de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, sem prejuízo das determinações abaixo consignadas.

1. Processo TC-021.289/2009-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.

1.2. Relator: Augusto Nardes.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. Recomendar a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG que envide esforços no sentido de evitar a reincidência de impropriedades como o pagamento da rubrica judicial relativa ao art. 3º do Decreto-Lei nº 1.971, de 1982, aos servidores aposentados e pensionistas, sendo a mencionada vantagem devida apenas para os servidores ativos na vigência do citado Decreto;

1.5.2. Determinar à UFMG que dê seguimento, com a maior celeridade possível, à apuração do pagamento irregular da rubrica judicial relativa ao art. 3º do Decreto-Lei nº 1.971, de 1982, garantido o contraditório e a ampla defesa aos interessados;

1.5.3. Determinar à UFMG que informe a esta Corte, no prazo de sessenta dias, os resultados da apuração levada a efeito, nos termos do subitem anterior, apontando para cada interessado, o nome, CPF e a informação de que a vantagem foi excluída ou não dos proventos ou benefícios dos interessados;

1.5.4. Determinar à Sefip que promova o acompanhamento das medidas sugeridas nos subitens anteriores.

ACÓRDÃO Nº 11318/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, apesar do representante estar legitimado pelo art. 237, III, do RI/TCU, para formular a presente representação, a matéria trazida não é afeta ao controle deste Tribunal.

Considerando que a ilegalidade delatada não se refere à despesa pública sujeita ao controle do TCU.

Considerando que não há evidências que existam recursos públicos federais envolvidos na referida obra e a autoridade representada, Secretário Estadual de Infraestrutura do Estado do Maranhão, não se sujeita à jurisdição direta desta Corte.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1°, inciso II, da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, e 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n° 155 de 4 de dezembro de 2002, e ante as razões expostas pelo relator, em não conhecer da representação, por veicular matéria que refoge à competência constitucional e legal desta Corte, e em determinar o arquivamento do processo, após envio de cópia desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, ao interessado.

1. Processo TC-026.338/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-ma (06.062.038/0001-75).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-MA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11319/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, e nos arts. 33 e 36 da Resolução TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente Representação por preencher os requisitos de admissibilidade, e em determinar o apensamento destes autos ao TC 019.629/2011-7.

1. Processo TC-030.090/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Antonio Silvano Alencar de Almeida (054.311.153-91); Ariane Sidia Benigno Silva (374.724.293-68); Maria Pereira da Silva Xavier (306.431.713-04); Odimirtes Araújo Costa Reis Neves (217.769.703-49).

1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11320/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e nos arts. 33 e 36 da Resolução TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, em conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade; e em determinar o apensamento destes autos ao TC 006.792/2011-1, dando-se ciência desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-031.221/2010-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: José Roncalli Costa Paulo (180.858.903-30).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11321/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 237, inciso VI e parágrafo único, e 235, caput, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente Representação por preencher os requisitos de admissibilidade sem prejuízo das determinações a seguir.

1. Processo TC-033.970/2010-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Departamento Nacional de Auditoria do Sus (00.000.000/0000-40).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Miguel do Tapuio - PI.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (SECEX-PI).

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.6.1. Determinar o prazo de noventa dias para que o Ministério da Saúde, por intermédio da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, por força do disposto no § 4º do art. 33 da Lei 8.808/90, adote, se ainda não o fez, as medidas necessárias para a correta aplicação dos recursos repassados pelo SUS ao município de São Miguel do Tapuio/PI, ante as inconsistências descritas no Relatório de Auditoria nº 10.535 do Denasus/PI, bem como as ações pertinentes à apuração de eventual débito decorrente das irregularidades tratadas no referido relatório;

1.6.2. Determinar o encaminhamento de cópia integral dos autos à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, a fim de subsidiar o cumprimento da determinação do subitem anterior.

b) Ministro Aroldo Cedraz (Relação nº 35);

ACÓRDÃO Nº 11322/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.396/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Zulma Maria Soares Brandim (151.941.591-53)

1.2. Órgão: Controladoria-Geral da União - PR

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11323/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.964/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Emilia Gazel Jorge (063.387.122-20); Carlos Jaci Vieira (511.264.278-53); Francisca Rodrigues Nogueira (051.777.313-91); Gloria Maria Gentile de Melo Queiroz (351.051.607-97); Iara Fernandes da Silva (432.350.347-49); Iguatemi Evangelho Machado (182.651.030-34); Isabel Cristina Campelo Arantes (126.015.514-53); Jose Aquino de Souza (116.335.811-87); Jose Fernando da Silva (218.650.437-53); Luiz da Rocha Castello Pereira (098.535.109-87); Marco Antonio Cavalcanti Santos (232.743.364-91); Maria Ubaldina Robalos (125.160.740-34); Maria de Fatima Lima Valença (105.884.004-59); Marilene Alves de Araujo Matos (144.572.021-34); Sandra Ferreira Moreira (223.635.211-53); Sonia Maria Barreto Ferreira (130.553.564-20); Sueli Cardoso Borges (049.679.682-87); Sulanita Santos Rosario (232.586.750-15); Tania Mara de Andrade Spinola (115.707.331-04); Vania Lins de Albuqueruqe (338.129.777-53)

1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11324/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.963/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arlete Medeiros Aquer (179.098.301-06); Iolana Maria Santana de Andrade Raslan (151.854.351-00); Jose Marques de Brito (114.127.391-87)

1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11325/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-029.746/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Pedro Cavalcanti Goncalves Ferreira (001.131.111-85)

1.2. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PR

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11326/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II, do Regimento Interno, e artigo §§ 6º e 7º do artigo 3º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.465/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gloria Cristina Paiva Sousa Rodrigues (021.389.837-30)

1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. determinar ao órgão de pessoal da unidade jurisdicionada que cadastre no sistema Sisac, no prazo de 60 (sessenta dias), novo ato de admissão relativo ao servidor acima nominado, corrigindo as falhas ora identificadas, ou detalhando a situação concreta no campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal";

1.4.2. orientar ao órgão de pessoal da unidade jurisdicionada no sentido de que o encaminhamento de atos de admissão ou concessão contendo omissões e inconsistências injustificadas, pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 11327/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II, do Regimento Interno, e artigo §§ 6º e 7º do artigo 3º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.507/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabio Luna Pacheco (686.802.955-15); Fabiola de Almeida Costa (813.743.131-49); Izabel Ferreira de Souza (691.745.201-72); Jorge Menezes Vidal (315.551.525-20); Maria Valdenete Pinheiro Nogueira (564.723.071-72)

1.2. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. determinar ao órgão de pessoal da unidade jurisdicionada que cadastre no sistema Sisac, no prazo de 60 (sessenta dias), novos atos de admissão relativos aos servidores acima nominados, corrigindo as falhas ora identificadas, ou detalhando a situação concreta no campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal";

1.4.2. orientar ao órgão de pessoal da unidade jurisdicionada no sentido de que o encaminhamento de atos de admissão ou concessão contendo omissões e inconsistências injustificadas, pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 11328/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.738/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flavio Pereira da Costa Matias (009.131.494-11); Humberto Bernardo da Silva Neto (101.028.487-85)

1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União - PR

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11329/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443; art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno; e art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro dos atos de concessão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, motivada pelo falecimento dos respectivos beneficiários ou pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à sua continuidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.219/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Clemente de Lima (706.697.835-87); Catiane Gomes Martins (652.913.283-04); Catiane Gomes Martins (652.913.283-04); Francisca Laurentino Soares (805.974.084-91); Francisco Salustiano dos Santos (009.297.605-06); Maria Abreu Martins (285.697.253-53); Maria de Jesus Barbosa (372.829.053-04); Severina Cordeiro de Almeida (030.531.444-09)

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11330/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.536/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Amelio Selles Barbosa Junior (200.544.671-87); Antonio Pereira Irmão (115.496.531-72); Celso Alvarenga Arakaki (800.913.341-87); Cheila Andrade Medeiros (797.158.421-00); Claudia Maria Guimarães de Oliveira (856.403.281-34); Dagoberto Oask Grandinetti Lemes (404.302.781-87); Daniel Cerqueira Ribeiro (711.820.201-00); Edmar Serrou Camy (407.252.271-68); Gladston Guimarães Naves (428.689.391-04); José Carlos Sauer Junior (588.408.939-20); José Rita Martins Lara (450.521.076-68); Lazaro Maxwel Borges (554.601.941-72); Levi Monteiro de Souza (445.177.931-68); Marcel Barbosa Ozuna (212.553.248-48); Marcelo Ricardo Haupenthal (833.353.661-15); Mary Harumi Chinem (230.534.451-15); Nelson Kurek (565.700.900-20); Ramão José Correa Blan (322.745.721-00); Ricardo José Silveira Rito (808.128.307-25); Solange Aparecida Soares da Cunha (257.497.141-87); Walace Tarcísio Pontes (742.765.817-53)

1.2. Órgão: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul - SR/DPF/MS.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11331/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso III e V, alínea "a", e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo adiante relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.679/2011-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo

1.2. Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11332/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.378/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.

1.2. Entidade: Município de Craíbas - AL.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. determinar à Controladoria Geral da União, com fundamento no art.18 da Lei 10.683/2003, que, no prazo de 90 (noventa) dias, comunique as providências efetivamente adotadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para conclusão da apuração dos fatos concernentes às irregularidades verificadas na gestão dos recursos repassados pelo FNDE ao Município de Craíbas - AL, por meio do Convênio 840082/2006 (Siafi 577089), constantes do Relatório de Demandas Especiais 00190.012277/2008-51, visando ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração da respectiva tomada de contas especial;

1.4.2. determinar à Secex/AL que monitore o cumprimento da precedente.

ACÓRDÃO Nº 11333/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência desta deliberação ao representante e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.564/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda (CNPJ 05.200.225/0001-05)

1.2. Entidade: Companhia Docas do Pará - CDP.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

ACÓRDÃO Nº 11334/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em conceder a prorrogação do prazo solicitado pela Universidade Federal da Bahia para atendimento ao Ofício 396/2011 - Sefti, por 30 (trinta) dias, a contas do esgotamento do prazo anteriormente concedido.

1. Processo TC-021.874/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.

1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11335/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, incisos III e V, alínea "a"; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação e determinar o seu apensamento provisório aos autos do TC-026.299/2011-9, de acordo com o parecer da Secex/ES.

1. Processo TC-028.653/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo

1.2. Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Espírito Santo.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11336/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-030.988/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República no Distrito Federal - PRDF.

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. dar ciência da presente deliberação à unidade jurisdicionada e à Procuradoria da República no Distrito Federal.

ACÓRDÃO Nº 11337/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada e determinar o seu arquivamento, por não estarem presentes os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao representante.

1. Processo TC-031.609/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Pólo Participações Ltda EPP (07.769.010/0001-35)

1.2. Entidade: Companhia Docas do Pará - CDP

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11338/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa CDN Serviços de Águas e Esgoto S.A., ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; considerar, no mérito, a representação improcedente; e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.571/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: CDN Serviços de Águas e Esgoto S.A. (CNPJ 07.496.584/0001-87)

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. comunicar à representante e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero o teor da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11339/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa H&L Promoções e Eventos Ltda.- EPP, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.904/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: H&L Promoções e Eventos Ltda - EPP.

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1.3. Advogado constituído nos autos: Juliana Kreimer Caetano Torres (OAB/DF 29.292).

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. diligenciar, com fulcro no inciso III do art. 87 da Lei Orgânica deste Tribunal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os fatos apontados na presente representação, em especial:

1.4.1.1. apresente, em conformidade com os princípios da publicidade e do formalismo, prova documental da regular convocação da empresa H&L Promoções e Eventos Ltda. - Epp, 1ª classificada no Pregão 16/2011, que teria ocorrido no dia 7/10/2011, conforme notificação encaminhada à empresa mediante o Ofício 85/2011/SAA/SE-MDS;

1.4.1.2. apresente esclarecimentos sobre eventuais alterações de serviços previstos no edital do Pregão 16/2011, tais como: inclusão da realização de jantares nos hotéis dos participantes do evento nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2011; alterações nos locais de partida das passagens aéreas contratadas, incluindo outras localidades além das capitais dos estados relacionados no Edital 16/2011; e cotação de preços e reserva da hospedagem realizadas diretamente pelo MDS e não pela empresa H&L Promoções e Eventos Ltda. - Epp, impossibilitando eventuais negociações de preços mais competitivos pela então vencedora do Pregão 16/2011; bem como, demonstre, caso tenham ocorrido tais alterações, o seu impacto no valor total a ser contratado;

1.4.2. encaminhar à unidade jurisdicionada cópia integral dos autos, como subsídio ao cumprimento da determinação constante do item 1.4.1 precedente.

c) Ministro Raimundo Carreiro (Relação nº 38);

ACÓRDÃO Nº 11340/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-029.890/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adilson da Silva (377.596.987-04); Anderson Serafim Vogas (071.918.457-67); Antonio Carlos Caldas Borges (265.119.757-20); Carlos Henrique Menezes (411.824.567-15); Cezar do Nascimento Gusmão (630.148.077-53); Cirlene Dias da Cunha Ferreira (315.262.847-15); Célio dos Santos Fernandes (047.007.912-68); Decio Correia da Silva (704.545.317-53); Edulce de Souza Araújo (407.135.717-72); Gupirepe da Silva Oliveira (444.730.447-34); Hélio Fernando de Oliveira (345.377.087-00); Hélio Martins (281.795.607-91); Iracema Trombetta Santos (277.713.850-87); Iraci Vieira de Lima (260.389.867-15); Jarbas Ramos de Souza (086.895.397-00); Jenoval Ribeiro da Silva (355.179.727-72); José Carlos Carvalho de Souza (427.346.147-15); José Edward Vieira (448.867.137-34); José Marques Sobrinho (260.607.447-53); Jovenil Mendonça de Almeida (306.128.617-91); Laerte Teixeira Ferreira (369.250.397-00); Licinio Monção (431.091.447-00); Luiz Antonio Barrozo (396.248.467-15); Manoel Francisco Peres (413.367.807-97); Maria Regina Benevenuto Hartmann (402.738.657-49); Maria da Conceição Lima de Barros (116.597.261-15); Maria da Gloria Magalhães de Araujo (787.424.127-49); Maria da Graça Santana da Silva (089.570.102-20); Maria da Luz Cardoso (239.825.191-87); Maria das Graças Gomes de Vasconcelos Palheta (047.727.922-87); Marlene Piedade de Souza da Silva (726.045.907-78); Miguel Simões Rodrigues (038.704.482-53); Oléa Azevedo (444.815.277-49); Oscar Martinho Alves do Rosário (101.091.962-87); Patrícia Carvalho Vezula (012.168.897-67); Pedro Severino da Silva (379.157.207-59); Reinaldo Vieira (588.846.107-53); Rosangela Angélica Duarte da Silva (410.635.207-97); Severino Barbosa da Silva (190.896.434-00); Shirley Reis do Nascimento (641.427.447-04); Simone Gonçalves Tomé (014.578.567-00); Sérgio Cláudio de Araujo Gama (986.875.817-34); Tupirajara da Silva Rodrigues (414.272.627-72); Uriel Leite Mendonça (284.372.177-68); Vera Lucia de Almeida Dias (398.731.377-34); Wellington Bonfim dos Santos (065.946.545-00); Águeda Maria Vieira Alves (787.493.527-68); Álvaro Conceição Avóglio (255.258.757-72)

1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11341/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-031.766/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Marilda da Rocha Negrão (030.405.182-91); Edmilson Albuquerque (087.785.664-87); José Aloisio Santos (068.303.315-87); José da Rocha (295.567.087-15); Marlene de Oliveira dos Santos (462.773.747-53); Marlon Fratane (863.094.987-20); Onaide Maria Luna (581.232.297-04); Romildo Peyneau (364.686.817-15); Valdete da Conceição Santos (394.064.585-00); Wellington Ítalo Pinheiro do Nascimento (352.216.404-06); Zenita Glória Duarte do Espirito Santo (702.367.397-00)

1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11342/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-032.961/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Otavio Farias de Oliveira (062.795.895-87)

1.2. Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11343/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-032.992/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvaro Pereira de Vargas Neto (266.417.040-68); Hudson Worms de Carvalho (145.452.501-06)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11344/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-032.993/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cesar Vieira Bertholdi (161.483.800-30); Claudio Manfredini (255.442.259-15); Daniel Ogliari (783.105.471-53); Magdiel Simoes Lopes (626.924.619-91); Marcus Vinicius Chaves Ribeiro (676.949.186-91); Osmar Aires da Costa (075.153.752-72); Thomaz Roberto S. de Souza Lemos (127.003.714-53)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11345/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-032.995/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Horacio Luciano de Rezende (308.932.247-15); Igmar Gomes de Oliveira (422.843.767-20); Jacó Gonçalves Pinheiro (116.363.272-49); Joselito Souza de Jesus (100.852.975-34); José Claudio Arêas Almeida (444.163.267-34); José Luiz de Souza (574.226.217-53); José Ribamar Euller Braga (029.522.707-91); José dos Santos Portugal (120.512.845-04); Luiz dos Passos Filho (410.567.287-87); Manoel Dias de Souza (297.615.497-04); Manoel José Maria Magalhães (086.242.082-20); Maria Senhora Miranda de Souza (226.369.785-34); Maria da Graça de Lima Moreira (333.245.817-53); Maria das Graças Pereira (265.746.671-00); Mario Araujo de Almeida (321.641.307-15); Mario Lucio Martins (486.411.627-04); Marli Jussara Rodrigues da Costa (271.874.620-34); Maura de Lima Silva (105.034.205-49); Milton Amado (178.258.907-44); Rita de Cássia Dutra Lima (611.870.897-53)

1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11346/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando o cruzamento com o sistema Sisac e/ou o sistema Siape e/ou o sistema Sisobi comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007,

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-033.048/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nivaldo dos Santos Rodrigues (155.416.069-34); Welder Queiroz (512.578.821-04)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11347/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidores da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando o cruzamento com o sistema Sisac e/ou o sistema Siape e/ou o sistema Sisobi comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007,

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-033.049/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celso Luiz Vianna (072.656.037-53); Estefânia Carvalho Campos (098.183.752-20); Inês Maria de Barros Lima (339.354.757-72); João Paulo Moreira Brandão (034.985.657-53); Sérgio Gomes dos Santos (010.178.517-86); Vitória Régia dos Santos Morais (587.963.397-72)
1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11348/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-031.658/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaison Luiz de Amorim (646.526.379-34); Leandro Vieira (004.327.409-96); Leomar Scheunemann Junior (023.582.459-33); Luciana Mara dos Santos (806.432.729-68); Marcia Fatima Zibetti Girardello (459.567.230-68)
1.2. Unidade: Eletrosul Centrais Eletricas S.a. - Eletrobras - Mme
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11349/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-032.886/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila de Fatima Souza (375.918.028-01); Celso Roberto Ramos de Souza (922.036.557-04); Ednaldo Kellington Pereira da Silva (107.275.277-89); Eduardo de Resende Silva (640.469.666-53); Fabio da Silva Costa (370.823.268-23); Fabricio Vitolo da Silva (264.284.008-55); Jose Alberto Ferreira da Silva (919.721.167-20); Michelle Merryer da Silva Alves (084.225.537-08); Nelma de Fatima Mendonca (599.618.137-15); Tatiani Maldonado da Silva (378.826.958-82)
1.2. Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11350/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, que no Acórdão nº 4290/2011 - 2ª Câmara julgou legais todos os atos constantes dos presentes autos, exceto a pensão instituída por Dario Vasconcelos (peça nº 9), com a determinação à Unidade Técnica para realizar a diligência proposta pelo Ministério Público (peça nº 45), para, em relação à pensão concedida a Cezar Cláudio de Vasconcelos, e realizada a medida saneadora, foi encaminhado o laudo constante da fl. 5 da peça nº 49, o qual atesta a preexistência da enfermidade; de conformidade com o preceituado no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 143, II; 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, e tomando por base as informações prestadas pelo órgão de controle interno e as verificações feitas pela unidade técnica, na forma prevista no artigo 260, **caput**, do Regimento Interno-TCU, ACORDAM em considerar **legal o** registro da pensão deixada por Dario Vasconcelos (peça nº 9), conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-007.792/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aires Rodrigues Vianini (639.488.186-49); Albina Rodrigues Vianini (525.944.246-68); Ana Celia Machado de Almeida (464.420.815-91); Andarahy Batista de Almeida (091.828.371-04); Andric Matheus de Brito Cardoso (143.056.017-70); Aniria Assis de Brito de Castro Cardoso (808.991.887-53); Anna Beatriz Assis de Brito de Castro Cardoso (143.056.027-41); Aurea Terezinha da Silveira Aguiar (860.616.909-91); Cezar Claudio de Vasconcelos (829.222.339-87); Edi Maria Molin Basco (220.994.849-53); Ednalda de Lima Souza (127.201.354-53); Fabiane de Fatima Paz (024.384.620-78); Felipe Eloi Paulino Pimentel (100.334.904-81); Gabriela Gomes Dias (147.754.797-50); Haroldo Firmino Farias (104.168.324-31); Iracema Moraes Ribeiro (081.599.137-10); Ivanil de Lima Duarte Hg Mussi (725.242.198-87); Josilene Firmino Farias (929.124.514-34); Jurema Machado (627.056.959-15); Jurema da Luz Lompa (148.802.450-20); Laurentina Ferreira (292.401.078-00); Magda Ana Saldanha de Medeiros (910.923.536-15); Marcio Aurelio Martins Vieira (018.161.137-60); Maria Amália Montela Medeiros (000.835.407-33); Maria Antoneli Pimentel (052.562.347-73); Maria Aparecida Evangelista de Souza (057.921.738-85); Maria Elenice Mariano Teofilo (241.438.043-87); Maria Eunice Rodrigues de Figueiredo Gomes (393.158.352-04); Maria Madalena de Oliveira (076.222.656-08); Maria Raimunda de Souza Lima (883.542.884-04); Maria Regina Rodrigues Paz (529.365.460-87); Maria das Dores Silva (506.312.924-20); Maria de Fatima Valença Sobral (704.474.204-10); Maria dos Remedios Castro Custodio (872.338.003-91); Marinalva Lopes Franco (054.041.005-59); Marlite Soares Mapurunga (955.097.203-87); Marília Brani Nigueira Basílio Alves (643.002.188-20); Monica Pinheiro Rocha de Moura (746.473.267-72); Nanci Pires Cardoso (931.354.677-91); Nelci Irena Heldt (822.267.680-68); Rafaela Gomes Dias (147.755.687-79); Raimunda Simone Lopes (645.307.958-53); Renata Gomes Pinto Dias (004.357.967-12); Roselane de Fatima Santos (949.080.879-20); Sandra Camara Chaves (244.618.734-04); Sonia Rosa de Brito Pinto (038.125.597-22); Sâmia Ruth Magalhães Sampaio (019.778.873-41); Tereza Correia Lima Alves (642.920.533-91); Yago Frota Pedrosa (059.009.833-07); Zaquias Curi Cruciol (586.253.721-04); Zilda Maria Lisboa Andrade (368.118.905-68)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11351/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis instituídas por ex-servidores do Ministério dos Transportes, em benefício dos interessados em epígrafe, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na IN nº 55/2007.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, tendo em vista que todos os beneficiários de pensão constantes foram excluídos por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:

a) considerar prejudicada a apreciação de mérito por **perda do objeto**, ante exclusão dos beneficiários, os atos de pensões instituídas por Aldebrando Rodrigues Costa (fls. 2/4, NC 10001506-05-2007-000323-0) Antonio Apolinário da Conceição, Edil Aleixo, Francisco Xavier, João José Prudêncio, Jose Caetano de Oliveira Filho (inicial e alteração, fls. 21/26), Jose da Costa Lobo, Jose Marques de Souza, Jose Teixeira Filho, Maria Zeneida Tavares Magalhães, Pedro Julião Sobrinho, Ricardo Jose dos Santos, Risoleta Ribeiro Silva dos Reis e Roque Amaro do Nascimento, nos termos do inciso II, do art. 7º da Resolução-TCU n.º 206/2007; e

b) **determinar a SEFIP**, com fulcro no inciso II, do §1º do artigo 6º, da Resolução n.º 2106/2007, **exclua,** em razão de duplicidade, o Formulário Sisac NC 10001506-05-2007-100323-3 (fls. 5/7).

1. Processo TC-023.569/2010-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Azely David Tolentino (572.422.677-49); Carla Christina Rodrigues de Goes (024.490.437-56); Carla Christina Rodrigues de Goes (024.490.437-56); Daniela de Moraes Santos (024.229.665-35); Deise Prudencio (026.791.539-01); Fabiana da Silva Cunha (704.268.211-49); Gustavo Aleixo Kanagusku (013.191.536-31); Hell Nubia Silva Marques (818.792.025-49); Itelvina Ventura Prudencio (005.566.389-30); Jacquelane Correia Marques (818.792.455-15); Jacqueline Correia Marques (818.793.935-49); Jacyra Conceição Xavier (573.786.067-15); Layla Santos de Oliveira (003.046.615-62); Leandro Aleixo Kanagusku (013.191.516-98); Marcelo Teixeira Macedo (616.397.963-04); Monica Amaro do Nascimento (644.206.043-87); Nayara Marques Ramos (818.667.635-04); Patricia da Silva Caetano de Oliveira (212.591.798-00); Patricia da Silva Caetano de Oliveira (212.591.798-00); Raquel de Oliveira Equey (104.515.547-01); Rivison Mackson Juliao Tavares (009.840.974-30); Thiago Santos Lobo (032.036.873-48); Vilson Joao Prudencio (786.168.089-49); Vitoria Altina Tavares de Magalhaes (618.258.673-72)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11352/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-033.217/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jaire da Silva Rhamnusia (508.100.227-53)
1.2. Unidade: Ministério de Minas e Energia (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11353/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-033.252/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aline Carvalho Guedes Dionizio (086.438.717-29); Douglas de Oliveira Santos (127.751.917-03); Maria Aurea de Oliveira Santos (687.086.967-72); Pedro Henrique Ferreira dos Santos (148.994.917-86)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11354/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-033.253/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ada Marisa Sampaio Schwarz (422.085.309-00); Adriano Lima dos Santos (046.746.963-64); Ana Maria Lima dos Santos (051.073.643-22); Catarina Neves Pereira (267.798.380-04); Cristiano Pereira (881.244.360-53); Elaine Silvestre da Costa Pereira (023.191.437-77); Evandro Lima dos Santos (012.513.523-83); Geralda Anunciacao de Brito e Silva (513.741.296-15); Heitor Gabriel Cabral Nogueira (069.896.604-06); Hugo Gabriel Cabral Nogueira (069.896.644-95); Iracema Ana Cunha de Sousa (753.535.803-97); Iris Brasileiro de Figueiredo (207.240.474-68); Jorgete Braga Muniz Barreto (088.747.195-15); Leandro José Porto Maia (022.945.373-27); Luiz Guilherme Silvestre Pereira (084.435.329-98); Marcus Tadeu Ribeiro de Barros (033.883.961-59); Maria Izabel Mello (192.310.837-91); Maria Rosalina Rodrigues Guedes (287.138.693-53); Maria da Conceicao Souza Santos (228.924.946-72); Maria de Fatima Lins de Melo (009.762.164-18); Maria do Carmo Alves Pinto (584.064.502-82); Marilene Partala Lovisa (023.760.179-63); Mateus Ribeiro de Barros (033.883.931-33); Milena Silvestre Pereira (084.435.599-26); Olga Suerda Cabral Nogueira (366.319.494-91); Olga de Almeida Dias Joaquim (069.223.837-96); Pedro Fernandes de Paula Neto (070.079.334-83); Pierina Aparecida Lorencini Manso (255.060.238-20); Rosa Maria Oliveira Bonifacio (085.026.251-87); Valmir Nunes de Figueirêdo Filho (008.304.654-21); Zenaide Ribeiro de Sousa (168.745.871-53)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11355/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-031.879/2011-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Acirema dos Santos Moreno (074.145.577-31); Alice Suzana Rodrigues Junior (313.251.878-60); Damilla Oliveira Chagas (042.589.485-19); Damine de Oliveira Daldegan (074.498.667-22); Darci da Conceiçao Cunha (428.872.591-72); Dilma Coelho Dantas (831.132.667-34); Edita Batova de Oliveira (226.205.788-50); Elaine Alves Correia Lima (070.714.097-81); Elenita Neves da Silva (776.083.647-34); Erika Marques Daldegan (825.682.607-00); Fatima Teresinha Daldegan (838.987.437-72); Iolanda Velasques Castro (145.073.582-72); Maria Givonete Pereira Marques (511.704.857-15); Maria Leda Freitas da Costa (113.436.052-53); Maria Olga Costa da Silva (002.238.125-28); Neuza Pimentel Bartolo (097.763.087-08); Otovildes Barros Ferreira (073.483.667-83); Salete Teixeira Silva (538.444.324-34); Sirleia Motta da Silva (087.158.857-98); Sonia de Sa Souza (068.975.957-64); Talita Costa Daldegan (084.763.257-11); Vera Lucia Marques Barcellos (025.491.797-65); Wanda Sanches Moreira (414.105.567-00); Yvonete de Albuquerque Chagas (662.559.967-00)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11356/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-033.193/2011-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia Barbosa de Abreu (068.926.587-50); Cleiton Silva Bernardo (118.710.067-67); Elizabete da Silva Santos (034.366.242-68); Lucia da Silva Costa (023.829.867-19); Maria José Rebouças (122.334.203-49); Nilson Silva Bernardo (118.710.047-13)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11357/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-030.063/2011-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aldo Acioli Bias (263.992.537-72); Arnaldo Jannuzzi (044.769.057-49); Carlos Ferreira da Vitoria (059.143.377-04); Claudecir Claudio Scatolin (694.190.437-20); Djalma Capistrano da Silva (006.213.231-87); Francisco Bevilaqua Vieira (058.918.683-34); Gilson de Assis Lopes (001.258.927-64); Jair Tavares da Silva (111.515.287-49); Jefferson Apolinario Goncalves Barbosa (009.452.667-23); Joao Maues (037.479.567-34); Jose Maria Toscano (060.992.207-63); José Bernardo Pereira (056.878.537-15); José Silvino Figueiredo (138.484.888-68); Luiz Gomes da Silva (012.381.244-53); Luiz Sodre Pereira (059.681.007-53); Manoel Martins do Nascimento (245.135.127-68); Manoel Pereira da Mota (067.440.607-91); Mario Luis de Magalhaes (670.053.147-00); Newton Rodrigues da Silveira (019.305.677-15); Odonias de Sousa Berbert (024.447.718-34); Olival Alves de Santana (651.450.895-20); Raimundo Paiva (080.272.697-68); Ricardo Augusto de Oliveira (001.617.447-02); Vanildo Pereira Dutra (290.939.377-15); Vicente Ferreira Velasco (007.541.881-91); Wanderley Silva de Carvalho (076.105.647-53)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11358/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Reforma, instituída por ex-servidores do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando o cruzamento com o sistema Sisac comprova que houve falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007,

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-033.181/2011-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jose Luiz Martins da Costa (340.117.577-72); Jose Pereira da Silva (057.394.037-15); Jurandyr Alves de Vasconcelos (280.362.047-20); Oseas Alves dos Santos (240.626.187-53); Raimundo Nonato de Araujo (004.213.242-87); Valter de Espindola (059.792.187-34)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11359/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material os Acórdãos

5338 (Ata n° 26/2011 - 2ª Câmara, Sessão: 26/7/2011 - Extraordinária) e **8206/2011** (Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara, Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária. - TCU), relativamente ao preâmbulo que antecede o Relatório e Acórdão, aonde foi informado erroneamente, o nome e CPF do Sr. Alexandre Edson Amorim de Queiroz no Rol de Responsáveis, para que:

- onde se lê:

"... Responsáveis: Ademar Macedo dos Santos (108.020.021-53); Ademar da Silva Junior (437.525.511-00); Alexandre Edson Amorim de Queiroz (764.516.151-53); Augusto César Merey Vilhalba (464.904.001-97); Cláudio George Mendonca (639.690.841-72); Cláudio Guterres Rubbo (274.428.611- 72); Fernando Camilo de Carvalho (289.038.118-87); Francisco Maximiano de Arruda (404.544.281-20); Fábio Edir dos Santos Costa (123.548.048-81); Geraldo Ferreira Salgado (382.566.736-72); Ione Cadan (388.944.839-91); Jonathas Soares de Camargo (472.679.330-68); José Carlos Batista Neves (304.923.199-87); José Roberto Giuliani (584.023.818-04); João Batista Andrade Filho (294.144.741-53); João Ramos Martins (195.719.849-49); Lea Maria Lagares (083.487.821-68); Leocir Paulo Montagna (445.327.171-91); Lourival Vieira Costa (487.781.508-25); Luiz Aurélio Adler Ralho (774.454.141-34); Luiz Carlos Ferreira Gomes (108.198.191-15); Luiz Cláudio Sabedotti Fornari (020.282.800-00); Marcelo Augusto Santos Turine (070.327.978-57); Maria Lizete Barreto de Menezes Brito (562.960.701-44); Maria de Lourdes e Silva (155.578.711-87); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Paulo Antunes de Siqueira (368.498.711-53); Robert Schiaveto de Souza (338.286.871-72); Rose Ane Vieira (365.768.161-20); Sebastiao Vieira Davila (024.640.391-87); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (209.694.306-04); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91); Ubiratan Reboucas Chaves (138.762.011-87); Valdomiro Pereira de Oliveira (075.078.521-72); Vera Lúcia Carregaro Basillio (309.709.201-30)."

- leia-se:

"... Responsáveis: Ademar Macedo dos Santos (108.020.021-53); Ademar da Silva Junior (437.525.511-00); Augusto César Merey Vilhalba (464.904.001- 97); Cláudio George Mendonca (639.690.841-72); Cláudio Guterres Rubbo (274.428.611-72); Fernando Camilo de Carvalho (289.038.118-87); Francisco Maximiano de Arruda (404.544.281-20); Fábio Edir dos Santos Costa (123.548.048-81); Geraldo Ferreira Salgado (382.566.736-72); Ione Cadan (388.944.839-91); Jonathas Soares de Camargo (472.679.330-68); José Carlos Batista Neves (304.923.199-87); José Roberto Giuliani (584.023.818-04); João Batista Andrade Filho (294.144.741-53); João Ramos Martins (195.719.849-49); Lea Maria Lagares (083.487.821-68); Leocir Paulo Montagna (445.327.171-91); Lourival Vieira Costa (487.781.508-25); Luiz Aurélio Adler Ralho (774.454.141-34); Luiz Carlos Ferreira Gomes (108.198.191-15); Luiz Cláudio Sabedotti Fornari (020.282.800-00); Marcelo Augusto Santos Turine (070.327.978-57); Maria Lizete Barreto de Menezes Brito (562.960.701-44); Maria de Lourdes e Silva (155.578.711-87); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Paulo Antunes de Siqueira (368.498.711-53); Robert Schiaveto de Souza (338.286.871-72); Rose Ane Vieira (365.768.161-20); Sebastiao Vieira Davila (024.640.391-87); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (209.694.306-04); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91); Ubiratan Reboucas Chaves (138.762.011-87); Valdomiro Pereira de Oliveira (075.078.521-72); Vera Lúcia Carregaro Basillio (309.709.201-30)."

- Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-MS e o pelo Ministério Público, comunicando o teor deste Acórdão aos responsáveis, ao Sr. Alexandre Edson Amorim de Queiroz (CPF 764.516.151-53) e à Ouvidoria/TCU.

1. Processo TC-017.905/2009-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Interessados: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - SEBRAE- MS/MDIC e Magalhães da Rocha, Medeiros e Figueiredo Advogados Associados S/S.

1.2. Responsáveis: Ademar Macedo dos Santos (108.020.021-53); Ademar da Silva Junior (437.525.511-00); Augusto César Merey Vilhalba (464.904.001-97); Claudio George Mendonca (639.690.841-72); Cláudio Guterres Rubbo (274.428.611-72); Fernando Camilo de Carvalho (289.038.118-87); Francisco Maximiano de Arruda (404.544.281-20); Fábio Edir dos Santos Costa (123.548.048-81); Geraldo Ferreira Salgado (382.566.736-72); Ione Cadan (388.944.839-91); Jonathas Soares de Camargo (472.679.330-68); José Carlos Batista Neves (304.923.199-87); José Roberto Giuliani (584.023.818-04); João Batista Andrade Filho (294.144.741-53); João Ramos Martins (195.719.849-49); Lea Maria Lagares (083.487.821-68); Leocir Paulo Montagna (445.327.171-91); Lourival Vieira Costa (487.781.508-25); Luiz Aurélio Adler Ralho (774.454.141-34); Luiz Carlos Ferreira Gomes (108.198.191-15); Luiz Cláudio Sabedotti Fornari (020.282.800-00); Marcelo Augusto Santos Turine (070.327.978-57); Maria Lizete Barreto de Menezes Brito (562.960.701-44); Maria de Lourdes e Silva (155.578.711-87); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Paulo Antunes de Siqueira (368.498.711-53); Robert Schiaveto de Souza (338.286.871-72); Rose Ane Vieira (365.768.161-20); Sebastiao Vieira Davila (024.640.391-87); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (209.694.306-04); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91); Ubiratan Reboucas Chaves (138.762.011-87); Valdomiro Pereira de Oliveira (075.078.521-72); Vera Lúcia Carregaro Basillio (309.709.201-30)

1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE-MS)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (SECEX-MS).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Luiz Aurélio Adler Ralho (OAB/MS 11.639), Jussara de Faria Malheiros (OAB/DF 10.665); Larissa Moreira Costa (OAB/DF 16.745); Paulo Ricardo Brinckmann Oliveira (OAB/DF 19.415); Rafael Fernandes Machado de Oliveira (OAB/DF 21.265); Rosane de Cássia Ferreira Azevedo (OAB/DF 26.434); Sérgio Thiago Costa Carazza (OAB/DF 23.452); Simone Aparecida Caixeta (OAB/DF 20.933) e Carlos Alberto de Medeiros (OAB/DF 7.924).

ACÓRDÃO Nº 11360/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 9.1 do Acórdão 7295/2011 - TCU - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 30/08/2011, Ata nº 31/2011, relativamente ao item x e subitem x.x, assim como no preambulo que antecede o Relatório (quando houver), para que, onde se lê: *"R$ 29.906,89 (vinte e nove mil, novecentos e seis reais e oitenta e nove centavos)"*, leia-se: *"R$ 26.906,89 (vinte e seis mil, novecentos e seis reais e oitenta e nove centavos)"*, mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-MG e pelo Ministério Público.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-006.179/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Antonio Trindade Neto (554.770.206-44); Gilson Mendes Lima (233.989.906-06); Jailson Mendes Cordeiro (619.495.316-00); Jal Engenharia Ltda (03.080.095/0001-99); Josemar Soares Lima (146.485.636-20)
1.2. Unidade: Município de Varzelândia - MG
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.5. Advogado constituído nos autos: Frank Weslen Lopes (OAB/MG nº 122.336)

ACÓRDÃO Nº 11361/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208, 143, inciso I e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. João Batista da Silva (CPF 009.503.606-78), dando-lhe quitação, considerando que as falhas evidenciam impropriedade de natureza formal de que não resultaram dano ao Erário; encaminhar cópia deste Acórdão ao responsável e à Controladoria-Geral da União em Minas Gerais, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.615/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: João Batista da Silva (009.503.606-78)
1.2. Unidade: Município de Ataléia/MG
1.3. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - FNS
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.6. Advogado constituído nos autos: João Paulo Alves Figueiredo, OAB/MG 100.494

ACÓRDÃO Nº 11362/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso III e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em :

a) dar por **cumprida** a determinação formulada à Ciset/PR no item 6.3.1 do Acórdão 166/2008 - TCU - 2ª Câmara e reiterada no item 1.9 do Acórdão 974/2010 - TCU - 2ª Câmara (item 30);

b) **encaminhar cópia** da instrução à 8ª Secex, para que essa unidade avalie a possibilidade de acompanhar a adequação no Siape, a ser realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para implementar módulo de desconto para pensionistas e ampliar o limite de desconto no caso dos aposentados, de modo a permitir que os valores pagos indevidamente, pela Imprensa Nacional, a beneficiários falecidos sejam compensados por valores que seus sucessores têm a receber, em virtude das vantagens dos 28,86% e 3,17%, provenientes dos reajustes concedidos aos servidores do Poder Executivo Federal, pelas Medidas Provisórias 1.704/98 e 2.225-45/2001 e pelo Decreto 2.693/98 (item 15);

c) **dar ciência** deste Acórdão à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR) e à Imprensa Nacional (IN/PR); e

d) **apensar** estes autos ao TC 014.828/2008-2, nos termos do art. 42, *caput*, da Resolução- TCU 191, de 21/6/2006.

1. Processo TC-009.413/2010-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo 6ª
1.2. Unidade: Imprensa Nacional - PR
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11363/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso III e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendidos os subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4 do Acórdão 1136/2011-Plenário; dar ciência deste Acórdão ao Conselho Curador do Fundo de Compensações de Variações Salariais (CCFCVS), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), ao Conselho Curador do FGTS, à Caixa Econômica Federal (CEF) e à Emgea; e arquivar os autos nos termos do art. 169 do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-015.883/2011-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: (SECEX-2).
1.2. Unidades: Caixa Econômica Federal - MF e Empresa Gestora de Ativos - MF
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11364/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de comunicação dirigida a este Tribunal pelo Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, na qual é apontada suposta irregularidade ocorrida na gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no Município de Belém/AL (Peça 1, p. 1-3); com fundamento nos arts. 143, III, e 237, ,III e parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; ACORDAM em conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la improcedente, enviar cópia deste Acórdão, acompanhada de cópia dos autos, ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e ao Coordenador Geral de Operacionalização do Fundeb do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para conhecimento; e arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.564/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
1.2. Unidade: Municipal de Belém/AL
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11365/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata sobre o pedido de providências cabíveis aos órgãos de controle e fiscalização quanto ao alegado desvio de verbas públicas federais relativas ao Fundeb, no município de Ulianópolis/PA, com fundamento no art. 132, inc. III, da Resolução TCU nº 191/2006, e artigos 143, III , 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, encerrar os presentes autos, na forma prevista no art. 40, inciso I da Resolução/TCU nº 191/2006; e apensar o presente processo ao TC-011.338/2011-3 por tratar da mesma matéria, e comunicar a interessada, conforme instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-013.289/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Corregedoria Regional de Polícia Federal - Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará.
1.2. Unidade: Município de Ulianópolis/PA
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 11366/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de representação impetrada pela Cooperativa Rio-Pretense de Serviços de Transporte de Cargas e Passageiros - COORPTRANS, com pedido de suspensão cautelar, por possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico PE.DRL.O.00011.2011 de Furnas Centrais Elétricas S.A., com fundamento nos artigos 113, §1º, da Lei 8.666/1993 c/c os 143, III e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU; ACORDAM em conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la improcedente, dando ciência ao representante com o envio de cópia deste Acórdão e arquivar os presentes autos, com fulcro no artigo 40, inciso III da Resolução-TCU 191, de 21 de junho de 2006, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.487/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Cooperativa Rio-pretense de Serviços de Transporte de Cargas e Passageiros (09.510.802/0001-16)
1.2. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
1.5. Advogados constituídos nos autos: José Luís Polezi, Brasileiro, OAB-SP 80.348, Gualter Joo Augusto, Brasileiro, OAB-SP 119.458, Vladimir Coelho Banhara, Brasileiro, OAB-SP 218.370
1.6. Indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela Cooperativa Rio-Pretense de Serviços de Transporte de Cargas e Passageiros - COORPTRANS, uma vez ausente o pressuposto do *fumus boni iuris* necessário para adoção da referida medida (item 5.4);
1.7. Considerar o mérito da representação improcedente, visto que não restou evidenciado que a exigência de qualificação técnica, Seção III, item 3.3 (b) e (c) do Pregão Eletrônico PE.DRL.O.00011.2011, atualmente agrupado no item (b) por meio do suplemento 2 ao Edital, seja desproporcional ou desnecessária pois segue a legislação para o transporte de passageiros e fretamentos no município onde ocorrerá a prestação do serviço (item 5.5);
1.8. Dar ciência a Furnas Centrais Elétricas que, com fundamento no disposto no art. 28, V, e art. 30, IV, da Lei nº 8.666/93, deve ser verificado na fase de habilitação o atendimento de requisitos previstos em lei especial, inclusive regulamentação do município onde será prestado o serviço (precedentes Acórdão nº 703/2007 e nº 1.908/2009, ambos do Plenário).

d) Ministro José Jorge (Relação nº 36); e

ACÓRDÃO Nº 11367/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão da interessada Maria de Nazaré de Matos Sanchez, CPF nº 224.017.849-34 e considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessões constantes do presente processo, dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento pelo órgão de origem, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal, e mandar fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.437/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Pereira Nunes (313.046.649-53); Aquilino Antônio dos Santos (049.226.549-68); Aquilino Antônio dos Santos (049.226.549-68); Claudia Gonçalves de Sousa (179.130.049-91); Coralucia Chaltein Bello Rodrigues (333.584.357-68); Crenilde Rodrigues Campelli (029.919.349-72); David Rivero Tames (047.394.269-00); Dilma Dias Galitzki (019.732.079-15); Edna Garcia Maciel Fiod (551.511.759-04); Maria da Conceição Cordeiro Manhaes (229.879.671-87); e Maria de Nazaré de Matos Sanchez (224.017.849-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
1.6.1. exclua dos proventos dos interessados a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);
1.6.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão aos interessados, alertando-os de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não os eximirão da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;
1.6.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados tomaram ciência do julgamento deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 11368/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.355/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Carvalho Faria (289.740.931-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11369/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.639/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Alves de Oliveira (059.728.683-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11370/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento pelo órgão de origem, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal, e mandar fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.625/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Clarice de Paula Macaneiro (238.357.709-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
1.6.1. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);
1.6.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão à interessada, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;
1.6.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do julgamento deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 11371/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento pelo órgão de origem, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal, e mandar fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.628/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizabeth Rosito da Costa Marques (131.575.310-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
1.6.1. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);
1.6.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão à interessada, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;
1.6.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do julgamento deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 11372/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento pelo órgão de origem, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal, e mandar fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.630/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marco Antonio Sanford de Vasconcelos (002.627.069-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
1.6.1. exclua dos proventos do interessado a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);
1.6.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão ao interessado, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;
1.6.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do julgamento deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 11373/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria sob o nº de controle 10795006-04-1998-000347-8, dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento pelo órgão de origem, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal, e mandar fazer a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.631/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Denise Mendes de Figueiredo (433.282.619-15); Denise Mendes de Figueiredo (433.282.619-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinar:
1.6.1. à SEFIP que exclua do Sistema Sisac, por duplicidade, o ato de nº de controle 10795006-04-2008-000231-0, referente à interessada Denise Mendes de Figueiredo;
1.6.2. à Universidade Federal de Santa Catarina que exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);
1.6.2.1. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão à interessada, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;
1.6.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do julgamento deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 11374/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.778/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celestina Santana da Luz (031.786.138-70); Geraldo Barroso Filho (268.127.977-15); José Correia dos Santos (053.974.484-00); Marilene Protásio Souza (594.016.564-87); Marlene Nascimento de Souza (197.453.384-00); Reginaldo Vituriano de Mendonça (224.783.024-20); Suely Lins Galdino (202.821.254-34); Vincenzo Di Matteo (095.801.314-49); e Witold Skwara (094.098.314-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11375/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.972/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Redilamar Souza Barros (086.417.574-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11376/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.999/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleyde de Alencar Tormena (428.125.007-78); Geralda Dilma Franco Vieira (120.005.661-20); Maria Madalena Antunes (221.041.861-53); Pedro Ferreira de Andrade (052.007.765-20); e Roberto Tajiki (513.404.708-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11377/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.003/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Izabel Gomes dos Santos (055.181.642-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11378/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.006/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Regina Bertholini Aguilar (091.118.831-20); Nelson Garanhani (092.824.839-91); e Tito Ademar Coene (073.822.941-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11379/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.007/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldoncia Guimarães Lima (207.783.253-34); Durwagner Barros da Silveira' (012.100.503-82); Julio Soares Guimarães Santana Junior (539.853.547-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11380/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.019/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Pimentel Dias (163.650.546-53); Fernando Moreira dos Santos (001.332.646-53); Ismenia Pereira Bonaparte (319.113.826-91); Judy Norka Rodo de Mantilla (020.447.008-08); Maria das Graças Cunha Loiola (202.180.796-72); Paulo Raymundo Lobo Dias (076.469.506-10); Sirlande Werneck Caetano (124.886.826-91); e Sérgio Alves Peixoto (329.914.957-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11381/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.021/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Maria Corrêa Machado (190.064.111-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11382/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.022/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Esmeralda Simões Araujo (066.716.244-53); Heraldo dos Santos Pereira (157.386.554-00); José Fernando Galvão dos Santos (075.229.594-20); Maria de Fátima Yasbeck Asfora (040.685.054-20); Mônica de Souza Menezes (169.383.484-72); Sivonelio José Pacheco da Silva (075.177.004-30); e Suzana Maria Menezes dos Santos (122.841.144-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11383/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.056/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Izolde Roquitski (651.562.269-49); e Vergilio Silveira da Costa (323.026.579-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11384/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.309/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jacira dos Santos Oliveira (183.615.875-00); Marina Daltro de Jesus (196.706.135-15); Sônia da Silva Laborda (211.888.585-72); e Vania Maria Dourado de Oliveira e Silva (231.948.715-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11385/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.485/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marli Duffles Donato Moreira (724.597.357-15); Marli Guayanaz Muratori (255.279.837-34); Marlon da Silva Pinheiro (034.385.247-08); Marluce Alves Pelegrino (252.876.307-78); Marly Teixeira da Silva (734.982.037-20); Marta Citelli dos Reis (073.092.707-54); Marta Cristina Bartolomeu Halicki (012.380.327-61); Marta Diniz Paulo de Assis (833.140.167-00); Marta Iracema Fontes (747.242.827-20); Marta Lima de Souza (011.610.107-50); Martha Werneck de Vasconcellos (082.932.907-22); Marynes Torres de Lima (410.210.456-91); Mateus Joffily (025.212.197-03); Matilde Saul Edelman (408.352.007-87); Mauricio Balthazar Romano (087.946.557-31); Mauricio Bessa Willecke (005.035.837-58); Mauricio Ciarovolo Martins (086.177.797-21); Mauricio Gomes de Matos (023.423.867-45); Mauricio Medici Metri (025.463.717-54); Mauricio de Almeida Mattos (090.605.637-35); Mauricio de Bragança (018.909.777-99); Mauricio de Carvalho Machado (081.944.057-42); Mauro Alexandre de Oliveira Prioste (018.488.567-17); Mauro Henrique Chaves Farias (103.963.007-31); Mauro Luis Iasi (033.406.578-07); Mauro Rufino Martins (994.274.357-04); Mauro Sergio Aguiar Joaquim (015.780.667-78); Mayara Ribeiro Guimarães (042.981.537-97); Mayuri Shinohara Hassano (179.892.318-16); Mazati Maciel Moreira (028.281.477-97); Meri Ane Silva Fernandes (051.416.967-23); Messias Tadeu Capistrano dos Santos (072.079.947-37); Michael Correa Monteiro (024.193.317-02); Michael Dezan Hosken de Alvarenga (081.493.167-79); Michaelle Cristina Barbosa Pinheiro (080.895.627-28); Michel Perreault (054.392.587-01); Michela Rosa Di Candia (070.787.547-19); Michele Abreu Vivas (038.753.837-29); Michele Cristine Pereira de Melo (047.512.957-13); Michele Dias Augusto (094.123.147-01); Michele Karla Damacena da Silva (084.505.967-00); Michele Lopes Pedrosa (042.920.167-20); Michele Morgane de Melo Mattos (827.251.605-53); Michele Pereira de Souza da Fonseca (099.440.687-80); Michele Pucarelli (809.169.707-44); Michele Ramos Lourenço (099.002.267-63); Micheline Abreu Rayol de Souza (018.260.407-14); Micheliny Jafar (735.438.706-10); Michelle Barreto Silva (097.359.277-05); Michelle Cunha Sales (907.886.303-00); Michelle Frazão Muzitano (087.886.787-25); Michelle Gomes Alonso Dominguez (082.488.227-02); Michelle Ribeiro Lage de Amorim (124.227.227-50); Michelle Vieira Lopes dos Santos (101.487.187-52); Michelle de Aquino Martins (075.253.587-02); Midia de Souza Silva (121.968.977-79); Midori Maeshiro (042.969.297-80); Miguel Alexandre Novak (504.566.017-91); Miguel Angel Zamorano Heras (060.249.337-46); Miguel Armony (046.962.127-34); Miguel Marques Ferreira (644.164.457-68); Miguel Victor Neves Saraiva (056.927.467-27); Miguel de Laquila Oliveira (104.161.367-96); Milan Merkle (058.411.817-18); Milay Adria Ferreira Francisco (311.578.988-23); Mileane de Souza Busch (055.119.917-24); Milena Maximo Pereira (092.565.567-82); Millene Ramos Sandinha (102.410.937-24); Milton José da Silva Filho (397.916.967-72); Milton Nogueira da Silva Júnior (090.223.067-04); Milton Sergio Santos Madeira (997.171.747-68); Miriam Cristina Alvarez Pereira (987.125.277-34); Miriam Silva dos Santos (983.806.647-87); Miriam Viniskofske (628.699.737-72); Mirian Keiko Luz Ito Rovo de Souza Lima (992.791.347-87); Mislaine Francoise de Araújo (082.033.167-86); Mitre Costa Dourado (935.858.965-53); Moacyr Daemon Henriques Filho (982.600.497-91); Moema de Alencar Hausen (073.275.187-03); Moises Virginio do Nascimento (809.580.367-72); Monica Alvarez Gomes das Neves (024.086.537-54); Monica Amim (799.851.147-87); Monica Anjos de Souza (052.142.517-42); Monica Batista Dias de Souza (016.646.557-78); Monica Botelho Alvim (691.146.687-34); Monica Costa Padilha (071.183.007-05); Monica Cristina Riccio Ribeiro (946.538.877-72); Monica Cristina Telles de Amorim (006.696.277-39); Monica Cristina de Moraes (564.719.556-34); Monica Genelhu Fagundes (085.908.597-03); Monica Huguenin de Araujo Faria (018.733.237-19); Monica Maria dos Santos Souza (021.423.577-76); Monica Merçon Tezolin Barros Almeida (865.988.567-87); Monica Mesquita Marinho de Carvalho (759.251.417-68); Monica Moraes Lins de Barros (075.411.407-40); Monica Nascimento de Sousa (095.744.057-02); Monica da Cunha Barros (012.470.607-05); Monica da Silva Gomes (023.583.117-40); e Monica dos Santos Sales (811.795.377-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11386/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010 em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal) dos interessados Jairo José Coura, CPF nº 139.324.466-15 e Marcio Franca de Melo, CPF nº 703.590.241-49, e considerar legais, para fins de registro, os demais atos de admissões constantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.533/2010-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Barbosa de Oliveira (022.054.997-42); Ana Paula Antunes (028.463.107-85); Beatriz Cathala Esberard (086.900.337-26); Carolina Romero Cardoso Machado (809.210.941-91); Emilio Carlos Rosado Vitorino de Assunção (853.995.153-34); Emir Guimarães de Oliveira Silva (002.228.427-33); Fabio Chaves Cardoso (079.975.767-54); Jairo José Coura (139.324.466-15); Janaina Rodrigues Oliveira Garçone (053.897.747-79); Juliana Flavia Fontes e Silva (033.535.716-47); Marcio Franca de Melo (703.590.241-49); e Renato Abrantes Luna (016.812.207-33).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11387/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.891/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Nete Gomes da Silva (894.680.743-15)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11388/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.896/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Cavalcante Chaves (009.931.994-29); Alano Filgueira de Melo (045.152.864-63); Anacléa de Souza Cruz (938.111.364-53); Arthur Salgado de Medeiros (057.413.924-90); Carolina Chaves Gomes (012.044.434-83); Caroline Stephanie Campos Arimateia Magalhães (029.951.844-20); Clayton Maciel Costa (050.910.734-69); Dilene de Fátima de Lima Paulo (797.405.024-15); Francisco Fred Lucas Linhares (013.595.264-63); Ineuda Maria Alves Ferreira Lima (262.432.293-00); Kalenus Pires da Nóbrega (065.135.204-52); Kátia Cristina Dantas da Câmara (838.843.194-34); Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade (023.588.014-02); Maria Elizabete Sobral Paiva de Aquino (761.819.954-04); Maria das Graças de Araújo (878.015.074-87); Martha Regina da Silva Carvalho Gurgel (671.982.954-87); Priscylla Cinthya Alves Gondim (034.024.404-66); Valcinete Pepino de Macedo (034.674.534-90); Vera Lucia Silva (422.731.104-72); e Érica Milô de Freitas Felipe Rocha (840.886.053-49).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11389/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.905/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Abrahão Cury (058.967.506-09); Ana Paula Fortuna Perez (222.942.808-06); Camila Silva Peres Cancela (029.145.256-64); Cristiano Schetini de Azevedo (032.396.116-94); Daiane de Souza Marriel Baeta (074.242.396-43); Diego Zuquim Guimarães Garcia (308.677.428-28); Éden Sila Peretta (274.902.278-95); Edney Augusto Jesus de Oliveira (014.690.466-44); Eliane Aparecida Lima e Silva (877.697.606-82); Elisangela Queiroz Veiga (942.299.885-91); Elton Maximo Cardoso (055.341.016-44); Eva Bessa Soares (827.637.806-44); Fernando do Carmo Araújo Milagres (071.516.526-74); Guilherme Ferreira Trezza Knop (064.668.116-89); Helgem de Souza Ribeiro Martins (075.813.176-33); Isabela Perucci Esteves Fagundes (067.364.146-52); Juan Carlos Galvis Manso (232.110.068-00); Karla Moreira Vieira (045.400.596-29); Luciana da Costa Dias (077.232.167-18); Luciano Batista de Oliveira (039.079.626-30); Marcelo Barros de Borba (803.394.920-15); Maria José Paes Roque Pinto (545.993.006-59); Mariana Cristina Moreira Souza (065.450.666-33); Marilene Andrade Ferreira Borges (175.292.806-78); Mirian Assumpção e Lima (426.768.866-49); Paulo Henrique Aguiar Mendes (956.163.496-15); e Wellington Tavares (069.434.416-80).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11390/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.947/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gisela da Cruz Ferreira (103.319.817-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11391/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.950/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréia Henzel (974.211.380-72); Daiane Pinheiro (005.091.840-06); Gabriela Almeida Lovato (811.335.610-04); Gisele Dotto Reginato (005.032.240-06); Lilian Piecha Moor (007.845.450-65); e Márcia Bandeira Landerdahl Maggioni (952.847.450-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11392/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.147/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Moreira Verly (084.999.997-94)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11393/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.152/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hélio Oliveira Ferrari (167.162.518-80)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11394/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.157/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alba Sandyra Bezerra Lopes (068.920.744-13); Fernando César de Abreu Viana (739.175.404-87); e Marcilio Miranda de Carvalho (877.434.183-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11395/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.169/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jair Moreira Dias Júnior (503.840.159-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11396/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.666/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Frida Tereza Matke (864.133.419-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11397/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.745/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vinícius Ribeiro Dias (131.180.747-01)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11398/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.592/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Devair Cassiano (026.109.946-99)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11399/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.327/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Denis Castro da Silva (071.441.789-03); Maria Emilia Antunes de Castro (713.125.609-91); Mario Feiten (028.866.939-87); e Neli Nascimento da Silva (245.329.169-68).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11400/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-031.944/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Evete Lemos da Costa Reis (223.236.274-49); e Maria Regina Mendes da Silva (231.560.074-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11401/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.258/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria das Graças Silva (184.629.101-10)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11402/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.260/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônio Claret Gomes Junior (097.272.756-64); Bruno Tavares Guimarães (074.196.166-04); Carla Tavares Guimarães (074.197.976-41); Joseane Machado (031.581.206-07); Maria Aparecida Pereira Bacelar Gomes (692.941.006-34); Nadir Aparecida Tavares Guimarães (486.918.606-34); Renan Hans da Silva Olivas Fonseca (102.162.446-25); Renan Lucas Machado Pinto (104.911.146-05); Ronny Elias Machado Pinto (104.911.136-25); Rudy Luiz Machado Leite (101.952.876-14); e Tereza de Souza Silva (029.722.496-40).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11403/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.261/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Juliana Dalia Paredes (008.613.444-21); e Lindalva Maria de Oliveira (209.103.634-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11404/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.262/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Berenice Galvão de Figueiredo Valente (235.443.924-53); Charles Pinheiro Cabral de Souza (051.693.404-00); Henrique Pinheiro Cabral de Souza (051.693.424-46); Maria Amélia Paes Barreto Gama (698.654.504-53); Maria Cecilia Torquato de Figueiredo Valente (905.905.894-15); Marilene Torquato dos Santos (034.544.604-68); Sônia Lúcia Pinheiro de Souza (184.482.324-53); Virgílio Barrreto Gama (009.612.174-21); e Waldemar de Figueiredo Valente Filho (905.905.974-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11405/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.265/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cleuza Maria Martinho Ramos (546.026.536-34); Maicon Junio Brigida (078.830.526-32); Maria Aparecida Rosa Brigida (898.831.366-68); Maria Aparecida Siqueira Barbosa da Silva (998.744.076-20); Maria José Caetana Penha (034.446.556-06); Marilda Monteiro Ferreira Coelho (550.751.186-15); Marlon Martinho Brigida (078.830.466-67); Milton Isidoro Ribeiro (057.515.276-15); e Olmira Cândida da Silva (007.286.976-37).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11406/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.278/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Silva Santos (004.804.555-11); Josmara Bartolomei Fregoneze (566.640.369-91); Maria de Lourdes dos Santos (386.075.905-10); e Maria do Bonfim Mascarenhas Andrade (107.272.995-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11407/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.281/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Eva Jeremias Gomes (049.467.956-50); Lais de Albuquerque Guimarães (007.771.106-87); e Vilma Filgueiras Pereira (904.992.126-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11408/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.282/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivanira Pinto de Alencar (396.309.194-00); Joana Santana da Silva (585.064.114-91); Kemilly Pereira Macedo (107.559.864-82); Laura Emanuele Serrano de Macedo (099.011.724-38); Marcos Antônio Rodrigues de Macedo Júnior (107.559.894-06); Maria Vieira de Moura (343.096.324-91); e Selma Pereira Xavier de Macedo (031.395.204-33).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11409/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.284/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arthur Romão Grangeiro do Monte (085.983.034-96); Lais Erika Grangeiro do Monte (085.983.144-20); Luisa Maria da Silva (053.554.564-99); Lúcia Helena dos Santos Menezes (198.188.234-00); Maria Lecir Bezerra (078.217.194-04); Maria da Conceição Ferreira Silva (319.014.174-68); e Taciana Lobo de Mattos (653.589.534-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11410/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a empresa J. Anchieta Júnior, por intermédio de seu procurador, Walter Costa Porto, interpôs recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 4224/2010-TCU-2ª Câmara, retificado pelo Acórdão nº 5787/2011-TCU-2ª Câmara, em sede de tomada de contas especial, que, dentre outras providências, julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito e de multa;

Considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias (art. 33 da Lei nº 8.443/1992);

Considerando que o recorrente foi notificado da mencionada deliberação em 26/08/2011 e a protocolização do recurso ocorreu em 23/09/2011;

Considerando que o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 285, § 2º, do Regimento Interno, não autoriza o conhecimento de recurso intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos;

Considerando que o recorrente não apresentou na peça recursal elementos que afastem a intempestividade do recurso, o que enseja o não conhecimento;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade Técnica e do Ministério Público pelo não conhecimento do recurso:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em não conhecer do recurso por intempestivo e não apresentar fatos novos; manter inalterado o Acórdão recorrido e dar ciência desta deliberação ao interessado:

1. Processo TC-012.816/2006-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL) - Apensos: 027.086/2010-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.087/2010-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.938/2010-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.088/2010-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.1. Responsáveis: Antônio Nunes Cruz (042.968.422-34); Aparecido Vieira Lopes (333.934.949-53); J. Anchieta Júnior (34.808.436/0001-23); Terezinha de Jesus Dal Correa (164.127.532-49)
1.2. Entidade: Município de Mucajaí/RR
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex-RR)
1.5 Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359), Adale Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453) e Guilherme Augusto F. Fregapani (OAB/DF 34.406)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11411/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 237, inciso VI, e 250 do Regimento Interno, em considerar improcedente a representação adiante relacionada, já conhecida por despacho do Relator, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Universidade Federal do Paraná e ao Hospital de Clínicas da UFPR, autorizando o subsequente arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.477/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Hospital de Clinicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR/MEC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11412/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze ingressou com pedido de reexame contra o Acórdão nº 6753/2011 - TCU - 2ª Câmara, que conheceu da presente representação, considerou-a improcedente e arquivou o processo;
Considerando que o Sindiquize apresentou os mesmos argumentos constantes da representação já examinada pelo Tribunal, requerendo a reforma do mencionado Acórdão para que o TCU determine a nulidade do Ato Regulamentar GP 12/2007 da licitação nº 3631d53 do Edital CP059/10 e do processo CP059/10;
Considerando que a documentação apresentada não contém fatos novos capazes de alterar o mérito do Acórdão ora recorrido;
Considerando que não há legitimidade e interesse recursal, bem como este instituto não se presta para a tutela de interesse subjetivo do recorrente;
Considerando que o parecer da Serur é pelo não-conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal, nos termos do art. 146, §1º, e 282 do Regimento Interno:
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo relator, em não conhecer do presente pedido de reexame, manter a deliberação recorrida e dar ciência ao recorrente:

1. Processo TC-014.184/2011-7 (Representação)
1.1. Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze (57.503.922/0001-39)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Relator deliberação recorrida: Ministro José Jorge
1.5. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos e Secretaria de Controle Externo (Secex-SP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

e) Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (Relação nº 38).

ACÓRDÃO Nº 11413/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.246/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rinaldo Costa Lima (CPF 007.074.306-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região TRT/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11414/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.418/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Iacira Cabral de Vasconcelos Ferro (CPF 132.694.104-68) e Milaid de Maria Gomes Costa (CPF 094.938.243-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Maranhão - Incra/MA - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11415/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.427/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Regina Alves (CPF 010.848.048-83); Maria Cristina Copelli (CPF 509.672.828-53); Milton Alves (CPF 014.569.998-69); e Severina Miranda da Silva (CPF 899.499.008-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de São Paulo - Incra/SP - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11416/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento de sua beneficiária, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.204/2008-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Solange Marisa Alonso Pinto (CPF 290.449.798-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11417/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de aposentadoria da Sra. Sebastiana Estanislau de Oliveira Alves;
Considerando que o ato foi julgado ilegal pelo Acórdão nº 1165/2011 - 2ª Câmara, prolatado em 22 de fevereiro de 2011;
Considerando que a referida decisão determinou ao Incra que fizesse cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
Considerando que o citado aresto trouxe ainda determinação à Sefip para que monitorasse o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
Considerando que o Incra informou ao TCU, por meio do Ofício nº 104/2011/DA, de 11 de abril de 2011, que a inativa optou por permanecer aposentada e que ela estaria adotando as providências necessárias ao recolhimento da contribuição previdenciária referente ao tempo rural;
Considerando, porém, que a interessada impetrou Ação Ordinária nº 25836.09.2011.4.01.3400 na 5ª Vara Federal do DF, com a finalidade de impedir o cumprimento de medida oriunda do TCU no retromencionado Acórdão nº 1165/2011 - 2ª Câmara, tendo sido, em 9 de maio de 2011, concedida a antecipação de tutela para suspender a exigibilidade da questionada decisão desta Corte de Contas;
Considerando os termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011, que diz respeito ao tratamento a ser dado às decisões judiciais, liminares ou de mérito ainda não transitadas em julgado, as quais impedem que órgãos e entidades da Administração Pública cumpram determinações expedidas pelo TCU, definindo, nos casos que envolvam a Administração Federal Direta, autárquica e fundacional, o seguinte, **literis**:
"a) na hipótese de a ordem judicial se referir a mandado de segurança contra ato do gestor público executado em razão de determinação do TCU, seja determinado o encaminhamento ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para a adoção das providências cabíveis, com ciência da Conjur e dos órgãos jurisdicionados destinatários das decisões deste Tribunal;
b) nas outras hipóteses, as informações necessárias ao acompanhamento de ações judiciais nas quais haja decisões que impeçam o cumprimento de acórdãos do TCU devem ser encaminhadas ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para a adoção das providências cabíveis, com ciência da Conjur e dos órgãos jurisdicionados destinatários das decisões deste Tribunal;"
Considerando os pareceres coincidentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em arquivar os presentes autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.325/2008-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sebastiana Estanislau de Oliveira Alves (CPF 049.131.671-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que notifique o Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, para fins de acompanhamento da Ação Ordinária nº 25836.09.2011.4.01.3400 que tramita na 5ª Vara - Seção judiciária do Distrito Federal.

ACÓRDÃO Nº 11418/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.970/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mara Beatriz Gomes de Moraes (CPF 376.001.840-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Incra/RS - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11419/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.648/2008-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ceres de Oliveira Nogueira (CPF 021.328.868-06).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11420/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.691/2010-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alessandra Sousa da Silva Andrade (CPF 094.349.597-05); Allan Charles de Almeida Mendes (CPF 060.512.897-98); Claudia Regina Ferreira Landim (CPF 741.248.547-49); Geraldo das Mercês Paes Ferreira Landim Junior (CPF 087.801.807-79); Gilvanete Gomes Mendes (CPF 528.298.047-91); Helena de Noronha Coutinho Marques (CPF 018.645.377-95); Julia Gabriele Marques da Silva Bauer (CPF 143.956.027-70); Lucas Riviello (CPF 144.790.947-09); Marcia Oliveira de Moura (CPF 019.518.687-73); Maristela Oliveira de Moura (CPF 705.427.914-04); Monica Oliveira de Moura (CPF 011.775.817-52); Neide Candida Sant`Ana da Cunha (CPF 494.844.197-04); Patricia Sousa da Silva (CPF 036.440.427-21); e Verônica do Nascimento Menezes Mendes (CPF 805.123.993-87).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11421/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-010.633/2006-7 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2005)

1.1. Responsáveis: Angelo Jose Penna Machado (CPF 546.354.466-20); Celso de Faria Barros (CPF 371.051.167-49); Domingos Carlos de Campos Curado (CPF 023.355.738-53); Francisco Jose da Silva Fernandes (CPF 041.760.577-34); Hilton Tadeu Canova (CPF 569.168.927-49); Jeannot Jansen da Silva Filho (CPF 157.700.367-53); João Valdemir Dorneles de Lima (CPF 203.845.050-15); Jorge Wilson Catureba da Silva (CPF 769.494.357-20); Karla Regina Rocha Portela (CPF 583.669.971-20); Marcia dos Santos Tavares Malta Costa (CPF 912.374.757-91); Raimundo de Oliveira Santos Filho (CPF 080.678.993-04); Roberto Pereira Duarte (CPF 703.354.357-34); Samuel Pericles Correa (CPF 368.941.331-15); e Sergio Paulo Muniz da Costa (CPF 387.567.067-15).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Logístico - Comando do Exército - MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11422/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-006.419/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Mendes Sousa Sobrinho (CPF 015.973.703-63).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Capistrano - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11423/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Município de Barra de São Francisco/ES;

Considerando que, mediante o Acórdão 1874/2009-TCU-2ª Câmara, foram rejeitadas as alegações de defesa apresentadas pela municipalidade ao tempo em que foi concedido ao município novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito verificado nos autos;

Considerando que, por meio do Acórdão 4371/2009-TCU-2ª Câmara, foi deferido à entidade municipal o parcelamento do débito em 20 (vinte) parcelas, bem como a dilação de prazo para pagamento da 1ª parcela;

Considerando o recolhimento integral do débito imputado ao Município de Barra de São Francisco/ES;

Considerando, por fim, os pareceres coincidentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar regulares com ressalva as contas do Município de Barra de São Francisco/ES, dando-lhe quitação, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi imputado por meio do Acórdão nº 1874/2009 - TCU - 2ª Câmara, Sessão Extraordinária de 14/4/2009, Ata nº 11/2009, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original do débito: R$ 31.818,18 Data de origem do débito: 10/08/2001

Valores recolhidos: R$ 2.247,95 Datas dos recolhimentos: 24/09/2009

R$ 2.247,95 20/10/2009
R$ 2.253,59 20/11/2009
R$ 2.269,47 21/12/2009
R$ 2.269,47 20/01/2010
R$ 2.295,39 25/02/2010
R$ 2.313,30 24/03/2010
R$ 2.325,33 20/04/2010
R$ 2.338,58 20/05/2010
R$ 2.348,64 25/06/2010
R$ 2.516,33 20/07/2010
R$ 2.335,97 24/08/2010
R$ 2.336,91 20/09/2010
R$ 2.347,41 22/10/2010
R$ 2.365,03 22/11/2010
R$ 2.384,67 17/12/2010
R$ 2.399,43 20/01/2011
R$ 2.419,35 21/02/2011
R$ 2.438,70 21/03/2011
R$ 2.457,97 10/05/2011
R$ 2.493,95 20/06/2011
R$ 2.497,69 29/07/2011
R$ 2.501,69 26/08/2011
R$ 2.510,95 23/09/2011

1. Processo TC-028.558/2007-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-028.900/2010-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-021.137/2009-1 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Edson Henrique Pereira (CPF 117.123.097-49); José Honório Machado (CPF 241.592.047-91); e Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - ES (CNPJ 27.165.745/0001-67).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Barra de São Francisco - ES.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11424/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V; e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 9.6.1, 9.6.2 e 9.6.3 do Acórdão 4852/2010-TCU-2ª Câmara, e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.403/2010-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Logístico - Comando do Exército - MD.

1.2. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11425/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c o art. 42 da Resolução TCU nº 191/2006, em considerar atendidas as determinações expedidas no Acórdão 1040/2010-TCU-2ª Câmara e arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-031.992/2010-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.

1.2. Órgão/Entidade: Centro Paranaense da Cidadania (Cepac) e Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11426/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a presente Representação trata de irregularidades na gestão de recursos federais repassados ao Município de São Mateus, em 2005, à conta do Programa Nacional de Auxílio ao Transporte Escolar - Pnate;

Considerando que os referidos recursos federais foram destinados ao Contrato nº 12/2005, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Mateus e a empresa Viação São Gabriel Ltda.;

Considerando que a Secex/ES identificou fortes indícios de superfaturamento no contrato em questão, em função da divergência verificada entre os valores pagos à empresa contratada e os serviços efetivamente prestados;

Considerando que, por meio do Acórdão 862/2010-2ª Câmara, de 9/3/2010, foi determinado ao FNDE que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentasse informações sobre as providências tomadas com vistas à integral apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, à quantificação plena dos danos visando ao ressarcimento ao erário, em decorrência dos graves fatos apontados no subitem 1.4.13 do Relatório de Fiscalização da CGU n. 752/2007, concernentes ao superfaturamento do contrato n.º 12/2005, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Mateus e a Viação São Gabriel Ltda., com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate;

Considerando que a Secex/ES, por meio do Ofício 361/2011-TCU/Secex-ES, de 4/4/2011, motivada pela ausência de atendimento à determinação que fora exarada ao FNDE por meio do citado Acórdão 862/2010-2ª Câmara, realizou diligência junto àquele Fundo solicitando a apresentação de informações acerca do cumprimento da deliberação deste Tribunal;

Considerando que o FNDE somente em 1º/6/2011 encaminhou a este Tribunal o Ofício nº 918/2011-DIADE/CGCAP/DIFIN/FNDE, no qual, ao se referenciar às informações prestadas pela CGU, destaca que "*para fins de quantificação, a equipe de fiscalização desta CGU expressou o montante pago e o efetivamente apurado, não havendo, em função do exíguo tempo para a fiscalização, a possibilidade de se efetuar a separação de verbas Federais, Estaduais e/ou Municipais, além do fato de terem sido apurados valores por amostragem*";

Considerando que naquela oportunidade, o FNDE, após mencionar a análise acima transcrita, concluiu que "*aquela Controladoria não apontou prejuízo ao erário federal, tampouco quantificou débito, as contas concernentes aos recursos repassados à Prefeitura Municipal de São Mateus/ES para atender ao PNATE, exercício de 2005, permanecem aprovadas, conforme o Parecer n° 045266/2007 - COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE*";

Considerando a já pacificada jurisprudência desta Corte de Contas em torno da matéria, segundo a qual cabe ao gestor comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais que lhe foram confiados, **vis a vis** o que estabelece o art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 e, ainda, do art. 93 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ainda vigente;

Considerando, ainda, que cabe ao repassador dos recursos, no caso o FNDE, realizar a apuração da regularidade dos recursos federais transferidos ao município mediante o exame da documentação pertinente, dos percursos realizados, dos registros da Prefeitura Municipal de São Mateus/ES, das cobranças efetuadas pela empresa contratada mensalmente à municipalidade e outros meios de verificação que entender pertinentes;

Considerando, por fim, o longo tempo decorrido desde a prolação do Acórdão TCU 862/2010 - 2ª Câmara, de 9/3/2010, sem que as providências determinadas tenham sido adotadas, o que pode vir a caracterizar descumprimento de decisão do Tribunal ocasionando as consequências expressas no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em reiterar a determinação exarada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no subitem 1.5.1 do Acórdão 862/2010-2ª Câmara, de 9/3/2010, fixando em 90 (noventa) dias o prazo para atendimento, e determinar ainda à entidade que, caso as medidas administrativas para reparação do prejuízo não obtenham sucesso, instaure dentro do mesmo prazo a devida tomada de contas especial, com fulcro no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, em decorrência dos graves fatos apontados nos subitens 1.4.13 e 1.4.14 do Relatório de Fiscalização da CGU nº 752, concernentes ao superfaturamento do contrato n.º 12/2005, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Mateus e a Viação São Gabriel Ltda., com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, configurado nas divergências entre a quilometragem/diária faturada e a apurada em medição realizada na execução do mencionado contrato, bem como entre a quilometragem dos trechos apurada em mapas e a que foi faturada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.004/2007-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES).

1.2. Órgão/Entidade: Município de São Mateus - ES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11427/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU com a finalidade de verificar a existência de fraude na celebração de convênios firmados pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério do Turismo;

Considerando que, tendo em vista a magnitude das denúncias veiculadas em mídia nacional a respeito das irregularidades acima referenciadas, o Tribunal, por meio do Acórdão 048/2011-TCU-Plenário, autorizou a realização de auditoria de conformidade, a qual tramita nos autos do TC 026.176/2011-4;

Considerando a relação de conexão entre os presentes autos e o TC 026.176/2011-4;

Considerando, por fim, os princípios da economia e da racionalidade processuais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c os arts. 33 e 34 da Resolução TCU nº 191/2006, em apensar definitivamente o presente processo ao TC-026.176/2011-4 (Relatoria de Auditoria), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.869/2010-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (MinC) e Ministério do Turismo (Mtur).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex-6).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11428/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.476/2011-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Conta do Estado da Bahia - TCE/BA.

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - Sudesb.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Secex/BA que encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, Tribunal ao Tribunal de Conta do Estado da Bahia.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA
(a serem apreciados em relação)

Foram excluídos da pauta, ante requerimento formulado pelo Relator, Ministro Augusto Nardes, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs 018.723/2009-7, 018.949/2010-0, 023.192/2011-9, 023.478/2011/2011-0, 023.488/2011-5, 023.490/2011-0, 023.494/2011-5, 023.754/2011-7, 023.763/2011-6, 023.764/2011, 024.096/2011-3, 024.422/2011-8, 024.459/2011-9, 024.467/2011-1, 024.474/2011-8, 024.479/2011-0, 024.624/2011-0, 025.647/2011-3, 025.668/2011-0, 025.669/2011-7, 025.678/2011-6, 025.707/2011-6, 025.711/2011-3, 025.712/2011-0, 025.713/2011-6, 025.714/2011-2, 025.716/2011-5, 025.718/2011-8, 025.719/2011-4, 025.720/2011-2, 025.722/2011-5, 025.723/2011-1, 025.791/2011-7, 025.855/2011-5, 025.857/2011-8, 025.881/2011-6, 025.886/2011-8, 25.889/2011-7, 025.900/2011-0, 025.905/2011-2, 025.907/2011-5, 025.908/2011-1, 025.915/2011-8, 025.920/2011-1, 026.027/2011-9, 026.752/2011-5, 026.767/2011-2, 027.120/2011-2, 027.122/2011-5, 027.125/2011-4, 027.135/201-0, 027.139/2011-5, 027.141/2011-0, 027.143/2011-2, 027.145/2011-5, 027.147/2011-8, 027.149/2011-0, 027.524/2011-6, 027.620/2009-9, 027.639/2009-0 e 030.381/2011-8 (Ministro Augusto Nardes).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 42, organizada em 24 de novembro corrente, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 11429 a 11468, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 024.405/2008-0, 025.367/2010-2, 025.401/2010-6, 029.276/2010-1, 030.835/2010-0, 030.836/2010-7, 030.839/2010-6, 007.784/2011-2, 011.021/2011-0, 022.719/2011-3, 031.896/2011-1, 031.898/2011-4, 031.899/2011-0 e 033.874/2011-5, relatados pelo Ministro Augusto Nardes;

b) Procs. nºs 001.235/2002-8 (com os Apensos nºs 003.496/2004-0, 003.462/2004-1, 003.465/2004-3, 003.499/2004-1 e 003.466/2004-0), 005.877/2006-1, 020.285/2007-3, 027.987/2007-8, 014.588/2008-4, 008.059/2009-8, 008.086/2009-5, 020.475/2009-4, 021.057/2009-9, 021.509/2009-9, 001.547/2010-0, 019.584/2010-8 e 033.618/2010-0 e 031.902/2011-1, relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz;

c) Procs. nºs 014.736/2006-2 (com o Apenso nº 011.936/2006-0), 019.161/2006-5, 007.499/2010-8 e 031.902/2011-1, relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro;

d) Procs. nºs 005.686/1998-9 (com os Apensos nºs 018.892/2006-5, 023.506/2006-1 e 013.256/2007-1), 010.315/2004-6, 015.692/2006-0 (com o Apenso nº 021.691/2008-5), 029.604/2006-0 (com o Apenso nº 028.429/2010-9), 026.995/2008-3, 021.103/2009-3, 025.098/2009-0, 029.225/2010-8, 013.212/2011-7, 013.256/2011-4, 013.582/2011-9, 013.593/2011-0, 013.632/2011-6, 013.633/2011-2, 013.645/2011-0, 013.648/2011-0, 013.689/2011-8, 014.357/2011-9, 014.522/2011-0, 015.330/2011-7, 015.362/2011-6 e 015.363/2011-2, relatados pelo Ministro José Jorge; e

e) Procs. nºs 005.906/2010-5 e 013.458/2010-8, relatados pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 11429/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.235/2002-8.
1.1. Apensos: 003.496/2004-0; 003.462/2004-1; 003.465/2004-3; 003.499/2004-1; 003.466/2004-0
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados: Andrade e Aragão Ltda. (32.737.744/0001-80); Construtora Racional Ltda. (00.502.207/0001-64); José Júlio Nunes de Santana Gomes (085.601.615-20); Juliana Valença Gomes (805.224.165-00); Manoel Messias de Sá (290.649.375-91); Marco Antonio Caldas Cardoso (102.654.144-15); Pedro Lomanto de Rezende (402.585.725-15); Quitéria Regina Barbosa Feitosa Xavier (383.109.375-04) e Marcos de Santana (556.619.205-04).
4. Unidade: Prefeitura de Porto da Folha - SE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1 Relator do acórdão recorrido: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex/SE).
8. Advogados constituídos nos autos: Fábio Gomes de Araujo (OAB/SE 2.649), Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646), Alexandro Nascimento Argolo (OAB/SE 4.104), Cáscia Maria Freire de Barros (OAB/SE 624), Daniel Haack Rodriguez Nascimento (OAB/SE 417-A).
8.1. Interessados em Sustentação Oral: Fábio Gomes de Araujo (OAB/SE 2.649) e Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração em tomada de contas especial interpostos por Andrade e Aragão Ltda., Construtora Racional Ltda., José Júlio Nunes de Santana Gomes, Juliana Valença Gomes, Manoel Messias de Sá, Marco Antonio Caldas Cardoso, Pedro Lomanto de Rezende e Quitéria Regina Barbosa Feitosa Xavier contra Acórdão 1.727/2010-2ª Câmara, por meio do qual as contas de todos os responsáveis foram julgadas irregulares, sendo condenados ao recolhimento dos débitos apurados, além da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1 não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Manoel Messias de Sá por ser intempestivo, nos termos do art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285, § 2º, do RI/TCU;
9.2 conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Andrade e Aragão Ltda., Construtora Racional Ltda., José Júlio Nunes de Santana Gomes, Juliana Valença Gomes, Marco Antonio Caldas Cardoso, Pedro Lomanto de Rezende, Quitéria Regina Barbosa Feitosa Xavier, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992;
9.3 dar provimento total aos recursos de Andrade e Aragão Ltda., José Juliana Valença Gomes, Marco Antonio Caldas Cardoso e Quitéria Regina Barbosa Feitosa Xavier, e provimento parcial aos recursos da Construtora Racional Ltda., Júlio Nunes de Santana Gomes e Pedro Lomanto de Rezende;
9.4 Alterar os itens 9.2 a 9.10 do Acórdão que passam a ter a seguinte redação:
"9.2. julgar regulares as contas de A.A. Comércio e Representações Ltda. (04.306.966/0001-02), Andrade e Aragão Ltda. (32.737.744/0001-80), Juliana Valença Gomes (805.224.165-00), Manoel Messias de Sá (290.649.375-91), Marco Antonio Caldas Cardoso (102.654.144-15), Marcos de Santana (556.619.205-04), e Quitéria Regina Barbosa Feitosa Xavier (383.109.375-04), com fundamento no art. 16, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.3. julgar irregulares as contas de Construtora Racional Ltda. (00.502.207/0001-64), José Júlio Nunes de Santana Gomes (085.601.615-20) e Pedro Lomanto de Rezende (402.585.725-15), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o §6º do art. 202 do Regimento Interno/TCU;
9.4. condenar, solidariamente, em débito, em decorrência das irregularidades constatadas na execução do Contrato oriundo do Convite nº 10/2001, com recursos do Contrato de Repasse nº 010647134/SEDU/CEF, a Construtora Racional Ltda. (00.502.207/0001-64), José Júlio Nunes de Santana Gomes (085.601.615-20) e Pedro Lomanto de Rezende (402.585.725-15), com fundamento no caput do art. 19 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a recolher a quantia de R$ 12.957,40 (doze mil novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) ao Tesouro Nacional, a contar de 15/5/2001, acrescida dos encargos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea **a**, da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU;
9.5. aplicar a multa de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a José Júlio Nunes de Santana Gomes, Pedro Lomanto de Rezende e Construtora Racional Ltda., fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das respectivas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir da data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.7. dar ciência do Acórdão, bem como do Relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes e à empresa A.A.Comércio e Representações Ltda.,Manoel Messias de Sá e Marcos de Santana;
9.8 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do art. 16, §3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992
9.9. autorizar a Secex/SE a proceder ao arquivamento do presente processo logo após o trânsito em julgado do Acórdão que vier a ser proferido."

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11429-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11430/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.633/2011-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessada: Nilma Garcia Pettengill (CPF 342.782.811-53).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Nilma Garcia Pettengill, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUnB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:
9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Nilma Garcia Pettengill, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUB, negando-lhe o registro;
9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 249;
9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:
9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;
9.3.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Nilma Garcia Pettengill, no âmbito do MS nº 28.819/DF, os pagamentos da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;
9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte;
9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Nilma Garcia Pettengill o pagamento da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;
9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11430-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11431/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.632/2011-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Mirta Noemi Sataka Bugarin (491.853.061-34).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo da Silva Castro (OAB/DF 22829) e Cláudia Severo Corrêa (OAB/DF 29841)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Mirta Noemi Sataka Bugarin, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Mirta Noemi Sataka Bugarin, negando-lhe registro:
9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.3.1 faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Mirta Noemi Sataka Bugarin, no âmbito do MS 26.156 /DF, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;
9.3.2 dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Mirta Noemi Sataka Bugarin o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS 26.156/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11431-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11432/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: n.° TC - 005.686/1998-9
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Construtora Getel Ltda. (CNPJ 06.535.819/0001-30)
4. Entidade: extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, atual Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.
5. Relator: Ministro José Jorge.
5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.
5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Moacir Alencar de Aguiar (OAB/CE 9800), Sebastião Baptista Afonso (OAB/DF 788) e Álvaro Fernando da Rocha Mota (OAB/PI 131-A); Alexandre Baptista Pitta Lima (OAB/DF 17.323).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Construtora Getel Ltda. contra o Acórdão nº 2.101/2010 - 2ª C, por meio do qual o Tribunal conheceu e acolheu parcialmente anteriores embargos de declaração que haviam sido opostos contra o Acórdão nº 606/2008 - 2ª C;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com suporte no que prescrevem os arts. 32, inciso II e 34 da Lei n.º 8.443/92, em:
9.1. conhecer os embargos de declaração opostos pela Construtora Getel Ltda. para, no mérito, rejeitá-los, a fim de manter inalterado o Acórdão nº 2.101/2010 - 2ª Câmara;
9.2. dar ciência à recorrente sobre o teor desta deliberação; e
9.3. determinar à Secretaria das Sessões que, após a implementação da providência contida no subitem 9.2 deste Acórdão, encaminhe os presentes autos ao sucessor do Relator **a quo**, a fim de que, em face do não cumprimento do comando contido no item 9.7 do Acórdão nº 1.653/2004 - 2ª Câmara, implemente as medidas que julgar cabíveis.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11432-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Revisor) e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro com voto vencido: Raimundo Carreiro (Revisor).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11433/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.547/2010-0.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Wagner Camargo Júnior (332.149.641-00).
4. Unidade: Prefeitura de Itapuranga/GO.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Recursos.
8. Advogado constituído nos autos: Regis Antônio Caetano (OAB/TO 1.863).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Wagner Camargo Júnior em face do Acórdão 970/2011-TCU-2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, em razão das irregularidades constatadas no Convênio 98/2003, cujo objeto era a construção, mediante a conjugação de esforços, do Auditório do Centro Cultural em Itapuranga/GO, condenando-o ao pagamento do débito apurado nos autos e aplicando-lhe multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento nos artigos 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, e 57, da Lei Orgânica/TCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11433-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11434/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.877/2006-1.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessado: Isaias Fortes Meneses (031.033.402-06).
4. Unidade: Prefeitura de Chapadinha - MA.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MA (Secex/MA).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Isaias Fortes Meneses, ex-prefeito do Município de Chapadinha/MA, contra o Acórdão 1.581/2010-Segunda Câmara, de 13/10/2009, Ata 36/2009, que julgou irregulares as contas, condenou-o ao recolhimento do débito de R$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), relativo aos recursos aplicados pela União, e da multa de R$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 65/2000, celebrado com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, cujo objeto era instalação do sistema de abastecimento de água em pequenas localidades, como o povoado de Carnaubal, Bacabal e Canto dos Bois.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração;
9.2. negar-lhe provimento, mantendo nos exatos termos o Acórdão combatido;
9.3. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11434-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11435/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.059/2009-8.
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Antonio Carlos Felix Ribeiro (149.486.991-87).
4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex/6).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, realtados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq contra Antonio Carlos Felix Ribeiro, em razão da execução de despesas irregulares relativas ao pagamento de diárias e despesas de viagens, para realização de "Reuniões e *Workshops* para Implantação de Ações de Biossegurança", como parte dos trabalhos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no período de 1º/11/1999 a 31/10/1999.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas **b** e **c**; 19, **caput**; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Antonio Carlos Felix Ribeiro, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 41.459,37 (quarenta e um mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), fixando-lhe prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno) seu recolhimento aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com os acréscimos legais calculados a partir de 2/12/1999 até a data do efetivo recolhimento;
9.2. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a Antonio Carlos Felix Ribeiro, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor.
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, caso não atendida a notificação;
9.4. arquivar o presente processo, após as comunicações devidas.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11435-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11436/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 008.086/2009-5.
2. Grupo: II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Paulo Afonso Francisco de Carvalho.
4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.
8. Advogada constituídos nos autos: Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial do responsável Paulo Afonso Francisco de Carvalho em que foram interpostos Embargos de Declaração contra o Acórdão 2.873/2011 - TCU - 2ª Câmara, retificado, por inexatidão material, por meio do Acórdão 4.532/2011, do mesmo Colegiado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287, do Regimento Interno do Tribunal, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os exatos termos do acórdão embargado;
9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11436-42/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11437/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.588/2008-4 (com 3 volumes e 9 anexos).
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração
3. Interessado: Fernando Agostinho Cruz Dourado (CPF 126.860.422-49)
4. Unidade: Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo/PA (Secex/PA).
8. Advogado constituído nos autos: Alberto Antonio Campos (OAB/PA 5541)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a embargos de declaração oposto pelo Sr. Fernando Agostinho Cruz Dourado, contra o acórdão 926/2011-TCU-2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares e o condenou solidariamente com outros responsáveis, ao pagamento da quantia de R$ 99.922,32 (noventa e nove mil novecentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos), aplicando-lhe, ainda, a multa prevista no artigo 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Fernando Agostinho Cruz Dourado, para, no mérito, não conceder a eles provimento
9.2. dar conhecimento da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11437-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11438/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.285/2007-3.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antonio Alves de Souza (114.302.901-10); Antonio Wilson Botelho de Sousa (120.591.101-49); Instituição Filantrópica e Educacional Parábola/SP (69.100.550/0001-89); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Marisa Mello Mendes (126.929.158-01); Ricardo Waldmann Brasil (389.370.427-20); Ronildo Pereira Medeiros (793.046.561-68); Suprema Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda. - ME (07.150.827/0001-20).

4. Unidade: Instituição Filantrópica e Educacional Parábola/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (Secex/4).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Marcus Vinícius Vita Ferreira (OAB/DF 19.214); Válber da Silva Melo (OAB/MT 8.927); Luiz Mário do Nascimento Júnior (OAB/MT 12.886).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra Antônio Alves de Souza, Antônio Wilson Botelho de Sousa, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Marisa Mello Mendes, Ricardo Waldmann Brasil, Ronildo Pereira Medeiros, Instituição Filantrópica e Educacional Parábola e Suprema-Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representação Ltda. - ME, com vistas a apurar a ocorrência de irregularidades na aquisição de dezessete unidades móveis de saúde (UMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno:

9.1 excluir deste processo Antônio Alves de Souza e Antônio Wilson Botelho de Sousa;

9.2. julgar irregulares as presentes contas;

9.3 condenar Marisa Mello Mendes solidariamente com a Instituição Filantrópica e Educacional Parábola, a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS a quantia de R$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), acrescida dos encargos legais a partir de 30/11/1995 até a data do efetivo recolhimento;

9.4 condenar solidariamente Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Marisa Mello Mendes, Ricardo Waldmann Brasil, Ronildo Pereira Medeiros, Instituição Filantrópica e Educacional Parábola e Suprema-Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representação Ltda. - ME a recolherem aos cofres do FNS a importância de R$ 582.963,60 (quinhentos e oitenta e dois mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), acrescida dos encargos legais a partir de 17/11/2005 até a data do efetivo recolhimento;

9.5 aplicar a Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Marisa Mello Mendes, Ricardo Waldmann Brasil, Ronildo Pereira Medeiros, Instituição Filantrópica e Educacional Parábola e Suprema Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representação Ltda. - ME multas individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagas ao Tesouro Nacional atualizadas monetariamente da data deste acórdão até a data dos respectivos pagamentos, se não recolhidas no prazo abaixo fixado;

9.6 fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

9.7 com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8 dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, ao Fundo Nacional de Saúde, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus e à Controladoria-Geral da União - CGU.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11438-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11439/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.475/2009-4 (com 2 volumes e 2 anexos).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Oswaldo Stival (CPF 003.364.751-87), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68) e Leonildo de Andrade (CPF 154.695.258-64).

4. Unidade: Prefeitura de Nova Veneza/GO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: 7ª Secex e 4ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Augusto César Fontes Assumpção (OAB/MT 13.279), José de Arimatéia Duailibe e Silva (OAB/GO 17.912) e Cláudio de Pádua Resende (OAB/GO 22.827).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial oriunda da conversão de processo de representação autuado no Tribunal a partir de relatório de fiscalização decorrente de auditoria realizada em conjunto pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), na Prefeitura de Nova Veneza/GO, com a finalidade de verificar a execução do Convênio 1483/2002 (Siafi 476299), celebrado com o Ministério da Saúde, cujo objeto foi a aquisição uma unidade móvel de saúde tipo consultório médico-odontológico (UMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **c**; 19, **caput;** 23, inciso III; e 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Leonildo Andrade;

9.2. julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Oswaldo Stival, solidariamente com o Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin e com a empresa Klass Comércio e Representação Ltda., ao pagamento da quantia de R$ 34.491,77 (trinta e quatro mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, **a**, do Regimento Interno), o recolhimento da quantia, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), acrescidas dos encargos legais pertinentes, calculados a partir de 14/5/2003, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis Oswaldo Stival, Luiz Antonio Trevisan Vedoin e a empresa Klass Comércio e Representação, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 7.000,00 (sete mil reais), 6.000,00 (seis mil reais) e R$ 6.000,00 (seis mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea **a** do Regimento Interno), o recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional, acrescidas dos encargos legais pertinentes, desde a data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás;

9.7. encaminhar cópia dos do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, ao Ministério Público do Estado de Goiás, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e à Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR).

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11439-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11440/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.057/2009-9.

2.1. Processo TC 021.057/2009-9 (com 1 volume e 2 anexos).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Claides Lazaretti Masutti (CPF 203.740.702-53), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68), Leonildo de Andrade (CPF 154.695.258-64) e Enir Rodrigues de Jesus (CPF 318.357.161-72).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: 7ª Secex e 4ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Luiz Mário do Nascimento Junior (OAB/MT 12.886), Luiz Antônio Possas de Carvalho (OAB/MT 2.623), Luciana Borges Moura (OAB/MT 6.755) e Bruno Vinicius Batista Arruda (Defensor Público Federal).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial oriunda da conversão de processo de representação autuado no Tribunal a partir de relatório de fiscalização decorrente de auditoria realizada em conjunto pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), na Prefeitura de Campos de Júlio/MT, com a finalidade de verificar a execução do Convênio 3817/2002 (Siafi 471429), celebrado com o Ministério da Saúde, cujo objeto foi a aquisição uma unidade móvel de saúde (UMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **c**; 19, **caput;** 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Leonildo Andrade e a Srª Enir Rodrigues de Jesus;

9.2. julgar irregulares as presentes contas e condenar a Srª Claides Lazaretti Masutti, solidariamente com o Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin e com a empresa Klass Comércio e Representação Ltda., ao pagamento das quantias de R$ 65.455,20 (sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) e R$ 64.546,10 (sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e dez centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, **a**, do Regimento Interno), o recolhimento das quantias, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), acrescidas dos encargos legais pertinentes, calculados a partir de 17/6/2003, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis Claides Lazaretti Masutti, Luiz Antonio Trevisan Vedoin e a empresa Klass Comércio e Representação, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), 20.000,00 (vinte mil reais) e R$ 20.000,00 (vinte mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea **a** do Regimento Interno), o recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional, acrescidos dos encargos legais pertinentes, desde a data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso;

9.7. encaminhar cópia dos do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e à Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR).

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11440-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11441/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.509/2009-9 (com 1 volume e 2 anexos).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Isani Luíza Konerat (CPF 204.458.810-20), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68) e Leonildo de Andrade (CPF 154.695.258-64).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Vera/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: 7ª Secex e 4ª Secex.

8. Advogado constituído nos autos: Luciano André Frizão (OAB/MT 8.340-B)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial oriunda da conversão de processo de representação autuado no Tribunal a partir de relatório de fiscalização decorrente de auditoria realizada em conjunto pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), na Prefeitura de Vera/MT, com a finalidade de verificar a execução do Convênio 3581/2001 (Siafi 434963), celebrado com o Ministério da Saúde, cujo objeto foi a aquisição uma unidade móvel de saúde (UMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **c**; 19, **caput;** 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. excluir da relação processual a empresa Klass Comércio e Representação Ltda. e os Sres Luiz Antonio Trevisan Vedoin e Leonildo de Andrade;

9.2. julgar irregulares as presentes contas e condenar a Srª Isani Luíza Konerat ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, **a**, do Regimento Interno), o recolhimento da quantia, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), acrescida dos encargos legais pertinentes, calculados a partir de 25/4/2002, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar à Isani Luíza Konerat, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea **a** do Regimento Interno), o recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, acrescido dos encargos legais pertinentes, desde a data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitado após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso;

9.7. encaminhar cópia dos do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e à Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR).

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11441-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11442/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.584/2010-8.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Carlos Alberto Decandio (974.925.588-72).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Ubarana - SP (65.708.786/0001-41).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da decorrência de execução parcial das obras, referentes a galerias de águas pluviais no âmbito do Convênio Siafi 345289, celebrado entre a extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais (Sepre) e o Município de Ubarana/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **c**; 19, **caput**, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas;

9.2 condenar o Sr. Carlos Alberto Decandio a recolher aos cofres do Tesouro Nacional as quantia especificada a seguir, acrescida dos encargos legais a partir da data de ocorrência até a efetiva quitação do débito, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor Histórico (R$)
26/5/1998	13.411,22

9.3 com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. Carlos Alberto Decandio multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescida dos encargos legais desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.4 fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

9.5 com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6 remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11442-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11443/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.618/2010-0.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Carlos do Nascimento, ex-Prefeito (CPF: 202.477.611-68).

4. Unidade: Prefeitura de Porto Alegre do Norte/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Porto Alegre do Norte/MT, no exercício de 2003, com o objetivo de atender despesas com ações do Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea **c,** da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, **caput** e 23, inciso III, alínea **a**, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, **caput** e 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do Tribunal em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas e condenar em débito o responsável José Carlos do Nascimento, pelas importâncias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, acrescidas dos encargos legais, calculados a contar das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigo;

Data	**Valores históricos (R$)**
2/1/2003	10.027,38
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
23/9/2003	1.206,06
29/10/2003	1.206,03
6/12/2003	1.206,03
6/12/2003	1.206,02
Total (R$)	**24.500,00**

9.2. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11443-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11444/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.499/2010-8

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Sinval Soares Leite (CPF 196.384.776-87) e Adilson Flávio Ribeiro (CPF 322.264.706-20)

4. Entidade: Município de Claro dos Poções (MG)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/MG

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em decorrência de pagamento irregular de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), relativamente a recursos repassados à Prefeitura Municipal de Claro dos Poções (MG), referentes ao exercício de 2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos responsáveis Sinval Soares Leite e Adilson Flávio Ribeiro, condenando-os solidariamente em débito, nos valores a seguir discriminados, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL DO DÉBITO (R$)
14/10/2004	24.300,00
14/10/2004	4.940,00
14/10/2004	3.300,00
19/11/2004	24.300,00
19/11/2004	4.940,00
22/11/2004	3.300,00
31/12/2004	24.300,00
15/12/2004	4.940,00
31/12/2004	3.300,00

9.2. aplicar aos responsáveis Sinval Soares Leite e Adilson Flávio Ribeiro, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.4. autorizar, desde já, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas, incidindo sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. alertar o Município de Claro dos Poções (MG) acerca das seguintes impropriedades, constatadas em auditoria realizada em 2004, na administração dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Município:

9.5.1. ausência de administração do Fundo Municipal de Saúde (FMS) por parte do Secretário Municipal de Saúde;

9.5.2. não comprovação do pagamento da contrapartida mensal de recursos financeiros para a assistência farmacêutica básica;

9.5.3. pagamento de tarifas bancárias pelo Município, nos exercícios de 2002 e 2003, referentes à devolução de cheques sem a devida provisão de fundos;

9.5.4. inexistência de responsável técnico na coordenação da assistência farmacêutica e falta de registro da dispensação dos psicotrópicos no livro de controle, contrariando o disposto na PT/MS 344/98;

9.5.5. climatização inadequada da sala onde se encontra a farmácia;

9.5.6. ausência de elaboração das prestações de contas trimestrais e do relatório de gestão 2003;

9.5.7. precário funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, consistente em reuniões irregulares, ausência de capacitação, falta de acompanhamento, análise e aprovação das ações e orçamentos da saúde e não acompanhamento dos critérios de homologação das inscrições das famílias beneficiadas no Programa de Bolsa Alimentação, em desacordo com o art. 7º do Decreto n.º 3.934, de 20/9/2001;

9.5.8. infringência, na execução dos Programas de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e Saúde Bucal, ao que estabelecem a PT/GM/MS n.º 1886/1997 e a PT/GM/MS n.º 1444/2000, quanto à composição e atuação das equipes, observando-se que os dados lançados no SIAB não correspondem à realidade do município quanto aos profissionais existentes e às atividades desenvolvidas pelas equipes;

9.6. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais;

9.7. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e à Prefeitura Municipal de Claro dos Poções (MG).

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11444-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11445/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.736/2006-2.

1.1. Apenso: 011.936/2006-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: Prestação de Contas

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME (42.540.211/0001-67)

3.2. Responsáveis: Antonio Carlos Ramos de Barros Mello (128.764.967-04); Arthur Obino Neto (332.630.947-34); Carlos Henrique Rodrigues Tavares (094.500.682-91); Edilson Rodrigues Tavares (454.028.687-00); Fernando Antonio Salgado Henning (095.259.987-20); Haroldo Borges Rodrigues Lima (046.751.185-34); Joao Carlos da Cunha Bastos (329.629.757-04); José Drumond Saraiva (219.954.277-72); José Marcos Castilho (613.896.767-49); Luis Hiroshi Sakamoto (098.737.591-15); Luiz Antonio Amorim Soares (546.971.157-91); Luiz Antonio Cardoso (042.141.188-04); Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira (844.097.897-91); Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho (029.773.698-13); Marcelo Sili Reis (827.738.907-87); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Nelson José Hubner Moreira (443.875.207-87); Orlando de Menezes Tunholi (342.555.247-34); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Paulo Cesar da Costa Carneiro (543.966.037-20); Paulo Roberto Almeida Figueiredo (378.777.477-72); Paulo Sérgio Petis Fernandes (100.379.007-06); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20); Ricardo de Gusmao Dornelles (221.173.181-34); Ronaldo Bluhm Alves (367.697.547-20); Ronaldo Camillo (042.610.228-26); Silvio de Oliveira Junior (952.918.498-00); Zieli Dutra Thomé Filho (027.327.347-72); Álvaro Luis Pereira Botelho (899.266.507-59).

4. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da Prestação de Contas da Eletrobrás Termonuclear S.A. referente ao exercício de 2005;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento dos autos;

9.2. julgar regulares com ressalva, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, as contas dos Srs. Zieli Dutra Thomé Filho (CPF: (027.327.347-72) e Paulo Roberto Almeida Figueiredo (378.777.477-72), dando-lhes quitação, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão nº 742/2011-TCU-Plenário, bem como em decorrência do acompanhamento deficiente da gestão dos recursos do NUCLEOS, entidade fechada de previdência privada patrocinada pela Eletronuclear;

9.3. julgar regulares com ressalva, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, as contas do Sr. José Marcos Castilho (613.896.767-49), dando-lhe quitação, em face das falhas detectadas na contratação de corretora de seguros;

9.4. julgar regulares com ressalva, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, as contas dos Srs. Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00) e Paulo Sérgio Petis Fernandes (100.379.007-06), dando-lhes quitação, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão nº 742/2011-TCU-Plenário;

9.5. julgar regulares, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, as contas dos Srs. Antonio Carlos Ramos de Barros Mello (128.764.967-04); Arthur Obino Neto (332.630.947-34); Carlos Henrique Rodrigues Tavares (094.500.682-91); Edilson Rodrigues Tavares (454.028.687-00); Fernando Antonio Salgado Henning (095.259.987-20); Haroldo Borges Rodrigues Lima (046.751.185-34); Joao Carlos da Cunha Bastos (329.629.757-04); José Drumond Saraiva (219.954.277-72); Luis Hiroshi Sakamoto (098.737.591-15); Luiz Antonio Amorim Soares (546.971.157-91); Luiz Antonio Cardoso (042.141.188-04); Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira (844.097.897-91); Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho (029.773.698-13); Marcelo Sili Reis (827.738.907-87); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Nelson José Hubner Moreira (443.875.207-87); Orlando de Menezes Tunholi (342.555.247-34); Paulo Cesar da Costa Carneiro (543.966.037-20); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20); Ricardo de Gusmao Dornelles (221.173.181-34); Ronaldo Bluhm Alves (367.697.547-20); Ronaldo Camillo (042.610.228-26); Silvio de Oliveira Junior (952.918.498-00); Álvaro Luis Pereira Botelho (899.266.507-59), dando-lhes quitação plena;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11445-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11446/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.161/2006-5 (6 anexos e 2 volumes)

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em tomada de contas especial)

3. Interessados: Idalina Maria Oliveira de Andrade (725.750.857-72) e Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59);

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados - CD

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: 3ª Secex.

8. Advogado constituído nos autos: José Júlio dos Reis (OAB/DF 22.057), Gisela Moreira Moysés (OAB/DF 22.596)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Idalina Maria Oliveira de Andrade, contra o Acórdão 2857/2008 - Plenário, referente a tomada de contas especial instaurada pela Câmara dos Deputados, em face do suposto recebimento irregular de proventos de pensão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/92, em:

9.1 conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, considerá-los parcialmente procedentes, quanto à alegação de obscuridade na deliberação recorrida;

9.2 esclarecer à embargante que a fase de instrução da presente tomada de contas especial não apurou nenhum fato que permita concluir, de forma segura, que ela tenha contribuído para a ocorrência das irregularidades geradoras dos pagamentos indevidos que deram causa a este processo;

9.3 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à embargante;

9.4 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11446-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11447/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.902/2011-1

2. Grupo I - Classe de assunto V - Concessão de Aposentadoria

3. Interessado: Alírio dos Santos Santana (CPF 094.078.205-72)

4. Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão inicial de aposentadoria de servidor vinculado à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 71, incisos III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92; e 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Alírio dos Santos Santana (Peça 2), recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação ao órgão concedente, nos termos do Enunciado n° 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 262, **caput**, do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação desta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, Sr. Alírio dos Santos Santana;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da presente deliberação;

9.4. esclarecer à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno, e observando-se o contido no § 1° do art. 15 da IN/TCU n° 55/2007;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da medida indicada no subitem 9.3.1 e, caso necessário, represente a este Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11447-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11448/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.315/2004-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas, exercício de 2003

3. Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Alvino José Leite (226.733.771-15); Americo Jose Luz Romeu (157.566.290-68); Austerlitz Bringel Erse (087.711.622-91); Eduardo Sanovicz (021.830.838-83); Emerson Eloy Palmieri (059.472.359-00); Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (142.838.833-87); Francisco Jose Zagari Forte (065.948.998-80); Geraldo Lima Bentes (079.333.124-20); Heloisa Barbosa Cabilo de Santana (144.884.261-15); Homero Mateus Fonseca (124.930.749-04); Jeanine Pires (785.711.209-78); Jorge Eduardo Levi Mattoso (010.118.868-47); Jose Francisco de Salles Lopes (002.062.456-53); Jose Trindade Neto (144.470.701-97); João Elias Cardoso (270.422.007-72); Laudim Moreira Duarte (835.119.541-34); Luiz Otavio Caldeira Paiva (144.361.911-68); Magda Alves Guimaraes (373.390.601-20); Marco Antônio de Britto Lomanto (270.782.991-91); Maria Goretti Cezar Azevedo (365.107.181-20); Maria Silvia Dal Farra (507.606.888-34); Maria da Conceição Menezes Simões (043.138.602-15); Marluce dos Santos Lima (284.974.221-04); Mauricio Borges Guimaraes (595.980.777-72); Nair Maria Xavier Nunes de Oliveira Lobo (306.743.441-20); Severina Gutierres Carvalho (112.602.621-20); Valdery Frota de Albuquerque (309.825.371-15); Vera Sidney Sant Anna Sanches (606.500.441-34).

4. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).

8. Representantes Legais: Nadja Maria Mehmeri Lordêlo (CPF 068.225.091-00) e Otávio Reisen Casotti (CPF 854.663.361-49)

8.1. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, relativa ao exercício de 2003, bem assim do Programa Nacional de Infra-Estrutura Turística - Prointur (UG 187003), exercício de 2003 .

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 **julgar**, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n° 8.443/92, regulares com ressalva as contas dos Srs. Eduardo Sanovicz, Luiz Otavio Caldeira Paiva, Emerson Eloy Palmieri, João Elias Cardoso, Laudim Moreira Duarte, Francisco Jose Zagari Forte, Austerlitz Bringel Erse, Geraldo Lima Bentes, Alvino José Leite, Maria Silvia Dal Farra, Severina Gutierres Carvalho e Homero Mateus Fonseca, dando-lhes quitação;

9.2 **julgar**, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n° 8.443/92, regulares as contas dos Srs. Airton Nogueira Pereira Junior, Francisca Regina Magalhães Cavalcante, Jeanine Pires, Jose Francisco de Salles Lopes, Marco Antônio de Britto Lomanto, Nair Maria Xavier Nunes de Oliveira Lobo e Vera Sidney Sant'Anna Sanches, dando-lhes quitação plena;

9.3 **julgar**, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n° 8.443/92, regulares as contas relativas ao exercício de 2003 dos gestores do Programa Nacional de Infra-Estrutura Turística-Prointur (Unidade Gestora 187003), Srs. Jorge Eduardo Levi Mattoso, Heloisa Barbosa Cabilo de Santana, José Trindade Neto, Magda Alves Guimarães, Maria Goretti Cezar Azevedo, Maria da Conceição Menezes Simões, Marluce dos Santos Lima, Maurício Borges Guimarães, Valdery Frota de Albuquerque e Américo Jose Luz Romeu, dando-lhes quitação plena;

9.4 **determinar** à Embratur que:

9.4.1 providencie, caso ainda não o tenha feito, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência, o ressarcimento das remunerações e encargos, relativos a março/2004, pertinentes ao servidor Eduardo Roberto das Chagas, cedido à Câmara Legislativa do DF, e inclua os meses de fevereiro, março e abril/2003 na cobrança já em curso na Agência Nacional de Águas, referente ao servidor Cordesito Antunes de Figueiredo;

9.4.2 instaure, de imediato, se ainda não o fez, as competentes tomadas de contas especiais dos Convênios nºs 42/2001 e 181/1998, celebrados com a Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade-ABCMI, realizando o devido registro de inadimplência do convenente no Siafi e no Cadin, e emita, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência, parecer conclusivo sobre elas;

9.4.3 analise, caso essa providência não tenha sido ainda adotada, a prestação de contas do Convênio nº 96/2003, celebrado com a Confederação Brasileira de Golfe, atentando para os fatos evidenciados no Parecer nº 041/2005/CCON/Dafin/Embratur, e emita, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência, parecer conclusivo sobre elas;

9.4.4 informe os resultados obtidos pela comissão constituída com vistas a apurar fatos relativos ao extravio de bens no valor de R$ 1.416,09 e a não identificação física de outros 141 bens, cujos registros contábeis montavam R$ 20.152,33;

9.4.5 comprove a efetiva devolução dos valores pela Fundação 21 de Abril, relativa à quarta parcela do Convênio nº 32/2003, Processo 72100.000823/2003-79;

9.5 **dar ciência** à Embratur das seguintes impropriedades:

9.5.1 ausência de formalização, por meio de termo próprio, de atos rescisórios dos contratos firmados, em desacordo com o art. 77 da Lei 8.666/93;

9.5.2 falta de acompanhamento do vencimento dos prazos de cessão dos servidores cedidos a outros órgãos/entidades, e inobservância do prazo legal de prorrogação, em desacordo com o art. 2º, § único, do Decreto 4.050/2001;

9.5.3 descumprimento do disposto no art. 14 da Lei 8.460/92, que determina que os órgãos do Poder Executivo devem destinar, no mínimo, 50% dos cargos de Direção e Assessoramento Superior de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 a ocupantes de cargo efetivo lotados e em exercício nos respectivos órgãos;

9.5.4 ausência de controle efetivo de valores pagos a servidores nomeados para o exercício de cargos em comissão, ocasionando pagamentos efetuados em valores diferentes dos devidos;

9.5.5 concessão de ajuda de custo a servidores antes da comprovação das condições exigidas para tanto e da regular formalização do respectivo processo;

9.5.6 alteração do objeto conveniado por meio de termo aditivo, fora da hipótese prevista no art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93;

9.5.7 não observância do prazo estipulado pelo art. 31 da então IN STN 01/97 para a conclusão das análises em processos de prestação de contas de convênios;

9.5.8 registros não atualizados, no Siafi, acerca de informações concernentes aos convênios firmados;

9.5.9 falta de registro, no Siafi, dentro do prazo regulamentar, acerca da situação de inadimplência dos convenentes cujos prazos de apresentação de prestação de contas estavam vencidos, ou daqueles que não lograram comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, inabilitando-o, assim, para a celebração de novos instrumentos;

9.5.10 inobservância do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para instauração da competente tomada de contas especial, quando da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens e valores públicos, ou, ainda, da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano as cofres públicos, conforme estabelecido na então Instrução Normativa TCU 13/96 (revogada pela IN TCU 35/2000), art. 1º, §§ 1º e 2º; e

9.5.11 ausência de publicação de portaria de cessão de servidor, em desacordo com o art. 93, § 3°, da Lei 8.112/90.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11448-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11449/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.212/2011-7

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Antônio Marrocos (CPF nº 075.029.401-97)

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Antônio Marrocos, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria concedido em favor de Antônio Marrocos, recusando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelo interessado, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência ao interessado da deliberação desta Corte de Contas, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável ao Sr. Antônio Marrocos, no âmbito do MS nº 28.819/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura ao Sr. Antônio Marrocos o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11449-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11450/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.256/2011-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Miriam Nogueira Paranaguá de Santana (CPF 145.753.021-04).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria em nome de Miriam Nogueira Paranaguá de Santana, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de Miriam Nogueira Paranaguá de Santana, negando-lhe o respectivo registro;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do presente acórdão, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência a interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a que a interposição de eventual recurso não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável à Sra. Miriam Nogueira Paranaguá de Santana, no âmbito do MS nº 28.819/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte.

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Miriam Nogueira Paranaguá de Santana o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11450-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11451/2011 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 013.582/2011-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Ato de Pensão Civil

3. Interessados: Jackeline Lima de Miranda (007.925.521-30); João Luis Lima de Miranda (005.585.431-11); Maria de Lima Miranda (505.405.301-82); Paulo Henrique Lima de Miranda (008.032.421-58).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão civil instituída por João Pereira de Miranda, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília, em favor de sua viúva, Maria de Lima Miranda, e de seus filhos, Jackeline Lima de Miranda, João Luis Lima de Miranda e Paulo Henrique Lima de Miranda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de pensão civil instituída por João Pereira de Miranda, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelos interessados, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência aos interessados da deliberação desta Corte de Contas, alertando-os de que a interposição de eventual recurso não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3.3. faça cessar, em caso de decisão desfavorável aos interessados, no âmbito do MS 28.819/DF, os pagamentos da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura aos interessados nos presentes autos o pagamento da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%) - MS 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho; e

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11451-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11452/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.593/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Guilhermina Moreira (499.850.431-20).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pela Fundação Universidade de Brasília em favor de Guilhermina Moreira, instituída por José Maria Sales Lessa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil em favor de Guilhermina Moreira, negando-lhe registro:

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1 faça cessar, em caso de decisão desfavorável à interessada, no âmbito do MS 26.156/DF, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.2 dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Guilhermina Moreira o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS 26.156/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11452-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11453/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.645/2011-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessado: Marcelino Antônio Neto (CPF: 121.593.361-49).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria em nome de Marcelino Antônio Neto, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de Marcelino Antônio Neto, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do presente acórdão, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência ao interessado da deliberação desta Corte de Contas, alertando-o que a interposição de eventual recurso não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável ao Sr. Marcelino Antônio Neto, no âmbito do MS nº 28.819/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4. promova o acerto dos proventos do interessado em questão, que deverá ser calculado pela média das remunerações, nos termos do art. 1º da Lei 10.887/2004;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura ao Sr. Marcelino Antônio Neto o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11453-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11454/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.648/2011-0

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Vieira Corrêa (CPF nº 080.037.933-00)

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Vieira Corrêa, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria concedido em favor de Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Vieira Corrêa, recusando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável à Sra. Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Vieira Corrêa, no âmbito do MS nº 28.819/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Vieira Corrêa o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11454-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11455/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.689/2011-8

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Antônio Albertino Sobrinho (CPF nº 225.436.271-20)

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Antônio Albertino Sobrinho, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria concedido em favor de Antônio Albertino Sobrinho, recusando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelo interessado, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:

9.3.1. dê ciência ao interessado da deliberação desta Corte de Contas, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável ao Sr. Antônio Albertino Sobrinho, no âmbito do MS nº 28.819/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4. acerte o pagamento dos proventos do interessado em questão, que deverá ser calculado pela média das remunerações, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.887/2004;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura ao Sr. Antônio Albertino Sobrinho o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11455-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11456/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.357/2011-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Noemia Camila dos Santos (CPF 149.802.151-49).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria em nome de Noemia Camila dos Santos, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de Noemia Camila dos Santos, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do presente acórdão, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável à Sra. Noemia Camila dos Santos, no âmbito do MS nº 25.678/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte.

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Noemia Camila dos Santos o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 25.678/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11456-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11457/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.522/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Zenilde Soares de Alencar (CPF 098.678.134-72).

4. Entidade: Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Zenilde Soares de Alencar, ex-servidora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Zenilde Soares de Alencar, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Universidade Federal de Alagoas - UFAL que:

9.3.1. faça cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da parcela relativa ao Plano Bresser (26.05%), ora considerada irregular, contado a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.4 orientar a Universidade Federal de Alagoas - UFAL que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, *caput*, do referido normativo; e

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da determinação constante do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11457-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11458/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC-015.330/2011-7

2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Hildeberto Uchoa Ribeiro (CPF 063.117.174-68)

4. Entidade: Universidade Federal do Semi-Árido - Rio Grande do Norte

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Magno Fernandes de Queiroz (OAB/RN nº 3.483), Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN nº 3.074) e José Tarcisio Jerônimo (OAB/RN nº 1.803)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Hildeberto Uchoa Ribeiro, ex-servidor da Universidade Federal do Semi-Árido - Rio Grande do Norte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Hildeberto Uchoa Ribeiro, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo inativo, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Semi-Árido - Rio Grande do Norte que:

9.3.1 faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes das vantagens referenciadas (Plano Bresser - 26,05%, Plano Verão - 16,19%, Plano Collor - 84,32%), contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. ajuste o valor das mencionadas parcelas, mediante aplicação do procedimento estabelecido no item 9.2.1.2 do Acórdão 2.161/2005 - Plenário;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor do acórdão a ser proferido ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento desses recursos;

9.3.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.5. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11458-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11459/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.362/2011-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Waldete Dias Ferreira dos Santos (CPF 144.436.191-00).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Waldete Dias Ferreira dos Santos, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUnB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Waldete Dias Ferreira dos Santos, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUB, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 249;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUnB que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos;

9.3.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Waldete Dias Ferreira dos Santos, no âmbito do MS nº 28.819/DF, os pagamentos da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Waldete Dias Ferreira dos Santos o pagamento da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11459-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11460/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.363/2011-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Zózima Eunice Monteiro Ferreira (CPF 076.642.651-34).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria em nome de Zózima Eunice Monteiro Ferreira, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de Zózima Eunice Monteiro Ferreira, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do presente acórdão, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável à Sra. Zózima Eunice Monteiro Ferreira, no âmbito do MS nº 25.678/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte.

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Zózima Eunice Monteiro Ferreira o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 25.678/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11460-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11461/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.692/2006-0.

1.1. Apenso: 021.691/2008-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Ordinária (Exercício de 2005).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Myrna Michelle Brito Silva (046.887.144-67); Pedro Henrique Medeiros de Holanda (028.957.124-33); Tarsis Manzella dos Santos (041.706.174-95); Universidade Federal de Campina Grande - Mec (05.055.128/0001-76); William Stefanini de Almeida (030.534.594-00)

3.2. Responsáveis: Adriana Salete Dantas de Farias (884.707.764-87); Alessandro Verissimo de Morais (398.071.854-91); Alexandre Jose de Almeida Gama (205.813.604-78); Ana Célia Rodrigues Athayde (237.117.874-87); Ana Maria Henriques (133.055.304-72); Antônio Flávio Medeiros Dantas (798.789.624-15); Antônio Bernardo Dias (237.295.624-87); Arlindo José Bazante (171.588.694-15); Carlos Enrique Peña Alfaro (227.395.216-34); Cirufarma Comercial Ltda. (40.787.152/0001-09); Cirúrgica Campinense Ltda. (12.734.018/0001-04); Clebert José Alves (424.552.784-68); Crisfarma Comércio Representações e Serviços Ltda. (32.734.295/0001-16); Cícero Jorge de Lima Filho (620.826.393-04); Deusdedit Pereira Costa (236.942.544-04); Diego Augusto dos Santos Batista Flor (524.144.002-00); Diercules Rodrigues dos Santos (126.008.224-53); Dmh - Produtos Hospitalares Ltda. (05.044.056/0001-61); Edileuza Custódio Rodrigues (451.204.044-72); Edivandro Souza Barros (191.087.884-72); Edson Nobre Bezerra de Carvalho (294.969.344-04); Elfa Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda (35.425.172/0001-91); Elias de Queiros Barros (325.524.594-04); Elza Dantas de Albuquerque (070.970.694-49); Emir Candeia Gurjão (132.043.514-91); Endomed Comércio e Representação de Medicamentos Ltda (70.104.344/0001-26); Evaldo Dantas da Nobrega (160.650.774-53); Everaldo Oliveira Costa (205.184.714-20); Exomed Representação de Medicamentos Ltda. (12.882.932/0001-94); Fernando de Sousa Costa (162.431.884-34); Fortmed Comercial Ltda. (35.334.424/0001-77); Francilênia Vieira Cardoso Dias Me (04.370.647/0001-66); Francisca Francilneide Albuquerque Sampaio (128.458.844-00); Francisco Estrela Dantas Neto (181.033.404-72); Francisco Valdeberto de Lira (110.437.094-87); Fábio de Freitas Pereira (160.090.454-87); Genesi Comércio de Medicamentos (07.095.455/0001-87); Geraldo Xavier de Holanda (830.547.908-00); Gilmar Trindade de Araújo (218.606.884-20); Gilvandro Silva de Siqueira (665.180.678-53); Inácio de Almeida Silva (366.367.544-00); Jader José Caiçara (218.282.534-72); Jaime Alves Barbosa Sobrinho (188.580.584-53); Janio Luduvic Alves de Me-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

deiros (127.941.204-68); Joao Mendes de Melo (601.175.914-91); Joao Pereira Leite (160.387.974-91); Joaquim Cavalcante de Alencar (112.503.994-91); Jose Alberto Rodrigues de Amorim (131.431.234-00); Jose Edilson de Amorim (132.142.684-49); Jose Maria Gurgel (058.996.724-04); Josvaldo Gonçalves Lima - Me (01.727.280/0001-05); José Delcílio de Souza (067.406.934-04); José Edgler Ferreira (954.949.793-34); José Irelanio Leite de Ataide (512.013.137-91); José Marcelo de Aguiar Macêdo (078.544.124-72); José Marcos Gonçalves Viana (142.081.994-15); José Roberto de Souza (176.857.534-72); João Adolfo Mayer (048.587.004-53); João Macário Neto (364.723.794-91); Juarez Benigno Paes (503.158.627-34); Júlio Zinga Suzuki Lopes (040.977.954-73); Kobe Cirúrgica Ltda. (06.099.744/0001-91); Kátia Patrício Benevides Campos (584.998.654-53); Lirifran Dantas Cavalcante Bernardo (238.181.584-87); Lourdimário Ramos de Araújo (645.611.604-00); Lourinaldo Pontes da Silva (165.553.414-91); Lucelia Melo Maracaja (343.451.164-49); Macário de Araújo Cavalcante (460.759.094-00); Marcelo Gomes de Azevedo (109.432.694-15); Marcos Assis Pereira de Souza (132.529.684-87); Marcus Vinicius Bezerra Franca (061.424.874-44); Maria Marques Moreira Vieira (203.663.374-91); Maria das Neves Porto de Andrade (338.265.954-91); Maria do Socorro Lopes Correia (250.709.244-00); Maria do Socorro Moreira da Silva (343.067.734-34); Maria do Socorro de Nazare Queiroga (219.300.824-87); Medical Mercantil de Aparelhagem Médica Ltda (10.779.833/0001-56); Melania Mendonça Rodrigues (081.060.103-68); Michel François Fossy (206.737.874-00); Misael Fernandes Neto (132.477.194-15); Máxima Medicamentos Distribuidor de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda. (06.256.410/0001-84); Nalfrânio de Queiroz Sátiro (238.155.314-20); Nata Morais de Oliveira (203.133.654-15); Nilson Nogueira de Melo (044.522.164-04); Nutrivida Ltda. (02.433.598/0001-38); Paulo Fernando Furtado da Costa (137.075.234-20); Paulo de Melo Bastos (161.710.124-91); Raimundo Roberto Silva Bezerra (218.616.504-00); Redepharma Ltda. (01.486.101/0001-87); Regina de Lacerdaa Barboza (038.243.144-87); Reginaldo Severino da Silva (533.840.597-00); Renio Lebero Leite Lima (039.354.204-12); Roberto Silva de Siqueira (108.858.974-04); Romildo Pereira Brito (419.126.754-04); Romulo Raimundo Maranhão do Vale (087.032.564-72); Rômulo Feitosa Navarro (237.709.024-91); Sandra Sueli Carvaslho Bezerra (136.022.844-68); Sebastião Paulo (330.975.004-30); Severino Ramos Cardoso (441.380.674-34); Tecnocenter Materiais Medicos Hospitalares Ltda (06.948.769/0001-12); Thompson Fernandes Mariz (160.623.704-78); Valdir Cesarino de Souza (237.832.574-68); Vicemario Simões (185.976.024-49); Vicente Ferrer Gomes (204.672.734-72); Wellington Feitosa de Vasconcelos (819.065.108-06).

4. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Ordinária, relativa ao exercício de 2005, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Thompson Fernandes Mariz (subitens 5.1, 5.2, 5.3, 5.11 da instrução de fls. 3002-3134 do vol. 15); Alexandre José de Almeida (subitens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.11 da instrução de fls. 3002-3134 do vol. 15); e Nilson Nogueira de Melo (subitens 5.10, 5.11, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16 da instrução de fls. 3002-3134 do vol. 15);

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Thompson Fernandes Mariz (subitens 6.1 e 6.2 da instrução de fls. 3002-3134 do vol. 15) e Alexandre José de Almeida (subitens 6.1 e 6.2 da instrução de fls. 3002-3134 do vol. 15);

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alienas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443/92,c/c o art. 209, incisos II e III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas dos Srs. Thompson Fernandes Mariz (Reitor) e Alexandre José de Almeida (Pró-Reitor de Administração), condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para comprovar perante este Tribunal, o recolhimento dos referidos valores aos cofres da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora devidos, contados a partir das respectivas datas indicadas, até o dia do efetivo pagamento, nos termos da legislação em vigor:

9.3.1. Data de Ocorrência/Valor Original do Débito: 20/07/2005 - R$ 11.180,16.

9.3.1.1. Origem do débito: locação de veículo para 42 estudantes participarem do Congresso Nacional de Estudantes da UNE (CONSUNE), realizado em Goiânia (GO), no período de 29/6 a 3/7/2005, conforme pagamento efetuado pela OB n° 902665, de 26/7/2005, nota fiscal n° 001002, emitida em 20/7/2005, pela empresa Águia Turismo (00.860.573/0001-95), nota de empenho n° 900730, despesa essa desprovida de amparo legal.

9.3.2. Data de Ocorrência/Valor Original do Débito: 13/04/2005 - R$ 8.753,03.

9.3.2.1. Origem do débito: locação de veículo para 25 estudantes participarem da 4ª Bienal de Arte e Cultura da UNE - Encontro Com Nossa América, realizado em São Paulo, no período de 26/2 a 3/3/2005, conforme pagamento efetuado pela OB nº 900781, de 13/4/2005, nota fiscal nº 00868, emitida em 30/3/2005, pela empresa Águia Turismo (CNPJ: 00.860.573/0001-95), nota de empenho 900116, despesa essa desprovida de amparo legal.

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, incisos II, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Nilson Nogueira de Melo (Diretor do Hospital Universitário Alcides Carneiro);

9.5. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, aplicar, individualmente, multa aos Srs. Thompson Fernandes Mariz, Alexandre José de Almeida e Nilson Nogueira de Melo nos seguintes valores:

9.5.1. Sr. Thompson Fernandes Mariz: R$ 3.000,00(três mil reais);

9.5.2. Sr. Alexandre José de Almeida: R$ 3.000,00(três mil reais);

9.5.3. Sr. Nilson Nogueira de Melo: R$ 4.000,00(quatro mil reais).

9.6. julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis arrolados às fls. 4/34 - Vol. principal, na forma dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 208 do RI/TCU, dando-lhes quitação;

9.7. determinar à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG o desconto integral ou parcelado das dívidas acima nos vencimentos, salários ou proventos dos responsáveis, observados os limites previstos na legislação pertinente, a teor do disposto no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações ou não seja possível a providência disposta no subitem anterior;

9.9. autorizar, desde logo, na hipótese do subitem anterior, caso venha a ser requerido pelos apenados, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. determinar à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG que:

9.10.1. procede, se ainda não o fez, ao levantamento da situação funcional de todos os servidores da UFCG com o objetivo de identificar eventuais casos de acumulação ilegal de cargos, bem como de cessões em desacordo com o art. 93 da Lei nº 8112/90 c/c o Decreto nº 4050/2001, evitando-se, dessa maneira, as ocorrências detectadas pela CGU/PB no Relatório de Auditoria de Gestão nº 175100;

9.10.2. adote, se ainda não o fez, as medidas administrativas necessárias à obtenção do ressarcimento devido pelas Prefeituras Municipais de Campina Grande e de João Pessoa no que tange aos servidores abaixo relacionados, bem como em relação a outros servidores cuja cessão tenha se dado nos moldes preconizados pelo art. 93 da Lei nº 8112/90 c/c o art. 4º do Decreto nº 4050/2001 e que apresentem pendências em relação à obrigação pecuniária do órgão/entidade cessionário;

Órgão Cessionário	Servidor	Inconsistência (*)
PMCG	Hermano Nepomuceno Araújo	Mai., Jun., Jul., Set. e Out./05
PMCG	Constantino Soares Souto	Mai., Jun., Jul., Set. e Out./05 e Mar./06
PMCG	Érico Alberto de Albuquerque Miranda	Mai., Jun., Jul., Set. e Out./05 e Mar./06
PMJP	Ubiratan Pereira de Oliveira	Jan. a Set./05, Nov./06 e Jan. a Mar./07 e Set. a Dez./07

(*) Não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento referentes aos meses indicados

9.10.3. providencie, se ainda não o fez, em relação ao Contrato/PRA nº 20/2003, a atualização monetária dos valores já revertidos ao erário, por meio do sistema débito constante do sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União, e solicite o recolhimento da respectiva diferença pela Empresa Reitur Turismo;

9.10.4. adote, se ainda não o fez, as providências necessárias ao levantamento de possíveis valores pagos indevidamente à Reitur Turismo em todo o período de vigência do Contrato/PRA nº 20/2003, em virtude da não concessão do desconto previsto na Cláusula Quinta do mencionado ajuste, referentes às passagens aéreas adquiridas por todas as unidades gestoras da UFCG, exigindo o ressarcimento ao erário das quantias eventualmente pagas, devidamente corrigidos e acrescidos de juros de mora;

9.10.5. revisar, em conjunto com a área de Recursos Humanos da UFPB, quando essa interação se mostrar necessária, os procedimentos relativos à incorporação de quintos/décimos de todos os servidores da UFCG que possuem tal vantagem, de maneira a identificar eventuais erros de cálculo e/ou classificação da vantagem em rubrica inapropriada, conforme foi constatado pela CGU/PB no subitem 6.2.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175100;

9.10.6. adote, se ainda não o fez, as providências necessárias com vistas a aferir a legalidade da cobrança de tributos por parte da Fundação José Américo relacionada ao contrato de terceirização de mão-de-obra pactuado com o Hospital Universitário Alcides Carneiro, exigindo, se for o caso, o ressarcimento das quantias pagas indevidamente;

9.10.7. adotar, se ainda não o fez, providências de cunho administrativo com vistas a verificar a origem e a pertinência da dívida de R$ 715.512,06 (setecentos e quinze mil, quinhentos e doze reais e seis centavos) contraída pelo Hospital Universitário Alcides Carneiro junto à Fundação José Américo, elaborando, caso seja ratificada a existência e a pertinência da mesma, cronograma de pagamento da mesma, de acordo com as disponibilidades orçamentárias da Instituição;

9.11. dar ciência à Secretaria da Receita Federal do Brasil no Estado da Paraíba, para as providências que julgar cabíveis, da ausência de retenção de tributos e contribuições da União, referentes a pagamentos efetuados pela Universidade Federal de Campina Grande à ATECEL - Associação Técnico-Científica Ernesto Luís de Oliveira Júnior (CNPJ 08.846.230.0001-88) e à empresa Paraíba Serviços e Representações Ltda. ME (04.379.813/0001-95), excluída do Simples em 01/09/2003, procedimentos esses que afrontam o disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97 e na Instrução Normativa /SRF nº 480, de 15/12/2004, alterada pela IN/ SRF nº 539, de 25/04/2005;

Ordem Bancária	Data	Valor	NE	Natureza da Despesa (NDD)
900343	09-03-2005	13.253,00	2004NE901539	333903983
900344	09-03-2005	1.000,00	2004NE901539	333903983
900345	09-03-2005	1.000,00	2004NE901539	333903983
900436	16-03-2005	2.531,00	2004NE901539	333903983
903601	20-09-2005	169,20	2005NE900989	333903983
903602	20-09-2005	192,10	2005NE900992	333903983
903603	20-09-2005	244,75	2005NE900987	333903983
903604	20-09-2005	351,05	2005NE901004	333903983
903605	20-09-2005	1.065,20	2005NE900990	333903983
903606	20-09-2005	1.782,05	2005NE900994	333903983
903607	20-09-2005	81,35	2005NE900988	333903983
903608	20-09-2005	3.739,60	2005NE901004	333903983
903609	20-09-2005	225,70	2005NE900991	333903983
903822	03-10-2005	263,15	2005NE900996	333903983
903823	03-10-2005	42,85	2005NE900993	333903983
903824	03-10-2005	1.167,75	2005NE901075	333903983
903825	03-10-2005	528,25	2005NE901004	333903983
903826	03-10-2005	5.304,95	2005NE900986	333903983
903901	05-10-2005	422,06	2005NE900988	333903983
903902	05-10-2005	1.033,00	2005NE900992	333903983
903903	05-10-2005	357,32	2005NE900989	333903983
903943	07-10-2005	506,14	2005NE900991	333903983
903944	07-10-2005	445,69	2005NE900987	333903983
904256	01-11-2005	331,40	2005NE900991	333903983
904258	01-11-2005	2.066,85	2005NE901004	333903983
904261	01-11-2005	261,53	2005NE900990	333903983
904262	01-11-2005	157,56	2005NE900989	333903983
904263	01-11-2005	247,66	2005NE900994	333903983
904264	01-11-2005	248,30	2005NE900987	333903983
904265	01-11-2005	200,69	2005NE900987	333903983
904267	01-11-2005	840,00	2005NE900992	333903983
904268	01-11-2005	3.147,70	2005NE901004	333903983
904269	01-11-2005	251,94	2005NE900990	333903983
904270	01-11-2005	187,32	2005NE900989	333903983
904271	01-11-2005	1.167,75	2005NE900994	333903983
904272	01-11-2005	280,14	2005NE900991	333903983
904476	11-11-2005	339,71	2005NE900994	333903983
904750	25-11-2005	2.502,41	2005NE900986	333903983
904922	02-12-2005	296,50	2005NE900994	333903983
904923	02-12-2005	1.802,10	2005NE901004	333903983
904924	02-12-2005	195,45	2005NE900988	333903983

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

904925	02-12-2005	175,17	2005NE900989	333903983
904927	02-12-2005	523,17	2005NE900991	333903983
905089	09-12-2005	246,13	2005NE901004	333903983
905111	12-12-2005	924,00	2005NE901643	333903983
905476	21-12-2005	2.190,00	2005NE900986	333903983
905634	26-12-2005	853,47	2005NE901679	333903983
905635	26-12-2005	416,40	2005NE901679	333903983
905720	28-12-2005	700,00	2005NE900989	333903983
TOTAL		**56.259,51**		

9.12. cientificar os responsáveis da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG das seguintes ocorrências, com vistas a evitar a reincidência das mesmas:

9.12.1. pagamento de diárias em duplicidade ou ausência de desconto do auxílio-alimentação ao período correspondente, em desacordo com o art. 22, §8º, da Lei n.º 8.460/92;

9.12.2. inobservância da Lei nº 6.494/77, do Decreto nº 87.497/82 e da Portaria/MPOG nº 8, de 23/01/2001 no processo de inserção de estudantes da UFCG em atividades inerentes à sua futura área de atuação profissional;

9.12.3. pagamento indevido de adicionais de periculosidade e insalubridade a servidores afastados para curso de pós-graduação, em desacordo com o Decreto n.º 97.458/89 (art. 3º);

9.12.4. falhas de caráter formal na instrução de processos de concessão de auxílio-funeral, o que denota a inobservância dos arts. 226, 227, 228 e 241 da Lei nº 8112/90, bem como os arts. 62 e 63 da Lei nº 4320/64;

9.12.5. inconsistências de caráter jurídico e administrativo na instrução de processos administrativos disciplinares/comissões de sindicâncias, razão pela qual se faz necessário promover, se possível, em conjunto com a Controladoria Geral da União, a capacitação profissional dos servidores designados para realizar trabalhos desta natureza;

9.12.6. falhas na execução dos trabalhos de acompanhamento dos fiscais dos contratos celebrados pela UFCG, notadamente, em relação à liquidação da despesa, conforme ficou demonstrado pela CGU/PB no que concerne ao Contrato/PRA nº 20/2003;

9.12.7. inobservância do art. 3º da Portaria nº 98, de 16/07/2003, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que servidores da UFCG estão deixando de apresentar, após o retorno de viagens a serviço, o canhoto dos respectivos cartões de embarque;

9.12.8. afastamento de servidores para a realização de aperfeiçoamento acadêmico-profissional, seja no país ou no exterior, sem a edição do ato normativo baixado por autoridade competente, o que infringe os Decretos nº 91.800/85 e 1387/95;

9.12.9. atrasos frequentes na instrução de tomadas de contas especiais instauradas pela UFCG, infringindo, dessa maneira, o art. 1º, § 1º, da IN/TCU nº 56, de 5/12/2007;

9.12.10. falhas verificadas na condução dos trabalhos desenvolvidos por comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar no âmbito da UFCG, situação essa que requer a capacitação dos agentes responsáveis por essas atividades e o aprimoramento da supervisão desses procedimentos por parte dos escalões hierárquicos superiores;

9.12.11. ausência, em processos de pagamentos, da documentação que atesta a condição de optante pelo "SIMPLES" de fornecedores e/ou prestadores de serviço, situação essa que afronta o art. 26 da IN/SRF nº 539, de 25/04/2005;

9.12.12. aquisição de material permanente (3 monitores e 1 gabinete/4 baias) por meio de dotação do Programa de Educação Tutorial destinada a despesas de custeio (material de consumo);

9.12.13. realização de negócios jurídicos com empresas que possuem servidores da UFCG ou pessoas com vínculo de parentesco com esses servidores em seu quadro societário, procedimento esse que viola os princípios da moralidade e da impessoalidade, encartados no art. 37 da Constituição Federal;

9.12.14. realização de despesas com créditos orçamentários do exercício financeiro subsequente, desrespeitando o princípio contábil da competência da despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.12.15. assunção de dívida com fornecedores no valor de R$ 1.052.515,43 originária de despesas não registradas na contabilidade, indicando que as mesmas foram realizadas sem prévio empenho e não observaram o princípio contábil da competência, violando, portanto o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 e os arts. 35, 60, 88 e 90 da Lei nº 4.320/64;

9.12.16. pagamento antecipado de 1010 (mil e dez) litros de combustível às empresas Nóbrega Combustíveis Ltda. e Farias Comércio de Combustíveis Ltda. sem que houvesse o oferecimento de quaisquer garantias formais pelas pessoas jurídicas contratadas ou o auferimento real de ganho financeiro para a administração, procedimento esse que viola o art. 62 da Lei nº 4.320/64 e as orientações emanadas da jurisprudência do TCU (Convênio nº 065/2004 - UFCG/Fundação Parque Tecnológico da Paraíba).

9.12.17. não observância por parte do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, relativamente ao julgamento do processo administrativo disciplinar nº 23074.034560/03-61, do procedimento previsto no art. 168, caput, da Lei nº 8.112/90 ou aquele contido no parágrafo único do mesmo dispositivo legal quanto à necessidade, em ambos os casos, de motivar as suas razões de decidir, na forma dos arts. 93, inciso IX, da CF e 50 da Lei nº 9.784/99;

9.12.18. constatação da participação dos servidores da entidade, discriminados no subitem 6.4.3.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175100, na administração/gerência de empresas privadas, em desacordo com o art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90;

9.13. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU que informe nas próximas contas o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.10 da presente deliberação.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11461-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11462/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.103/2009-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Joviano Pereira Alves Júnior (713.255.572-34).

4. Entidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Pará - DR/Correios/PA.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - SECEX/PA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela - Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Estado do Pará - Correios/PA, em razão de prejuízo constatado na Agência de São Sebastião da Boa Vista - PA, decorrente de irregularidades praticadas pelo Sr. Joviano Pereira Alves Junior, enquanto ocupante do Cargo de Atendente Comercial I e da Função de Chefe da Agência dos Correios de São Sebastião da Boa Vista - PA, consistentes, entre outras, na permuta de cheques de terceiros por dinheiro da Agência, sem previsão legal, e na utilização de recursos financeiros daquela unidade, para pagamento de dívidas particulares, gerando uma diferença, a menor, no caixa da mesma, no valor histórico total de R$ 31.870,80 (trinta e um mil e oitocentos e setenta reais e oitenta centavos).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar irregulares as contas do Sr. Joviano Pereira Alves Júnior, ex-empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na execução a importância R$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais), ressarcida aos Correios, em 15/1/2007;

DATA	VALOR HISTÓRICO DO DÉBITO (R$)
26/04/2006	8.925,02
13/06/2006	22.945,78

9.2. com fundamento no art. 19, caput, da Lei nº 8.443/1992, aplicar ao responsável, Sr. Joviano Pereira Alves Júnior, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da mencionada importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso venha a ser requerido, o parcelamento do débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia da documentação pertinente ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis, nos termos do artigo 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 209, § 6º, do RITCU.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11462-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11463/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.098/2009-0.

2. Grupo II - Classe II: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: João Francisco Albuquerque de Oliveira (199.678.965-15)

4. Unidade: Município de Gararu/SE

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (SECEX-SE).

8. Advogado(s): Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5646)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de Tomada de Contas Especial instaurado pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em decorrência da execução parcial do Convênio 154/1998, tendo por objeto a construção de módulos sanitários domiciliares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, I, 210, do Regimento Interno, julgar as irregulares as contas do Sr. João Francisco Albuquerque de Oliveira, condenando-o ao pagamento das quantias de R$ 16.776,73 (dezesseis mil, setecentos e setenta e seis reais, e setenta e três centavos) e R$ 3.501,90 (três mil, quinhentos e um reais e noventa centavos), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 29/9/1998 e 20/10/1999, respectivamente, até a data do recolhimento, abatendo-se a importância de R$ 7.037,00 (sete mil e trinta e sete reais) recolhida aos cofres da Funasa em 19/10/1999, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde-Funasa;

9.2. aplicar ao Sr. João Francisco Albuquerque de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso venha a ser requerido, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, devendo ser esclarecido ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, na pessoa do seu Procurador-Chefe, na forma do disposto no art. 209, § 6º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11463-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11464/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.995/2008-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Petrobras Distribuidora S.A

4. Entidade: Petrobras Distribuidora S.A

5. Relator: Ministro José Jorge.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogados constituídos nos autos: Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195); Renata Granja Maués (OAB/RJ 155.435).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de Prestação de Contas, nos quais foi interposto recurso de reconsideração contra o Acórdão 3.400/2011 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o item 9.4.2. do Acórdão 3.400/2011 - 2ª Câmara;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11464-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11465/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.225/2010-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial:

3. Responsáveis: Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque - Apio (84.413.400/0001-19); Vitória Santos dos Santos (042.015.312-87).

4. Entidade: Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque - Apio.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá Secex/AP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade solidária da Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque - Apio e da Sra.Vitória Santos dos Santos, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em razão da omissão no dever de prestar contas e da inexecução integral do objeto do Convênio nº. 379/2002, (Siafi 479167), celebrado em 6/12/2002, com aquela Fundação, consistente na execução de 17 módulos sanitários domiciliares nas Aldeias Indígenas de Jodef e Tukay, localizadas no Município de Oiapoque/AP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque - Apio, bem como de sua ex-presidente, Sra Vitória Santos dos Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19, **caput**; e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias de 16.539,22 (dezesseis mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos) e de R$ 12.404,50 (doze mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos), corrigidas monetariamente e acrescidas dos encargos legais, calculados, respectivamente, a partir de 14/11/2003 e 31/12/2003, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem o recolhimento perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU);

9.2. aplicar, individualmente, à Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque - Apio e à Sra. Vitória Santos dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento das notificações, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amapá, na pessoa de seu Procurador-Chefe, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11465-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11466/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.604/2006-0.

1.1. Apenso: 028.429/2010-9

2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração

3. Responsável: Edir Pedro Domineghini - ex-Presidente (205.269.380/72).

4. Entidade: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul - FGTAS/RS.

5. Relator: Ministro José Jorge.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Valdir Boniatti (OAB/RS nº 35.067).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Edir Pedro Domeneghini, contra o Acórdão 4.214/2011 - 2ª Câmara, que negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo mesmo recorrente em face do Acórdão 2.224/2009 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n.º 8.443, de 1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Edir Pedro Domeneghini para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Embargante.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11466-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes (Presidente).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11467/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.906/2010-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Ernesto Lins Cavalcante (CPF 574.431.148-34); Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 02.853.791/0001-78).

4. Entidade: Município de Pedra Branca/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: José Hélio Arruda Barroso, OAB/DF 21.248.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Recursos Financeiros do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração, em desfavor do Sr. Francisco Ernesto Lins Cavalcante, ex-prefeito do Município de Pedra Branca/CE, em razão do não atingimento das metas pactuadas nos Convênios nºs PGE 32/2001 e 70/2004, os quais tinham por objeto a construção de uma barragem na localidade de Boqueirão, circunscrita ao referido município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a empresa Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda.;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Ernesto Lins Cavalcante;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Ernesto Lins Cavalcante, ex-prefeito do Município de Pedra Branca/CE, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei n° 8.443, de 1992, condenando-o, solidariamente com a empresa Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculadas desde as datas especificadas até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas dívidas aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Valor (R$)	Data
60.000,00	26/2/2002
60.000,00	24/12/2004

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. aplicar, com fulcro no art. 57 da Lei n° 8.443, de 1992, ao Sr. Francisco Ernesto Lins Cavalcante e à empresa Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda., individualmente, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei n° 8.443, de 1992, e no art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.4 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido pelos responsáveis, alertando-os de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n° 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para as providências que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n° 8.443, de 1992; e

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Dnocs e à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, a fim de que sejam adotadas todas as medidas cabíveis com o fito de que seja evitada a ocorrência de um grave sinistro para os habitantes das redondezas do município de Pedra Branca/CE, considerando a informação consignada nos autos de que a barragem construída no aludido município está correndo risco iminente de ruptura definitiva.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11467-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11468/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.458/2010-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Nilson Farias Sousa (CPF 068.973.713-00).

4. Entidade: Município de Martinópole/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: José Nilson Farias Sousa Júnior (OAB/CE 14.474).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. José Nilson Farias Sousa, ex-prefeito de Martinópole/CE, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município, no exercício de 2004, com o objetivo de atender a despesas com ações do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e em débito o Sr. José Nilson Farias Sousa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do FNDE:

Peja/2004:

Data	Valor (R$)
29/04/2004	11.248,99
24/05/2004	11.249,97
25/06/2004	11.249,97
28/07/2004	11.249,97
13/09/2004	11.249,97
11/10/2004	11.249,97
10/11/2004	11.249,97
27/11/2004	11.249,97
24/12/2004	11.249,98
28/12/2004	11.249,98

Pnate/2004:

Data	Valor (R$)
28/04/2004	1.654,34
05/06/2004	1.655,11
25/06/2004	1.655,11
28/07/2004	1.655,11
13/09/2004	1.655,11
11/10/2004	1.655,11
10/11/2004	1.655,11
24/12/2004	1.655,11
28/12/2004	1.432,77

9.2. aplicar ao Sr. José Nilson Farias Sousa, com base no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.5. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 209, § 6º, do RITCU.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11468-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11469/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.784/2011-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Benedicta Lucarelli Reis (134.300.748-86) e Josephina Aloi de Meneses (296.564.168-80).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões pensão civil instituídos por ex-servidores vinculados à Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar ilegais os atos de interesse de Benedicta Lucarelli Reis e Josephina Aloi de Meneses, negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujos atos foram considerados ilegais, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. ajuste o valor do percentual de 3,17% pago às pensionistas na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;

9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11469-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11470/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.021/2011-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto V: Aposentadoria.

3. Interessados: Amariles Irineia Padulla Sanches (017.105.138-61); Claudio Tsutamo Tahara (028.845.298-45); Maria Aparecida Alves da Rocha (085.674.688-68); Maria de Fatima Pontin Paulo (777.918.358-00); Mario Agostinho Marim (822.591.948-34); e Rosalia da Silva (065.974.218-76).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. destacar o ato de interesse de Mário Agostinho Marim;

9.2. considerar legais os atos de interesse de Amariles Irineia Padulla Sanches, Claudio Tsutamo Tahara, Maria Aparecida Alves da Rocha, Maria de Fatima Pontin Paulo e Rosalia da Silva, concedendo-lhes os respectivos registros;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. realize diligência junto à Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP - INSS/MPS, no sentido de serem encaminhadas ao TCU cópias das certidões de tempo de serviço averbadas pelo interessado Mário Agostinho Marim;

9.3.2. proceda à verificação do cumprimento, pelo órgão de origem, da diligência supracitada, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11470-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11471/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.719/2011-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Irani Cardoso (228.229.926-49); Joaquim Carlos de Moraes (003.843.098-36); e Maria da Consolação Santos (200.758.476-04).

4. Unidade: Gerencia Executiva do INSS em Uberaba/MG - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Gerência Executiva do INSS em Uberaba/MG,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar legais os atos de interesse de Joaquim Carlos de Moraes e Maria da Consolação Santos, concedendo-lhes os respectivos registros;

9.2. considerar ilegal o ato de interesse Irani Cardoso, negando-lhe o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Gerência Executiva do INSS em Uberaba/MG que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que a interessada Irani Cardoso teve ciência desta deliberação;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a Gerência Executiva do INSS em Uberaba/MG acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11471-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11472/2011 - TCU - 2ª Câmara

1.Processo: TC-024.405/2008-0 (c/ 4 volumes e 1 anexo).

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Osvaldo Fernandes Ajona (CPF 745.997.208- 87) e Município de Cravinhos/SP.

4. Entidade: Município de Cravinhos/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Advogados constituídos nos autos: Angelo Pessini Júnior, OAB/SP 151.965; Wagner Marcelo Sarti, OAB/SP 21.107; Gabriela Borges Morando, OAB/SP 237.540; Luis Fernando Silveira Pereira, OAB/SP 153.295; Antonio Rodrigo Mariano da Silva, OAB/SP 209.146; e Weslon Charles do Nascimento, OAB/SP 262.779.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças (TFECD), transferidos pelo Serviço Único de Saúde (SUS) ao Município de Cravinhos/SP, nos exercícios de 2000 a 2002,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Osvaldo Fernandes Ajona;

9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, e com fulcro no art. art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, aplicar ao Sr. Osvaldo Fernandes Ajona a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento da multa, em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de quitação de qualquer uma delas importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. determinar a constituição de processo apartado de natureza administrativa, mediante extração de cópias destes autos (docs. às fls. 786/797 do vol. 4), a ser encaminhado à Secretaria-Geral de Administração para que, com a anuência da Secretaria-Geral de Controle Externo, providencie o reconhecimento do crédito perante a Fazenda Pública Federal em favor do Município de Cravinhos/SP, no valor de R$ 126.406,14 (cento e vinte seis mil, quatrocentos e seis reais e quatorze centavos), constituído em 31/1/2011, em decorrência de valores recolhidos a maior quando do pagamento do débito que lhe foi imputado por força do Acórdão nº 5.527/2010-TCU-1ª Câmara.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11472-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11473/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.367/2010-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Ellen Jane Grimm Ussami (246.113.609-20).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogados constituídos nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605), Luciana Dário Meller (OAB/SC 12.964), Daniela de Lara Prazeres (OAB/SC 12.204) e Greice Milanese Sônego Osorio (OAB/SC 15.200).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referente a ex-servidora vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - MEC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar ilegal o ato de fls. 2/5, de interesse de Ellen Jane Grim Ussami, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.2.1. comunique à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, a respeito deste acórdão;

9.2.2. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;

9.2.3. aplique à VPNI decorrente da URV (3,17%) o entendimento consignado no Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;

9.2.4. acompanhe o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, e caso ocorra a desconstituição da sentença, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente à interessada;

9.3. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.4.2. encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento das ações judiciais referentes ao ato em questão para que o Órgão adote as providências cabíveis ao caso em epígrafe, dando Ciência à Conjur.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11473-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11474/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.401/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Valdeci Olindina Braz (732.456.079-20), Valdemiro Borini (006.659.839-72), Valeria Vieira Mazzucco Portela (312.988.939-68), Valmor de Melo (223.335.179-72), Waldemar Bar-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

bosa (001.796.639-68), Wally Bernardini (007.890.469-20), Zeferino Pedro Sachet (098.450.629-20), Zenirto Joao da Cunha (221.262.879-04) e Zuleica Maria Patricio (457.392.939-87).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos atos de aposentadoria relativos a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal o ato de fls. 39/42, de concessão de aposentadoria de Wally Bernardini, concedendo-lhe registro;

9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/18, 35/42 e 47/58, de concessão de aposentadoria de Valdeci Olindina Braz (fls. 2/6), Valdemiro Borini (fls. 7/10), Valeria Vieira Mazzucco Portela (fls. 11/14), Valmor de Melo (fls. 15/18), Waldemar Barbosa (fls. 35/38), Wally Bernardini (fls. 39/42), Zeferino Pedro Sachet (fls. 47/50), Zenirto Joao da Cunha (fls. 51/54) e Zuleica Maria Patricio (fls. 55/58), negando-lhes os correspondentes registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.2, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

9.4.4. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo das denominadas URP e URV, conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.4.5. convoque o ex-servidor Antonio da Silva Almeida para, também no prazo de 15 (quinze) dias, optar por uma das seguintes alternativas:

9.4.5.1. retornar à atividade para completar o tempo faltante para a nova aposentadoria, com o alerta de que esta será regida pelas regras vigentes no momento da nova concessão; ou

9.4.5.2. apresentar comprovação de pagamento das contribuições previdenciárias devidas, relativas ao tempo impugnado nos autos (mediante certidão de competência do INSS);

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que monitore a implementação das medidas determinadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11474-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11475/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.276/2010-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Iara Souza da Silveira (539.114.079-04); Jani Luci Claudino dos Santos (298.626.719-04); João Carlos de Souza (224.536.109-10); João Francisco Bairrao (223.322.949-53); João Tachini (289.625.329-72); Jorge José de Souza Filho (002.627.909-63); José Isidoro Avelar de Magalhães (148.739.230-34); José Rubens de Carvalho (010.526.329-04); Lelia Medeiros Cardoso (572.567.219-00); Marcia Koerich (343.985.629-15); Margareth Linhares Martins (251.981.229-04); e Maria Ignes Silveira Paulilo (823.394.068-20).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de ato de fls. 36/40, de interesse de José Rubens de Carvalho;

9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/35 e 41/58, de interesse de Iara Souza da Silveira (fls. 2/6), Jani Luci Claudino dos Santos (fls. 7/10), João Carlos de Souza (fls. 11/15), João Francisco Bairrão (fls. 16/20), João Tachini (fls. 21/25), Jorge José de Souza Filho (fls. 26/30), José Isidoro Avelar de Magalhães (fls. 31/35), Lelia Medeiros Cardoso (fls. 41/45), Márcia Koerich (fls. 46/50), Margareth Linhares Martins (fls. 51/54) e Maria Ignes Silveira Paulilo (fls. 55/58), negando-lhes os respectivos registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos inativos de que trata o subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique aos interessados cujos atos foram considerados ilegais a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.4.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.4.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.4.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.4.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.4.3.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.4.4. ajuste o valor da URP e do percentual de 3,17% pagos aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;

9.4.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.5. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11475-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11476/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.835/2010-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Cesar Guerra Nobrega (005.725.944-53); Christina Maria Brazil de Paiva (374.549.514-49); Edna Maria Torreao Brito (097.579.024-20); Francisco Martins da Silva (025.135.524-15); José Ari Gadelha do Amaral (020.390.014-68); José Cassildo Pinto (195.049.858-15); Maria do Carmo Leão (798.767.814-72); Marlene Ramalho Rosas (531.237.948-49); Neiliane Maia (181.632.034-04); Paula Frassinete de Almeida Rodrigues (086.745.824-00); Romulo Marinho do Rego (059.629.864-15); Rosilma do Socorro Rocha Morais (204.010.784-34); e Tereza Mitsunaga Kulesza (006.760.158-83).

4. Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores vinculados à Universidade Federal da Paraíba - MEC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de fls. 2/56, de interesse de Cesar Guerra Nobrega (fls. 2/6), Christina Maria Brazil de Paiva (fls. 7/11), Edna Maria Torreao Brito (fls. 12/15), Francisco Martins da Silva (fls. 16/19), Jose Ari Gadelha do Amaral (fls. 20/23), José Cassildo Pinto (fls. 24/27), Maria do Carmo Leão (fls. 28/31), Marlene Ramalho Rosas (fls. 32/35), Neiliane Maia (fls. fls. 36/40), Paula Frassinete de Almeida Rodrigues (fls. 41/44), Romulo Marinho do Rego (fls. 45/48), Rosilma do Socorro Rocha Morais (fls. 49/52) e Tereza Mitsunaga Kulesza (fls. 53/56), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal da Paraíba que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2.comunique aos interessados a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, documentos que comprovem a data em que os interessados tomaram ciência deste acórdão;

9.4. informar à Universidade Federal da Paraíba que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11476-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11477/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.836/2010-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Airton Caminha Gonçalves Junior (175.263.027-00); Albani Marcio Lima (274.909.399-68); Alceu Bolino (110.900.309-91); Amauri Betini Bartoszeck (068.392.159-20); Ana Maria Muratori (470.087.259-49); Angela Maria Rodrigues da Silva (253.819.899-20); Antonia Moreira (064.851.629-68); Antonio Alves do Prado Filho (000.688.379-68); Augustinho Rigoti (429.632.658-91); Bin Kang Cheng (669.060.678-34); Carlos Roberto de Medeiros (183.511.079-72); Celina Wisniewski (255.081.569-68); Celsi Bronstrup Silvestrin (298.979.040-34); Divonzir Lopes Beloto (075.829.359-34); Djalma Luiz Faraco (059.201.679-04); Dorly de Freitas Buchi (091.725.301-97); Elenice Haruko Murate (330.134.469-00); Elias Lipatin Furman (170.217.829-34); Fany Reicher (356.481.209-15); Fernanda Rita Aguiar Zambon (171.947.509-10); Francisco Miguel Stroparo (002.722.569-00); Francois Alberto Rosier (202.960.027-04); Gerson Rodrigues Sobreira (101.955.999-34); Haemi da Silva Pires (317.226.879-91); Haida Aparecida Cardoso (232.223.449-49); Helvio Bertolozzi Soares (170.774.949-34); Igor Chmyz (005.186.209-30); Jair Lucinda (080.230.699-34); João Batista de Mendonca Xavier (142.492.439-15); e Jose Celso São João (169.830.099-91).

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal do Paraná - MEC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar ilegais os atos de fls. 2/142, de interesse de Airton Caminha Gonçalves Junior (fls. 2/6), Albani Marcio Lima (fls. 7/10), Alceu Bolino (fls. 11/14), Amauri Betini Bartoszeck (fls. 15/18), Ana Maria Muratori (fls. 19/23), Angela Maria Rodrigues da Silva (fls. 24/27), Antonia Moreira (fls. 28/31), Antonio Alves do Prado Filho (fls. 32/35), Augustinho Rigoti (fls. 36/44), Bin Kang Cheng (fls. 45/49), Carlos Roberto de Medeiros (fls. 50/53), Celina Wisniewski (fls. 54/57), Celsi Bronstrup Silvestrin (fls. 58/61), Divonzir Lopes Beloto (fls. 62/65), Djalma Luiz Faraco (fls. 66/70), Dorly de Freitas Buchi (fls. 71/75), Elenice Haruko Murate (fls. 76/85), Elias Lipatin Furman (fls. 86/89), Fany Reicher (fls. 90/94), Fernanda Rita Aguiar Zambon (fls. 95/98), Francisco Miguel Stroparo (fls. 99/103), Francois Alberto Rosier (fls. 104/108), Gerson Rodrigues Sobreira (fls. 109/112), Haemi da Silva Pires (fls. 113/117), Haida Aparecida Cardoso (fls. 118/121), Helvio Bertolozzi Soares (fls. 122/125), Igor Chmyz (fls. 126/129), Jair Lucinda (fls. 130/133), João Batista de Mendonca Xavier (fls. 134/138) e Jose Celso São João (fls. 139/142), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. ajuste o valor da URP e do percentual de 3,17% pagos aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;

9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11477-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11478/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.839/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Adelar Andrino Bastos (298.392.119-00); Adelino Barbosa (029.900.839-87); Adelino Barbosa (029.900.839-87); Adenilde Silva (003.934.359-62); Adenir Pereira dos Santos (344.562.109-82); Agenor Benoni da Silva (447.093.319-87); e Albertina Zatelli (289.372.449-34).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os ato de concessão de aposentadoria de fls. 2/32, de interesse de Adelar Andrino Bastos (fls. 2/5), Adelino Barbosa (fls. 6/9), Adelino Barbosa (fls. 10/13), Adenilde Silva (fls. 14/17), Adenir Pereira dos Santos (fls. 18/22), Agenor Benoni da Silva (fls. 23/27) e Albertina Zatelli (fls. 28/32), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos inativos de que trata o item precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique aos interessados cujos atos foram considerados ilegais a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.3.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.3.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.3.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.3.3.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.3.4. ajuste o valor do percentual de 3,17% pago à servidora aposentada na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11478-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11479/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.896/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Isabel Alves da Silva (215.034.864-00).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Garanhuns/PE - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam ato de concessão de aposentadoria a ex-servidora vinculada à Gerência Executiva do INSS em Garanhuns/PE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de interesse de Isabel Alves da Silva, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Garanhuns/PE que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.2.comunique à interessada cujo ato foi considerado ilegal a respeito deste acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, documento que comprove a data em que a interessada cujo ato foi considerado ilegal tomou ciência deste acórdão;

9.4. informar à Gerência Executiva do INSS em Garanhuns/PE que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11479-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11480/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.898/2011-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Lia Marcia Chiaratti (014.464.688-95).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo - Centro/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam ato de concessão aposentadoria a ex-servidora vinculada à Gerência Executiva do INSS em São Paulo - Centro/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de interesse de Lia Marcia Chiaratti, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2.comunique à interessada a respeito deste acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, documento que comprove a data em que a interessada tomou ciência deste acórdão;

9.4. informar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11480-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11481/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.899/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Jorge Pereira da Silva (860.448.937-15).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro - Centro/RJ - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam ato de concessão de aposentadoria a ex-servidor vinculado à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro - Centro/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de interesse de Jorge Pereira da Silva, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2.comunique ao interessado a respeito deste acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, documento que comprove a data em que o interessado tomou ciência deste acórdão;

9.4. informar à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11481-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11482/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.874/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Vera Cleide Rosa Malamann (123.436.288-07).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referente a ex-servidora vinculada à Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar ilegal o ato de interesse de Vera Cleide Rosa Malamann, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11482-42/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE VOTAÇÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo nº 005.686/1998-9, com os Apensos nºs 018.892/2006-5, 023.506/2006-1 e 013.256/2007-1 (v. Ata nº 41/2010 - Segunda Câmara), o Presidente, Ministro Augusto Nardes, concedeu a palavra ao Relator, Ministro José Jorge e a seguir ao Revisor, Ministro Raimundo Carreiro, tendo a Segunda Câmara aprovado, por maioria, o Acórdão nº 11432/2011. Foi voto vencido o Revisor, Ministro Raimundo Carreiro.

SUSTENTAÇÃO ORAL

No tocante ao processo nº 001.235/2002-8 (com os Apensos nºs 003.496/2004-0, 003.462/2004-1, 003.465/2004-3, 003.499/2004-1 e 003.466/2004-0), de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, o Presidente, Ministro Augusto Nardes, informou à Segunda Câmara que o Dr. Fábio Gomes de Araújo, requereu e teve deferido pedido para promover sustentação oral em nome de Andrade e Aragão Ltda. E, que devidamente notificado, por meio da publicação da Pauta no Diário Oficial da União, não compareceu para promover a referida sustentação oral.

Quando da apreciação do processo nº 001.235/2002-8 (com os Apensos nºs 003.496/2004-0, 003.462/2004-1, 003.465/2004-3, 003.499/2004-1 e 003.466/2004-0), de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, apresentou sustentação oral, o Dr. Fábio Gomes de Araújo - OAB/SE nº 2.649 ou Lourival Freire Sobrinho - OAB/SE nº 5.646, em nome de .

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Quando da apreciação do processo nº 013.632/2011-6, de relatoria do Ministro José Jorge, apresentou sustentação oral, o Dr. Adovaldo Dias de Medeiros Filho - OAB/DF nº 26.889, em nome de Mirta Noemi Sataka Bugarin.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 42/2011 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 017.147/2006-7 (com o Apenso nº 031.739/2010-5) e 021.891/2009-4, (Ministro Aroldo Cedraz); e

b) nºs 027.987/2007-8 e 010.973/2010-9 (Ministro Raimundo Carreiro).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezessete horas e onze minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 1º de dezembro de 2011.

AUGUSTO NARDES
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 43 (EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA)
Sessão em 6 de dezembro de 2011, às 15h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-002.414/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto Stropp (002.613.944-87); Gladys Nery da Fonseca (142.055.214-72); Guilherme Gomes da Silveira D'avila Lins (382.020.428-87); Ideneide Veras Barreto (110.144.744-34); Irani Fernandes de Alencar (132.113.584-04).
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.879/2010-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Thereza Turesso Nadaline (085.275.719-00); Varcelom de Lima (032.975.609-59); Vera Maria de Almeida Pinto (000.035.069-91); Vilma Thereza Alquieri (186.959.579-34); Vinalto Graf (002.320.769-87); Wally Frida Seeger Teske (610.133.319-15).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.899/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alba Montenegro Santana (041.301.034-15); Antônio Bezerra dos Santos (076.156.474-87); Dionice Marinho Gomes (155.534.184-53); João Justino de Sá Neto (201.578.784-49); Maria de Lourdes Souza (044.032.824-15); Nivaldo Guilherme da Silva (074.840.704-91); Williams José Câmara de Paiva (111.933.954-53).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.698/2010-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abene Silva Ribeiro (030.610.324-95); Alexsandro da Silva (026.560.584-90); Danilo Emmerson Nascimento Silva (666.742.634-00); Eduardo Romero Lopes Barbosa (621.472.934-15); Gilvania Maria da Silva (398.618.304-30); Gladstone Alves da Silva (962.559.004-87); Kátia Simões Feitosa (039.990.354-20); Luzimar da Rocha (485.576.174-53); Michel Vilela Barbosa (045.799.774-59); Roberta de Moraes Rocha (031.713.234-27); Silvana Medeiros Costa (674.210.164-49).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.854/1990-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alaíde Silva (000.292.127-82); Alice Ferreira de Figueiredo (517.160.547-53); Derneci Ribeiro Zahal (458.291.107-25); Débora Christina R. Siqueira (836.491.587-87); Edna Coelho Monteiro (572.181.967-72); Janete Torres da Silva (813.930.087-04); Leonor Caseiro da Silva (247.454.727-49); Maria Elizabeth Tinoco Brulon (708.742.207-34); Maria da Glória Davies de Souza (855.754.377-87); Marluze Barbosa (209.240.547-00); Sebastião Paulino Monteiro Filho (247.514.057-72); Thereza Maria da Conceição (112.844.557-34).
Órgão/Entidade: 2ª Circunscrição de Serviço Militar.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.456/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Pedro Ponciano Gomes (024.591.246-00); Mônica dos Santos Font Juliá (227.254.586-68).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.095/2008-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Edme Efigenia Teodoro (091.900.159-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.411/2007-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisco Ivan Alzier de Araújo (147.055.672-34); Hiron Ferreira Lima (043.519.672-34); João Luiz Ferreira Lessa (334.420.292-87); Leila Regina da Silva Menezes (284.289.862-15); Manoel Adail Amaral Pinheiro (137.996.732-53); Maria Auxiliadora Amaral Pinheiro (239.449.002-00); Ossias Jozino da Costa (068.310.012-20).
Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Amazonas (62 Municípios).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.008/2010-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gisele Pontes da Silva (774.331.812-53); Glaucimar Pontes da Silva (052.829.342-72).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.926/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Natalino Alves de Souza (062.663.201-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.935/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Ines Fontana Pravata (753.557.368-15); Thereza Monegatto (032.007.958-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.842/2009-9
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Afonso Celso de Sousa Marinho Nery (064.959.312-04); Alcides Paulo Batista (183.647.561-68); Ana Valéria Sepulveda Rodrigues (563.490.681-49); Carlos Roberto Bevilaqua Penna (258.417.857-53); Lúcio Pires de Amorim (053.338.817-15); Mauro Luiz Lecker Vieira (366.501.297-04); Rodrigo de Lima Baena Soares (342.835.101-06); Vanderlan Fernandes Steine (146.871.786-34).
Órgão/Entidade: Escritório Financeiro Em Nova York - MRE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.374/2009-0
Natureza: Prestação de Contas
Responsável: Roberto de Souza Salles (434.300.237-34).
Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.577/2009-7
Natureza: Representação
Interessado: Editora Universidade de Brasília - MEC (00.038.174/0004-96).
Órgão/Entidade: Editora Universidade de Brasília - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.833/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Joaquim Barroso Leal (068.709.023-72).
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita - PI.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.219/2003-5
Natureza: Representação
Responsáveis: Cassia Akemi Mizusaki Funada (082.385.788-33); Pedro Pereira de Oliveira (021.884.572-34); Rosa Maria Nascimento Silva (418.816.057-87); Vulmar de Araujo Coelho Junior (507.309.167-15).
Interessados: Procuradoria da República/RO - MPU (26.989.715/0026-60); Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região/AC-RO - JT (00.509.968/0015-43).
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região/AC-RO - JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.953/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: Vigserv Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda. (36.040.947/0001-73).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Vitória/ES - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: Valtazar Machado, OAB 9442 ES.

TC-021.434/2009-6
Natureza: Embargos de Declaração
Responsáveis: Angélica Leal Santana Dutra (071.377.157-70); Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Hélio Dutra Leal (709.470.747-91); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43).
Recorrente: Hélio Dutra Leal (709.470.747-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.892/2011-3
Apensos: 008.733/2009-0 (REPRESENTAÇÃO).
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Carlos João Pinheiro (002.571.177-68).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.900/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Manoel Nascimento (093.038.479-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Blumenau/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.502/2009-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Martinez Basso (206.309.258-36); Ana Claudia Ferraz Cavalcante (851.937.202-34); Miguel Justiniano Abanto Peralta (056.510.687-24).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.562/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Emilia de Mello (538.768.497-72); Clecir Xavier Ferreira (515.055.767-68); Dilte Pinheiro Vaz (883.318.307-68); Domingos do Nascimento (217.859.537-53); Fatima Regina Dias de Castro (467.299.257-87); Ilda Maria dos Santos (583.681.247-00); Janete da Costa Rodrigues (608.961.087-91); Jorgina Ferreir A Gomes (237.868.767-20); Jose Alves Duarte (075.563.064-53); Lindalva Idalina da Silva (745.922.117-15); Luiz Antonio Pinto Seabra (401.366.397-04); Marcilia Barbosa Ribeiro (748.228.967-49); Maria Lúcia Flores (409.427.757-91); Maria da Conceição de Castro Nunes (736.559.707-06); Maria das Graças Wergles Martins (029.588.718-43); Miralda da Silva Gonzaga (549.741.277-72); Odicea Morais Lopes (473.694.347-53); Shirley Alexandre de Barros Lourdes (468.545.507-00); Suely Conceiçao Moraes Affonso (051.633.747-53); Teobaldo Carlos da Silva (314.170.517-87); Vera Lucia Martini da Cunha (350.672.767-20); Wanderley José Ribeiro (387.106.337-15); Zenilda Correa da Silva Lopes (776.018.747-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS No Rio de Janeiro/Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.369/2009-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hildegildo Lopes dos Santos (043.855.276-87); Hugo de Melo (075.512.826-53).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.890/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Neide Luci Marcovicz (234.429.729-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.904/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Antonia de Moura Mesquita (192.657.511-34); Maria de Lourdes Valerio Idalgo Leite (019.113.328-05); Milton Mendes Junior (222.660.548-72); Suely Zamarrenho Spolon (018.548.058-60); Viviane Linhares Paes Leme (584.556.807-25).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. J. dos Campos/SP - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.210/2011-8
Natureza: Representação
Interessado: Justiça Federal (00.000.000/1000-00).
Órgão/Entidade: Agência da Previdência Social - Jaboatão/PE - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-026.781/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sueli Aparecida Andrade Alves (582.008.438-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.782/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Elenice Aurélia Parra de Souza (791.890.838-49); Maria Aparecida Marangoni (867.809.218-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.798/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Regina Coeli Mendes Ribeiro Moura (000.845.238-59).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo Centro/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.890/2010-0
Natureza: Embargos de Declaração em processo de Representação
Responsáveis: Fundação da Universidade Federal do Paraná - Funpar (78.350.188/0001-95); Patrícia Favorito Dorfman (877.200.519-04); Zaki Akel Sobrinho (359.063.759-53).
Interessado: DPF - Superint. Regional/PR - MJ (00.394.494/0032-32).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.096/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Benedita Braz de Lucena (684.093.468-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.121/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Iaroslau Koslinski (005.802.799-87).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cascavel/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.124/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clarice Gomes Pires (127.718.302-30); Edilson Chacon das Dores (046.717.242-00); Raimunda da Silva Santos (238.283.582-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.228/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pedro Pessoa de Aguiar (035.670.014-34).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.543/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jose Diogo Lages Fortes Lustosa (010.564.303-38).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.550/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Magda Alves (843.327.198-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.551/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Romualda Cunha Xavier (016.388.851-50).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.563/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carmen Braga Pacheco (059.215.549-87); Osvaldo Schultz (011.547.539-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.573/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elisabete Silveira de Castro (667.995.207-78); Ilza Teixeira Gomes (544.242.327-00); Marlene de Farias Coelho (114.812.927-81).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.588/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Aparecida Donizeti de Lima (492.995.651-04).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.841/2011-1
Natureza: Prestação de Contas
Responsável: Eduardo Ricardo Gradilone Neto (811.870.848-91).
Órgão/Entidade: Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras No Exterior - MRE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.183/2011-1
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.849/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Menezes de Andrade (103.428.005-82); Giselia Souza de Jesus (150.053.565-68); Rozenilde Fonseca Vieira Primo (085.720.385-15); Silvio Correia dos Santos (085.530.255-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Aracaju/SE - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.956/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hiram Abif Seabra Tavares (064.083.383-72); Joanice de Sousa Veras (125.350.363-04); Jovina Serra Castelo Branco (037.996.383-34); Leila Gomes Lima da Silva (062.767.683-91); Leone Ribeiro Veiga (064.941.533-72); Lourdes Camargo Reis (116.218.851-00); Maria da Gloria Araujo Cantanhede (204.366.533-20); Maria de Lourdes Nunes Carvalho (054.633.193-91); Maria do Carmo Teixeira (006.429.672-53); Marieta Rocha de Oliveira (001.845.353-87); Pedro Mendes Serra (022.140.673-53); Ruth Marques do Rosario (044.945.043-00); Valdeci Carvalho Lima (374.674.097-53).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Luis/MA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.957/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Eucares Pina Ferreira (142.528.721-20); Orilda Terezinha de Moraes Navarro (111.667.701-68).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.991/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosangela Maria Barroso Fernandes (486.337.636-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.075/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sergio Bruschini (026.109.578-15).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.206/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alan Boris Kunrath Heredia (018.711.570-21); Julio Cesar Lenine Kunrath Heredia (020.016.150-43).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.209/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alceno Finkler (426.618.899-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cascavel/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.261/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Cora Alessandra Peixoto Bezerra (027.967.414-78).
Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS Em Natal/RN - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.268/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lydia Moutinho Albieri Marcilio (375.294.588-50).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Leste.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.269/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alci Pereira dos Santos (287.996.902-68); Maria Aparecida Cruz Silva (305.713.818-71); Miya Komatsu (046.135.388-15); Nuno Acioli Pimentel (037.801.808-63); Olga Faccheta Martins (272.036.438-08); Salvatore Abate (113.628.208-49); Sonia de Assis Souza Miragaia (151.450.748-08).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.281/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Eduardo Kruk (177.989.229-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ponta Grossa/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.298/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Silvana Junqueira Franco Yamazaki (116.435.538-44); Vilma Rodrigues Lourenço (122.065.358-66).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.299/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aldagides Zampieri Candini (035.719.718-68); Giselda Montanheiro Silva (154.845.338-21).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.306/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Agnes Elizabete Schiavolin (966.266.828-49); Claudio Amauri Barrios (075.108.048-92).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campinas/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.370/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Celia Franco de Sa (274.951.323-53); Erondina de Oliveira Costa Lima (462.622.453-91); Francisca Miranda de Sousa (749.967.463-00); Maria Ester de Oliveira Carvalho (201.688.453-34); Maria Jose Soares Siqueira Marques (065.651.743-34); Maria Osita Orsano Vieira Lima (439.505.073-53); Paulo de Tarso Sousa Lopes (035.891.883-91).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.830/2010-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Helvecio Araujo Alfenas (131.707.166-20).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.745/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hayde Vidal Pinto (101.528.812-04); Ivan Pontes Morais (013.283.607-68); Lauro Lino Tenório do Couto (032.212.292-91); Luiz Ferreira do Nascimento (029.425.422-68); Maria Auxiliadora de Souza Aquino (058.016.212-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.759/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Neide da Silva Simões Costa (033.145.438-67).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.760/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Stela Marcia Amorim Correa Duarte (436.716.836-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.831/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Raquel Costa de Souza (689.271.341-68).
Órgão/Entidade: Fundação Alexandre de Gusmão - MRE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.952/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Roberto Preisler (234.149.799-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.966/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fausto Palley Filho (089.993.178-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.968/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Luiza dos Reis (146.756.336-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-032.977/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Dorival Milbratz (154.504.499-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Joinville/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.978/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides Gentil Sobrimho (001.276.472-87); Benedito Saraiva da Silva (062.838.452-15); Maria dos Santos Oliveira (081.335.142-15); Rosivaldo Pereira Nunes (039.259.352-15); Suzette Salles (014.357.952-53); Yara Maria da Gama Rodrigues (316.058.427-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.979/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Batista de Santana (072.903.735-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Aracaju/SE - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.982/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Tassara (155.535.741-53); Edelmiro de Castro Abreu (135.211.791-68); Ionice Ribeiro da Silva (261.680.901-00); Lezio Jesus Lopes de Oliveira (124.979.911-20); Luiz Carlos Pedra (125.564.831-72); Maria das Dores Assis Aguiar (117.381.701-87); Marta Maria Dutra (188.438.751-91); Solange Moreira dos Santos (034.461.822-68); Vilma Abreu de Sousa Martins (191.086.721-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.989/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sonia Maria Antunes da Costa (834.836.598-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.991/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Fabiano Barroso Rodrigues de Oliveira (203.470.227-15); Dalva Bastos Ferreira dos Santos (382.222.807-91); Helena Silveira Leitão (024.156.547-28); Maria Aparecida Novaes Martinez (237.738.397-15); Oscar Borges Pires Neto (636.410.117-87); Rosely Maia (441.883.667-53); Sebastião Felipe (312.229.867-87); Selma Barreto Passos (402.504.157-04); Sonia Luzia de Andrade Queiroga (398.518.267-15); Vania Luiza Salamonde (330.465.227-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.010/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosane Ziegelmann (193.092.600-68).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.036/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Isilda Rodrigues Regis (052.783.878-07).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.038/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Regina Rosa Valentim (136.363.738-03).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.039/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Clenilce Azevedo Rodrigues Paulino (007.284.268-70).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.042/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Melquiades Ternes (154.641.139-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Joinville/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.043/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bianor Epiphanio Alves (017.042.222-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.046/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Dario Machado Lourenço (315.365.577-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.162/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jackeline Androlage de Almeida Assumpção (713.356.411-49); Rafael de Souza Cagnani (059.609.586-43); Rosimara Silva Kasper (820.923.200-25).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.197/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nancy Alves Notti (541.106.880-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Pelotas/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.200/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Lurdes Bueno Franco (180.995.208-58).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.201/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Lucia de Oliveira Gaspar (226.923.268-22).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.218/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Carolina da Costa Moraes (041.014.513-03); Denise Regina Pontes Vieira (897.856.223-04); Maria Jose da Costa Moraes (041.014.603-02); Rosilda Costa Silva (280.466.253-53); Sonia Iara Pontes Vieira (063.245.763-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.221/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Jeova Rocha Gomes (006.564.485-98); Maria Pereira de Freitas (032.766.376-69); Nyra Conceiçao Pereira de Freitas (566.706.726-91); Rosiane Pereirade Freitas (014.777.326-16).
Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.228/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arcangela Machado de Souza (294.706.172-15); Cypriano Torres Tenorio (024.355.272-68); Eliete da Silva Nascimento (224.025.782-20); Glimarina da Silva Raiol (756.779.892-15); Higor Lopes da Silva Barbosa (011.490.972-56); Manoel Souza da Silva (009.267.602-20); Maria Hildete Tavora Lima (467.117.912-15); Maria Luiza Braga Bacalhao (632.444.467-87); Maria Luiza Ripardo Chaves (148.247.102-78); Maria do Socorro Lopes da Silva (254.995.992-20); Maurizete Ferreira de Oliveira (126.296.422-91); Natalia Lopes da Silva Barbosa (011.490.982-28); Sandra Socorro Souza Nunes (147.269.472-49); Thamires Sfair Alvares Barbosa (011.493.172-05).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.232/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Catarina Ivone da Silva Aloy (484.647.910-20); João Pedro de Oliveira Aloy (002.677.880-70); Rita de Cassia da Silva Aloy (968.216.470-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Pelotas/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.233/3011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Leticia Maria dos Santos Mota (091.744.374-88); Luiz Mota de Oliveira (151.399.724-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.249/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ademir Costa (329.571.067-87); Aguida Theodoro de Carvalho (028.237.237-73); Antonio Carlos dos Santos Filho (042.886.417-13); Francisco Wanissan da Silva (090.240.937-91); Iracy Cardoso Lemos (632.828.877-87); Joceli Passos de Maya (247.512.947-68); Marcus Vinicius Bario Novo da Silva (076.360.397-02); Ottilia Rothier Muller (023.945.567-30); Patricia de Souza Camara (141.078.687-02); Rodrigo Bario Novo da Silva (052.692.877-81); Rosane de Souza Camara (069.517.727-38); Sandra Mara dos Santos (672.838.887-72); Waldyr Martins Palha (068.732.357-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.301/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Cristina Vaz Oliveira de Mello (277.656.369-87); Maria Jose Alcantara Nogueira (308.932.089-49); Matilde Galerane Tonet (655.754.239-72); Terezinha Luzia de Souza Guirao (444.366.619-20); Tertulino Aires Neto (092.911.139-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Londrina/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.302/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carmem Silvia Moecke (592.160.429-15); Carolina Iantas Marochi (882.607.639-15); José Antonio Gonçalves Schwab (214.932.949-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ponta Grossa/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.303/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Emelci Roloff (233.519.859-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.304/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Moreira de Almeida (124.086.031-53); Marcia Aparecida Gonçalves Pedroso Carvalho (130.929.011-34); Marcia Carneiro Ferreira Teixeira (197.725.721-68); Maria Cristina de Melo Rodrigues (136.261.591-91); Paulo Nunes de Moraes (182.570.031-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.306/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elza dos Santos (844.638.218-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.330/2010-7
Natureza: Tomada de Contas
Responsável: Ruy Nunes Pinto Nogueira (012.281.887-34).
Órgão/Entidade: Subsecretaria-geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.879/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Isabel de Araújo Souto (433.854.437-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.890/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Martha Maria Macedo Kyaw (873.215.728-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo Centro/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.764/2011-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Turilândia - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.893/2011-3
Natureza: Representação
Responsável: José de Jesus Rodrigues de Sousa (178.419.413-15).
Interessado: Albérico de França Ferreira Filho (023.578.283-15).
Órgão/Entidade: Município de Barreirinhas - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.908/2011-0
Natureza: Representação
Responsáveis: Abnadab Silveira Leda (062.095.213-04); Prefeitura Municipal de Urbano Santos - MA (05.505.839/0001-03).
Interessados: Jose Milton Nogueira Júnior (846.964.273-15); Procuradoria da República/ma - Mpf/mpu (26.989.715/0015-08).
Órgão/Entidade: Município de Urbano Santos - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.929/2011-8
Natureza: Representação
Responsável: Jomar Fernandes Pereira Filho (125.680.233-68).
Interessados: Gilson Ramalho de Lima (268.603.093-34); Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA (06.158.455/0001-16).
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-035.295/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Paulo de Lima Santos (834.301.055-87); Joaquim Josias de Carvalho Junior (024.761.054-22); Joselita de Brito Melo (940.803.565-87); José Evandro Santos de Sousa (440.603.863-91); José Vilson dos Santos (276.281.243-72); Junior Farias de Freitas (902.908.600-91); Karina Olinda Fernandes (955.269.863-49); Katia Lilian Silveira Carvalho (047.690.126-08); Leonardo Fiorindo Fernandes (013.974.666-85); Leonardo Tavares de Araújo (094.304.315-87); Luciana Maria Tavares da Hora (949.921.854-87); Luciano Soares dos Santos (055.033.926-47); Luiz Eduardo Martins Pereira (043.998.776-85); Maira de Oliveira Mitre (071.255.576-51); Marcela Zanotelli de Menezes (012.950.886-14); Marcio Cerbazzzi Tavares Cardoso (086.727.447-64); Marcio Ney Alencar de Oliveira (744.122.053-04); Marco Wilham Reis Brito (004.487.815-06); Marcos Cristiano Carinhanha Castro (939.498.125-04); Maria Angélica Ribeiro Nogueira (337.141.855-34); Maria Aparecida Padilha Tosi (678.235.649-04); Maria Carolina Dantas Cardoso (650.264.383-34); Maria Eloneide Rodrigues (491.673.833-00); Maria Lismenia Pinheiro Lima (560.015.253-15); Maria Luiza Copatti Tacla Mazzoni (283.370.038-55); Maria Neide França Giembinsky (081.203.338-88); Mateus Alexandre Testoni (008.531.149-94); Matheus Schmidt Gomes de Oliveira (259.741.618-66); Mirian de Nazaré Almeida (393.111.395-72); Natalia Maria de Rezende (058.197.446-83); Neirenoi Fortaleza de Brito (531.727.363-34); Nilton Guilherme do Nascimento (439.288.626-34); Nina Maesaka (268.612.298-65); Patricia Emily Mori (300.036.508-71); Paulo Ney Luna Alencar (477.414.814-87); Pompeu Sampaio de Araújo (034.485.333-00); Rafael Dantas Saraiva (018.651.803-00); Rafael Esteves Araujo (073.451.156-66); Rafael Torres Noro (013.573.770-29); Raquel Figueiredo Maia (034.464.446-45); Roberto Esteves (033.558.457-87); Roberto Jamacaru de Aquino Filho (502.309.803-68); Rodrigo Aires de Oliveira (080.064.257-01); Romoaldo Artuzi (486.093.070-34); Rosane de Oliveira Queiroz (781.935.595-68); Rossela Fabricia da Silva Pertile (972.264.080-15); Ruberlanio Dias de Brito (023.705.563-58); Salvo Alves da Costa (699.952.493-91); Samuel Siebra Soares (853.884.913-15); Sandra Rejane Martins de Avila (619.809.350-68); Silvia Leticia Zinelli (809.774.050-87); Simone Carmelossi (271.400.828-39); Suzinei Teixeira (075.513.278-51); Tatiana Oliveira Costa (263.353.088-51); Ubiratan Casarin Vieira da Silva (137.277.408-41); Uly Germano de Alencar (634.331.843-72); Vera Lucia Lauar (521.208.136-04); Wannah Fernanda Gomes Rodrigues (926.620.803-53).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.348/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Waltna Pantoja de Brito Carvalho (303.329.662-91).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.390/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Soares de Sousa (102.111.441-34); Nelly Maria Pinheiro Florenço (379.150.457-68); Savia Maria Ferraz de Melo (091.898.404-10).
Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.397/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Elizabeth Martinski Zimmer (214.251.169-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ponta Grossa/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.398/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Damiana Barbosa da Silva (210.104.121-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campina Grande/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.399/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edilson Itani Carneiro (045.645.372-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio Branco/AC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.401/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Isabel Alves de Miranda (217.865.501-72); Jarbas Cardoso de Azevedo (168.938.241-49); Jorge Luiz Franco Cardoso (224.715.371-20); Manoel Carlos Oliveira de Rezende (079.428.691-72); Paula Maria Sant'ana Teixeira (180.529.911-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.407/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vilma Simoes Catta Preta (332.454.016-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.408/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Syomara Guerra Bahia (283.604.947-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Niterói/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.437/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcio Fortes de Almeida (027.147.367-34).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.464/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Patricio Araujo dos Santos (082.728.324-53).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS- João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.482/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alberico Guelfi (003.498.280-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.484/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcelino Ninho Gimenez (003.572.949-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Londrina/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.490/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Alves Russo (546.713.378-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.491/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Miki (074.035.698-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.534/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Uassir Osorio das Neves (313.573.188-04).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.678/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Monica Prado Rodrigues (003.990.407-57).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS No Rio de Janeiro/Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.709/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Josias Sepriano (899.001.388-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.724/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bruno Cesar Gulicz (009.104.709-95); Felipe Daniel Gulicz (030.912.039-05); Gilson Cesar Gulicz (298.981.709-30); Taynara Daniel Gulicz (009.104.729-39).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Chapecó/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.732/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cleuza Virginia Macedo Pires (207.335.770-91); Marcell Macedo Pires (015.969.970-36).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Pelotas/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.737/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Derval Costa (010.835.031-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.762/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Fernanda Andrade Lima (045.745.715-51); Jessica Andrade Lima (049.168.625-03); Julia Moreira Andrade Lima (205.800.705-06).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Vitória da Conquista/BA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.768/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aparecido Jose da Silveira (982.003.808-15); Illuminata Nobrega Fernandes (672.603.818-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.772/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Osmar Ribeiro Lawall (098.990.496-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.858/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arthur Ferreira Balster (057.772.067-86); Nadyr de Moraes Balster (553.366.047-04); Ruan Ferreira Balster (057.772.107-08).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Vitória/ES - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.871/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lais Dutra Costa Silveira Diniz (279.179.756-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.872/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Isaura Alves Cesar Nogueira (588.103.826-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Barbacena/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.994/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre de Pádua Ramos Souto (060.477.926-77); André Collins Campedelli (033.937.751-89); André João Rypl (529.894.610-00); Artur Andrade da Silva Machado (005.764.301-61); Bruno Pereira Rezende (098.906.856-04); Bárbara Boechat de Almeida (054.326.806-37); Daniel Torres de Melo Ribeiro (326.807.108-27); Danilo Vilela Bandeira (373.996.958-06); Diego Cavalcanti Cunha (712.272.881-15); Germano Faria Corrêa (037.848.319-66); Gustavo Cunha Machala (067.438.566-73); Gustavo Guelfi de Freitas (261.226.748-42); Hugo Lins Gomes Ferreira (047.693.874-07); Jaçanã Ribeiro (660.362.670-53); João Guilherme Fernandes Maranhão (011.172.331-03); João Henrique Bayão (014.825.886-76); Luana Alves de Melo (024.745.761-26); Luiz Felipe Vilela Pereira (328.140.758-70); Natalia Shimada (120.885.757-66); Paulo Cesar do Valle Torres (098.061.027-38); Paulo Henrique Moraes Tapajós (314.641.848-79); Pedro Fontoura Simões Pires (912.548.330-72); Pedro Henrique Moreira Gomides (066.258.666-28); Pedro Mendonça Cavalcante (054.194.877-64); Ramon Limeira Cavalcanti de Arruda (012.115.624-92); Renato Levanteze Sant'ana (004.872.691-52); Thiago Carvalho de Medeiros (912.610.740-68); Vítor Mattos Vaz (118.355.397-85).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-007.361/2010-6
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma (158.464.822-87); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA. Advogados constituídos nos autos.: Luiz Carlos dos Anjos Cereja (OAB/PA 6.977), Carla Ferreira Zahlouth (OAB/PA 5.719) e Cleide Cilene Abud Ferreira (OAB/PA 5.796).

TC-007.399/2010-3
Apensos: 012.852/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Representação
Responsável: Josemar Coelho Azevedo (194.754.897-20)
Entidade: Município de São Fidélis - RJ (29.111.093/0001-03)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.593/2009-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Amanda Regina Carvalho Reis (014.540.175-89); José Valmir Monteiro (201.475.975-87)
Entidade: Município de Lagarto - SE
Advogado constituído nos autos: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE 3.173).

TC-009.498/2006-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliza Maria Peixoto Marques (018.356.103-15) e outros
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-010.819/2010-0
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso.
Entidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.273/2009-4
Natureza: Representação
Representante: Paulo Almeida, ex-chefe do DSEI Cuiabá.
Entidade: Município de Santo Antônio do Leverger - MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.247/2010-4
Natureza: Pensão civil
Interessado: Edda de Quadros Bertoni (804.615.140-87)
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.697/2005-9
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Weimar Bezerra Feitosa (321.794.803-34)
Entidade: Município de Oiapoque - AP.
Advogado constituído nos autos: Henrique Severo de Araújo Maia (OAB/CE 3.135) e Henrique Fernandes Maia (OAB/CE 20.147).

TC-015.713/2010-5
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Esmeraldo Jose dos Santos (142.560.374-20).
Entidade: Município de São Caetano - PE.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.474/2010-4
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Eduardo Lauand (011.975.848-20) e Maternidade Gota de Leite de Araraquara/SP (CNPJ 51.817.435/0001-64).
Entidade: Município de Araraquara/SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.536/2010-0
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Almir Luis Ribeiro (257.869.626-87); Município de Jeriquara - SP (45.353.315/0001-50)
Entidade: Município de Jeriquara/SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.970/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lourival Santos de Morais (227.370.496-87) e outros
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.188/2010-9
Natureza: Representação
Responsável: Maria Ester Damasceno Silva (153.893.594-53)
Entidade: Município de Olho D'água das Flores - AL (12.251.468/0001-38)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.638/2008-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Juraci Abreu da Silva (327.554.303-20) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.728/2009-8
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Alexandre Caron Karas (962.623.209-97); David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87); Emerson Cooper Coelho (544.491.209-06); Engemin Engenharia e Geologia Ltda (80.257.389/0001-94); Jacídio Albini Salgado (142.114.679-72); Marcelo José Leal Gasino (782.642.789-49); Momento Engenharia de Construção Civil Ltda. (75.114.504/0001-31); Omir Mello Ferreira (097.124.610-68)
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.352/2004-3
Apensos: 017.615/2009-5 (Cobrança executiva)
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Helio Felipe Salomão Issa (002.919.436-91); Município de Pedro Leopoldo - MG (23.456.650/0001-41)
Entidade: Município de Pedro Leopoldo - MG.
Advogados constituídos nos autos: Paulo Eduardo Almeida de Melo (OAB/MG 8399), Ana Márcia dos Santos Mello (OAB/MG 58.065) e Samuel Mota de Souza Reis (OAB/MG 90.253).

TC-020.494/2009-0
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Afonso Nivaldo de Souza (074.938.942-72); Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43)
Entidade: Município de Normandia/RR.
Advogados constituídos nos autos: Valver Melo (OAB/MT 8.927) e Luiz Mário do Nascimento Júnior OAB/MT 12.886)

TC-022.565/2009-2
Apensos: 018.356/2009-6 (REPRESENTAÇÃO); 015.480/2009-3 (REPRESENTAÇÃO); 017.288/2010-0 (REPRESENTAÇÃO); 027.204/2009-3 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Representação
Entidade: Município de Cotriguaçu - MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.694/2010-6
Natureza: Pensão civil
Interessados: Adriana Edington Macedo (803.160.695-15) e outros
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.071/2009-5
Natureza: Representação
Responsável: Antonio Clarete Lorencini (600.295.108-30)
Entidade: Município de Jarinu - SP (45.780.079/0001-59)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.104/2009-8
Natureza: Representação
Responsável: Joacy Nunes Dourado (025.350.505-44)
Entidade: Município de Irecê - BA (13.715.891/0001-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-005.275/2011-3
Natureza: Monitoramento
Interessados: Marco Antônio Zago, Coord. de Gestão Orçamentária e Financeira do Cnpq
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.974/2007-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Sérgio Pinheiro Diógenes (141.275.393-72)
Unidade: Município de Jaguaribe - CE
Advogados constituídos nos autos: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB-CE 3.183); João Marcelo Lima Pedrosa (OAB-CE 12.511); Viviane Diógenes Quezado (OAB-CE 5.241); Henrique Gonçalves de Lavor Neto (OAB-CE 12.512); Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB-CE 13.909).

TC-008.351/2003-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Djanira Ribeiro do Carmo (042.304.774-49); e outros
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.642/2009-8
Natureza: Representação
Interessado: Corregedoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - (DNIT) MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.510/2011-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: SECEX/MG
Unidade: Prefeitura Municipal de Arinos - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.657/2005-0
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2004
Responsáveis: Antonio Pedro de Freitas Monteiro (002.750.167-14); e outros
Unidade: Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas - Ministério da Defesa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.550/2011-7
Natureza: Representação
Interessado: Presta Construtora e Serviços Gerais Ltda. (CNPJ: 02.282.245/0001-84.)
Unidade: 3ª Superintendência Regional/MS do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.030/2011-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Batista Duarte da Silva (552.161.457-53); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.045/2011-4
Natureza: Reforma
Interessados: Almir Máximo da Conceição (010.827.284-20); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.047/2011-7
Natureza: Reforma
Interessados: Daniel Soares de Souza (022.600.851-72); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.048/2011-3
Natureza: Reforma
Interessados: Geraldo de Farias (053.007.977-15); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.151/1995-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elisete Monteiro da Costa (161.412.704-25); e outros
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.619/2009-3
Natureza: Representação
Responsáveis: Adriano Machado Diniz (567.249.346-72); e outros
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais (26.989.715/0016-99); Procuradora da República Letícia Ribeiro Marquete.
Unidade: Município de de Itaúna - Minas Gerais
Advogados constituídos nos autos: José Nilo de Castro (OAB/MG 14.656) e Graziela de Castro Lino (OAB/MG 123.012)

TC-027.580/2006-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcos Antonio Gomes de Godoy (028.463.904-44)
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.183/2011-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Amelia Maria Afonso Leite (685.890.267-87); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.224/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Almira Souza da Costa (116.163.957-88); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.312/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelir Camara Esteves (015.675.987-06); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.591/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Antonio Sobreira (904.641.687-91); e outros
Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.765/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos de Almeida (060.727.985-00); Antonio Raimundo dos Santos (049.473.045-53)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.805/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedita Rodrigues de Lima (136.075.884-49); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.886/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Rosa Plastes Zaccaro (000.908.507-69); Simone Maria de Lucena Coutinho (156.767.904-82)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.567/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Ministério de Minas e Energia (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.880/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dalton Antonio Santana da Luz (024.283.734-47); e outros
Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobrás - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.149/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Milton Seidin Kian (045.955.688-60); Silvio Sergio Mota Santos (557.159.745-34)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-033.192/2011-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Albene Gomes da Silva Maia (786.342.707-00); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.254/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcídia Leandro Coutinho (458.938.297-00); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.296/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Marina Barroso (007.027.908-00); Tecla Pinto Soares (700.060.757-20)
Unidade: Defensoria Pública da União - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.308/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celso Gomes de Oliveira (363.761.167-87); Moyses Jayme Klainchot (337.835.867-04)
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.336/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Ruffo (045.290.837-05); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.366/2011-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Controladoria Geral da União - PR
Unidade: Município de Comercinho - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.397/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Sefid
Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.490/2011-2
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secex-SP
Unidade: Incra - Superint. Regional/SP -MDA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.556/2011-3
Natureza: Representação
Interessado: Confecções Anta Ltda. (60.887.007/0001-07)
Unidade: Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.937/2011-7
Natureza: Representação
Interessado: Mabe Brasil Eletrodomésticos Ltda (60.736.279/0012-50)
Unidade: Mucípal de Arapiraca - AL
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.430/2011-3
Natureza: Consulta
Interessado: Neiwton Silva, Prefeito Municipal de Igreja Nova/AL
Unidade: Igreja Nova/AL.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.058/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público Estadual/Procuradoria - Geral da Justiça
Unidade: Município de Pindamonhangaba - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.221/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Soares da Rocha (045.194.153-57); e outros
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.222/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Victor Felix Medeiros (142.328.627-81); e outros
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.223/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joffer Duarte Torres (914.360.952-04); e outros
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.226/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wayonan da Silva Ramos (134.722.567-61); e outros
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.250/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Carneiro de Vasconcellos (112.049.027-80); Leonardo Acioli Vilela (077.064.957-28)
Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.256/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adenauer Telles Paniago (442.298.951-00); e outros
Unidade: Liquigás Distribuidora S.a. - Petrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.259/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Evandro Rodrigo Coruja Cardoso (938.311.290-53)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.298/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Guimaraes Santana (305.140.358-03); e outros
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.299/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabiano de Souza (036.878.007-41)
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.300/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anesio Passamai (071.533.707-65)
Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.423/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaldo Rosa Ferreira (113.960.322-15); Lizeth Ribeiro Figueiras (043.273.572-00)
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.497/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arthur Barros Pessoas Filho (103.408.237-04); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.498/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almir Azevedo Barbosa (011.053.127-20); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.618/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edivald de Souza Barros (002.516.087-78); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.782/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Paula dos Santos Nunes (156.933.647-47); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-005.985/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Edivan Campos de Lira Medeiros (112.842.261-15); Mariene Nóbrega da Silva (204.393.344-20)
Entidade: Coordenação Regional da Funasa no Estado da Paraíba
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.883/2003-3
Apenso: TC 013.238/2002-2 (REPRESENTAÇÃO)
Exercício: 2002
Natureza: Tomada de Contas Simplificada
Responsáveis: Alcides Roberto Nunes (520.999.206-30); Aloysio Costa de Andrade (040.970.318-48); Carlos Henrique Passos de Moura (896.595.708-72); Flávia de Holanda Schmidt (213.706.818-44); Henry Wilson Munhoz Wender (521.040.876-00); Jailson Barboza de Magalhães (073.260.094-49); José Orlando Bellon (007.991.900-63); Júlio César Bakos (924.905.578-15); Luiz Carlos de Toledo (017.057.268-44); Marcelo Guimarães de Oliveira (939.788.127-20); Márcio Luiz da Costa (869.405.388-87); Marcio Nakandacare (740.876.578-68); Marcos Tarcísio Marques dos Santos (777.290.488-68); Miguel Ângelo Furlan (316.606.900-30)
Entidade: 4º Comando Aéreo Regional
Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.897/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Georgia Rodrigues Ferreira da Silva (096.054.947-10) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.547/2008-4
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Exercício: 2007
Responsáveis: Antônio Cardoso (028.892.342-15); Antônio da Silva Ferro (004.206.542-91); Carlos Fernandes Xavier (017.341.485-00); Carlos Melo Júnior (354.564.343-34); Edivaldo Oliveira Santos (225.099.681-49); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); José Conrado Azevedo Santos (001.215.332-04); José Roberto Pontes do Espírito Santo (105.063.492-68); José Antônio de Freitas Garcia (171.757.552-87); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); Luiz de Gonzaga da Costa Mascarenhas (043.833.202-44); Luz Marina Sena (174.729.702-04); Manoel Antônio Quaresma Rodrigues (086.151.602-87); Nehemias Medeiros de Oliveira (039.289.502-15); Regina Glória Pinheiro de Oliveira Silveira (061.727.252-20); Rosângela Correa Moraes (236.673.702-53); Tayan Roberto Silva Martinez (639.446.772-34).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.477/2009-9
Natureza: Representação
Interessado: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb de Itabi/SE (CACS-FUNDEB)
Entidade: Município de Itabi/SE (13.113.063/0001-04)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex-SE)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.050/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Município de Batalha/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.745/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maximiniano Antônio Gomes Gouveia (021.360.597-00)
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq/MCT
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.969/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edila Bittar (193.448.806-20) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.203/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edivanes da Silva Ferreira (379.720.064-15) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.556/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria do Céu de Oliveira (499.087.904-04)
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.577/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Joselita Correia da Silva (119.856.311-72)
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.578/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Cristina Jurema Esteves (334.551.634-91)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.582/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria da Conceição Andrade de Almeida (763.984.636-68); e Marilda Soares de Souza (004.577.146-46).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-027.593/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Edmundo Wagner Guimarães (229.509.826-20)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.793/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir Evangelista do Vale (780.678.635-04) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.167/2010-8
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU (vinculador)
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex/PR)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.249/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarice Passos da Silva (645.968.267-49) e outros
Entidade: MEC - Representação no Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.318/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ivone dos Santos Rodrigues (468.671.806-63) e outros
Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.326/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Diones Jacques Miranda Pessoa (071.550.337-58); e Sônia Nesi de Sá (108.578.424-04).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.332/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriana Garcia de Almeida (616.268.801-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.336/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Barbosa Borges (046.132.776-71) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.351/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Armando Leão Lages (065.392.564-69); e Claudia Araujo de Souza Leão Lages (889.557.614-49).
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.354/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Marlene Carvalho e Silva (140.474.626-91)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.767/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Magda Silva Neri (037.954.384-20); e Maria da Glória Costa (011.703.764-87).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.813/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônia Lúcia de Souza Andre (614.183.906-15); e Silvia Rejane Castanheira Pereira (006.684.006-68).
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.814/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Basílio Santo Ferrarini (155.926.779-87); e Idalina Marques dos Santos Campos (170.216.009-25).
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.817/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Waldemiro da Fonseca e Cunha (011.008.584-15)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.828/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleria Donizete da Silva Lourenço (972.075.946-15); e Marcos de Mendonça Passini (723.410.176-49).
Entidade: Universidade Federal de Alfenas - MG
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.840/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Noronha (961.110.700-53); e Renato Chiniski de Andrades (955.557.570-34).
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.847/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cláudia Sá Malbouisson Andrade (899.475.255-20) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.855/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lílian Weber (709.202.060-34)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.891/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria da Silva (020.429.664-10); e Maria das Dores Monteiro Bonfim (243.610.544-87).
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.935/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bernadete de Lourdes Galvão da Motta (667.010.744-72) e outros
Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.957/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Marta Lienckvitz (182.045.036-87); e Nilza Maria de Almeida (434.030.696-72).
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.870/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Bentes Oliveira (082.851.764-95) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.938/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva (147.902.458-96) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.940/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angélica Espinosa Barbosa Miranda (821.804.827-87) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.946/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valquíria Pezzi Parode (400.274.810-34) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.980/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Agostinha dos Santos Martins (435.524.207-20)
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.002/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edmilson Rodrigues da Silva (366.658.354-72); e José do Carmo Ferreira do Nascimento (216.410.054-91).
Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.004/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedito Ribeiro da Silva (001.206.003-82); e Cacilda Carneiro Conzatti (012.192.003-87).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.005/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Celio Garcia (117.487.531-34); e Justina Rodrigues Lisboa (820.674.571-87).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.008/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Madalena Alves Ribeiro (182.711.386-34)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.017/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aloisio de Oliveira Reis (061.600.775-20) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.050/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Odener de Carvalho (206.535.811-49); e Odener de Carvalho (206.535.811-49).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.055/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio de Oliveira Pereira (000.958.696-20) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.057/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celso Campos de Mattos (001.146.504-20) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.144/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dilermando Cattaneo da Silveira (908.504.830-34)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.156/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Gaudio de Almeida (056.299.887-00)
Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.161/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Kity Rangel (985.793.980-53)
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.168/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Washington Martins da Silva Júnior (595.123.771-87).
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.174/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Giuliano Boava (035.824.769-10)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.264/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Laurinda Fortunata dos Santos (058.897.231-20) e outros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.310/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Ribeiro Matheus (371.923.456-87); e Maria Sebastiana da Silva (575.155.816-20).
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.311/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edna Gomes da Silva (292.200.844-49) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.432/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Município de São João do Piauí/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.231/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Pacheco Govea (025.952.117-57) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.232/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sílvia Dani (472.021.060-00)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.233/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcione Benacchio (030.716.179-09) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.234/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Almeida Chaves (894.667.722-87) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.235/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa (552.977.307-91) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.236/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rogério Eustáquio de Souza (297.852.606-82); e Vanderlei Eustáquio Costa (839.936.816-49).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.245/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luís da Silva Leite (578.728.131-49) e outros
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.253/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jefferson Holanda Torres (085.523.577-20)
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.265/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandra Valéria Sousa Costa (446.110.993-34) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Ceres - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.266/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Devanil Jaques de Souza (299.174.177-53) e outros
Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.268/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Will Pereira de Oliveira (073.069.617-05)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.269/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Lordes Dias (072.063.757-07)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.271/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aerlon Charles Araújo e Silva (798.087.513-34) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.272/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Augusto Andrade da Ressurreição (095.559.917-23); e Juvenal Trindade da Silva Júnior (057.831.687-00).
Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.274/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Fortes Santos (811.159.705-34) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.275/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Felipe de Oliveira (071.279.036-54)
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.280/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abimael de Jesus Barros Costa (704.075.841-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.281/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cris Renata Grou Volpe (277.628.858-11) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.283/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Martins Cioletti (029.588.446-09) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.286/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Fretola Aliberti (697.880.301-49) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.287/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mauricio Santana de Campos (922.421.201-82)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.288/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rossana Patricia Basso (019.858.609-45)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.289/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Rodrigues da Silva (282.681.448-66); e Tiago Agostinho de Almeida (298.003.248-44).
Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.291/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jarbas Siqueira Ramos (057.020.076-89)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.330/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano César Rosa da Costa (022.585.424-48) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.331/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Almeida Oliveira (008.378.315-63) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.334/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kellen Rigoni Bortolotti (110.269.427-48) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.335/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Glaucio Serra Guimarães (043.029.087-00)
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.338/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adiel Teixeira de Almeida Filho (039.357.824-03) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.342/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Moura de Castro (544.503.306-68) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.343/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Celestino de Lima (303.968.164-87) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.427/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Terezinha de Jesus Silva (070.052.881-49)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.442/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Regina Maria Santos Murad (036.004.677-00)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.447/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manuel Morais da Silva (009.502.974-53)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.473/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Josemar Pontes do O (008.859.754-72)
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.504/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elza Helena Chaves Limana (212.696.020-04)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-035.507/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José de Ribamar Sousa Santos (043.593.803-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.508/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Homero José Alcântara Ribeiro (038.528.497-72); e Joel Fontes Costa (002.612.705-91).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.516/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vicente Paulo Miranda da Cruz (102.743.836-91)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.518/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Delson José Carvalho Diniz (001.093.556-87)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.523/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio da Cunha Pinheiro (028.228.904-63)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.525/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ailton Luiz Selister (334.648.209-04)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.620/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Barbosa Scalabrini (822.217.401-06)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Ceres - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.626/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abimael de Jesus Barros Costa (704.075.841-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.640/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kaoana de Lima Bôtto Carvalho (040.074.389-27) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.643/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sandra Maria Alvarenga Gomes (008.746.196-02); e Vilma Loreto da Silva (023.577.414-65).
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.683/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Rosana Aparecida Esteves (105.023.656-41); e Rosilene Aparecida Esteves (091.195.326-44).
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.686/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: João Rodrigues Junior (004.141.579-58)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.796/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliene da Silva Pires (288.021.951-53) e outros
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.806/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Olinta Pereira Oliveira (023.891.666-95)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.833/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: André Pessoa de Araújo (318.071.862-53)
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.878/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Euricides Ferreira de Magalhães (133.962.501-68)
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.879/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Caetano Horta (135.209.206-97) e outros.
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.881/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Iara de Oliveira Barros (166.625.714-15)
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.960/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alysson Silva Cavalcante de Albuquerque (616.225.162-49) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.964/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Peixoto de Luna (000.355.164-45); e Luiza Taciana Rodrigues de Moura (274.661.518-50).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.972/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Manoel Barbosa Dantas (009.816.394-96)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sousa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.980/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Roberta Afonso Vinhal Wagner (863.408.086-20)
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.987/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalgisa Mendonça Mota (017.655.125-57) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.009/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sivaldo Soares Paulino (034.852.164-29)
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.013/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kerstin Erika Schmidt (700.241.414-37) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.015/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Emanoel Maciel da Silva (384.583.813-20)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.197/2011-4
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação
Representante: Rafael Guimarães Teixeira Neves (076.988.036-35)
Entidade: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-017.728/2004-8
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Edna Luísa de Melo Taveira (CPF 021.372.751-04) e Ildeu Moreira Coelho (CPF 011.077.471-04).
Entidade: Universidade Federal de Goiás (UFG).
Advogados constituídos nos autos: Maria Isabel Silva Dias (OAB/GO 13.796) e Denise Silva Dias de Pina (OAB/GO 22.437).

TC-023.386/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/DF
Interessada: Maria Aparecida Ribeiro Miranda (CPF 122.794.711-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.642/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Marlice Andrade Teixeira (CPF 055.329.305-20).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região/BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-001.091/2011-5
Natureza: Representação
Responsável: Vicente Félix de Souza (133.853.485-87)
Interessado: Departamento de Polícia Federal - Mj (00.394.494/0014-50)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Granjeiro - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.240/2011-8
Natureza: Representação
Responsável: João Dilmar da Silva (041.258.433-68)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)
Unidade: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.370/1997-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cordelia Gomes Correia (970.218.226-34); e outros
Órgão/Entidade: Quarta Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.855/2011-0
Natureza: Representação
Responsável: Manoel Raimundo de Santana Neto (172.648.713-04)
Interessado: Câmara Municipal de Juazeiro do Norte (05.466.164/0001-22)
Unidade: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.185/2011-0
Natureza: Representação
Responsáveis: João Coutinho Aguiar Neto (422.939.013-00); Maria Felix Aguiar Trajano (455.351.673-04)
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (06.750.319/0001-10)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Meruoca - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.230/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elisabeth Horta Nyarady (054.094.387-87); e outros
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.233/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cenira de Araujo Baggio (355.460.507-72); Sonia Maria Coelho de Souza (376.462.577-53)
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Tecnologia - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.321/2011-3
Natureza: Representação
Responsável: Daniel José de Aboim, Pregoeiro (CPF 548.310.597-49).
Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional (FBN/MinC).
Interessado: Comptrom Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda. (CNPJ 08.944.608/0001-86).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.934/2009-0
Natureza: Ttomada de Contas Especial
Responsáveis: Joaquim de Lima Quinta (004.258.181-87); Maximo da Costa Soares (069.903.717-49); Prefeitura Municipal de Araguaina-to (01.830.793/0001-39); Raimundo Wilson Ulisses Sampaio (093.643.314-00)
Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado de Tocantins (139 Municípios)
Advogado constituído nos autos: Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF 22998

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-031.696/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Claudia Nascimento Lino Fagundes (940.666.471-20); e outros
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.864/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Fontes Lavinas (054.794.137-40); e outros
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.974/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Flavia Martins de Albuquerque (363.105.907-82); e outros
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.983/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Domingos de Oliveira (359.160.527-15); e outros
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.009/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adriana Christina Almeida de Albuquerque Melo (225.215.184-68); e outros
Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.143/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan do Rêgo Borges (023.158.855-07); e outros
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.164/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelly Maria dos Santos Arruda (859.556.551-15); Eilinia Cristane Rocha Brito (010.382.561-43)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.239/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eduardo Brito Prieto (265.884.041-15); Eduardo Furtado Prieto (033.213.281-19)
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.629/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Henrique Pereira Dantas Santos (803.255.725-34)
Órgão/Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-000.959/2005-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: 5º Regimento de Carros de Combate - Comando do Exército
Responsáveis: Pedro Custódio Vieira (CPF 313.406.799-49) e Roque Meneghini, falecido (CPF 057.502.960-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.424/2010-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura - MinC
Interessada: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex-6)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.520/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Malhada de Pedras - BA
Responsável: José Monteiro Neto (CPF 223.058.585-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.552/2004-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município Bom Jesus da Lapa/BA
Responsáveis: Nilzo Ribeiro Maciel (CPF 004.178.075-20) e Município Bom Jesus da Lapa/BA (CNPJ 14.105.183/0001-14) Advogados constituídos nos autos: Emanuel Brandão da Silva, OAB/BA 6243; e André Luís Rehem de Almeida, OAB/RJ 106.421

TC-030.200/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Paraná - Incra/PR - MDA
Interessada: Margarida Domingues Santos (CPF 313.701.799-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.293/2010-3
Natureza: Pensão Militar
Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Interessados: Miryam Gondim Miranda de Farias Alves (CPF 277.116.094-34); Ruth Gondim Farias de Miranda Monte (CPF 414.248.754-04); e Suzanna Gondim Miranda de Farias (CPF 414.248.674-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.742/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Goiás - Incra/GO - MDA
Interessados: João Cordeiro Sobrinho (CPF 013.126.856-20) e Olinda Maria de Oliveira Freitas (CPF 093.775.651-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.773/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessado: Raimundo Andre da Silva Sobrinho (CPF 012.553.632-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.812/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessado: José Elias Barbosa (CPF 214.819.971-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.244/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Paraná - Incra/PR - MDA
Responsável: Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura - Funpar (CNPJ 78.350.188/0001-95)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.924/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Camilla Boaventura Pereira (CPF 008.390.165-57) e Fabio Almeida de Santana (CPF 930.464.565-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.926/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF
Interessados: Aline Resende Freitas (CPF 074.135.506-01); Amanda Ribeiro dos Santos (CPF 002.529.201-39); Anderson Carlos Alves (CPF 901.859.941-72); Andre Luiz Teixeira (CPF 773.249.192-00); Ivana Lomazzi Fontenele Fialho (CPF 999.062.601-49); Ivanildo Rabelo de Carvalho (CPF 709.928.351-00); Johnny Gonçalves Vieira (CPF 735.339.551-68); Pedro Junqueira Pessoa (CPF 054.763.656-30); Roberta Stephani Viana Teixeira (CPF 958.393.211-68); e Yuri Augusto Belo Lourenço (CPF 025.444.211-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.932/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Adriana Ribeiro Fuerth (CPF 848.922.507-91); Adriana Xavier de Faria (CPF 024.430.977-90); Alan da Costa Oliveira (CPF 120.717.237-59); Alex Sandro Regly do Amaral (CPF 054.139.127-57); Andre Fernando Ferreira Cunha (CPF 127.810.857-23); Bruno Vieira Feitosa (CPF 002.077.027-80); Bruno de Oliveira Francavilla (CPF 111.496.367-42); Charles Wirth (CPF 017.321.540-82); Cynthia Maria Ferreira Marques (CPF 092.532.187-70); Daniel Alberto Lage Ferreira Junior (CPF 074.498.707-54); Deyvid Barboza Elias (CPF 009.042.499-99); Erika Vieira Miranda (CPF 096.266.367-00); Fabiano Ribeiro de Sousa (CPF 076.754.117-06); Fernanda Gil Silva (CPF 053.727.277-13); Fernanda Nunes Papalardo (CPF 111.692.167-73); Hugo Leonardo Ribeiro de Abreu (CPF 089.086.347-46); Jonathan Vieira Passos (CPF 109.088.827-93); Leonardo Talamini Nunes de Almeida (CPF 054.547.479-55); Lisias Filgueiras Fontes Filho (CPF 095.271.787-54); Luciana Kondo Otaque (CPF 014.763.229-37); Luciano Lustosa Barreto (CPF 079.261.967-62); Marcella Santos Lopes (CPF 096.153.497-47); Marcelo Barboza Baptista (CPF 002.881.245-02); Marcelo Brandão Lacerda (CPF 947.547.805-15); Nathalia Nogueira Abrahão (CPF 114.705.677-33); Otavio Costa Jorge (CPF 078.099.886-38); Patricia Ferreira Vieira (CPF 053.833.947-02); Raquel Coutinho Jeremias (CPF 986.600.807-00); Raul Gomes Oliveira da Costa (CPF 100.323.787-85); Regilaine Souza Leite (CPF 018.869.303-33); Renata Machado Campos (CPF 071.861.997-80); Renato de Azevedo Silva (CPF 062.377.416-07); Ricardo Costa Felix (CPF 114.127.577-54); Rodrigo Coutinho Rodrigues Murad (CPF 091.220.317-07); Rogerio Figueiredo Vieira (CPF 664.486.387-68); Silvana Floresta do Amaral Silva (CPF 099.023.057-09); Tatiana Coelho de Melo Donnici (CPF 078.882.337-08); Thais Leite Nascimento dos Santos (CPF 991.379.337-87); Thiago de Brito Pereira Lima (CPF 117.203.587-37); Thuany Santana Feu de Carvalho (CPF 097.890.197-50); e Vinicius Conrado de Oliveira Vieitas (CPF 115.025.387-84)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.052/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT/AM
Interessado: Arthur Ladislau Bastos (CPF 025.619.642-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.166/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - TRT/PB
Interessados: Fernando Luiz Duarte Barboza (CPF 037.971.724-78) e Stella de Barros Lima Mero (CPF 042.106.754-31)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.270/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessados: Henrique Rolla Gonçalves (CPF 882.651.530-15); Jorgiano Monteiro Arantes (CPF 197.656.062-49); Julia Weiber (CPF 335.011.739-20); Julio Cesar de Oliveira Souza (CPF 799.094.931-87); Ludymar de Souza Carneiro (CPF 474.932.832-49); Luiza Nascimento Souza (CPF 227.491.281-53); Maria Correa Delgado (CPF 079.424.861-68); Mayda Welrika Rodrigues Arantes (CPF 571.632.782-68); Rayana Correa Delgado (CPF 699.459.001-10); Regiany Kariany Weiber (CPF 940.998.809-82); Reginaldo Weiber (CPF 787.611.409-10); Ricardo Josep Weiber (CPF 955.257.939-20); Roberta da Silva Fonseca (CPF 525.602.282-20); Roberto de Souza Fonseca CPF 183.515.062-49); Saney Francisco Rodrigues Arantes (CPF 508.379.232-04); Vera Lucia Martins Gonçalves (CPF 263.414.760-00); e Wesseff Giocundo Rodrigues Arantes (CPF 508.379.152-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.277/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Agnoria Curvello de Andrade (CPF 003.222.867-86); Dyrce Cruvello Cavalcanti (CPF 068.107.807-34); e Hugo Zacarias Cavalcanti Barbosa (CPF 029.416.037-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.318/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Elisa Pereira de Freitas Borja (CPF 980.244.855-91); Jamile Nunes Aguiar (CPF 980.787.125-53); Livia Caires Vasconcelos (CPF 018.060.045-18); Milena Bulhões Vaz (CPF 018.808.975-63); Natalia Ramos Tavares (CPF 916.065.865-72); Sandra Cristina Castello Del Caro (CPF 897.736.087-00); e Sara Maria Cunha Bitencourt (CPF 013.874.345-27)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.319/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Dislaine Marostica Araujo (CPF 386.347.948-30); Fabricio Gonçalves Dias Moreno (CPF 273.718.898-94); Fernando de Almeida Ricardo (CPF 294.897.938-25); Izabela Borges Dumba Amoris (CPF 303.796.558-45); Juliana Hauptmann Borelli Thomaz (CPF 215.921.328-47); Juliana Penachioni (CPF 299.349.798-70); Katia Pinheiro de Brito (CPF 126.728.348-30); Lilian Harumi Kondo (CPF 044.664.169-31); Liliana Squarizzi Ferreira (CPF 190.305.308-04); Luanna D'Amico França Silva (CPF 712.091.312-34); Luciane Wambier (CPF 047.902.779-09); Marcela Granzote Ghidelli (CPF 218.588.328-37); Marcio da Costa Ferreira (CPF 407.308.378-31); Marina Furlan Silva (CPF 403.368.548-03); Melina Goulart Jabur (CPF 227.347.688-44); Monica Garcia de Oliveira (CPF 325.545.528-60); Naira Cristina Fulini Brasil (CPF 310.648.028-93); Priscila Peripato (CPF 286.860.408-02); Priscilla Junqueira Silva Andresen Strini (CPF 014.338.436-84); Rafaele Matos de Almeida (CPF 116.326.677-97); Salvador Eugenio Junior (CPF 096.868.338-03); Simone Feitosa Canata (CPF 300.618.758-05); e Vanessa da Silva Oliveira (CPF 007.101.389-03)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.320/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessado: Vladson Arnaud de Farias (CPF 836.932.203-44)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.321/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF
Interessado: Erivelto Antonio D'Anunciação (CPF 816.933.621-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.322/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT/GO
Interessados: Juliana Guimarães de Queiroz (CPF 847.446.771-34); Juliana Mendes de Araújo Melo (CPF 002.400.341-71); Mauri Cle-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

non Siqueira Dias (CPF 527.040.501-63); Márcia Marques Ladeira (CPF 013.253.786-90); e Érica de Pádua Brandão Pelucio (CPF 950.051.536-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.324/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessados: Bianca Teles Machado Pereira (CPF 829.688.615-49); Marcio dos Santos Hidalgo (CPF 608.764.681-72); Ricardo El Razi (CPF 179.132.978-08); Ricardo Moraes Faria dos Santos (CPF 058.517.709-02); Robert Luis de Souza Conceicão (CPF 012.447.215-06); e Taline Zilio de Souza Vercesi (CPF 036.007.519-30)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.326/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Alex Ferreira Viana (CPF 090.646.087-50); Caroline Lopes Santos (CPF 020.262.049-26); Claudia Agostinho Freire (CPF 108.189.638-83); Fabio Nogueira da Silva (CPF 017.167.961-05); Francine Bianchi Seixas (CPF 795.295.347-87); Helder Vitor Gonçalves Lacerda (CPF 096.951.707-65); João Paulo Tavares Celestino (CPF 837.992.731-15); Leonardo Jose Almeida Benedito (CPF 121.172.627-40); Renato Eboli Torres (CPF 020.784.617-09); Tatiana Maria Ferreira da Costa (CPF 055.146.487-96); e Thiagus Cesari Moraes da Silva (CPF 118.612.937-98)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.327/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Interessado: João Paulo Rabelo Martins (CPF 641.472.903-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.328/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Abelardo Vilela de Assis (CPF 086.543.358-58); Alan Roberth Ribeiro Tavares (CPF 051.782.607-08); Alessandro Braga Conceição (CPF 255.915.858-25); André Donato Encinas Manfré (CPF 312.809.618-05); Benita Abe Pilon (CPF 780.375.141-53); Carolina Silva Ramos Machado (CPF 281.790.088-00); Claro de Sousa Lima (CPF 270.593.628-94); Cristiana de Melo Abbês (CPF 877.513.721-68); Cristiano Munerati (CPF 304.456.358-51); Daniel Melo Sá (CPF 004.826.101-74); Felipe Gonçalves Auad Farjat (CPF 350.198.578-90); Graziela Sgarbi de Oliveira (CPF 222.567.828-67); Júlia Graziela Augusto (CPF 045.302.386-01); Leandro Ribeiro Ferreira (CPF 277.927.938-93); Liliana de Oliveira Nascimento (CPF 082.837.337-02); Luciana Calmon da Costa (CPF 332.809.818-67); Maria Cristina Dias (CPF 176.110.608-21); Marina Sousa Rocha (CPF 046.956.116-51); Pablo Bogosian (CPF 247.819.938-69); Priscila Fonseca de Souza (CPF 221.283.518-39); Ricardo Shigueo Tamashiro (CPF 197.584.038-00); Tatiana Fukushima (CPF 217.394.878-42); Valmar Carvalho da Silva (CPF 542.935.617-49); e Vivian Carolin Cicuto Landim (CPF 335.637.068-59)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.329/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessados: Alessandra Pereira de Melo (CPF 833.655.831-49); Carolina Mendes Noleto de Sousa Cruz (CPF 016.425.461-78); Danielle Cardoso Pimenta (CPF 695.016.101-87); Dionisio Coelho Costa Neto (CPF 820.848.403-25); Graciliano de Almeida Barreto Neto (CPF 724.505.251-49); Lucelia Belem Lima (CPF 707.618.091-04); Marcos Nogueira de Matos (CPF 011.442.701-11); Marlon Herminio Gontijo (CPF 000.450.521-23); e Sofia Chaves Andrade (CPF 030.741.326-80)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.349/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT
Interessados: Bianca Cabral Doricci (CPF 218.452.338-08); Fernando Cardoso Nogueira (CPF 690.096.001-49); Higor Marcelino Sanches (CPF 011.847.454-55); Juliana Varela de Albuquerque Dalprá (CPF 047.789.759-28); Leopoldo Antunes de Oliveira Figueiredo (CPF 054.930.437-18); e Mônica do Rêgo Barros Cardoso (CPF 035.335.567-43)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.389/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Amazonas - Incra/AM - MDA
Interessados: Ivanete Lima Pereira (CPF 041.608.512-15); Lindomar Menezes de Aquino (CPF 076.267.972-72); e Maria das Graças Mendonça Alencar (CPF 047.693.412-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.637/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessado: João Eustáquio Borborema (CPF 487.954.376-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.714/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado da Paraíba - Incra/PB - MDA
Interessada: Maria Rita de Melo Nogueira (CPF 204.197.834-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-036.005/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessadas: Kamilla Mendes Vieira da Silva Campagnaro (CPF 054.336.727-43) e Maytê Mattar Milléo de Oliveira (CPF 038.998.549-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-036.007/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessadas: Jordana Rocha Martins Bueno (CPF 003.031.391-02) e Lúcia Helena Costa (CPF 037.674.897-40)
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-018.065/2010-4
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Pedido de Reexame em Monitoramento (VISTA a Subprocuradora-Geral CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA em 22/11/2011 - Ata 41/2011)
Unidade: Prefeitura do Município de Tangará da Serra/MT
Recorrente: Caixa Econômica Federal
Advogados constituídos nos autos: Aline Lisbôa Naves Guimarães (OAB/DF 22.400); Guilherme Lopes Mair (OAB/SP 241.701).

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-005.872/2006-5
Natureza: Embargos de declarção.
Unidade: Município de Paço do Lumiar/MA.
Recorrente: Amadeu da Cunha Santos Aroso Neto (002.910.803-91).
Advogado constituído nos autos: Nicomedes Olímpio Jansen Júnior (OAB/MA 8.224).

TC-008.654/2010-7
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Município de Maués/AM.
Recorrente: Sidney Ricardo de Oliveira Leite, CPF nº 240.678.572-68. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Castro Vaz, OAB/AM nº 6.719; Mônica Bentes Monteiro, OAB/AM nº 6.748; Francisco Eduardo Carrilho Chaves, OAB/DF nº 22.322; Guilherme Lancini Bello, OAB/DF nº 30.737.

TC-015.124/2009-8
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Granjeiro/CE.
Recorrente: Vicente Félix de Souza, CPF nº 133.853.485-87.
Advogado constituído nos autos: José Carlos de Almeida, OAB/CE nº 3.822.

TC-015.556/2004-2
Natureza: Embargos de Declaração.
Unidade: Município de Ipameri/GO.
Recorrente: Ubirajara Alves Abbud (002.929.901-20). Advogados constituídos nos autos: Breno Rassi Florêncio (OAB/GO 21.732), Carlos Márcio Rissi Macedo (OAB/GO 22.703), Lúcio Flávio Siqueira de Paiva (OAB/GO 20.517), Marcos César Gonçalves de Oliveira (OAB/GO 20.631), José Antônio Domingues da Silva (OAB/GO 29.380), Luís Antônio Siqueira de Paiva (OAB/GO 27.579), Jamil Pereira de Macedo (OAB/GO 30.340), Pedro Eloi Soares (OAB/DF 1.586-A), Rômulo Fontenelle Morbach (OAB/PA 1.963), Hélio Guimarães (OAB/RJ 61.069), Cristiano Barata Morbach (OAB//DF 21.868), Érica Bastos da Silveira Cassini (OAB/DF 16.124), Marilaine Alves de Assis (OAB/DF 14.751), Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173) Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 101.379), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 167.162), Carolina Feitosa Dolabela Chagas (OAB/MG 96.205), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Érika Cristina Frageti Santoro (OAB/SP 128.776), Décio Freire (OAB/MG 56.543, OAB/DF 1.742-A, OAB/RJ 2.255-A, OAB/SP 191.664-A, OAB/ES 12.082 e OAB/BA 22.696), Gustavo Andére Cruz (OAB/MG 68.004 e OAB/DF 1.985-A), Carolina Tupinambá (OAB/RJ 124.045), Vinícus Capobianco dos Santos (OAB/MG 91.046), Sérgio Soares Estillac Gomez (OAB/DF 4750), Daison Carvalho Flores (OAB/DF 10.267), Gustavo Soares da Silveira (OAB/MG 76.733) e Gustavo de Marchi Silva (OAB/MG 84.288).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.911/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá
Responsáveis: Cláudio Antônio Leão Costa, CPF 301.688.302-30; Jacira dos Santos Gomes, CPF 208.753.472-15; Ronaldo Mendes lima, CPF 307.619.302-30; João Silva Araújo, CPF 226.485.932-68; José Bandeira Neto, CPF 337.663.127-15; Roger Wallace da Silva Salgado, CPF 415.169.822-15; Paulo Roberto Lacerda, CPF 208.695.762-91; Nádia Rosana Matos Soares, CPF 333.838.552-87; Aluizio Lopes Bezerra, CPF 032.629.282-91; Med-Surgery Hospitalar Ltda, CNPJ 00.735.260/0001-05; Globo Distribuidora Ltda, CNPJ 03.093.638/0001-02; JR Hospitalar do Brasil Ltda, CNPJ 01.857.241/0001-14; e Distribuidora de Medicamentos Expressa Ltda, CNPJ 04.301.285/0001-51. Advogados constituídos nos autos: Cristóvão Costa Miranda, OAB/AP 1058; Walney de Abreu Oliveira, OAB/MA 4378; Nelson Adson Almeida do Amaral, OAB/AP 752-A; Alan do Socorro Souza Cavalcante, OAB/AP 236; Rafael Vilela Borges, OAB/SP 153.893; Antônio Kleber de Souza dos Santos, OAB/AP 897.

TC-008.263/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Bertolínia/PI.
Responsáveis: Antônio José de Sousa Martins, CPF nº 079.314.413-20; Aracélia Maria de Sousa, CPF nº 372.812.403-68; Construtora Conserve Ltda., CNPJ nº 04.201.038/0001-83. Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-002.678/2010-1
Natureza: Aposentadoria. ntidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Interessados: Juracy Feitosa Rocha (030.112.671-20); Lair Lopes dos Santos (033.151.341-20); Leda Almada Cruz Ravagni (001.474.001-04); Lelia Marize Brito da Silva (009.735.561-53); Luiz Rodrigues de Lima (010.560.261-20); Magnolia de Carvalho Lins (005.763.014-34); e Maria Elzanir Montenegro Pinheiro (059.085.823-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.904/2010-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Interessados: Aldo Eller (048.437.899-68); Anita Hessmann (145.154.749-87); Antonio Carlos Alves (018.204.009-72); Jose Daladier Dias Ferreira (002.908.231-53); Reinaldo Joao Pick (047.484.849-34); e Teodoro Rogerio Vahl (002.658.889-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.263/2009-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
Interessados: Ana Maria Ferola da Silva Nunes (302.396.996-53), , Ataulfo Marques Martins da Costa (007.930.436-20), Carmen Lúcia Anderson (352.132.806-68), Domingos Araujo Silva Lopes (087.463.706-68), Edna Pereira Alvim de Souza (273.136.976-00), Humberto Eustáquio Coelho (182.869.926-87), Ireneu Antonio Siegler (103.607.946-53), Lelio Avelino de Barros (238.210.007-91) e Paulo Roberto Carvalho de Souza (145.061.656-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.270/2009-7
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
Interessados: Douglas Meneses (013.092.216-18), Gleice Meneses (013.094.266-94), Henrique Meneses (013.094.276-66), Ivanir Rosa de Menezes (289.279.316-53) e Sergio Vieira Araujo (012.471.946-55).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.266/2010-5
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - MEC.
Interessados: Anna Rosemberg Moreira (013.624.197-29); Catalina Estela Caldi (270.485.197-20); Elza Maria Santos Lima (329.156.247-04); Gilberto Fornaciari de Andrade (021.103.267-00); Heliane Fernandes Villar (337.267.287-91); Jocely Lima Pinel Maltez (633.230.107-44); Leila da Costa Ferreira (783.571.957-68); Lino Lima Lenz (020.447.307-15); Lucineida Braga (345.062.687-68); Luiz Otavio Labanca (256.500.767-15); Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo Wehling (539.584.897-53); Maria da Glória de Jesus Gomes (027.444.063-68); e Neuza Nakamura Pereira (190.425.077-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.524/2010-4
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interessados: Alexandrina Silva Avelino (050.164.499-70); Ana Maria da Silva Meira (288.450.569-53); Andre Julio (054.096.749-10); Antonio Diomario de Queiroz (096.247.329-49); Antonio José Botelho (246.104.889-49); Astrid Tolentino de Carvalho Collaco (987.101.929-72); Cacilda Daniel Laureano (461.122.359-00); Carlos Alberto Miranda da Silva (071.000.199-15); Carmen Lucia Bernardes Machado (040.871.219-84); Cicilia Salete Pelissari Kinceler (799.047.269-49); Cidelma da Silveria (009.806.619-60); Denise Eicke Liberato (029.726.209-25); Elenir de Melo Assis (753.410.349-53); Felipe Julio (054.263.199-79); Flavio Julio (054.007.259-10); Gabriel Artur Bowens (051.022.099-14); Gabriela Isabelita Bowens (056.749.869-75); Juraci Otilia do Espírito Santo (889.687.239-15); Laureci Machado Vieira (533.181.029-20); Ligia Maria Ferro Kalafatas (045.328.189-31); Lourdes Maria Carneiro da Costa (005.232.179-78); Luiz Philipe Machado Vieira (078.267.089-07); Maria Agapito da Natividade (888.577.869-00); Maria Conceicao de Aquino (448.122.729-04); Maria Gracia Dias (728.206.169-68); Marina Beckhauser Bastos (060.939.609-94); Mateus Pelissari Kinceler (009.792.479-26); Mayara Machado Vieira (076.229.429-95); Miriam Beckhauser de Bastos Silva (571.819.779-20); Nilba da Silva de Jesus (674.754.939-20); Osvalda da Silva (974.463.439-15); Paulo Ricardo Eicke Liberato (004.694.349-88); Paulo Roberto da Silva (538.066.549-72); Paulo Roberto da Silva Junior (060.367.149-71); Ricardo Gonzales Sanches (037.726.087-87); Sergio Ferreira Cardoso (063.229.289-02); Thays Bechauser Bastos (067.586.859-93); Vanderleia Aparecida Julio (932.244.359-68); Vanine Constante de Abreu (290.737.079-00); e Viviane Maria Heberle (050.725.819-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.829/2009-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
Interessados: Ezequiel Teixeira dos Santos (167.878.466-49), Jaime Moreira (116.390.246-20) e Manuel Herculano Pereira (150.229.006-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.522/2010-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Interessados: Ailton João da Silva (029.820.489-49); Maria da Graca Martins Cordeiro (533.077.639-20); Vanda Aparecida Daquino Rosa (748.079.438-04); Vera Lucia Bosco (245.949.039-91); e Vera de Fatima Graneman Joenk (294.991.949-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-001.927/2006-7
Apenso: TC 024.133/2007-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Unidades: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Prefeitura de Caruaru - PE.
Responsáveis: José Queiroz de Lima (003.936.734-72);
Interessado: Ministério da Agricultura (03.557.406/0001-68).
Advogado constituído nos autos: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior - OAB/PE 14.265.

TC-003.817/2004-8
Natureza: Recursos de Reconsideração.
Recorrentes: Armando Batalha de Góis, ex-prefeito (CPF 274.577.705-00); Dilene Miranda Job, ex-secretária municipal de educação (CPF 572.382.277-20); Ivone Costa Passos Sérgio (CPF 336.686.715-91), Edjane Silva (CPF 336.244.295-15) e Tânia Sueli Silva dos Santos (CPF 584.487.215-00), ex-integrantes da comissão municipal de licitação; e Júlio Prado Vasconcelos Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 13.005.053/0001-47).
Unidade: Prefeitura de São Cristóvão/SE. Advogados constituídos nos autos: Rosemberg Mota Rocha (OAB/SE 5.598), Bruno Novaes Rosa (OAB/SE 3.556) e Danniel Alves Costa (OAB/SE 4.416).

TC-012.628/2006-6
(com 4 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame.
Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Recorrente: João Ferreira Vasco Vasconcelos (CPF 067.859.301-97).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-015.174/2010-7
(com 2 volumes e 2 anexos).
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Município de Vicência/PE.
Responsáveis: Eva Maria de Andrade Lima (CPF 166.503.444-00) e KM Empreendimentos Ltda. (CNPJ 00.449.696/0001-38). Advogados constituídos nos autos: Izabella Lins Pinto Costa (OAB/PE 22.219), José Humberto Interaminense Mello (OAB/PE 14.153) e Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (OAB/PE 24.183).

TC-015.583/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: Maria Inês de Araújo Liebhardt (CPF 218.642.331-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.944/2009-9
(com 3 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro em Alagoas - PSB/AL
Responsáveis: Jurandir Bóia Rocha, Presidente da Comissão Executiva, (CPF 192.135.227-20), Espólio de. Luís Abílio de Souza Neto, vice-presidente da Comissão Executiva (CPF 002.602.584-15) e Jorge Briseno Torres, primeiro secretário de finanças (CPF 326.014.844-20).
Advogado constituído nos autos: Araken Oliveira (OAB/AL 4.366) e João Marcello Vieira de Almeida (OAB/AL 7.495).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-011.405/2005-8
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Recorrente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, representado por sua reitora, Célia Maria da Silva Oliveira.
Interessada: Hilda de Oliveira Lima (CPF: 029.986.961-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.459/2004-0
Apensos: TC 029.846/2010-2, TC 023.257/2007-2
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de Águas Formosas/MG
Recorrente: João Augusto Fernandes Sobrinho (CPF: 264.820.106-87), ex-Prefeito do Município de Águas Formosas/MG.
Interessada: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16)
Advogados constituídos nos autos: João Costa Aguiar Filho (OAB/MG 75.308); Juliana de Souza Bechara (OAB/MG 94.111).

TC-023.034/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração em TCE
Unidade: Prefeitura Municipal de Cametá (PA)
Recorrente: Emmanuel José Machado Cunha (CPF 189.360.242-72)
Advogado constituído nos autos: Mauro Gomes de Barros (OAB/PA 9.113)

TC-028.158/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração em TCE
Unidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Recorrente: Marcelo Altino Garcia (CPF 030.743.134-71)
Advogado constituído nos autos: Jacó Gomes da Silva (OAB/PE 22.309)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-012.804/2007-3
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessados: Alexandre Jerico Dias da Silva (084.554.547-76); Alexsandro Deograce Soares (757.378.095-87); Antonia da Silva Cabral (031.865.632-91); Aurides de Carvalho Azevedo (111.219.467-39); Cecí Simões Pires (321.057.620-34); Celeste Martins Figueiredo (086.444.797-33); Cremilda Paula Xavier da Silva (849.543.537-34); Diva Francisco da Graça (833.146.287-49); Durvalice Goncalves Santos (135.469.705-78); Edvandro Vieira Albuquerque (627.285.123-53); Elza Tavares de França (532.212.817-49); Eva Silva da Luz Santos (111.155.644-04); Evamir Vieira Albuquerque (624.139.883-00); Evanice Vieira Albuquerque (627.285.393-91); Flora da Silva Andrade (000.030.617-79); Francisca Miranice Vieira de Freitas (102.798.063-53); Francisca Pedro da Silva (888.805.593-20); Iracema de Castro Moreira (018.561.744-17); Iracy Caldas Chaves (292.074.520-49); Ivone Borges de Souza (799.846.819-04); Janaina Dias da Silva (088.290.537-67); Josefa Ferreira dos Santos (445.252.904-63); Josefa Francisca Dantas (726.208.205-10); José Jonas de Souza Ferreira (059.872.164-94); Jurema Pecanha Braga (783.885.547-00); Leopoldina Motta Guzzoni (138.906.828-55); Liriane Borges de Souza Carrico (003.991.629-41); Luiza Bezerra Lima (001.507.867-19); Luiza de Morais Sucupira (015.578.403-00); Maria Fátima Santos (437.325.853-87); Maria Gomes da Silva (229.601.554-91); Maria Iolanda Magalhães da Costa Ribeiro (263.178.503-72); Maria Lima Soares (125.818.365-04); Maria Madalena da Silva (209.496.184-20); Maria Madalena da Silva (742.210.867-34); Maria Otacilia Cavalcante (041.571.923-20); Maria Salizete Diniz Correia (123.559.684-20); Maria da Conceição Serra (508.367.813-68); Maria da Glória Ferreira (316.678.804-20); Marise Goncalves Santos (792.098.155-72); Marivalda Goncalves Santos (973.532.215-34); Marlene Maria da Silva (034.183.818-71); Neusa Farias de Aguiar (679.689.884-20); Neuza Regina da Silva (052.983.477-46); Olga de Oliveira (009.153.807-65); Osvaldina Gomes da Silva (406.587.917-53); Renata Paula da Silva (132.161.997-97); Renata da Silva Sucupira (025.667.663-12); Sebastiana Matias dos Santos (107.626.804-82); Socorro Rodrigues de Oliveira (461.786.273-00); Suedina de Souza (393.319.384-20); Tereza Caetana Carrico (223.855.099-20); Valdelice Deograce Oliveira (089.413.865-00); Wanda de Alencar Lima (028.522.842-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-015.327/2009-0
Apensos: TC 014.413/2011-6, TC 027.107/2010-8
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/TO
Recorrentes: Antenor Pinheiro Queiroz (CPF 087.911.391-04), Antônio Nilson Moreira de Souza (CPF 962.805.811-87), Joaquim Barbosa da Silva (CPF 093.503.901-59) e José Osvaldo Fontinelle Barbosa Filho (CPF 009.151.721-43).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.152/2008-7
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Órgão: Prefeitura Municipal de Rubiataba/GO.
Interessado: Teodoro Ribeiro de Araújo (042.979.541-68)
Advogado constituído nos autos: Benito José Ivo Dias (OAB/GO nº 5836).

TC-027.654/2009-7
(com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Recurso de Reconsideração
Unidade: Município de Prata do Piauí/PI
Interessado: Charles Barbosa Lima (ex-Prefeito, CPF nº 397.768.243-15)
Advogado constituído nos autos: Wilson Guerra de Freitas Júnior (OAB/PI nº 2.462/1993)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-018.534/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional da Bahia - DR/ECT/MC/BA
Responsável: Heleno Alves dos Santos Junior (931.351.905-44)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.080/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de Maracanã/PA
Responsável: Rafael de Loureiro Reis (014.320.442-49)
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC (00.378.257/0001-81).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.084/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional no Estado do Pará - DR/ECT/MC/PA
Responsável: Luis Carlos Pereira de Souza (305.454.396-04)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-012.105/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB/MEC
Interessado: Leomenes Fernandes da Silva (084.358.631-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.719/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Marco Antonio Pinho Werneck Rodrigues (009.688.891-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.187/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessado: Nelson Henriques Dantas (000.686.752-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.253/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Jose Leitão Braga (145.820.073-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.581/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB
Interessadas: Daniela Moreira de Holanda (CPF 101.054.437-35) e Zorilda Carvalho Moreira (CPF 070.180.884-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.585/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB
Interessada: Regina Célia Rodrigues Moreira (CPF 314.772.671-15)
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-013.609/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Plínio Caldeira Brant (CPF 002.281.171-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.611/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessadas: Elizabete Maria Coelho dos Santos (CPF 253.070.611-53) e Fernanda Coelho Ramos (CPF 027.568.671-01)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.638/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB
Interessada: Adevina Aparecida dos Santos (CPF 146.616.751-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.643/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: José Henrique de Oliveira (067.843.641-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.673/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Interessada: Maria Marlene Teles Peixoto (077.927.435-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.352/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: José Rocha Filho (CPF 067.850.931-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.360/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessada: Silvia Maria de Mattos Arruda (153.458.231-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.519/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Alagoas
Interessado: Jeferson Ferreira da Silva (CPF 087.979.434-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.520/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Alagoas
Interessado: José Afonso de Moraes (CPF 073.644.824-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.523/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Interessado: José Francisco de Assis Batinga (048.058.449-49) Advogados constituídos nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC nº 12.605), Luciana Dário Meller (OAB/SC nº 12.964), Daniela de Lara Prazeres (OAB/SC) e Greice Milanese Sonego Osório (OAB/SC nº 15.200).

TC-014.527/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Interessado: Vando Manoel Vigano (CPF 415.910.039-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.653/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessado: Osiris Turnes (351.878.089-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.326/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal do Semi - Àrido - UFERSA/RN
Interessado: Francisco da Costa Cruz (CPF 056.290.634-72) Advogados constituídos nos autos: Vinicius Victor Lima De Carvalho (OAB/RN 3.074), Alexandre Magno Fernandes De Queiroz (OAB/RN 3.483) e José Tarcísio Jeronimo (OAB/RN 1.803).

TC-015.368/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal do Piauí - UFPI
Interessado: Mariano Bento dos Santos (CPF 029.772.143-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.375/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Interessado: Hilda Maria de Pinho (179.273.239-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.380/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/MEC
Interessado: José Teodoro de Souza (018.223.069-49) Advogados constituídos nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC nº 12.605), Luciana Dário Meller (OAB/SC nº 12.964), Daniela de Lara Prazeres (OAB/SC) e Greice Milanese Sonego Osório (OAB/SC nº 15.200)

TC-015.401/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessado: José Guerra de Araujo (023.698.261-34)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.772/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB
Interessada: Maria Glaucia Favarini Mitraud (CPF 223.624.951-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.773/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessada: Lorena Blass Staub (144.248.601-59)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.774/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC Beneficiários: Cláudia Gomes da Rocha Pires (CPF 539.469.281-53) e João Batista Rocha Pires (CPF 006.184.021-10).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.778/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessada: Isaura Negrelli Malanga (994.225.308-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.753/2011-8
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - Cefet/AL.
Interessadas: Isabela Karoline Ferreira Leite (105.690.844-07); Maria Lúcia Ferreira Leite (591.226.174-34)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.905/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Interessada: Josefa Ferreira dos Santos (CPF 344.969.984-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe I - Recursos

TC-001.160/2001-7
Apenso: TC 011.264/1996-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Pimenta Bueno/RO
Recorrente: João Carlos de Sá (CPF 035.406.728-18)
Advogado constituído nos autos: Fábio Chebel Chiadi (OAB/SP 200.084)

TC-003.591/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF
Interessados: Acélio Matheus Pinheiro Souza (CPF 658.611.593-00), Élcio Alcântara de Souza (CPF 639.573.883-68), Hélio Alcântara de Souza (CPF 650.833.853-68), Marcelo Alcântara de Souza (CPF 658.523.383-20) e Maria Valdecir Alcântara de Souza (CPF 658.533.693-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.608/2006-9
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Coordenação Regional no Maranhão (Funasa/MA)
Interessado: Edmundo Soares do Nascimento (CPF 002.275.013-49)
Advogado constituído nos autos: Francisco de Souza Lopes (OAB/DF 19.304)

TC-012.346/2000-9
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Município de Prainha/PA
Recorrente: Gandor Calil Hage Neto (296.651.832-49)
Advogados constituídos nos autos: Ademar Kato (OAB/PA 921) e Hércules da Rocha Paixão (OAB/PA 7862)

TC-016.059/2006-8
Apensos: TC 000.325/2009-0 e TC 022.252/2005-5
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Regional no Estado de Sergipe (Sebrae/SE)
Responsáveis: Gilson Silveira Figueiredo (CPF 126.978.185-53) e Samuel Rodrigues Schuster (038.666.025-53)
Recorrente: Gilson Silveira Figueiredo
Advogados constituídos nos autos: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010), Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291) e Danniel Alves Costa (OAB/SE 4.416)

TC-019.340/2003-1
Apensos: TC 008.430/2006-7 e TC 015.637/2006-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão: Ministério da Cultura
Recorrente: Paulo Sergio de Lavareda Medeiros (CPF 057.232.212-72)
Advogado constituído nos autos: José Geraldo de Jesus Paixão (OAB/PA 2979)

TC-019.582/2006-7
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Nuclebras Equipamentos Pesados S.A - Nuclep
Responsáveis: Adolfo de Aguiar Braid (374.240.687-68); Alexandre Porto Gadelha (025.176.637-34); Carlos Augusto Vasconcelos Saraiva Ribeiro (032.535.977-68); Carlos Roberto Siqueira de Barros (084.316.204-04); Eduardo Eugenio Gouvea Vieira (008.564.287-87); Euclides Duncan Janot de Matos (033.667.317-53); Ezequiel Torres Gaspar (048.269.907-82); Funcefet-fundação de Apoio Cefet-rj (00.092.956/0001-60); Ilton Ilhomar de Carvalho (023.654.131-53); Isolde Sommer (714.964.087-72); Jaime George de Freitas (185.638.567-15); Jaime Wallwitz Cardoso (715.548.747-34); Milton Coelho da Silva Neto (420.032.704-00); Miracy Wermelinger Pinto Lima (445.451.507-72); Odair Dias Gonçalves (375.807.287-53); Paulo Roberto Trindade Braga (035.647.627-87); Rafael Souza Pena (561.262.471-91); Reinaldo José de Melo (541.814.616-53); Roberto Vanderlei de Andrade (052.564.704-00); Romildo Rodrigues Santos (485.897.647-53); Teófilo Henrique Neves de Abreu (247.475.727-91); Wilson de Castro Junior (209.279.326-87)
Recorrentes: Jaime Wallwitz Cardoso (715.548.747-34); Alexandre Porto Gadelha (025.176.637-34); Adolfo de Aguiar Braid (374.240.687-68); Paulo Roberto Trindade Braga (035.647.627-87) e Romildo Rodrigues Santos (485.897.647-53).
Advogado constituído nos autos: Edna Raquel R.S. Hogemann - OAB/RJ 102698

TC-022.326/2006-9
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA.
Embargante: Raimundo Nonato Alves Pereira (CPF 100.870.363-04).
Interessado: Ministério do Meio Ambiente.
Advogados constituídos nos autos: Fernando Antônio Costa Polary (OAB/MA 5.605) e Adalberto Bezerra de Sousa Filho (OAB/MA 6.947).

TC-025.833/2010-3
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Embargante: Antônio Fernando Ribeiro Pereira (CPF 312.133.808-04).
Advogado constituído nos autos: Mariany Amaral de Freitas (OAB/DF 23.582).

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-004.421/2010-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão: Ministério da Integração Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.882/2009-0
Natureza: Monitoramento
Entidade: Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS
Responsável: Antônio Carlos Rosa de Oliveira Junior (CPF 236.795.140-34)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-017.750/2003-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual do INSS em Florianópolis/SC
Interessados: Alzira Maria de Souza Rodrigues (CPF 445.601.929-87), Francisca Souza Venancio (CPF 178.830.759-34), Marcelino Costa (CPF 018.150.919-91) e Reinaldo Pires (CPF 007.830.219-68)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-013.352/2005-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Ibirapitanga/BA
Responsáveis: Ruiverson Lemos Barcelos (CPF 277.738.095-34), Dutobrás Construções Ltda. (CNPJ 00.060.068/0001-66) e Messias Santos Construtora Ltda. (CNPJ 04.347.215/0001-34) Advogados constituídos nos autos: Jutahy Magalhães Neto, OAB/DF 23.066; Otaviano Valverde Oliveira, OAB/BA 16.356; Eric Holanda Tinoco Correia, OAB/BA 14.458; Carlos Frederico Valverde Oliveira, OAB/BA 15.358; Edson dos Reis Silva Junior, OAB/BA 22.130; Tânia Maria Lapa Godinho, OAB/BA 3.628 e Igor Holanda Tinoco Correia, OAB/BA 25.826

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-002.147/2011-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Município de Coari/AM
Responsáveis: Arnaldo Almeida Mitouso (CPF 073.921.332-68) e Aylesandro Herles Oliveira Soares (CPF 754.588.292-04)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-018.609/2006-8
Natureza: Representação
Unidade: Município de Biritinga/BA
Responsável: Aurélio Amicés Pedreira, ex Prefeito (CPF 093.101.265-15)
Interessados: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-005.418/2008-5
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-005.420/2008-3
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-006.966/2008-4
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF
Recorrente: Antônio César Cavalcanti Júnior (498.176.044-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.083/2008-5
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (vinculador)
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-008.084/2008-2
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49) Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-008.085/2008-0
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-008.086/2008-7
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49) Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-008.087/2008-4
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-008.088/2008-1
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (vinculador)
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-008.089/2008-9
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49) Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-024.360/2010-4
Apenso: TC-005.422/2008-8
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-024.372/2010-2
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Apenso: TC-005.424/2008-2.
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser.
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49).
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250).

TC-025.359/2010-0
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Apenso: TC-005.421/2008-0.
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser.
Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser (CNPJ 01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (CPF 847.101.019-49).
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-001.382/2003-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Cultura (vinculador)
Responsável: Noilton Nunes (CPF 067.698.617-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.591/2003-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Sociedade Central de Agricultores do Amapá - Soceap
Responsáveis: Conorte - Construções e Comercio Ltda. (CNPJ 03.242.632/0001-50); Francisco Andrade da Costa (CPF 226.425.952-34); Jenival Pereira da Silva (CPF 342.419.572-34); Sociedade Central de Agricultores do Amapá (CPF 05.549.985/0001-22)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.236/2005-7
Apensos: TC-010.878/2005-1 e TC-023.329/2008-1
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep (CNPJ 33.749.086/0002-90)
Responsáveis: Antonio Candido Daguer Moreira (CPF 284.812.407-53); Michel Chebel Labaki Junior (CPF 372.279.638-53); Odilon Antônio Marcuzzo do Canto (CPF 103.569.830-72); Sergio Machado Rezende (CPF 027.390.467-15); Eliane de Britto Bahruth (CPF 181.527.757-20); Sérgio Luiz Doscher da Fonseca (CPF 000.292.437-42); Djalmo de Oliveira Leão (CPF 018.729.314-72); Ronaldo Camilo (CPF 042.610.228-26); Francisco Cleodato Porto Coelho (CPF 089.240.314-49); Onofre Soares dos Santos (CPF 210.814.766-72); Milton Coelho da Silva Neto (CPF 420.032.704-00); Helena Kerr do Amaral (CPF 007.675.698-06); Jocelino Francisco de Menezes (CPF 067.443.975-91); Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva (CPF 154.228.600-04); Paulo Afonso Bracarense Costa (CPF 255.419.949-34); Alexandre Navarro Garcia (CPF 385.346.061-53); José Ivo Vannuchi (CPF 511.986.738-34); Luis Manuel Rebelo Fernandes (CPF 797.578.477-04); e Antônio César Rusi Callegari (CPF 932.692.508-00)
Exercício: 2004
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.758/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Maraã/AM
Responsável: Gefferson Almeida de Oliveira (CPF 111.357.602-25)
Advogados constituídos nos autos: João Machado Mitoso, OAB/AM 559; Alexander Simonette Pereira, OAB/AM 6.139

TC-016.763/2003-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Turiaçu/MA
Responsáveis: A. Rodrigues dos Reis - Comercial Resis (CPF 04.613.669/0001-00); Aldenir Ferreira Chagas (CPF 224.258.023-04); Aliança Móveis Papelarias e Serviços Ltda. (CNPJ 03.634.040/0001-83); Aquarela Consultoria e Assessoria de Políticas Públicas Ltda. (CNPJ 04.220.280/0001-02); Arnaldo Cavalcante Pinto (CPF 219.373.622-72); Brilhantes Construções Ltda. (CNPJ 03.820.017/0001-83); C. M. A. de Souza - ME - Comercial Souza (CNPJ 04.682.459/0001-73); C. M. C. Costa Comércio e Serviços (CNPJ 02.340.433/0001-11); C. Pimenta Comércio (CNPJ 04.143.331/0001-31); Compeq Comércio Produtos e Equipamentos Ltda. (CNPJ 02.453.417/0001-35); Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda. (CNPJ 02.865.068/0001-69); Construry Construção Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 04.205.433/0001-34); Construserv Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 01.609.265/0001-54); Construtora Fabril Ltda. (CNPJ 03.772.773/0001-84); Construtora Maquette Ltda. (CNPJ 07.143.464/0001-04); E. G. Ribeiro Comércio (CNPJ 01.631.088/0001-02); G. S. Guerra Comércio (CNPJ 02.011.122/0001-09); Gêmeos Engenharia Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 02.096.094/0001-70); I. N. Moraes Comércio e Representação - Comercial Moraes (CNPJ 04.445.683/0001-41); I. R. M. Soares Distribuidora (CNPJ 02.951.512/0001-69); Irosélia Soares Rodrigues (CPF 460.397.243-15); Ivone Reis Moreira Soares (CPF 769.240.503-44); Leciles C. Soares Reis (CNPJ 02.583.247/0001-03); Leciles Cesar Soares Reis (CPF 754.782.503-68); Lithograf Indústria Gráfica e Editora Ltda. (CNPJ 35.104.017/0001-73); M. R. Silva Viana (CNPJ 04.093.437/0001-78); Madeireira Sião Ltda. (CNPJ 10.340.123/0001-25); Master Treinamentos e Concursos Ltda. (CNPJ 01.727.378/0001-54); Metalúrgica Fortaleza Comercio e Construções Ltda. (CNPJ 03.598.626/0001-30); Multimóveis Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 00.124.480/0001-00); Murilo Mario Alves dos Santos (CPF 125.010.503-04); Prefeitura Municipal de Turiaçu/MA (CNPJ 63.451.363/0001-63); R. Gonzaga Mendes (CNPJ 04.206.651/0001-93); Reviver Gráfica e Editora Ltda. (CNPJ 02.044.836/0001-13); Rogério Fonseca Cavalcante (CPF 714.353.793-49); S Borges dos Santos Comércio (CNPJ 03.811.075/0001-40); Servcon - Serviços e Conservação Ltda. (CNPJ 02.344.225/0001-90); Sociedade Povir Cientifico (CNPJ 92.741.990/0001-37); Suprinutri Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 04.549.529/0001-10); Tecgráfica Indústria e Comércio Ltda. - Tecnográfica (CNPJ 69.389.005/0001-54); Texmar Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 02.856.314/0001-16); Tiago Madeiras Ltda. (CNPJ 41.623.984/0001-44); V. de Jesus - Jesus Variedades (CNPJ 03.797.791/0001-10)
Advogados constituídos nos autos: Gerson Veras de Siqueira Mendes, OAB/MA 3.494; Carlos Sérgio de Carvalho Barros, OAB/MA 4.947; Eveline Silva Nunes, OAB/MA 5.332; Nielson de Jesus Costa Silva, OAB/MA 9.914; Marcus Vinicis da Silva Santos, OAB/MA 7.991; Antonio Augusto Sousa, OAB/MA 4.847; Wellington Francisco Sousa, OAB/MA 7.323

Classe VI - Representação

TC-021.788/2008-5
Natureza: Representação
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso - Incra /MT
Responsáveis: Leonel Wohlfahrt (CPF 309.742.240-49); Willian César Sampaio (CPF 378.780.001-82)
Advogados constituídos nos autos: Paulo Fabrinny Medeiros, OAB/MT 5.940; João Vicente Montano Scaraveli, OAB/MT 3.933; e Rejane Mara Castiglioni Alves Scaraveli, OAB/MT 5.636

Secretaria das Sessões, 1º de dezembro de 2011.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2011

PRESIDENTE: EXMO. SR. CONSELHEIRO ARI PARGENDLER
SECRETÁRIA: Belª. EVA MARIA FERREIRA BARROS
Às 14 horas, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal - CJF, em Brasília - DF, presentes os Conselheiros FELIX FISCHER (Vice-Presidente), JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (Corregedor-Geral da Justiça Federal), TEORI ZAVASCKI, CASTRO MEIRA,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

OLINDO HERCULANO DE MENEZES, MARIA HELENA CISNE, ROBERTO LUIZ RIBEIRO HADDAD, MARGA INGE BARTH TESSLER e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (membros efetivos), bem como o Juiz Federal GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe), foi aberta a sessão.

Inicialmente, o Presidente registrou a presença, como convidado, do Dr. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS, Secretário de Reforma do Judiciário interino.

Em seguida, submeteu ao Colegiado a ata da sessão anterior, a qual, como não houve impugnação aos seus termos, foi aprovada.

JULGAMENTOS

PROCESSO N. 2011.16.1685

ASSUNTO: DIGNIDADE DA JUSTIÇA

INTERESSADOS: Juízes Federais

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho decidiu:

a) cientificar o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe de que considera ilegal e antiética a concentração de intimações e citações da União e de suas autarquias no dia 29 de novembro de 2011, ou em qualquer outra data, como forma de pressionar os Poderes Executivo e Legislativo a atualizarem-lhes o subsídio. Vencidos quanto ao emprego do vocábulo "antiética" os Conselheiros Olindo Menezes e Maria Helena Cisne.

b) recomendar às corregedorias, nas diversas Regiões da Justiça Federal, que fiscalizem o modo como serão processadas as intimações e citações da União e de suas autarquias;

c) alertar o Advogado-Geral da União de que qualquer anormalidade deve ser noticiada às corregedorias regionais e, subsidiariamente, à Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

PROCESSO N. 2009.16.0869

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. 069, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011, QUE DESIGNA OS JUÍZES FEDERAIS ROGÉRIO MOREIRA ALVES E AMÉRICO BEDÊ FREIRE JUNIOR, AMBOS DA 2ª REGIÃO, PARA COMPOREM, COMO MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a portaria.

PROCESSO N. 2009.16.0859

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. 072, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUE DESIGNA OS JUÍZES FEDERAIS JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA E ROGÉRIO ROBERTO GONÇALVES DE ABREU, AMBOS DA 5ª REGIÃO, PARA COMPOREM, COMO MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE RESPECTIVAMENTE, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a portaria.

PROCESSO N. 2009.16.0959

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. 077, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011, QUE DESIGNA OS JUÍZES FEDERAIS ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, JOÃO BATISTA LAZZARI E ANDRÉ LUIS MEDEIROS JUNG, TODOS DA 4ª REGIÃO, PARA COMPOREM, COMO MEMBROS EFETIVO E SUPLENTES RESPECTIVAMENTE, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a portaria.

PROCESSO N. 2011.16.0898

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. 154, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUE APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA FEDERAL REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2011.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução.

PROCESSO N. 2011.16.0016

ASSUNTO: REFERENDO DAS RESOLUÇÕES N. 150, 151, 155 E 156/2011, QUE ABREM AOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL, CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou as resoluções.

PROCESSO N. 2009.16.0090

ASSUNTO: CONSULTA SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DE VALORES RETROATIVOS DA VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE - GEL.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

RELATOR: Conselheiro LUIZ ALBERTO GURGEL

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu suspender a discussão do mérito da questão suscitada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e formular consulta ao Conselho Nacional de Justiça acerca do seu entendimento quanto ao deliberado pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União.

PROCESSO N. 2011.16.1276

ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDAS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES A SERVIDORES DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, CONFORME DISPÕE O ART. 1º DA RESOLUÇÃO N. 106/2010.

INTERESSADOS: Servidores do Conselho da Justiça Federal

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, reconheceu as dívidas relativas ao passivo dos servidores do Conselho da Justiça Federal.

PROCESSO N. 2009.16.0038

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO INCISO V DO ART. 3º DA RESOLUÇÃO N. 72, DE 26 DE AGOSTO DE 2009 E SEUS ANEXOS II A IV.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração da Resolução n. 72, de 26 de agosto de 2009, nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.1606

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - EXERCÍCIO 2011.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos da Seção Judiciária de Rondônia nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.1421

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO - EXERCÍCIO 2011.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.0962

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - EXERCÍCIO 2011.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.1059

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO 2011.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos da Seção Judiciária de São Paulo nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.1545

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - EXERCÍCIO 2011.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.1696

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE VARAS FEDERAIS NO ÂMBITO DA 3ª REGIÃO.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu suspender provisoriamente a implantação da Vara Federal de Caraguatatuba - SP com previsão para instalação em 2012 e encaminhar os autos à Corregedoria-Geral da Justiça Federal para que se manifeste sobre a matéria.

PROCESSO N. 2011.16.1552

ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE PROPÕE A CRIAÇÃO DE TRÊS VARAS FEDERAIS PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei e determinou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 8º, inciso I do RICJF.

PROCESSO N. 2011.16.1697

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2011.16.1694

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano Anual de Aquisição de Veículos da Seção Judiciária do Espírito Santo nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. 2007.16.0506

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE REVOGA DISPOSITIVO DA RESOLUÇÃO N. 3/2008, QUE TRATA, ENTRE OUTROS ASSUNTOS, DA REMOÇÃO DE SERVIDORES.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Conselheiro ARI PARGENDLER

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro FELIX FISCHER

DECISÃO: Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Conselheiro Felix Fischer, no qual acompanhou o relator, o Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução.

PROCESSO N. 2011.62.0004

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS JUDICIÁRIOS DA UNIÃO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ANAJUS CONTRA ATOS DOS PRESIDENTES E DESEMBARGADORES FEDERAIS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DE JUÍZES TITULARES.

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

INTERESSADA: Associação Nacional dos Analistas Judiciários da União e do Ministério Público - Anajus

ADVOGADA: Dra. Adrienne de Cássia Silva Pessôa

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, indeferiu o pedido. Sustentou oralmente a Dra. Adrienne de Cássia Silva Pessôa.

PROCESSO N. 2011.62.0005

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE E PELA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DA 5ª REGIÃO - REJUFE CONTRA ATO DO TRF DA 5ª REGIÃO.

INTERESSADOS: Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe e Associação dos Juízes Federais da 5ª Região - Rejufe

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, indeferiu os pedidos. Sustentou oralmente o Juiz Federal Francisco Glauber Pessoa Alves, Presidente da Associação dos Juízes Federais da 5ª Região - Rejufe.

PROCESSO N. 2011.62.0003

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR SERVIDORA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO CONTRA ATO DO TRF DA 2ª REGIÃO.

INTERESSADA: Angela Roquete Kaulino

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, indeferiu o pedido.

PROCESSO N. 2010.16.7582

ASSUNTO: PROGRAMA PERMANENTE DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL - PNC - BIÊNIO 2012/2013.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal - PNC.

PROCESSO N. 2009.16.1212

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR, PREVISTO NO ART. 685-C DO CPC, INSERIDO PELA LEI N. 11.382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006.

INTERESSADA: Justiça Federal

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução.

PROCESSO N. 2008.16.2489

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL, DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO, CRIADAS PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 46/2007, E SOBRE A COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ GESTOR DE TABELAS PROCESSUAIS DA JUSTIÇA FEDERAL - COGETAB.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INTERESSADA: Justiça Federal
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução.
PROCESSO N. 2006.16.0204
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NO REGIMENTO INTERNO DA TNU, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO N. 22/2008, E REVOGA A RESOLUÇÃO N. 62/2009.
INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução.
PROCESSO N. 2011.16.1482
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUIZ FEDERAL AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL QUE SOLICITA O PAGAMENTO DE ALGUMAS VANTAGENS.
INTERESSADO: Juiz Federal Márcio Flávio Mafra Leal
RELATOR: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deferiu o pedido nos termos do voto do relator.
PROCESSO N. 2011.16.1656
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DO TRF DA 1ª REGIÃO PARA PERMUTAR A DATA DE IMPLANTAÇÃO DA VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE POUSO ALEGRE/MG COM A VARA FEDERAL DE BELO HORIZONTE/MG.
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deferiu parcialmente o pedido para antecipar a data de implantação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG para 2012, em substituição à Vara Federal de Ituiutaba/MG que, consequentemente, passa para o ano de 2013.
PROCESSO N. 2001.16.0560
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO N. 070, DE 26 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO, POR JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS, DOS PLANTÕES TRABALHADOS NO RECESSO PREVISTO NO ART. 62, INCISO I, DA LEI N. 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966.
INTERESSADOS: Juízes Federais
RELATOR: Conselheiro TEORI ZAVASCKI
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, indeferiu a proposta de alteração da Resolução n. 070/2009 nos termos do voto do relator.
PROCESSO N. 2003.16.0806
ASSUNTO: PROPOSTA DE REVOGAÇÃO PARCIAL DAS RESOLUÇÕES N.115/1994 E 155/1996, QUE REGULAMENTAM, NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, A RESERVA DE VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
RELATOR: Conselheiro ARI PARGENDLER
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro OLINDO MENEZES
DECISÃO: Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Conselheiro Olindo Menezes, no qual acompanhou o relator, o Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de revogação parcial das Resoluções n. 115/1994 e 155/1996.
PROCESSO N. 2002.16.0160
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISCIPLINA, NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, A CONCESSÃO DAS LICENÇAS POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR.
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
RELATOR: Conselheiro ROBERTO HADDAD
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução.
PROCESSO N. 2010.44.0001
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR MAGISTRADO DA 4ª REGIÃO.
INTERESSADO: Juiz Federal Jail Benites de Azambuja - aposentado
RELATOR: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
PEDIDO DE VISTA: Conselheira MARGA TESSLER
DECISÃO: Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista da Conselheira Marga Tessler divergindo do relator, pediu vista regimental o Conselheiro João Otávio de Noronha.
PROCESSO N. 2008.16.0292
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 4/2008, A QUAL REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, A CONCESSÃO DE DIREITOS PREVISTOS NA LEI N. 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DENTRE ELES A AJUDA DE CUSTO A MAGISTRADOS E SERVIDORES QUE PASSAREM, NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, A TER EXERCÍCIO EM NOVA SEDE, COM EFETIVA MUDANÇA DE DOMICÍLIO.
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
RELATOR: Conselheiro PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
DECISÃO: Após o voto do relator, que manteve inalterados os dispositivos da Resolução n. 4/2008, pediu vista o Conselheiro Felix Fischer, aguardando os demais para votar.

Finalizando, o Presidente, com anuência dos demais Conselheiros, designou o dia 28 de novembro, segunda-feira, às 14 horas, para a realização da próxima sessão, bem como fixou o dia 12 de dezembro, também às 14 horas, para a sessão subsequente, ambas em Brasília.

A sessão encerrou-se às 18 horas e 35 minutos.

Eu, Eva Maria Ferreira Barros, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente.

ARI PARGENDLER

CORREGEDORIA-GERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

REPUBLICAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia que denegou ordem em mandado de segurança impetrado pelo INSS contra ato do Juiz Federal da 23ª Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária da Bahia, o qual determinou a expedição de precatório em valor superior à alçada dos Juizados Especiais Federais, uma vez que a parte autora não havia renunciado ao valor excedente no momento do ajuizamento da ação, nem aquiesceu com o pedido de limitação da execução do julgado a sessenta salários mínimos formulado pela Autarquia Previdenciária.

Essa mesma questão já foi resolvida pelo colegiado da TNU em votação unânime na última sessão de julgamento, realizada em 11/10/2011. Adoto como razões de decidir o relatório, o voto e a ementa lavrados pelo Juiz Federal Alcides Saldanha Lima no PEDILEF 2007.33.00.707664-3/BA.

Pelos mesmos motivos adotados pelo colegiado da TNU, conheço do pedido de uniformização e nego-lhe provimento.

Brasília, 7 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 25-11-2011, Seção 1, pág. 233, com incorreção no original.

DECISÃO JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2006.41.00.700323-7
ORIGEM: SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADÃO JOSE BRUSTOLON
PROC./ADV.: JOSÉ JOVINO DE CARVALHO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

DECISÃO

O JUIZ RONIVON DE ARAGÃO (RELATOR): Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado pela União em face de acórdão proferido pela Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, nos autos do processo que lhe move Adão José Brustolon.

Insurge-se a recorrente contra decisão colegiada proferida pela Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, a qual dera provimento ao recurso da parte autora, ora requerida, sob os seguintes fundamentos, em essência (fl. 96):

(...) Assim, em termos genéricos, sem levar em conta os aspectos particulares da relação jurídica de direito material (...), o prazo final para se pleitear o reajuste de 28,86% encerra-se em 25/08/2006, ou seja, cinco anos após a publicação da última medida provisória que reconheceu o direito.

Portanto, a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional.

Ante o exposto, conheço do incidente e lhe dou provimento, para fixar que a Medida Provisória 2.169-43, de 25/08/2001, que reconheceu o direito ao reajuste salarial dos servidores públicos, no percentual de 28,86%, configurou renúncia tácita ao prazo prescricional, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para que proceda o julgamento do mérito do feito.

Busca a recorrente: a) a uniformização de jurisprudência no que alude ao referido ponto; b) requer, em razão da dita uniformização, seja julgado improcedente o pleito autoral de pagamento das diferenças devidas em razão da aplicação do índice de 28,86% de que tratou a Medida Provisória nº 1.704/1998.

Merece prosperar a irresignação da requerente.

Com efeito, esta Corte Uniformizadora, em recente julgado, uniformizou o entendimento sobre a matéria, nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. MP 2.169-43/2001. INCIDENTE IMPROVIDO. 1. De acordo com a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, a edição da Medida Provisória 1.704, de 30.06.98, "implicou na ocorrência de renúncia tácita da prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte" (REsp 990284, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julg. 26.11.2008, DJ 13.04.2009). 2. Observe-se, todavia, que o precedente acima transcrito se refere a militar, motivo este pelo qual se decidiu, em relação aos atrasados, pela aplicação do enunciado nº 85 da súmula do STJ, para as ações ajuizadas após 30/6/2003. No caso dos servidores civis, diversamente, considerando que a implantação já fora determinada pela própria Medida Provisória nº 1.704/1998, os atrasados somente seriam devidos até o seu advento, motivo por que a prescrição atinge, não apenas os atrasados compreendidos no quinquênio que antecedeu a propositura da ação, mas todas as parcelas retroativas. 3. Incidente conhecido e improvido. (grifou-se) (TNU. PEDILEF 200482000140810. Rel. Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira. Data Decisão: 10.05.2010. DOU 08.07.2011, Seção 1).

Assim, restando pacificada a tese ora transcrita quanto ao marco inicial da contagem do prazo prescricional para o caso de servidores civis, DOU PROVIMENTO ao incidente da União, extinguindo o feito com resolução de mérito porquanto IMPROCEDENTE o pleito autoral por operada a prescrição, o que se faz com fundamento no art. 8º, inc. X, do Regimento Interno desta Corte Uniformizadora.

Aracaju - SE, 23 de agosto de 2011.
RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.009533-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSAMARI ZILIO AGOSTINI
PROC./ADV.: VITOR HUGO OLTRAMARI
PROC./ADV.: WAGNER SEGALA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

DECISÃO

O JUIZ RONIVON DE ARAGÃO (RELATOR): Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado por Rosamari Zílio Agostini em face de acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, nos autos do processo que move contra o INSS.

Insurge-se a recorrente contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, a qual mantivera a sentença que indeferiu o pedido autoral de reconhecimento da especialidade, por enquadramento profissional (Dec. nº 53.831/64, anexo III, item 2.1.4), dos períodos laborados no magistério junto ao Município de Marau/RS entre 29/04/1995 e 05/08/1996, sob os seguintes fundamentos suficientes (fl. 59):

(...) Finalmente, merece registro o fato de que, embora exista posição diversa da que ora se adota, com relação ao tempo de serviço prestado no magistério em data posterior à publicação da ec 20/98 (16.12.1998), não remanescem mais dúvidas de que o mesmo não enseja conversão em tempo de serviço comum, ante a disposição que passou a constar do artigo 201, § 8º, da constituição federal de 1988. Segundo a nova redação constitucional, a redução em cinco anos do tempo de serviço para a aposentadoria só será devida ao professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Destarte, como o período postulado é posterior a 09 de julho de 1981, impõe-se a improcedência do pedido.

Busca a recorrente: a) a uniformização de jurisprudência no que alude ao referido ponto; b) requer, em razão da dita uniformização, seja julgado procedente o seu pleito autoral de reconhecimento da atividade exercida no magistério como especial e, em consequência, seja revisado o seu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

Merece prosperar a irresignação da requerente.

Com efeito, esta Corte Uniformizadora, em recente julgado, uniformizou o entendimento sobre a matéria, nos seguintes termos, em acórdão unânime, passando a julgar dessa forma, reiteradamente, tais casos:

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO. MAGISTÉRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONTAGEM PONDERADA PELO FATOR '1.2', PREVISTA NA TABELA DO ART. 70 DO DECRETO Nº 3.048/99, MESMO APÓS A EC Nº 18/81. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA E ACÓRDÃO REFORMADOS. 1. Comprovado o exercício do magistério, tem direito à contagem ponderada pelo fator 1,2 previsto na tabela do artigo 70 do Decreto nº. 3.048/99, mesmo após a Emenda Constitucional nº. 18/81. 2. Recurso a que se dá provimento para reformar o acórdão recorrido e determinar ao INSS a expedição de Certidão de Tempo de Contribuição em favor da autora onde conste os acréscimos resultantes da conversão do tempo especial trabalhado para o comum, com o multiplicador de 1,2, conforme previsto na legislação previdenciária em vigor. 3. Incidente conhecido e provido.

INTEIRO TEOR:

RELATÓRIO Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face do acórdão da PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (4ª Região), que, negando provimento ao recurso, manteve a sentença que havia julgado improcedente o pedido inicial para proceder a revisão do RMI do benefício, considerando nos cálculos respectivos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

os salários de contribuição referentes à atividade de magistério junto ao Colégio Bom Jesus/IELUSC, atendidas as especificidades do inciso II do artigo 32 da Lei no 8.213/91, deixando de reconhecer como especial o exercício da atividade de professor, em sala de aula, durante o período compreendido entre 18/02/1988 a 01/04/1991, 01/05/1991 a 15/10/1996 e 01/02/1997 a 23/01/2007. O requerente aduz que laborou como professora em sala de aula no período de 18/02/1988 a 01/04/1991, 01/05/1991 a 15/10/1996 e 01/02/1997 a 23/01/2007, sem que o período mencionado tivesse sido considerado para o respectivo adicional pela atividade especial exercida durante o período de docência. Sustenta não pretender o cômputo do período de trabalho como professora nos termos do art. 201, § 8º, da CF/88, mas a conversão do período pelo exercício de atividade penosa, nos termos do Decreto nº 53.831/64, enquanto disciplina legal paralela não revogada. Referiu como paradigmas julgados do Superior Tribunal de Justiça no AgRg no REsp nº 545.653-MG e AgRg no REsp 610842-RS, afirmando que o entendimento da Turma Recursal de origem difere do posicionamento dominante adotado por aquela Corte Superior. O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma de Origem. É o relatório. VOTO Demonstrada a divergência da interpretação abrigada no acórdão de origem com a jurisprudência dominante do STJ relativamente a disciplina da atividade de magistério como atividade penosa em face da aposentadoria de Professor constitucionalmente firmada a partir de 1981, cabe o conhecimento do Pedido de Uniformização. A matéria posta sob apreciação neste incidente envolve, assim, o exame quanto à possibilidade de reconhecimento do período laborado pela parte requerente de 18/02/1988 a 01/04/1991, 01/05/1991 a 15/10/1996 e 01/02/1997 a 23/01/2007 como tempo de serviço especial exercido em atividade de magistério considerando as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº. 18/91. O posicionamento dominante do STJ, bem refletido no julgamento do REsp 414.561/RS, em cujo voto condutor consta a referência ao REsp 385945/RS, outro julgado também relevante, firmou-se em sentido oposto ao decidido na 2ª Turma Recursal do Paraná: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO COMUM. MAGISTÉRIO CONVERSÃO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. As Turmas que compõem a Egrégia Terceira Seção firmaram sua jurisprudência no sentido de que é garantida a conversão, como especial, do tempo de serviço prestado em atividade profissional elencada como perigosa, insalubre ou penosa em rol expedido pelo Poder Executivo (Decretos n.os 53.831/64 e 83.080/79), antes da edição da Lei n.º 9.032/95. 2. A contagem ponderada do tempo de magistério, para fins de obtenção de aposentadoria por tempo de serviço comum, não encontra óbice, uma vez que a atividade era considerada penosa pelo Decreto n.º 53.831/64, cuja observância foi determinada pelo Decreto n.º 611/92. 3. Recurso não conhecido." (REsp 414561/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/04/2003, DJ 02/06/2003 p. 323) "PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO - CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM - POSSIBILIDADE - LEI 9.032/95 - ART. 70, DO DECRETO 3.048/99. - Comprovado o exercício de atividade laboral, de forma habitual e permanente é possível a conversão do tempo especial em comum. No caso em exame, o período trabalhado e comprovado pela autora, no exercício de atividades docentes, foi de 24.04.80 a 13.05.98 . - A lei nº 9.032/95, que deu nova redação ao art. 57, da Lei 8.213/91 e introduziu o § 5º do mesmo artigo, permitiu a conversão do tempo de serviço especial em comum, dentro dos critérios estabelecidos pelo MPAS. - O Decreto 3.040/99, em seus artigos 64 a 70, revigorando os Decretos nºs. 53.831/64, e o Anexo I do Decreto nº 83. 080/79, e até 28.05.98, constantes do Anexo IV do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, deu a atual regulamentação à matéria, dispondo em seu artigo 70, § único, a possível conversão do tempo de serviço especial em comum, exercido até 28.05.1998. - Precedentes desta Corte. - Recurso conhecido mas desprovido." (REsp 385.945/RS, Quinta Turma, rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 09/12/2002.) Desta forma, entende a Corte Superior ser possível o reconhecimento da atividade de magistério como especial, conforme prevê o Decreto nº 53.831/64, e, por conseguinte, a sua conversão em tempo comum. Importa ressaltar, neste ponto, que, acerca do limite temporal para a realização da citada conversão, o STJ já alterou seu posicionamento, sendo seguido por essa TNU. Adiante, um dos recentes julgados desse colegiado: "CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO A 28 DE MAIO DE 1998. INEXISTÊNCIA DE ARRIMO LEGAL. 1. Conquanto tenha a Medida Provisória nº 1.663-10, d e28.05.1998, em seu artigo 28, determinado, de maneira expressa, a revogação do § 5º do artigo 57 da Lei nº 8.213, de 1991, não se manteve tal determinação na lei de conversão respectiva (a Lei nº 9.711, de 20.11.1998) 2. O fato de o Decreto nº 3.048, de 1999, na redação original de seu artigo 70, haver regulamentado a conversão do tempo de serviço exercido até 28.05.1998, não desautoriza tal conclusão, eis que não poderia dispor diferentemente da lei em sentido formal. Ademais, a própria redação de tal artigo 70 do Decreto veio a ser alterada (através do Decreto nº 4.827, de 2003), de modo que, atualmente, estatui serem as regras de conversão de tempo de atividade sob as condições especiais em tempo de atividade comum dele constantes aplicáveis "ao trabalho prestado em qualquer período". 3. Pedido de uniformização conhecido e provido." (Processo nº 200763060019190; Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira; Sessão de 18/12/2008). Devo, ainda, fazer a seguinte ressalva. O 'Magistério" encontra-se previsto como atividade especial (penosa) no Decreto nº 53.831/64, tendo sido mantido pelo Decreto nº 83.080/79, e pelos Decretos nº 357/1991, nº 611/92 e seguintes, até o de nº 3.048/99 (disposição do art. 70 na redação anterior à modificação promovida pelo Decreto nº 4.827/2003). Durante o lapso temporal em que vigoraram as acima mencionadas leis, foi também atribuída ao professor aposentadoria específica, com previsão e requisitos constitucionais diferenciados. Trata-se de benesse inserida no ordenamento pela EC 18/81, e que permaneceu na Constituição Federal de 1988 (art. 40, § 5º, e art. 201, § 8º). Analisando os dispositivos pertinentes, não vislumbro, no tratamento constitucional especificamente direcionado aos professores, normatividade capaz de suprimir a regulamentação infraconstitucional referente a tal categoria de profissionais. Entendo que a incompatibilidade surge apenas na hipótese de pretensão de fruição simultânea das vantagens: direito ao reconhecimento da atividade penosa, e, por conseguinte, à conversão desse tempo em comum; e o cômputo desse período (contagem ponderada) para fins da aposentadoria especial do professor, com tempo reduzido, na forma constitucionalmente prevista. Sobre essa questão há decisão, inclusive, no âmbito do Supremo Tribunal Federal. "DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto por CARLOS DARIO ALVIM e OUTRA de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa tem o seguinte teor: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CARREIRA DE MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO PELOS FATORES 1,166 E 1,20. DIREITO ADQUIRIDO. IMPOSSIBILIDADE. Não há direito adquirido à conversão do tempo de serviço correspondente à funções de magistério, com base em legislação que não se lhe aplica ao servidor, por sua transposição para o regime jurídico único instituído pela Lei n° 8.112, nem tampouco de somá-lo ao período referente a outras atividades, para efeito de obtenção de aposentadoria especial." (Fls. 196) 2. Alega o recorrente que o acórdão impugnado viola o disposto no art. 40, III, "b", da Constituição federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998, ao negar a conversão do tempo de magistério em tempo comum, para fins de concessão de aposentadoria comum por tempo de serviço, apesar de expressa disposição constitucional. 3. De fato, a decisão recorrida está de acordo com a iterativa jurisprudência desta Corte, que exige para a contagem reduzida do tempo de serviço para fins de aposentadoria, nos termos do art. 40, § 5o, da CF/1988, o cumprimento da integralidade do período em efetivo exercício de funções de magistério. 4. A princípio, mostra-se relevante destacar que, no caso dos autos, discute-se a possibilidade de contagem de tempo reduzido para fins de aposentadoria, e não de contagem especial, caso em que é autorizada a contagem proporcional do tempo de serviço (art. 57, § 5º, da Lei 8.213/1991). Com efeito, em se tratando de contagem reduzida do tempo de serviço, prevista no art. 201, § 8º, da Constituição, a intenção do legislador foi incentivar a continuidade do profissional no exercício do magistério. Por outro lado, a contagem proporcional do tempo de exercício em atividades insalubres ou perigosas, prevista no art. 57 da Lei 8.213/1991, justifica-se pela efetiva exposição do trabalhador a agentes nocivos à saúde em algum período de sua atividade laboral, de modo que legitimado o cômputo, naquele período, do tempo trabalhado de forma diferenciada. Assim, não há que se confundirem os dois institutos: (i) para a contagem reduzida do tempo de serviço (art. 201, § 8º, da Constituição), é necessário o cumprimento integral do período em atividade exclusiva de magistério; (ii) no caso de contagem especial do tempo de serviço (art. 57 da Lei 8.213/1991), o período laborado em condições insalubres ou perigosas legitima a contagem proporcional do tempo de serviço. 5. No que toca à contagem reduzida do tempo de serviço da atividade de magistério para fins de aposentadoria, o Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 178 (rel. min. Maurício Corrêa, DJ 26.04.1996), explicitou que, para fazer jus à contagem de tempo reduzido, o beneficiário deve cumprir a exigência de exercício de todo o período exclusivamente na atividade de magistério. Confira-se trecho do voto do eminente ministro relator: "[...] a expressão 'efetivo exercício em funções de magistério, contida no art. 40, III, 'b', da Constituição está ali para dizer que o direito à aposentadoria especial dos professores só se aperfeiçoa quando cumprido o especial requisito temporal no exercício das especificas funções de magistério, excluída qualquer outra. Poder-se-ia dar uma interpretação ampliativa à norma para se estabelecer a possibilidade da proporcionalidade, v.g., se o servidor cumpre metade do tempo para a aposentadoria comum (17 anos e meio para o homem ou 15 anos para mulher) e a outra metade no exercício do cargo de professor (15 anos para o homem e 12 anos e meio para a mulher). Entretanto, quer me parecer que as antigas regras de hermenêutica não se compadecem com essa interpretação ampliativa, eis que a aposentadoria especial é a exceção, e, como tal, sua interpretação só pode ser restritiva. E sendo o caso de interpretação restritiva, o benefício só pode ser concedido exclusivamente, a quem cumpriu integralmente o lapso de 25 anos, se mulher e de 30, se homem, de efetivo exercício de funções de magistério." 6. No mesmo sentido é a decisão proferida na ADI 755 (rel. min. Maurício Corrêa, DJ 1º.07.1996), em que se concluiu que "a expressão 'efetivo exercício em funções de magistério' contém a exigência de que o direito à aposentadoria especial dos professores só se aperfeiçoa quando cumprido totalmente este especial requisito temporal no exercício das específicas funções de magistério, excluída qualquer outra". 7. Menciono também os acórdãos prolatados no RE 299.658 (rel. min. Maurício Corrêa, DJ 04.04.2003), no RE 199.160-AgR (rel. min. Sepúlveda Pertence, DJ 11.03.2005) e no RE 229.562-AgR (rel. min. Ellen Gracie, DJ 12.12.2003). 8. Do exposto, e de acordo com os precedentes citados, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso Brasília, 1o de abril de 2005. Ministro JOAQUIM BARBOSA Relator" (RE 318358, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 01/04/2005, publicado em DJ 22/04/2005 PP-00104) Devida, então, a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição pelo INSS à requerente, quanto ao período da sua atividade de magistério, sobre o qual há de ser aplicada a contagem ponderada pelo fator previsto na tabela do art. 70 do Decreto nº 3.048/99, mesmo após a EC nº 18/81. Impõe-se, ainda, em atenção ao entendimento que se firma nesse julgamento, ressalvar que compete ao INSS fazer constar na pleiteada Certidão de Tempo de Contribuição, que a contagem nela referida não tem efeitos para fins da aposentadoria especial destinada a professores, com contagem de tempo reduzido. Do exposto, conheço do Pedido de Uniformização, mas para lhe dar provimento, reformando o acórdão da Turma de Origem, para determinar ao INSS a expedição de Certidão de Tempo de Contribuição onde conste os acréscimos resultantes da conversão do tempo especial trabalhado para o comum, com o multiplicador previsto na legislação previdenciária em vigor. Ressalvando entendimento pessoal, mas em face do precedente do PUILEF Nº. 2005.38.00.745904-7, fica ainda estabelecida a condenação do INSS na verba honorária no montante de 10% sobre o valor da condenação. É como voto. (grifou-se) (TNU. PEDILEF 200772510011938. Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann. Data Decisão: 12.08.2010. DOU 08.04.2011, Seção 1).

Assim, restando pacificada a tese ora transcrita quanto ao reconhecimento da especialidade da atividade de professor e sua conversão em tempo de serviço comum mesmo após a Emenda Constitucional nº 18/1981, DOU PROVIMENTO ao incidente da parte autora da demanda para julgar PROCEDENTE o seu pleito, o que se faz com fundamento no art. 8º, inc. X, do Regimento Interno desta Corte Uniformizadora.

Aracaju - SE, 23 de agosto de 2011.
RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS JUÍZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2005.71.95.009883-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FRANCISCO BALTAZAR LICKS
PROC./ADV.: AVELINO BELTRAME
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHISTA. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE PROVAS. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.259/01.

1. Verificar se, no caso concreto, foi provado o vínculo empregatício, exigiria da TNU reexaminar o contexto probatório e fático, o que é vedado: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". (Súmula n. 42 da TNU, aprovada na Sessão de 11 de outubro de 2011).

2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". - Súmula 07 do STJ.

3. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

4. Pedido não conhecido, com aplicação da novel Questão de Ordem n. 29: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem." (Aprovada na Sessão de 11/10/2011).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, não conhecer o recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.71.50.013182-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NAIR IZOLAN
PROC./ADV.: SILMA RENILDA DUARTE DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

DIREITO CIVIL. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA UNIÃO IMPROVIDO.

1. "Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento". (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O "STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)". (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009653-16.2006.4.04.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALMIRO ARLINDO EISMANN
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONVERSÃO DO PERÍODO TRABALHADO. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU.

1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.

3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).

4. Revisão da Súmula n. 32 TNU: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

5. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.50.010075-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NEY DE ALMEIDA GUIMARÃES
PROC./ADV.: FELIPE CORDELLA RIBEIRO
PROC./ADV.: ARTHUR DANIEL CALASANS KESIKOWSKI
REQUERIDO(A): INFRAERO
PROC./ADV.: FÁBIO LUIS DE ARAÚJO RODRIGUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO. LEGITIMIDADE DA INFRAERO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL DE NATUREZA MATERIAL. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.259/01.

1. O direito de ação é uma garantia constitucional de acesso à Justiça. As condições da ação são a legitimidade, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse processual.

2. A TNU tem reiteradamente apreciado a questão relativa à legitimidade das partes. Como exemplo os processos relacionados ao fornecimento de medicamentos: PEDILEF 200751510104142, Relator JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, Fonte/Data da Publicação DJ 24/06/2010.

3. Responsabilidade da INFRAERO pela segurança dos aeroportos, nos termos do art. 3º, inc. XII, da Lei n. 5.862/72.

4. Incidente provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.50.027898-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARLY FERREIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARTA HEPP SANCHEZ
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REQUISITOS. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE E ATUALIZADA. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.259/01. QUESTÃO DE ORDEM N. 5. PRECEDENTE DA TNU.

1. O art. 14 da Lei n. 10.259/01 exige uma jurisprudência atualizada e dominante (reiteração de decisões sobre a mesma matéria no mesmo sentido ou teor) e não um caso isolado.

2. Aplicação da Questão de Ordem nº 5 da TNU: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte".

3. Precedente da TNU: PEDILEF 2009.32.00.703442-5, sessão de 02/03 de agosto de 2011.

4. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.004182-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO CARLOS MEIRELES DA ROSA
PROC./ADV.: JANETE BLANK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU.

1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.

3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).

4. Revisão da Súmula n. 32 TNU: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

5. Súmula 09 da TNU: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado".

6. "O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador". (PEDILEF 200483200008814, Relator(a) JUÍZA FEDERAL MARIA DIVINA VITÓRIA, Data da Decisão 25/04/2007, Fonte/Data da Publicação DJU 14/05/2007).

7. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.023373-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GRACIEMA TOMIOLI
PROC./ADV.: LEANDRO GUILHERME SIGNORINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. PREENCHIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS ETÁRIO E CARÊNCIA. INEXIGIBILIDADE. ARTIGO 142 DA LEI 8.213/91.

1. "É pacífico o entendimento de que, para concessão do benefício de aposentadoria por idade urbana, não é necessária a concomitância do implemento do requisito etário e da carência". (PEDILEF 200872650011307, Relator(a) JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011).

2. "Esta Corte Superior de Justiça, por meio desta Terceira Seção, asseverou, também, ser desnecessário o implemento simultâneo das condições para a aposentadoria por idade, na medida em que tal pressuposto não se encontra estabelecido pelo art. 102, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91. (3). Desse modo, não há óbice à concessão do benefício previdenciário, ainda que, quando do implemento da idade, já se tenha perdido a qualidade de segurado. Precedentes". (EREsp 776110/SP EMBARGOS DE DIVERGENCIA EM RECURSO ESPECIAL 2006/0046730-3, Relator(a) Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, Data da Publicação/Fonte DJe 22/03/2010, RIOBTP, vol. 251 p. 152).

3. "O prazo de carência a ser observado para fins de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador urbano deve ser aferido em função do ano em que o segurado completa a idade mínima exigível, sendo que na hipótese de entrar com o requerimento administrativo em anos posteriores, aquele prazo continua a ser observado". (PEDILEF 200872590019514, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 17/06/2011 SEÇÃO 1).

4. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2007.72.51.008559-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IRENE PIVATTO DE ALMENAU
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTESTAÇÃO DO MÉRITO. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. PRECEDENTE DA TNU.

1. Nos casos de revisão de benefício previdenciário, não há necessidade de prévio requerimento administrativo para configuração do interesse de agir.

2. Sentença e acórdão anulados.

3. A Secretaria da TNU deverá retificar a autuação do feito, uma vez que o incidente de uniformização foi proposto pela parte autora.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.38.00.721104-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO (A): CIRILO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL. DIREITO DE AÇÃO. CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. JUIZADO ITINERANTE. PREVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTE DA TNU. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.

1. "É necessário o prévio requerimento administrativo para fins de demonstração da existência da pretensão resistida por parte da autarquia previdenciária, excepcionando-se as hipóteses em que tal resistência resta patente ou dispensada, como, por exemplo, nos casos de demanda processada em Juizados Itinerantes, ante as dificuldades inerentes às localidades e às populações normalmente por aqueles beneficiadas". (PEDILEF 200281100023350, Relator(a) JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, Data da Decisão 08/02/2010, Fonte/Data da Publicação DJ 11/03/2010).

2. Incidente de uniformização improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.39.00.701267-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: MARIA EDITE DE SOUZA
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE RURÍCULA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE ÓBITO. SÚMULA N. 6 DA TNU. UNIÃO ESTÁVEL. SUFICIÊNCIA DA PROVA TESTEMUNHAL. PRECEDENTES DA TNU.

1. "Certidões do registro civil (nascimento, casamento ou óbito) em nome do segurado ou de outro membro do grupo familiar servem como início de prova material, independentemente de serem contemporâneos aos fatos que se pretendem comprovar. Precedente desta TNU (PEDILEF 200670950141890)". (PEDILEF 200932007044100, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 14/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 22/07/2011, SEÇÃO 1).

2. "A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola". Súmula 06 da TNU.

3. "A lei não impõe a realização de início de prova material para efeito de comprovação da convivência more uxoria apta a demonstrar a existência de união estável entre a autora e o segurado falecido, para efeito de concessão de benefício de pensão por morte. (2) É possível a comprovação da condição de companheira mediante a apresentação de prova exclusivamente testemunhal que seja capaz de evidenciar a união estável. Precedentes do STJ e da TNU". (PEDILEF 200772950026520, Relator(a) JUIZ FEDERAL RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA, Data da Decisão 24/04/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/10/2009).

4. Aplicação da Questão de Ordem n. 20 da TNU, com anulação da sentença e do acórdão para adequação do julgado ao direito material: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

5. Incidente parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.51.002421-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RAULINO HOLZ
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTESTAÇÃO DO MÉRITO. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. PRECEDENTE DA TNU.

1. Nos casos de revisão de benefício previdenciário, não há necessidade de prévio requerimento administrativo para configuração do interesse de agir.

2. Sentença e acórdão anulados.

3. Incidente de uniformização provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ANTONIO FERNANDO SHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2004.81.10.022121-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ PAIXÃO DE SOUSA
PROC./ADV.: LUCIA GUIMARÃES PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A sentença de primeiro grau julgou procedente a ação, determinando a concessão de auxílio-doença em favor da parte autora, eis que o magistrado a quo entendeu pela presença dos requisitos legais.

2. O acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal do Ceará negou provimento ao recurso do INSS, ao argumento de que a pré-existência da doença em relação ao ingresso do trabalhador no RGPS, por si só, não afasta a possibilidade de concessão do benefício.

3. Pedido de Uniformização da autarquia previdenciária em que discute a impossibilidade de concessão de auxílio-doença quando o segurado filiar-se ao sistema já portador de incapacidade, conforme julgado nesse sentido da lavra da Turma Recursal do Mato Grosso.

4. A discussão posta no incidente, na verdade, pretende rever os contornos fáticos probatórios que orientaram a manutenção da sentença de primeiro grau pela Turma Recursal de origem. As considerações apresentadas no pedido de uniformização permeiam o contexto fático probatório e o peso que o magistrado dá a ele, ao analisar a presença, ou não, dos requisitos ensejadores à concessão do benefício pretendido.

5. Incabível o reexame de prova, no âmbito deste órgão uniformizador, conforme aplicação da Súmula 42 desta Turma Nacional.

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

7. Devolvam-se os autos imediatamente à Turma Recursal de Origem, nos termos da Questão de Ordem n° 29 desta TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, NÃO CONHECER do presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.38.00.726528-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JUVENCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. JUIZADO ITINERANTE. CONVERSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL EM APOSENTADORIA POR IDADE. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DO ENTENDIMENTO DESTA TNU. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido de conversão de benefício assistencial em aposentadoria por idade, vez que, na data do requerimento administrativo, o autor já preenchia os requisitos para concessão do benefício previdenciário.

2. Acórdão da Turma Recursal de Minas Gerais negou provimento ao recurso do INSS, ao argumento de que a ação foi ajuizada em Juizado Itinerante, no qual vigora os princípios da economia processual, celeridade e informalidade, sendo desnecessário o requerimento administrativo.

3. O INSS interpôs Pedido de Uniformização em que sustenta a necessidade de requerimento administrativo de concessão de benefício, pois somente a recusa da autarquia caracterizaria o interesse de agir, conforme decidido no PEDILEF 200361841017600.

4. O incidente não foi admitido na Turma Recursal de origem, ante a ausência de similitude fático-jurídica.

5. Interposto pedido de submissão ao Presidente da TNU, o mesmo foi inadmitido, vez que este órgão uniformizador já pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio pedido administrativo.

6. Dessa decisão de inadmissão, o INSS então interpôs o presente Agravo Regimental, no prazo legal, conforme certidões lançadas à fl. 114, no qual pede o seu conhecimento e provimento e consequente apreciação do pedido de uniformização. Sendo assim, é de se conhecer do presente Agravo Regimental.

7. No mérito deste agravo, primeiramente, observo que a situação posta nos autos não guarda similitude fático-jurídica com os paradigmas, tendo em vista que estes últimos tratam da ausência de requerimento administrativo e, na hipótese em apreço, houve pedido administrativo de concessão de benefício assistencial quando na verdade a parte autora fazia jus à aposentadoria por idade rural.

8. Ainda que assim não fosse, esta Turma de Uniformização já firmou posição acerca da desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear em juízo benefício previdenciário ou assistencial, quando se tratar de Juizado Itinerante, nos termos do PEDILEF 2007.38.00.719271-6, JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ 25/03/2010.

9. Aplicação da Questão de Ordem n° 13 da TNU.

10. Agravo Regimental conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Acordam os integrantes desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, em CONHECER do AGRAVO REGIMENTAL e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.019618-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TANIA REGINA MULLER DE MORAIS
PROC./ADV.: DANIELA MARIOSI BOHRER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PERÍODO DE ATIVIDADE ESPECIAL. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. IRRETROATIVIDADE DO COMANDO DA LEI 9.032. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À EPOCA (HABITUALIDADE E INTERMITÊNCIA). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.

1. Acórdão da 1ª Turma Recursal mantém sentença que julgou improcedente o reconhecimento de período de atividade especial (01/02/1980 a 28/05/1998), no qual o segurado estaria exposto a hidrocarbonetos aromáticos, por não considerar atendidos os requisitos da habitualidade e da permanência.

2. Sustenta a recorrente no seu Pedido de Uniformização que o acórdão recorrido contrariou entendimento consolidado do STJ (REsp 658.016/SC e REsp 414.083/RS) no sentido de que a exigência dos requisitos de habitualidade e permanência somente se dá a partir da entrada em vigor da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, que alterou o § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91.

3. O incidente foi admitido pelo Presidente da 2ª Turma Recursal e remetido a esta Turma Nacional. Por ordem do Exmo Presidente da TNU, determinou-se a distribuição do feito.

4. Há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido, que desconsidera período (ou boa parte dele) de suposta atividade especial (manipulação de hidrocarbonetos aromáticos), anterior à entrada em vigor da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, ao argumento de não restar atendidos os requisitos da habitualidade e da permanência; enquanto os arestos paradigmas do STJ (REsp 658.016/SC e REsp 414.083/RS) assentam que "a exigência de comprovação de tempo de trabalho permanente, não ocasional e nem intermitente, em condições especiais, estabelecida no § 3º do art. 57, da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei nº. 9.032/95, só pode se aplicar-se ao tempo de serviço prestado durante a sua vigência e não retroativamente, porque se trata de condição restritiva ao reconhecimento do direito". Pedido de Uniformização conhecido.

5. No mérito, é assente tanto no âmbito do STJ quanto desta Turma Nacional que a dupla exigência da habitualidade e da permanência somente pode dar-se a partir de 29 de abril de 1995, quando entrou em vigor a Lei 9.032, que alterou a redação do § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91. Considerando que o requisito permanência - no sentido de que é a exposição experimentada pelo segurado durante o exercício de todas as suas funções, inclusive as administrativas, desde que seja em ambiente de trabalho cuja nocividade tenha sido constatada - tem caráter restritivo, vedada é a sua aplicação retroativa. Aplicação do princípio do "Tempus regit actum". Precedentes nesta Turma Nacional (PEDILEFs 2004.51.51.061982-7; 2007.70.95.012758-6; 2007.71.95.022763-7).

6. Pedido de Uniformização conhecido e provido parcialmente para o fim de determinar a baixa dos autos à Turma Recursal de origem para que, a partir da premissa de que no período anterior a 29/04/1995, data da entrada em vigor da Lei 9032, que alterou o § 3º do art. 57 da lei 8.213/91, não se considere a exposição permanente do segurado a agentes nocivos, mas sim a exposição habitual e intermitente, reexamine o conjunto probatório constante dos autos, relativamente ao período objeto da ação, proferindo nova decisão.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.025869-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOCELI ROSELEI GARCIA DA SILVA
PROC./ADV.: ELAINE NOEDI LUDVIG HAUBERT
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. FIXAÇÃO DA DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA PRECEDENTE. PERÍCIA MÉDICA APONTA INÍCÍO DA INCAPACIDADE DESDE A DATA ENTRADA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DO PRIMEIRO BENEFÍCIO. RETROAÇÃO DA DIB DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 22 DESTA TNU. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Acórdão manteve a sentença de primeiro grau que fixou a data de início da incapacidade do benefício de aposentadoria por invalidez, no dia imediatamente posterior à cessação do auxílio-doença.

2. Incidente de uniformização em que se pretende a retroação da DIB da aposentadoria por invalidez, tendo em vista que a perícia judicial constatou o início da incapacidade permanente desde a concessão do auxílio-doença.

3. Aplicação da inteligência da Súmula 22 desta TNU.

4. Pedido conhecido e provido, para determinar a fixação da DIB da aposentadoria por invalidez desde o início do auxílio-doença.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados, a Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU do Pedido de Uniformização e, no MÉRITO, DEU-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.008857-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JEFFERSON RAFAEL RAMOS
PROC./ADV.: CRISTINE ZOTTMANN
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) DE CUJUS. SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Acórdão recorrido manteve sentença de primeiro grau que entendeu pela presença da qualidade de segurado do(a) falecido(a), ao concluir que a ausência de anotação de contrato de trabalho em CTPS, por si só, comprovaria a situação de desemprego, o que também ensejaria a prorrogação por mais doze meses do período de graça.

2. Esta TNU já firmou a tese, com fundamento em sua Súmula 27 e do entendimento esposado no julgamento da PET 7175 do STJ, no sentido que é possível a comprovação do desemprego por outros meios de prova, motivo pelo qual o acórdão deve ser anulado e reaberta a instrução probatória.

3. Aplicação da Questão de Ordem n° 20 desta Turma Nacional.

4. Incidente conhecido e provido em parte.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, em CONHECER do presente Pedido de Uniformização e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.021931-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ CARLOS CORREA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PERÍODO DE ATIVIDADE ESPECIAL. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. IRRETROATIVIDADE DO COMANDO DA LEI 9.032. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À EPOCA (HABITUALIDADE E INTERMITÊNCIA). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.

1. Acórdão da 2ª Turma Recursal mantém sentença que julgou improcedente o reconhecimento de período de atividade especial (06/10/1986 a 28/04/1995), no qual o segurado estaria exposto ao agente ruído ocasionalmente, e não com habitualidade e da permanência.

2. Sustenta o recorrente no seu Pedido de Uniformização que o acórdão recorrido contrariou entendimento consolidado do STJ (REsp 977.400/RS; REsp 658.016/SC; REsp 414.083/RS e o PEDILEF 2007.70.95.012758-6) no sentido de que a exigência dos requisitos de habitualidade e permanência somente se dá a partir da entrada em vigor da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, que alterou o § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91.

3. O incidente foi inadmitido pela Presidente da 2ª Turma Recursal ao fundamento de ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas. Feito o pedido de admissão junto à TNU, o seu Exmo Presidente admitiu o incidente por entender presente o dissídio jurisprudencial.

4. Há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido, que desconsidera período de suposta atividade especial (ruído), anterior à entrada em vigor da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, ao argumento de não restar atendidos os requisitos da habitualidade e da permanência; enquanto os arestos paradigmas do STJ (REsp 977.400/RS; REsp 658.016/SC; REsp 414.083/RS e o PEDILEF 2007.70.95.012758-6) assentam que "a exigência de comprovação de tempo de trabalho permanente, não ocasional e nem intermitente, em condições especiais, estabelecida no § 3º do art. 57, da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei nº. 9.032/95, só pode se aplicar-se ao tempo de serviço prestado durante a sua vigência e não retroativamente, porque se trata de condição restritiva ao reconhecimento do direito". Pedido de Uniformização conhecido.

5. No mérito, é assente tanto no âmbito do STJ quanto desta Turma Nacional que a dupla exigência da habitualidade e da permanência somente pode dar-se a partir de 29 de abril de 1995, quando entrou em vigor a Lei 9.032, que alterou a redação do § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91. Considerando que o requisito permanência - no sentido de que é a exposição experimentada pelo segurado durante o exercício de todas as suas funções, inclusive as administrativas, desde que seja em ambiente de trabalho cuja nocividade tenha sido constatada - tem caráter restritivo, vedada é a sua aplicação retroativa. Aplicação do princípio do "Tempus regit actum". Precedentes nesta Turma Nacional (PEDILEFs 2004.51.51.061982-7; 2007.70.95.012758-6; 2007.71.95.022763-7).

6. Pedido de Uniformização conhecido e provido parcialmente para o fim de determinar a baixa dos autos à Turma Recursal de origem para que, a partir da premissa de que no período anterior a 29/04/1995, data da entrada em vigor da Lei 9032, que alterou o § 3º do art. 57 da lei 8.213/91, não se considere a exposição permanente do segurado a agentes nocivos, mas sim a exposição habitual e intermitente, reexamine o conjunto probatório constante dos autos, relativamente ao período objeto da ação, proferindo nova decisão.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.54.009317-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA
PROC./ADV.: ELIESER GONÇALVES SÁ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. HIDROCARBONETOS. EPI EFICAZ. SÚMULA 09 DA TNU. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina reformou sentença concessiva de Aposentadoria Especial, desconsiderando a especialidade relativamente ao período de 02/01/04 a 02/04/07, no qual a parte-autora esteve em contato com hidrocarbonetos, embasado em PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) que noticiava a utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) eficaz, juntamente com Laudo que trouxe detalhadas informações acerca da eficácia de tal equipamento.

2. A parte-autora interpôs então Pedido de Uniformização de Jurisprudência perante esta Turma de Uniformização, a pugnar pela reforma do acórdão combatido, ao fundamento de que o uso do EPI não elide o reconhecimento do tempo especial. Traz como paradigmas o PEDILEF 2007.83.00.518717-0 e a Súmula 09 da TNU.

3. Embora tempestivo, o presente Pedido de Uniformização não é de ser conhecido, dada a ausência do devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas. O recorrente sequer trouxe o acórdão recorrido e, bem como, deixou de comparar analiticamente os pontos de identidade fática e jurídica entre os acórdãos em confronto. Tão só acostou os paradigmas e limitou-se a pedir a reforma da decisão recorrida com base em argumentos fáticos e jurídicos, como se fosse a sucumbência condição suficiente para conhecimento do recurso pela Turma de Uniformização.

4. Em sede de uniformização de jurisprudência, é pressuposto que a parte recorrente traga e compare o acórdão recorrido com os paradigmas, a mencionar e a especificar analiticamente as circunstâncias as quais se identifiquem ou se assemelhem. É um ônus da parte e não do Julgador.

5. Pedido de Uniformização que não se conhece.

ACÓRDÃO

Acordam os membros integrantes desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, NÃO CONHECER do presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.33.00.704756-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): ALDIR NASCIMENTO DE SOUZA
PROC./ADV.: ROMILSON NOGUEIRA DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DE MÉRITO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO. SOBRESTAMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.

1. Acórdão recorrido manteve sentença de primeiro grau, sob o entendimento de desnecessidade de postulação administrativa, ainda que a contestação da autarquia não tenha adentrado no mérito do pedido.

2. Existência de divergência jurisprudencial, na medida em que esta TNU firmou posição no sentido que, ausente contestação de mérito específica, há necessidade de prévio requerimento administrativo.

3. Agravo regimental a que se conhece e dá provimento.

4. Reconhecimento de repercussão geral sobre o tema por parte do STF no julgamento do RE 631.240/MG.

5. Incidente de Uniformização sobrestado.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao presente AGRAVO REGIMENTAL, e determinar o SOBRESTAMENTO do julgamento do presente Pedido de Uniformização, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.95.007033-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARINO CARLOS PACHECO
PROC./ADV.: ELAINE NOEDI LUDVIG HAUBERT
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido de aposentadoria por invalidez da parte autora, sob o fundamento de que a doença iniciada em 1998, num primeiro momento não impediu seu retorno ao trabalho, de modo que as atividades desenvolvidas posteriormente viabilizaram a reaquisição da qualidade de segurado, quando constatada sua incapacidade em razão do agravamento e/ou progressão da doença.

2. O acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul reformou o julgado, ao argumento de que o laudo pericial acostado aos autos concluiu que a incapacidade teria se iniciado em 1998, motivo pelo qual o reingresso da parte autora no Regime Geral da Previdência Social afastaria o requisito da qualidade de segurado, por ser o caso de doença pré-existente.

3. Pedido de Uniformização da parte autora em que defende a posição firmada no laudo médico pericial no sentido de que houve progressão da moléstia incapacitante, situação esta sobre a qual a jurisprudência desta TNU e da Turma Recursal do Mato Grosso já teria se posicionado pela manutenção da qualidade de segurado.

4. A discussão posta no incidente, na verdade, pretende rever os contornos fáticos probatórios que orientaram a reforma da sentença de primeiro grau pela Turma Recursal de origem. As considerações apresentadas no pedido de uniformização permeiam o contexto fático probatório e o peso que o magistrado dá a ele.

5. Incabível o reexame de prova, no âmbito deste órgão uniformizador, conforme aplicação da Súmula 42 desta Turma Nacional.

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

7. Devolvam-se os autos imediatamente à Turma Recursal de Origem, nos termos da Questão de Ordem n° 29 desta TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, NÃO CONHECER do presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.32.00.703398-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA AURENIZA BEZERRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: RICARDO FIGUEIREDO GIORI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA. INDISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA O SUSTENTO DA FAMÍLIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 41 DESTA TURMA NACIONAL. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão que manteve a sentença de procedência do pedido de aposentadoria por invalidez da parte autora, visto estar caracterizado o regime de economia familiar.

2. A prova produzida nos autos demonstrou que mesmo havendo atividade urbana, o sustento da família advinha primordialmente do labor rurícola.

3. Jurisprudência do STJ, trazida como paradigma, no mesmo sentido do acórdão recorrido.

4. Aplicação da Súmula 41 desta Turma Nacional.

5. Ausência de divergência.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.95.000842-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HORACINA DA COSTA E SILVA
PROC./ADV.: HENRY XAVIER E OUTROS
PROC./ADV.: GEORGE AUGUSTO FREIBERGER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CÍVEL E ADMINISTRATIVO. VIÚVA DE EX-COMBATENTE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PENSÃO DE EX-COMBATENTE PAGA PELA MARINHA DO BRASIL COM BASE NA LEI 8.059/90 COM PENSÃO PAGA PELO INSS NOS TERMOS DA LEI 1.756/52. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina manteve integralmente a sentença de primeiro grau que, por sua vez, houvera julgado improcedente o pedido da parte-autora de cumulação da pensão especial de ex-combatente e seus dependentes paga pela União Federal (Marinha do Brasil), com a pensão com vantagens da Lei n° 1.756/52, paga pelo INSS, sob o argumento de que ambos benefícios possuem o mesmo fato gerador - participação na Segunda Guerra.

2. O falecido marido da autora era titular de uma aposentadoria por tempo de serviço de ex-combatente, concedida nos termos da Lei 1.756/52, benefício este que originou a pensão com vantagens por ela recebida através do INSS e que foi cessada no momento da concessão da pensão de ex-combatente, paga pela União, conforme opção feita pela autora.

3. Do acórdão, a parte autora interpôs Recurso Extraordinário e Pedido de Uniformização, tendo apenas este último sido admitido pela Turma Recursal de origem.

4. Através deste incidente de uniformização pretende a parte-autora ver firmado o entendimento acerca da possibilidade de cumulação dos benefícios mencionados, em razão do quanto disposto no artigo 53 do ADCT, que autoriza a cumulação da pensão de ex-combatente com benefício de natureza previdenciária. Defende a autora que a pensão com vantagens é paga pelo INSS e que, portanto, detém natureza previdenciária. Apresenta como paradigmas acórdãos do TRF da 5ª Região, Recurso Extraordinário 382.142, AgRg no Resp 364.794/RN, EDcl no Resp 439.112/RN e Resp 513.273/RN.

5. Incabível o cotejo analítico com os julgados do Tribunal Regional da 5ª Região e do STF, vez que só se admite uniformização no âmbito desta TNU entre acórdãos de turmas recursais de regiões diferentes e jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º da Lei 10.259/01.

6. Desta feita, do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas do STJ, não vislumbro a similitude fática a ensejar o conhecimento do pedido, tendo em vista que tais julgados partem da premissa de que a aposentadoria recebida pelo falecido esposo da autora, do qual se originou sua pensão, mesmo que paga pelo INSS, não possui natureza previdenciária, eis que concedidos com base em legislação específica atinente à participação em Guerra.

7. De outro lado, nos dois primeiros paradigmas (AgRg no Resp 364.794/RN e EDcl no Resp 439.112/RN) não se discute a natureza jurídica do benefício concedido nos termos da Lei n° 1.756/52. Em que pese seja mencionado genericamente tratar-se de benefício previdenciário, ambos os julgados tem como cerne a prescrição e a possibilidade de pagamento à pensionista de ex-combatente, sem que tenha sido abordada a questão da cumulação.

8. Ademais, nem mesmo o aresto proferido no EDCl no Resp 439.112/RN, tem como servir de paradigma, eis que não há qualquer discussão acerca da natureza jurídica do benefício pago com fulcro na Lei n° 1.756/52 que estende aos servidores da Marinha as mesmas vantagens e direitos da Lei n° 288/48, aplicável aos demais militares.

9. Cumpre ressaltar que a sentença de primeiro grau, mantida pela Turma Recursal, fundamentou-se no fato de que o benefício pago pela Lei n° 1.756/52 não é previdenciário e, os paradigmas, não enfrentam essa questão.

10. Diante disso, tenho por ausente a similitude fático-jurídica, imprescindível ao conhecimento do pedido.

11. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os integrantes desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, NÃO CONHECER do PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO constante destes autos, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2011.
PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.81.03.506327-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSIRENE RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PREJUDICADA DISCUSSÃO SOBRE ADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS NÃO JUNTADOS AOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM HOMOLOGAÇÃO DO INSS.

1.O acórdão recorrido considerou insuficiente o início de prova material de exercício de atividade rural. Os acórdãos paradigmas admitem como início de prova material os seguintes documentos: carteira de filiação a sindicato de trabalhadores rurais, declaração de sindicato de trabalhadores rurais e certidão da justiça eleitoral.

2.Os autos não estão instruídos com carteira de filiação a sindicato de trabalhadores rurais nem com certidão da justiça eleitoral. Fica, portanto, prejudicada a discussão sobre a admissibilidade de tais documentos.

3.Consta dos autos uma ficha de proposta de admissão em sindicato de trabalhadores rurais, com assinatura do secretário e do presidente da entidade, mas sem preenchimento dos campos destinados à identificação da sessão da diretoria em que a adesão teria sido aprovada. Não foi indicado acórdão paradigma admitindo, em tese, documento dessa natureza como início de prova material.

4.A jurisprudência dominante da TNU recusa como início de prova material a declaração do sindicato dos trabalhadores rurais sem homologação do INSS, com base no art. 106, III, da Lei nº 8.213/91, com a redação atribuída pela Lei nº 9.063/95 (PEDIDO 200850520005072, Relator JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU 24/05/2011; PEDIDO 200783025054527, Relator JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, DJ 09/07/2009; PEDIDO 200772550090965, Relator JUIZ FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, DJ 28/07/2009; PEDILEF 200683035015990, Relator VALTER ANTONIASSI MACCARONE, DJ 26/11/2008).

5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.51.005973-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EURIDES PIRES COUTO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REVISÃO DA VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. INADMISSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL QUANTO A MATÉRIA DE DIREITO

1.O acórdão recorrido reconheceu a formação de início de prova material, mas negou o direito à averbação de tempo de serviço rural porque "a prova oral é confusa, contraditória, sendo incapaz de esclarecer a realidade dos fatos".

2.A requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando "equívoco na interpretação dos depoimentos prestados". Ocorre que a valoração da prova testemunhal não pode ser revisada em sede de incidente de uniformização de jurisprudência. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3.A requerente apontou acórdãos paradigmas que consideram que o início de prova material não precisa corresponder a todo o período equivalente à carência. Ocorre que a conclusão do acórdão recorrido não teve fundamento na insuficiência de início de prova material, mas sim na interpretação da prova testemunhal. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial quanto à matéria de direito.

4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.50.016554-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIONOR XAVIER DA SILVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: LEANDRO PINTO DE AZEVEDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1.O acórdão recorrido, ao manter a sentenças pelos próprios fundamentos, reconheceu ausência de interesse processual em ação cautelar de exibição de extratos de caderneta de poupança pelo fato de o requerente não ter comprovado a existência e a titularidade de conta bancária na época dos expurgos inflacionários. Em contrapartida, os acórdãos paradigmas da TNU e do STJ tratam da competência dos juizados especiais federais para julgar ação cautelar de exibição de extratos bancários.

2.Os acórdãos paradigmas tratam de questão diferente da que motivou o acórdão recorrido. Ausência de demonstração de divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.

3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.95.008115-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRACEMA MITKUS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM BASE NAS REGRAS DE TRANSIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO ATÉ A DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

1.O acórdão recorrido previu que o INSS deverá verificar se há direito à aposentadoria em 16/12/1998, em 28/11/1999 e na data de entrada do requerimento administrativo, concedendo o benefício na forma mais vantajosa para o requerente.

2.O autor interpôs incidente de uniformização de jurisprudência questionando apenas o fato de o acórdão recorrido ter estabelecido que, na apuração da renda mensal, os salários-de-contribuição utilizados somente poderiam ser atualizados até 16/12/1998 ou 28/11/1999, respectivamente. Apontou acórdão paradigma que sustentaria a correção monetária dos salários-de-contribuição até a data de entrada do requerimento administrativo.

3.O presidente da turma recursal negou seguimento ao incidente por falta de similitude fática entre acórdão recorrido e acórdão paradigma. O presidente da TNU decidiu no mesmo sentido. O requerente interpôs agravo regimental.

4.Ao contrário do que pressupôs o requerente, o acórdão recorrido previu correção monetária dos salários-de-contribuição até a data de entrada do requerimento administrativo. O voto do relator inequivocamente dispôs que, na hipótese de concessão de aposentadoria em 16/12/1998 ou em 28/11/1999, o cálculo do benefício deveria observar o art. 35, § 2º, do Decreto nº 3.048/99. Essa norma regulamentar assim prescreve: "A renda mensal inicial, apurada na forma do § 9º do art. 32, será reajustada pelos índices de reajustamento aplicados aos benefícios, até a data da entrada do requerimento, não sendo devido qualquer pagamento relativamente a período anterior a esta data". O acórdão recorrido guarda sintonia com a pretensão articulada no incidente de uniformização de jurisprudência. Falta interesse recursal. Prejudicada a análise de similitude fática entre acórdão recorrido e acórdão paradigma.

5.Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.54.008083-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VALNOR WERNKE
PROC./ADV.: ROGÉRIO DRUM
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMULAÇÃO COM AUXÍLIO-ACIDENTE CONCEDIDO ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.528/97.

1.A 1ª Turma Recursal de Santa Catarina decidiu que o autor só teria direito adquirido a cumular o auxílio-acidente com aposentadoria por tempo de contribuição se ambos os benefícios tivessem sido concedidos antes da entrada em vigor da Lei nº 9.032/95, sendo irrelevante a data do acidente do qual tenha decorrido a lesão incapacitante. Em contrapartida, está comprovado que o entendimento dominante na Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a cumulação é devida desde que a moléstia incapacitante tenha surgido antes do início da vigência da Lei nº 9.528/97. Demonstrado que o acórdão da Turma Recursal contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, merece ser conhecido o incidente de uniformização.

2.A proibição legal de acumulação de auxílio-acidente com qualquer aposentadoria foi prevista pela Lei nº 9.528/97, que alterou a redação do artigo 86 da Lei nº 8.213/91. No caso do requerente, tanto a aposentadoria por tempo de contribuição quanto o auxílio-acidente, respectivamente com DIB em 11/1995 e em 01/10/1997, foram concedidos antes de 11/12/1997, início da vigência da Lei nº 9.528/97. Ademais, o auxílio-acidente foi precedido de auxílio-doença com DIB em 29/11/1996, fato que confirma que o acidente causador da incapacidade é anterior à lei que proibiu a acumulação dos benefícios. Impõe-se reconhecer o direito adquirido à percepção cumulativa do auxílio-acidente com a aposentadoria.

3.Prevalência do entendimento pacificado na Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual é viável a acumulação de auxílio-acidente com qualquer aposentadoria, desde que a moléstia incapacitante tenha surgido antes da vigência da Lei nº 9.528/97 (EREsp 351.291/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 11/10/2004; EREsp 431.249/SP, Rel. JANE SILVA, DJe 4/3/08; EREsp 467.756, Rel. Arnaldo Lima, DJ 12/2/2010).

4.Incidente de uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão recorrido, reconhecendo o direito à acumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria por tempo de contribuição.

5.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

6.Prejudicada a condenação do requerente em honorários advocatícios no acórdão recorrido. Sem condenação do INSS em honorários advocatícios, porque, no âmbito dos juizados especiais, só cabem honorários de sucumbência quando o vencido é o recorrente (art. 55, caput, segunda parte, da Lei nº 9.099/95).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.60.001667-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIO SILVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: WILSON LUIS DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO EXAMINADA APENAS COM BASE NO LAUDO PERICIAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM ANALISAR CONDIÇÕES PESSOAIS DO SEGURADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA COM ACÓRDÃO PARADIGMA.

1.O acórdão recorrido negou direito a auxílio-doença, porque o laudo pericial não confirmou nenhuma limitação funcional que caracterizasse incapacidade para a atividade habitual. Nada foi dito sobre as condições pessoais do segurado. O requerente apontou acórdão paradigma da 1ª Turma Recursal de São Paulo que, tratando de hipótese em que o perito havia reconhecido incapacidade parcial para atividades que exigissem esforço físico em excesso, sustentou o entendimento de que "na avaliação da extensão da incapacidade devem ser consideradas outras condições pessoais do segurado, especificamente, o seu grau de instrução, a sua idade e as tarefas que até então desempenhou", para ao final reconhecer direito à conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.

2.No há similitude entre os casos confrontados. O acórdão paradigma tratou de caso em que a perícia judicial havia reconhecido incapacidade parcial para o trabalho. Aquele julgado admitiu a análise das condições pessoais do segurado apenas para efeito de definir a extensão do grau de incapacidade (parcial ou total) e descartar a possibilidade de reabilitação profissional, com consequente conversão auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. Já no caso do acórdão recorrido, a perícia judicial não reconheceu nenhuma incapacidade laboral e negou direito a auxílio-doença, sem nem sequer tratar de possibilidade de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.

3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0018676-64.2010.4.01.3400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): REGINA MARIA SANTOS BARRETTO
PROC./ADV.: CAMILA MONTALVÃO DE ALBUQUERQUE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARGUIÇÃO DE ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE EQUÍVOCO INVOLUNTÁRIO. MERA INTENÇÃO DE PROVOCAR A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. CARÁTER PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1.A TNU, mediante decisão meticulosamente fundamentada, decidiu não conhecer do pedido de uniformização de jurisprudência por considerar que ele trata de matéria processual (compatibilidade da conta de liquidação com o comando da sentença exeqüenda) e porque não foi demonstrada divergência jurisprudencial em relação à matéria de direito (possibilidade de aplicação automática do art. 26 da Lei nº 8.870/94 em fase de execução de sentença que não previu expressamente a revisão com esse fundamento legal).

2.O INSS interpôs embargos de declaração sustentando que, ao contrário do que decidiu a TNU, o pedido de uniformização de jurisprudência trata de matéria eminentemente de direito material e que a divergência jurisprudencial ficou sobejamente demonstrada. O embargante não apontou nenhuma omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado. Justificou o cabimento dos embargos com o pretexto de que se destinariam a corrigir erro material.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.O erro material, passível de retificação na forma do art. 463, I, do CPC, corresponde ao equívoco involuntário, manifestamente incongruente com a vontade do julgador. Somente se configura erro material quando o teor do julgamento não coincide com aquilo que o julgador tinha em mente exarar. Isso não ocorreu no acórdão embargado, tendo em vista estar apoiado em elaborada motivação que deixou inequívoca a intenção do órgão julgador em proferir a decisão nos exatos termos em que foi prolatada.

4.É indisfarçável a intenção do embargante em provocar novo julgamento da matéria já julgada de maneira contrária a seu interesse. O questionamento suscitado pelo embargante poderia, no máximo, configurar erro de julgamento, hipótese inconfundível com a de erro material. No erro de julgamento, o julgador decide mal, mas o faz deliberadamente. O erro de julgamento não pode ser corrigido pelo próprio julgador.

5.Os embargos de declaração que revelam manifesta intenção de apenas provocar a rediscussão da matéria examinada imbuem-se de caráter protelatório.

6.Embargos de declaração rejeitados.

7.Considerando que os embargos são protelatórios, condena-se o embargante a pagar multa por litigância de má-fé arbitrada em 1% do valor da causa, com base no art. 538, parágrafo único, do CPC.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decide a decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais rejeitar os embargos de declaração.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.95.004429-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
AGRAVANTE: EDUARDO MORILO TISSI DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: CIDELINE TISSI
PROC./ADV.: FABIANE DALMÔNICO
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CRISTIANE CONDE CHMATALIK

EMENTA

EMENTA: PROCESSO CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO - AGRAVO REGIMENTAL EM FACE DE DECISÃO COLEGIADA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - DESCABIMENTO - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - PRECLUSÃO LÓGICA - AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO

1. Agravo regimental interposto em face de decisão proferida pela Turma Nacional de Uniformização, em que foi reconhecida a ausência de similitude fática entre os acórdãos paradigmas e a decisão paragonada.

2. Há previsão normativa no sentido de ser cabível o presente recurso tão-somente em caso de apreciação monocrática pelo Juiz Relator.

3. Ocorrência de preclusão lógica, visto que interposto agravo regimental concomitantemente à apresentação de incidente de uniformização perante o Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer do agravo regimental.

Vitória, 17 de março de 2011.
CRISTIANE CONDE CHMATALIK
Juíza Federal Relatora

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS FÍSICOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça

PROCESSO: 2007.70.60.000104-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): ALVARO RENAN RODRIGUES DO COUTO
PROC./ADV.: KÁTIA THEREZINHA DE MELLO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
PROCESSO: 2007.71.95.028233-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): MARIA ROSANE MACHADO THEALDO
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO VOGES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração

PROCESSO: 2005.71.95.005050-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): MÁRCIA PUCCI VIEIRA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CACENOTE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

PROCESSO: 2007.72.59.003430-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): MARIA VEIGA BORBA
PROC./ADV.: ELIZABETE A. SIEGEL BARBOSA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

PROCESSO: 2009.34.00.700340-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ERNANDO JOSÉ DE QUEIROZ ROMÃO
EMBARGADO(A): ZENEIDA DE FARIAS FRAGA
PROC./ADV.: JORDANNY SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS VIRTUAIS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração

PROCESSO: 2003.61.84.009100-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO: MANOEL ALVES MARTINS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

PROCESSO: 0510937-89.2005.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): ANGELA MARIA MEDEIROS RIBEIRO
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

PROCESSO: 0503320-62.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): JOSÉ GOMES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

SECRETARIA DA TURMA

DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2007.50.50.001168-2
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADÃO GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO OAB: ES-12249

DECISÃO

Torno sem efeito a publicação e reconsidero a decisão que determinou a distribuição do regimental.

A propósito, verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.114.562/MG, afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APURAÇÃO DA RENDA MENSAL INICIAL - RMI. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 29, § 5º, DA LEI N. 8.213/1991. LIMITE DO ART. 36, § 7º, DO DECRETO N. 3.048/1999. PROCESSAMENTO SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO DO STJ N. 8/2008."

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recurso Extraordinários n. 583.834 RG/SC, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. FIXAÇÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. APURAÇÃO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. ART. 29 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI Nº 9.876/99. APLICAÇÃO A BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA RESPECTIVA VIGÊNCIA (29.11.1999). PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.

Tem repercussão geral a questão constitucional atinente à aplicação da nova redação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.876/99, a benefícios concedidos antes da respectiva vigência (29.11.1999)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7 º, VII, a, da novel redação da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

AUTOS VIRTUAIS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. GRAU DE INCAPACIDADE. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. INCIDENTE NÃO ADMITIDO CONFORME O ART. 7º, DO REGIMENTO INTERNO DA TNU.

1. Pedido de concessão de benefício assistencial - art. 203, da Constituição Federal.

2. Declaração de improcedência do pedido no âmbito do Juizado Especial Federal.

3. Ausência da incapacidade total evidenciada nos autos.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. Tema do grau de incapacidade - matéria objeto de dilação probatória.

6. Incidência da súmula nº 42, da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique no reexame de matéria de fato".

7. Incidente não admitido, em consonância com o art. 7º, do Regimento Interno da TNU.

Brasília, 30 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 0509416-54.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ANTÔNIO FERREIRA FREITAS
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0517618-54.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA BEVILÁQUA SALES
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503582-35.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO CLEYTON CLEMENTE
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS OAB: CE-18543
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0501373-59.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SÉRGIO DE SOUSA ALVES
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO OAB: CE-18288
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507088-27.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA VANIZA ROCHA FERREIRA
PROC./ADV.: RODRIGO CAVALCANTI CONTRERAS OAB: RN-5990
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0508819-38.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LINDALVA VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0512702-40.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE SOUSA LIMA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507988-37.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO VICTOR DA COSTA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507310-92.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA EDUARDA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: RODRIGO CAVALCANTI CONTRERAS OAB: RN-5990
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0517290-90.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507895-74.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FABIO ALVES NUNES
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0512916-31.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GLAUCIENE SILVA FERNANDES
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0512845-29.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDILSON LUCIANO DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0506853-87.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0504575-10.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO SOCORRO FRAZÃO
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO OAB: CE-16650
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0510106-83.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRCIO PEREIRA DAMASCENO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507920-58.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA SOARES OAB: CE-17884
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0514206-18.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA OSMARINA DE SOUZA VIANA
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE OAB: CE-18290
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0500652-70.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA RAIMUNDA BIZERRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503355-14.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO FELIPE DE BRITO FILHO
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503632-27.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ BRANDÃO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0512189-72.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TERESA EDUARDO CORREIA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0515182-59.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CRISTIANE LUCAS SARAIVA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503346-52.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA CLEIDE CAVALCANTE FERREIRA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0500248-53.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CARLOS CÉSAR PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: NATHANIEL SILVEIRA OAB: CE-9813
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0502131-07.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO GIRLEUDO SALDANHA LOPES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503459-06.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO DE SOUSA ALVES
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503451-29.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA FELIPE
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0500093-56.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA TEREZA RODRIGUES DA CRUZ
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503460-88.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CÉLIA DO CARMO
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0501435-05.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE RAIMUNDO DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503404-55.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO GILMAR LEMOS DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503458-21.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REINALDO LOPES DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0508868-97.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ISSIAS CIRIACO DA COSTA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0500287-56.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO ERMESON SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503752-42.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA NADIR EVANGELISTA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.58.010707-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SUELI BORGES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELTON JOSÉ GERHARDT OAB: RS-52680

PROCESSO: 0500322-53.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO MARCOS DA ROCHA FERREIRA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387

PROCESSO: 0502346-51.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA IVONETH MOREIRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0508001-36.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LIDUÍNA LOPES DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507250-80.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ERNANDO SAMPAIO BATISTA
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507151-41.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLAUDIA PEREIRA DE SOUSA RIBEIRO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503416-77.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS PORFÍRIO
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0506904-35.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MARIA DE SOUSA BARBOSA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0507080-11.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ELIENE DE SOUZA BEZERRA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0500595-32.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA GADELHA LIMA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.53.003362-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUZIA ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: ALEXANDRE BACELAR PERARO OAB: PR-42538
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0502041-02.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO DESTERRO SOARES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502853-78.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSICLEA BERNARDO FELIX
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.61.003780-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROMEU JOÃO SCHMIDT
PROC./ADV.: JUÇARA FERREIRA OAB: RS-41006

PROCESSO: 0502020-57.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GIOVANI MARQUES PEDROSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503747-45.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RITA LOPES DA LUZ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0505919-91.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CELI MENDES PEREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ ARGENILDO PEREIRA DE SOUSA OAB: CE-13547
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0503691-83.2007.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS FURTADO DE MORAIS
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0071298-98.2007.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MÔNIQUE MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0505332-41.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ VALDENI DA SILVA BRAGA
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0501791-97.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANUEL CRISTIANü CHAGAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ RIBAMAR ALVES LINS OAB: CE-9958
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO N. : 2004.61.84.359333-2
REQUERENTE : JANETE CONSOLO
PROC/ADV. : VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão de incidente de uniformização (art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2004.61.84.359333-2
REQUERENTE : JANETE CONSOLO
PROC/ADV. : VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão de incidente de uniformização (art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.013321-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSVALDINA HOMEM
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO N. : 2009.71.50.010324-7 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : IRENE GIOVANA ALVES COMELI
PROC/ADV. : LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão de incidente de uniformização (art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.013321-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSVALDINA HOMEM
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

4. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

5. Aplicação da Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato" e da Questão de Ordem n. 29/TNU: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem."

6. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

7. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.013321-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSVALDINA HOMEM
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

4. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

5. Aplicação da Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato" e da Questão de Ordem n. 29/TNU: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem."

6. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

7. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2009.72.56.000164-0 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : VALDEMAR MADRUGA BARBOSA
PROC/ADV. : JAIR FRANCISCO VERDI
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2009.72.58.004728-1 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : MARIA IVONETE DOMINGOS
PROC/ADV. : GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2010.72.50.011338-5 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : MARIA APARECIDA ALVES DE BRITO
PROC/ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DISSÍDIO ENTRE TURMAS DA MESMA REGIÃO. IMPOSSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. PERÍCIA REALIZADA POR MÉDICO NÃO ESPECIALISTA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001, compete à Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência e não à TNU julgar o pedido de uniformização fundado em divergência entre Turmas da mesma Região.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, a qual preleciona que a perícia realizada por médico não especialista, por si só, não acarreta a nulidade do exame judicial (PEDILEF n. 2008.72.51.004841-3/SC, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ de 9.8.2010; PEDILEF n. 2008.72.51.003146-2/SC, relatora Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ de 9.8.2010).

8. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

9. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

10. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2010.72.50.011378-6 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : DOCELINA LUCRÉCIO DA SILVA
PROC/ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DISSÍDIO ENTRE TURMAS DA MESMA REGIÃO. IMPOSSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. PERÍCIA REALIZADA POR MÉDICO NÃO ESPECIALISTA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001, compete à Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência e não à TNU julgar o pedido de uniformização fundado em divergência entre Turmas da mesma Região.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, a qual preleciona que a perícia realizada por médico não especialista, por si só, não acarreta a nulidade do exame judicial (PEDILEF n. 2008.72.51.004841-3/SC, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ de 9.8.2010; PEDILEF n. 2008.72.51.003146-2/SC, relatora Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ de 9.8.2010).

8. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

9. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

10. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2010.72.56.003859-8 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : JOÃO BATISTA MARTINS GOMES
PROC/ADV. : JAIR FRANCISCO VERDI
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL
PROCESSO N.: 0502338-77.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PAULO ANTONIO MORENO DE SOUSA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502628-58.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROGÉRIO SAMPAIO CAVALCANTE
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal.

3. Indicação de precedentes que concluíram pela incapacidade da parte autora e, por consequência, pela concessão do auxílio previdenciário.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Divergência jurisprudencial não comprovada. Bases fáticas distintas.

7. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29 - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

8. Incidente de Uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

9. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL
PROCESSO N.: 0505469-85.2007.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CARLOS RENAN DE FARIAS XIMENES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal.

3. Indicação de precedentes que concluíram pela incapacidade da parte autora e, por consequência, pela concessão do auxílio previdenciário.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Divergência jurisprudencial não comprovada. Bases fáticas distintas.

7. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29 - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

8. Incidente de Uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

9. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N.: 0505484-26.2008.4.05.8101 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NAZARENO PAIVA LIMA
PROC/ADV. : ANTONIO SALDANHA FREIRE
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal do Estado do Ceará que negou provimento ao recurso do requerente, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. Esta, por sua vez, julgou improcedente o pedido do autor, pois não comprovada a incapacidade laboral, temporária ou definitiva, de modo a viabilizar a obtenção do benefício auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e julgados trazidos como paradigma. Sustenta, em síntese, que "os procedimentos de revisão de concessão de benefícios deve conter conteúdo processual, acompanhado das garantias dos devido processo legal, bem como sobre a necessidade de a perícia judicial analisar a realidade do autor na ocasião do pedido administrativo".

É o relatório. Decido.

O incidente não merece seguimento.

O aresto proferido manteve a sentença que concluiu, após análise das provas dos autos, que "a parte autora não implementou o requisito incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho, não sendo devido, pois, o restabelecimento do auxílio-doença nem muito menos a concessão de aposentadoria por invalidez, à míngua dos requisitos legais".

No incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados, que em síntese, entendem que a revisão de concessão de benefício previdenciário deve ser procedido em conformidade com o devido processo legal, e de nulidade de laudo pericial omisso quanto à análise de atestados médicos constantes dos autos.

Verifica-se, pois, que não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos à demonstração da divergência jurisprudencial a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ademais, para se chegar a entendimento diverso do adotado na origem quanto à incorreção da análise das provas, seria imprescindível o reexame do conjunto probatório dos autos; todavia, a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reapreciar os fatos e as provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.

Vale ressaltar que a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais recentemente aprovou a Súmula n. 42, que estabelece "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato".

Aplicável, ainda, ao presente caso a Questão de Ordem n. 29, aprovada na sessão de julgamento de 11 de outubro de 2011 que diz: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização e determino a devolução dos autos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N.: 0506470-74.2008.4.05.8102 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES FERREIRA
PROC/ADV. : JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal do Estado do Ceará que negou provimento ao recurso do requerente, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. Esta, por sua vez, julgou improcedente o pedido do autor, pois não comprovada a incapacidade laboral, temporária ou definitiva, de modo a viabilizar a obtenção do benefício auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e julgados trazidos como paradigma. Sustenta, em síntese, que "os procedimentos de revisão de concessão de benefícios deve conter conteúdo processual, acompanhado das garantias dos devido processo legal, bem como sobre a necessidade de a perícia judicial analisar a realidade do autor na ocasião do pedido administrativo".

É o relatório. Decido.

O incidente não merece seguimento.

O aresto proferido manteve a sentença que concluiu, após análise das provas dos autos, que "a parte autora não implementou o requisito incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho, não sendo devido, pois, o restabelecimento do auxílio-doença nem muito menos a concessão de aposentadoria por invalidez, à míngua dos requisitos legais".

No incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados, que em síntese, entendem que a revisão de concessão de benefício previdenciário deve ser procedido em conformidade com o devido processo legal, e de nulidade de laudo pericial omisso quanto à análise de atestados médicos constantes dos autos.

Verifica-se, pois, que não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos à demonstração da divergência jurisprudencial a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ademais, para se chegar a entendimento diverso do adotado na origem quanto à incorreção da análise das provas, seria imprescindível o reexame do conjunto probatório dos autos; todavia, a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reapreciar os fatos e as provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.

Vale ressaltar que a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais recentemente aprovou a Súmula n. 42, que estabelece "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato".

Aplicável, ainda, ao presente caso a Questão de Ordem n. 29, aprovada na sessão de julgamento de 11 de outubro de 2011 que diz: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização e determino a devolução dos autos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506893-76.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AUDIJUTSON JOEL DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Acórdão recorrido limitou-se a reconhecer que restou evidenciada nos autos a ausência de incapacidade para o trabalho ante o laudo pericial. Acórdão paradigma reformou a sentença que concluiu pela ausência de incapacidade para o exercício de atividade laboral.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

6. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509692-92.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA LÚCIA MARTINS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Acórdão recorrido limitou-se a reconhecer que restou evidenciada nos autos a ausência de incapacidade para o trabalho ante o laudo pericial. Acórdão paradigma reformou a sentença que concluiu pela ausência de incapacidade para o exercício de atividade laboral.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

6. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N.: 0510968-25.2008.4.05.8100 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IOLANDA DE OLIVEIRA CAVALCANTE
PROC/ADV. : MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal do Estado do Ceará que negou provimento ao recurso da requerente, uma vez não cumpridos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. Esta por sua vez, por entender que a parte autora não se encontrava incapaz para o trabalho concluiu que não faz jus ao benefício de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez.

Aduz a requerente haver divergência entre esse entendimento e de diversos julgados trazidos como paradigma. Defende, em síntese, que ficou demonstrado por prova idônea sua condição de insuficiência para o exercício laboral em virtude do seu estado de saúde conforme atestam os laudos médicos.

É o relatório. Decido.

O incidente não merece seguimento.

O aresto proferido manteve a sentença que concluiu, após análise das provas dos autos, especificamente do laudo pericial produzido por perito judicial, que não existe incapacidade da parte autora para o trabalho, razão de não se justificar o auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez. No caso dos autos, verificou-se também que não houve apresentação de provas hábeis para desprestigiar o laudo.

No incidente de uniformização, a suscitante colaciona diversos julgados, que em síntese, reconhecem que é possível a concessão do benefício previdenciário quando constatada a incapacidade do segurado, bem como quanto à transformação do auxílio -doença em aposentadoria por invalidez e ao termo inicial de pagamento do benefício.

Verifica-se, pois, que não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, uma vez que, no caso concreto, reconheceu-se que não há incapacidade para o trabalho, razão pela qual não são aptos à demonstração da divergência jurisprudencial a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ademais, para se chegar a entendimento diverso do adotado na origem quanto à incorreção da análise das provas, seria imprescindível o reexame do conjunto probatório dos autos; todavia, a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reapreciar os fatos e as provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.

Vale ressaltar, que a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais recentemente aprovou a Súmula n. 42 que estabelece que "não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato".

Aplicável, ainda, ao presente caso a Questão de Ordem n. 29, aprovada na sessão de julgamento de 11 de outubro de 2011, que diz que, "na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização e determino a devolução dos autos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL
PROCESSO N.: 0516103-47.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA HELENA MARTINS DOS SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal.

3. Indicação de precedentes que concluíram pela incapacidade da parte autora e, por consequência, pela concessão do auxílio previdenciário.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Divergência jurisprudencial não comprovada. Bases fáticas distintas.

7. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29 - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

8. Incidente de Uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

9. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516375-75.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANO SOUSA E SILVA
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES
OAB: CE-18590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PARADIGMAS. INADMISSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. A ausência de indicação dos acórdãos paradigmas impede a admissão do incidente de uniformização, porquanto não há como verificar a ocorrência dos elementos necessários à comprovação do dissídio jurisprudencial, quais sejam, semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e teses jurídicas divergentes.

3. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0517851-51.2009.4.05.8100 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : MANOEL MONTEIRO FLORENCIO
PROC/ADV. : MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
REQUERENTE : MANOEL MONTEIRO FLORENCIO
PROC/ADV. : FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.70.51.006351-3
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUCIANA CACIONE ZOTELLI
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.70.55.002252-2
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DARKCIANE MACHADO DYBAS
PROC./ADV.: EVANDRO MAURO CARDOZO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.70.57.002265-5
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANDERSON BARBOSA
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS DAGOSTINI JUNIOR

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.70.57.002387-8
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCOS ANTONIO MATTE
PROC./ADV.: IRINEU JUNIOR BOLZAN

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2009.70.50.007975-9
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO MALUCELLI
PROC./ADV.: DANIELA RACHE GEBRAN

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2009.70.57.000143-7
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EDUARDO FIOR DA CRUZ
PROC./ADV.: IRINEU JUNIOR BOLZAN

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2009.70.57.000200-4
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANGELICA MAMIE SAITO
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS DAGOSTINI JUNIOR

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.025460-7.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0003340-23.2006.4.03.6304 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : MÁRCIO GRACIANO VITTI
PROC/ADV. : TÂNIA CRISTINA NASTARO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. ART. 14, § 2º, DA LEI N. 10.259/2001 E ART. 6º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0003431-85.2007.4.03.6302 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : ALICE JOANA MARIANO
PROC/ADV. : DANIELA VILELA P. VASCONCELOS
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. ART. 14, § 2º, DA LEI N. 10.259/2001 E ART. 6º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0006380-45.2008.4.03.6303 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : TIAGO MACIEL BARBOSA
PROC/ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. PREEXISTÊNCIA DA INCAPACIDADE. ARTS. 42, §2º, E 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.213/91. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal.

2. Incidente de uniformização que versa sobre a possibilidade de concessão de benefício previdenciário quando o agravamento de doença pré-existente acarrete em incapacidade laborativa posterior à filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social.

3. Não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, uma vez que o decisum impugnado reconheceu que tanto a doença quanto a incapacidade são preexistentes à filiação.

4. Para se chegar a entendimento diverso do adotado na origem com relação à incorreção da análise das provas, seria imprescindível o reexame do conjunto probatório dos autos;

5. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

6. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

7. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0007138-61.2007.4.03.6302 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : MARTHA ROSA
PROC/ADV. : DANIELA VILELA P. VASCONCELOS
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. ART. 14, § 2º, DA LEI N. 10.259/2001 E ART. 6º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0010007-91.2007.4.03.6303 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : ANTONIO PEREIRA DA SILVA
PROC/ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal.

2. Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

3. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

4. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

5. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

6. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº : 0018112-94.2006.4.03.6302 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : MARIA HELENA FERNANDES
PROC/ADV. : DANIELA VILELA P. VASCONCELOS
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. ART. 14, § 2º, DA LEI N. 10.259/2001 E ART. 6º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal e mantido pela Turma Recursal

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 0061771-59.2006.4.03.6301 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : IVETE DIVINA DE SOUSA
PROC/ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Nota-se que a requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização com fundamento no art. 14, §1º, da Lei n. 10.259/2001, fundado em divergência entre decisões da Primeira e Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.

Desse modo, determino a remessa dos autos à presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da Terceira Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2009.72.50.002472-6 SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : MARIA SOARES RODRIGUES
PROC/ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Maria Soares Rodrigues com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que concluiu pela inexistência de incapacidade da requerente apta a ensejar a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

Aduz a suscitante haver divergência entre esse entendimento e julgado da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná. Aponta, em síntese, a existência de erro na valoração do conjunto probatório para fins de comprovação da incapacidade. Sustenta ainda a nulidade da decisão, porquanto fundada em laudo pericial elaborado por médico não especialista na área da patologia da qual alega ser portadora.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, o pedido de uniformização é admissível quando fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou quando proferida decisão em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ.

In casu, verifico ser inadmissível o presente pleito, porquanto fundado em dissídio entre acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina e julgado proveniente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná. Assim, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001, compete à Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência julgar o pedido, porquanto fundado em divergência entre Turmas da mesma Região.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002498-04.2006.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EUNICE ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: YONE ALTHOFE DE BARROS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. VERIFICAÇÃO DAS PROVAS. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS DO SEGURADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez julgado procedente por Juizado Especial Federal.

2. Incapacidade para o trabalho constatada com base na análise do conjunto das provas e das condições pessoais e sociais do segurado.

3. A jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência preleciona que pode o juiz, ao contrário do que decidiu o laudo pericial, diante do conjunto das provas dos autos e levando em consideração as condições pessoais e sociais do segurado, constatar sua incapacidade para o exercício de atividade laborativa de modo a conceder o benefício previdenciário. Princípio do livre convencimento motivado do julgador. PEDILEF n. 2008.70.51.009449-2, PEDILEF n. 2008.38.00.723267-2, PEDILEF n. 2008.32.00.703772-5, e PEDILEF n. 2007.83.00.505258-6.

4. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

5. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0006565-57.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: APARECIDA FERREIRA MENEZES
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS
OAB: SP-161110
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO. AUXÍLIO DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INADMISSIBILIDADE.

1. Pedido de concessão de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

2. Divergência com fundamento em paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e 6º do Regimento Interno da TNU.

3. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N.: 2007.71.63.004759-4
REQUERENTE: ANTONIO ZIMMERMANN
PROC/ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQURIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por ANTONIO ZIMMERMANN com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento a recurso do requerente, deixando de reconhecer e computar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar em determinados períodos, o que ensejou a não revisão da aposentadoria por tempo de contribuição/serviço pela insuficiência de tempo de serviço.

Afirma o suscitante a existência de divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, aduzindo, em síntese, que, para fins de revisão da aposentadoria por tempo de contribuição/serviço, deve o julgador considerar que "os documentos carreados ao processo são hábeis a caracterizar o início de prova documental, nos termos da Lei e Jurisprudência aplicáveis ao caso, sendo suficientes para delimitar, com clareza, o termo inicial e final do período ao qual pretende ver computado, quando analisados pela prova testemunhal".

Requer, assim, que se considerem como início de prova material os documentos apresentados, reconhecendo-se o labor rural em certos períodos, com a consequente revisão da aposentadoria por tempo de serviço.

O aresto proferido pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul concluiu que a sentença encontrava-se em consonância com o entendimento daquele colegiado, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

No incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados proferidos pelo STJ e pela TNU. Ocorre que não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ademais, a solução da questão exigiria reexame do conjunto probatório dos autos. Todavia, a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reapreciar os fatos e as provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2008.71.50.010471-5 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): PAULO RICARDO DE BRITO
PROC/ADV. : TAISE VIELMO CORTES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais que negou provimento a recurso do recorrente, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. Nesta, julgou-se procedente o pedido da parte autora para determinar a implantação da aposentadoria por invalidez, levando-se em consideração a aplicação do período de graça objeto do art. 15, II, §§ 1° e 2°, da Lei n. 8.213/91.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e os julgados proferidos pelas 5ª e 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, que a ausência de registro no órgão competente impede a comprovação do desemprego de modo que não se pode acrescentar o prazo de 12 meses previsto no normativo mencionado.

Verifico que a questão relativa à impossibilidade de aplicação do período de graça ante a ausência de registro, no Ministério do Trabalho, do desemprego não foi debatida pelo órgão julgador, nem sequer foram opostos embargos de declaração para tal fim. Incide, na hipótese, a questão de Ordem n. 10 da TNU, in verbis: "Nao cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ademais, mesmo que superado tal óbice, o recurso não lograria êxito, pois a discussão acerca da necessidade de comprovação do desemprego por meio do registro em órgão do Ministério do Trabalho foi superada com a Súmula n. 27 da TNU: "A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito". Registre-se que foi reconhecido expressamente na sentença, diante das provas contidas nos autos, a condição de desemprego da parte autora.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2008.71.50.011719-9 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : GESSI CARDOSO HELLWIG
PROC/ADV. : MARCO AURELIO RIBEIRO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por GESSI CARDOSO HELLWIG com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Rio Grande do Sul que deu provimento ao recurso do INSS para reformar a sentença de forma a cancelar os benefícios previdenciários do auxílio-doença em face da aptidão da parte autora para o trabalho.

Aduz a requerente haver divergência entre esse entendimento e julgados proferidos pela 3a Seção do Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, "que no âmbito judicial o Magistrado não está adstrito a sistema de provas, sob pena de cercear o seu direito de julgar, nos termos do C6digo de Processo Civil artigo 131".

O aresto proferido, diante de duas perícias com especialistas realizadas em juízo, que afirmaram que a requerente se encontrava apta ao trabalho, reformou a sentença para cancelar o benefício previdenciário de auxílio-doença concedido anteriormente.

No incidente de uniformização, a suscitante colaciona julgado que, em síntese, afirma que, "no âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condirão de miserabilidade do beneficiado".

Verifica-se, pois, que não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos à demonstração da divergência jurisprudencial a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2008.71.52.004814-6 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): TELMA REJANE TEIXEIRA DA SILVA
PROC/ADV. : CLAUDENIR C. MIGLIORIN

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais que negou provimento a recurso do recorrente, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. Nesta, julgou-se parcialmente procedente o pedido da parte autora, declarando-se o direito ao beneficio de auxílio-doença, levando-se em consideração a aplicação do período de graça objeto do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/91.

Aduz o requerente haver divergência entre tal entendimento e julgados proferidos pela 5a e 6a Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, que a ausência de registro no órgão competente impede a comprovação do desemprego de modo que não se pode acrescentar o prazo de 12 meses previsto no normativo já mencionado.

Verifico que a questão relativa à impossibilidade de aplicação do período de graça ante a ausência de registro, no Ministério do Trabalho, do desemprego, não foi debatida pelo órgão julgador, nem sequer foram opostos embargos de declaração para tal fim. Incide, na hipótese, a questão de Ordem n. 10 da TNU, in verbis: "Nao cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ademais, mesmo que superado tal óbice, o recurso não lograria êxito, pois a discussão acerca da necessidade de comprovação do desemprego por meio do registro em órgão do Ministério do Trabalho foi superada com a Súmula n. 27 da TNU: "A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2008.71.53.001185-5 - SEÇÃO JUDICIARIA DO RIO GRANDE DO SUL REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO : IZAR GAMBOA RODRIGUES
PROC/ADV. : MANOEL DA ROSA FREITAS NETO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que concluiu, ratificando a sentença, pela desnecessidade de registro de desemprego no Ministério do Trabalho para comprovação do estado de desempregado e, consequentemente, da dilatação do período de graça objeto do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/91.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e os julgados proferidos pela 5a e 6a Turmas deste Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, que a ausência de registro no órgão competente impede a comprovação do desemprego de modo que não se pode acrescentar o prazo de 12 meses previsto no normativo já mencionado.

Inicialmente, verifico que a sentença, ratificada pelo julgado ora atacado, encontra-se firmada na orientação desta TNU exposta na Súmula n. 27, in verbis:

"A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito". Dessa forma, o decisum esta de acordo com o entendimento assentado na Turma Nacional de Uniformização, atraindo a aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdao recorrido".

Ademais, constato que o entendimento posto também encontra amparo na atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADA. ART. 15 DA LEI N. 8.213/1991. CONDIC;AO DE DESEMPREGADA. DISPENSA DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO O DESEMPREGO FOR COMPROVADO POR OUTRAS PROVAS CONTIDAS NOS AUTOS.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que a ausência de registro no Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprida quando for comprovada a situação de desemprego por outras provas constantes dos autos.

2. A ausência de anotação de contrato de trabalho na carteira profissional da requerida não é suficiente para comprovar a sua situação de desempregada, uma vez que a mencionada ausência não tem o condão de afastar possível exercício de atividade remunerada na informalidade.

3. No caso dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que as provas contidas nos autos, inclusive a pericial, demonstraram a incapacidade da segurada para o desempenho de qualquer atividade e o seu desemprego, tendo deferido a extensão do período de graça por mais 12 meses, nos termos do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/1991, em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

4. Agravo regimental improvido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 7.606/PR, relator Ministro Sebastião Reis Junior, DJ de 27.9.2011.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPROVAÇÃO.

1. Nos termos da consolidada jurisprudência desta Corte, o registro no Ministério do Trabalho não pode ser tido como único meio de comprovação da condição de desempregado do segurado, sendo possível demonstra-Ia por outros instrumentos de prova, inclusive a testemunhal.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Sexta Turma, AgRg no AREsp n. 23.439/PR, relator Ministro Og Fernandes, DJ de 31.8.2011.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2008.71.53.001779-1 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALDO LOPES BRANDOL T
PROC/ADV. : ANA I. B. ROCHA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que concluiu, ratificando a sentença, pela desnecessidade de registro de desemprego no Ministério do Trabalho para comprovação do estado de desempregado e, consequentemente, da dilatação do período de graça objeto do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/91.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e os julgados proferidos pela 5a e 6a Turmas deste Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, que a ausência de registro no órgão competente impede a comprovação do desemprego de modo que não se pode acrescentar o prazo de 12 meses previsto no normativo já mencionado.

Inicialmente, verifico que a sentença ratificada pelo julgado ora atacado encontra-se firmada na orientação desta TNU exposta na Sumula n. 27, in verbis:

"A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito". Dessa forma, o decisum está de acordo com o entendimento assentado na Turma Nacional de Uniformização, atraindo a aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ademais, constato que o entendimento posto também encontra amparo na atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADA. ART. 15 DA LEI N. 8.213/1991. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADA. DISPENSA DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO O DESEMPREGO FOR COMPROVADO POR OUTRAS PROVAS CONTIDAS NOS AUTOS.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que a ausência de registro no Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprida quando for comprovada a situação de desemprego por outras provas constantes dos autos.

2. A ausência de anotação de contrato de trabalho na carteira profissional da requerida não é suficiente para comprovar a sua situação de desempregada, uma vez que a mencionada ausência não tem o condão de afastar possível exercício de atividade remunerada na informalidade.

3. No caso dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que as provas contidas nos autos, inclusive a pericial, demonstraram a incapacidade da segurada para o desempenho de qualquer atividade e o seu desemprego, tendo deferido a extensão do período de graça por mais 12 meses, nos termos do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/1991, em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

4. Agravo regimental improvido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 7.606/PR, relator Ministro Sebastião Reis Junior, DJ de 27.9.2011.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPROVAÇÃO.

1. Nos termos da consolidada jurisprudência desta Corte, o registro no Ministério do Trabalho não pode ser tido como único meio de comprovação da condição de desempregado do segurado, sendo possível demonstrá-la por outros instrumentos de prova, inclusive a testemunhal.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Sexta Turma, AgRg no AREsp n. 23.439/PR, relator Ministro Og Fernandes, DJ de 31.8.2011.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. : 2008.71.58.011724-0 - SECAO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): NOELIA DA SILVA
PROC/ADV. : DANIEL MARCONDES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL D0 SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso do requerente, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, e ratificando, pois, a concessão do benefício de auxílio-doença;a.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e julgados proferidos pela 5a e 6a Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, que a ausência de registro no órgão competente impede a comprovação do desemprego, de modo que não se pode acrescentar o prazo de 12 meses previsto no art. 15 da Lei n. 8.213/91.

O aresto proferido concluiu que a sentença encontra-se em consonância com o entendimento do colegiado, razão de ter sido confirmada por seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n. 9.099/95. A sentença, por sua vez, concluiu pela ausência de prescrição e, no mérito, concedeu o beneficio do auxilio-doença ante a constatação de incapacidade de a requerida exercer qualquer atividade laborativa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No incidente de uniformização, a suscitante colaciona julgados da 5a e 6a Turmas do STJ que, em síntese, reconhecem que, para a comprovacão da situação de desemprego, necessária a comprovação de registro no órgão competente para que seja concedido o alargamento do período de graça objeto do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/91.

Verifica-se, pois, que não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, inexistindo, no julgado atacado ou na sentença, menção à concessão de período de graça ou mesmo de seu acréscimo, razão pela qual não são aptos à demonstração da divergência jurisprudencial a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N.: 2008.71.65.003208-4 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IRONI KITTLAUS STEFFENS
PROC/ADV.: GELCI RENATE NULAND PILLA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais que manteve a sentença por seus próprios fundamentos, ressaltando a incapacidade laboral e a qualidade de segurada da autora em virtude do período de graça, nos termos do art. 15, II e § 2°, da Lei n. 8.213/91.

Aduz o requerente haver divergência entre esse entendimento e os julgados proferidos pela 5a e 6a Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Defende, em síntese, que a ausência de registro no órgão competente impede a comprovação do desemprego de modo que não se pode acrescentar o prazo de 12 meses previsto no normativo já mencionado.

Inicialmente, verifico que o acórdão atacado encontra amparo na orientação desta TNU exposta na Sumula n. 27, in verbis: "A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito". Dessa forma, o decisum está de acordo com o entendimento assentado na Turma Nacional de Uniformização, atraindo a aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do ac6rdao recorrido".

Ademais, constato que o entendimento posto também encontra amparo na atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIARIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADA. ART. 15 DA LEI N. 8.213/1991. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADA. DISPENSA DO REGISTRO NO MINISTERIO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL QUANDO 0 DESEMPREGO FOR COMPROVADO POR OUTRAS PROVAS CONTIDAS NOS AUTOS.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que a ausência de registro no Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprida quando for comprovada a situação de desemprego por outras provas constantes dos autos.

2. A ausência de anotação de contrato de trabalho na carteira profissional da requerida não é suficiente para comprovar a sua situação de desempregada, uma vez que a mencionada ausência não tem o condão de afastar possível exercício de atividade remunerada na informalidade.

3. No caso dos autos, as instancias ordinárias concluíram que as provas contidas nos autos, inclusive a pericial, demonstraram a incapacidade da segurada para o desempenho de qualquer atividade e 0 seu desemprego, tendo deferido a extensão do período de graça por mais 12 meses, nos termos do art. 15, § 2°, da Lei n. 8.213/1991, em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

4. Agravo regimental improvido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 7.606/PR, relator Ministro Sebastião Reis Junior, DJ de 27.9.2011.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR I NVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPROVAÇÃO.

1. Nos termos da consolidada jurisprudência desta Corte, o registro no Ministério do Trabalho não pode ser tido como o único meio de comprovação da condição de desempregado do segurado, sendo possível demonstrá-la por outros instrumentos de prova, inclusive a testemunhal.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Sexta Turma, AgRg no AREsp n. 23A39/PR, relator Ministro Og Fernandes, DJ de 31.8.2011.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c" do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2009.70.51.010719-3 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADEMIR MARQUES DUARTE
PROC/ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado par Ademir Marques Duarte com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que concluiu pela inexistência de incapacidade do requerente apta a ensejar a concessão de auxílio¬doença/aposentadoria por invalidez.

Sustenta o suscitante divergência com acórdãos do STJ, do Tribunal Regional Federal da 4a Região e da própria Segunda Turma Recursal, requerendo seja declarada a nulidade da decisão e, ao final, julgado procedente o pedido de restabelecimento do benefício previdenciário.

Inicialmente, quanto ao acórdão colacionado aos autos proveniente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, vale ressaltar que, nos termos do art. 14, § 1°, da Lei n. 10.259/2001, não compete à Turma Nacional de Uniformização julgar o pedido de divergência entre Turmas da mesma Região.

"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

...§ 2° O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal."

No mesmo sentido, eis o que dispõe o art. 6° do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização:

"Art. 6°. Compete a Turma Nacional processar e julgar 0 incidente de uniformiza9ao de interpreta9ao de lei federal em quest5es de direito material:

...

II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça;"

Quanto ao paradigma do Tribunal Regional Federal da 4a Região, de igual modo, verifico ser inadmissível o presente pleito, porquanto, nos termos do art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001 e do Regimento Interno da TNU, o incidente de uniformização só é admissível quando fundado em divergência entre decisões proferidas por Turmas de diferentes Regiões, ou ainda quando a decisão impugnada contrariar súmula ou jurisprudência dominante da própria Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.

Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.

Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração ao Poder Judiciário Conselho da Justiça Federal, Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n. 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3°, da Lei n.o 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo n. 2006.70.51.004732-8, relator para o acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJe de 27.8.2008.)

Ademais, verifica-se que o aresto impugnado concluiu, com base na perícia realizada e no conjunto probatório constante dos autos, pela inexistência de incapacidade do requerente apta a ensejar a concessão do benefício pleiteado. Constou ainda do referido julgado que o laudo pericial estava devidamente fundamentado e em consonância com os demais elementos do feito.

No paradigma do Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, consignou-se ¬a necessidade de que a perícia judicial deveria ser realizada por médico especialista na área da patologia indicada.

Assim, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2009.72.50.003896-8 SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DA CUNHA MEURER
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Maria da Cunha Meurer com fundamento no art. 14, § 2° da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que concluiu pela inexistência de incapacidade da requerente apta a ensejar a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

Aduz a suscitante haver divergência entre esse entendimento e julgado da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Aponta, em síntese, a existência de erro na valoração do conjunto probatório para fins de comprovação da incapacidade. Sustenta ainda a nulidade da decisão, porquanto fundada em laudo pericial elaborado por médico não especialista na área da patologia da qual alega ser portadora.

O aresto impugnado concluiu, com base na perícia realizada e no conjunto probatório constante dos autos, pela inexistência de incapacidade da requerente apta a ensejar a concessão do beneficio pleiteado. Constou ainda do referido julgado que a nomeação de médico não especialista, por si só, não implicava nulidade, principalmente por estar o laudo pericial devidamente fundamentado e em consonância com os demais elementos do feito.

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, a qual preleciona que a perícia realizada por médico não especialista, por si só, não acarreta a nulidade do exame judicial. Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados: PEDILEF n. 2008.72.51.004841-3/SC, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ de 9.8.2010; PEOILEF n. 2008.72.51.003146-2/SC, relatora Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ de 9.8.2010.

Aplicável, portanto, à vertente hipótese a Questão de Ordem n. 13, que estabelece: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdao recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2009.72.51.004132-0 SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SEVERIANO VEIGA SOBRINHO
PROC/ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Severiano Veiga Sobrinho com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que concluiu pela inexistência de incapacidade do requerente apta a ensejar a concessão de auxilio¬-doença/aposentadoria por invalidez.

Sustenta o suscitante divergência com acórdãos dos Tribunais Regionais Federais da 1a e da 4a Região, requerendo seja declarada a nulidade da decisão e, ao final, julgado procedente o pedido de restabelecimento do benefício previdenciário.

Nos termos do art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, o pedido de uniformização é admissível quando fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou quando proferida decisão em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do ST J.

In casu, verifico ser inadmissível o presente pleito, porquanto fundado em dissídio entre acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina e julgados provenientes de Tribunais Regionais Federais.

A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.

Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração do Poder Judiciário Conselho da Justiça Federal Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n. ° 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente a incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3°, da Lei n. 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo n. 2006.70.51.004732-8, relator para o acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJe de 27.8.2008.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2009.72.51.004132-0 SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SEVERIANO VEIGA SOBRINHO
PROC/ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Severiano Veiga Sobrinho com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que concluiu pela inexistência de incapacidade do requerente apta a ensejar a concessão de auxilio¬-doença/aposentadoria por invalidez.

Sustenta o suscitante divergência com acórdãos dos Tribunais Regionais Federais da 1a e da 4a Região, requerendo seja declarada a nulidade da decisão e, ao final, julgado procedente o pedido de restabelecimento do benefício previdenciário.

Nos termos do art. 14, § 2°, da Lei n. 10.259/2001, o pedido de uniformização é admissível quando fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou quando proferida decisão em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do ST J.

In casu, verifico ser inadmissível o presente pleito, porquanto fundado em dissídio entre acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina e julgados provenientes de Tribunais Regionais Federais.

A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.

Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.

Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração do Poder Judiciário Conselho da Justiça Federal Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n. ° 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente a incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3°, da Lei n. 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo n. 2006.70.51.004732-8, relator para o acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJe de 27.8.2008.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7°, VII, "c", do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO Nº : 2008.72.55.010273-0 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : MARCOS ANTONIO GIOVANELLA
PROC/ADV. : MÁRCIO TIMOTHEO LENZI
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO Nº : 2008.72.57.003799-7 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : HÉLIO DOS REIS
PROC/ADV. : LUCIANE PEREIRA FERNANDES
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO Nº : 2009.72.57.001221-0 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE : JOÃO PEDRO DE AGUIAR
PROC/ADV. : SANDRO VOLPATO
REQUERIDO (A) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO N. 0502848-60.2008.4.05.8401
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO SOBRINHO DE SOUZA
PROC./ADV.: FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS

PROCESSO: 2005.63.01.023161-7
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DE BONITO POLI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.363, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Institui a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Art. 20 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade instituído pela Resolução CFC n.º 960/2003, estabelece que o exercício de qualquer atividade contábil é prerrogativa do profissional da Contabilidade em situação regular perante o respectivo CRC;

CONSIDERANDO a evolução tecnológica e o fato de que todos os Conselhos Regionais de Contabilidade já possuem a estrutura para utilização da Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Contabilidade, dentro de sua competência normativa, estabeleceu que o documento para atestar a regularidade profissional é a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica, fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) da respectiva jurisdição;

CONSIDERANDO que a profissão contábil foi regulamentada em função do interesse público, o que impõe a necessidade de identificação do profissional da Contabilidade que realiza o trabalho técnico-contábil, resolve:

Art. 1º Instituir o documento de controle de regularidade do profissional da Contabilidade denominado Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica.

§ 1º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - terá validade em todo o território nacional.

§ 2º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - será expedida, exclusivamente, através do sítio do CRC do registro originário ou do registro originário transferido do profissional, conforme modelo e especificações constantes do Anexo I.

§ 3º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - terá prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão.

§ 4º A emissão da Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - deverá conter mecanismo de segurança por meio de autenticação automática e código de segurança.

Art. 2º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - será utilizada nos seguintes documentos:

I - Relatório de Auditoria;

II - Laudo e/ou Parecer Perícial;

III - Livro Diário;

IV - DECORE;

V - Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial;

VI - por solicitação de Editais de Licitação;

VII - outros documentos definidos em convênios com entidades público-privadas.

§ 1º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - tem por finalidade comprovar exclusivamente a regularidade do profissional da Contabilidade perante o Conselho Regional de Contabilidade no momento da emissão DHP.

§ 2º No caso da emissão do Relatório de Auditoria ou do Laudo e/ou Parecer Pericial, a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - deverá ser incluída após a folha com a assinatura de cada profissional responsável pelo trabalho técnico executado.

§ 3º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - deverá ser incluída após o Termo de Encerramento do Livro Diário.

§ 4º Quando da emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE, a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - estará impressa no próprio documento.

§ 5º Nos casos de registros na Junta Comercial de demonstrações contábeis em separado do Livro Diário, a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - deverá ser incluída após a folha com a assinatura do profissional da Contabilidade.

§ 6º Quando utilizada em documentos sob responsabilidade técnica do profissional da Contabilidade, por solicitação em editais de processos licitatórios, a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - deverá acompanhar os documentos exigidos no respectivo edital.

§ 7º Quando estabelecido em convênios público-privados, a Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - será emitida e entregue, conforme estabelecido no convênio, preferencialmente, após toda a documentação contábil assinada pelo profissional da Contabilidade.

Art. 3º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - será emitida por meio do sítio do Conselho Regional de Contabilidade ao profissional da Contabilidade, devendo conter no documento os dados necessários à sua impressão (Anexo I).

§ 1º Os dados a serem impressos na Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - pelo Conselho Regional de Contabilidade, são os seguintes:

a)indicação do CRC expedidor;

b)numeração sequencial; (exemplo: UF/ano/número);

c)data de validade da Declaração; e

d)nome, número de registro no CRC e categoria profissional.

§ 2º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - deverá ser emitida com numeração sequencial, que será reiniciada em cada exercício, com mecanismo de segurança por meio de autenticação automática.

Art. 4º A Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - estará liberada para emissão somente quando o requerente e a organização contábil da qual o profissional da Contabilidade seja sócio e/ou proprietário estejam regulares perante o CRC, ou seja, sem possuírem qualquer espécie de débito.

§ 1º Nos caso de parcelamentos de débitos, a emissão da Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - somente será permitida se a quitação das parcelas estiverem em dia.

§ 2º O profissional da Contabilidade deverá estar com seu registro ativo, sendo vedada a emissão de Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - aos profissionais com registro baixado ou suspenso até o restabelecimento do registro, bem como aos que tenham tido seu exercício profissional cassado.

Art. 5º O documento será emitido nos padrões estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Art. 6º O profissional da Contabilidade que descumprir as normas desta Resolução estará sujeito às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFC n.º 871, de 23 de março de 2000.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE _____

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – DHP ELETRÔNICA

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE _____** DECLARA que o registro identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Declaramos para os devidos fins e para quem interessar possa, sob as penas da Lei, especialmente, das previsões do art. 299 do Código Penal Brasileiro que as informações constituem a expressão da verdade. Informamos também que a presente não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

Conselho Regional de Contabilidade de _____
Declaração de Habilitação Profissional – DHP Eletrônica
UF/201X/900054171 CRC/UF n.º 014.621/O-4 Categoria: Contador
Nome: Medalha João Lyra CPF: 768.097.109-76
Validade:
Data da emissão + 90 dias/201X

Identificação da pessoa jurídica ou física da qual o profissional é responsável:

Pessoa Jurídica ou Física	
Nome:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF/CNPJ:	XXX.XXX.XXX-XX
Finalidade:	XXXXXXXXXXXXXXXX
Órgão Destino:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Confirme a existência deste documento emitido pelo profissional na página:
www.crcXX.org.br

CPF: 768.097.109-76 Controle: 6983.1489.8048.9753

RESOLUÇÃO Nº 1.364, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que os documentos elaborados pelos profissionais da Contabilidade devem zelar para que todas as informações com origem na Contabilidade sejam fornecidas adequadamente;

CONSIDERANDO que os profissionais da Contabilidade devem zelar para que todas as informações por eles emitidas sejam lastreadas nos registros contábeis, bem como em documentos hábeis e legais;

CONSIDERANDO que a prova de rendimentos a todo momento exigida para as mais diversas transações deve ter autenticidade garantida em documentos comprobatórios autênticos;

CONSIDERANDO a evolução tecnológica e o fato de que todos os Conselhos Regionais de Contabilidade já possuem a estrutura para emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica, resolve:

Art. 1º O documento contábil destinado a fazer prova de informações sobre percepção de rendimentos, em favor de pessoas físicas, denomina-se Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - conforme modelo constante do Anexo I desta Resolução.

§ 1° O profissional da Contabilidade poderá emitir a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - por meio do sítio do Conselho Regional de Contabilidade do registro originário ou originário transferido, desde que ele e a organização contábil da qual seja sócio e/ou proprietário e/ou responsável técnico, com vínculo empregatício, não possua débito de qualquer natureza perante o Conselho Regional de Contabilidade autorizador da emissão.

§ 2º É vedada a emissão de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - por profissionais da Contabilidade com registro baixado ou suspenso até o restabelecimento do registro, bem como aquele que tenha seu exercício profissional cassado.

§ 3º A Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - será emitida via internet, disponível no endereço eletrônico do CRC de cada estado.

§ 4º A Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - somente poderá ser utilizada dentro de 90 (noventa) dias de sua emissão, devendo estar evidenciado o rendimento auferido no período em questão.

Art. 2º A responsabilidade pela emissão e assinatura da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - é exclusiva do Contador ou Técnico em Contabilidade.

§ 1º A Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - será emitida em 1 (uma) via destinanda ao beneficiário, ficando armazenado no Banco de Dados do CRC o documento emitido para conferências futuras por parte da Fiscalização.

§ 2º A primeira via da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - será autenticada por meio da Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica - instituída pela Resolução CFC n.º 1.363/2011, de 25 de novembro de 2011.

Art. 3º A Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - deverá estar fundamentada somente nos registros do Livro Diário ou em documentos autênticos, definidos no Anexo II desta Resolução.

Art. 4º A emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - fica limitada a 50 (cinquenta) declarações, atendendo ao período prescricional para fins de fiscalização.

§ 1º O Conselho Regional de Contabilidade poderá realizar verificações referentes à documentação legal que serviu de lastro para a emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica -, inclusive daquelas canceladas, independentemente do limite estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º As emissões subsequentes ficarão condicionadas à apresentação da documentação legal que serviu de lastro para a emissão das Declarações Comprobatórias de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica -, inclusive daquelas canceladas, no Conselho Regional de Contabilidade autorizador da emissão.

§ 3º A prestação de contas poderá ser efetuada eletronicamente, cabendo ao Setor de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade fazer as verificações cabíveis quanto à sua correta aplicação, conforme estabelecido nesta norma.

§ 4º A documentação legal que serviu de lastro para a emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE Eletrônica - ficará sob a responsabilidade do profissional da Contabilidade que a emitiu, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para fins de fiscalização por parte do Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 5º O profissional da Contabilidade que descumprir as normas desta Resolução estará sujeito às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFC n.º 872, de 23 de março de 2000.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

ANEXO I

DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERCEPÇÃO DE RENDIMENTOS - DECORE
(Resolução CFC n.º 1.364, de 25 de novembro de 2011)

01. BENEFICIÁRIO					
NOME					
CPF		C.I.		ORG. EXP.	
END.				N.º	
BAIRRO		CIDADE		UF	
02. RENDIMENTOS COMPROVADOS					
NATUREZA			PERÍODO DE PERCEPÇÃO		
VALOR	R$ ( )				
DOCUMENTAÇÃO BASE (ESPECIFICAR)					
03. FONTE PAGADORA					
NOME					
CNPJ/CPF		VINCULAÇÃO			
04. PROFISSIONAL DECLARANTE					
NOME					
CATEGORIA		REG. CRC			
ORG. CONTÁBIL			CAD.CRC		
05. DECLARAÇÃO					

Declaramos para fins de direito perante o **(DESTINATÁRIO DA DECORE)** e a quem interessar possa, sob as penas da lei, especialmente, das previsões do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro e, no inciso XIII do Artigo 24 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade – Resolução CFC n.º 960/03 (ver na nova Res 960), que as informações acima transcritas constituem a expressão da verdade e que possuímos os documentos comprobatórios da presente DECORE.

Conselho Regional de Contabilidade de _____
Declaração de Habilitação Profissional – DHP
UF/201X/900054171 CRC-UF nº 014.621/O-4 Contador
Nome: Medalha João Lyra CPF: 768.097.109-76
Rua da Independência nº 2502 Setor Sul Validade:
70.375-030 Brasília-DF 31/03/201X+1

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Beneficiário Assinatura do Profissional da Contabilidade

Confirme a existência deste documento emitido pelo profissional, na página: www.crcXX.org.br
CPF: 768.097.109-76 Controle: 6983.1489.8048.9753

1ª via: Beneficiário - 2ª via: CRCXX

ANEXO II

DOCUMENTOS QUE PODEM FUNDAMENTAR A EMISSÃO DA DECORE

I - Quando for proveniente de:
1.retirada de pró-labore:
•escrituração no livro diário.
2.distribuição de lucros:
•escrituração no livro diário.
3.honorários (profissionais liberais/autônomos):
•escrituração no livro caixa e DARF do Imposto de Renda da Pessoa Física (carnê leão) com recolhimento feito regularmente; ou
•Recibo de Pagamento de Autônomo, com os devidos recolhimentos de tributos obrigatórios e o Contrato de Prestação de Serviço.
4.atividades rurais, extrativistas, etc.:
•escrituração no livro caixa e DARF do Imposto de Renda da Pessoa Física (carnê leão) com recolhimento feito regularmente ou no livro diário; ou
•nota de produtor; ou
•recibo e contrato de arrendamento; ou
•recibo e contrato de armazenagem
5.prestação de serviços diversos ou comissões:
•escrituração no livro caixa e DARF do Imposto de Renda da Pessoa Física (carnê leão) com recolhimento feito regularmente; ou
•escrituração do livro ISSQN ou Nota Fiscal Avulsa do ISSQN e DARF do Imposto de Renda da Pessoa Física (carnê leão) com recolhimento feito regularmente (incluído).
6.aluguéis ou arrendamentos diversos:
•contrato de locação, comprovante da titularidade do imóvel e comprovante de recebimento da locação; ou
•escrituração no livro caixa e DARF do Imposto de Renda da Pessoa Física (carnê leão) com recolhimento feito regularmente, se for o caso.
7.rendimento de aplicações financeiras:
•comprovante do rendimento bancário.
8.venda de bens imóveis ou móveis.
•contrato de promessa de compra e venda; ou
•escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis.
9.vencimentos de funcionário público, aposentados e pensionistas:
•documento da entidade pagadora.
10. Microempreendedor Individual:
•declaração apresentada à Receita Federal com os rendimentos efetivos dos últimos doze meses; ou
•equivalente a um salário mínimo com a cópia do recolhimento ao INSS.

Notas:

-Quando o RPA for aceito para comprovação do rendimento, este deverá possuir em seu verso declaração do pagador atestando o pagamento do valor nele consignado ou, se for o caso, acompanhado do respectivo contrato de prestação de serviços.

-Quando a DECORE referente ao exercício anterior for expedida, o profissional da Contabilidade poderá utilizar-se da Declaração de Imposto de Renda do ano correspondente.

-Quando eventualmente a DECORE for expedida com base em informação salarial, ela somente será fornecida aos empregados de clientes do profissional da Contabilidade, baseada na folha de pagamento ou GFIP.

-Quando o rendimento citado na DECORE for pró-labore ou distribuição de lucros, o documento base automaticamente vinculado será exclusivamente a Escrituração no Livro Diário, não sendo permitida a utilização de qualquer outro documentos como base.

RESOLUÇÃO Nº 1.366, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, resolve:

Art. 1º Aprovar a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012. A entidade que esteja sujeita a legislação que estabeleça prazo distinto para início da sua adoção pode adotar esta Norma a partir do prazo estabelecido por aquela legislação.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 16.11 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO

Objetivo

1. Esta Norma estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta Norma, como Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

2. O SICSP registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública.

3. O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos tem por objetivo:

(a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;

(b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;

(c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;

(d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;

(e) apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

4. A evidenciação dos objetos de custos pode ser efetuada sob a ótica institucional, funcional e programática, com atuação interdependente dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Para atingir seus objetivos, o SICSP deve ter tratamento conceitual adequado, abordagem tecnológica apropriada que propicie atuar com as múltiplas dimensões (temporais, numéricas e organizacionais, etc.), permitindo a análise de séries históricas de custos sob a ótica das atividades-fins ou administrativas do setor público.

6. É recomendável o uso de ferramentas que permitem acesso rápido aos dados, conjugado com tecnologias de banco de dados de forma a facilitar a criação de relatórios e a análise dos dados.

Alcance

7. O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público.

8. Vários dispositivos legais determinam a apuração de custos no setor público como requisito de transparência e prestação de contas, seja para controle interno, externo ou controle social. Além dos aspectos legais, esta Norma também destaca o valor da informação de custos para fins gerenciais. Sua relevância para o interesse público pode ser entendida pelo seu impacto sobre a gestão pública, seja do ponto de vista legal ou de sua utilidade.

Definições

9.Os seguintes termos têm os significados abaixo especificados:

Objeto de custo é a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos. Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas orçamentário e patrimonial.

Subsistema orçamentário: a dimensão dos produtos e serviços prestados; função, atividades, projetos, programas executados; centros de responsabilidade - poderes e órgãos, identificados e mensurados a partir do planejamento público, podendo se valer, ou não, das classificações orçamentárias existentes.

Subsistema patrimonial: a dimensão dos produtos e serviços prestados, identificados e mensurados a partir das transações quantitativas e qualitativas afetas ao patrimonial da entidade consoante os Princípios de Contabilidade.

Apropriação do custo é o reconhecimento do gasto de determinado objeto de custo previamente definido.

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio e Método de custeio.

Sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção. Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

Por ordem de serviço ou produção é o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado.

As ordens são mais adequadas para tratamento dos custos de investimentos e de projetos específicos, por exemplo, as obras e benfeitorias.

De forma contínua é o sistema de acumulação que compreende demandas de caráter continuado e são acumuladas ao longo do tempo.

Sistema de custeio está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: custo histórico; custo-corrente; custo estimado; e custo padrão.

Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; pleno.

Custeio direto é o custeio que aloca todos os custos - fixos e variáveis - diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.

Custeio variável que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.

Custeio por absorção que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.

Custeio por atividade que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.

A escolha do método deve estar apoiada na disponibilidade de informações e no volume de recursos necessários para obtenção das informações ou dados. As entidades podem adotar mais de uma metodologia de custeamento, dependendo das características dos objetos de custeio.

Gasto é o dispêndio de um ativo ou criação de um passivo para obtenção de um produto ou serviço.

Desembolso é o pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.

Investimento corresponde ao gasto levado para o Ativo em função de sua vida útil. São todos os bens e direitos adquiridos e registrados no ativo.

Perdas correspondem a reduções do patrimônio que não estão associadas a qualquer recebimento compensatório ou geração de produtos ou serviços.

Custos são gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços.

Custos da prestação de serviços são os custos incorridos no processo de obtenção de bens e serviços e outros objetos de custos e que correspondem ao somatório dos elementos de custo, ligados à prestação daquele serviço.

Custos reais são os custos históricos apurados a posteriori e que realmente foram incorridos.

Custo direto é todo o custo que é identificado ou associado diretamente ao objeto do custo.

Custo indireto é o custo que não pode ser identificado diretamente ao objeto do custo, devendo sua apropriação ocorrer por meio da utilização de bases de rateio ou direcionadores de custos.

Custo fixo é o que não é influenciado pelas atividades desenvolvidas, mantendo seu valor constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade.

Custo variável é o que tem seu valor determinado e diretamente relacionado com a oscilação de um fator de custos estabelecido na produção e execução dos serviços.

Custo operacional é o que ocorre durante o ciclo de produção dos bens e serviços e outros objetos de custos, como energia elétrica, salários, etc.

Custo predeterminado é o custo teórico, definido a priori para valorização interna de materiais, produtos e serviços prestados.

Custo padrão (standard) é o que resulta da consideração de normas técnicas atribuídas aos vários fatores de produção, como consumo de matérias, mão de obra, máquinas, etc., para a definição do custo do produto ou do serviço.

Custo estimado é o custo projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período; pode basear-se em simples estimativa ou utilizar a ferramenta do custo padrão.

Custo controlável utiliza centro de responsabilidade e atribui ao gestor apenas os custos que ele pode controlar.

Custo marginal apuração decorrente dos custos variáveis.

Hora ocupada é o tempo despendido por cada empregado nos departamentos de serviço destinados a atender às tarefas vinculadas com as áreas de produção de bens ou serviços.

Hora máquina corresponde à quantidade de horas que as máquinas devem funcionar para realizar a produção de bens e serviços e outros objetos de custos do período. É aplicada às unidades de produto ou serviço em função do tempo de sua elaboração.

Mão de obra direta corresponde ao valor da mão de obra utilizado para a produção de bens e serviços e outros objetos de custos.

Sobre aplicação é a variação positiva apurada entre os custos e metas estimados e os executados.

Sub aplicação é a variação negativa apurada entre os custos e metas estimados e os executados.

Custo de oportunidade é o custo objetivamente mensurável da melhor alternativa desprezada relacionado à escolha adotada.

Características e atributos da informação de custos

10. Os serviços públicos devem ser identificados, medidos e relatados em sistema projetado para gerenciamento de custos dos serviços públicos.

11. Os serviços públicos possuem características peculiares tais como: universalidade e obrigação de fornecimento, encaradas na maioria das vezes como direito social, em muitas situações, têm apenas o estado como fornecedor do serviço (monopólio do Estado). O serviço público fornecido sem contrapartida ou por custo irrisório diretamente cobrado ao beneficiário tem (em sua grande maioria) o orçamento como principal fonte de alocação de recursos.

12. Os atributos da informação de custos são:

(a)relevância - entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões de seus usuários auxiliando na avaliação de eventos passados, presentes e futuros;

(b)utilidade - deve ser útil à gestão tendo a sua relação custo benefício sempre positiva;

(c)oportunidade - qualidade de a informação estar disponível no momento adequado à tomada de decisão;

(d)valor social - deve proporcionar maior transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos;

(e)fidedignidade - referente à qualidade que a informação tem de estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo, para esse efeito, apresentar as operações e acontecimentos de acordo com sua substância e realidade econômica e, não, meramente com a sua forma legal;

(f)especificidade - informações de custos devem ser elaboradas de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários;

(g)comparabilidade - entende-se a qualidade que a informação deve ter de registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme, a fim de conseguir comparabilidade entre as distintas instituições com características similares. É fundamental que o custo seja mensurado pelo mesmo critério no tempo e, quando for mudada, esta informação deve constar em nota explicativa;

(h)adaptabilidade - deve permitir o detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários;

(i)granularidade - sistema que deve ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.

Evidenciação na demonstração de custos

13. A entidade pública deve evidenciar ou apresentar nas demonstrações de custos os objetos de custos definidos previamente, demonstrando separadamente:

(a) o montante de custos dos principais objetos, demonstrando separadamente: a dimensão programática: programas e ações, projetos e atividades; dimensão institucional ou organizacional e funcional; outras dimensões;

(b) os critérios de comparabilidade utilizados, tais como: custo padrão; custo de oportunidade; custo estimado;

(c) a título de notas explicativas: o método de custeio adotado para apuração dos custos para os objetos de custos; os principais critérios de mensuração; e as eventuais mudanças de critérios que possam afetar à análise da comparabilidade da informação.

Princípio de competência

14. Na geração de informação de custo, é obrigatória a adoção dos princípios de contabilidade em especial o da competência, devendo ser realizados os ajustes necessários quando algum registro for efetuado de forma diferente.

Cota de distribuição de custos indiretos

15. As cotas de distribuição de custos indiretos, quando for o caso, podem ser selecionadas entre as seguintes, de acordo com as características do objeto de custo: área ocupada; dotação planejada disponível; volume ocupado em depósitos; quantidade de ordens de compra emitida para fornecedores; consumo de energia elétrica; número de servidores na unidade administrativa responsável, etc.

16. É necessário e útil que a entidade que deseje evidenciar seus custos unitários, utilizando-se dos vários métodos de custeio existentes, o faça respeitando as etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos (institucionais e organizacionais, funcionais e processuais).

17. A etapa natural pode ser assim identificada: identificação dos objetos de custos; identificação dos custos diretos; alocação dos custos diretos aos objetos de custos; evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos; identificação dos custos indiretos; escolha do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sempre a relevância e, principalmente, a relação custo/benefício.

Variação da capacidade produtiva

18. As variações da capacidade produtiva podem ser das seguintes naturezas, entre outras:

(a) variação do volume ou capacidade: deve-se a sobre ou subutilização das instalações em comparação com o nível de operação. Está representada pela diferença entre os custos indiretos fixos orçados e os custos indiretos fixos alocados à produção de bens e serviços e outros objetos de custos;

(b) variação de quantidade: reflete a variação nos elementos de custo em relação à quantidade empregada de materiais e outros insumos para produção de produtos ou serviços.

Integração com os demais sistemas organizacionais

19. O SICSP deve capturar informações dos demais sistemas de informações das entidades do setor público.

20. O SICSP deve estar integrado com o processo de planejamento e orçamento, devendo utilizar a mesma base conceitual se se referirem aos mesmos objetos de custos, permitindo assim o controle entre o orçado e o executado. No início do processo de implantação do SICSP, pode ser que o nível de integração entre planejamento, orçamento e execução (consequentemente custos) não esteja em nível satisfatório. O processo de mensurar e evidenciar custos deve ser realizado sistematicamente, fazendo da informação de custos um vetor de alinhamento e aperfeiçoamento do planejamento e orçamento futuros.

Implantação do sistema de custos

21. O processo de implantação do SICSP deve ser sistemático e gradual e levar em consideração os objetivos organizacionais pretendidos, os processos decisórios que usarão as informações de custos segmentados por seus diferentes grupos de usuários, bem como os critérios de transparência e controle social.

Responsabilidade pela informação de custos

22. A análise, a avaliação e a verificação da consistência das informações de custos são de responsabilidade da entidade do setor público, em qualquer nível da sua estrutura organizacional, a qual se refere às informações, abrangendo todas as instâncias e níveis de responsabilidade.

23. A responsabilidade pela fidedignidade das informações de origem dos sistemas primários é do gestor da entidade onde a informação é gerada.

24. A responsabilidade pela consistência conceitual e apresentação das informações contábeis do sistema de custos é do profissional contábil.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.234, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova a 1ª Reformulação Orçamentária dos CRECIs das 1ª, 9ª, 18ª, 20ª, 21ª e 25ª Regiões, do exercício de 2011.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 25 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º - APROVAR a 1ª Reformulação Orçamentária dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECI das 1ª, 9ª, 18ª, 20ª, 21ª e 25ª Regiões, do exercício de 2011, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

CRECI 1ª Região/RJ - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	15.200.000,00
Receitas de Capital	R$	3.000.000,00
Total	R$	18.200.000,00
Despesas Correntes	R$	13.410.000,00
Despesas de Capital	R$	4.790.000,00
Total	R$	18.200.000,00

CRECI 9ª Região/BA - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.310.397,41
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.310.397,41
Despesas Correntes	R$	4.472.845,34
Despesas de Capital	R$	1.837.552,07
Total	R$	6.310.397,41

CRECI 18ª Região/AM - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	650.000,00
Receitas de Capital	R$	1.200.000,00
Total	R$	1.850.000,00
Despesas Correntes	R$	1.098.810,00
Despesas de Capital	R$	751.190,00
Total	R$	1.850.000,00

CRECI 20ª Região/MA - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.496.400,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.496.400,00
Despesas Correntes	R$	1.185.800,00
Despesas de Capital	R$	310.600,00
Total	R$	1.496.400,00

CRECI 21ª Região/PB - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.190.000,00
Receitas de Capital	R$	922.802,61
Total	R$	3.112.802,61
Despesas Correntes	R$	2.487.600,00
Despesas de Capital	R$	625.202,61
Total	R$	3.112.802,61

CRECI 25ª Região/TO - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	550.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	550.000,00
Despesas Correntes	R$	519.000,00
Despesas de Capital	R$	31.000,00
Total	R$	550.000,00

RESOLUÇÃO Nº 1.235, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova a 2ª Reformulação Orçamentária dos CRECIs das 2ª e 11ª Regiões, do exercício de 2011.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 25 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º - APROVAR a 2ª Reformulação Orçamentária dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECI das 2ª e 11ª Regiões, do exercício de 2011, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXO

CRECI 2ª Região/SP - 2ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	59.140.000,00
Receitas de Capital	R$	20.860.000,00
Total	R$	80.000.000,00
Despesas Correntes	R$	46.765.000,00
Despesas de Capital	R$	33.235.000,00
Total	R$	80.000.000,00

CRECI 11ª Região/SC - 2ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	7.867.000,00
Receitas de Capital	R$	830.000,00
Total	R$	8.697.000,00
Despesas Correntes	R$	6.570.100,00
Despesas de Capital	R$	2.126.900,00
Total	R$	8.697.000,00

RESOLUÇÃO Nº 1.236, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova a 3ª Reformulação Orçamentária do CRECI 5ª Região/GO, do exercício de 2011.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 25 de novembro de 2011, RESOLVE: Art. 1º - APROVAR a 3ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI 5ª Região/GO, do exercício de 2011, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXO

CRECI 5ª Região/GO - 3ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2011
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	5.635.000,00
Receitas de Capital	R$	965.000,00
Total	R$	6.600.000,00
Despesas Correntes	R$	4.421.000,00
Despesas de Capital	R$	2.179.000,00
Total	R$	6.600.000,00

RESOLUÇÃO Nº 1.237, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECIs, para o exercício de 2012.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 25 de novembro de 2011, RESOLVE: Art. 1º - APROVAR os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - CRECIs, para o exercício de 2012, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2 º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXO

CRECI 1ª Região/RJ - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	17.000.000,00
Receitas de Capital	R$	3.000.000,00
Total	R$	20.000.000,00
Despesas Correntes	R$	15.701.000,00
Despesas de Capital	R$	4.299.000,00
Total	R$	20.000.000,00

CRECI 2ª Região/SP - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	63.000.000,00
Receitas de Capital	R$	17.000.000,00
Total	R$	80.000.000,00
Despesas Correntes	R$	54.565.000,00
Despesas de Capital	R$	25.435.000,00
Total	R$	80.000.000,00

CRECI 3ª Região/RS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	10.545.900,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	10.545.900,00
Despesas Correntes	R$	9.740.900,00
Despesas de Capital	R$	805.000,00
Total	R$	10.545.900,00

CRECI 4ª Região/MG - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.900.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	7.000.000,00
Despesas Correntes	R$	6.595.000,00
Despesas de Capital	R$	405.000,00
Total	R$	7.000.000,00

CRECI 5ª Região/GO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	5.335.000,00
Receitas de Capital	R$	65.000,00
Total	R$	5.400.000,00
Despesas Correntes	R$	4.376.000,00
Despesas de Capital	R$	1.024.000,00
Total	R$	5.400.000,00

CRECI 6ª Região/PR - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.451.500,00
Receitas de Capital	R$	130.000,00
Total	R$	4.581.500,00
Despesas Correntes	R$	4.275.470,00
Despesas de Capital	R$	306.030,00
Total	R$	4.581.500,00

CRECI 7ª Região/PE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	3.300.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	3.300.000,00
Despesas Correntes	R$	2.850.000,00
Despesas de Capital	R$	450.000,00
Total	R$	3.300.000,00

CRECI 8ª Região/DF - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.400.000,00
Receitas de Capital	R$	1.200.000,00
Total	R$	7.600.000,00
Despesas Correntes	R$	5.762.100,00
Despesas de Capital	R$	1.837.900,00
Total	R$	7.600.000,00

CRECI 9ª Região/BA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	5.542.047,50
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	5.542.047,50
Despesas Correntes	R$	3.986.851,50
Despesas de Capital	R$	1.555.196,00
Total	R$	5.542.047,50

CRECI 11ª Região/SC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	7.890.360,00
Receitas de Capital	R$	2.805.000,00
Total	R$	10.695.360,00
Despesas Correntes	R$	6.500.360,00
Despesas de Capital	R$	4.195.000,00
Total	R$	10.695.360,00

CRECI 12ª Região/PA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.574.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	2.574.000,00
Despesas Correntes	R$	2.449.000,00
Despesas de Capital	R$	125.000,00
Total	R$	2.574.000,00

CRECI 13ª Região/ES - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.365.000,00
Receitas de Capital	R$	885.000,00
Total	R$	3.250.000,00
Despesas Correntes	R$	2.290.000,00
Despesas de Capital	R$	960.000,00
Total	R$	3.250.000,00

CRECI 14ª Região/MS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.817.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.817.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Despesas Correntes.....	R$	1.637.000,00
Despesas de Capital.....	R$	180.000,00
Total.....	R$	1.817.000,00

CRECI 15ª Região/CE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	2.645.000,00
Receitas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	2.645.000,00
Despesas Correntes.....	R$	2.425.900,00
Despesas de Capital.....	R$	219.100,00
Total.....	R$	2.645.000,00

CRECI 16ª Região/SE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	1.385.000,00
Receitas de Capital.....	R$	100.000,00
Total.....	R$	1.485.000,00
Despesas Correntes.....	R$	785.000,00
Despesas de Capital.....	R$	700.000,00
Total.....	R$	1.485.000,00

CRECI 17ª Região/RN - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	1.325.000,00
Receitas de Capital.....	R$	5.000,00
Total.....	R$	1.330.000,00
Despesas Correntes.....	R$	1.285.000,00
Despesas de Capital.....	R$	45.000,00
Total.....	R$	1.330.000,00

CRECI 18ª Região/AM - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	966.790,00
Receitas de Capital.....	R$	1.500.000,00
Total.....	R$	2.466.790,00
Despesas Correntes.....	R$	1.312.990,00
Despesas de Capital.....	R$	1.153.800,00
Total.....	R$	2.466.790,00

CRECI 19ª Região/MT - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	3.793.200,00
Receitas de Capital.....	R$	50.000,00
Total.....	R$	3.843.200,00
Despesas Correntes.....	R$	2.258.000,00
Despesas de Capital.....	R$	1.585.200,00
Total.....	R$	3.843.200,00

CRECI 20ª Região/MA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	1.097.340,00
Receitas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	1.097.340,00
Despesas Correntes.....	R$	1.042.340,00
Despesas de Capital.....	R$	55.000,00
Total.....	R$	1.097.340,00

CRECI 21ª Região/PB - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	2.188.667,00
Receitas de Capital.....	R$	668.000,00
Total.....	R$	2.856.667,00
Despesas Correntes.....	R$	2.348.367,00
Despesas de Capital.....	R$	508.300,00
Total.....	R$	2.856.667,00

CRECI 22ª Região/AL - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	625.000,00
Receitas de Capital.....	R$	375.000,00
Total.....	R$	1.000.000,00
Despesas Correntes.....	R$	960.000,00
Despesas de Capital.....	R$	40.000,00
Total.....	R$	1.000.000,00

CRECI 23ª Região/PI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	961.234,40
Receitas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	961.234,40
Despesas Correntes.....	R$	761.234,40
Despesas de Capital.....	R$	200.000,00
Total.....	R$	961.234,40

CRECI 24ª Região/RO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	726.592,05
Receitas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	726.592,05
Despesas Correntes.....	R$	726.592,05
Despesas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	726.592,05

CRECI 25ª Região/TO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	580.000,00
Receitas de Capital.....	R$	20.000,00
Total.....	R$	600.000,00
Despesas Correntes.....	R$	542.000,00
Despesas de Capital.....	R$	58.000,00
Total.....	R$	600.000,00

CRECI 26ª Região/AC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	270.337,40
Receitas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	270.337,40
Despesas Correntes.....	R$	270.337,40
Despesas de Capital.....	R$	0,00
Total.....	R$	270.337,40

RESOLUÇÃO Nº 1.238, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2012. O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 25 de novembro de 2011, RESOLVE: Art. 1º - APROVAR o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2012, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2 º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXO

COFECI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	28.000.000,00
Receitas de Capital.....	R$	33.000.000,00
Total.....	R$	61.000.000,00
Despesas Correntes.....	R$	26.415.000,00
Despesas de Capital.....	R$	34.585.000,00
Total.....	R$	61.000.000,00

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 265, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº. 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e a Resolução nº. 181, de 25 de novembro de 1997, em que, o relatório, de forma clara e precisa, demonstra que absolutamente todos os atos administrativos emanados pela Comissão Eleitoral seguiram estritamente as normas eleitorais contidas na Resolução COFFITO nº. 369/09, de 06 de novembro de 2009, e na lei de processos administrativos federais - Lei Federal nº 9.784/99, aplicável subsidiariamente à espécie. O pleito eleitoral transcorreu dentro da normalidade, fato este devidamente comprovado pelas peças ora acostadas. Ressalte-se que as chapas renunciaram ao prazo para interposição de recurso administrativo.

Ressalte-se, ainda, que, a legalidade acima demonstrada foi corroborada pelo Poder Judiciário, por ocasião da propositura de uma Ação Cautelar Inominada nº. 0061708-85.2011.4.01.3400 e impetração de Mandado de Segurança nº. 0061166-67.2011.4.01.3400, as quais tiveram os seus respectivos pedidos de liminares indeferidos, sendo que as razões para os respectivos indeferimentos fundaram-se na referida legalidade dos atos praticados pela Comissão Eleitoral e o próprio COFFITO.

No tocante ao resultado do pleito eleitoral, reforçando a legalidade dos atos praticados pela Comissão Eleitoral do CREFITO-11, não houve interposição de recurso. Os documentos apresentados pela chapa vencedora, cumprem, rigorosamente, os requisitos objetivos contidas nas normas do artigo 4º da resolução eleitoral. Nesse horizonte, os requisitos objetivos de elegibilidade e os procedimentais contidos na norma do artigo 38 da Resolução COFFITO 369/09 restaram cumpridos, motivo pelo qual, após VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo administrativo nº. 075/2011 (volumes I a XVI), que versam quanto a homologação das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região - para o quadriênio de 2011 a 2015.

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos em sessão da 216ª Reunião Plenária Extraordinária, nos termos da Resolução COFFITO nº. 369, de 6 de novembro de 2009, em:

Acatar integralmente o voto do Eminente Conselheiro Relator, que acolheu o Parecer Jurídico exarado na mesma Reunião Plenária que opinava pela homologação do Processo Eleitoral 684/11 da PROJUR e homologar, por unanimidade dos Conselheiros votantes o resultado das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região - CREFITO-11, sendo que se abstiveram de votar a Dra. Carlene Borges Soares e a Dra. Rita de Cássia Barcellos Bittencourt.

QUORUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Dra. Elineth da Conceição da Silva Braga; Dr. Wilen Heil e Silva (Relator); Dr. Adamar Nunes Coelho Júnior (Revisor); Dra. Carlene Borges Soares, Dra. Glademir Schwingel; Dra. Perla Cristiane Teles e Dra. Rita de Cássia Barcellos Bittencourt.

ELINETH DA CONCEIÇÃO DA SILVA BRAGA
Diretora-Secretária

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA

AUTOS COM VISTA AO RECORRIDO/INTERESSADA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista ao Recorrido e à Interessada para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto (fls. 560 e seguintes): RECURSO N. 2010.08.06815-05/SCA. Recte.: M.S.N. (Adv. Euro Bento Maciel Filho OAB/SP 153.714). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessada: Obelina Leandro dos Santos Carvalho.

Brasília, 1º de dezembro de 2011.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente

1ª TURMA

DESPACHOS

RECURSO 2007.08.05467-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: R.B. (Adv.: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Embgdo.: Acórdão de fls. 232/234 da PTU/SCA. Recte.: R.B. (Adv.: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Assim, ante a inexistência de medida processual em relação à decisão de fls. 232/234, encaminhem-se a secretaria para os trâmites conseguintes do julgamento, notadamente pra certificar o trânsito em julgado e dar cumprimento à execução. Brasília, 20 de setembro de 2011. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 2008.08.03991-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: C.A.P. (Advs.: Juliana Barbar de Carvalho OAB/PR 30125 e Outros). Embgdo.: Acórdão de fls. 469/477 da PTU/SCA. Recte.: C.A.P. (Advs.: Leonardo da Costa OAB/PR 23463 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.M.B.S. (Adv.: Márcia Giraldi Sbaraini OAB/PR 24477). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). DESPACHO: "(...). Assim, autorizado pelo art. 138, § 3º, do Regulamento Geral, nego seguimento aos presentes embargos, por carentes dos seus pressupostos legais para interposição. Brasília, 05 de julho de 2011. Welton Roberto, Relator." RECURSO 2009.08.09167-05/SCA-PTU. (Origem: REC-0199/2005/SCA-PTU). Rectes.: A.L.M.S. e F.R.B.S.C. (Advs.: Cyro Kusano OAB/SP 46169, Leonardo Massud OAB/SP 141981 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.C.R.S.A.P.Ltda. Repte. Legal: B.L.G. (Advs.: Angelo Moretto Neto OAB/SP 69868 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Face ao exposto, se impõe o não conhecimento da peça juntada aos autos, é o que submeto ao Senhor Presidente Colenda 1ª Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 23 de agosto de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 2009.08.09180-05/SCA-PTU. Rectes.: V.F.P. (Adv.: Valter Fernandes Pereira OAB/SP 150085). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Vitor Pascoal Machado de Minas. Rel. Orig.: Conselheiro Federal César Augusto Baptista de Carvalho (AC). Redistribuído: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Face ao exposto, se impõe o não conhecimento do recurso, é o que submeto à Presidência da Colenda 1ª Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 23 de agosto de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 2011.08.04502-05/SCA-PTU. Recte.: A.A.H. (Advs.:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Adenilson Honório OAB/MG 99233 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.W.N. (Adv.: William Domingos OAB/MG 105532). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Assim sendo, ausentes os pressupostos legais para a interposição do recurso, indefiro o apelo, determinando o retorno dos autos ao órgão recorrido. Brasília, 05 de julho de 2011. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 05 de julho de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente da 1ª Turma da Segunda Câmara." RECURSO 2011.08.05853-05/SCA-PTU. Recte.: Edivaldo Gomes do Couto. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e L.H.V.R. (Adv.: Gustavo Alexandre Magalhães OAB/MG 88124 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000048-3/SCA-PTU. Recte.: O.E.O. (Adv.: Osmar Elias de Oliveira OAB/SC 9506-B). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Rosa de Fátima Vieira de Souza. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Welton Roberto, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000234-0/SCA-PTU. Recte.: S.S.M. (Adv.: Sandro da Silva Moraes OAB/MG 56774). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Dorvalina Luíza Alves. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Jardson Saraiva Cruz, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000249-4/SCA-PTU. Recte.: N.E.P. (Adv.: Edson Rubens Polillo OAB/SP 53629). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Miriam Aparecida da Silva Francisco e Genilda Aparecida Francisco. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000378-0/SCA-PTU. Recte.: C.S.C. (Advs.: Celio Silva Camargo OAB/MG 39738 e OAB/ES 16519 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e L.A.C.C.P. (Adv.: Luiz André Calais Correia Pinto OAB/MG 51749). Relatora: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora." DESPACHO: "Acolho o despacho da digna Relatora, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000380-4/SCA-PTU. Recte.: C.S.F. (Adv.: Celio Soares Ferreira OAB/MG 71597). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Maria Celeste de A. Rodrigues. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000416-0/SCA-PTU. Recte.: C.C. (Adv.: Carlos Caldeira OAB/MG 48642 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.M.O. (Adv.: Karen Cheila Andrade Santos OAB/MG 108497). Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). DESPACHO: "(...). Portanto, intempestivo o recurso e ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.000492-4/SCA-PTU. Recte.: A.S.A.O. (Adv.: Antonio Sérgio Almeida de Oliveira OAB/MG 35858). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Espólio de A.A.T.D. Repte. Legal: V.P.D. (Adv.: Carla Pinheiro Polese OAB/MG 68780). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (art. 140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001133-0/SCA-PTU. Recte.: A.B.R.N. (Adv.: Eliane Tuchapesch e Silva OAB/SP 112679). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Dirceu Gomes de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). DESPACHO: "(...). Portanto, intempestivo o recurso e ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Welton Roberto, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001138-0/SCA-PTU. Recte.: M.S. (Advs.: Massao Simonaka OAB/SP 18940 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.R.M. (Adv.: Eneida Rute Manfredini OAB/SP 128909). Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Jardson Saraiva Cruz, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001145-0/SCA-PTU. Recte.: M.L.A. (Advs.: Maria de Lourdes Amaral OAB/SP 52945 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Ronaldo Souza Lima. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. José Sebastião Espíndola, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001150-9/SCA-PTU. Recte.: R.L.P.S. (Adv.: Cristiane de Sousa Coelho OAB/SP 273941). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Valdemir Fernandes Gomes. Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001152-5/SCA-PTU. Recte.: F.A.C.S. (Adv.: Samia Maria Faiçal Carbone OAB/SP 77462). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e T.L.P.G. (Adv.: Tiago Luís Pavinatto Gonçalves OAB/SP 272508). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001155-8/SCA-PTU. Recte.: J.M.T. (Adv.: Ary Rodrigues dos Santos Junior OAB/SP 100902). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, E.R. e M.C. (Advs.: Ana Beatriz I. de Paula Jimenez OAB/SP 120989 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara (140 do RGOAB). Brasília, 23 de agosto de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001159-0/SCA-PTU. Recte.: J.M.C. (Adv.: João Maria Carneiro OAB/SP 93510). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Nelson Moreira Barbara. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001161-4/SCA-PTU. Recte.: M.S.S.C. (Advs.: Gerson Oliveira Justino OAB/SP 147937 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.B.M. (Advs.: Leoclecia Bárbara Maximiano OAB/SP 63326 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001169-8/SCA-PTU. Recte.: C.H.S. (Adv.: Márcio Santamaria OAB/SP 215859). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Welton Roberto, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001173-6/SCA-PTU. Recte.: A.M.N. (Advs.: Clito Fornaciari Junior OAB/SP 40564 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.M.G. (Advs.: Ubaldo Juveniz dos Santos Jr. OAB/SP 160493 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Jardson Saraiva Cruz, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.0001307-0/SCA-PTU. Recte.: C.M.T.C. (Adv.: Cristiane Maria Teixeira de Castro OAB/MG 63854). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Eric Vinicius Campos. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001474-1/SCA-PTU. Recte.: R.C. (Adv.: Roberto Cerveira OAB/SP 35208). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Sandra Márcia Correa. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Sebastião Espíndola, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.001869-7/SCA-PTU. Recte.: L.N.C.G. (Adv.: Gesmar Calixto Gonçalves OAB/GO 3880-A). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Por fim, recurso contra decisão unânime de Conselho Seccional tem natureza especial, devendo haver prova de contrariedade à Lei nº 8.906/94, a decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos - que não é o caso do presente recurso, sob pena de não conhecimento, segundo a inteligência do artigo 75, caput, segunda parte, do EAOAB. Face ao exposto, se impõe o não conhecimento do recurso, é o que submeto ao Senhor Presidente da Colenda 1ª Turma da Segunda Câmara. Brasília, 25 de outubro de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002495-6/SCA-PTU. Recte.: K.F.R. (Adv.: Karla Felisberto dos Reis OAB/MG 86444). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Sibélia Aparecida de Lima Alvim. Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). DESPACHO: "(...). Posto isso, indico ao ilustre Presidente da Primeira Turma o não conhecimento recursal, por ausência dos pressupostos legais mantendo, consequentemente, a decisão recorrida. Brasília, 25 de outubro de 2011. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002501-8/SCA-PTU. Rectes.: O.S.F. e R.D. (Advs.: Orlando dos Santos Filho OAB/SP 149675, Rinaldo Delmondes OAB/SP 121363 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Floriano Edmundo Poersch, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002509-1/SCA-PTU. Rectes.: D.P.S. e V.G.C.T. (Adv.: Paulo Roma OAB/SP 50657). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, O.C.T.M. e T.G.S.M. (Adv.: Silvana Malaki de Moraes Pinto do Nascimento OAB/SP 115014). Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Jardson Saraiva Cruz, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002511-5/SCA-PTU. Recte.: Mariza da Silva de Oliveira. (Adv. Assist.: Armando Sanchez OAB/SP 21825). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.M.S. (Adv.: Renata Mihe Sugawara OAB/SP 208015). Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002515-6/SCA-PTU. Recte.: S.I. (Adv.: Danielle Rodrigues de Souza OAB/SP 214282). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.P.A. (Adv.: Ana Patrícia de Araújo OAB/SP 198674). Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. José Sebastião Espíndola, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002790-4/SCA-PTU. Recte.: L.F.C. (Adv.: Luiz Fernando Cardoso OAB/SC 5942). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e M.M.P. (Adv.: Celina Duarte Rinaldi OAB/SC 11649-B). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Portanto, ausente o pressuposto processual da tempestividade, nego seguimento ao recurso e indico ao Presidente da Primeira Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.003581-8/SCA-PTU. Recte.: G.T.A. (Advs.: Bóris Trindade OAB/PE 2032-D e Alberto Trindade OAB/PE 24422). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco e Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFOAB. Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.003729-4/SCA-PTU. Recte.: J.A.A.A.A. (Advs.: Jamil Abdo OAB/RS 22830 e Outro) Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, P.R.L., J.F.C.D., F.N.S., I.F., C.F.V.C. e I.R.L. (Advs.: Paulo Roberto Lontra OAB/RS 4899, José Francisco Camargo Dornelles OAB/RS 6420, Fabrício Nedel Scalzilli OAB/RS 44066, Isolde Favaretto OAB/RS 11259, Carlos Felipe Vizzoto de Castro OAB/RS 43717 e Iara Rosa Leite OAB/RS 42506). Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente."

Brasília, 29 de novembro de 2011.

GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO

Presidente

ACÓRDÃOS

RECURSO 0016/2006/SCA-PTU. Recte.: R.C.F. (Adv.: Olgaildes Neves de Lima OAB/RJ 80217). Recdos.: Despacho de fls. 150/151 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 172/2011/SCA-PTU. Recurso interposto contra decisão monocrática que nega seguimento a embargos de declaração meramente protelatórios, opostos contra decisão isenta de qualquer ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão. Óbice previsto no art. 138, § 5º do Regulamento Geral da OAB. O não atendimento aos pressupostos legais de admissibilidade enseja o não conhecimento do recurso. Manutenção da decisão recorrida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 0446/2006/SCA-PTU. Recte.: E.S.T.B. (Advs.: Eugênio Savério Trazzi Bellini OAB/SP 63250 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 173/2011/SCA-PTU. Prestação de contas tardia, o atraso em prestar contas, em mais de três anos, e só realizada após ação promovida pelo cliente, configura infração de locupletamento, com infração ao inciso XX do artigo 34 do EAOAB. Recurso a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 0467/2006/SCA-PTU. Recte.: R.V.M. (Adv.: Rosinaldo Vieira da Mota OAB/SP 112213). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.L.B. (Advs.: Maria Fernanda Amaral OAB/SP 128417 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 174/2011/SCA-PTU. Decisão unânime. Recurso que não atacou qualquer dispositivo e ou decisão contrária de outra Seccional ou a dispositivo do Regulamento Geral ou do Código de Ética e Disciplina. Inadmissibilidade. Aplicação do artigo 75 do EOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Welton Roberto, Relator. RECURSO 0496/2006/SCA-PTU. Recte: L.A.M. (Advs.: Gustavo Machado OAB/SP 154021 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, E.P.C. e M.P.C. (Advs.: Fernando José de Barros Freire OAB/SP 138200 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 175/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, inviabiliza o conhecimento do recurso, pelo óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso dirigido ao Conselho Federal não admite o reexame de matéria de fato e nem de provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 0649/2006/SCA-PTU. Recte.: I.A.P. (Adv.: Elecir Martins Ribeiro OAB/SP 126283). Recdos.: Despacho de fls. 349/351 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). EMENTA 176/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. 1. O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a reiteração das razões já apreciadas. 2. Correta a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso, se o recorrente não se incumbiu de demonstrar inequivocamente a demonstração do cabimento do recurso de natureza extraordinária. 3. Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Floriano Edmundo Poersch, Relator. RECURSO 0695/2006/SCA-PTU. Recte.: A.P.A. (Advs.: Geraldo Roberto Gomes OAB/MG 75191 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e João Marques Teixeira. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 177/2011/SCA-PTU. Ementa - Recurso Especial - Cerceamento de Defesa - Inexistência - Prescrição da Pretensão Punitiva - Inocorrência - Processo instaurado e julgado em prazo inferior a cinco anos - Inexistência de paralisação por mais de três anos. Tendo o Representado inúmeras vezes se manifestado nos autos sem, contudo, demonstrar que cumpriu com suas obrigações no sentido de comprovar que prestou informações ao cliente. Sua condenação não caracteriza cerceamento de defesa. A prescrição qüinqüenal, prevista no artigo 43, da Lei 8.906/94, foi interrompida com a instauração do presente processo administrativo, em 08.06.2000, e o julgamento no TED/SP ocorreu em 06 de novembro de 2003, prazo inferior a cinco anos a contar da data da comunicação do fato à OAB e a trienal dos parágrafos 1º e 2º, somente se verifica se houver paralisação por prazo superior a três anos, o que não ocorreu no processo em tela. Recurso conhecido e negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 0726/2006/SCA-PTU. Recte.: H.C.S. (Adv.: Nilson Roberto de Albuquerque Flórido OAB/SP 132504). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Geraldo Antonio Gonzaga. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 178/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 1080/2006/SCA-PTU. Recte.: R.G.S. (Advs.: Iara de Miranda OAB/SP 137312 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 160/161 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.G.M.F. (Adv.: Cláudio de Angelo OAB/SP 116223). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 179/2011/SCA-PTU. Recurso manifestado contra despacho do Relator do feito perante este Conselho Federal que negou seguimento, por sua vez, a recurso interposto contra decisão proferida à unanimidade pelo Conselho Seccional da OAB/SP. Correta a decisão denegatória de seguimento ao recurso referido, se não se ateve o interessado à demonstração do cabimento das previsões do artigo 75 do EAOAB. Recurso conhecido, mas ao qual se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2007.08.00680-05/SCA-PTU. Recte.: M.F.B. (Adv.: Marnio Fortes de Barros OAB/SP 18368). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.V.B. (Adv.: Dagoberto Loureiro OAB/SP 20522). Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 180/2011/SCA-PTU. Recurso. Prescrição Qüinqüenal. Reconhecimento. 1) Decorridos mais de 05 anos entre a notificação válida e a decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB, há que se reconhecer a prescrição qüinqüenal. 2) Acórdão de Conselho Seccional que reforma decisão de arquivamento para determinar o prosseguimento do feito não tem o condão de interromper o curso da prescrição, por não se tratar de decisão condenatória. 3) Recurso conhecido e provido para reconhecer a prescrição qüinqüenal, nos termos do art. 43 do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2007.08.02489-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: E.S.T.B. (Advs.: Eugenio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250 e Outra). Embgdo.: Despacho de fls. 283/284 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: E.S.T.B. (Advs.: Eugenio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.B.O. Repte. Legal: V.O. (Advs.: Raul Bereta OAB/SP 54699). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 181/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Embargos de declaração com caráter manifestamente infringente. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante deste acórdão. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2007.08.02971-05/SCA-PTU. Recte.: Carlos Maria de Senna Júnior. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, C.D.M. e S.O. (Adv.: Colbert Dutra Machado OAB/RJ 23645 e Defs. Dats.: Douglas Cavalcanti Torres Guerra OAB/RJ 92629 e Samir José Caetano Martins OAB/RJ 111415). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 182/2011/SCA-PTU. Recurso. Prescrição. Matéria de ordem pública, insuscetível de preclusão. Decisão de arquivamento liminar da representação. Ausência de causa interruptiva da prescrição. 1) Ocorrendo lapso temporal superior a 05 anos desde a última causa interruptiva da prescrição, no caso a notificação válida em 16.12.2002, sem qualquer decisão condenatória de órgão julgador da OAB ou outra causa posterior interruptiva de prescrição, consumada está a prescrição qüinqüenal. 2) As decisões anteriores, tanto do Tribunal de Ética, quanto do Conselho Seccional, no sentido do arquivamento da representação, não têm o condão de interromper a prescrição, nos termos da jurisprudência do Conselho Federal. 3) Reconhecimento de ofício da prescrição qüinqüenal, determinando-se a baixa definitiva dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em declarar a prescrição de ofício, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2007.08.05515-05/SCA-PTU. Recte.: L.V.G.J. (Adv.: Lauro Vieira Gomes Júnior OAB/SP 117069). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 183/2011/SCA-PTU. Recurso que repisa fatos e fundamentos já apreciados pela instância originária, sem indicação do preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade, não pode ser conhecido. Reexame de fatos e provas. Vedação. Decisão unânime de Conselho Seccional. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação da norma do art. 140 do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2007.08.06705-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: R.A.S.B. (Adv.: Luiz Gustavo Dias Grapiuna OAB/MG 90512). Embgdo.: Despacho de fls. 319/320 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: R.A.S.B. (Adv.: Luiz Gustavo Dias Grapiuna OAB/MG 90512). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e N.G.R. (Advs.: André Myssior OAB/MG 91357 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 184/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Irresignação do embargante que não ultrapassa os limites de admissibilidade. Ausência de omissão, con-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

tradição ou obscuridade. Pretensão ao reexame da matéria fática. Impossibilidade. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante deste acórdão. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2008.08.03855-05/SCA-PTU. Recte.: G.G.S. (Adv.: Gilson G. dos Santos OAB/SC 4073). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 185/2011/SCA-PTU. Recurso. Representação. Juiz de Direito. Legitimidade. Locupletamento. Caracterização. 1) O advogado é essencial à função jurisdicional do Estado, prestando serviço público e exercendo função social em seu ministério privado, de modo que o processo disciplinar, portanto, é marcado por forte interesse público, competindo a toda a sociedade a busca pelo exercício ético e probo da advocacia. 2) Advogado que se apropria de valores pertencentes ao cliente, por mais de 06 (seis) anos, comete infração disciplinar, nos termos do artigo 34, inciso XX, da Lei nº 8.906/94. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2008.08.06789-05/SCA-PTU. Rectes.: J.A.S. e V.L.S. (Advs.: João Arruda Xavier OAB/MG 28320 e Valdinê Lopes dos Santos OAB/MG 54084). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, J.A.S., T.B.R. e V.L.S. (Advs.: João Arruda Xavier OAB/MG 28320, Tadeu Barberino Rios OAB/MG 81490 e Outros, e Valdinê Lopes dos Santos OAB/MG 54084). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 186/2011/SCA-PTU. Recurso. Conduta incompatível com a advocacia. 1) Advogado que requer homologação de acordo extrajudicial, quando a parte possui advogado devidamente constituído nos autos, pratica infração disciplinar. 2) Acordo prejudicial à parte contrária sem a anuência de seu advogado, por estar impossibilitado de estar presente. 3) Recurso do advogado V.L.S que não se conhece por ser intempestivo e recurso do advogado J.A.S que se conhece para negar provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de fls. 345/347, por ser intempestivo, e conhecer e negar provimento ao recurso de fls. 349/350, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2008.08.09020-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: J.E.O.G. (Adv.: José Eduardo de Oliveira Galvão OAB/SP 34972). Embgdo.: Despacho de fls. 95/96 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: J.E.O.G. (Adv.: José Eduardo de Oliveira Galvão OAB/SP 34972). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselho Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 187/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Nulidade. Inexistência. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidade do recurso. 2) Não há que se falar em nulidade processual quando o próprio advogado representado comparece pessoalmente requerendo vista dos autos fora de Secretaria, ocasião em que passa a ser devidamente notificado dos atos processais seguintes e patrocina sua defesa pessoalmente, inobstante a atuação do defensor dativo. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2009.08.01619-05/SCA-PTU. Recte.: A.S.F (Adv.: Antonieta Seixas Francia OAB/MG 24628). Recdo.: Conselho Seccional OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 188/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Locupletamento. Desclassificação. Pagamento anterior à decisão condenatória. 1) O levantamento de valores constantes de alvará judicial e o não repasse imediato ao cliente configuram a infração disciplinar tipificada no artigo 34, inciso XX, do EAOAB. 2) Contudo, o pagamento de tais valores na primeira ocasião, quando da audiência de conciliação, e o pouco tempo em que ficaram na posse da Recorrente, permitem a desclassificação da conduta para a violação a preceito ético, sancionado com censura. 3) Recurso conhecido e parcialmente provido para desclassificar a conduta da Recorrente para violação ao preceito ético previsto no artigo 9º do CEDOAB e aplicar-lhe a sanção disciplinar de censura. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2009.08.01641-05/SCA-PTU. Recte.: J.M.A. (Adv.: Janice Martins Alves OAB/MG 58803). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 189/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Ausência de contrariedade à Lei nº 8.906/94, a decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos. Artigo 75 do EAOAB. Irresignação que não supera os limites de admissibilidade. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2009.08.03711-05/SCA-PTU. Recte.: L.G.R. (Advs.: Laudecir Aparecido Ramalho OAB/SP 79818 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e N.J. (Adv.: Antônio Domingos Adriani OAB/SP 44415). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 190/2011/SCA-PTU. Recurso que repisa fatos e fundamentos já apreciados pela instância originária, sem indicação do preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade, não pode ser conhecido. Reexame de fatos e provas. Vedação. Decisão unânime de Conselho Seccional. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação da norma do art. 140 do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto do relator. Brasília, 17 de maio de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente da 1ª Turma da Segunda Câmara. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2009.08.04255-05/SCA-PTU. Recte.: L.C.L. (Adv.: Luis Carlos da Luz OAB/BA 4594). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 191/2011/SCA-PTU. Recurso. Exclusão. Decisão unânime de Conselho Seccional. Intempestividade. Inteligência do artigo 69, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº 8.906/94 e artigo 139 do Regulamento Geral da OAB. 1) Todos os prazos necessários à manifestação nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para a interposição de recursos. 2) A contagem do prazo inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao da data do recebimento da notificação, anotada pela Secretaria do órgão da OAB ou pelo agente dos Correios. 3) Recurso protocolado após esse prazo não atende ao requisito da tempestividade, razão pela qual não se conhece dos embargos de declaração opostos após o prazo de 15 dias. 4) Nos termos do artigo 38, inciso I, do EAOB, aplica-se a exclusão ao advogado apenado com três sanções disciplinares de suspensão. 5) No caso em análise, contando o recorrente com inúmeras sanções disciplinares de suspensão, com trânsito em julgado, é de rigor a aplicação da exclusão. 6) Recurso não conhecido, face à intempestividade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2009.08.04902-05/SCA-PTU. Rectes.: E.M.S.N., M.S., E.V., F.J.D. e S.P.M. (Advs.: Luiz Fernando Molléri OAB/SC 2174 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, E.T., E.A.P., J.J.M. e J.S. (Advs.: Elídia Tridapalli OAB/SC 9666, Emília Aparecida Petter OAB/SC 9991, João José Martins OAB/SC 4136 e Josemar Siemann OAB/SC 11776). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 192/2011/SCA-PTU. Recurso. Acórdão unânime. Decisão de arquivamento liminar da representação. Cerceamento de defesa. Inexistência. 1) Em se tratando de decisão unânime, o recurso para o Conselho Federal tem caráter extraordinário, devendo observar o disposto no artigo 75, caput, do EAOAB. 2) Como quer que fosse, o pressuposto fundamental do recurso é o de que vise a impugnar decisão definitiva ou de mérito, razão por que a decisão do Conselho Seccional que mantém o arquivamento de representação, considerando inadmissível a instauração do processo ético-disciplinar, não comporta recurso para o Conselho Federal. 3) A atuação efetiva dos recorrentes, peticionando nos autos, patrocinando sua defesa em causa própria, regularmente notificados de todos os atos, afasta a alegação de cerceamento de defesa por indeferimento de pedido de adiamento formulado por seu advogado. 4) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2009.08.05453-05/SCA-PTU. Recte.: J.R.S.G. (Adv.: José Ricardo Salve Garcia OAB/SP 20960). Recdos.: Despacho de fls. 1264/1265 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.P.C.Ltda. e F.H.C.TV.P.A.Ltda. Reptes. Legais: J.D.S.T. e P.M.K. (Advs.: Jorge Name Maluf Neto OAB/SP 50240, Mariana Albuquerque Melo OAB/SP 185035 e Outros. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 193/2011/SCA-PTU. Ausência de prestação de contas à cliente - Levantamento de valores depositados em processo judicial resultante de êxito da demanda em benefício do representante - Falta ética caracterizada - Infração ao inciso XXI do artigo 34 do EAOAB - Compensação para pagamento de honorários advocatícios relativos a outras demandas - Ausência de contrato de prestação de serviços - Impossibilidade - Recurso conhecido e negado provimento. Caracteriza infração ético-disciplinar capitulada no inciso XXI do artigo 34 do EAOAB, passível da sanção prevista no inciso I do artigo 37 do mesmo diploma legal o levantamento de valores em processo judicial, devido ao cliente, sem a devida prestação de contas. A compensação de valores a título de honorários relativos a prestação de serviços diversos daqueles prestados no feito em que resultou o crédito somente é possível com a existência de contrato expresso. Recurso conhecido e negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2009.08.07050-05/SCA-PTU. Recte.: A.J.M.F. (Advs.: Rafaella Zanatta Caon OAB/SC 22415 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Benoni Farias. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 194/2011/SCA-PTU. Recurso Especial. Ausência de voto divergente vencedor. Inexistência de nulidade do acórdão. Cerceamento do direito de defesa inocorrência. Recurso apresentado enfrentando todos os pontos necessários. Direito de defesa exercitado plenamente. Retenção de honorários de valores levantados em processo judicial. Percentual contratado por instrumento expresso. Possibilidade. Acordo judicial sem especificar pagamento da condenação a título de honorários sucumbenciais. Impossibilidade de retenção de valores decorrentes da condenação em honorários sucumbenciais. Verba autônoma pertencente exclusivamente ao advogado. Inteligência do artigo 23 do EAOAB. Infração ético-disciplinar configurada. Recurso conhecido e improvido. Não acarreta nulidade do acórdão que não se fez acompanhar do voto divergente vencedor quando a sua ausência não impossibilita o exercício do direito de defesa e de recorrer e a sua irrelevância para a decisão do recurso. Caracteriza infração ético-disciplinar a retenção de honorários de sucumbência fixados em sentença judicial cuja quitação da condenação se dá através de acordo sem que fosse explicitado a liquidação de tal verba. Esta verba pertence exclusivamente ao advogado por inteligência do artigo 23 do EAOAB. É possível a retenção de valores a título de honorários contratados expressamente pactuados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2009.08.07997-05/SCA-PTU. Recte.: T.S.S.L.C. (Adv.: Edson Konell Cabral OAB/SC 1574). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 195/2011/SCA-PTU. Recurso. Processo de Exclusão. Competência. Devido processo legal. Nulidade. 1) O processo de exclusão deve ser julgado inicialmente pelo Tribunal de Ética e Disciplina, que deverá recorrer de ofício ao Conselho Seccional nos casos em que julgar procedente o pedido. 2) A não observância desse procedimento impõe que se declare a nulidade do feito a partir do respectivo julgamento, por violação ao devido processo legal. 3) Tratando-se da terceira sanção disciplinar de suspensão, por débitos de anuidades distintas, deve ser instaurado processo de cancelamento e não de exclusão, nos exatos termos do artigo 22, parágrafo único, do Regulamento Geral. 4) Recurso conhecido e provido para declarar a nulidade do acórdão recorrido, determinando-se o arquivamento dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para declarar a nulidade do acórdão recorrido, determinando o arquivamento dos autos, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2009.08.08561-05/SCA-PTU. Recte.: Antônio Pereira Albino. Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). EMENTA 196/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com o que recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Floriano Edmundo Poersh, Relator. RECURSO 2009.08.09142-05/SCA-PTU. Recte.: G.A.P. (Advs.: Samuel Augusto B. Benedicto OAB/SP 283821 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 197/2011/SCA-PTU. Recurso. Processo de Exclusão. Competência. Devido processo legal. Nulidade. 1) O processo de exclusão deve ser julgado inicialmente pelo Tribunal de Ética e Disciplina, que deverá recorrer de ofício ao Conselho Seccional nos casos em que julgar procedente o pedido. 2) A não observância desse procedimento impõe que se declare a nulidade do feito a partir do respectivo julgamento, por violação ao devido processo legal. 3) Recurso conhecido e provido parcialmente para declarar a nulidade do acórdão recorrido, determinando-se o envio dos autos ao Tribunal de Ética e Disciplina para apreciação da matéria. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2009.08.09160-05/SCA-PTU. Recte.: G.H.B. (Adv. Assist.: Francisco Apparecido Borges Júnior OAB/SP 111508). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.A.G. (Advs.: Sérgio Augusto Gravello OAB/SP 85714 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 198/2011/SCA-PTU. Recurso interposto contra decisão não unânime da Seccional. Conhecimento. Controvérsia envolvendo procedimento de advogado não pertinente à atividade profissional. Ausência de pressupostos de admissibilidade da representação ex vi art. 51, § 2º do EOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que

Versão Digital Impressão Proibida

integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2009.08.09162-05/SCA-PTU. Recte.: J.C.M. (Adv.: Jean Carlo Missi OAB/SP 242799). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, G.P. e J.I.G. (Advs.: Gleibe Pretti OAB/SP 215784 e José Iackowski Gonçalves OAB/SP 215818). Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). EMENTA 199/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Acórdão não unânime. Reclamação trabalhista. Arquivamento. Ausência do advogado à audiência una. Ausência de prejuízo. 1) A ausência de advogado em audiência trabalhista una, por si só, não gera a presunção de prejuízo ao cliente, ainda mais quando este também é advogado e o arquivamento se dá por sua ausência e não pela ausência do advogado, não restando configurada a culpa grave. 2) Não caracteriza locupletamento a conduta do advogado que, voluntariamente, deposita em consignação valor recebido a título de honorários advocatícios já reconhecidos no acórdão recorrido, e que resta expressamente recusado pelo cliente/Recorrente. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Floriano Edmundo Poersch, Relator. RECURSO 2009.08.09165-05/SCA-PTU. Recte.: L.G.O. (Adv.: Laura Garcia Oquiles OAB/SP 143861). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e T.A.B.&C.Ltda. Repte. Legal: Paulo Maurício Garcia. Relator: Conselheiro Federal Renato Castelo de Oliveira (AC). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 200/2011/SCA-PTU. Prescrição quinquenal. Causa interruptiva. Decisão unânime do Conselho Seccional. Recurso. Art. 75 da Lei 8.906/94. Não conhecimento. 1. Não incide a prescrição quinquenal quando se verifica alguma das causas interruptivas no lapso de cinco anos entre a constatação oficial do fato e a decisão condenatória. 2. Decisão unânime do Conselho Seccional que não incide em qualquer hipótese de que trata o artigo 75, caput, segunda parte, da Lei Federal nº 8.906/1994, impõe o não conhecimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator "ad hoc". RECURSO 2009.08.09169-05/SCA-PTU. Recte.: C.M. (Adv.: Carlos Mellone OAB/SP 48221). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Alcides Ferreira dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Renato Castelo de Oliveira (AC). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 201/2011/SCA-PTU. Decisão unânime do Conselho Seccional. Recurso. Art. 75 da Lei 8.906/94. Não demonstrada contrariedade nos termos do art. 75 da Lei n. 8.906/94, não deve o recurso ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator "ad hoc". RECURSO 2009.08.09183-05/SCA-PTU. Recte.: A.A.S. (Adv.: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Benedito Florisvaldo de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Renato Castelo de Oliveira (AC). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 202/2011/SCA-PTU. Cerceamento de defesa. Inexistência. Composição de órgão julgador. Matéria ético-disciplinar. Súmula n. 01/2007 do Órgão Especial do CFOAB. Incidente de exceção de suspeição. Necessidade não demonstrada. Prescrição quinquenal. Causas interruptivas do prazo. Decisão unânime do Conselho Seccional. Recurso. Art. 75 da Lei 8.906/94. Não conhecimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.00101-05/SCA-PTU. Recte.: J.O.G.S. (Adv.: José Orlando Gomes Sousa OAB/GO 18099). Recdos.: Despacho de fls. 173/174 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Goiás e I.C.M. (Advs.: Helenilda Pereira da Silva Quirino OAB/GO 22709 e Outros). Relator: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 203/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Reiteração das razões - Requisitos de admissibilidade não superados - Recurso conhecido e improvido. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Não havendo qualquer suscitação de fato novo ou efetiva demonstração de superação dos requisitos de admissibilidade gizados pelo art. 75 do EOAB, correta a indicação e o indeferimento liminar do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora. RECURSO 2010.08.00949-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: C.R.M. (Adv.: Carlos Roberto Micelli OAB/SP 39102). Embgdo.: Acórdão de fls. 451/457 da PTU/SCA. Recte.: C.R.M. (Adv.: Carlos Roberto Micelli OAB/SP 39102). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 204/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Rejeição. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Assim, não se pode atribuir efeitos modificativos a embargos de declaração quando o julgado não contém erro material que enseje sua modificação, estando presente, apenas, a intenção de obter o reexame da prova e da matéria fática já examinada. 3. Quanto à legitimidade, na inteligência do artigo 72 do Estatuto da Advocacia e da OAB, o processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada. 4. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 2010.08.01595-05/SCA-PTU. Recte.: W.C.B. (Adv.: Wanderlei Cordeiro de Brito OAB/SP 119558). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 205/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Prática de crime infamante. Processo objetivando a exclusão do recorrente. Nulidade do julgado por ausência de intimação para manifestação quanto à juntada de documento essencial ao deslinde da causa. Prescrição. Ocorrência, em virtude do transcurso de 05 (cinco) anos desde a notificação inicial válida. Inteligência do art. 43 do EAOAB. Recurso conhecido e provido, para reconhecer a nulidade do julgamento desde a ausência de intimação da juntada da certidão e reconhecimento da prescrição nos termos do art. 43 do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2010.08.01607-05/SCA-PTU. Recte.: J.D.P. (Adv.: Jairo Donizeti Pires OAB/SP 87740). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 206/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Insurgência contra decisão unânime do Conselho Seccional. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 2010.08.01613-05/SCA-PTU. Recte.: M.I.G. (Advs.: Cristiane Lourenço OAB/SP 180129 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 303/304 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e F.R.G. (Adv. Assist.: Carolina Bergonso Prada Larocca OAB/SP 198132). Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). EMENTA 207/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Intempestividade. Não conhecimento. 1. O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2. É intempestivo, portanto, o recurso protocolado após o prazo legal de 15 dias, não atendendo ao pressuposto processual extrínseco de admissibilidade. 3. Portanto, a hipótese é de não conhecimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator. RECURSO 2010.08.01879-05/SCA-PTU. Recte.: A.N.V. (Adv.: Afonso Nemésio Viana OAB/SP 57345). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Sebastião Cavalcante Leite. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 208/2011/SCA-PTU. Recurso interposto contra decisão prolatada em ação revisional. Decisão que reduziu a pena. Decisão que se mantém por seus substanciais fundamentos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2010.08.01892-05/SCA-PTU. Recte.: L.A.B. (Advs.: Telma Cristina Romero Bacchelli OAB/SP 238385 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 295/297 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e G.G.S. (Adv.: Paulo Francisco de Souza OAB/SP 93680). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). EMENTA 209/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Intempestividade. Não conhecimento. 1. O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2. Tendo o recurso sido protocolado após esse prazo, verifica-se sua intempestividade. 3. Portanto, a hipótese é de não conhecimento do recurso, em face de sua intempestividade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Marcus Vinícius Cordeiro, Relator. RECURSO 2010.08.02415-05/SCA-PTU. Recte.: N.J.O.N. (Advs.: Joél E. Domingues OAB/SP 80702 e Outra). Recdos.: Despacho de fls. 192/193 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 210/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Infração reconhecida em sentença judicial publicada - Constatação oficial da OAB - Representação depois de 5 (cinco) anos - Prescrição da pretensão punitiva - Recurso conhecido e provido. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Infração ética detectada por sentença judicial, que determinou a comunicação à OAB, efetivada oito anos depois, a qual foi atacada por recurso ordinário, apreciado perante o Tribunal Regional do Trabalho, cujo acórdão evidencia a publicidade oficial. 3. A publicação em órgão oficial da imprensa impõe o reconhecimento do conhecimento da infração pela OAB, iniciando daí a contagem do prazo prescricional de cinco anos, de que trata o art. 43 da Lei 8906/94. 4. Prescrição da pretensão punitiva ab initio. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para declarar a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2010.08.02739-05/SCA-PTU. Recte.: E.P.G. (Adv.: Euríale de Paula Galvão OAB/SP 101909). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Vital Bezerra Lopes (PB). EMENTA 211/2011/SCA-PTU. Violação ao Estatuto da OAB - Nulidade - Feito instruído por assessor do presidente da Subseção - Ausência de justificativa nos autos. Ausência de prova. Falta de fundamentação para condenação. Absolvição do recorrente. A instrução do processo deve ser feita por Conselheiro de Subseção, onde houver esta, ou por membro do Conselho Seccional, de regra, a quem compete emitir o parecer preliminar, na forma dos arts. 70, § 1º e 73 do EOAB, c/c o art. 51 e seguintes do CED. Advogado habilitado impedido de exercer as funções. Arbitrariedade da delegada de Polícia, comprovada por meio de declaração da constituinte do recorrente. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto e dar-lhe provimento para absolver o recorrente, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Sebastião Espíndola, Presidente, em exercício. Vital Bezerra Lopes, Relator. RECURSO 2010.08.02859-05/SCA-PTU. Recte.: A.T.O.F. (Adv.: Antônio Teodoro de Oliveira Filho OAB/SP 158760). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Eduardo José Ferreira. Relator: Conselheiro Federal Vital Bezerra Lopes (PB). EMENTA 212/2011/SCA-PTU. Processo disciplinar. Advogado que retém indevidamente numerários recebidos em nome do constituinte, comete infração disciplinar prevista no art. 34, incisos XX e XXI da Lei n. 8.906/94, punível com suspensão. A prestação de contas, após, instaurado o processo disciplinar não extingue a representação. O representado não se preocupou em apresentar prestação de contas em valor exato a que tem direito o representante. É dever do advogado prestar contas com o cliente, independentemente do que rezar o contrato de prestação de serviços. A sanção aplicada é compatível com o grau de infração. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Sebastião Espíndola, Presidente, em exercício. Vital Bezerra Lopes, Relator. RECURSO 2010.08.02861-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: O.A.K. (Adv.: Omar Ali Kanbour OAB/SP 52147). Embgdo.: Acórdão de fls. 361/364 da PTU/SCA. Recte.: O.A.K. (Adv.: Omar Ali Kanbour OAB/SP 52147). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Ranulfo Sversuti. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 213/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Decisão fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB. Irresignação dos embargantes que não ultrapassa os limites de admissibilidade. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Pretensão ao reexame da matéria fática e probatória. Impossibilidade. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2010.08.02863-05/SCA-PTU. Recte.: G.A.N. (Advs.: Gláucio de Assis Natividade OAB/SP 166537 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.A.S. (Adv.: Rosimary da Silva Pereira OAB/SP 213480). Relator: Conselheiro Federal Vital Bezerra Lopes (PB). EMENTA 214/2011/SCA-PTU. Processo disciplinar. Retenção indevida de numerários recebidos em nome do constituinte, restando provado, sem dúvida, que o recorrente cometeu infração disciplinar prevista no art. 34, XX e XXI do EAOAB punível com suspensão. A manutenção da decisão recorrida se impõe. A ausência de prestação de contas confirmada. O representado não se preocupou em apresentar prestação de contas do valor exato a que tem direito o representante. É dever do advogado prestar contas ao cliente, independentemente do que rezar o contrato de prestação de serviços. A sanção aplicada é compatível com o grau de infração. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Sebastião Espíndola, Presidente em exercício. Vital Bezerra Lopes, Relator. RECURSO 2010.08.02895-05/SCA-PTU-ED. Embgtes.: A.P.P. e D.S. (Advs.: Francisco de Assis Pereira OAB/SP 12982 e Outros). Embgdo.: Acórdão de fls. 221/226 da PTU/SCA. Rectes.: A.P.P. e D.S. (Advs.: Elizeth Aparecida Zibordi OAB/SP 43524 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.B.A.S.Ltda. Repte. Legal: Shiguer Chimabuku. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 215/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Decisão fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB. Irresignação dos embargantes que não ultrapassa os limites de admissibilidade. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Pretensão ao reexame da matéria fática e probatória. Impossibilidade. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar, Relator. RECURSO 2010.08.02897-05/SCA-PTU. Recte.: M.L.A.S. (Advs.: Márcia de Lourdes Antunes Soares OAB/SP 97582 e Outra). Recdos.: Despacho de fls. 184/188 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e João de Almeida. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 216/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Insurgência contra decisão unânime do Conselho Seccional. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros

da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2010.08.03625-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: S.A.P. (Adv.: Sérgio Aparecido Pavani OAB/SP 295060 e OAB/MG 99394). Embgdo.: Despacho de fls. 434/435 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: S.A.P. (Adv.: Sérgio Aparecido Pavani OAB/SP 295060 e OAB/MG 99394). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 217/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Embargos de declaração com caráter manifestamente infringente. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2010.08.03638-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: P.M.O.F. (Adv.: Pedro Martins de Oliveira Filho OAB/SP 96890). Embgdo.: Despacho de fls. 287/288 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: P.M.O.F. (Adv.: Pedro Martins de Oliveira Filho OAB/SP 96890). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.F.S. (Advs.: Alexandre Gonçalves Ramos OAB/SP 180786 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 218/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Decisão condenatória. Suspensão. Prorrogação até a prestação de contas. Posterior pagamento judicial, com extinção do feito. Exclusão da prorrogação da sanção imposta. 1) O pagamento posterior da dívida, embora não afaste a infração disciplinar, autoriza a exclusão da prorrogação da sanção disciplinar. 2) Embargos conhecidos e acolhidos para sanar a omissão apontada e excluir a expressão "prorrogável até a efetiva e real prestação de contas" da condenação, mantendo-a nos demais termos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los parcialmente, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2010.08.03744-05/SCA-PTU. Recte.: J.P.R. (Adv.: Juliana de Paula Ribeiro OAB/MG 73470). Recdos.: Despacho de fls. 383/384 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 219/2011/SCA-PTU. Recurso interposto em face de despacho de inadmissibilidade de recurso ao Conselho Federal. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Ausência de demonstração do cabimento do recurso, nos termos do art. 75 do EAOAB. 1. Recurso interposto contra despacho de indeferimento liminar de recurso deve demonstrar o desacerto da decisão recorrida, indicando os requisitos de admissibilidade do recurso indeferido. 2. Ausente a demonstração inequívoca da admissibilidade recursal, e voltando-se as razões recursais à matéria estranha ao julgado, há que se negar provimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2010.08.04004-05/SCA-PTU. Recte.: A.M.R.R. (Advs.: Renato Omelczuk Loschiavo OAB/SP 245345 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 447/448 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.I.A.Ltda. Repte. Legal: J.L.G. (Advs.: Carlos Roberto Hand OAB/SP 162141 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 220/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Reiteração das razões - Requisitos de admissibilidade não superados - Recurso conhecido e improvido. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Não havendo qualquer suscitação de fato novo ou efetiva demonstração de superação dos requisitos de admissibilidade gizados pelo art. 75 do EOAB, correta a indicação e o indeferimento liminar do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora. RECURSO 2010.08.04086-05/SCA-PTU. Recte.: L.F.T. (Adv.: Luis Fernando Treviso OAB/SP 108784). Recdos.: Despacho de fls. 216/217 do Pres. da Primeira Turma da Segunda Câmara, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.E.A.F. Repte. Legal: V.M.V.B.R. (Adv.: Antônio Righetti Júnior OAB/SP 66484). Rel. Orig.: Conselheiro Federal Genival Veloso de França Filho (PB). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 221/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão monocrática. Indeferimento liminar de recurso. Art. 140 do Regulamento Geral. Ausência de demonstração do cabimento do recurso, nos termos do art. 75 do EAOAB. 1) Recurso interposto contra despacho de indeferimento liminar de recurso deve demonstrar o desacerto da decisão recorrida, indicando os requisitos de admissibilidade do recurso indeferido. 2) Decisão fundamentada, em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional ou falta de fundamentação. Precedentes. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2010.08.04096-05/SCA - PTU. Recte.: S.A.S.R. (Advs.: Michel de Souza Brandão OAB/SP 157001 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 347/348 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 222/2011/SCA-PTU. Ementa: ausência de provas para configuração de conduta incompatível com a advocacia. O testemunho da própria representada e do advogado que antecedeu à advogada são suficientes para afastar a captação de clientela. A sentença absolutória penal superveniente à condenação e no curso do processamento disciplinar repercute de maneira positiva a favor da representada. Absolvição por insuficiência probatória. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.04121-05/SCA-PTU. Rectes.: A.J. e L.V.B. (Advs.: Alexandre Janini OAB/SP 211453, Lilian Vanessa Betine OAB/SP 222168 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 262/263 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 223/2011/SCA-PTU. Representados que preenchem os requisitos para conversão da pena de censura em advertência em ofício reservado. Admissibilidade. A conversão é benefício com natureza jurídica de direito público subjetivo e não mera faculdade do julgador. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.04617-05/SCA-PTU. Recte.: F.A.M.S. (Adv.: Fernando Antônio Moura dos Santos OAB/SP 41046). Recdos.: Despacho de fls. 609/610 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.S. (Advs.: Virgínia V. B. Garcia OAB/SP 155190 e Outros). Relator: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 224/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Reiteração das razões - Requisitos de admissibilidade não superados - Recurso conhecido e improvido. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Não havendo qualquer suscitação de fato novo ou efetiva demonstração de superação dos requisitos de admissibilidade gizados pelo art. 75 do EOAB, correta a indicação e o indeferimento liminar do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora. RECURSO 2010.08.05281-05/SCA-PTU. Recte.: H.B.S.F. (Adv.: Hélio Barreto dos Santos Filho OAB/SC 7487). Recdos.: Despacho de fls. 115/117 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 225/2011/SCA-PTU. Decisão unânime. Recurso que não atacou qualquer dispositivo e ou decisão contrária de outra Seccional ou a dispositivo do Regulamento Geral ou do Código de Ética e Disciplina. Aplicação do artigo 75 do EOAB. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.05455-05/SCA-PTU. Recte.: A.S.F. (Advs.: Antonieta Seixas Francia OAB/MG 24628 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 58/59 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). EMENTA 226/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Intempestividade. Não conhecimento. 1. O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2. É intempestivo, portanto, o recurso protocolado após o prazo legal de 15 dias, não atendendo ao pressuposto processual extrínseco de admissibilidade. 3. Portanto, a hipótese é de não conhecimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator. RECURSO 2010.08.05592-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: R.F.L. (Adv.: Reginaldo Ferreira Lima OAB/SP 16510). Embgdo.: Acórdão de fls. 1022/1024 da PTU/SCA. Recte.: R.F.L. (Adv.: Reginaldo Ferreira Lima OAB/SP 16510). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e INFOCOOP. Repte. Legal: M.L.G. (Advs.: Tácito B. C. Monteiro Filho OAB/SP 65812 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 227/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Nulidade. Inexistência. Rejeição. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Os embargos de declaração não admitem o reexame da matéria fática e probatória, muito menos se desprovidos de qualquer fundamentação. 3. O acolhimento da tese de impossibilidade de revolvimento de matéria eminentemente fática no Conselho Federal, ante os óbices do art. 75, da Lei 8.906/94, não configura omissão em relação aos demais pontos fáticos suscitados no apelo. Precedentes. 4. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.05735-05/SCA-PTU. Recte.: E.M.J. (Advs.: Edú Monteiro Júnior OAB/SP 98688 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 390/392 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.M.S.J. (Advs.: José Benedito da Silva OAB/SP 134871 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 228/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Reiteração das razões - Requisitos de admissibilidade não superados - Recurso conhecido e improvido. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Não havendo qualquer suscitação de fato novo ou efetiva demonstração de superação dos requisitos de admissibilidade gizados pelo art. 75 do EOAB, correta a indicação e o indeferimento liminar do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora. RECURSO 2010.08.05737-05/SCA-PTU. Recte.: A.F.C.J. (Adv.: Fransrui Antônio Salvetti OAB/SP 45801). Recdos.: Despacho de fls. 286/288 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e José Julio de Oliveira. Relatora: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 229/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Reiteração das razões - Requisitos de admissibilidade não superados - Recurso conhecido e improvido. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Não havendo qualquer suscitação de fato novo ou efetiva demonstração de superação dos requisitos de admissibilidade gizados pelo art. 75 do EOAB, correta a indicação e o indeferimento liminar do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora. RECURSO 2010.08.05877-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: L.C.S. (Adv.: José Ratto Filho OAB/SP 38627). Embgdo.: Despacho de fls. 347/348 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: L.C.S. (Adv.: José Ratto Filho OAB/SP 38627). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). EMENTA 230/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

obscuridade. Decisão fundamentada. 1. A exigência do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, não impõe sejam as decisões exaustivamente fundamentadas. O que se busca é que o julgador informe, de forma clara e concisa, as razões de seu convencimento, o que se verifica no presente caso. 2. A alegação de omissão e obscuridade com base na rediscussão de questões de mérito se revela insubsistente, inviabilizando os embargos de declaração. 3. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Floriano Edmundo Poersch, Relator. RECURSO 2010.08.05879-05/SCA-PTU. Recte.: L.C.M. (Adv.: Noel Ricardo Maffei Dardis OAB/SP 139799). Recdos.: Despacho de fls. 307/310 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e W.V.T.Ltda. Repte. Legal: F.C. (Advs.: Vanessa Sellmer OAB/SP 200746 e Outras). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 231/2011/SCA-PTU. Recurso. Advogado Constituído nos autos. Ausência de notificação para a sessão de julgamento. Nulidade. 1) A ausência de intimação de advogado devidamente constituído nos autos para a sessão de julgamento por meio hábil, impossibilitando inclusive a possibilidade de sustentação oral, incide em afronta à garantia constitucional da ampla defesa. 2) Anulado o processo desde o julgamento pelo TED, fatalmente constata-se a prescrição qüinqüenal. 3) Recurso conhecido e provido, para anular o processo desde o julgamento pelo TED e, conseqüentemente, reconhecer de ofício a prescrição quinquenal, nos termos do art. 43 do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2010.08.05883-05/SCA-PTU. Recte.: N.L.P.R.F. (Advs.: José Roberto Cardozo OAB/SP 162295 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.N. (Advs.: Paulo Mendes Camargo Filho OAB/SP 193543 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Hércules Saraiva do Amaral (CE). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Jardson Saraiva da Cruz (CE). EMENTA 232/2011/SCA-PTU. Conduta incompatível com a advocacia e inépcia profissional. Inocorrência. Prejuízo por culpa grave. Ausentes os elementos do tipo. Atipicidade das condutas. Arquivamento. 1. As ocorrências das condutas descritas no art. 34, XXIV e XXV do EAOAB, inépcia profissional e conduta incompatível com a advocacia, demandam a presença da habitualidade para a configuração material. 2. O prejuízo e a culpa grave são elementares da infração descrita no art. 34, IX do EAOAB. 3. A atipicidade de condutas autoriza o arquivamento da representação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.05887-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: K.Z.M.C. (Adv.: Francisco de Assis Pereira OAB/SP 12982). Embgdo.: Acórdão de fls. 212/214 da PTU/SCA. Recte.: K.Z.M.C. (Advs.: Elizeth Aparecida Zibordi OAB/SP 43524 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.T.N. (Adv.: João Tadiello Neto OAB/SP 74461). Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 233/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Nulidade. Inexistência. Rejeição. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Os embargos de declaração não admitem o reexame da matéria fática e probatória, muito menos se desprovidos de qualquer fundamentação. 3. É pacífico o entendimento de que notificações e intimações são válidas desde que enviadas ao endereço do advogado e endereço que indicou à OAB, dispensando-se a notificação pessoal. Precedentes. 4. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 2010.08.06079-05/SCA-PTU. Recte.: A.J.C. (Adv.: Antônio João Chagas OAB/MG 511-A). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, Rosana Vita Gouvêa, Rita Cácia de Figueiredo, Nely Aparecida de Oliveira, Maria Glauceni Gonçalves, Luciane de Sousa Adolfo e Clélia Regina Ribeiro. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). Relator "ad hoc": Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). EMENTA 234/2011/SCA-PTU. Recurso interposto em face de decisão unânime - Alegação de cerceamento de defesa - Inocorrência - Matéria de fato - Impossibilidade de reanálise em sede de recurso extremo. A alegação de ocorrência de cerceamento de defesa autoriza o conhecimento do apelo extremo apenas para rejeitar a preliminar arguida. Matéria de fato aduzida em sede recursal impõe o não conhecimento do recurso por ferir o estatuído no artigo 75 da EOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso apenas para afastar a preliminar de cerceamento de defesa alegada, para, no mérito, não conhecer do recurso interposto, nos termos do relatório e voto do relator. Brasília, 12 de abril de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente da 1ª Turma da Segunda Câmara. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.06794-05/SCA-PTU. Recte.: P.R.A.J. (Adv.: Paulo R. Almas de Jesus OAB/SP 63545). Recdos.: Despacho de fls. 126/128 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Marizilda de Melo Martins. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 235/2011/SCA-PTU. Recurso que visa a desconstituir despacho exarado em apelo que repisa fatos e fundamentos já apreciados pela instância originária, sem indicação do preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade, e que não poderia ser conhecido. Reexame de fatos e provas. Vedação. Decisão unânime de Conselho Seccional. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação da norma do art. 140 do Regulamento Geral. Recurso voluntário a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2010.08.06806-05/SCA-PTU. Recte.: P.R.A.J. (Adv.: Paulo Roberto Almas de Jesus OAB/SP 63545). Recdos.: Despacho de fls. 232/234 da Presidente da Segunda Câmara, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Aparecida Izabel Verniz. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 236/2011/SCA-PTU. Recurso - Despacho liminar de indeferimento - Admissibilidade - Reiteração das razões - Requisitos de admissibilidade não superados - Desprovimento. 1. Cabe recurso ao Colegiado da Turma da Segunda Câmara, de decisão de indeferimento liminar do recurso interposto perante o Conselho Federal, contra decisão da Seccional (art. 140, parágrafo único do Regulamento Geral da OAB). 2. Não havendo qualquer suscitação de fato novo ou efetiva demonstração de superação dos requisitos de admissibilidade gizados pelo art. 75 do EOAB, correta a indicação e o indeferimento liminar do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo a condenação imposta na instância a quo, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2010.08.06814-05/SCA-PTU. Recte.: C.A.M.M. (Advs.: Carlos Alberto Maldonado Martinez OAB/SP 60555 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 116/118 do Pres. do PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 237/2011/SCA-PTU. Alegação genérica de prejuízo à administração da justiça sem qualquer fato que demonstre a ocorrência. Inadmissibilidade. Possibilidade de revogação dos poderes outorgados ao advogado verbalmente e inocorrência de abandono processual após a revogação do mandato. Recurso provido para absolver o recorrente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.07121-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: V.D.M. (Adv.: Louise Schmitt OAB/RS 77999). Embgdo.: Acórdão de fls. 574/576 da PTU/SCA. Recte.: V.D.M. (Adv.: Louise Schmitt OAB/RS 77999). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e F.M.D. (Adv.: Fausto Moura Domingues OAB/RS 38859). Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 238/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. Rejeição. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação da embargante não ultrapassa os limites de admissibilidade recursal. 2. A alegação de omissão e obscuridade com base na rediscussão de questões de mérito se revela insubsistente, inviabilizando os embargos de declaração. 3. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 2010.08.07155-05/SCA-PTU. Recte.: L.G.D. (Adv.: Luiz Grato David OAB/DF 1377). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal e M.A.M. (Advs.: Cíntia Braga de Sousa Guimarães OAB/DF 21384 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 239/2011/SCA-PTU. Decisão unânime. Recurso que não atacou qualquer dispositivo e/ou decisão contrária de outra Seccional ou a dispositivo do Regulamento Geral ou do Código de Ética e Disciplina. Aplicação do artigo 75 do EOAB. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.08216-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: V.R.G. (Adv.: Valdeon Roberto Glória OAB/TO 685-A). Embgdo.: Acórdão de fls. 147/149 da PTU/SCA. Recte.: V.R.G. (Adv.: Valdeon Roberto Glória OAB/TO 685-A). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Tocantins e A.M.C. (Adv. Assist.: Lourenço Corrêa Bizerra OAB/TO 3182). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 240/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Nulidade. Inexistência. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Não há nulidade na audiência realizada em 14.10.2009 a ser declarada. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinícius Cordeiro, Relator. RECURSO 2010.08.08525-05/SCA-PTU. Recte.: N.A.R. (Adv.: Nicanor Alexandre Ramos OAB/SC 3766). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e S.C.Ltda. Repte. Legal: Z.O.A. (Adv.: Janaína Cristiane Giesel OAB/SC 21865). Relator: Conselheiro Federal Hércules Saraiva do Amaral (CE). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Jardson Saraiva da Cruz (CE). EMENTA 241/2011/SCA-PTU. Pretensão punitiva. Ausência de causa interruptiva da prescrição. Extinção da pretensão punitiva que deve ser declarada de ofício. 1. A inocorrência de causa interruptiva da prescrição nas instâncias ordinárias há mais de 05 anos induz ao reconhecimento da extinção da pretensão punitiva, a qual, encerrando matéria de ordem pública, deveria ter sido reconhecida de ofício. 2. Ocorrência apontada em sede de recurso a orientar o provimento do mesmo, declarando-se extinta a pretensão punitiva pela prescrição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.08996-05/SCA-PTU. Recte.: A.F.C.J. (Advs.: Fransrui Antonio Salvetti OAB/SP 45801 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 702/704 da Preidente da Segunda Câmara, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Ademir Funes Geronymo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 242/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. 1. O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a reiteração das razões já apreciadas. 2. Correta a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso, se o recorrente não se incumbiu de demonstrar inequivocamente a demonstração do cabimento do recurso de natureza extraordinária. 3. Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2010.08.09001-05/SCA-PTU. Recte.: J.K. (Advs.: André Gustavo Sales Damiani OAB/SP 154782 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 495/496 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.A.C.G. (Adv.: Gisele Zaarour OAB/SP 98608). Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). EMENTA 243/2011/SCA-PTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. 1. O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a reiteração das razões já apreciadas. 2. Correta a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso, se o recorrente não se incumbiu de demonstrar inequivocamente a demonstração do cabimento do recurso de natureza extraordinária. 3. Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Floriano Edmundo Poersch, Relator. RECURSO 2010.08.09003-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: E.C.C.Z. (Adv.: Emilio Carlos Canelada Zampieri OAB/SP 132784). Embgdo.: Acórdão de fls. 327/328 da PTU/SCA. Recte.: E.C.C.Z. (Adv.: Emilio Carlos Canelada Zampieri OAB/SP 132784). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e N.F. (Advs.: Jorge Argachoff Filho OAB/SP 97574 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 244/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Nulidade. Inexistência. Rejeição. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Os embargos de declaração não admitem o reexame da matéria fática e probatória, muito menos se desprovidos de qualquer fundamentação. 3. A exigência do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, não impõe sejam as decisões exaustivamente fundamentadas. O que se busca é que o julgador informe, de forma clara e concisa, as razões de seu convencimento. Precedentes. 4. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2010.08.09401-05/SCA-PTU. Recte.: P.G.G. (Advs.: Morel de Assis Filho OAB/RS 25044 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Hércules Saraiva do Amaral (CE). Relator "ad hoc": Conselheiro Fedaral Jardson Saraiva da Cruz (CE). EMENTA 245/2011/SCA-PTU. Processo Disciplinar. Processos de Reabilitação e de Revisão relativos a Processos Disciplinares que culminaram com três suspensões pendentes de decisão. Suspensão do Processo Disciplinar. Não cabimento. Exclusão. 1. O atendimento aos pressupostos legais previsto do art. 38, I do EAOAB deve desencadear o competente processo de exclusão. 2. Processos de reabilitação e de revisão em curso não obstam o seguimento do processo de exclusão, quando aplicadas para todos os fins três penalidades de suspensão, por falta de previsão legal. 3. Aplica-se a exclusão na forma do Estatuto da advocacia. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente, em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.09532-05/SCA-PTU. Recte.: C.A.S.O. (Advs.: Michel de Souza Brandão OAB/SP 157001 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 755/757 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 246/2011/SCA-PTU. Recurso interposto em face de decisão monocrática que negou seguimento a recurso por não atender aos requisitos objetivos de admissibilidade, nos termos do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 - Ausência de demonstração das exceções previstas no art. 75 da Lei n. 8.906/94. Decisão monocrática mantida - Recurso conhecido e improvido. Não deve ser conhecido o recurso interposto em face de decisão monocrática que negou conhecimento à recurso manuseado contra unânime proferida pelos Conselhos Seccionais da OAB, sem demonstração da violação à Lei n. 8.906/94, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e dissídio jurisprudencial. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2010.08.09542-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: A.P.L. (Adv.: Marcos de Lima OAB/SP 79445). Embgdo.: Acórdão de fls. 614/619 da PTU/SCA. Recte.: A.P.L. (Advs.: Marcos de Lima OAB/SP 79445 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessada: Edmara Franco de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). EMENTA 247/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Recurso ao Conselho Federal. Não conhecimento. Art. 75 do EAOAB. Violação ao Estatuo. Inexistência. Acolhimento dos embargos para sanar a omissão apontada. 1. Não há que se falar em cerceamento de defesa se o embargante participou ativamente de todos os atos processuais, sendo devidamente notificado e oportunizada a ampla produção de provas e manifestações quanto às provas produzidas nos autos. 2. O processo disciplinar tramita em sigilo, mas, havendo queixa-crime oferecida pelo embargante contra advogado que atuou nos autos, e determinação judicial de extração de cópias, não pode prevalecer o sigilo em face do direito à ampla defesa do querelado, eis que os fatos decorreram do próprio processo disciplinar, em tese. 3. Ademais, a jurisprudência do Conselho Federal tem se firmado no sentido de que o acolhimento da tese de inadmissibilidade de recurso, face aos óbices do artigo 75 do Estatuto, não configura omissão em relação aos demais pontos fáticos suscitados no apelo. Precedentes. 4. Embargos conhecidos e acolhidos, para sanar as omissões apontadas, mantendo inalterado o acórdão embargado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator "ad hoc". RECURSO 2011.10.00031-05/SCA-PTU. Recte.: S.L.C.S. (Advs.: Paulo Henrique Guedes Saide OAB/DF 24249 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Hércules Saraiva do Amaral (CE). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 248/2011/SCA-PTU. Inidoneidade Moral. Exclusão. Não identificação de qualquer das hipóteses de prescrição. Decisão unânime oriunda do Conselho Seccional. Contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos. Não demonstração. 1. Não sendo identificada qualquer das hipóteses de prescrição, há que se conhecer, mas improver o recurso interposto. 2. Manutenção da decisão unânime do Conselho Seccional de origem em todos os seus termos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator "ad hoc". RECURSO 2011.08.00346-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: A.S.F. (Adv.: Antonieta Seixas Francia OAB/MG 24628). Embgdo.: Despacho de fls. 278/280 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: A.S.F. (Adv.: Antonieta Seixas Francia OAB/MG 24628). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Maurício de Oliveira Pereira. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 249/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Intempestividade. Recurso ao Conselho Federal. Decisão transitada em julgado. Não conhecimento. 1. O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2. Tendo os embargos sido protocolados após esse prazo, verifica-se sua intempestividade. 3. Portanto, a hipótese é de não conhecimento do recurso, em face de sua intempestividade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2011.08.00608-05/SCA-PTU. Recte.: S.R.F.A. (Adv.: Sérgio Rogério Furtado Arruda OAB/SC 3898). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Antônio de Jesus Rodrigues Borges. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 250/2011/SCA-PTU. Recurso que apresenta provas contundentes da prestação a contento dos serviços contratados. Conhecimento e provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2011.08.01548-05/SCA-PTU. Recte.: A.O.C. (Adv.: Ariosvaldo de Oliveira Chaves OAB/GO 21329). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Geraldo Milton Soares. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 251/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão não unânime de Conselho Seccional. Conhecimento. Locupletamento. Caracterização. 1. Advogado que recebe dinheiro de seu cliente para realizar depósito judicial em ação revisional, com pedido de consignação, e se apropria de parte do valor recebido, incide na infração disciplinar prevista no art. 34, inciso XX, do Estatuto da Advocacia e da OAB. 2. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 2011.08.01608-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: R.L.T.V. (Adv.: Ricardo Luiz Tavares Victor OAB/MG 42151). Embgdo.: Acórdão de fls. 94/99 da PTU/SCA. Recte.: R.L.T.V. (Adv.: Ricardo Luiz Tavares Victor OAB/MG 42151). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 252/2011/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Os embargos de declaração não admitem o reexame da matéria fática e probatória, muito menos se desprovidos de qualquer fundamentação. 3) Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2011.08.01680-05/SCA-PTU. Rectes.: A.R.S.M.M. e M.R.W. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957, Antônio Salvo Moreira Neto OAB/MG 84939 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, A.R.S.M.M. e M.R.W. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957, Antônio Salvo Moreira Neto OAB/MG 84939 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). EMENTA 253/2011/SCA-PTU. Locupletamento. Prova testemunhal robusta. Valor probatório. Decisão mantida. O órgão julgador recorrido formou seu convencimento em prova testemunhal clara e harmônica, despida de fragilidades e contradições, de maneira a revestir-se da robustez necessária a servir de fundamentação do decisum condenatório, proferido dentro da razoabilidade e proporcionalidade. Induvidoso, portanto, que a prova testemunhal carreada nestes autos corrobora a tese esposada, tanto pelo TED quanto pelo Conselho Seccional, no sentido de que houve inadmissível infração consistente em locupletamento indevido à custa do cliente (inciso XX, do art. 34, do EAOAB). No que concerne à ausência de prestação de contas e, consequentemente, necessidade de restituição de valor, a irresignação da cliente-representante não merece acolhimento, pois conforme bem decidido nos autos, a indeterminação do montante diante da carência documental e fragilidade da prova testemunhal nesse aspecto, dificulta o enquadramento da conduta no inciso XXI, do art. 34 da Lei nº 8.906/94, sem, contudo ficar prejudicada eventual apuração do montante em juízo competente. Recursos conhecidos e improvidos. Decisão mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator. RECURSO 2011.08.03041-05/SCA-PTU. Recte.: L.G.R. (Advs.: Laur das Graças Ramalho OAB/SP 87617 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 254/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Insurgência contra decisão unânime do Conselho Seccional. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, em razão da ausência dos pressupostos de cabimento exigidos pelo art. 75 da Lei nº 8.906/94, mantendo a decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/SP, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 2011.08.03046-05/SCA-PTU. Recte.: A.F.C.J. (Advs.: Fransrui Antônio Salvetti OAB/SP 45801 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Manoel da Guia Alves de Almeida. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 255/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Insurgência contra decisão unânime do Conselho Seccional. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, em razão da ausência dos pressupostos de cabimento exigidos pelo art. 75 da Lei nº 8.906/94, mantendo a decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/SP, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 2011.08.03048-05/SCA-PTU. Recte.: F.N.R.S. (Adv.: Luiz Braz da Silva OAB/SP 104037). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 256/2011/SCA-PTU. Recurso. Decisão não-unânime. Admissibilidade. Retenção abusiva de autos. Proporcionalidade da pena. Recurso parcialmente provido. A infração pela retenção abusiva de autos se consuma com o descumprimento da intimação para sua devolução em prazo assinalado pelo juiz. Restituição dos autos somente depois de diligência de busca e apreensão enseja configuração da infração. A pena de suspensão aplicável no caso da retenção de autos deve guardar proporcionalidade, cujo tempo até a devolução dos autos foi inferior a trinta dias, de modo que a suspensão pelo prazo da pena mínima revela-se suficiente, inclusive para não ser exacerbada em razão dos maus antecedentes do representado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, para reduzir a pena de suspensão para 30 (trinta) dias, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2011.08.04107-05/SCA-PTU. Recte.: M.T.Y. (Advs.: Maurício Tadeu Yunes OAB/SP 146214 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Sérgio Messias dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 257/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2011.08.04470-05/SCA-PTU. Recte.: R.M.A. (Advs.: Ruth Medeiro de Abreu OAB/MG 46260 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Nair Rodrigues Fernandes. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 258/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisões anteriores consonantes e unânimes. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 2011.08.04508-05/SCA-PTU. Recte.: E.S. (Adv.: Tiago Carvalho Menezes OAB/MG 118538). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.P.A. (Adv.: Régia Cristina Albino Silva OAB/MG 60898). Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 259/2011/SCA-PTU. Recurso. Acórdão unânime. Nulidade processual. Defensor dativo. Alegações finais. 1. A falta de alegações finais é causa de nulidade absoluta, uma vez que, em homenagem ao devido processo legal, é necessário o pronunciamento da defesa técnica sobre a prova produzida. 2. As exigências maiores que se fazem ao defensor dativo, de usar ambas oportunidades de defesa (defesa prévia e alegações finais), decorrem justamente de não ter sido ele escolhido pela parte, de não gozar de sua confiança e assim precisar justificar legal e faticamente o empenho máximo. 3. Processo declarado nulo desde a notificação para apresentação de alegações finais, com determinação de reabertura de prazo para realização do ato processual. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em declarar nulo o processo desde a notificação para apresentação de alegações finais, determinando à Comissão de Ética e Disciplina da OAB/MG a reabertura de prazo, com nova notificação ao Representado no endereço que informou nos autos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator.

RECURSO 2011.08.04759-05/SCA-PTU. Recte.: R.F.S. (Adv.: Ricardo Ferreira da Silva OAB/MG 104615). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 260/2011/SCA-PTU. Recurso especial - Retenção abusiva de autos - Carga de processo feita por

LEITURA PROIBIDA POR TERCEIROS

advogado que à época dos fatos era estagiário - Parte ilegítima - Inexistência de previsão legal de penalidade - Inexistência de prejuízos às partes - Recurso provido. As sanções ético-disciplinares deverão ser aplicadas levando em consideração a época que os fatos ocorreram. Não há possibilidade de penalizar estagiário responsável pela carga do processo que resultou na retenção indevida por falta de previsão legal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 05 de julho de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2011.08.04761-05/SCA-PTU. Recte.: R.M.A. (Advs.: Ruth Medeiro de Abreu OAB/MG 46260 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Antônio Geraldo Pereira. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 261/2011/SCA-PTU. Recurso Disciplinar. Decisões anteriores consonantes e unânimes. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 2011.08.04879-05/SCA-PTU. Recte.: E.G.O.N. (Advs.: Diógenes de Oliveira Frazão OAB/GO 1677 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás, M.M.L. e W.N.L. (Adv.: Alex Neder OAB/GO 10501). Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 262/2011/SCA-PTU. Processo Disciplinar. Não comprovação das denuncias. Arquivamento da representação. Decisão que se mantém. Não comprovada à infração objeto da representação, correta a decisão recorrida que determinou o arquivamento da representação por ausência de provas e consequentemente a caracterização de falta ética alegada pelo ora recorrente. Conhecido o recurso, porém, negado provimento, mantendo-se a decisão recorrida em todos os seus termos, na forma da fundamentação e do voto. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator "ad hoc". RECURSO 2011.08.04993-05/SCA-PTU. Recte.: M.V.B. (Advs.: Marcos Ventura de Barros OAB/MG 70958, Adailton da Rocha Teixeira OAB/DF 19283 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e C.A.I.F. (Adv.: Celso Assed Iunes Filho OAB/MG 691-A). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 263/2011/SCA-PTU. Recurso contra decisão unânime que não aponta qualquer contrariedade à Lei 8906/94 e/ou à decisão a provimento do CFOAB ou de outro Conselho Seccional, ao Regulamento Geral e ao Código de Ética e Disciplina. Inadmissibilidade. Aplicação do artigo 75 da Lei 8906/94. Precedentes. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Welton Roberto, Relator. RECURSO 2011.08.04995-05/SCA-PTU. Recte.: J.E.F. (Adv.: Joaquim Engler Filho OAB/MG 47388). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e N.A.M. (Adv.: Elcival Rodrigues Moreira OAB/MG 105943). Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 264/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisão não unânime do Conselho Seccional. Inexistência de razões para reforma da decisão. Recurso conhecido e, no mérito, desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/MG, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 2011.08.05020-05/SCA-PTU. Recte.: J.C.S. (Adv.: José Carlos Sobrinho OAB/MG 28345). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Paulo Afonso de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 265/2011/SCA-PTU. Recurso interposto contra decisão não unânime da Seccional. Conhecimento. Pedido de conversão da pena sem amparo legal. Incontrovérsia sobre os fatos, com enquadramento em conformidade com a normas do EOAB. Decisão que se mantém por seus substanciais fundamentos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2011.08.05181-05/SCA-PTU. Recte.: D.F.M.J. (Adv.: Deocleciano Ferreira Mota Júnior OAB/TO 830). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 266/2011/SCA-PTU. Exclusão baseada em fatos incontroversos. Observância do art. 38 do EOAB. Recurso que repisa fatos e fundamentos já apreciados pela instância originária, sem indicação do preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade, não pode ser conhecido. Reexame de fatos e provas. Vedação. Decisão unânime de Conselho Seccional. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação da norma do art. 140 do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 2011.08.05383-05/SCA-PTU. Recte.: N.M. (Adv.: Patrícia Witt Holsbach OAB/SC 23375). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e B.V. (Adv.: Brenno Vollrath OAB/SC 9332). Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 267/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Prescrição da pretensão punitiva. Reconhecimento de ofício. 1) Tendo decorrido mais de 5 (cinco) anos desde a ciência dos fatos, sem que nenhuma causa interruptiva da prescrição esteja presente, verifica-se prescrição da pretensão punitiva da OAB. 2) A prolação de decisões anteriores favoráveis ao representado, não é causa de interrupção da prescrição que, afora as hipóteses de "instauração de processo disciplinar" ou "notificação válida feita diretamente ao representado", somente ocorre quando a sentença for condenatória. Inteligência do Inciso II, do § 2º, do Art. 43 do Venerando Estatuto. 3) Prescrição declarada de ofício, determinando o arquivamento definitivo dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em declarar a prescrição quinquenal de ofício, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator. RECURSO 2011.08.05560-05/SCA-PTU. Recte.: C.E.S. (Adv.: Anésio de Lara Campos Jr. OAB/SP 13446). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 268/2011/SCA-PTU. Recurso - Decisão Unânime - Alegação de violação à Constituição e à Lei Federal - Admissibilidade - Débito de anuidade - Infração disciplinar. Embora não baste a simples alegação de violação da lei, para superar o requisito de admissibilidade de que trata o art. 75 do EOAB, a análise da norma invocada, para seu afastamento, permite o conhecimento, mormente prestigiando o mais amplo direito de defesa. A existência de débito não adimplido configura infração punível com a pena de suspensão, consoante assim estabelecido na Lei. Recurso conhecido, mas improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2011.08.05562-05/SCA-PTU. Recte.: S.D.B. (Adv.: Sônia Darch de Brito OAB/SP 118611). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 269/2011/SCA-PTU. Recurso - Decisão não-unânime - Admissibilidade - Extravio de Autos - Ação involuntária - Ausência de Prejuízo - Recurso Provido. A infração por extravio de autos reclama demonstração de elemento volitivo, para restar configurada. A simples perda dos autos de ação de mandado de segurança, de autoria da própria advogada acusada do extravio, não tem o condão de tipificar a infração ética. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para absolver a recorrente, determinando o arquivamento da representação, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 2011.08.05701-05/SCA-PTU. Recte.: G.R.F. (Advs.: Guilherme Rogê Ferreira OAB/SC 17053 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC). EMENTA 270/2011/SCA-PTU. Taxa recursal. Recolhimento fora do prazo recursal. Previsão legal. Recurso protocolado tempestivamente. A juntada de comprovante de recolhimento da Taxa recursal no dia subseqüente ao protocolo do recurso e do prazo recursal, não pode objetivar a apreciação deste, sob pena do Direito Constitucional e Universal do princípio da ampla defesa e no mais, na não previsibilidade pelo EAOB, nos seus artigos 75 e seguintes da Lei 8.906/94. Conhecido recurso nos termos da fundamentação e do voto. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Floriano Edmundo Poersch, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000050-7/SCA-PTU. Recte.: J.G.F. (Adv.: Job G. Filho OAB/SC 3378-B). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, E.W. e F.R.O. (Advs.: Eduardo Witkowsky OAB/SC 13476 e Fábio Roberto de Oliveira OAB/SC 14381). Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 271/2011/SCA-PTU. Ausência de conduta incompatível com a advocacia. Advogado que recebe mandato após a revogação de mandato anterior. Não configuração de conduta tipicamente reprovável pelo EOAB. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000225-9/SCA-PTU. Recte.: R.V.F. (Adv.: Rafael Vicente de Fúccio OAB/MG 283-A). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Jair de Almeida Gomes. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 272/2011/SCA-PTU. Ausência de prestação de contas à cliente - Levantamento de valores depositados em processo judicial resultante de êxito da demanda em beneficio do representante - Falta ética caracterizada - Infração ao inciso XXI do artigo 34 do EAOAB - Compensação para pagamento de honorários advocatícios relativos a outras demandas - Ausência de contrato de prestação de serviços - Impossibilidade - Recurso conhecido e negado provimento. Caracteriza infração ético-disciplinar capitulada no inciso XXI do artigo 34 do EAOAB, passível da sanção prevista no inciso I do artigo 37 do mesmo diploma legal o levantamento de valores em processo judicial, devido ao cliente, sem a devida prestação de contas. A compensação de valores a título de honorários relativos à prestação de serviços diversos daqueles prestados no feito em que resultou o crédito somente é possível com a existência de contrato expresso. Recurso conhecido e negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000227-5/SCA-PTU. Recte.: R.M.V.P.C.G. (Advs.: Abelardo Flores OAB/MG 6765 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 273/2011/SCA-PTU. Recurso contra decisão não unânime da OAB/MG. Exercício de advocacia enquanto encontrava-se suspensa. Descumprimento do Estatuto da Advocacia e da OAB, em especial do art. 34, I. Recurso conhecido e improvido. Não há o que se falar em possibilidade de provimento do recurso, tendo em vista que, conforme atestado pela própria recorrente, esta praticou atividades privativas de advogado no período em que se encontrava suspensa, por força de decisão em processo disciplinar. Simples alegação de desconhecimento da primeira decisão que determinou a suspensão, por não ter tido acesso à publicação da decisão, a qual se concretizou de modo efetivo, no Diário Oficial, não caracteriza possibilidade de modificação da decisão de origem, motivo pelo qual conheço do recurso, mas nego-lhe provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora. RECURSO 49.0000.2011.000230-7/SCA-PTU. Recte.: W.G.C. (Adv.: Weliton G. Cruz OAB/MG 35945). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e João da Silva Souza. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 274/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisão não unânime do Conselho Seccional. Inexistência de razões para reforma da decisão. Recurso conhecido e, no mérito, desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/MG, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000262-3/SCA-PTU. Recte.: J.C.S. (Adv.: José Carlos Sobrinho OAB/MG 28345). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Kenedy Teodoro de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 275/2011/SCA-PTU. Ementa - Recurso Especial - Preliminar de nulidade de julgamento proferido pelo Órgão Especial da OAB/MG por incompetência - Afastada - Preliminar de Nulidade do Acórdão por ausência de fundamentação em Embargos de Declaração - Inexistência de contradição, obscuridade ou omissão - Acórdão mantido - Mérito - Prestação de contas após ajuizamento de medida judicial pelo constituinte - Pedido de extinção da representação pelo representante após recebimento das contas devidas - Impossibilidade - Infração disciplinar caracterizada. Recurso conhecido e negado provimento. O Órgão Especial da OAB/MG é competente para processar e julgar processos éticos disciplinar em grau de recurso interposto em face de decisão proferida pelo TED. Previsão Regimental. Descabimento de Embargos de Declaração contra decisão que não apresenta omissão, contradição ou obscuridade. A prestação de contas realizada tardiamente, após o ajuizamento de ação judicial pelo Representante, não autoriza e não descaracteriza a infração ético-disciplinar. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000783-2/SCA -PTU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e A.R.S. (Adv.: Adilson Rios da Silva OAB/RS 26799). Interessada: Maria de Lourdes da Silva Brites. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 276/2011/SCA-PTU. Recurso que preenche os pressupostos de admissibilidade, indicando afronta a receito de lei e jurisprudência divergente. Preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade. Conhecimento e provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para superar a nulidade e prescrição, restabelecendo a decisão condenatória, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001382-6/SCA-PTU. Recte.: A.A.R.V. (Adv.: Antonio Adenilson Rodrigues Veloso OAB/MG 16750). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Juiz de Direito-Robson Luiz Rosa Lima. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 277/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Conduta incompatível com a advocacia. Art. 34, inciso XV, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Improvimento. 1)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O advogado que imputa ilícitos penais a magistrados, membros do Ministério Público e Conselheiro Federal, de forma irresponsável, incide em infração disciplinar e violação a preceito ético. 2) A contumácia do recorrente, mantendo conduta desrespeitosa com seus pares e autoridades judiciárias, justifica a aplicação da sanção disciplinar. 3) A competência para aplicação de sanções disciplinares é exclusiva do Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, embora haja reclamação a órgão administrativo outra unidade da federação. 4) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2011.001817-6/SCA-PTU. Recte.: E.C.M.G. (Adv.: Evanice Coelho de Medeiros Guimarães OAB/PE 4256). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Welton Roberto (AL). EMENTA 278/2011/SCA-PTU. Advogado que não é citado pessoalmente para punição grave de suspensão. Ausência de demonstração do cerne típico de não haver pago deliberadamente a anuidade. Pagamento da anuidade no curso da ação de representação. Perda do objeto da ação. Recurso provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Welton Roberto, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002215-0/SCA-PTU. Rectes.: S.R.S. e C.B. (Advs.: Sayles Rodrigo Schutz OAB/SC 15426 e Carlos Berkenbrock OAB/SC 13520 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, D.G. e C.T. (Advs.: Daniel Girardini OAB/SC 17072 e Cristiano Toffolo OAB/SC 14872). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). EMENTA 279/2011/SCA-PTU. Recurso que repisa fatos e fundamentos já apreciados pela instância originária, sem indicação do preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade, não pode ser conhecido. Reexame de fatos e provas. Vedação. Decisão unânime de Conselho Seccional. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação da norma do art. 140 do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002282-5/SCA-PTU. Recte.: E.B.B. (Adv.: Ernesto Baião Bento OAB/SC 4990). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Andréa Aparecida dos Santos de Aguiar. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 280/2011/SCA-PTU. Recurso - Decisão unânime -Admissibilidade - Nulidade absoluta - Matéria de ordem pública - Recurso provido - Acórdão anulado. Provado documentalmente a tempestividade do recurso rejeitado pela Seccional sob equivocado fundamento da sua intempestividade, mesmo interposto contra decisão unânime, deve ser conhecido, conquanto se trate de matéria de ordem pública, vinculada ao amplo direito de defesa, para que novo julgamento seja promovido perante a Seccional recorrida, apreciando as matérias suscitadas nas razões recursais e decidindo conforme a lei e o direito. Nulidade do acórdão que se declara. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar provimento para anular o acórdão recorrido e baixar os autos para que novo julgamento seja promovido, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2011.002375-5/SCA-PTU. Recte.: J.A.S. (Adv.: Jânio de Almeida Silveira OAB/BA 10324). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 281/2011/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisão unânime do Conselho Seccional. Demonstrada na petição recursal a presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Recurso considerado intempestivo pelo Conselho Seccional. Arguição de inobservância da suspensão dos prazos recursais no período de recesso do Conselho no mês de janeiro. Nulidade da decisão, por ofensa aos arts. 107, §1º e 139, §3º do Regulamento Geral do Estatuto da OAB. Recurso conhecido e, no mérito, provido, para determinar a remessa dos autos ao Conselho Seccional da OAB/Bahia para julgamento do mérito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2011.002493-1/SCA-PTU. Recte.: J.M.P.O. (Adv.: Assilvo D'Abadia OAB/GO 20096). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e C.H.R. (Adv.: Paula Ramos Nora de Santis OAB/GO 14281). Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). EMENTA 282/2011/SCA-PTU. Recurso. Decisão por maioria. Conhecimento parcial. Rejeição da preliminar de cerceamento do direito de defesa. Reexame de prova. Impossibilidade. Se ao recorrente foram dadas todas as oportunidades de defesa, após as intimações que se deram na forma regulamentar, através de notificações enviadas e recebidas no endereço constante do cadastro mantido pela Seccional, não há que se falar em cerceamento do direito de defesa e, pois, em prejuízo para a defesa, mesmo porque estava o representado ciente da automática inclusão do feito na próxima sessão de julgamento, independentemente de nova notificação, impondo, em consequência, a rejeição da preliminar. No mérito, não conseguindo infirmar a decisão recorrida, o recurso não merece conhecimento, mesmo porque, esta instância especial não se presta para revolvimento de matéria fático-probatória ou discussão a respeito da justiça ou injustiça da decisão recorrida. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Romeu Felipe Bacellar Filho, Presidente em exercício. Francisco Eduardo Torres Esgaib, Relator.

Brasília, 29 de novembro de 2011.

GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO

Presidente

2ª TURMA

DESPACHOS

RECURSO 2011.08.05857-05/SCA-STU. Recte.: D.M.F. (Advs.: Silvio Cantero OAB/MS 3760 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e A.A.S. (Adv.: Alaíde Ap. Ricardo Rodrigues OAB/MS 4492). Relator: Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, rejeito a preliminar por ausência de previsão legal no seu conteúdo e nego seguimento ao recurso, propondo seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Gabriel Testa Soares, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.000247-8/SCA-STU. Recte.: E.M. (Adv.: Elisabeth Muniz OAB/SP 101183). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e F.R.A. (Adv.: Hedy Maria do Carmo OAB/SP 238834). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). DESPACHO: "(...). Portanto, extemporâneo o recurso e ausentes os seus requisitos de admissibilidade, previstos no art. 75 do EAOAB, nego-lhe seguimento e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.000250-0/SCA-STU. Rectes.: G.A.J. e L.R. (Advs.: Gilberto Alonso Junior OAB/SP 124176, Leonardo Ribas OAB/SP 189010 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.E.L.R. (Advs.: Carlos Eduardo Leme Romeiro OAB/SP 138927 e Outros). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.000398-5/SCA-STU. Recte.: M.A.F.S. (Adv. Assist.: Renata Miranda Daniel OAB/MS 14786). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e B.M. (Adv.: Bruno Menegazo OAB/MS 9975). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). DESPACHO: "(...). Em vista do exposto, e não estando atendidos os pressupostos de admissibilidade, indico o indeferimento liminar do recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral da OAB. À consideração do Senhor Presidente da Turma. Brasília, 10 de agosto de 2011. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator" DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.000784-0/SCA-STU. Recte.: Wauterlô Teixeira Pontes. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e A.A.C.B.E. (Advs.: Bruno Emilio OAB/RJ 65179 e Outros). Relator: Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Gabriel Testa Soares, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.000992-2/SCA-STU. Recte.: A.M.M.R. (Adv.: Alessandro Marcelo Moro Réboli OAB/PR 33124). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001135-5/SCA-STU. Recte.: D.G.A. (Adv.: Daniel Guedes Araujo OAB/SP 95873). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.I.S. (Advs.: Luiz Mario de Almeida OAB/SP 54221 e Outro). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Norberto Lopes Campelo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001141-0/SCA-STU. Recte.: E.M.J. (Advs.: Edú Monteiro Junior OAB/SP 98688 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Cláudio Piergallini. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001144-4/SCA-STU. Recte.: C.A.S.O. (Advs.: Michel de Souza Brandão OAB/SP 157001 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001146-9/SCA-STU. Recte.: A.C. (Adv.: Antonio da Cruz OAB/SP 50933). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, F.S'A.F. (Adv. Assist.: Nídia Luiza Angelino Bastos OAB/SP 271443). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001149-3/SCA-STU. Recte.: T.N. (Adv.: Toshio Nagai OAB/SP 66238). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e José Bonfim Varela da Silva. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001151-7/SCA-STU. Recte.: V.S.S. (Adv. Assist.: Armando Sanchez OAB/SP 21825). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.S.F. (Adv.: Danielly dos Santos Fragoso OAB/SP 212926). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001154-1/SCA-STU. Recte.: A.M. (Adv.: Abner Merisse OAB/SP 109406). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Zelinda de Oliveira Castelo. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Norberto Lopes Campelo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001156-6/SCA-STU. Recte.: A.N.V. (Adv.: Alfredo Nilton Versati OAB/SP 83976). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.C.F. (Adv.: Robson Clei do Nascimento OAB/SP 208521). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001158-2/SCA-STU. Recte.: S.M.B.N. (Advs.: Jose Jaime do Vale OAB/SP 133821 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Wilsa Magalhães Moreira. Relator: Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Gabriel Testa Soares, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001168-0/SCA-STU. Recte.: E.T.O. (Adv.: Eduardo T. Okazaki OAB/SP 39031). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e W.W.R. (Advs.: Wagner W. Ripper OAB/SP 149058 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA U.O.L.

DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001170-1/SCA-STU. Recte.: E.C.G. (Adv.: Emilio Cardoso Gottardi OAB/SP 132155). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e G.A.N. (Adv. Assist.: Liliane Dias de Oliveira OAB/SP 246123). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001176-9/SCA-STU. Recte.: M.B. (Adv.: Meire Benassi OAB/SP 103953). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001186-6/SCA-STU. Recte.: E.S.T.B. (Adv.: Eugenio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.R.P. (Adv.: Eduardo Rodrigues Pinhel OAB/SP 147171). Relator: Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). DESPACHO: "(...). Por tais razões, determino o retorno dos autos a Seccional de origem para que proceda ao arquivamento dos autos, dando ciência as partes interessadas. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Gabriel Testa Soares, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001191-4/SCA-STU. Recte.: A.M.F.Y. (Adv.: Ana Maria F. Yamamoto OAB/SP 122516). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001210-8/SCA-STU. Recte.: M.M.P. (Adv.: Marcelo Monteiro Padial OAB/MS 6024). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Albano Margato Loureiro. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). DESPACHO: "(...). Ante o exposto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.001287-0/SCA-STU. Recte.: J.L.A. (Advs.: José Luís Almirão OAB/PR 21236-A e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Maria da Luz Paz. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002217-7/SCA-STU. Recte.: V.H. (Adv.: Valdemar Hartje OAB/PR 26674). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, ante a intempestividade do recurso e ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002498-0/SCA-STU. Recte.: L.F.M.M. (Adv.: Audrey Schimming Smith Angelo OAB/SP 126381). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e F.A.G. (Adv.: José Jaime do Valle OAB/SP 133821). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. José Norberto Lopes Campelo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Júlio Ramos Neto, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.002502-6/SCA-STU. Rectes.: O.G. e M.S.G. (Adv. Assist.: Armando Sanchez OAB/SP 21825). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.A.R.S.C. (Adv.: Rodrigo Antonio Ramos Soares Corrêa OAB/SP 173951). Relator: Conselheiro Federal Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior (BA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002507-5/SCA-STU. Recte.: M.L.C. (Adv.: Andre Luiz G. Veloso OAB/SP 141879). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.M.S.G. (Advs.: Sérgio R. C. Quinezi OAB/SP 146611 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002510-7/SCA-STU. Recte.: W.C.M.J. (Adv.: Waldemar Cury Maluly Jr. OAB/SP 41830). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e W.D.M.S. (Adv..: Fernando Cabeças Barbosa OAB/SP 144157). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002514-0/SCA-STU. Recte.: A.R.M. (Advs.: Paulo Sergio Rigueti OAB/SP 79230 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.G. (Adv.: Dálvaro Girotto OAB/SP 133156). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002740-0/SCA-STU. Recte.: N.R.C.M. (Adv.: Nilva Regina Correia de Melo OAB/AL 5116). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Alagoas e ABE-A.B.E.Ltda. Reptes. Legais: C.L.P.L.A.B., A.A.B. e R.G. (Advs.: Eduardo José da Silva Brandi OAB/SP 91557 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.002880-1/SCA-STU. Recte.: J.L.F. (Adv.: José Lindbergh Freitas OAB/RJ 30685). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e A.R.L. (Advs.: Waldyr Ferreira OAB/RJ 27436 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior (BA). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, em razão de sua intempestividade, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.003017-0/SCA-STU. Recte.: G.C.J. (Adv.: Gisela B. de Almeida Salles OAB/SP 241116). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, C.R.S., C.L.B.F., O.J.J.P. e K.G.S. (Advs.: Camila Rocha Schwenck OAB/SP 228260, Celso Luiz Bini Fernandes OAB/SP 171105, Olavo J. J. Pezzotti OAB/SP 83733 e Kátia Gomes Sales OAB/SP 103500). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício." RECURSO 49.0000.2011.003116-8/SCA-STU. Recte.: C.P. (Adv.: Cynara Piran OAB/MT 6805). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e Luiz Aparecido Sales dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Júlio Ramos Neto, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.003411-6/SCA-STU. Recte.: F.F.F.S. (Advs.: Flávia Fernanda de Freitas Salvador OAB/SP 139898 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e H.H.B.T. (Adv. Assist.: Ilario Correr OAB/SP 50775). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Júlio Ramos Neto, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.003728-6/SCA-STU. Recte.: J.A.A.A.A. (Advs.: Jamil Abdo OAB/RS 22830 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, A.M.C, M.H.S., G.G., S.K.B., M.J.R.V., G.F. e J.A.O. (Advs.: Antônio Marcelo Caleffi OAB/RS 13839, Miriam Helena Schaeffer OAB/RS 31935, Geraldo Gonzatti OAB/RS 11478, Sabrini Korb Bondan OAB/RS 49456, Miguel José da Rocha Vitória OAB/RS 29988, Giovani Fuhr OAB/RS 17833 e José Adelmo de Oliveira OAB/RS 19267). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Walter Carlos Seyffterh, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Júlio Ramos Neto, Presidente." RECURSO 49.0000.2011.003948-0/SCA-STU. Recte.: R.P.J. (Advs.: Rui Pinheiro Jr. OAB/SP 71118, Priscila Maria Carvas Monteiro OAB/SP 252568 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, V.M.G.N e R.A.T. (Advs.: Vera Maria Garaude OAB/SP 146251 e Renata Andrea Toriani OAB/SP 146225). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Júlio Ramos Neto, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.004189-3/SCA-STU. Recte.: P.B.G. (Adv.: Paulo Bianchi Giannella OAB/SP 282377). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.A.A. (Adv.: Sabatini Giampietro Netto OAB/SP 99179). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Walter Carlos Seyfferth, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Júlio Ramos Neto, Presidente."

Brasília, 29 de novembro de 2011.
WALTER CARLOS SEYFFERTH
Presidente

ACÓRDÃOS

RECURSO 0721/2006/SCA-STU-ED. Embgte.: U.S.I. (Adv.: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068). Embgdo.: Acórdão de fls. 783/785 da STU/SCA. Recte.: U.S.I. (Advs.: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, A.D. e M.A.N.P. (Adv.: Marcos Bizarria Inez de Almeida OAB/SP 162188). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 219/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Intempestividade. Inteligência do artigo 69, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº 8.906/94. 1) Todos os prazos necessários à manifestação nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para a interposição de recursos. 2) Nos casos de publicação da decisão ou do ato na imprensa oficial, o prazo inicia-se no primeiro dia útil seguinte. 3) Recurso protocolado após esse prazo não atende ao requisito da tempestividade, razão pela qual não se conhece dos embargos de declaração opostos após o prazo de 15 dias. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente em exercício. Luiz Cláudio Allemand, Relator. RECURSO 2007.08.06310-05/SCA-STU. Recte.: O.C.S. (Adv.: Osvaldo Cruz Seber OAB/SP 124203). Recdos.: Despacho de fls. 511/513 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e F.M.V.B. (Advs.: Moacyr Amâncio de Souza OAB/SP 17969, João Paulo Morello OAB/SP 112569 e Outros). Interessado: M.A.P. (Adv.: Adriana Gonçalves Salina OAB/SP 252710). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 220/2011/SCA-STU. Recurso interposto em face de despacho de inadmissibilidade de recurso ao Conselho Federal. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Ausência de demonstração do cabimento do recurso, nos termos do art. 75 do EAOAB. 1) Recurso interposto contra despacho de indeferimento liminar de recurso deve demonstrar o desacerto da decisão recorrida, indicar os requisitos de admissibilidade do recurso indeferido. 2) Correta foi a decisão de negativa de seguimento ao recurso referido, se não se ateve o interessado à demonstração do cabimento das previsões do art. 75 do EAOAB. 3) Tratando-se de reiteração das razões recursais que tiveram seu indeferimento reconhecido, há que se negar provimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECUR-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SO 2008.08.08979-05/SCA-STU-ED. Embgte.: N.M.M.M. (Adv.: Vanderlena Manoel Busa OAB/SP 103046). Embgdo.: Acórdão de fls. 176/178 da STU/SCA. Recte.: N.M.M.M. (Adv.: Vanderlena Manoel Busa OAB/SP 103046). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.A.C. (Adv. Assist.: André Andreolli OAB/SP 213127). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 221/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. Prescrição. Inocorrência. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação da embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Não se consuma a prescrição se o processo não permaneceu por mais de 03 (três) anos sem qualquer despacho ou julgamento, nem decorreram mais de 05 anos entre a representação e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nos termos da Súmula 01-2011-COP e do art. 43 do EAOAB. 3) Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2009.08.00695-05/SCA-STU-ED. Embgte.: G.R.A. (Adv.: Euclydes Aparecido Martins OAB/SP 212943). Embgdo.: Acórdão de fls. 303/305 da STU/SCA. Recte.: G.R.A. (Adv.: Euclydes Aparecido Martins OAB/SP 212943). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado: Cláudio da Silva Mourão. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 222/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Decisão sucinta. Alegada ausência de fundamentação inexistente. A decisão está devidamente fundamentada quando, mesmo de forma sucinta estão expostas as razões de decidir. Embargos conhecidos, mas que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração para rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2009.08.03363-05/SCA-STU. Recte.: NHF-C.E.Ltda. Repte. Legal: N.H.F. (Adv.: Raphael Taques Pilatti OAB/PR 38604). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná, C.S. e R.A.B. (Advs.: Iria Regina Marchiori OAB/PR 12239 e Gustavo Mussi Milani OAB/PR 32622). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 223/2011/SCA-STU. 1. Decisão de arquivamento liminar da Representação. Recurso conhecido e no mérito, por maioria - negado provimento. 2. Os representantes firmaram dois contratos de honorários ao passo que, segundo consta na inicial, os Representados não teriam cumprido o contrato, em especial porque não propuseram a demanda indenizatória objeto do primeiro contrato. 3. Ocorre que, em relação aos possíveis prejuízos que a representante poderia ter sofrido em razão do alegado não-ajuizamento da demanda indenizatória (por danos morais e materiais), nada ficou demonstrado nos autos. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 12 de abril de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Valmir Macedo de Araujo, Relator. RECURSO 2009.08.04311-05/SCA-STU. Recte.: A.C.M.E.T. (Advs.: Ana Cristina Mitre El Tayar OAB/SP 108269 e Outro). Recdos.: Despacho de fls. 275/277 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Donael Ildo de Castro. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 224/2011/SCA-STU. Recurso interposto em face de despacho de inadmissibilidade de recurso ao Conselho Federal. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Ausência de demonstração do cabimento do recurso, nos termos do art. 75 do EAOAB. 1) Recurso interposto contra despacho de indeferimento liminar de recurso deve demonstrar o desacerto da decisão recorrida, indicar os requisitos de admissibilidade do recurso indeferido. 2) Correta foi a decisão de negativa de seguimento ao recurso referido, se não se ateve o interessado à demonstração do cabimento das previsões do art. 75 do EAOAB. 3) Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2009.08.08899-05/SCA-STU-ED. Embgte.: I.A.P. (Adv.: Elecir Martins Ribeiro OAB/SP 126283). Embgdo.: Acórdão de fls. 259/260 da STU/SCA. Recte.: I.A.P. (Adv.: Elecir Martins Ribeiro OAB/SP 126283). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/SP. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). EMENTA 225/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Embargos de declaração com caráter manifestamente infringente. 3. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, para rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Gabriel Testa Soares, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.00282-05/SCA-STU. Recte.: Valdemar José dos Passos Filho. Recdos.: Despacho de fls. 287/288 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Pernambuco e B.& C.A.A.S/C. Reptes. Legais: E.B.S. e M.O.C.S. (Advs.: Enival Barbosa da Silva OAB/PE 474-B e Maria Olívia da Cunha Silva OAB/PE 16499). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 226/2011/SCA-STU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Intempestividade. Não conhecimento. 1) O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2) Tendo o recurso sido protocolado após esse prazo, verifica-se sua intempestividade. 3) Portanto, a hipótese é de não conhecimento do recurso, em face de sua intempestividade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.01172-05/SCA-STU. Recte.: N.E.M. (Adv.: José Walmir Lafene OAB/SP 148306). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miquéias Matias Fernandes (AM). EMENTA 227/2011/SCA-STU. Pedido de Revisão de julgamento. Rejeição pelo órgão competente da Seccional. Recurso para o Conselho Federal. Pedido expresso de arquivamento do processo disciplinar, sem análise do mérito. Acolhimento do pedido de arquivamento. Mantida a decisão recorrida transitada em julgado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Miquéias Matias Fernandes, Relator. RECURSO 2010.08.02149-05/SCA-STU. Recte.: C.A.F. (Advs.: Walter de Castro Coutinho OAB/DF 5951 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 228/2011/SCA-STU. Exercer a advocacia quando suspenso disciplinarmente - Reincidência: Incide em reincidência disciplinar o advogado que exerce a advocacia quando encontra-se suspenso disciplinarmente, pena de suspensão de exercício profissional por trinta dias e multa mantida, aplicada razoavelmente, justamente pela reincidência, aplicabilidade do art. 37, II e parágrafo 2º, da Lei 8.906/94. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria de votos, para conhecer do recurso e negar-lhe provimento nos termos do voto Revisor. Brasília, 17 de maio de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara. Walter Carlos Seyfferth, Relator para o acórdão. RECURSO 2010.08.02852-05/SCA-STU. Recte.: E.M.D. (Advs.: Eduardo Montenegro Dotta OAB/SP 155456 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.R.Z. (Adv.: Sidney Rolando Zanin OAB/SP 76405). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 229/2011/SCA-STU. Atuação em conjunto de Escritório de Advocacia com Empresa de Cobrança no mesmo endereço e com a mesma linha telefônica, e com site na internet contendo a marca da sociedade de advogados e da empresa de cobrança é procedimento imoral e ilegal. A Sociedade de Advogados instalada em Escritório, sem constar o número de inscrição da OAB de um de seus sócios, também caracteriza infração a ética disciplinar. Comportamentos e atos inadequados que violam as normas contidas no art. 16, do EAOAB, e no art. 2º, Parágrafo único, inciso VIII, letra "b", do Código de Ética e Disciplina. A participação minoritária de sócio na empresa não exime o mesmo da responsabilidade subsidiária ilimitada da sociedade de advogados em razão dos atos perpetrados, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.906/94 e art. 40 do Regulamento Geral. Representação Procedente. Mantenho a pena aplicada de censura convertida em advertência, com ofício reservado, sem registro nos assentamentos, com fulcro no art. 36, Parágrafo único da Lei nº 8.906/94. Recurso conhecido, mas negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.02902-05/SCA-STU. Recte.: R.R.G. (Adv. Assist.: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.A.J. (Advs.: João Atoguia Junior OAB/SP 78958 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 230/2011/SCA-STU. 1- Advogado que se compromete a defender os interesses de seu cliente e recebe total ou parcialmente os honorários pactuados se obriga a prestar os serviços contratados. Desídia comprovada. Condenação que se impõe. Aplicação do art. 34, IX e XX e 37, I do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo Relator. RECURSO 2010.08.03622-05/SCA-STU. Rectes.: F.A.M.S. e E.R.M. (Advs.: Fernando Prado Targa OAB/SP 206856 e Gustavo Martin Teixeira Pinto OAB/SP 206949 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Murilo Procópio de Carvalho (MG). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 231/2011/SCA-STU. Processo Disciplinar - Parceria entre advogados. Crimes praticados por um deles. Ausência de prova da participação do segundo ou mesmo de seu conhecimento prévio. Condenação que se impõe àquele que comprovadamente praticou os ilícitos. Absolvição daquele contra quem não se conseguiu provar participação nas fraudes. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso de F.A.M.S. para negar-lhe provimento e conhecer do recurso de E.R.M., para dar-lhe provimento, nos termos do voto da divergência. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente em exercício. José Norberto Lopes Campelo, Relator para o acórdão. RECURSO 2010.08.03627-05/SCA-STU. Recte.: E.C. (Adv.: Edson de Castro OAB/SP 91728). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Eduardo Braz Quirino. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 232/2011/SCA-STU. Advogado que não repassa ao cliente importância recebida mediante acordo firmado em processo judicial incorre nas infrações definidas nos incisos XX e XXI do art. 34 do EAOAB. Antecedentes que justificam a fixação da sanção base em 60 (sessenta) dias de suspensão, sujeita esta à prorrogação legal. Multa de duas anuidades cumulativamente aplicada que, todavia, revela-se desproporcional, podendo mesmo sua exigência dificultar o pagamento da importância devida ao cliente - que é de pequena monta ou de valor inferior às próprias anuidades. Recurso de que se conhece, em virtude de preliminar argüida, e a que se dá parcial provimento, para limitar a sanção administrativa à suspensão referida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente, em exercício. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 2010.08.03633-05/SCA-STU-ED. Embgte.: E.R.M. (Adv.: Gustavo Martin Teixeira Pinto OAB/SP 206949). Embgdo.: Acórdão de fls. 766/767 da STU/SCA. Recte.: E.R.M. (Advs.: Gustavo Martin Teixeira Pinto OAB/SP 206949 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 233/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Rejeição. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não ultrapassa os limites de admissibilidade recursal. 2) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2010.08.03892-05/SCA-STU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e D.I.A.M. (Adv.: Daltro Ivã Alves Marques OAB/RS 35004). Relator: Conselheiro Federal Ednaldo Gomes Vidal (RR). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior (BA). EMENTA 234/2011/SCA-STU. Negativa de prestação de contas. Pedido de reabilitação. Pena de suspensão aplicada a advogado até que satisfaça integralmente a dívida, inclusive com correção monetária. Art. 37º, § 2º, c/c art. 34, inc. XXI, ambos do EAOAB. Alegação de pena de caráter perpétuo. Declaração de inconstitucionalidade incidenter tantum do art. 37, § 2º, do EAOAB pelo pleno do Conselho Seccional da OAB/RS. Intempestividade do recurso (art. 69 do EAOAB). Hipótese de não conhecimento do apelo. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.04005-05/SCA-STU. Recte.: M.R.V. (Adv.: Diógenes Gori Santiago OAB/SP 92458). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.X.O. (Adv.: Lurdes Cruz Sedano OAB/SP 27816). Relator: Conselheiro Federal Paulo Marcondes Brincas (SC). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 235/2011/SCA-STU. Cobrança, pelo advogado, de verba honorária em percentual de 50% sobre os valores auferidos pelo cliente em ação judicial, sem contrato escrito, recomenda não o arquivamento, mas a instauração de processo disciplinar. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 17 de maio de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara. Walter Carlos Seyfferth, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.04015-05/SCA-STU. Recte.: C.A.M. (Adv.: Carlos Alberto Marcondes OAB/SP 114844). Recdos.: Despacho de fls. 152/153 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.H.C. (Adv.: Ezequias Dantas OAB/SP 207818). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 236/2011/SCA-STU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento 1) O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao Conselho Federal, ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bilidade, deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a reiteração das razões já apreciadas. 2) Correta a decisão monocrática que negou seguimento aos recursos, se os recorrentes não se incumbiram de demonstrar inequivocamente a demonstração do cabimento dos recursos de natureza extraordinária. 3) Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Walter Carlos Seyfferth, Relator. RECURSO 2010.08.04018-05/SCA-STU. Recte.: D.S.M.N. (Advs.: Edervek Eduardo Delalibera OAB/SP 125035 e Outra). Recdos.: Despacho de fls. 238/239 do Pres. da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). EMENTA 237/2011/SCA-STU. Não se conhece de recurso interposto a destempo, com suporte no § 2º do art. 69 da Lei 8.906/94. O recorrente deve observar os limites legais impostos para o exercício do direito de ver apreciado seu recurso. Em ultrapassando o estancamento do prazo de acesso, perece a pretensão. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em negar seguimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Gabriel Testa Soares, Relator. RECURSO 2010.08.04380-05/SCA-STU. Recte.: R.G.S. (Adv.: Ruy Goes dos Santos OAB/RJ 46069). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Miguel Eduardo Britto Aragão (SE). Relator "ad hoc": Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior (BA). EMENTA 238/2011/SCA-STU. É devida a exclusão do recorrente quando se constata nos autos a aplicação, por 03 (três) vezes, da pena de suspensão - Inteligência do artigo 38, I, da Lei 8.906/94 - Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Ruy João Ribeiro Gonçalves Junior, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.04382-05/SCA-STU. Recte.: M.C.S. (Advs.: Marcelo Coelho de Souza OAB/RJ 122210 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Miguel Eduardo Britto Aragão (SE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 239/2011/SCA-STU. 1- Advogado que acusa diversas autoridades do Judiciário do Rio de Janeiro, entre elas Desembargadores e Juízes, chamando-os de Quadrilheiros, e faz imputações desconexas a Diretoria da OAB/RJ, ao Procurador Geral de Justiça do Rio Janeiro, ao Presidente da ABI e ao Partido Democrática Trabalhista-PDT, e posteriormente reconhecem como inverídicas a ponto de se retratar, pratica ato infracional, tendo em vista sua conduta grave. 2- Advogado que pratica tais atos deve ser penalizado por violar de forma gritante a norma preceituada no inciso XXV, do art. 34, da Lei nº 8.906/94, com aplicação da pena de suspensão pelo período de 90 (noventa) dias, com fulcro no art. 35, inciso II, combinado com o art. 37, inciso I, todos do Estatuto da AOAB. 3- Advogado que cumpre pena provisória de suspensão preventiva pelo prazo de 90 (noventa) dias, deve ser computada na execução da pena, em razão da Detração da Pena, desse modo, a pena aplicada se encontra extinta pelo cumprimento da pena. 4- Conheço do Recurso e dou Parcial Provimento para Reformar a Decisão do Conselho Seccional da OAB/RJ, nos termos acima citados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator para o acórdão. RECURSO 2010.08.04620-05/SCA-STU. Recte.: D.S.G. (Adv.: Darcy Silveira Gonçalves OAB/RJ 80616). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miguel Eduardo Britto Aragão (SE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 240/2011/SCA-STU. Exclusão - Competência: A competência para apreciar recurso do Tribunal de Ética e Disciplina que entende haver cometimento de infração que leve a exclusão dos quadros de advogado, é do Conselho Pleno da Seccional competente, por força do que dispõe o parágrafo único do art. 38, II da Lei 8.906/94, e não de uma de suas Câmaras. Processo anulado a partir da Decisão da Câmara, para que seja submetido à apreciação do Conselho Pleno. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria de votos, para conhecer do recurso e dar-lhe provimento nos termos do voto Revisor. Brasília, 17 de maio de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara. Walter Carlos Seyfferth, Relator para o acórdão. RECURSO 2010.08.04939-05/SCA-STU. Recte.: Eduardo Banks dos Santos Pinheiro. Recdos.: Despacho de fls. 135/137 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e R.J.M.F. (Advs.: Marcos Pedreira Pinheiro de Lemos OAB/RJ 66298 e Outro). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 241/2011/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unanime do Conselho Seccional da OAB do Rio de Janeiro, aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2010.08.05321-05/SCA-STU. Recte.: A.M.G. (Advs.: Fernando Aparecido Ávila OAB/SP 218596 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 317/318 do Pres. da STU/SCA, Conselho da OAB/São Paulo, S.A.D., S.A.D e C.A.D. (Advs.: Maria Del Rosário Gómez Juncal Cruz OAB/SP 69592 e Outros). Relator: Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). EMENTA 242/2011/SCA-STU. Recurso manifestado contra despacho do Relator do feito perante este Conselho Federal que negou seguimento, por sua vez, a recurso interposto contra decisão proferida à unanimidade pelo Conselho Seccional da OAB/SP. Correta foi a decisão de negativa de seguimento ao recurso referido, se não se ateve o interessado à demonstração do cabimento das previsões do art. 75 do EAOAB. Recurso conhecido, mas ao qual nega-se provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Gabriel Testa Soares, Relator. RECURSO 2010.08.05607-05/SCA-STU. Recte.: L.F.C.M. (Adv.: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Recdos.: Despacho de fls. 232/233 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Edione dos Santos Radesca e Elaine dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 243/2011/SCA-STU. 1- Prescrição de Pretensão Intercorrente que não está em consonância com os arts. 43, § 1º e 2º, incisos I e II, da Lei nº 8.906/94, é impertinente, deve ser rejeitada. 2- Preliminar de Contraditório, não acatada em virtude de não haver qualquer violação as normas insculpidas na Constituição Federal, no Estatuto da OAB, no Regulamento Geral da OAB, Jurisprudências, e demais legislações pertinentes ao tema. Preliminares Rejeitadas. 3- Locupletamento Ilícito. Advogado que recebe dinheiro do cliente e dele se apropria, e não faz a prestação de contas, infringe o art. 34, incisos XX e XXI do EOAB combinado com o art. 37, Inciso I, § 2º, ambos do Estatuto da Advocacia e da OAB. Representação Procedente. Conduta que desaconselha o exercício da advocacia impõe-se a pena de suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias prorrogável até real e efetivo pagamento do valor ainda devido e retido, acrescido de correção monetária. Recurso conhecido em virtude das preliminares, mas negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente, em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.05738-05/SCA-STU. Rectes.: J.P.M.N., M.C.B. e C.R.A. (Advs.: Roberto Soares Garcia OAB/SP 125605 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 741/742 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.R.A.W. (Adv.: Luciano Augusto de Pádua Fluery Filho OAB/SP 46889). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 244/2011/SCA-STU. Recurso interposto em face de despacho de inadmissibilidade de recurso ao Conselho Federal. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Ausência de demonstração do cabimento do recurso, nos termos do art. 75 do EAOAB. 1) Recurso interposto contra despacho de indeferimento liminar de recurso deve demonstrar o desacerto da decisão recorrida, indicar os requisitos de admissibilidade do recurso indeferido. 2) Correta foi a decisão de negativa de seguimento ao recurso referido, se não se ativeram os interessados à demonstração do cabimento das previsões do art. 75 do EAOAB. 3) Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.05878-05/SCA-STU-ED. Embgte.: A.R.C. (Adv.: Aldo R. Canônico OAB/SP 49676). Embgdo.: Despacho de fls. 193/194 do Pres. da STU/SCA. Recte.: A.R.C. (Adv.: Aldo R. Canônico OAB/SP 49676). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Cesar Dantas Soccorro (RR). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 245/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Inexistência de omissão, obscuridade ou contradição. Rejeição. A inadmissão de recurso por falta de preenchimento dos requisitos do art. 75 do EAOAB via decisão monocrática fundamentada não se sujeita a ser sindicada via de Embargos de Declaração quando não contenha, como é o caso dos autos, omissão, obscuridade ou contradição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Federais da OAB, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em conhecer, mas rejeitar estes Declaratórios. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.05886-05/SCA-STU. Recte.: J.L.O. (Adv.: José Luiz de Oliveira OAB/SP 125716). Recdos.: Despacho de fls. 493/495 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.E.F. (Adv.: Daniel Zenito de Almeida OAB/SP 172407). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 246/2011/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional da OAB de São Paulo, aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2010.08.06817-05/SCA-STU. Recte.: M.I.G. (Adv.: Cristiane Lourenço OAB/SP 180129). Recdos: Despacho de fls. 242/244 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Maura Vilma Soledade. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 247/2011/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional da OAB de São Paulo, aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Decisão monocrática em consonância com a jurisprudência deste Conselho Federal. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2010.08.07576-05/SCA-STU-ED. Embgtes.: C.D.F. e R.T.S. (Advs.: Carlos Demetrio Francisco OAB/SP 58701 e Teresa Anabela Silva de Araújo Plaza OAB/SP 149543). Embgdo.: Acórdão de fls. 1326/1333 da STU/SCA. Rectes.: C.D.F. e R.T.S. (Advs.: Carlos Demetrio Francisco OAB/SP 58701 e Teresa Anabela Silva de Araújo Plaza OAB/SP 149543). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 248/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação dos embargantes. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação dos embargantes não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Não se configura a prescrição da pretensão à punibilidade das infrações antes de decorrer o lapso temporal ininterrupto de cinco anos contados da constatação oficial do fato até a instauração do processo disciplinar, e quando não configurada a paralisação do processo por 3 (três) anos aguardando julgamento, hipótese não configurada nos autos. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.07685-05/SCA-STU-ED. Embgte.: M.L.G.M. (Adv.: Marcel D. Grácia Pereira OAB/PR 27001). Embgdo.: Acórdão de fls. 212/216 da STU/SCA. Recte.: M.L.G.M. (Adv.: Marcel Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e M.S.B. (Adv.: Alcides Siqueira Gomes OAB/PR 11797). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 249/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação da embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Embargos de declaração com caráter manifestamente infringente. 3. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração para rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2010.08.07946-05/SCA-STU. Recte.: J.C.A. (Advs.: Raimundo Januário Pereira OAB/RJ 5042 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e S.V.A. (Adv.: Ricardo de Oliveira Rodrigues OAB/RJ 118629). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 250/2011/SCA-STU. Prescrição. Cerceamento de Defesa. Inocorrência. 1. Não há o que se cogitar em prescrição se respeitadas as disposições do art. 43 e seus parágrafos, da Lei nº 8.906/94. A prescrição visando a punibilidade das infrações disciplinares se dá no transcurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da constatação oficial do fato pela parte interessada ou pela OAB, que é interrompida pela instauração do processo disciplinar, ou pela notificação válida do representado ou pela decisão condenatória recorrível de qualquer órgão julgador da OAB. E, a intercorrente, se dá se o mesmo ficar paralisado por mais de três anos, no aguardo de despacho ou julgamento. 2. Não existe cerceamento de defesa, pelo simples fato da não presença do interessado em sessão de julgamento perante o Conselho Pleno da Seccional, se, devidamente notificado, deixou de comparecer e não se fez representar por procurador constituído, desde que, obedecidas as formalidades do art. 73 § 1° do Estatuto da EAOAB. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de abril de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara. Walter Carlos Seyfferth, Relator. RECURSO 2010.08.08285-05/SCA-STU-ED. Embgte.: M.L.C.B. (Adv.: Marcos Luiz de Carvalho Brito OAB/SP 84158). Embgdo.: Acórdão de fls. 243/247 da STU/SCA. Recte.: M.L.C.B. (Adv.: Marcos Luiz de Carvalho Brito OAB/SP 84158). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Ismar Fontão Carril, Vera Lúcia Cirrelo Carril e C.S.C.C. (Advs.: José Paulo Schivartche OAB/SP 13924 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 251/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, para rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2010.08.08383-05/SCA-STU-ED. Embgte.: A.P.N.B. (Adv.: Angelo Sichinel da Silva OAB/MS 8600). Embgdo.: Acórdão de fls. 136/138 da STU/SCA. Recte.: A.P.N.B. (Adv.: Angelo Sichinel da Silva OAB/MS 8600). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 252/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Não provimento do recurso. Art. 75. Entendimento pacificado no Conselho Federal da legalidade das normas questionadas. Não contrariedade à lei ou à decisão proferida pelo Conselho Federal ou Conselho de outra Seccional. Não conhecimento. Omissão. Contradição. Ausência. 1. Não há omissão na decisão que, conhecendo o recurso contra decisão unânime, verifica a inexistência de situações excepcionais para afastar a incidência do art. 75 do EOAB. 2. O posicionamento pacífico do CFOAB prestigia tese contrária às alegações, bem como reconhece que tal interpretação é legal e constitucional. 3. Ausência de vícios a serem solucionados. 4. Recurso conhecido e, no mérito, rejeitado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitar-lhes, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 2010.08.08555-05/SCA-STU. Recte.: J.M.S. (Adv.: José Maria de Souza OAB/PE 12199). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 253/2011/SCA-STU. Recurso. Retenção abusiva de autos. Art. 34, XXII, do EAOAB. Advogado notificado regularmente para a devolução. Espontaneidade na devolução. Ausência de busca e apreensão judicial. Não caracterização da infração. I - A retenção abusiva de autos somente se caracteriza pela vontade premeditada do advogado em causar prejuízo às partes ou à administração da justiça. II - Inexiste abuso na retenção quando o advogado regularmente notificado para fazê-lo, diligencia espontaneamente a sua localização e efetiva devolução. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara em exercício. Luiz Cláudio Allemand, Relator. RECURSO 2010.08.08831-05/SCA-STU-E.D. Embgte.: M.E.J. (Adv.: Marcel D. Grácia Pereira OAB/PR 27001). Embgdo.: Acórdão de fls. 175/177 da STU/SCA. Recte.: M.E.J. (Adv.: Marcel Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal João Gabriel Testa Soares (SC). EMENTA 254/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação da embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2. Embargos de declaração com caráter manifestamente infringente. 3. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, para rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Gabriel Testa Soares, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.09008-05/SCA-STU-ED. Embgte.: J.D.C.N. (Adv.: Alexandre Michel Antônio OAB/SP 13329). Embgdo.: Acórdão de fls. 361/366 da STU/SCA. Rectes.: A.A.F.V. e J.D.C.N. (Advs.: André R. R. Borghi OAB/SP 199779 e Outros e João Dutra da Costa Neto OAB/SP 83710). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.M.J.F. (Adv.: Diógenes Miguel Jorge Filho OAB/SP 182323). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 255/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Rediscussão do mérito da decisão embargada. Rejeição. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não ultrapassa os limites de admissibilidades recursal. 2) Os aclaratórios não se prestam para rediscutir a decisão com o nítido intuito de buscar melhor decisão que atenda aos interesses do embargante, ainda mais quando devidamente fundamentada. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.09347-05/SCA-STU. Recte.: A.A.P.L. (Adv.: Raimundo Januário Pereira OAB/RJ 5042). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: João Gabriel Testa Soares (SC). EMENTA 256/2011/SCA-STU. A Prescrição é um dos modos de extinção da punibilidade. Havendo dois processos administrativos tratando do mesmo fato, em diferentes épocas, com mais de cinco anos entre o primeiro e o segundo, arquivado o primeiro, correta é a pretensão de declaração da prescrição, pois sobre o mesmo fato é vedado novo pronunciamento se já esgotado o tempo sem a análise do mérito, atraindo a sua incidência. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Gabriel Testa Soares, Relator. RECURSO 2010.08.09434-05/SCA-STU-ED. Embgte.: M.L.G.M. (Adv.: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Embgdo.: Acórdão de fls. 172/176 da STU/SCA. Recte.: M.L.G.M. (Adv.: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Elaine Santos Rodrigues. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 257/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. Rediscussão do mérito da decisão embargada. Rejeição. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação da embargante não ultrapassa os limites de admissibilidades recursal. 2) Os aclaratórios não se prestam para rediscutir a decisão com o nítido intuito de buscar melhor decisão que atenda aos interesses da embargante, ainda mais quando devidamente fundamentada. 3) Não se caracteriza reformatio in pejus a mera reclassificação da tipificação dada à conduta da representada, sendo certo que o representado se defende dos fatos, não da tipificação atribuída na representação, ainda mais quando não há majoração da sanção disciplinar aplicada. 4) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 2010.08.09557-05/SCA-STU-ED. Embgtes.: B.B., D.M.G.N. e W.C.P.I. (Advs.: Celso Cintra Mori OAB/SP 23639, Vicente Coelho Araújo OAB/DF 13134, Péricles D´Avila Mendes Neto OAB/SP 174020 e OAB/DF 22611 e Outros). Embgdo.: Acórdão de fls. 326/329 da STU/SCA. Recte.: IMCOPA-I.E.I.O.Ltda. Repte. Legal: L.A.G.C. (Advs.: Lauro Ishikawa OAB/SP 143195 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, B.B., D.M.G.N. e W.C.P.I. (Advs.: Rodrigo M. C. de Oliveira OAB/SP 87817 e OAB/DF 1418-A e Outros). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 258/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Recurso. Tempestividade. Publicação na imprensa oficial e notificação pessoal. Publicação deficitária. Necessidade de notificação complementar. 1) Havendo omissão na publicação da decisão recorrida dos nomes dos advogados das partes e demais informações de caráter identificador, requerendo a notificação complementar para ciência inequívoca, o prazo recursal conta-se do primeiro dia útil seguinte ao da data de recebimento da notificação, anotada pela Secretaria do órgão da OAB ou pelo agente dos Correios (art. 139 do Regulamento Geral). 2) Embargos declaração conhecidos e parcialmente acolhidos para sanar a omissão apontada, mantendo incólume o acórdão embargado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos e acolhê-los parcialmente, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Walter Carlos Seyfferth, Relator. RECURSO 2011.08.00200-05/SCA-STU-ED. Embgte.: Z.L.C. (Adv.: William Franklin Dore Junior OAB/RJ 70958). Embgdo.: Acórdão de fls. 90/94 da STU/SCA. Recte.: Z.L.C. (Advs.: Zulita Lindolpho Costa OAB/RJ 9005 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Interessada: M.B.L. (Advs.: Carlos Alberto Baptista Filho OAB/RJ 1165-A e OAB/DF 1061 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 259/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração com efeitos infringentes - Presente os requisitos de admissibilidade provido em parte. Demonstrado cabalmente que existiu contrariedade no acórdão atacado merece os embargos serem conhecidos e providos para atribuir efeitos modificativos no que se refere ao conhecimento. No mais quanto aos efeitos infringentes, ao julgado recorrido, deve-se mater íntegra a decisão recorrida nos seus precisos termos, onde entendeu que a penalidade imposta à recorrente deve prorrogar-se até que preste contas. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, para conhecer dos Embargos, e com isso conhecer do recurso interposto, mas negar provimento ao mesmo nos termos do voto do Relator. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara. Walter Carlos Seyfferth, Relator. RECURSO 2011.08.00626-05/SCA-STU-ED. Embgte.: I.R. (Adv.: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Embgdo.: Acórdão de fls. 242/244 da STU/SCA. Recte.: I.R. (Adv.: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Marilene Braz. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 260/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Nulidade da decisão do TED por ausência de fundamentação.Inexistência. Aplicação de atenuante. Impossibilidade. Embargos acolhidos para sanar as omissões apontadas. 1) Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. 2) Da mesma forma, a decisão não está obrigada a se manifestar sobre todos os argumentos sustentados no recurso, bastando a consideração daqueles que gerem o convencimento do julgador. Porém, pelo princípio da economia processual, acolho os embargos declaratórios. 3) A existência de punições anteriores, com trânsito em julgado, impõe a majoração da sanção disciplinar imposta, de modo que não há como modificar a dosimetria da sanção cominada. 4) Embargos acolhidos para sanar as omissões apontadas, mantendo inalterado o acórdão recorrido quanto ao seu mérito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração para acolhê-los parcialmente, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2011.08.02473-05/SCA-STU. Recte.: I.J.A. (Adv.: Marcel D. Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Ângela Márcia de Matos. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 261/2011/SCA-STU. Configura-se o abandono da causa quando o advogado a aceita, ajusta honorários com a cliente e dela recebe importância destinada às despesas processuais, deixando, porém, de ajuizar a ação pertinente. Uma vez, porém, que, em acordo celebrado no curso de ação proposta pela ex-cliente, a importância recebida foi devolvida, mediante acordo entre as partes, tendo podido a interessada, ademais, valer-se de outro advogado para a postulação de seu pleito, o prejuízo decorrente do abandono foi minimizado e essas circunstâncias recomendam a conversão da censura aplicada em advertência, nos termos da Lei. Recurso de que se conhece, em vista das questões jurídicas suscitadas e a que se dá parcial provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, vencido o relator originário, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto condutor. Brasília, 14 de junho de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator para acórdão. RECURSO2011.08.03036-05/SCA-STU. Recte.:I.I.S.P. (Adv. Assist.: Armando Sanchez OAB/SP 21825). Recdos.:Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.L.C. (Adv.: João Luis Costa OAB/SP 177104). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 262/2011/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime. Ausência de pressuposto recursal. Inadmissibilidade. I - Recurso contra julgamento proferido pela Terceira Câmara do Conselho Seccional da OAB-SP que, à unanimidade de votos negou provimento ao recurso, mantendo-se a decisão recorrida que determinou o arquivamento da representação. II - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP, que determinou o arquivamento da representação foi mantida à unanimidade por todos os Conselheiros da Terceira Câmara do Conselho Seccional da OAB-SP (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta qualquer Lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como dar seguimento aos recursos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em não conhecer do recurso por ausência de pressupostos recursais, nos termos do relatório e voto do relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara em exercício. Luiz Cláudio Allemand, Relator. RECURSO 2011.08.03040-05/SCA-STU. Recte.: M.F.S. (Adv.: Manoel Francisco da Silva OAB/SP 126782). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 263/2011/SCA-STU. Admissibilidade de recurso ao Conselho Federal da OAB. Decisão unânime da Seccional. Não contrariedade à lei ou à decisão proferida pelo Conselho Federal ou Conselho de outra Seccional. Não conhecimento. 1. De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2. No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3. É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4. Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 2011.08.03042-05/SCA-STU. Recte.: C.A.S.O. e S.A.S.R. (Advs.: Michel de Souza Brandão OAB/SP 157001 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 264/2011/SCA-STU. Recurso - Ausência de demonstração de afronta a preceitos legais do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - Decisão recorrida prolatada de forma unânime - Pretensão de reexame de matéria de prova - Recurso que não se conhece. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 2011.08.03044-05/SCA-STU. Recte.: J.S.F. (Adv.: João Said Filho OAB/SP 100734). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 265/2011/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Prescrição da pretensão punitiva. Reconhecimento de ofício. Interregno entre a constatação do fato e o julgamento do TED superior a cinco anos. Extinção da punibilidade. 1) No caso de representação, a prescrição qüinqüenal é contada a partir da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela notificação válida, sendo que, decorridos mais de 05 (cinco) anos dessa data até a realização do primeiro julgamento pelo TED, faz-se mister a incidência da prescrição, prevista no art.

PARA IMPRENSA NACIONAL

43, caput, da Lei nº 8.906/94, declarando-se extinta a punibilidade. 3) Prescrição declarada de ofício, determinando o arquivamento definitivo dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, unanimidade, em declarar a prescrição quinquenal de ofício, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2011.08.03893-05/SCA-STU-ED. Embgte.: E.R.S. (Adv.: Élcio Roberto Sarti OAB/SP 27413). Embgdo.: Acórdão de fls. 109/112 da STU/SCA. Recte.: E.R.S. (Adv.: Élcio Roberto Sarti OAB/SP 27413). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 266/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Inadimplência. Suspensão. Cumprimento. Prorrogação. Anuidade. Prescrição. Acolhimento parcial dos embargos. 1) Reconhecida a prescrição da cobrança de anuidade referente ao exercício de 2005, com a conseqüente exclusão da prorrogação da sanção da decisão condenatória, e tendo restado o embargante efetivamente suspenso de 11.05.2008 à 01.02.2011, após o trânsito da decisão condenatória, há que se declarar cumprida a sanção disciplinar. 2) Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos, para declarar cumprida a sanção disciplinar e determinar a baixa definitiva dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los parcialmente, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2011.08.03894-05/SCA-ED. Embgte.: E.R.S. (Adv.: Élcio Roberto Sarti OAB/SP 27413). Embgdo.: Acórdão de fls. 109/113 da STU/SCA. Recte.: E.R.S. (Adv.: Élcio Roberto Sarti OAB/SP 27413). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 267/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Inadimplência. Suspensão. Cumprimento. Prorrogação. Anuidade. Prescrição. Acolhimento parcial dos embargos. 1) Reconhecida a prescrição da cobrança de anuidade referente ao exercício de 2005, com a conseqüente exclusão da prorrogação da sanção da decisão condenatória, e tendo restado o embargante efetivamente suspenso de 11.05.2008 à 01.02.2011, após o trânsito da decisão condenatória, há que se declarar cumprida a sanção disciplinar. 2) Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos, para declarar cumprida a sanção disciplinar e determinar a baixa definitiva dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los parcialmente, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 2011.08.04066-05/SCA-STU-ED. Embgte.: J.P.G. (Adv.: José Pio Gonçalves OAB/PR 6833). Embgdo.: Acórdão de fls. 177/179 da STU/SCA. Recte.: J.P.G. (Adv.: José Pio Gonçalves OAB/PR 6833). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná, Francisco Ribeiro dos Santos e Tereza França dos Santos. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 268/2011/SCA-STU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) Ademais, a jurisprudência do Conselho Federal tem se firmado no sentido de que o acolhimento da tese de inadmissibilidade de recurso, face aos óbices do artigo 75 do Estatuto, não configura omissão em relação aos demais pontos fáticos suscitados no apelo. Precedentes. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 2011.08.04105-05/SCA-STU. Rectes.: D.J.R.B. e R.F. (Advs.: Daniel José Ribas Branco OAB/SP 146004 e Ronni Fratti OAB/SP 114189). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.G.U. (Advs.: Ademar de Toledo OAB/SP 123917 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 269/2011/SCA-STU. Os nomes dos representados devem constar, por extenso, da publicação no órgão oficial, na condição de advogados, quando postulam em causa própria, por se tratar de requisito da notificação (Reg. Geral, art. 137-D, § 4º), cuja inobservância induz nulidade absoluta. Recurso de que se conhece, pelo caráter de recurso extraordinário, e a que se dá parcial provimento, para o fim de anular-se a sessão de julgamento no Conselho de origem, determinando-se que outra se realize, com a notificação regular dos representados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 2011.08.04108-05/SCA-STU-ED. Embgte.: V.A.S. (Adv.: Vânia Andrade da Silva OAB/SP 139183). Embgdo.: Despacho de fls. 439/441 do Pres. da STU/SCA. Recte.: V.A.S. (Advs.: Vânia Andrade da Silva OAB/SP 139183 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.M.P.M. (Advs.: Daniel da Silva Follador OAB/SP 148868 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 270/2011/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. Intuito meramente procrastinatório. Rejeição. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação da embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 2) A alegação de omissão e obscuridade com a finalidade única de rediscutir a matéria meritória desde sua origem revela caráter meramente procrastinatório, visando unicamente postergar a execução do julgado. 3) Portanto, conheço dos embargos e os rejeito, mantendo a decisão embargada incólume. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 2011.08.04717-05/SCA-STU. Rectes.: E.L.J. e R.C.M. (Advs.: Eraldo Lacerda Junior OAB/PR 30437 e Outro e Ricardo Costa Maguetas OAB/PR 28275). Recdos.: Despacho de fls. 205/207 do Pres. da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 271/2011/SCA-STU. Recursos em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu dos recursos por não atenderem aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento 1) O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao Conselho Federal, ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade, deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a reiteração das razões já apreciadas. 2) Correta a decisão monocrática que negou seguimento aos recursos, se os recorrentes não se incumbiram de demonstrar inequivocamente a demonstração do cabimento dos recursos de natureza extraordinária. 3) Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento dos recursos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator.RECURSO 2011.08.04951-05/SCA-STU. Recte.: C.T.G.C. (Advs.: Cesar Thiago Gonçalves Cordioli OAB/SC 17946 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 272/2011/SCA-STU. Admissibilidade de Recurso ao Conselho Federal da OAB. Decisão unânime da Seccional. Não contrariedade à lei ou à decisão proferida pelo Conselho Federal ou Conselho de outra Seccional. Não conhecimento. 1. De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2. No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3. É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4. Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 2011.08.04987-05/SCA-STU. Recte.: C.M.A. (Adv.: Celso Marques Araújo OAB/MT 3049). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 273/2011/SCA-STU. Representação. Prescrição. I-A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato tido como anti-ético, ex vi do artigo 43 da Lei 8.906/94. II-Tratando-se de matéria de ordem pública, a prescrição pode ser conhecida de ofício ou a requerimento das partes em qualquer fase do processo. III-Extinto o processo pela prescrição quinquenal, com julgamento do mérito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 2011.08.04991-05/SCA-STU. Recte.: C.M.A. (Adv.: Celso Marques Araújo OAB/MT 3049). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 274/2011/SCA-STU. Recurso-Ausência de demonstração de afronta a preceitos legais do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil-Decisão recorrida prolatada de forma unânime-Pretensão de reexame de matéria de prova, exclusivamente-Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 2011.08.05151-05/SCA-STU. Recte.: I.J.A. (Adv.: Marcel D. Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 275/2011/SCA-STU. Anúncio publicado em jornal acerca de indébito tributário suscetível de repetição, por via da ação própria, com indicação de condições para que essa seja ajuizada e referência expressa ao nome do advogado que dela poderá encarregar-se, caracteriza instrumento de captação de clientela, a revelar a responsabilidade do profissional pela publicação, na medida em que seria ele o beneficiário do veículo publicitário utilizado, tanto mais quando se sabe, por declaração do próprio advogado, que este, efetivamente, patrocinava, na ocasião, várias ações da mesma natureza. Infração disciplinar de natureza formal, cuja consumação independe do resultado. Censura que se mantém, sem conversão, dada a gravidade da falta disciplinar. Prescrição não caracterizada. Recurso de que se conhece, em vista da preliminar argüida, mas a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 2011.08.05533-05/SCA-STU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e L.A.B. (Adv.: Leo André Bocklage OAB/RS 21344). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 276/2011/SCA-STU. 1) Processo Disciplinar. Anuidades em atraso. Nulidade - Erro verificado na expedição da notificação inicial - Endereço incorreto - Não é válida a notificação subsequente feita por edital - Anulação do Processo desde a sua vertente. 2) Prescrição - Reconhecimento de Ofício - Extrapolação do Prazo de 05 Anos da Abertura do Processo Disciplinar. 3) Irrecorribilidade - Decisão unânime do Conselho Seccional - Inocorrência de ofensa à Constituição Federal, ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94), ao Regulamento Geral da EOAB, ao Código de Ética e Disciplina. 4) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente em exercício. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2011.08.05856-05/SCA-STU. Recte.: J.J.N.F. (Def. Dat.: Michelle Candia de Sousa Tebcharani OAB/MS 9224). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). EMENTA 277/2011/SCA-STU. Recurso contra decisão que determinou a suspensão do advogado do quadro de advogados da Seccional do Mato Grosso do Sul, a que se nega provimento. Todavia, carece de reforma a decisão seccional que determinou, sem obediência ao art. 38 e seus incisos do Estatuto, a exclusão do mesmo causídico do quadro de advogados da Seccional. Recurso parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2011.000097-0/SCA-STU. Rectes.: L.C. e T.T.V.C.Ltda. Repte. Legal: G.N.J. (Advs.: Leandro Cavol OAB/RO 473-A, Lucio Afonso Salomão Fonseca OAB/RO 1063 e Wilson Marcelo Minini de Castro OAB/RO 4769). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rondônia, L.C. e T.T.V.C.Ltda. Repte. Legal: G.N.J. (Advs.: Leandro Cavol OAB/RO 473-A, Lucio Afonso Salomão Fonseca OAB/RO 1063 e Wilson Marcelo Minini de Castro OAB/RO 4769). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 278/2011/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime. Ausência de pressuposto recursal. Inadmissibilidade. I-Recursos interpostos contra julgamento proferido pelo Conselho Seccional da OAB-RO que, à unanimidade de votos negou provimento ao recurso, mantendo-se a decisão recorrida (infração ao art. 34, XXI, do EAOAB). II- Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade dos recursos, vez que o acórdão do Conselho Seccional da OAB-RO, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta qualquer Lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como dar seguimento aos recursos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em não conhecer dos recursos por ausência de pressupostos recursais, nos termos do relatório e voto do relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara. Luiz Cláudio Allemand, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000198-4/SCA-STU. Recte.: J.R.S.P. (Adv.: José Roberto Soares Pereira OAB/RJ 66005). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Mário Monteiro da Silva. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 279/2011/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000588-9/SCA-STU. Recte.: C.M.A.F. (Adv.: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Rogério de Carvalho Milan. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 280/2011/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unanime do Conselho Seccional da OAB de Paraná, aplicação

Comercialização proibida por terceiros

do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000590-2/SCA-STU. Recte.: A.J.S. (Advs.: Aparecido José da Silva OAB/PR 17607 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e E.B.S.R. (Advs.: Edivaldo Bruzamolim Silva da Rocha OAB/PR 19741 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 281/2011/SCA-STU. O comparecimento do advogado nos autos em que anteriormente atuava outro profissional, sem o consentimento deste, somente se justifica para a prática de atos inadiáveis e urgentes, na forma objetivada no art. 11 do CED. Intervenção que se dá na fase de levantamento de valores da condenação através de alvará judicial. Conduta incompatível com a advocacia. Condenação a suspensão por 30 dias compatível com a gravidade da conduta. Decisão mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, contrariando voto do relator, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, mantendo a decisão recorrida. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. José Norberto Lopes Campelo, Relator para o Acórdão. RECURSO 49.0000.2011.000721-6/SCA-STU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e N.J.P. (Adv.: Nirvânia Joviatti Pedrollo OAB/PR 46980). Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 282/2011/SCA-STU. Pedido de Revisão formulado por advogada sob alegação de erro no envio das notificações para exercício de defesa em processo disciplinar, por falta de pagamento de anuidades. A falta de atualização de cadastro, por parte do advogado, o faz incidir no risco de incorreto envio de notificações, já que é seu dever, nos termos do art. 137-D do Estatuto, manter a Seccional informada de suas mudanças de endereço. Legitimação ativa do Presidente da Seccional para, nos termos do art. 75 e seu Parágrafo Único do Estatuto, interpor recursos contra decisões proferidas pelo seu Conselho. Arguição de cerceamento de defesa não acolhida. Inexistência de prejuízo para a interessada, por ser incontroverso o fato da inadimplência de anuidades, tanto que promovido o integral pagamento do débito após o julgamento do processo disciplinar. Recurso conhecido e ao qual se dá provimento para julgar-se improcedente o pedido revisional. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.000878-9/SCA-STU. Recte.: J.B.F. (Advs.: Carlos Eduardo Monnerat Ventura OAB/RJ 97827 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e M.S´A. (Adv.: Carlos Alberto Braga Pinheiro OAB/RJ 28980). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 283/2011/SCA-STU. Advogado que vende imóvel residencial objeto de Testamento Público direcionado a dois menores, com pagamento inicial, utilizando procuração de cliente falecido antes da venda, que ele tinha conhecimento de sua morte. Assinando recibo representando o de cujos, como se vivo tivesse. Procuração esta adquirida de forma fraudulenta. Robusta prova documental, que se harmoniza com a peça exordial. Incorre o Infrator na prática da infração ética disciplinar consistente em prestar concurso por realizar ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la. Conduta incompatível com advocacia. Infringe o art. 34, incisos XVII e XXV do EAOAB combinado com o art. 37, inciso I, § 1º, ambos do Estatuto da Advocacia e da OAB. Representação Procedente. Conduta que desaconselha o exercício da advocacia impõe-se a pena de suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Recurso conhecido e dado total provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001285-4/SCA-STU. Recte.: E.S. (Adv.: Ararinan Kosop OAB/PR 15450). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Paula Elaine Domingues de Morais. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 284/2011/SCA-STU. 1) Locupletamento à custa do cliente-Configura infração disciplinar prevista no art. 34, XXI, o recebimento de honorários sem a realização do serviço profissional indicado a esse título. 2) Inocorrência de ofensa à Constituição Federal, ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n° 8.906/94), do Regulamento Geral da EAOAB, do Código de Ética e Disciplina. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2011.001776-3/SCA-STU. Recte.: S.C.C. (Adv.: Sílvia Crhistina de Carvalho OAB/MS 7433). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 285/2011/SCA-STU. O ônus da prova de que renunciou ao mandato incumbe ao advogado. Não lhe é lícito deixar de comparecer a audiência, ao argumento de que não conseguira comunicar-se com o cliente, dando como justificativa da renúncia o não pagamento dos honorários avençados. Sanção disciplinar de suspensão aplicada, que se tem como legítima por ser a representada reincidente. Não elide a reincidência, no caso, a reabilitação obtida subseqüentemente ao novo fato. Observância da regra tempus regit actum, à luz da qual há que se considerar que a advogada, ao praticar outra infração, ainda não havia recebido o benefício da reabilitação. Recurso de que se conhece e a que se nega provimento, para manter a sanção imposta por abandono de causa, correspondente a 60 (sessenta) dias de suspensão. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo em epígrafe, acordam os Membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001783-8/SCA-STU. Recte.: I.F.F.A.M. (Advs.: Átila Kleber Oliveira Silveira OAB/MT 10464 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e S.F.L. (Adv. Assist.: Pedro Paulo Nogueira Nicolino OAB/MT 8941). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 286/2011/SCA-STU. Processo Disciplinar. Acordo entre as partes. Perda do objeto. Inocorrência. Desistência da representação. Falta de interesse de agir. Inocorrência. 1. O objeto do processo ético-disciplinar é a conduta do representado, não os valores ou bem eventualmente subtraídos. 2. A devolução dos valores e o acordo, ainda que judicial, não tem condão de prejudicar o objeto do processo disciplinar, mas apenas de evitar que a sanção se difira no tempo. 3. Mesmo que os valores do qual o advogado locupletou-se sejam devolvido antes da instauração do procedimento disciplinar, este deverá ser instaurado, punindo-se o faltoso, uma vez que o locupletamento ocorreu. 4. O interesse de agir no processo disciplinar é da Ordem dos Advogados, não do representante. Este apenas auxilia a ordem na verificação dos fatos. 5. O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício, iniciar-se e prosseguir, mesmo sem a figura do representante, o que demonstra que o interesse é e sempre será da Ordem dos Advogados, não surtindo qualquer efeito o pedido de desistência da representação ou eventual retratação. 6. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001911-5/SCA-STU. Recte.: L.A.P.Q. (Def. Dat.: Diogo Martinez da Silva OAB/MS 9959). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 287/2011/SCA-STU. Não é inconstitucional a norma que define como infração disciplinar o não pagamento da contribuição devida à OAB (EAOAB, art. 34, XXIII). Deixando de pagar a contribuição anual, no prazo, o advogado descumpre requisito inerente à inscrição corporativa. Esta corresponde a condição do exercício profissional, porquanto a OAB é órgão público a que o Estado confiou o exercício do poder de polícia administrativa sobre a profissão, no seu âmbito. A sanção disciplinar, na hipótese, dada a natureza da falta e por ser a inscrita, presumivelmente, primária, deve ser fixada na base mínima de 30 (trinta) dias, sujeita, porém, à prorrogação legal enquanto perdurar o inadimplemento. Recurso de que se conhece e a que se dá parcial provimento, para reduzir a sanção-base. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo em epígrafe, acordam os Membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator. Brasília, 20 de setembro de 2011. Valmir Macedo de Araújo, Presidente em exercício. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2011.02030-3/SCA-STU. Recte.: H.J.L. (Advs.: Fernando Di Giorgio Ribeiro Esteves OAB/RJ 102649 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Espólio de F.A.M. e Outros. Repte. Legal: R.M.C. (Advs.: Ana Cristina Blanco Pessôa OAB/RJ 75688 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 288/2011/SCA-STU. Revisão do Processo Disciplinar - Competência - Tempestividade - Conhecimento. 1. Embora a decisão tenha sido unânime, quando a decisão de mérito originária for do Conselho Seccional, a competência para apreciação do pedido de revisão é do próprio Conselho, cabendo recurso ao Conselho Federal para assegurar-se o duplo grau de jurisdição. 2. Não há que se falar em intempestividade quando os prazos estão suspensos em virtude do recesso dos Conselhos da OAB, reiniciando-se no primeiro dia útil que se seguir o seu término. 3. A revisão do processo administrativo disciplinar deve atentar para os requisitos de trânsito em julgado da decisão condenatória, verificação de erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova. 4. A revisão processual não se presta a demonstrar o cumprimento da penalidade, cujos procedimentos são específicos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade dos votos, conhecer do recurso, negando-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Walter Carlos Seyfferth, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002135-9/SCA-STU. Recte.: G.T.T. (Adv.: Gilmar Tadeo Trevizan OAB/PR 17730). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e P.S.B. (Adv.: Paulo Sérgio Berto OAB/PR 37716). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 289/2011/SCA-STU. Admissibilidade de recurso ao Conselho Federal da OAB. Imunidade profissional. 1. Atuando o advogado nos limites da demanda, rebatendo alegações formuladas e patrocinando a defesa em nome de seu cliente, tratando-se de acaloramento do debate com acusações mútuas não configura infração disciplinar ou violação de preceito ético. 2. É pacífico que o profissional necessita da imunidade de suas manifestações para realizar seu ofício. 3. Os limites são dados pela razoabilidade e pela lei. Dessa maneira, para que se pudesse imputar ao advogado qualquer punição seria necessário que o mesmo além de ter incisivo, tenha se afastado em demasiado dos debates da causa em questão. 4. Conheço do recurso por ser tempestivo e contra decisão não unânime, mas no mérito nego-lhe provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002481-8/SCA-STU. Recte.: M.V.C.R. (Adv.: Márcia Vieira da Costa Ribeiro OAB/PE 8310). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 290/2011/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Retenção abusiva de autos. Ausência de expedição de ofício de mandado de busca e apreensão. Atipicidade da infração. Provimento. Prescrição. Reconhecimento. 1) O entendimento pacificado do Conselho Federal é no sentido de que, para a caracterização da infração disciplinar de retenção abusiva de autos, é necessária prévia intimação para a devolução, mediante expedição e mandado de busca e apreensão, para que, descumprida a medida, configure a abusividade. 2) Anulados todos os atos processuais desde a origem, tendo o conhecimento do fato ocorrido em 22.01.2003, a hipótese é de reconhecimento da prescrição quinquenal, nos termos do art. 43, caput, do Estatuto da Advocacia e da OAB. 3) Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002986-5/SCA-STU. Recte.: R.P.J. (Adv.: Rodolfo Poli Júnior OAB/SP 99378). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, L.G.G.P., M.V.G.P. e H.G.P. (Advs.: Luiz Guilherme Gomes Primos OAB/SP 118747, Márcia Vilapiano Gomes Primos OAB/SP 186421, Heitor Gomes Primos OAB/SP 12573 e Outras). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 291/2011/SCA-STU. Sigilo Processual-Enquanto não houver uma decisão processual definitiva e transitada em julgado, ou arquivamento, o processo disciplinar não pode ser objeto de divulgação ou publicidade (art. 72 § 2º EOAB). Só podendo ter acesso a ele as partes, os defensores, o relator e seus auxiliares e autoridade judiciária competente. A juntada da fotocópia de representação protocolada, sem qualquer assinatura ou autenticidade, que não extraída dos autos do processo disciplinar, não caracteriza a quebra do sigilo. Improcedência da representação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, e no mérito por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, tudo nos termos do relatório e voto do relator. Brasília, 25 de outubro de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente. Walter Carlos Seyfferth, Relator.

Brasília, 29 de novembro de 2011.
WALTER CARLOS SEYFFERTH
Presidente

3ª TURMA

DESPACHOS

RECURSO 2008.08.05034-05/SCA-TTU. Recte.: L.L.R. (Adv.: Leon Linhares Renault OAB/MG 40741). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.R.S.-ME. (Advs.: Gustavo Diniz Tavares OAB/MG 84248 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO: "(...). Por tais razões, nego seguimento ao recurso submetendo à apreciação da Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara do Egrégio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Brasília, 22 de agosto de 2011. Ulisses César Martins de Sousa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 2008.08.06780-05/SCA-TTU. Recte.: J.G.G.A. (Adv.: José Geraldo Gomes de Araújo OAB/MG 68652). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Marcos Roberto Meireles. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO: "(...). Por tais razões, nego seguimento ao recurso submetendo a decisão à apreciação da Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara do Egrégio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Brasília, 22 de agosto de 2011. Ulisses César Martins de Sousa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 2008.08.08889-05/SCA-TTU. Recte.: D.F.G. (Advs.: Daniel Fraga e Greco OAB/MG 74507 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e E.F.F. (Advs.: Silvia Monteiro Marques OAB/MG 63863 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Ulisses César Martins de Sousa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 2010.08.03586-05/SCA-TTU. Rectes.: O.J.L. e O.T.L. (Adv.: Alencar Leite Agner OAB/PR 10419). Recdos.: Despacho de fls. 366/367 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Paraná e J.R.N. (Adv.: João Renato do Nascimento OAB/PR 14403).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). DESPACHO: "(...). Portanto, intempestivo o recurso, manifesto-me no sentido de que seja indeferido liminarmente, nos termos do artigo 140 do Regulamento Geral. Devolva-se presente feito à Presidência do órgão julgador para que decida sobre a manifestação desta Relatoria. Brasília, 23 de agosto de 2011. Délio Lins e Silva, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 2011.08.01007-05/SCA-TTU. Recte.: P.C. (Adv.: Petrônio Cardoso OAB/PR 24439). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Neide Aparecida Pereira de Souza. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Leonardo Accioly da Silva, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 2011.08.04762-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: G.C. (Adv.: Manoel de Sousa Barros Neto OAB/MG 27957). Embgdo.: Acórdão de fls. 334/337 da TTU/SCA. Recte.: G.C. (Advs.: Manoel de Sousa Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e José da Silva. Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). DESPACHO: "(...). Por tais razões, nego seguimento aos presentes embargos, com fundamento no art. 138, § 3º, do Regulamento Geral, eis que carentes dos pressupostos legais para sua interposição. Brasília, 20 de setembro de 2011. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator". RECURSO 49.0000.2011.000049-1/SCA-TTU. Recte.: M.L.V. (Adv.: Marcio Luis Velter OAB/SC 9721). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e N.J.F. (Adv.: Nelson José Fachini OAB/SC 4009). Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Délio Fortes Lins e Silva, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000197-6/SCA-TTU. Recte.: N.S.L. (Adv.: Noemar Seydel Lyrio OAB/ES 3666). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). DESPACHO: "(...). Ante o exposto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Leonardo Accioly da Silva, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000228-3/SCA-TTU. Recte.: W.S.S. (Advs.: Wilson Soares de Souza OAB/MG 21648 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Osmar Araújo de Oliveira. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho da digna Relatora, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000232-3/SCA-TTU. Recte.: Ivan Césario de Magalhães. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e D.T.G. (Adv.: Dalmo Tarcisio Gomes OAB/MG 74038). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). DESPACHO: "(...). Por tais razões, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar. Em face do art. 140 do Regulamento Geral, submeto à Presidente da 3ª Turma da Segunda Câmara a presente decisão. Brasília, 23 de agosto de 2011. Mauro José Ribas, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000379-9/SCA-TTU. Recte.: D.R. (Adv.: Donizete Reinaldo OAB/MG 54286). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Roberto Lauria, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000415-2/SCA-TTU. Recte.: J.I.J. (Adv.: Josue Irffi Junior OAB/MG 43011). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e W.C.B. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira De Medeiros (RN). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000417-9/SCA-TTU. Recte.: M.L.S.A. (Advs.: João Paulo Machado Pena Franco OAB/MG 89243 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e D.P.O. (Adv.: Daniel Pires de Oliveira OAB/MG 56470). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.000498-1/SCA-TTU. Recte.: J.B.A.C. (Adv.: João Batista Andrade Costa OAB/MG 65153). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Francisco Laudemiro de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Mauro José Ribas, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.001289-7/SCA-TTU. Recte.: SINJUSPAR - S.S.J.F.T.R.E./PR. Repte. Legal: Jair Aparecido do Nascimento. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e M.T.R. (Adv.: Marcos Ton Ramos OAB/PR 23577). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 23 de agosto de 2011. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho da digna Relatora, adotando os seus fundamentos. Brasília, 23 de agosto de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.001578-7/SCA-TTU. Recte.: Oly Miranda Vaine. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e V.R.R.R. (Adv.: Vilma Regia Ramos de Rezende OAB/PR 5031). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho da digna Relatora, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.001832-1/SCA-TTU. Recte.: M.M. (Adv.: Mauro Moreira OAB/RJ 75032). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Rodrigo Badaró Almeida de Castro (DF). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.002028-0/SCA-TTU. Recte.: A.M.B. (Advs.: Accacio Monteiro Barrozo OAB/RJ 90955, Jane Possimozer Sandre OAB/RJ 146774 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Ulisses César Martins de Sousa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.002494-0/SCA-TTU. Recte.: J.S.S.F. (Adv.: José Simplício da Silva Filho OAB/MG 73079). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e S.U.D. (Advs.: Silveira Umbelino Dantas OAB/MG 44733 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). DESPACHO: "(...). Por tais razões, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar. Em face do art. 140 do Regulamento Geral, submeto à Presidente da 3ª Turma da Segunda Câmara a presente decisão. Brasília, 25 de outubro de 2011. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.002600-6/SCA-TTU. Recte.: Adilson Oliveira Novak. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.B.M.R. (Adv.: Ana Bacilla Munhoz da Rocha OAB/PR 29796). Relator: Conselheiro Federal Emerson Davis Leônidas Gomes (PE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 20 de setembro de 2011. Emerson Davis Leônidas Gomes, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 20 de setembro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.003108-7/SCA-TTU. Recte.: A.C.Q.M. (Adv.: Aílton Spínola OAB/SP 93976). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.003119-2/SCA-TTU. Recte.: A.V. (Advs.: Joabe Teixeira de Oliveira OAB/MT 5152-A e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e Dário Luiz Casagrande. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO: "(...). Portanto, constatada a intempestividade do recurso, indico à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 25 de outubro de 2011. Ulisses César Martins de Sousa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2011.003121-6/SCA-TTU. Rectes.: M.B.P.L. e G.P.L. (Advs.: Armiro Lourenço OAB/MT 11792 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e A.L.A.J. (Adv.: Almir Lopes de Araújo Júnior OAB/MT 4102). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 25 de outubro de 2011. Ulisses César Martins de Sousa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do digno Relator, adotando os seus fundamentos. Brasília, 25 de outubro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente".

Brasília, 29 de novembro de 2011.

MÁRCIA MACHADO MELARÉ

Presidente

ACÓRDÃOS

RECURSO 0169/2005/SCA-TTU-ED. Embgte.: J.A. (Adv.: Juliane de Almeida OAB/SP 102563). Embgdo.: Acórdão de fls. 736/741 da TTU/SCA. Recte.: J.A. (Advs.: Juliane de Almeida OAB/SP 102563, Juarez Rogério Felix OAB/SP 94439 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e B.T.T. (Advs.: Seila de Cássia Bianchim OAB/SP 141358 e Valéria Balthazar OAB/SP 115408). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 168/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Erro material. Ocorrência. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão. 2. Erro material que não altera a essência do julgado, tratando-se apenas de erro de grafia. 3. Embargos conhecidos e acolhidos para sanar as contradições apontadas. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 0441/2006/SCA-TTU. Recte.: P.A.C. (Adv.: Paulo Alves da Cunha OAB/SP 26268). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e H.S.N. (Adv.: Benjamin Martins de Oliveira OAB/SP 60178). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 169/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Locupletamento. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recursão não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 0722/2006/SCA-TTU-ED. Embgte.: M.A.R.P. (Adv.: Mario Augusto Ribeiro Pinto OAB/SP 85292). Embgdo.: Acórdão de fls. 291/293 da TTU/SCA. Recte.: M.A.R.P. (Adv.: Mario Augusto Ribeiro Pinto OAB/SP 85292). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Antônio Alves de Freitas. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 170/2011/SCA-TTU. Embargos de declaração. Não se conhece do recurso de embargos de declaração quando a decisão recorrida não possui contradição, omissão ou obscuridade a ser eliminada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 0730/2006/SCA-TTU. Recte.: M.I.G. (Advs.: Maria Izabel Garcia OAB/SP 106123, Cristiane Lourenço OAB/SP 180129 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Gilson da Silva Caldeira. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 171/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Violação ao Código de Ética e ao Estatuto da Advocacia e da OAB. Provimento. Prescrição intercorrente. Reconhecimento. Arquivamento do feito. 1) A notificação para a sessão de julgamento há que observar a antecedência mínima de 15 (quinze) dias entre a ciência das partes e a data da realização, conforme expressa o § 2º do artigo 53 do CED. Não observado o interstício, há que se declarar a nulidade do julgamento pelo cerceamento do direito de defesa de que trata o § 1º do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

artigo 73 da Lei n. 8906/94. 2) Conseqüentemente, declarada a nulidade e abrindo-se inércia processual com lapso temporal superior a três anos, há que se reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do art. 43, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB, com o arquivamento do feito. 3) Recurso conhecido e provido para declarar nulo o processo desde a notificação para a sessão de julgamento do recurso perante o Conselho Seccional e, conseqüentemente, declarar, de ofício, a prescrição intercorrente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2007.08.00607-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: J.E.R.F. (Adv.: José Eduardo da Rocha Frota OAB/SP 51511). Embgdo.: Despacho de fls. 305/307 da Pres. da TTU/SCA. Recte.: J.E.R.F. (Advs.: José Eduardo da Rocha Frota OAB/SP 51511 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.C.I.E.Ltda. Repte. Legal: N.N.S. (Advs.: Elza Maria Chaves de Lara OAB/SP 68198 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Rodrigo Badaró de Almeida Castro (DF). EMENTA 172/2011/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Embargos de declaração. Prescrição intercorrente. Art. 43, § 1º, do EOAB. 1) Permanecendo o processo paralisado por mais de 03 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, há que se reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do art. 43, § 1º, do EAOAB. 2) Embargos de declaração conhecidos e acolhidos, para reconhecer a prescrição intercorrente e determinar o arquivamento definitivo dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e acolher os embargos de declaração para reconhecer a prescrição, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Relator "ad hoc". RECURSO 2007.08.01683-05/SCA-TTU-ED. Embgte: F.A.P. (Adv.: Celmo Márcio de Assis Pereira OAB/SP 61991). Embgdo.: Acórdão de fls. 616/619 da TTU/SCA. Recte.: F.A.P. (Advs.: Celmo Márcio de Assis Pereira OAB/SP 61991, Francisco de Assis Pereira OAB/SP 12982 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 173/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração em embargos de declaração. Decisão que considera tempestivo os embargos e determina o retorno dos autos para julgamento pelo Conselho Seccional. Impossibilidade de discussão do mérito da causa antes do exaurimento da instância ordinária, sob pena de supressão de instância. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Embargos manifestamente protelatórios, os quais se rejeitam. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2007.08.02753-05/SCA-TTU. Recte.: W.P.T.O. (Advs.: Wellington Paulo Torres de Oliveira OAB/SP 155238 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 381/383 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.B.S. (Adv.: Rafik Hussein Saab OAB/SP 49758). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 174/2011/SCA-TTU. Não se conhece do recurso que, atacando decisão unânime, não preenche os pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei 8.906/94. Recurso em face de despacho que negou seguimento ao recurso principal. Recurso conhecido, mas ao qual nega-se provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2008.08.00992-05/SCA-TTU. Recte.: M.D.O.B. (Advs.: Joaquim Fernandes OAB/SP 142187 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.S.M.T.Ltda. Repte. Legal: S.B.M. (Advs.: Ronaldo Ferreira Silva OAB/SP 98921 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 175/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Prescrição. Inocorrência. Preliminares. Rejeição. Mérito. Não conhecimento. 1) Não decorrendo o prazo de 05 anos entre o protocolo da representação e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo paralisado por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 2) O representado se defende dos fatos que lhe são imputados e não das infrações capituladas na representação, de modo que, asseguradas todas as oportunidades de defesa, não há que se falar em cerceamento de defesa ou ausência de fundamentação da decisão recorrida. 3) No mérito, a ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 4) Ademais, não tendo a instância de origem analisado o mérito recursal, pelo óbice da intempestividade recursal, não pode o Conselho Federal analisá-lo, sob pena de supressão de instância, ocasião em que, caso fosse reconhecida a tempestividade recursal, os autos deveriam retornar à origem para análise do mérito. 5) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2008.08.01803-05/SCA-TTU. Recte.: C.M. (Adv.: Eduardo José Capua de Alvarenga OAB/SP 70821). Recdos.: Despacho de fls. 386/388 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.C.R. (Advs.: Maria da Conceição Padilha Soares OAB/SP 115668 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 176/2011/SCA-TTU. Não se conhece do recurso que, atacando decisão unânime, não preenche os pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei 8.906/94. Recurso em face de despacho que negou seguimento ao recurso principal. Recurso conhecido, mas ao qual nega-se provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2008.08.02314-05/SCA-TTU. Recte.: Heder Ribeiro da Silva. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e R.C.S. (Adv.: Régis Carvalho dos Santos OAB/MG 36978). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 177/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Retenção abusiva de autos após intimação. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) O pressuposto fundamental do recurso é o de que vise a impugnar decisão definitiva ou de mérito, razão por que a decisão do Conselho Seccional que mantém o arquivamento de representação, considerando inadmissível a instauração do processo ético-disciplinar, não comporta recurso para o Conselho Federal 4) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2008.08.03182-05/SCA-TTU. Recte.: J.R.F. (Adv.: João Rinaldi Filho OAB/SP 42549). Recdos.: Despacho de fls. 338/340 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Maria Minervina Marcondes Novaes Silva. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 178/2011/SCA-TTU. Não se conhece do recurso que, atacando decisão unânime, não preenche os pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei 8.906/94. Recurso em face de despacho que negou seguimento ao recurso principal. Recurso conhecido, mas ao qual nega-se provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2008.08.03439-05/SCA-TTU. Recte.: J.C.S.P. (Advs.: José Carlos Soares Penha OAB/PE 11822 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 292/293 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Pernambuco e J.J.R.N. (Advs.: Anselmo de Andrade Ferreira OAB/PE 16125 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 179/2011/SCA-TTU. Recurso em face de decisão que indeferiu liminarmente o recurso ao Conselho Federal. O recurso utilizado pelo Recorrente ao Conselho Federal efetivamente não se harmonizou aos pressupostos de admissibilidade elencados no art. 75 do Estatuto da Advocacia, motivo pelo qual julgo totalmente acertada as decisões monocráticas de fls. 292 e 293, vez que em conformidade com o art. 140 do Regulamento Geral da OAB. Desta forma, julgo improcedente o presente recurso, mantendo a decisão de indeferimento liminar, devendo os autos retornarem ao Conselho Seccional de origem para execução da decisão, na forma do art. 140, parte final, do Regulamento Geral. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2008.08.03502-05/SCA-TTU. Recte.: P.C.C. (Adv.: Oswaldo P. da Costa OAB/PR 8093). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 180/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Reconhecimento de prescrição e determinação de instauração de processo de exclusão. Não conhecimento. 1) A via extraordinária dos recursos dirigidos ao Conselho Federal não admite a supressão da instância originária do Conselho Seccional, no sentido de obstar a instauração de processo de exclusão do advogado. 2) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2008.08.04627-05/SCA-TTU. Recte.: V.L.S. (Adv.: Valdinê Lopes dos Santos OAB/MG 54084). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e T.B.R. (Adv.: Tadeu Barberino Rios OAB/MG 81490). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 181/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Intempestividade do recurso ao Conselho Seccional. Período de recesso. Início do prazo. 1) Havendo notificação válida do recorrente durante o período de recesso dos órgãos colegiados, o prazo para interposição de recurso começa a correr no primeiro dia útil do mês seguinte, no caso, o dia 1º de agosto de 2006. 2) Assim, tendo o recurso sido protocolado no dia 16 de agosto de 2006, verifica-se sua intempestividade, eis que interposto após o prazo de 15 dias. 3) Portanto, correta a decisão que não conheceu do recurso em face de sua intempestividade. 4) Recurso ao Conselho Federal conhecido, em face da alegação de violação ao art. 139 do Regulamento Geral e, no mérito, improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2008.08.06458-05/SCA-TTU. Recte.: H.P.C.L. (Advs.: Humberto Percival Carapiá Lima OAB/BA 7684 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 182/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão não unânime de Conselho Seccional. Revisão de processo disciplinar. Requisitos. Erro de julgamento. Prescrição. Configuração. Provimento. 1) Nos termos do art. 43, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.906/94, e da jurisprudência do Conselho Federal, a prescrição interrompe-se somente uma vez, seja pela instauração do processo disciplinar ou pela notificação válida feita diretamente ao representado. 2) A decisão que considera a instauração do processo disciplinar como segundo marco interruptivo de prescrição, após a notificação válida, incide em erro de julgamento capaz de admitir a revisão do processo disciplinar. 3) Ocorrendo, portanto, lapso temporal superior a 05 anos entre a notificação válida (05.07.2001), e primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB (05.12.2006), consumada está a prescrição qüinqüenal. 3) Recurso conhecido e provido, para julgar procedente o pedido de revisão, por erro de julgamento, reconhecendo-se a prescrição quinquenal e determinando a baixa definitiva dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2008.08.07306-05/SCA-TTU. Recte.: E.N.B. (Advs.: Elcio Novaes Ballard OAB/MG 52754 e Ismar Marques de Almeida OAB/MG 33765). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, A.J.S. e I.M. (Adv.: Anderson Merlini OAB/MG 95618). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 183/2011/SCA-TTU. Recurso. Acórdão não unânime. Retenção indevida de valores pertencentes ao cliente. Locupletamento. Provimento nº 70/89 do CFOAB. Inaplicabilidade. Cerceamento de defesa. Inexistência. Prescrição. Inocorrência. Regras de direito penal material. Inaplicabilidade. 1) Advogado que recebe valores constantes de alvará judicial e não repassa imediatamente a seu cliente, comete a infração disciplinar (art. 34, incisos XX e XXI, do EAOAB). 2) Não se aplica o Provimento nº 70/89 do CFOAB quando o ajuizamento de ação de prestação de contas ocorre há mais de um ano após o levantamento dos alvarás judiciais, sem que tenha havido qualquer repasse ao cliente de parcelas incontroversas. 3) Não se declara a nulidade de ato processual sem a ocorrência de prejuízo (pas de nullité sans grief) . 4) Não ocorre a prescrição se não decorreram 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem se o processo não permaneceu por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, nos termos do art. 43 do EAOAB e da Súmula 01/2011-COP. 5) O artigo 68 da Lei nº 8.906/94 permite a aplicação subsidiária das regras da legislação processual penal comum, não havendo previsão legal para a aplicação subsidiária das regras de direito penal material. 6) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2008.08.07445-05/SCA-TTU. Recte.: J.C.P.R. (Adv.: José Cirne Pereira Rodrigues OAB/MG 38653). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Suely Leão Guimarães. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 184/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão não unânime de Conselho Seccional. Reclamação trabalhista. Honorários advocatícios. Incidência. Acordo judicial. Retenção de valores. Locupletamento. Ausência de prestação de contas. Contrato de honorários verbal. Interpretação. 1) Os honorários advocatícios incidentes sobre acordo judicial em reclamação trabalhista restringem-se aos valores constantes do acordo celebrado, não abrangendo verbas alheias ao processo e não constantes no acordo. 2) Portanto, a retenção de valores recebidos em nome do cliente, a título de honorários advocatícios, e a ausência de repasse imediato, sem a devida prestação de contas, configura as infrações disciplinares previstas no art. 34, incisos XX e XXI, do Estatuto. 3) O Código de Ética recomenda a celebração de contrato de honorários por escrito, de modo que a celebração de contrato verbal induz ao advogado provar o alegado, sendo que a interpretação de eventuais divergências será em favor do cliente. 5) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, re-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

latados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2008.08.08151-05/SCA-TTU. Recte.: J.I.J. (Adv.: Josué Irffi Júnior OAB/MG 43011). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 185/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão Unânime. Preliminar de nulidade processual. Inexistência. A decisão recorrida não está obrigada a se manifestar sobre todos os argumentos sustentados no recurso. Ausência de violação literal à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento-Geral e tampouco divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador da OAB. Artigo 75 do EAOAB. Irresignação que não supera os limites de admissibilidade. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2008.08.08695-05/SCA-TTU. Recte.: L.A.S. (Advs.: Lúcio Adolfo da Silva OAB/MG 56397 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.M.P. (Adv.: José Mendes Pinto OAB/MG 32960). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 186/2011/SCA-TTU. Recurso. Prescrição qüinqüenal. Art. 43 do EAOAB. Reconhecimento. 1) Decorridos mais de 05 anos entre a última causa interruptiva da prescrição - notificação válida para a defesa prévia - e a primeira decisão condenatória do TED, há que se reconhecer a prescrição qüinqüenal. 2) Recurso conhecido e provido, para declarar a prescrição qüinqüenal. 3) Recomendação de instauração de processo disciplinar para apurar eventual responsabilidade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.00153-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: K.Z.M.C. (Adv.: Celmo Márcio de Assis Pereira OAB/SP 61991). Embgdo.: Acórdão de fls. 320/322 da TTU/SCA. Recte.: K.Z.M.C. (Advs.: Elizabeth Aparecida Zibordi OAB/SP 43524 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 187/2011/SCA-TTU. Processo ético disciplinar - Embargos de declaração interpostos com alegação de omissão por pretensa ausência de julgamento de argüição de prescrição - Recurso que se conhece para negar-lhe provimento, uma vez que a alegação de prescrição foi efetivamente apreciada no corpo do voto e constante da respectiva ementa - Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Fortes Lins e Silva, Relator. RECURSO 2009.08.00247-05/SCA-TTU. Recte.: Jarbas Short Garrido. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e R.R.A. (Adv.: Ricardo Ribeiro de Almeida OAB/BA 13552). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 188/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.01167-05/SCA-TTU. Recte.: C.B. (Advs.: Claudinei Belafronte OAB/PR 25307, Jansen Daniel de Carvalho OAB/PR 45487 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 325/327 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Paraná e H.C.I.E.E.I.Ltda. (Advs.: Daniele Rosa e Souza OAB/PR 20129, Oscar Silvério de Souza OAB/PR 16067 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 189/2011/SCA-TTU. Processo disciplinar. Decisão fundamentada recurso que não ataca dialeticamente. Ademais, incognoscível o recurso. Petição nominada por reclamação que não tem forma nem conteúdo recursal não pode ser conhecida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2009.08.01525-05/SCA-TTU. Recte.: H.M.R. (Adv.: Hélcio Mendonça Ribeiro OAB/MG 57427). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.F.G. (Adv.: Manoel Fernando de Almeida Cruvinel OAB/MG 61087). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 190/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Prescrição intercorrente. Processo concluso ao relator por mais de três anos. Ausência de qualquer despacho ou julgamento. Reconhecimento ex officio. 1) Nos termos do art. 43, § 1º, do EAOAB, aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício. 2) Estando os autos conclusos ao Relator, sem qualquer manifestação, por mais de três anos, há que se declarar a prescrição intercorrente, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pela paralisação. 3) Prescrição intercorrente declarada de ofício, determinando-se a baixa definitiva dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em declarar a prescrição intercorrente de ofício, com a conseqüente baixa definitiva dos autos, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2009.08.03118-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: C.M.C.R. (Adv.: Cloris da França e Araújo OAB/BA 10436). Embgdo.: Despacho de fls. 214/216 da Pres. da TTU/SCA. Recte.: C.M.C.R. (Adv.: Robson Pereira Morais OAB/BA 20515). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 191/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Intempestividade. Recurso ao Conselho Federal. Decisão transitada em julgado. Não conhecimento. 1) O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2) Tendo os embargos sido protocolados após esse prazo, verifica-se sua intempestividade. 3) Portanto, não conheço dos embargos eis que intempestivos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator "ad hoc". RECURSO 2009.08.03815-05/SCA-TTU. Recte.: E.H.R.C.P. (Adv.: Marcelo Bleggi da Silva OAB/SC 15082). Recdos.: Conselho Seccional OAB/Santa Catarina e Otávio Nogueira Lanzatta. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 192/2011/SCA-TTU. Infração de ordem moral. Falta de ética- Advogada que defende sucessivamente partes contrárias em ações de interesses conflitantes, pratica conduta censurável, punível com pena de censura com possibilidade de redução para advertência. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade dos votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora que integram o presente julgado. Brasília, 12 de abril de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente da 3ª Turma da Segunda Câmara. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.05291-05/SCA-TTU. Recte.: N.T.L. (Adv.: Ney Silva OAB/MG 21208). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 193/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Intempestividade. Não Conhecimento. 1) O prazo para a interposição de recurso, nos processos que tramitam perante órgãos da OAB, conta-se a partir do recebimento da notificação, de acordo com a data consignada no aviso de recebimento (Regulamento Geral, art. 139, caput). 2) Recurso interposto após expirado o prazo de 15 dias, portanto, não atende ao pressuposto da tempestividade, esbarrando no óbice de admissibilidade. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.05615-05/SCA-TTU. Recte.: Ron Ely Eugênio de Souza. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo e M.P.B. (Adv.: Hilda Rodrigues Maia OAB/ES 6360). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 194/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Intempestividade. Não conhecimento. 1) O prazo para manifestação nos processos disciplinares na OAB é de quinze dias, inclusive interposição de recursos, contados, no caso de publicação da decisão na imprensa oficial, a partir do dia útil seguinte. 2) Tendo o recurso sido protocolado após esse prazo, verifica-se sua intempestividade. 3) Portanto, o recurso não pode ser conhecido por falta de um de seus pressupostos legais de admissibilidade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.05620-05/SCA-TTU. Recte.: A.L.P.S. (Adv.: André Luiz Pinto de Souza OAB/MG 65708). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 195/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Notificação. Nulidade. Inexistência. Não conhecimento. 1) As notificações e intimações presumem-se válidas quando enviadas ao endereço do advogado, constante nos cadastros da OAB, cabendo-lhe a responsabilidade pelas informações ali prestadas, de forma que eventual erro de digitação dos dados inseridos não pode ser atribuído à OAB. 2) Ademais, a publicação de edital, quando frustrada a entrega da notificação com aviso de recebimento (art. 137-D, § 2º, do Regulamento Geral), supera qualquer alegação de nulidade da notificação, razão pela qual rejeita-se a preliminar argüida. 3) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 4) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 5) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2009.08.06019-05/SCA-TTU. Recte.: R.C.B. (Advs.: Luiz Augusto Coutinho OAB/BA 14129 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e M.A.N.S.M. (Adv.: Osvaldo Miguel da Silva OAB/BA 14333). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 196/2011/SCA-TTU. Recurso. Cerceamento de defesa. Inexistência. Advogado que patrocina pessoalmente sua defesa. Dosimetria da sanção. Agravantes. 1) A ausência de notificação do advogado do Recorrente, que também é advogado e atua em causa própria nos autos, promovendo sua defesa e interpondo recursos, devidamente notificado para todos os atos processuais, não caracteriza cerceamento de defesa. 2) Contando o Recorrente com histórico de inúmeros processos ético-disciplinares instaurados contra si, inclusive com outras sanções de suspensão, é de rigor a exasperação da sanção disciplinar acima do mínimo legal, não carecendo de reparos a dosimetria da sanção disciplinar cominada. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.06079-05/SCA-TTU. Recte.: R.M. (Advs.: Rosa Moretto OAB/SC 11707 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 197/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Litispendência e coisa julgada. Inexistência. Não conhecimento. 1) A litispendência é fenômeno conceituado pelo art. 301, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC, dependendo da tríplice identidade entre diferentes processos em trâmite - mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido. 2) A coisa julgada material, por sua vez, além da exigência da tríplice identidade das ações, exige o trânsito em julgado da decisão de mérito. 3) No presente caso, somente a causa de pedir tem relação entre os processos disciplinares, razão pela qual se afasta a litispendência e a coisa julgada. 4) Ausência de violação literal à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento-Geral e tampouco divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador da OAB, nos termos do art. 75 do EAOAB. 5) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.07397-05/SCA-TTU. Recte.: C.P.F.B.B.-PREVI. (Advs.: Hugo Filardi Pereira OAB/BA 27461 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia, A.C.S.J., L.S.S. e S.S.A.A.S/C. (Adv.: Marcos Borges da Cunha OAB/BA 26509). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 198/2011/SCA-TTU. Recurso. Acórdão unânime. Decisão de arquivamento liminar da representação. Cerceamento de defesa. Inexistência. 1) Em se tratando de decisão unânime, o recurso para o Conselho Federal tem caráter extraordinário, devendo observar o disposto no artigo 75, caput, do EAOAB. 2) Como quer que fosse, o pressuposto fundamental do recurso é o de que vise a impugnar decisão definitiva ou de mérito, razão pela qual a decisão de Conselho Seccional, que mantém o arquivamento de representação, considerando inadmissível a instauração do processo ético-disciplinar, não comporta recurso para o Conselho Federal. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.07403-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: J.A.S. (Adv.: Jânio de Almeida Silveira OAB/BA 10324). Embgdo: Acórdão de fls. 346/349 da TTU/SCA. Recte.: J.A.S. (Advs.: Jânio de Almeida Silveira OAB/BA 10324 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Carlos Eduardo Santana Cruz. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 199/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, razão pela qual a irresignação do embargante não supera os limites de admissibilidades do recurso. 3) Os embargos de declaração não se prestam ao reexame do mérito recursal. 4) A jurisprudência do Conselho Federal tem se posicionado no sentido de que decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura falta de fundamentação ou omissão que autorizem os embargos declaratórios. 5) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.08154-05/SCA-TTU. Rectes.: C.A.S. e S.A.A.E.E.M.G.-SAAE/MG. Repte. Legal: C.K.B.A. (Advs.: Carlos Alberto Silva OAB/MG 42285, Luciana Sodre da Cunha OAB/MG 105857 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, C.A.S. e S.A.A.E.E.M.G.-SAAE/MG. Repte Legal: C.K.B.A. (Advs.: Carlos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alberto Silva OAB/MG 42285, Luciana Sodre da Cunha OAB/MG 105857 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 200/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Ausência dos pressupostos de admissibilidade. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.08474-05/SCA-TTU. Recte.: M.C.L. (Advs.: Luís Carlos Parreiras Abritta OAB/MG 58400, Marcelo Miranda Parreiras OAB/MG 70316 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 201/2011/SCA-TTU. Processo administrativo - Infração Disciplinar - Advogado regularmente inscrito na OAB que deixa de pagar as contribuições devidas a Ordem dos Advogados, enquanto nela inscrito - Recurso não provido - Pena de suspensão que se confirma, prorrogada até a prestação de contas com a Tesouraria da entidade e satisfação integral da dívida, tal como expressa o parágrafo 2º, do artigo 37, da Lei 8.906/84, respeitados os prazos prescricionais do débito - Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator. RECURSO 2009.08.08562-05/SCA-TTU. Recte.: Antonio Pereira Albino. Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 202/2011/SCA-TTU. Recurso - Processo de Revisão - Advogado excluído dos quadros da OAB - Inscrição originária em Minas Gerais e diversas inscrições suplementares - Apenado com suspensão inúmeras vezes em diversas Seccionais - Petição de revisão confusa e desatrelada de qualquer dos processos, por original ou cópia, que originaram a exclusão - Inicial desacompanhada também do processo de exclusão - O requerente sequer aponta em qual dos processos que originaram a exclusão, encontram-se os alegados vícios - Impossibilidade de constatação do alegado erro de julgamento e condenação com base em falsa prova - Acórdão na origem rejeitando o pleito de revisão, por unanimidade - Decisão que se mantém - Unânime. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator. RECURSO 2009.08.08802-05/SCA-TTU. Recte.: W.S.B.S. (Adv.: William Stremel Biscaia da Silva OAB/PR 20889). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 203/2011/SCA-TTU. Processo Ético Disciplinar - Advogado que, além de exercer a profissão impedido de fazê-lo temporáriamente em decorrência de aplicação de sanção de suspensão, deixa de cumprir determinação emanada de órgão da OAB após regularmente notificado e mantém conduta incompatível com a advocacia - Pena de suspensão aplicada de 30 dias, cumulada com multa - Ofensa aos incisos I, XVI e XXV, do artigo 34, do Estatuto - Recurso ao Conselho Federal interposto de acórdão unânime e que não atende aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75, da Lei 8.906 - Arguição de prescrição que se rejeita - Recurso que se conhece tão somente em relação a argüição da prescrição, para negar-lhe provimento - Acórdão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator. RECURSO 2009.08.09061-05/SCA-TTU. Embgte.: C.C.P. (Adv.: Ceci Cintra dos Passos OAB/GO 6499). Embgdo.: Acórdão de fls. 199/201 da TTU/SCA. Recte.: C.C.P. (Adv.: Ceci Cintra dos Passos OAB/GO 6499). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e T.C.M. (Adv.: Idalício Gomes de Oliveira OAB/GO 2593). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 204/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação da embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. 2) Nos termos da jurisprudência deste Conselho Federal, os embargos declaratórios não se prestam para reformar decisão, quando ausentes os seus pressupostos de admissibilidade. 3) Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos, porém rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2009.08.09656-05/SCA-TTU. Recte: M.J.P.R. (Advs.: Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo OAB/MG 15212 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 294/295 da Pres. da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 205/2011/SCA-TTU. Recurso em face de decisão que indeferiu liminarmente o recurso ao Conselho Federal. O recurso utilizado pelo Recorrente ao Conselho Federal efetivamente não se harmonizou aos pressupostos de admissibilidade elencados no art. 75 do Estatuto da Advocacia, motivo pelo qual julgo totalmente acertada as decisões monocráticas de fls. 294 e 295, vez que em conformidade com o art. 140 do Regulamento Geral da OAB. Desta forma, julgo improcedente o presente recurso, mantendo a decisão de indeferimento liminar, devendo os autos retornarem ao Conselho Seccional de origem para execução da decisão, na forma do art. 140, parte final, do Regulamento Geral. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2010.08.00062-05/SCA-TTU. Recte.: C.A.H.P. (Adv.: César Augusto Hygino Porto OAB/MG 52753). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.L.F.C. (Advs.: Thiago Thomaz Siuves Pessoa OAB/MG 88026 e Outro). Relatora: Conselheira Federal Ângela Serra Sales (PA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 206/2011/SCA-TTU. Recurso. Decisão unânime. Alegações de violação ao Estatuto. Inexistência. Acordo em audiência para pagamento de valores indevidamente retidos pelo advogado. Descumprimento. Notificação regular do prosseguimento do processo e prazo para alegações finais. Transcurso do prazo sem manifestação. Cerceamento de defesa. Inexistência. Matéria decidida na conformidade da lei, do regulamento e da jurisprudência do Conselho Federal. Prescrição. Inocorrência. O prazo prescricional de que trata o art. 43 do EAOAB começa a fluir da data da ciência do fato pela OAB e não pelo representante. Matéria pacificada. Súmula 01/2011 do Conselho Pleno da OAB. Recurso conhecido, porém improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.00072-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: M.S.A. (Adv.: Maurínio Santarém André OAB/MG 57620). Embgdo.: Acórdão de fls. 143/148 da TTU/SCA. Recte.: M.S.A. (Adv.: Maurínio Santarém André OAB/MG 57620). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e José Rubens da Silva. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 207/2011/SCA-TTU. Embargos de declaração - Improcedente - Os presentes embargos tentam de forma incabível substituir um possível Recurso, com o objetivo de rediscutir matéria de fato e de direito, sem contanto demonstrar de forma cabal existência de omissão, como alega o Embargante. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Preisdente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2010.08.00239-05/SCA-TTU. Recte.: D.A.O. (Adv.: Sérgio Antônio da Fonseca OAB/DF 5945). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal e A.L.E.I.Ltda. Repte. Legal: Aderbal Luiz da Silva. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 208/2011/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Paralisado o processo disciplinar, pendente de despacho ou julgamento válidos e regulares, por prazo superior a 04 anos e 10 meses, posto que declarados nulos por Decisão do CFOAB com Trânsito em julgado. Se nulos de pleno direito, não geraram nenhum efeito regular, menos ainda obstaram a fluência do prazo prescricional intercorrente. É da lei (art. 43, § 1º, do EOAB), verbis: "§ 1º - Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação". ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2010.08.01337-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: L.E.S. (Adv.: Marcel D. Grácia Pereira OAB/PR 27001). Embgdo.: Acórdão de fls. 260/263 da TTU/SCA. Recte.: L.E.S. (Adv.: Marcel Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Subseção de Foz do Iguaçu. (Adv.: João Vladimir Viland Policeno OAB/PR 37507). Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 209/2011/SCA-TTU. Embargos declaratórios que não demonstram omissão, contradição e obscuridade da decisão atacada. Decisão do Conselho Federal embargada, que não conheceu do recurso por não cumprir os requisitos do art. 75 da Lei 8.906/94. Não é possível o conhecimento de recursos demasiadamente genéricos, sem qualquer fundamentação legal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, porém rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2010.08.01583-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela da Faria OAB/MG 57442). Embgdo.: Acórdão de fls. 202/205 da TTU/SCA. Recte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela da Faria OAB/MG 57442). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e E.A.S. (Adv.: Fabiana Mara Ribeiro OAB/MG 104076). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 210/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. 2) O processo disciplinar não está submetido ao princípio da demanda, pelo contrário, é marcado por forte interesse público, aproximando-se do processo administrativo e do processo judicial penal quanto a este aspecto, de modo que, após instaurado, há interesse da Instituição na apuração da denúncia e, caso existente a infração, da aplicação da pena, em defesa da advocacia ética e saudável. 3) Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.01585-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: E.F.F.M. (Advs.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442 e Outro). Embgdo.: Acórdão de fls. 212/216 da TTU/SCA. Recte.: E.F.F.M. (Advs.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Hilário Ismael da Costa. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 211/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Inexistência de omissão. Processo que, mesmo atacando decisão unânime do Conselho Seccional de Minas Gerais foi devidamente enfrentado em todos os seus termos. Manutenção da pena de suspensão. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, porém rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 2010.08.01622-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Embgdo.: Acórdão de fls. 231/239 da TTU/SCA. Recte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Antônio Ribeiro Filho. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 212/2011/SCA-TTU. Embargos de Declaração. Inexistência de contradição. Processo que, mesmo atacando decisão unânime do Conselho Seccional de Minas Gerais foi devidamente enfrentado em todos os seus termos. Manutenção da pena de suspensão. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, porém rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 2010.08.01907-05/SCA-TTU. Recte.: L.P.P. (Adv.: Landes Porciúncula OAB/PR 24486). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e C.E.R. Repte. Legal: Edson Solano da Costa Porto. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 213/2011/SCA-TTU. Recurso. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Honorários advocatícios. Compensação. Ausência de previsão contratual e autorização do cliente. 1. A compensação de créditos, na cobrança de honorários, só é admissível quando prevista em contrato ou autorização constante de instrumento escrito, não cabendo invocar, para tanto, a existência de contrato tácito. 2. O advogado que não restitui valores pertencentes ao seu cliente depositados judicialmente, a despeito de compensação, sem previsão contratual, nem lhe presta as devidas contas, incide nas infrações disciplinares do artigo 34, incisos XX e XXI, do EAOAB. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.02238-05/SCA-TTU. Recte.: W.S.S. (Adv.: Saulo de Tarso A. Carneiro OAB/PR 21418). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 214/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Prescrição. Inocorrência. Improvimento. 1) A efetiva movimentação processual impulsionada por despachos sem os quais o processo não teria andamento revela que não há falar em paralisação por mais de três anos. Precedentes. 2) O conjunto probatório nos autos permite a caracterização da infração disciplinar pela qual fora sancionado, especialmente pelos depoimentos prestados nos autos e assinatura do advogado no Termo de Ajustamento firmado. 3) A ausência de sanção disciplinar anterior é circunstância atenuante, que permite a aplicação do art. 36, parágrafo único, do Estatuto. 4) Recurso parcialmente provido para converter a sanção disciplinar de censura em advertência, por ofício reservado, sem registro nos assentamentos do recorrente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.02388-05/SCA-TTU. Recte.: L.C.L.J. (Adv.: Luiz Carlos da Luz Junior OAB/SC 11351). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e I.G. (Advs.: João Batista Gadotti OAB/SC 17147 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 215/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Nulidades. Inexistência. Locupletamento. Caracterização. Improvimento. 1) Não decorrendo o prazo de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição, nos termos do art. 43 do EAOAB e da Súmula 01/2011/COP. 2) Notificação e intimações são válidas desde que enviadas ao endereço do advogado e endereço que indicou à OAB. Dispensável a notificação e intimação pessoal. Precedentes.

IMPRENSA NACIONAL - PROIBIDA A VENDA - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

3) Locupletamento indevido - retenção de valores levantados em alvará judicial sem o devido repasse ao cliente e respectiva prestação de contas - Infração aos incisos XX e XXV do Artigo 34 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Precedentes. 4) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.02389-05/SCA-TTU. Recte.: J.G.R.V. (Adv.: José Geraldo Ramos Virmond OAB/SC 1232). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e C.A.V. (Adv.: Carlos Adauto Vieira OAB/SC 252). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 216/2011/SCA-TTU. Recurso. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Eleições. E-mails contendo críticas pessoais a candidato. Violação a preceito ético. Inexistência. 1. Para que se caracterize a violação aos preceitos éticos de urbanidade, previstos no Código de Ética e Disciplina, necessário que o advogado esteja no exercício da profissão, o que não é o caso dos autos. 2. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.02418-05/SCA-TTU. Recte.: E.L.J. (Advs.: Carlos Alberto Costa Machado OAB/PR 28701 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 217/2011/SCA-TTU. Processo Administrativo Disciplinar-Valer-se o advogado de agenciador de causas, mediante participação nos honorários a receber-Angariar e captar causas o advogado, com a intervenção de terceiros - Condutas que ofendem os incisos III e IV, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB - Pena de censura, cumulada com multa - Prescrição inocorrente - Recurso conhecido apenas para decidir a argüição de prescrição, que rejeita. No mérito, recurso não conhecido por não atender os requisitos de admissibilidade impostos pelo artigo 75, do Estatuto da Advocacia. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso, apenas para afastar a prescrição, e no mérito não conhecer das razões recursais, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 14 de junho de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício da 3ª Turma da Segunda Câmara. Délio Lins e Silva, Relator. RECURSO 2010.08.02555-05/SCA-TTU. Recte.: R.R.P. (Advs.: Carlyle Popp OAB/PR 15356 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 242/243 da Pres. da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 218/2011/SCA-TTU. Recurso Voluntário. Embargos Declaratórios. Intempestividade. Intimação pessoal. Não há que se confundir processo penal com processo administrativo. Não há exigência na lei para intimação pessoal do advogado condenado em procedimento administrativo disciplinar. A intimação do julgamento foi feita na pessoa dos advogados do recorrente e também no endereço indicado por este, considerando-se válida a entrega para todos os efeitos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2010.08.02624-05/SCA-TTU. Recte.: J.R.B. (Adv.: José Roberto Balestra OAB/PR 17646). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 219/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão não unânime de Conselho Seccional. Locupletamento. Nulidade. Inexistência. Improvimento. 1) A retenção de valores levantados em alvará judicial, sem o devido repasse ao cliente e respectiva prestação de contas, efetivamente comprovados nos autos, tipifica a conduta nas infrações disciplinares previstas no artigo 34, incisos XX e XXI do Estatuto da Advocacia e da OAB. 2) Decisão fundamentada, em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional ou falta de fundamentação. Precedentes. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.02909-05/SCA-TTU. Recte.: J.A.V. (Adv.: Joel Alencastro Veiga OAB/GO 3944). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Jussara Marques Lima de Aguiar. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 220/2011/SCA-TTU. Preliminares - Notificação pessoal: Improcedente - Ausência de notificação para sustentação oral em Embargos de Declaração: Improcedente - Relatório e Voto prévio: Improcedente - Prescrição intercorrente: Improcedente. Mérito: Ausência dos pressupostos de admissibilidade. O recurso manejado não deve ser analisado por este Conselho Federal, uma vez que não se harmoniza aos pressupostos de admissibilidade elencados no art. 75 do Estatuto da Advocacia. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em rejeitar as preliminares e, quanto ao mérito, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2010.08.03011-05/SCA-TTU. Recte.: AMPE de Brusque-A.M.P.E.B. (Advs.: Paulo da Silveira Mayer OAB/SC 19063 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 211/212 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e M.G.R. (Adv: Murilo Gouvêa dos Reis OAB/SC 7258). Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 221/2011/SCA-TTU. Recurso intempestivo e que não ataca as razões da decisão que lhe negou seguimento. Não conhecimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2010.08.03273-05/SCA-TTU. Recte.: P.L.N. (Advs.: Eliane Budyk OAB/PR 51700 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Elias Ribeiro. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 222/2011/SCA-TTU. Circunstâncias agravantes. Efeitos - A espécie de infração disciplinar atribuída, não comporta outra espécie de sanção, que não seja a pena de suspensão imposta, considerando a vida pregressa do recorrente. A não prestação dos serviços contratados e a ausência de prestação de contas dos valores pagos inicialmente configuram-se sua inércia e recusa em honrar com o seu dever de ofício para o qual foi contratado. A infração ao Código de Ética foi praticada pelo advogado, mesmo tendo prestado contas no decorrer do processo. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.03578-05/SCA-TTU. Recte.: C.A.V. (Adv.: Carlos Adauto Vieira OAB/SC 252). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 223/2011/SCA-TTU. Recurso. Acórdão não unânime. Pedido de Revisão. Requisitos. Alegação de condenação em falsa prova. Redução do prazo prescricional. Regras de direito penal material. 1. Não se admite a revisão do processo por alegação de condenação em falsa prova se o próprio interessado reitera os termos ali contidos e ratifica a sua validade para a instrução do processo. 2. O artigo 68 da Lei nº 8.906/94 estabelece que se aplique subsidiariamente ao processo disciplinar as regras da legislação processual penal comum e não as regras de direito penal material. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.03747-05/SCA-TTU. Recte.: L.C.L.J. (Adv.: Luiz Carlos da Luz Junior OAB/SC 11351). Recdos.: Despacho de fls. 160/161 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Márcio Antonio Lamin. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 224/2011/SCA-TTU. Recurso em face de decisão monocrática que inadmite recurso por ausência de pressupostos processuais. Art. 75 do EAOAB. Prescrição. Inocorrência. Nulidade de citação. Inexistência. 1) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 2) Notificação e intimações são válidas desde que enviadas ao endereço do advogado e endereço que indicou à OAB. Dispensável a notificação e intimação pessoal. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.03748-05/SCA-TTU. Recte.: L.C.L.J. (Advs.: Luiz Carlos da Luz Junior OAB/SC 11351 e Outra). Recdos.: Despacho de fls. 148/149 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Alessandro de Carvalho França. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 225/2011/SCA-TTU. Recurso em face de decisão monocrática que inadmite recurso por ausência de pressupostos processuais. Art. 75 do EAOAB. Prescrição. Inocorrência. Nulidade de citação. Inexistência. 1) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 2) Notificação e intimações são válidas desde que enviadas ao endereço do advogado e endereço que indicou à OAB. Dispensável a notificação e intimação pessoal. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.03799-05/SCA-TTU. Recte.: G.M.M. (Adv.: Gilson Medeiros de Mello OAB/PR 17490). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 226/2011/SCA-TTU. Aplicação do instituto do crime continuado: improcedente. Não há de forma alguma bis in idem na aplicação das penas individualmente por processo disciplinar, porque cada caso deve ser julgado de forma individualizada, na medida em que não existe a possibilidade de aplicação do instituto do crime continuado, por tratar-se de matéria exclusiva de direito penal, que como já explicado em linhas anteriores, não tem aplicabilidade subsidiária ao processo disciplinar da OAB, por determinação legal (art. 68 do EAOAB). ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto divergente, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator para o acórdão. RECURSO 2010.08.03998-05/SCA-TTU. Recte.: A.F.C.A. (Adv.: Antônio Francisco Corrêa Athayde OAB/PR 8227). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.C.M.L. (Advs.: Andrei Amaral Camaroski OAB/PR 40503 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 227/2011/SCA-TTU. Prestação de contas. Infração ética. Inexistência quando comprovado que o recorrente prestou contas dos valores que recebeu. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 14 de junho de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício da 3ª Turma da Segunda Câmara. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 2010.08.04335-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: A.V. (Adv.: Adão Veriato OAB/MG 19102). Embgdo.: Acórdão de fls. 749/752 da TTU/SCA. Recte.: A.V. (Adv.: Adão Veriato OAB/MG 19102). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/MG e J.N.C. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 228/2011/SCA-TTU. Embargos Declaratórios que não demonstram omissão, contradição e obscuridade da decisão atacada. Decisão do Conselho Federal embargada, que não conheceu do recurso por não cumprir os requisitos do art. 75 da Lei 8.906/94. Não é possível o conhecimento de recursos demasiadamente genéricos, sem qualquer fundamentação legal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, porém rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2010.08.04752-05/SCA-TTU. Rectes.: F.A.F. e G.P.M. (Advs.: Alexandrina Juliana Casarim OAB/PR 18266 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 229/2011/SCA-TTU. Recurso do Pedido de Revisão - Matéria exclusivamente fática - Ausência de pressuposto de admissibilidade. Os Recorrentes não demonstram o dispositivo legal que supostamente foi contrariado, limitando-se as alegações fáticas. Ausentes, portanto, os requisitos de admissibilidade recursais elencados no art. 75 da Lei 8.906/1994, motivo pelo qual deixa esta corte de conhecer o Recurso interposto. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO Nº 2010.08.05276-05/SCA-TTU. Recte.: I.R.V. (Adv.: Ilzeu Robson Vasconcelos OAB/MG 52031). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 230/2011/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Recurso ao CFOAB tem natureza extraordinária. Recurso contra decisão unânime. Não conhecido por falta de demonstração dos pressupostos à sua admissão. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2010.08.05644-05/SCA-TTU. Recte.: A.C.M. (Adv.: Air de Carvalho Marques OAB/GO 10383). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás, M.T.P.M. e S.M.X.J. (Advs.: Maria Terezinha do Prado Monteiro OAB/GO 12706 e Sandra Maria Xavier Japiassú OAB/GO 5383). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 231/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Locupletamento. Ausência de provas das condutas infracionais das recorrentes. Absolvição. Improvimento do recurso. 1) Os autos estão desprovidos de provas essenciais às alegações iniciais da representação, corroborando a tese das recorridas. 2) Não há nos autos contrato entre as partes e o contato tácito alegado pelo recorrente não prospera por falta de indícios do fim pretendido. 3) Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão que julgou improcedente a representação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, contrariando voto da Relatora, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto divergente, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Meira de Medeiros, Relator para o acórdão. RECURSO 2010.08.06075-05/SCA-TTU. Recte.: S.L.L. (Adv.: Kleber Luiz Vanelli da Rocha OAB/ES 3485). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 232/2011/SCA-TTU. Processo Administrativo de natureza disciplinar - Locupletar-se á custa do cliente, recebendo deste valor superior ao efetivamente necessário para custeio do processo - Justificativa apresentada não comprovada - Pena de suspensão aplicada e mantida - Ofensa ao inciso XX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia - Argüição de prescrição que se rejeita - Recurso conhecido apenas para decidir a argüição de prescrição, que rejeita.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No mérito, recurso não conhecido por não atender os requisitos de admissibilidade impostos pelo artigo 75, do Estatuto da Advocacia. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso, apenas para afastar a prescrição, e no mérito não conhecer das razões recursais, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 14 de junho de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício da 3ª Turma da Segunda Câmara. Délio Lins e Silva, Relator. RECURSO 2010.08.06121-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: G.C. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Embgdo.: Acórdão de fls. 222/228 da TTU/SCA. Recte.: G.C. (Advs.: João Lucas de Faria Kindlé OAB/MG 106759 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Cristiano Afonso Botelho. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 233/2011/SCA-TTU. Processo Ético Disciplinar. Embargos de Declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. O acolhimento dos embargos de declaração [mesmo Infringentes] pressupõe a presença de pelo menos um dos pressupostos elencados de forma taxativa no art. 535 do CPC, mesmo que para finalidade préquestionatória. Embargos Aclaratórios Rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, porém rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2010.08.06280-01/SCA-TTU. Recte.: C.V. (Adv.: Mário Antonie Gemelgo OAB/SC 16540-A). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e A.A.F. (Adv.: Ademir Amaro Fonseca OAB/SC 4327). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 234/2011/SCA-TTU. Recurso. Infração disciplinar. Art. 34, inciso VIII, do EAOAB. Sessão de julgamento. Adiamento. Nulidade. Inexistência. 1) Comete a infração disciplinar prevista no art. 34, inciso VIII, do EAOAB, o advogado que estabelece acordo com a parte adversa sem o conhecimento do advogado contrário. 2) Adiamento de julgamento de recurso em decorrência de pedido de vista e novo adiamento após petição da própria Recorrente não configura qualquer cerceamento de defesa. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.06808-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: F.A.G. (Adv.: Fernando Godoy OAB/SP 118450). Embgdo.: Acórdão de fls. 811/817 da TTU/SCA. Recte.: F.A.G. (Adv.: Fernando Albieri Godoy OAB/SP 118450). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.L.M.G.D. (Advs.: Pascoal Belotti Neto OAB/SP 54914 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 235/2011/SCA-TTU. Embargos de declaração. Os recursos ao CFOAB não promovidos, obrigatoriamente, no prazo legal de 15 (quinze) dias, são serôdios. Aclaratórios não conhecidos por intempestivos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2010.08.06996-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: J.M.T. (Adv.: José Marco Tayah OAB/RJ 67177). Embgdo.: Acórdão de fls. 530/537 da TTU/SCA. Recte.: J.M.T. (Adv.: José Marco Tayah OAB/RJ 67177). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, A.M. e M.H.M. (Adv.: Oswaldo Luiz Angarano Filho OAB/RJ 54872). Relator: Conselheiro Federal Rodrigo Badaró Almeida de Castro (DF). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 236/2011/SCA-TTU. Embargos de declaração. Decisão sucinta. Finalidade atingida. Adequação da decisão recorrida ao particular entendimento do embargante. Impossibilidade. Omissão inexistente. Negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício e Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.07686-05/SCA-TTU. Recte.: W.S.B.S. (Adv.: William Stremel Biscaia da Silva OAB/PR 20889). Recdos.: Despacho de fls. 145/146 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Paraná e Paulo Cesar Ruths Batista. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 237/2011/SCA-TTU. Recurso. Art. 140 do RGOAB. Decisão monocrática. Inadmissibilidade de recurso ao Conselho Federal. Art. 75 do EAOAB. Prescrição. Inocorrência. 1) O recurso interposto contra decisão que inadmite recurso, com base no art. 75 do EAOAB, deve atacar os fundamentos da decisão recorrida, e não inovar nos autos. 2) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 3) Recurso improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2010.08.09022-05/SCA-TTU. Recte.: M.O.P.R. (Advs.: Giovanni José Pereira OAB/MG 60721, Pedro Aurélio Rosa de Farias OAB/DF 19249 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Fabricio Silva de Souza. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 238/2011/SCA-TTU. Recebimento de valores por parte de Advogado em processo de execução com prestação de contas realizada após a instauração de processo disciplinar. Infrações previstas nos incisos IX e XX do art. 34 da Lei 8.906/94. Manutenção da pena de suspensão do exercício profissional por 30 dias. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de processo disciplinar, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 3ª Turma - Segunda Câmara - do CFOAB, por unanimidade, conhecer do recurso, dando-lhe provimento parcial, mantendo a decisão recorrida, apenas na aplicação da pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, diante da constatação das infrações previstas nos IX, XX, do art. 34 da Lei 8.906/94. Brasília, 12 de abril de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO 2010.08.09341-05/SCA-TTU. Recte.: C.A.C. (Adv.: Luiz Fernando Dietrich OAB/PR 20899). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.M. (Advs.: Eduardo Arlindo Ziliotto OAB/PR 49130 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 239/2011/SCA-TTU. Cerceamento de defesa. Intimação para o julgamento. Ausência de irregularidade. Rejeição da preliminar. Documento novo. Juntada sem a oportunização de vista a parte contrária. Decisão que não se baseou nos documentos novos anexados. Ausência de prejuízo. Rejeição da preliminar. Mérito. Serviço prestado. Renúncia ao mandato. Devolução de documentos. Não se caracteriza o locupletamento quando reconhecidamente o serviço contratado foi prestado, ainda que em parte. Hipótese que o cliente é que não pode ser beneficiado por serviço gratuito. - Provimento do recurso. Representação julgada improcedente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2010.08.09348-05/SCA-TTU. Recte.: M.S.A.I. (Advs.: Márcio Sérgio dos Anjos Issa OAB/RJ 58212 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Lilian Barreto Nunes. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 240/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Nulidade de notificação. Cerceamento de defesa. Inexistência. Mérito. Não conhecimento. 1) As notificações e intimações presumem-se válidas quando enviadas ao endereço do advogado, constante nos cadastros da OAB, cabendo-lhe a responsabilidade pela atualização das informações ali constantes. 2) Ademais, a publicação de edital, quando frustrada a entrega da notificação com aviso de recebimento (art. 137-D, § 2º, do Regulamento Geral) e a nomeação de defensor dativo, superam qualquer alegação de nulidade por cerceamento de defesa, razão pela qual rejeitam-se as preliminares argüidas. 3) Quanto ao mérito, a ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 4) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 5) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2011.08.00206-05/SCA-TTU. Rectes.: E.L.J. e R.C.M. (Advs.: Eraldo Lacerda Júnior OAB/PR 30437, Ricardo Costa Maguetas OAB/PR 28275 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 241/2011/SCA-TTU. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando as justificativas para o não comparecimento na audiência de instrução são posteriores a realização do ato processual e não revelam motivos razoáveis para o não comparecimento dos representados. 2. Recurso conhecido parcialmente, apenas para rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa alegada, para, quanto ao mérito, não conhecer do recurso por representarem apenas o reexame de matéria já revolvida nas instâncias ordinárias, sem que houvesse sido apontada qualquer violação ao Estatuto, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos, o que vai de encontro ao disposto no art. 75 do EOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros Federais integrantes da 3ª Turma da Segunda Câmara, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso, apenas para rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa, e, quanto ao mérito, não conhecer do recurso por ausência dos pressupostos legais a sua admissibilidade, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o presente. Brasília, 14 de junho de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício da 3ª Turma da Segunda Câmara. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 2011.08.00609-05/SCA-TTU. Recte.: U.A. (Adv.: Ubiratan de Andrade OAB/SC 11406). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Ivo Agenor Francisco. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 242/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Locupletamento. Inexistência. Fato novo. Declaração de quitação pelo representante antes do processo disciplinar. Provimento. 1) O reconhecimento expresso pelo representante, da quitação das verbas decorrentes de acordo judicial em ação trabalhista antes do processo disciplinar, indica que os fatos narrados evidentemente não constituem infração disciplinar. 2) No presente caso, não há que se confundir o reconhecimento da quitação pretérita com a quitação posterior. 3) Assim, reconhecendo o representante que o advogado efetivamente lhe repassara os valores constantes de acordo judicial, após a alienação de veículo objeto de dação em pagamento e antes do protocolo da representação, faz desaparecer o interesse de agir. 4) Recurso conhecido e provido, para absolver o recorrente das infrações imputadas e determinar o arquivamento dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2011.08.01772-05/SCA-TTU-ED. Embgte.: R.M.A. (Adv.: Ronaldo Marques de Araújo OAB/SC 5160). Embgdo.: Despacho de fls. 413/415 da Pres. da TTU/SCA. Recte.: R.M.A. (Adv.: Ronaldo Marques de Araújo OAB/SC 5160). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, F.P.G., G.F.G., M.A.M. e W.B. (Advs.: Fabrício Pinheiro Guimarães OAB/SC 10481 e Rodolfo Gustavo Marques Moreira OAB/SC 20209). Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 243/2011/SCA-TTU. Embargos declaratórios que não demonstram omissão, contradição e obscuridade da decisão atacada. Decisão do Conselho Federal embargada, que não conheceu do recurso por não cumprir os requisitos do art. 75 da Lei 8.906/94. Não é possível o conhecimento de recursos demasiadamente genéricos, sem qualquer fundamentação legal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, porém rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2011.08.01871-05/SCA-TTU. Recte.: A.J.S.M. (Adv.: Anizio Jorge da Silva Moura OAB/PR 28082). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 244/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Facilitar o exercício da advocacia por não inscrito nos quadros da OAB. Assinatura de bacharel em direito conjuntamente com advogado. Inexistência de lesividade na conduta. Provimento do recurso. 1) Advogado que permite bacharel em direito não inscrito nos quadros da OAB assinar ato privativo de advogado em conjunto com ele, não incide na infração disciplinar prevista no artigo 34, inciso I, da Lei nº 8.906/94, ante à ausência de potencialidade lesiva da conduta. 2) A assinatura conjunta do advogado com o bacharel em direito permite a absolvição da tipificação imputada. 3) Recurso conhecido e provido para absolver o recorrente da penalidade imposta. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, contrariando voto da Relatora, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto divergente, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Meira de Medeiros, Relator para o acórdão. RECURSO 2011.08.03029-05/SCA-TTU. Recte.: S.B.S.P. (Adv.: Shirley Bahia da Silva Penteado OAB/MS 7272). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 245/2011/SCA-TTU. Recurso. Prescrição. Inocorrência. Suspensão. Constitucionalidade. Anuidade. Inadimplência. Parcelamento. Descumprimento. Infração disciplinar. 1) Não se verifica a prescrição quando não decorram 05 (cinco) anos entre a representação e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem o processo permaneça paralisado por mais de 03 (três) anos pendente de despacho ou julgamento. 2) Deixar o advogado de pagar as suas contribuições à OAB se constitui em infração disciplinar apenada com a suspensão do exercício profissional até a regularização do débito. 3) Da mesma forma, o descumprimento de acordo de parcelamento de débitos de anuidade caracteriza a infração disciplinar. 4) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2011.08.03570-05/SCA-TTU. Recte.: M.A.G.A. (Advs.: Gianpaolo Machado Lage de Melo OAB/DF 20336 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 174/176 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e L.B.B. (Adv.: Fabíola Almeida Santos Saraiva OAB/MG 104129). Relator: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). EMENTA 246/2011/SCA-TTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Notificação. Nulidade. Reconhecimento. Prescrição. Declaração de ofício. 1) A notificação para realização de audiência de instrução e julgamento recebida pelas partes com prazo inferior a 15 (quinze) dias de sua realização configura cerceamento à ampla defesa, ainda mais quando feita em prazo exíguo. 2) Anulados os atos processuais desde a notificação para audiência de instrução, não havendo, portanto, decisão condenatória até a presente data, há que se reconhecer a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 43, caput, do EAOAB. 3) Recurso a que se dá provimento para anular o processo desde a notificação para a audiência de instrução, e, conseqüentemente, declarar, ex officio, a prescrição da pretensão punitiva. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator. RECURSO 2011.08.03819-05/SCA-TTU. Recte.:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

M.S.A.I. (Adv.: Marcio Sérgio dos Anjos Issa OAB/RJ 58212). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 247/2011/SCA-TTU. Preliminares - Indeferimento - Mérito: ausência de pressuposto de admissibilidade. Preliminar 01: Não assiste razão ao Recorrente, pois conforme as fls. 31 dos autos, constata-se que o mesmo nomeou os advogados Roberto Issa (OAB/RJ-22.697) e Carlos Eduardo Batista Silva (OAB/RJ-129.181) para realizar sua defesa neste processo ético-disciplinar, portanto, torna-se totalmente dispensável a figura do Representado em sessão de julgamento, quando possui procurador constituído nos autos. Preliminar 02: Evidente que o Representado possui muito mais que três condenações disciplinares a pena de suspensão e que suas várias tentativas de pedidos de revisões e reabilitações, possuem caráter nitidamente protelatório. Preliminar 03: Acerca da preliminar de ausência de comprovação do quórum na sessão de julgamento, esta restou totalmente superada, tendo em vista a cópia da ata da sessão juntada pela OAB/RJ as fls. 146/148 dos autos, na qual consta assinatura de todos os Conselheiros presentes no julgamento. Mérito: O Recorrente não demonstrou o dispositivo legal que supostamente foi contrariado, limitando-se as alegações preliminares. Ausentes, portanto, os requisitos de admissibilidade recursais elencados no art. 75 da Lei 8.906/1994, motivo pelo qual deixa esta corte de conhecer o Recurso interposto. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em rejeitar as preliminares e, quanto ao mérito, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2011.08.04247-05/SCA-TTU. Recte.: L.C.P.S. (Adv.: Luiz Carlos Pereira da Silva OAB/RJ 12534). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 248/2011/SCA-TTU. A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do art. 206 do Código Civil de 2002, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumento público ou particular. Não existe, desta forma, sustentáculo legal nem lógico para manter a punição por inadimplência até o pagamento de débitos que claramente estão prescritos. Recurso conhecido e provido em parte, para acolher a prejudicial de mérito relativo á prescrição, limitando a pena de suspensão ao patamar mínimo de 30 dias determinado pela Seccional, deixando de conhecer das demais razões recursais por não atenderem o disposto no art. 75 do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 2011.08.04505-05/SCA-TTU. Recte.: N.E.P.A. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e C.R.C. (Adv.: Maria Angela Mineiro Lima OAB/DF 3173). Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 249/2011/SCA-TTU. Penalidade de suspensão - locupletamento e ausência de prestação de contas - recurso improcedente. Evidente que as alegações do Recorrente acerca do mérito da demanda não devem prosperar, uma vez que caracterizada a infração tipificada no art. 34, incisos XX e XXI da Lei nº 8.906/94, totalmente correta a penalidade de suspensão aplicada pelo Conselho Seccional de Minas Gerais. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2011.08.04812-05/SCA-TTU. Recte.: G.M.L.P. (Def. Dat.: Itamar de Souza Novaes OAB/MS 11173). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 250/2011/SCA-TTU. Infração ético-disciplinar. Recurso tempestivo. Decisão não unânime proferida pelo Órgão 'a quo'. Preenchimento dos requisitos legais de conhecimento do recurso. Mérito. Preenchimento dos requisitos do artigo 75 do EAOAB. Valoração jurídica dos fatos que enseja modificação da decisão recorrida. Retenção de autos pelo advogado. Ausência de intimação pessoal para devolução dos autos. Afasta-se o abuso na retenção dos autos se o advogado que os retém não recebe qualquer intimação para devolvê-los. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 2011.08.04950-05/SCA-TTU. Recte.: C.A.B. (Adv.: Carlos Alberto Bogus OAB/PR 20408). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e J.P. (Adv.: José Mauro Langer OAB/PR 13106). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 251/2011/SCA-TTU. Recurso. Prescrição. Inocorrência. Nulidade das notificações. Inexistência. 1) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 2) Notificação e intimações são válidas desde que enviadas ao endereço do advogado e endereço que indicou à OAB. Dispensável a notificação e intimação pessoal. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2011.08.04986-05/SCA-TTU. Recte.: J.M.S.S. (Adv.: Jocelda Maria da Silva Stefanello OAB/MT 3031-B). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e C.R.R. (Adv. Assist.: Luiz Gonçalo da Silva OAB/MT 4265). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 252/2011/SCA-TTU. 1. A prescrição interrompe-se a cada nova decisão condenatória de qualquer Órgão da OAB. 2. Ocorrendo decisão condenatória perante o TED antes de completado o prazo de cinco anos do primeiro marco interruptivo, qual seja, a notificação válida, e, posteriormente, julgamento perante a Seccional do recurso também antes de completado tal prazo, não há que se falar em superveniência de prescrição qüinqüenal. 3. Tem a OAB o dever de apurar a existência de infrações disciplinares, que por mais das vezes representam verdadeira afronta a dignidade da profissão e extrapolam os limites subjetivos do ofensor e ofendido. 4. Desta forma, irrelevante a desistência do processo disciplinar pela parte em razão do pagamento posterior dos valores retidos indevidamente pelo advogado. 5. Configurada infração prevista no art. 34, XX do EAOAB, devendo ser observada, no entanto, a circunstância atenuante da primariedade, com a redução da pena de suspensão imposta pela Seccional para o mínimo legal de 30 (trinta dias). Recurso provido em parte. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 2011.08.04989-05/SCA-TTU. Recte.: R.A.A. (Advs: Ricardo Alves Athaide OAB/MT 11858 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e L.R.D. (Adv. Assit.: Andregis Pithan Pagnussatti OAB/MT 8992-B). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 253/2011/SCA-TTU. Processo Disciplinar. É competente para o julgamento o local da Infração ética disciplinar. Incompetência em razão do local não alegada na primeira oportunidade, resulta sanada. O fato do representado prestar contas após instaurado Processo Disciplinar não obsta o prosseguimento da representação, nem elide a falta disciplinar. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2011.08.04992-05/SCA-TTU. Recte.: E.A.R.F. (Adv.: Edgard de Andrade Rocha Filho OAB/MG 56003-B). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, D.L.R. e N.R. (Adv.: Norma Sueli Mendes Rocha OAB/MG 49323). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 254/2011/SCA-TTU. Desacerto no pagamento de honorários advocatícios. Retenção de valores sem autorização expressa em contrato. Excesso de Mandato. Infringência de preceito ético. Pena de censura. Correção do julgamento da Seccional Mineira. Mantida a aplicação da pena de censura. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 2011.08.04994-05/SCA-TTU. Recte.: R.M.G. (Advs.: Roberto Mendes Groia OAB/MG 27375 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Espólio de J.S.O. Repte. Legal: Lina Angela de Oliveira. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 255/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira

Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 2011.08.05019-05/SCA-TTU. Recte.: R.M.M. (Adv.: Rafael Miranda Moreira OAB/MG 87258). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Maeli Estrela Borges. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 256/2011/SCA-TTU. Processo Ético Disciplinar. Recurso ao Conselho Federal da OAB tem natureza extraordinária. Não satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, não pode ser conhecido o apelo excepcional, como é da Lei artigo 75 do EAOAB. Salvante, violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e contraditório (art. 5. Inc. LIV, LV, CF. 88), ai envolvendo questão constitucional, o apelo poderá ser conhecido de ofício, desde que não implique revolvimento do quadro fático, ainda que unânime a decisão recorrida, o recurso poderá ser conhecido, por exemplo, para dar ao fatos incontroversos o devido enquadramento legal. Prejuízo. Falta grave. Incide em falta grave o advogado que recebe do cliente numerário a título de honorários adiantados e deixa de diligenciar a promoção de ação judicial. Infração ao artigo 34, inciso IX do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2011.08.05021-05/SCA-TTU. Recte.: M.F.A.C. (Adv.: Manoel Fernando de Almeida Cruvinel OAB/MG 61087). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 257/2011/SCA-TTU. Nulidade - Improcedente - Tendo a decisão dos embargos declaratórios ocorrido nos moldes do art. 138, §3º do Regulamento Geral da OAB, não há que se falar em nulidade pela não intimação para julgamento da decisão, uma vez que trata-se de decisão monocrática, sendo totalmente desnecessária a intimação para decisões desta natureza. Ausência dos pressupostos de admissibilidade. O recurso manejado não deve ser analisado por este Conselho Federal, uma vez que não se harmoniza aos pressupostos de admissibilidade elencados no art. 75 do Estatuto da Advocacia. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso para rejeitar a preliminar e quanto ao pedido de mérito, deixar de conhecê-lo, por ausência dos pressupostos legais, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 2011.08.05028-05/SCA-TTU. Recte.: V.A.A.M.C. (Adv.: Virgílio Antônio Amaral de Melo Castro OAB/MG 33410). Recdos.: Despacho de fls. 278/280 da Pres. da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Rodrigo Badaró Almeida de Castro (DF). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 258/2011/SCA-TTU. Recurso em face de decisão do Conselho Federal que não conheceu do recurso por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento 1) O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a reiteração das razões já apreciadas. 2) Correta a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso, se o recorrente não se incumbiu de demonstrar inequivocamente a demonstração do cabimento do recurso de natureza extraordinária. 3) Tratando-se as razões recursais de reiteração daquelas anteriormente indeferidas, impõe-se o improvimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício e Relator "ad hoc". RECURSO 2011.08.05381-05/SCA-TTU. Recte.: M.A.L.E. (Adv.: Moacir Antonio Lopes Ern OAB/SC 7420). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e M.T.Ltda. Repte. Legal: C.K.R. (Adv.: Vanessa Perin de Sousa OAB/SC 23285). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 259/2011/SCA-TTU. 1. Inocorrente a prescrição não transcorridos 5 (cinco) anos entre o conhecimento oficial pela OAB e o julgamento do processo disciplinar. 2. Aplicação da Súmula 01/2011. 3. Verifica-se, no entanto, a presença de circunstâncias atenuantes representadas pela primariedade do recorrente, bem como o exercício de função relevante como membro do Tribunal de Ética da Seccional, razão pela qual deve a pena ser reduzida ao mínimo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 40, incisos II e III do EOAB. Recurso parcialmente provido apenas para reduzir a pena por locupletamento, art. 34, inciso XX, ao mínimo legal de 30 dias. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 2011.08.05534-05/SCA-TTU. Rectes.: L.C.F. e R.M.A. (Advs.: Luis C. Fritzen OAB/SC 4443 e Ronaldo Marques de Araújo OAB/SC 5160). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e S.C.S.Ltda. Reptes. Legais: G.H. e L.H.B. (Advs.: Robson Carlos Ferreira OAB/SC 6279 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 260/2011/SCA-TTU. Processo Ético Disciplinar. Recurso contra decisão unânime. Exigência de demonstração, dialética, de atendimento dos pressupostos à sua admissibilidade. Recursos ao CFOAB têm natureza extraordinária (art. 75, do EAOAB). À míngua dessa satisfação recurso não conhecido. Pena de suspensão. Imposição de pena de suspensão por prazo superior ao mínimio legal, exige motivação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 2011.08.05758-05/SCA-TTU. Recte.: W.B.A.P. (Adv.: Walter Balduino de Abreu Pires OAB/BA 5209). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 261/2011/SCA-TTU. Representação de ofício. Retenção de processo disciplinar. Infringência ao Art. 34, Inciso XXII do EAOAB. Suspensão de 30 dias. Não ocorrência de prescrição. Imutabilidade fática na fundamentação recursal. Mantida a decisão que julgou procedente a representação. Recurso improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 2011.08.05858-05/SCA-TTU. Rectes.: A.R.D.A. e D.E.B.O. (Adv.: André Ricardo de Almeida OAB/GO 22523). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e R.G.A. (Adv.: Comary Ferreira da Cunha OAB/GO 21040). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 262/2011/SCA-TTU. 1. Incorre em infração disciplinar o advogado

Comercialização proibida por terceiros.

que ajuíza ações com a mesma causa de pedir após o trânsito em julgado de sentença em demanda anterior, em comarca diversa da ação original e com a alteração proposital da qualificação das partes, com o claro intuito de dificultar a defesa do réu. 2. Ausência de circunstância atenuante que ensejasse a conversão de censura em advertência. 3. Recurso improvido, mantendo-se a condenação de censura imposta pela Seccional pela prática da infração tipificada no art. 34, inc. VI do EOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000226-7/SCA-TU. Recte.: R.A.N. (Adv.: Rogério Almeida do Nascimento OAB/MG 66857). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e D.A.A. (Adv.: Marcela Amaral de Oliveira OAB/MG 120933). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 263/2011/SCA-TTU. Processo Ético-Disciplinar. Recurso ao CFOAB tem natureza extraordinária. Decisão unânime. À míngua dos pressupostos de admissibilidade, o apelo não pode ser conhecido. Dosimetria da pena. Imposição de pena de suspensão por prazo superior ao mínimo legal de trinta (30) dias, estabelecido em lei (art. 37, § 1º, do EAOAB) exige motivação. Matéria de ordem pública. Adequação da pena de ofício. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2011.000261-5/SCA-TTU. Recte.: W.V. (Adv.: Wagner Vieira OAB/MG 48847). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Terezinha das Graças da Cruz. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 264/2011/SCA-TTU. Recurso. Prescrição. Inocorrência. Mérito. Reexame de matéria fática. Impossibilidade. 1) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 2) Recurso que repisa fatos e fundamentos já apreciados pela instância originária, sem indicação do preenchimento dos pressupostos de sua admissibilidade, não pode ser conhecido. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 49.0000.2011.000263-1/SCA-TTU. Recte.: M.C.G. (Adv.: Mário Caballero Garcia OAB/MG 40792). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.O.S. (Advs.: Geraldo Roberto da Silva Gonçalves OAB/MG 53776 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 265/2011/SCA-TTU. Redução da penalidade aplicada - Levando em consideração a gravidade da infração, bem como o fato de o Recorrente não ser primário, entendo totalmente acertada a punição aplicada pelo Conselho Seccional, motivo pelo qual julgo improcedente o Recurso interposto pelo Representado. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000728-1/SCA-TTU. Recte.: P.R.C.F. (Advs.: Josuelito Britto OAB/BA 13224 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 266/2011/SCA-TTU. Recurso. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Processo incidental de inidoneidade. Condenação criminal com trânsito em julgado. Preliminares de cerceamento de defesa e nulidade do feito. Inexistência. Não conhecimento do recurso. 1) Não se verifica nulidade por cerceamento de defesa quando a decisão está fundamentada nas provas constantes nos autos e o recorrente tem a oportunidade de se manifestar sobre todas elas. 2) Da mesma forma, a oitiva do representado em audiência é facultativa, e se, dada a palavra ao advogado, apenas reitera pedido de oitiva de testemunha, conclui-se pela desnecessidade do depoimento pessoal. 3) Representado que não se incumbe da indicação do endereço atual de suas testemunhas, após dilação de prazo para fazê-lo, não pode alegar cerceamento de defesa, eis que estaria beneficiando-se de sua própria inércia. 4) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 5) Recurso não conhecido, afastadas as preliminares argüidas. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 49.0000.2011.000785-7/SCA-TTU. Recte.: M.F.A.E. (Adv.: Lauro Vieira Erthal OAB/RJ 65564). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e G.B.D. (Advs.: Nathalia Pereira da Cruz OAB/RJ 164189 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 267/2011/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Recurso decisão unânime. Atendimento dos pressupostos de admissibilidade pela parte recorrente. O advogado que aceita patrocinar causa, e recebe alvará judicial autorizando-o a movimentar valores em nome do seu constituinte, é responsável pela prestação de contas. Devendo zelar pela entrega dos valores ao cliente. Do contrário, cometerá infração disciplinar por não tomar as providências próprias. O que, timbra, incontornavelmente, conduta omissiva, caracterizando a culpa in vigilando ou culpa in eligendo. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2011.000879-7/SCA-TTU. Recte.: F.P.C.F. (Adv.: Francisca Pinheiro OAB/RJ 54181). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e P.S.S. Repte. Legal: R.C.S.R.S. (Adv.: Douglas Cavalcanti Torres Guerra OAB/RJ 92629). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 268/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Pedido de revisão. Requisitos. Erro de julgamento. Ausência de provas para a condenação. Princípio in dubio pro reo. Procedência. 1) O erro de julgamento decorre da constatação da admissão de fato não provado cabalmente nos autos, baseando-se em indícios de prova. 2) Assim, a ausência de provas inequívocas da prática de infração disciplinar por parte do advogado indica a aplicação do Princípio in dubio pro reo, de modo que os indícios constantes nos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar. 3) Há que se tipificar objetivamente a conduta infratora do representado, evitando-se a aplicação de sanções disciplinares apenas com base em critérios subjetivos do julgador. 4) Recurso conhecido e provido para julgar procedente o pedido de revisão por erro de julgamento, face à inexistência de provas à embasar a condenação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001211-6/SCA-TTU. Recte.: A.N. (Adv.: Afonso Nóbrega OAB/MS 5217). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Ezequiel Holsback Ramos. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 269/2011/SCA-TTU. Recurso. Nulidade. Notificação para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina frustrada. Ausência de notificação por edital. Art. 137-D, § 2º, do Regulamento Geral. 1) A ausência de intimação via edital, quando frustrada a entrega da notificação para a sessão de julgamento, com aviso de recebimento, enviada para o endereço profissional ou residencial do representado, constitui cerceamento de defesa. 2) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 3) Recurso conhecido e parcialmente provido, para anular o processo desde o julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina, prejudicada a análise do mérito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 49.0000.2011.001286-2/SCA-TTU. Recte.: C.A.B. (Adv.: Carlos Alberto Bogus OAB/PR 20408). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Elvira Behling. Relator: Conselheiro Federal Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (RN). EMENTA 270/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Prescrição. Inocorrência. Não conhecimento. 1) Não decorrendo lapso temporal de 05 anos entre o protocolo da representação - ou notificação inicial válida - e decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 anos pendente de qualquer despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição. 2) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001308-9/SCA-TTU. Recte.: S.B.V. (Advs.: José Alipio Martins OAB/SC 2082-B e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e P.F.P. (Advs.: Paulo de Tarso Lamego e Silva OAB/SC 10191-B e Outro). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA 271/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Ausência de demonstração dos requisitos do art. 75 do EAOAB. Nulidades. Inocorrência. Não conhecimento. 1) Petição da representação que indica com precisão os fatos narrados, assim como é instruída com documentos que comprovam os fatos, não pode ser reputada inepta. 2) Não se configura nulidade por cerceamento de defesa ausência de manifestação quanto ao segundo pedido de adiamento da sessão de julgamento, ainda mais quando formulado um dia antes da sessão, pelo novo procurador constituído nos autos. 3) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 4) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001778-0/SCA-TTU. Recte.: E.O.E.S. (Adv.: Elizabeth Ortiz do Espírito Santo OAB/MS 3959). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 272/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Anuidade. Débito. Quitação no curso do processo e antes do trânsito em julgado. Extinção da punibilidade. 1) A quitação da anuidade no perpasso do Processo faz desaparecer a obrigação pecuniária que ensejou a pena aplicada, devendo ser declarada de ofício a extinção da punibilidade para evitar impedimento ao exercício profissional por débito inexistente, solução amparada, inclusive, no superveniente art. 4º, § 2º da Resolução OAB/MS nº 15/2007. Precedentes. 2) Recurso conhecido e provido, para declarar extinta a punibilidade pela quitação das anuidades objeto do processo disciplinar, no curso do processo e antes do trânsito em julgado da decisão condenatória. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 49.0000.2011.001780-3/SCA-TTU. Recte: C.P. (Advs.: Cynara Piran OAB/MT 6805 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e V.B.T. (Adv. Assist.: Jorge Tadeu Malvenier Neves Garcia OAB/MT 9108). Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 273/2011/SCA-TTU. Matéria exclusivamente fática. Ausência de pressuposto de admissibilidade. A Recorrente não demonstrou o dispositivo legal que supostamente foi contrariado, limitando-se as alegações fáticas. Ausentes, portanto, os requisitos de admissibilidade recursais elencados no art. 75 da Lei 8.906/1994, motivo pelo qual deixa esta corte de conhecer o Recurso interposto. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001782-0/SCA-TTU. Recte.: F.B.B. (Advs.: Rosemeire Barros Monteiro de Lamonica Freire OAB/MT 4497 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Rodrigo Badaró Almeida de Castro (DF). EMENTA 274/2011/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Retenção abusiva de autos após intimação. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. 3) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 20 de setembro de 2011. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.002025-5/SCA-TTU. Recte.: L.M.D. (Advs.: Leila Mamede Duarte OAB/MS 4434 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Rodrigo Badaró Almeida de Castro (DF). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 275/2011/SCA-TTU. Recurso. Decisão recorrida unânime. Inadimplência. Infração ético-disciplinar. Correta a aplicação de suspensão até a quitação integral. Ausentes os pressupostos de admissibilidade. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.002136-7/SCA-TTU. Recte.: I.M.S. (Advs.: Israel Mendonça Souza OAB/DF 672-A e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.S.C.N. (Adv.: Antonio Simões da Cunha Neto OAB/MG 55845). Relator: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). EMENTA 276/2011/SCA-TTU. Decisão monocrática que não aprecia o mérito dos embargos declaratórios. Supressão de Instância. Ocorrência. Embargos declaratórios com pedido de efeito modificativo que teve deferido pedido de diligências. Juntada de novos documentos em face da resposta das diligências. Não apreciação pelo Órgão Especial da Seccional sobre os novos documentos juntados. Necessidade de devolução dos autos à instância de origem para fins de apreciação dos novos documentos e do mérito dos embargos de declaração. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Carlos Augusto de Souza

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pinheiro, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002492-3/SCA-TTU. Recte.: R.M.S. (Adv.: Raimundo Mendes de Souza OAB/GO 12345). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Divino Sabino de Jesus. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 277/2011/SCA-TTU. Processo ético. Recursos ao Conselho Federal da OAB têm natureza excepcional. Decisão impugnada unânime. Nessa hipótese a admissão recursal exige que a parte recorrente demonstre, dialeticamente, ocorrência de afronta à Lei (EAOAB, seu Regimento Geral, Código de Ética e Disciplina ou à Decisão do CFOAB ou de Conselho Seccional). À mingua de tal demonstração não há como o apelo ser conhecido. Recurso que não se conhece. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.002789-9/SCA-TTU. Recte.: C.H.F.S. (Adv.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos. EMENTA 278/2011/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Configuração da prática de captação de clientela. Reincidência. Aplicação do art. 37, inciso II do EOAB. O indeferimento fundamentado de oitiva de testemunhas arroladas com objetivo protelatório, não viola o contraditório e a ampla defesa, desde que constada a apresentação de razões finais. A Ausência de sustentação oral do Representado, por si só, não torna nulo o processo. Argüição de prescrição intercorrente e de bis in iden não configurada nos autos. Infrações previstas nos incisos III e XXV do art. 34 da Lei 8.906/94. Manutenção da pena de suspensão do exercício profissional por 30 dias. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO 49.0000.2011.002985-7/SCA-TTU. Recte.: A.M.B. (Advs.: Jari Vargas OAB/AM 686 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Amazonas e L.L.O.R.L. (Adv.: Linda Lúcia Oliveira Ramos de Lima OAB/AM 2810). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 279/2011/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Recurso ao CFOAB. Representação contra advogado. Ausência de pressupostos de admissibilidade. Contas não prestadas. Arquivamento de representação por ausência de pressupostos de admissibilidade do processo ético disciplinar. Ausência de qualquer subsidio probatório sobre a existência de infração disciplinar impede que submeta advogado a processo disciplinar, por falta de justa causa. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 25 de outubro de 2011. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício e Relator "ad hoc".

Brasília, 29 de novembro de 2011.

MÁRCIA MACHADO MELARÉ

Presidente





ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120200204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.